

Casa de Oswaldo Cruz
Programa de Pós-Graduação em História das Ciências da Saúde

Nelson Rodrigues Sanjad

A CORUJA DE MINERVA:
O MUSEU PARAENSE ENTRE O IMPÉRIO E A REPÚBLICA, 1866-1907

Rio de Janeiro

2005

NELSON RODRIGUES SANJAD

**A CORUJA DE MINERVA:
O MUSEU PARAENSE ENTRE O IMPÉRIO E A REPÚBLICA, 1866-1907**

Tese apresentada ao Curso do Programa de Pós-Graduação em História das Ciências da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-FIOCRUZ, como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutor. Área de Concentração: História das Ciências.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Chor Maio

Rio de Janeiro

2005

S238c SANJAD, Nelson Rodrigues
A Coruja de Minerva: o Museu Paraense entre o Império
e a República, 1866-1907. - Rio de Janeiro: 2005.
439f.; il. ; tab.; 30cm.

Tese (Doutorado em História das Ciências da
Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz, 2005.
Bibliografia: 367-410f.

1. Museus. 2. Ciência. 3. História. 4. Museu Paraense
Emilio Goeldi. 5. Brasil. I. Título.

CDD069.0981

NELSON RODRIGUES SANJAD

**A CORUJA DE MINERVA:
O MUSEU PARAENSE ENTRE O IMPÉRIO E A REPÚBLICA, 1866-1907**

Tese apresentada ao Curso do Programa de Pós-Graduação em História das Ciências da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-FIOCRUZ, como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutor. Área de Concentração: História das Ciências.

Aprovada em dezembro de 2005

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marcos Chor Maio (Orientador)
Casa de Oswaldo Cruz / Fundação Oswaldo Cruz

Profa. Dra. Magali Romero Sá
Casa de Oswaldo Cruz / Fundação Oswaldo Cruz

Profa. Dra. Maria Amélia Mascarenhas Dantes
Universidade de São Paulo

Profa. Dra. Maria Rachel de Gomensoro Fróes da Fonseca
Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz

Profa. Dra. Silvia Fernanda de Mendonça Figueirôa
Universidade Estadual de Campinas

Suplentes:

Prof.Dr. Flavio Coelho Edler
(Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz)

Profa.Dra. Marta de Almeida
(Museu de Astronomia e Ciências Afins)

Rio de Janeiro
2005

Para Andréa, João Pedro e Francisco Paulo,
para Omar e Marisa,
para Fausi e Adel.

Pelo apoio jamais desmentido,
seus preciosos conselhos,
seu amor.

AGRADECIMENTOS

À Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz e ao Programa de Pós-Graduação em História das Ciências da Saúde, que acolheram meu projeto de pesquisa.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa concedida durante o primeiro ano do curso.

Ao Prof. Dr. Marcos Chor Maio, pela eficiente, atenta e generosa orientação.

Aos Profs. Drs. Magali Romero Sá, Maria Amélia Dantes, Maria Rachel Fonseca, Silvia Figueirôa, Nara Azevedo e Marcelo Burgos, por terem aceitado participar das bancas de defesa e qualificação da tese.

Ao Dr. Peter Mann de Toledo, ex-diretor do Museu Paraense Emílio Goeldi, e à Dra. Ima Célia Guimarães Vieira, atual diretora, pelo apoio durante a elaboração da tese.

Ao Dr. João Paulo do Valle Mendes, reitor do Centro Universitário do Pará, pelo apoio e financiamento de parte da pesquisa.

Ao Dr. Marcel Güntert, diretor do Museu de História Natural de Berna, Suíça, pela gentileza e atenção com que atendeu minhas solicitações e pelas publicações enviadas.

A Jaime Benchimol, Gilberto Hochman, Luís Otávio Ferreira, Robert Wegner e Flávio Edler, professores da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, com quem pude estabelecer cordial diálogo para muito além do aprendizado.

A Benedito Nunes, Maria Sylvania Nunes e Edithe Pereira, amigos cuja ajuda não cabe descrever em palavras, mas que é sempre presente e inspiradora.

À Patrícia Barros, Carla Caroline Alves Bedran, Marcelo de Castro Silva e Cássia Santos da Rosa, bolsistas e assistentes de pesquisa, pela inestimável ajuda.

A João Batista Poça da Silva, Jorge Pozzobon (*in memoriam*), Sebastian Drude e Rodrigo Dias Lima, pela ajuda na tradução das fontes.

À Gisele Sanglard e Maria Renilda Barreto, colegas da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, pelo apoio e companhia durante minha temporada carioca.

Aqueles amigos e colegas que trocaram idéias, emprestaram ou doaram livros e equipamentos, tiraram dúvidas, auxiliaram na tradução de textos, na revisão de originais, na impressão de documentos, no escaneamento de imagens, enfim, que ajudaram, mesmo que com uma palavra de encorajamento e interesse, na elaboração da tese: Alegria Benchimol, Alexandre Aleixo, Ana Vilacy Galúcio, Cândida Barros, Denise Ramos, Denise Schaan, Doralice Romeiro, Edna Soares, Fátima Lima, Geiva Picanço, Graça Santos, João Aires da Fonseca Jr., Kelly Alves, Lúcia Hussak van Velthem, Maria Luiza Marceliano Videira, Marinus Hoogmoed, Marlúcia Martins, Nelson Papavero, Nilson Gabas Jr., Priscila Faulhaber, Ricardo Secco, Teresa Cristina de Ávila-Pires, Vera Guapindaia e William Overall.

Aos profissionais das bibliotecas e arquivos que visitei, pelo apoio na consulta e empréstimo das fontes, especialmente Fátima Teles, Francileila Jatene, Aldeídes Rodrigues, Mazildo Pacheco e Ananda Melo (Museu Paraense Emílio Goeldi); Silvia Moura e Regina Dantas (Museu Nacional do Rio de Janeiro); Isabel (Arquivo Histórico do Itamaraty); e Wanda Weltman (Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz).

Um Museu Público é o primeiro monumento de um povo civilizado (...).
Pedro Leão Vellozo, Presidente da Província do Grão-Pará, 1867.

Se os poderes competentes não auxiliarem o museu com a quantia que indiquei (...),
este estabelecimento será no curso dos anos ou dos séculos,
o mesmo que é hoje, isto é, um museu em miniatura.
Joaquim Pedro Correia de Freitas, Diretor da Instrução Pública do Pará, 1874.

Desde muito que penso e digo que não basta produzir borracha,
e praz-me repeti-lo em um novo regime. Nenhuma nação, nenhum povo vive senão pelas manifestações da
sua atividade espiritual. A mais comercial nação do mundo, a Inglaterra, não põe no Westminster,
no seu glorioso Panteão, senão os representantes do seu espírito, da sua inteligência e da sua força moral.
José Veríssimo, Diretor Geral da Instrução Pública do Pará, 1891

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES, p. 10

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS, p. 12

RESUMO EM VERNÁCULO, p. 13

RESUMO EM INGLÊS, p. 14

1 INTRODUÇÃO, p. 15

1.1 Ciência e República no Brasil, p. 17

1.2 Sobre os museus brasileiros de história natural do século XIX, p. 21

2 O MUSEU PARAENSE NO PERÍODO IMPERIAL, p. 29

2.1 Instrução pública, progresso e museus no Pará, p. 33

2.2 Domingos Soares Ferreira Penna e a origem do Museu Paraense, p. 41

2.2.1 A Associação Filomática e a fundação do Museu Paraense, p. 46

2.2.2 Domingos Soares Ferreira Penna e Charles Frederick Hartt, p. 54

2.2.3 O Museu Paraense torna-se uma instituição pública, p. 56

2.3 Ciência e política nos primórdios do Museu Paraense, p. 59

2.3.1 O Barão de Villa da Barra entra em cena, p. 64

2.4 Um “museu em miniatura”, p. 77

2.5 Ferreira Penna, o Museu Nacional e a “ciência de potes quebrados”, p. 85

2.5.1 O diálogo com Ladislau Netto e Carl Wiener, p. 86

2.5.2 A polêmica com João Barbosa Rodrigues, p. 92

2.5.3 João Batista de Lacerda e os crânios de Maracá, p. 95

2.5.4 Ferreira Penna e a arte rupestre, p. 98

2.5.5 Ferreira Penna e os preparativos da Exposição Antropológica Brasileira (1882), p. 100

2.6 O confisco do acervo do Museu Paraense pelo Museu Nacional, p. 104

2.7 O Museu Paraense entre História e Memória, p. 114

3 REPÚBLICA E CIÊNCIA NO BRASIL: O CASO DO MUSEU PARAENSE, p. 123

3.1 José Veríssimo e Domingos Soares Ferreira Penna, p. 125

3.2 A reforma da instrução pública e a “restauração” do Museu Paraense, p. 131

3.3 Instrução e ciência no governo de Lauro Sodré (1891-1897), p. 140

3.3.1 Positivismo e cientificismo em Lauro Sodré, p. 142

3.3.2 A “educação dos pobres” no governo de Sodré, p. 148

3.3.3 O Museu Paraense entre 1891 e 1893, p. 150

- 3.4 Emílio Goeldi e a reforma do Museu Paraense, p. 155
- 3.4.1 Goeldi no Museu Nacional do Rio de Janeiro, 1884-1890, p. 156
- 3.4.2 Kolonistentyrann, p. 160
- 3.4.3 O novo Museu Paraense de História Natural e Etnografia, p. 163
- 3.4.4 Construindo uma “colônia científica”, p. 168
- 3.4.5 O “público sensato” e os indisciplinados também: a simpatia do povo pelo Museu Paraense, p. 174
- 3.4.6 O Museu Paraense e a “pena máscula” dos governadores republicanos, p. 177
- 3.4.7 Ciência, aventura e tragédia amazônica: os funcionários estrangeiros do Museu Paraense, p. 186
- 2.4.8 Administradores, ajudantes e serventes, p. 197

4 MUSEU PARAENSE: AGENDA DE PESQUISA E AUTORIDADE CIENTÍFICA, p. 223

- 4.1 O projeto científico do Museu Paraense: “Fauna do Brasil”, p. 226
- 4.2 Goeldi e a ornitologia, p. 232
- 4.2.1 A ornitologia no Museu Paraense, p. 236
- 4.2.2 A recepção dos trabalhos ornitológicos de Goeldi na Europa, p. 241
- 4.3 “Who shall decide when Doctors disagree?”, p. 248
- 4.3.1 “Hermann von Ihering, meu colega e amigo”, p. 249
- 4.3.2 Bromélias, líquens ou fungos?, p. 255
- 4.3.3 Museu Paraense e Museu Paulista: diferenças de agenda e disputa pela prioridade científica, p. 262
- 4.4 Os estudos evolucionistas de Goeldi, p. 268
- 4.4.1 Crocodilos, preás e um peixe que possui pulmões, p. 271
- 4.5 Museu Paraense: agenda de pesquisa e autoridade científica, p. 277

5 O MUSEU PARAENSE E AS QUESTÕES REGIONAIS, p. 289

- 5.1 Emílio Goeldi e o Contestado do Amapá (1897-1900), p. 290
- 5.1.1 Marcos da disputa no século XIX, p. 292
- 5.1.2 As expedições do Museu Paraense à Guiana Brasileira, p. 298
- 5.1.3 A produção científica do Museu Paraense sobre a Guiana Brasileira, p. 303
- 5.1.4 Emílio Goeldi e o Barão do Rio Branco, p. 312
- 5.2 Emílio Goeldi e os ‘Mosquitos no Pará’, p. 327
- 5.2.1 Alguns marcos da entomologia médica, p. 328
- 5.2.2 Redefinindo doenças, p. 332
- 5.2.3 Os Mosquitos no Pará, p. 337
- 5.2.4 A saúde pública na agenda do Museu Paraense, p. 347
- 5.3 O Museu Paraense e a fronteira amazônica, p. 352

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS, p. 362

7 OBRAS CITADAS, p. 367

8 ANEXOS, p. 411

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabela 4	Funcionários brasileiros do Museu Paraense entre 1894 e 1907	228-229
Fig. 1	Herma de Spix e Martius no Museu Paraense	118
Fig. 2	Busto de Domingos Soares Ferreira Penna no Museu Paraense	118
Fig. 3	Retrato de Domingos Soares Ferreira Penna	119
Fig. 4	Capa de “O Tocantins e o Anapú”, de D. S. Ferreira Penna	119
Figs. 5 e 6	Relação de objetos remetidos por D. S. F. Penna ao Museu Nacional	120
Fig. 7	Estampa de “Apontamentos sobre os cerâmios do Pará”, de F. Penna	121
Fig. 8	Estampa de “Crânios de Maracá”, de J. B. Lacerda	121
Figs. 9 e 10	Relação de objetos remetidos por D. S. F. Penna ao Museu Nacional	122
Fig. 11	Estampa de “Investigações sobre Archeologia Brasileira”, de L. Netto ..	122
Tabela 1	Número de visitantes do Museu Paraense entre 1891 e 1893	153
Tabela 2	Número de visitantes do Museu Paraense entre 1894 e 1904	175
Tabela 3	Funcionários estrangeiros do Museu Paraense entre 1894 e 1907	193
Tabela 4	Funcionários brasileiros do Museu Paraense, 1894-1907	202
Fig. 12	Retrato de José Veríssimo	204
Fig. 13	Decreto n. 187, de 2/9/1890	204
Fig. 14	Decreto n. 335, de 12/5/1891	205
Fig. 15	Retrato de Lauro Sodré	205
Fig. 16	Estrada de Ferro de Bragança	206
Fig. 17	Avenida da República, Belém	206
Fig. 18	Nova sede do Instituto Lauro Sodré	207
Fig. 19	Retrato de Emílio Goeldi	207
Fig. 20	Estação Zoológica de Nápoles	208
Fig. 21	Museu Nacional do Rio de Janeiro (antes de 1892)	208
Fig. 22	Residência de E. Goeldi na Colônia Alpina	209
Fig. 23	Residências de imigrantes suíços na Colônia Alpina	209
Fig. 24	Primeiro trabalho de E. Goeldi publicado em <i>The Ibis</i>	210
Fig. 25	Página de rosto de “As Aves do Brazil”, de E. Goeldi	210
Fig. 26	Rocinha onde foi instalado o Museu Paraense	211
Fig. 27	Entrada principal do Museu Paraense em 1899	211
Fig. 28	Planta do Museu Paraense em 1896	212
Fig. 29	Entrada do Museu Paraense pela Estrada da Independência	212
Fig. 30 a 33	Aspectos do Horto Botânico do Museu Paraense	213
Fig. 34	Gaiola de aves aquáticas no Museu Paraense	214
Fig. 35	Lago das vitórias régias no Museu Paraense	214

Fig. 36 e 37	Aspectos do Jardim Zoológico do Museu Paraense	214
Fig. 38	Exposição de cerâmica arqueológica no Museu Paraense	215
Fig. 39	Chalé de oficinas do Museu Paraense	215
Fig. 40	Laboratório de Gottfried Haggmann no Museu Paraense	216
Fig. 41	Visitantes no Museu Paraense	216
Fig. 42	Exposição do Centenário, no Museu Paraense	217
Fig. 43	Visitantes no Museu Paraense	217
Fig. 44	Detalhe do Ante-Projeto da nova sede do Museu Paraense	218
Fig. 45	Planta baixa da nova sede do Museu Paraense	219
Fig. 46	Segunda versão do Ante-Projeto da nova sede do Museu Paraense	219
Fig. 47	Retrato de Jacques Huber	220
Fig. 48	Retrato de Max Tänner	220
Fig. 49 e 50	Retratos de Joseph Schönmann	220
Fig. 51	Retratos de Gottfried Haggmann	221
Fig. 52	Retrato de Karl von Kraatz-Koschlau	221
Fig. 53	Retrato de Max Käch	221
Fig. 54	Retrato de Emília Snethlage, Anna Carreira e Abigayl de Mattos	222
Fig. 55	Sumário do “Catálogo das Aves Amazônicas”, de E. Snethlage	281
Fig. 56	Capa do “Álbum de Aves Amazônicas”, de E. Goeldi	281
Fig. 57	Estampa do “Álbum de Aves Amazônicas”, de E. Goeldi	282
Fig. 58	Estampa do “Álbum de Aves Amazônicas”, de E. Goeldi	282
Fig. 59	Capa de “Against the destruction...”, de E. Goeldi	283
Fig. 60	Estampa do “Álbum de Aves Amazônicas”, de E. Goeldi	283
Fig. 61	O líquen <i>Usnea trichodea</i> e a bromélia <i>Tillandsia usneoides</i>	284
Fig. 62	Estampa de “Sobre os materiaes do ninho do japu”, de J. Huber	284
Fig. 63	Mapa em “On the ornis of the State of São Paulo...”, de H. v. Ihering ...	285
Fig. 64	Estampa de “A revision of the species...”, de C. Hellmayr	285
Fig. 65	Estampa de “ <i>Opisthocomus cristatus</i> ...”, de E. Goeldi	286
Fig. 66 e 67	Fóssil e reconstituição de <i>Archeopteryx lithographica</i>	286
Fig. 68	Estampa de “Instrucções praticas...”, de E. Goeldi	287
Fig. 69	Estampa de “Further notes...”, de E. Goeldi	287
Gráfico 1	Obra completa <i>versus</i> obra ornitológica de E. Goeldi	288
Fig. 70	Página de rosto de “La France Équinoxiale”, de H. Coudreau	354
Fig. 71	Mapa das divisões políticas do Brasil, de E. Reclus	354
Fig. 72 e 73	Povoações do Amapá	355
Fig. 74	Página de rosto do “Tratado de Arbitramento”	356
Fig. 75 e 76	Artigo de E. Goeldi sobre avifauna do Amapá	356
Fig. 77	Mapa inserido em “Eine Naturforscherfahrt...”, de E. Goeldi	357
Fig. 78	Página de rosto de “Excavações archeologicas...”, de E. Goeldi	358
Fig. 79 a 81	Ilustração e estampas de “Excavações archeologicas...”, de E. Goeldi	358
Fig. 82	Carta de E. Goeldi ao Barão do Rio Branco	359
Fig. 83	Página de rosto de “Os Mosquitos no Pará”, de E. Goeldi	359
Fig. 84 e 85	Ilustrações de “Os Mosquitos no Pará”, de E. Goeldi	360
Fig. 86	Página de rosto de “Die sanitarisches...”, de E. Goeldi	361
Fig. 87 e 88	Estampas de “Os Mosquitos no Pará”, de E. Goeldi	361
Fig. 89	Funcionários do Museu Paraense na despedida de E. Goeldi	363

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AHI – Arquivo Histórico do Itamaraty, Rio de Janeiro

AMP – Arquivo do Museu Paulista, São Paulo

AMPEG – Arquivo Guilherme de La Penha, Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém

APEP – Arquivo Público do Estado do Pará, Belém

CD-MNRJ – Conselho Diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro

MNRJ – Arquivo do Museu Nacional do Rio de Janeiro

RESUMO

O objetivo da tese é refletir sobre a construção institucional do Museu Paraense Emílio Goeldi entre a década de 1860, quando foi criado, e o final da gestão do zoólogo suíço Emílio Goeldi (1859-1917), em 1907. Nessa ocasião, o Museu Paraense ocupava um lugar de destaque no cenário científico brasileiro em razão da intensa produção científica que aí se verificou. Na tese são analisadas as mudanças políticas que posicionaram o Museu Paraense, após o golpe republicano de 1889, como uma das instituições estaduais prioritárias em termos de aplicação de recursos financeiros e como importante símbolo para a identidade das elites locais. A construção do museu após essa re-qualificação é estudada a partir do perfil estipulado para a instituição, do espaço construído, da equipe contratada, da agenda científica e das relações políticas locais, expressas por meio do aporte de recursos e da receptividade do diretor do museu às demandas estatais. Os resultados atestam que a proclamação da República e o conseqüente sistema federalista implantado no Brasil são marcos fundamentais para a história do Museu Paraense, uma vez que permitiram à instituição se especializar nos estudos sobre a região amazônica, que já se configurava, na segunda metade do século XIX, como fronteira econômica.

História das Ciências – República e Ciência – Museu Paraense Emílio Goeldi

ABSTRACT

The goal of the thesis is to reflect upon the institutional construction of the Museu Paraense Emílio Goeldi (Emílio Goeldi Museum of Pará) between the decade of 1860, when it was created, and the end of turn of the Swiss zoologist Emilio Goeldi (1859-1917) as its director, in 1907. At this time, the Museu Paraense occupied a place of prominence on the Brazilian scientific scene, due to the intense scientific production that was instantiated there. In the thesis, we analyzed the political changes that placed the Museu Paraense, after the republican blow of 1889, as one of the priority state institutions in terms of application of financial resources and as important symbol for the identity of the local elites. The construction of the museum after this re-qualification is studied based on the profile stipulated for the institution, the built space, the hired staff, the scientific agenda and the relations with the local politicians, which are expressed by the allocation of resources and the willingness of the museum director to attend the state demands. The results attest that the establishment of the Republic and the consequent federalist system enforced in Brazil are essential landmarks for the history of the Museu Paraense, for they have permitted the institution to specialize in the studies on the Amazonian economic frontier.

History of Sciences – Republic and Science – Museu Paraense Emílio Goeldi

1 INTRODUÇÃO

Como o pensamento do mundo, [a filosofia] só aparece quando a realidade
acaba seu processo de formação e está terminada.
Quando a filosofia retrata em tom de cinza,
já haverá envelhecido uma forma do mundo, que não é possível rejuvenescer,
senão simplesmente identificar com aquele retrato:
a coruja de Minerva não levanta vôo até que o crepúsculo apareça.

Georg Wilhelm Friedrich Hegel, Prólogo de *A Filosofia do Direito*, 1821

Diz o mito que o animal preferido de Atená (ou de Minerva, na versão romana), deusa grega da sabedoria, das habilidades manuais, da vitória e da fecundidade, era a coruja, ave que enxerga nas trevas em todas as direções. “Cintilante” para os gregos, “ave da noite” para os romanos, a coruja era relacionada à lua, em oposição à águia, que voa sob o sol. “Deduz-se, daí, que o mocho, em relação à Atená, é o símbolo do conhecimento racional com a percepção da luz solar por reflexo, opondo-se, destarte, ao conhecimento intuitivo com a percepção direta da luz solar” (Brandão, 1988, p. 32). Essa imagem inspirou G. W. Friedrich Hegel (1770-1831) a comparar o papel da filosofia com o vôo da coruja, sempre ao anoitecer, após os acontecimentos que haviam de acontecer realmente acontecerem. Ou seja, a Filosofia só é capaz de dizer algo sobre o mundo, através da linguagem da razão, *depois* da História, racionalizando-a.

A mesma imagem foi utilizada por um outro filósofo, Benedito Nunes, em um texto sobre a vida cultural de Belém, no momento em que analisa o despertar de uma produção intelectual comprometida com o “mundo regional”, no século XIX, simultaneamente ao desenvolvimento da chamada ‘economia da borracha’. Antônio Ladislau Monteiro Baena (1782-1850), Domingos Antônio Raiol (1830-1912) e Domingos Soares Ferreira Penna (1818-1888) são os três nomes arrolados como matrizes desse pensamento. Este último, além da obra que deixou, idealizou um museu que deveria concentrar seus estudos na própria região. Contudo, Ferreira Penna não viveu o suficiente para ver esse museu em

atividade. Somente após sua morte e quando já se aproximava a crise que derrocara o ideal de progresso e civilização da Amazônia, um museu voltado para as questões regionais ganharia vida e cresceria a passos largos pelas mãos dos primeiros governantes republicanos. Segundo Nunes (2004, p. 513),

Já quando próxima estava a crise, comprovando-se mais uma vez o dito hegeliano de que a coruja de Minerva só voa ao crepúsculo, o olhar curioso e perspicaz de Ferreira Penna (...) multiplicar-se-ia nos dos cientistas, nacionais e estrangeiros, e tantos foram (...) que desde então, tendo como centro o Museu e seu Boletim, se internariam material e reflexivamente na região, a recensar-lhe as espécies animais e vegetais, a devassar-lhe o solo e o subsolo, a conhecer-lhe tribos indígenas remanescentes e desaparecidas.

A metáfora nos fala do Museu Paraense¹, instituição que ocupou no final do século XIX, particularmente na administração do zoólogo suíço Emílio Goeldi (1859-1917), entre 1894 e 1907, um lugar de destaque no cenário científico brasileiro em razão da intensa produção científica que aí se verificou. Entretanto, como também anunciou o texto de Nunes, esse museu havia sido criado 28 anos antes, sem nunca ter sido efetivamente instalado conforme seus estatutos previam.

É dessa trajetória, da idealização do museu na década de 1860 à sua transformação nos anos 1890, que esta tese se ocupará. Meu objetivo é refletir sobre a construção institucional do Museu Paraense, tendo como pano de fundo a passagem do Império para a República. Em outras palavras, pretendo analisar as mudanças políticas que posicionaram o Museu Paraense, após o golpe republicano de 1889, como uma das instituições estaduais prioritárias em termos de aplicação de recursos financeiros e como importante símbolo para a identidade das elites locais. Também pretendo verificar como se deu a construção do museu após essa re-qualificação, observando o perfil estipulado para a instituição, o espaço construído, a equipe contratada, a agenda científica e as relações com o meio político local, expressas por meio do aporte de recursos e da receptividade às demandas estatais.

Minha hipótese de trabalho considera a proclamação da República e o conseqüente sistema federalista implantado no Brasil como marcos fundamentais para a história do Museu Paraense, uma vez que permitiram que uma instituição estadual, fisicamente distante do centro político do país e desde sua origem especializada nos estudos sobre uma

¹ Essa instituição já teve diversas denominações. Foi criada como Museu Paraense em 1866. Em 1894 tornou-se Museu Paraense de História Natural e Etnografia e, em 1900, Museu Goeldi. Sua denominação atual, Museu Paraense Emílio Goeldi, data de 1931. Nesse estudo, utilizarei o nome original.

região que já se configurava, na segunda metade do século XIX, como fronteira econômica, se destacasse no cenário científico brasileiro. Para manter a metáfora de Nunes, busco uma relação entre a coruja de Minerva e a bandeira desfraldada por Marianne².

1.1 Ciência e República no Brasil

As primeiras décadas republicanas testemunharam importantes transformações no cenário científico brasileiro. Novas instituições foram criadas pelo governo central e por alguns governos estaduais, fortalecidos pelo pacto federativo. Outras foram extintas, reformadas ou ampliadas, ganhando novas sedes, mais recursos e melhor infra-estrutura; ou então tiveram seus objetivos e seus enfoques re-orientados. Cientistas e intelectuais também começaram a refletir amiúde sobre a ciência e a tecnologia no Brasil, valorizando sua trajetória histórica, destacando sua utilidade social e demandando maior apoio por parte dos governos.

Existem vários exemplos dessas transformações, começando pela transferência do Museu Nacional do Rio de Janeiro para a residência do Imperador deposto, o Palácio da Boa Vista. Em dezembro de 1889, os administradores do museu solicitaram o prédio de São Cristóvão ao novo governo, indeciso sobre o destino a dar para os despojos do regime falido. Alegaram a falta de espaço para as coleções de história natural na antiga sede, a soma avultada de recursos necessários para a construção de um novo edifício e a localização adequada do palácio³. O governo logo cedeu o prédio, mas a mudança definitiva só ocorreu a partir de 1892. Independentemente das questões técnicas que justificaram a transferência, o palácio imperial que se tornou museu pode nos dizer algo do lugar que as ciências e a história ocupavam nos projetos políticos de alguns grupos republicanos⁴.

Outras instituições cariocas foram beneficiadas de imediato pelo novo regime. O Observatório Nacional ganhou “organização mais adequada a seus fins e nova orientação a seus trabalhos”, além de “novos instrumentos mais modernos” (Morize, 1987, p. 124). Por

² Figura feminina que representa a República francesa, adotada também pelos republicanos nacionais (cf. Carvalho, 1990, p. 75-96).

³ Cf. Acta da 155ª Sessão do CD-MNRJ, em 10 de dezembro de 1889. AMN, Registro de Atas e Deliberações do Conselho Administrativo do Museu Nacional, Livro n. 4, 1885-1893, BR.MN.MN.CD.0.2.

⁴ Carvalho (2002) e Coelho (2002) já chamaram a atenção para a propaganda ideológica deflagrada após a proclamação da República, visando angariar a simpatia da população brasileira ao novo regime.

sua vez, o Jardim Botânico do Rio de Janeiro ganhou novo diretor. João Barbosa Rodrigues (1842-1909) foi nomeado em março de 1890, recebendo apoio político para executar obras estruturais, ampliar os passeios e recantos, re-organizar e incrementar as coleções, desenvolver pesquisas e publicar livros e periódicos (Rodrigues, 1894, 1908). Contudo, a transferência de Barbosa Rodrigues de Manaus, onde dirigia o Museu Botânico do Amazonas, para o Rio de Janeiro, significou a extinção desse museu, que não mereceu o apoio do governo local. Esse fato pode estar relacionado tanto com o perfil dos políticos republicanos amazonenses, que não priorizaram os investimentos em instituições científicas, quanto com a figura polêmica de Barbosa Rodrigues e a atribulada criação do museu, que envolveu diretamente a família imperial (Lopes, 1997; Sá, 1998, 2001).

Um movimento inverso ao ocorrido no Amazonas pode ser observado em São Paulo. Tal como no Rio de Janeiro, ali a República também transformou um símbolo nacional, o Palácio do Ipiranga, em museu científico. O “encontro do monumento à Independência com a História Natural” (Alves, 2001, p. 69) já foi estudado tendo em vista a aproximação entre os projetos políticos republicanos, a ciência e a instrução pública. O Museu Paulista, fruto do discurso cientificizante das elites paulistanas, foi criado em 1893 a partir da doação de uma coleção particular ao governo estadual. Seu primeiro diretor, Hermann von Ihering (1850-1930), recebeu recursos suficientes para instalar o museu no palácio, contratar equipe, formar coleções, desenvolver pesquisas e publicar um periódico (Alves, 2001; Lopes, 1997; Dantes, 1979-1980).

No campo da higiene e da saúde, o governo federal passou a intervir fortemente, principalmente no Rio de Janeiro, por meio de reformas urbanas, campanhas de vacinação, construção de hospitais, criação de instituições de pesquisa e órgãos burocráticos, mudanças que vêm sendo estudadas tendo em vista a articulação de médicos e bacteriologistas com o poder político, o choque de gerações de médicos e higienistas formados em paradigmas científicos diferentes e a necessidade de aparelhar o Estado para o enfrentamento das epidemias e doenças que grassavam em vários pontos do país (Benchimol e Teixeira, 1993; Hochman, 1998; Benchimol, 1999; Santos e Faria, 2003). O Instituto Soroterápico de Manguinhos (atual Oswaldo Cruz), criado em 1900, veio a se constituir como um dos principais pólos de produção de soros e fármacos, de ensino científico e de pesquisas biomédicas e biológicas do Brasil (Stepan, 1976; Benchimol, 1990).

Em São Paulo, o movimento higienista e de incentivo às pesquisas biológicas aplicadas à saúde foi igualmente ativo. O estado foi o primeiro a implantar uma estrutura burocrática apropriada para planejar e executar as reformas, o Serviço Sanitário, criado em 1892. Serviços auxiliares também foram implantados, como o Instituto Bacteriológico, que Adolpho Lutz (1855-1940) dirigiu por quinze anos; o Instituto Vacinogênico; o Laboratório de Análises Químicas e Bromatológicas; e o Laboratório Químico e Farmacêutico. Em 1901, uma nova instituição seria criada, o Instituto Soroterápico (atual Butantã), dirigido por Vital Brazil (1865-1950), que se tornou nacionalmente conhecido pelas pesquisas sobre ofidismo (Benchimol e Teixeira, 1993; Almeida, 2003; Santos e Faria, 2003).

Esses exemplos mostram, claramente, que em pouco mais de dez anos e em alguns estados, o sistema federalista transformou significativamente o cenário científico por meio da ampliação dos espaços e das políticas que permitiram a afirmação profissional do cientista (mesmo que essa afirmação tenha ocorrido em prejuízo de outras práticas e saberes, como no caso da medicina). Em alguns casos, como no dos museus de história natural, pode-se afirmar que houve uma desconcentração científica com a criação ou fortalecimento de instituições localizadas fora da capital do país. O Museu Paulista e o Museu Paraense passaram a dividir com o Museu Nacional do Rio de Janeiro, na década de 1890, a liderança nas ciências naturais brasileiras (Lopes, 1997).

O argumento que defendo, contudo, não pode ser confundido com um tipo de história positivista das ciências que classifica o regime imperial como “pré-científico” e o republicano como “científico”, visão criticada por vários historiadores (Edler, 1992, 1999; Sanjad, 2001b, p. 116-117; Almeida, 2003, p. 47-48). Também não deve ser confundido com uma tentativa de delimitação da origem de uma ‘ciência nacional’ e autônoma, como defenderam Azevedo (1994), Stepan (1976) e Schwartzman (1979). Mas ele merece ser cotejado com um outro argumento, segundo o qual a ampliação e diversificação dos espaços institucionais no Brasil antecedem a República e são simultâneos à especialização científica e à introdução da ciência experimental no país (Dantes, 1988, 2001, p. 18; Figueirôa, 1997, p. 234-235, 239-240; Lopes, 1997, p. 324-325). O fenômeno seria, para ser mais preciso, perceptível a partir da década de 1870, quando são criadas comissões geológicas, laboratórios, museus e escolas superiores, bem como difundidas teorias evolucionistas, doutrinas positivistas e pesquisas experimentais.

Não discordo desse argumento, mas faço a ressalva de que essa diversificação institucional durante o Império precisa ser mais bem qualificada, distinguindo-a do ponto de vista científico, geográfico e político. Por exemplo, se ela ocorreu no âmbito das ciências naturais, priorizadas durante o Império graças ao seu vínculo com a expansão econômica e com a imagem da Nação que se desejava firmar (Lopes, 1997; Figueirôa, 1997; Domingues, 1995), no âmbito das ciências da saúde o argumento é mais difícil de sustentar. Por outro lado, se focarmos na distribuição geográfica das instituições científicas durante o Império, veremos que o Rio de Janeiro concentrou o maior número de instituições, assim como o governo central (muitas vezes personificado na própria figura do Imperador ou de membros da família imperial) foi o maior indutor da criação de instituições fora da Corte⁵. Por sua vez, as instituições criadas e mantidas pelos governos provinciais, além de em número muito mais reduzido, não foram efetivamente implantadas ou tiveram uma atuação restrita⁶.

Volto, portanto, ao marco republicano, afirmando sua importância para a transformação do cenário científico brasileiro em razão do fortalecimento político e financeiro dos estados⁷. Não se trata, aqui, de fazer a oposição entre fases ‘metafísicas’ e ‘positivas’, ‘coloniais’ ou ‘nacionais’, ‘pré-científicas’ ou ‘científicas’, e sim de procurar entender *quais os mecanismos políticos e ideológicos dos grupos republicanos que possibilitaram (ou não) maior inserção das atividades científicas e dos próprios cientistas*

⁵ São os casos da Imperial Escola Agrícola da Bahia (1875), da Escola de Minas de Ouro Preto (1875), do Museu Botânico do Amazonas (1883) e da Imperial Estação Agrônômica de Campinas (1887).

⁶ São os casos do Gabinete de História Natural do Ginásio de Pernambuco (1861), do Museu Paraense (1866), do Museu Paranaense (1876) e da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo (1886). Acrescente-se o fato de que a criação de escolas superiores, durante o Império, necessitava da autorização do governo central. O pequeno número dessas escolas, espalhadas em apenas cinco capitais de um país com dimensões continentais, era, segundo Carvalho (2003, p. 73-88) um dos baluartes da centralização administrativa e da coesão da elite imperial.

⁷ O apoio à ciência não foi homogêneo nos vários estados brasileiros. Mais autonomia, mais recursos financeiros e uma ideologia que valorizava o discurso científico (como algumas correntes positivistas) significaram, em alguns lugares, a criação ou reforma de museus, laboratórios, faculdades e escolas profissionalizantes. São Paulo possui os exemplos mais conhecidos. Além dos já citados, lembro da estadualização do Instituto Agrônômico de Campinas (1892), da criação da Escola Politécnica (1893) e da Escola Agrícola Prática Luiz de Queiroz (1901), todos vinculados às demandas da dinâmica economia paulista e por vezes objetos de disputas de grupos políticos que buscavam espaço no novo regime (Santos, 1985; Figueirôa, 1997; Perecin, 2004). Por sua vez, no Amazonas e no Rio Grande do Sul, para manter os exemplos nos estados que experimentavam algum crescimento econômico, as políticas de incentivo à ciência parecem ter sido bastante limitadas. Sobre esse último estado, um estudo das práticas de cura demonstrou que as características do positivismo gaúcho, que pregava a liberdade profissional e o ensino livre, dispensando a intervenção estatal na ciência e na educação superior, impediram ali uma organização sanitária fundamentada em conhecimentos científicos e jogaram médicos, médicos-positivistas e o governo em disputas por apoio e espaço profissional (Weber, 1997).

*na sociedade*⁸. Nesse sentido, estarei atento aos projetos modernizantes locais, às mudanças institucionais, ao contato entre gerações de intelectuais e ao discurso cientificista da nova elite dirigente do Pará. Pretendo mostrar que a ruptura com o Império, comumente presente no discurso de muitos republicanos, não foi apenas simbólica – ela pode ser de fato verificada por meio da transformação do Museu Paraense.

1.2 Sobre os museus brasileiros de história natural do século XIX

No Brasil, o debate historiográfico sobre os museus de história natural do século XIX é bastante restrito⁹. Além de existirem poucos autores trabalhando com o tema, ainda não houve uma reflexão teórica aprofundada sobre os conceitos e as abordagens empregadas pelos diferentes autores. Por esse motivo, indicarei alguns estudos procurando extrair de cada um as contribuições que considero relevantes para esse debate. Os exemplos não esgotam a literatura, mas são suficientes para a análise.

O estudo de Schwartzman (1979) sobre a formação da comunidade científica no Brasil é relevante porque deu visibilidade aos museus de história natural, enfeixados num quadro conceitual que valorizou a proclamação da República como um marco para a transformação do cenário científico do século XIX, caracterizado, segundo o autor, pela montagem de uma estrutura educacional profissionalizante e pelo estímulo a projetos imediatistas e utilitaristas. Para Schwartzman (1979, p. 84), a República possibilitou o surgimento do Museu Paraense e do Museu Paulista, “o único ambiente em que se praticava legitimamente a ‘ciência pela ciência’, sem a simbiose com a ciência aplicada, que marca as atividades dos institutos [de bacteriologia]”. No entanto, foi justamente esta característica a responsável pelo rápido declínio dessas instituições, uma vez que não havia na sociedade um ambiente favorável para que pudessem se desenvolver.

Também com uma preocupação sociológica, mas procurando diversificar fontes históricas e disposta a ressaltar as diferentes formas de organização da ciência no Brasil antes da fundação das universidades (que para Schwartzman foram o verdadeiro marco fundador da autonomia científica brasileira), Dantes (1979-1980, p. 343-349, 375-376)

⁸ Essa questão é muito próxima de um dos eixos investigativos que Figueirôa (1998, p. 115-117) identificou no seu estudo sobre a institucionalização das ciências naturais no Brasil, a saber, a existência de uma “ideologia do progresso” orientando a criação e a reforma de instituições científicas entre o final do século XVIII e o início do século XX.

⁹ Para efeito de registro, os museus que geralmente aparecem citados na literatura são: Nacional (1818), Paraense (1866), Paranaense (1876), Botânico do Amazonas (1882) e Paulista (1893).

observou a “tradição naturalista” que os museus portavam, originária do século XVIII; o “imediatismo que norteou a criação das instituições científicas e tecnológicas no Brasil” no século XIX e início do XX; e a “inexistência de um reconhecimento social da função desempenhada pelo pesquisador” na época.

Mais recentemente, Lopes (1997) efetuou um estudo comparado de cinco museus (Nacional, Paraense, Botânico do Amazonas, Paranaense e Paulista), destacando seus modelos institucionais e intercâmbios internacionais. Para Lopes (1997, p. 297), a formação e o arranjo de coleções era a principal missão e o “veículo que garantiu a inserção desses museus no panorama mundial, mediante seus intercâmbios internacionais (...)”. Nesse sentido, a trajetória dos museus brasileiros segue um movimento de expansão internacional dessas instituições, localizado entre as décadas de 1870 e 1900. No Brasil, esse movimento teria se caracterizado pela

(...) ruptura entre o modelo de museu geral, ‘metropolitano’, enciclopédico, que encarnava o Museu Nacional do Rio de Janeiro e o modelo dos museus cada vez mais especializados das províncias, que se afirmaram nas últimas décadas do século [XIX], justamente em contraposição ao antigo museu do Império. (Lopes, 1997, p. 324-325)

Gualtieri (2001, 2003, 2005) também vem se dedicando aos intercâmbios mantidos pelos museus brasileiros do século XIX, mas no âmbito teórico, particularmente a recepção das teorias evolucionistas da época. A autora ressaltou a variedade e o intercâmbio de visões presentes nos museus brasileiros, de maneira similar à encontrada nos centros europeus e norte-americanos:

(...) cada uma dessas instituições [Museus Nacional, Paraense e Paulista] teve uma trajetória própria, abordando temas que, ao mesmo tempo, revelavam seus interesses dominantes e mostravam distintas compreensões relativas aos fenômenos da natureza, abrigando uma variedade de pensamentos evolucionistas, não necessariamente afinados com a obra de Darwin (...). (Gualtieri, 2001, p. 228)

Diferentemente, Alves (2001, p. 20-31, 189-190) destacou os “aspectos locais” envolvidos na criação e atuação do Museu Paulista, buscando a especificidade desse museu no conjunto das instituições congêneres brasileiras, a saber, seu vínculo com a História e não apenas com a História Natural. A radical transformação desse museu a partir de 1917, quando a primeira eliminou a segunda como área de atuação, teria explicação, segundo a

autora, no ambiente político de São Paulo do início do século XX, voltado para a construção de um “nativismo paulista” que via o estado como berço da nacionalidade brasileira.

Em outro estudo, Alves (2004, p. 1-15, 174-177) comparou a história de quatro instituições, o Museu Paraense e outras três estrangeiras. Segundo a autora, por mais que essas instituições partilhassem de um “mesmo campo de saber e do chamado movimento dos museus, esse movimento não era sinônimo de uniformidade, devido à diversidade das respostas oriundas dos seus contextos culturais”. Assim, se as instituições podem ser agrupadas em torno da expansão capitalista e da aliança que se efetivou entre ciência, imperialismo e projetos governamentais, incluindo aí a instrução pública, por outro lado elas se distinguiram na maneira como reagiram às transformações no interior da ciência e às demandas dos respectivos governos. No caso do Museu Paraense, sua construção teria sido marcada pelo processo de profissionalização dos naturalistas, quando os “amantes da ciência” que criaram o museu foram substituídos pelos “profissionais da ciência” do final do século.

Em resumo, é possível identificar um aspecto comum nesses estudos, o tema da institucionalização das ciências no país¹⁰. Os autores mencionados, mesmo com suas variações individuais, são alinhados a uma produção internacional que tem valorizado os museus como *loci* para o desenvolvimento das ciências naturais e antropológicas, da ideologia do progresso e da democratização do conhecimento no século XIX¹¹. Nesse sentido, esses estudos participam, incluindo esta tese, de um marco interpretativo mais

¹⁰ Apesar de utilizado atualmente com certa liberalidade, o termo ‘institucionalização da ciência’ não é auto-explicativo. Esse conceito ganhou relevo com Merton (1970), quando tratou da institucionalização da ciência na Inglaterra do século XVII. Segundo o autor, o desenvolvimento da ciência como instituição autônoma – tal como se configurava em meados do século XX – teve início com a elaboração do papel social do filósofo natural (o proto-cientista) e da organização social da ciência, particularmente na Inglaterra seiscentista. Os homens que se interessavam por esse ramo do conhecimento humano necessitaram legitimar social e culturalmente suas atividades profissionais, lançando mão de todo tipo de apoio. Foi nesse contexto que a religião (puritanismo) e a economia, especialmente os grupos sociais ligados ao comércio, mineração, desenvolvimento tecnológico e defesa militar, forneceram os argumentos a favor da ‘utilidade’ da ciência, inclusive para a elevação espiritual e reforço da auto-estima nacional. A tese principal de Merton, portanto, baseia-se na premissa de que a ciência, antes de lograr uma substancial autonomia como instituição, antes de se *institucionalizar*, necessitou de fontes estranhas de legitimação. No Brasil, pelo menos no âmbito da história das ciências naturais e da saúde (à exceção de Schwartzman), o conceito de institucionalização tem sido utilizado em outro registro, incorporando as críticas dos estudos sociais da ciência com relação à suposta autonomia desse setor da sociedade e também da historiografia latino-americana das ciências, que questionou fortemente seu suposto desenvolvimento linear e uniforme, ou seja, de uma ‘ciência contaminada’ por outros setores sociais para uma ‘ciência pura’, legitimada socialmente como valor em si. Uma síntese dessa questão pode ser encontrada em Figueirôa (1997, p. 18-31).

¹¹ Ver, por exemplo, Stocking (1985), Kohlstedt (1983, 1987), Sheets-Pyenson (1988), Orosz (1990), Winsor (1991), Outram (1996), Nyhart (1998), Asma (2001) e Browman (2002).

geral, próprio da história das ciências, que valoriza as instituições como pontos centrais da expansão da cultura científica no ocidente¹².

Outro traço comum entre os trabalhos é a perspectiva comparada, que tende a privilegiar certos aspectos, como modelos institucionais, intercâmbios e recepção de teorias. Alves (2001, p. 23) manifestou uma insatisfação com essa característica ao afirmar que os museus brasileiros vêm sendo estudados em “bloco”; que são “estudados não por si, mas por seu vínculo com outras temáticas”; e que, ao privilegiarem os intercâmbios internacionais, os estudos tendem a “reforçar uma provável fragilidade dos laços dessas instituições com o ambiente brasileiro”. Em minha opinião, o problema dos estudos comparados, particularmente sobre o ‘movimento dos museus’¹³, consiste na sua perspectiva exotérica, isto é, tendem a valorizar elementos comuns aos museus, porque comparáveis, e a deixar em segundo plano a inserção dessas instituições em cada localidade.

No caso do Museu Paraense, pouco conhecemos sua inserção no ambiente local e também as investigações com que se destacou. Lopes (1997) deu um passo nesse sentido ao estabelecer seu perfil institucional e analisar alguns intercâmbios, assim como Figueirôa (1997) e Gualtieri (2001, 2005) contribuíram ao centrar suas análises, respectivamente, no conhecimento geológico e evolucionista que ali foi produzido. É minha intenção aprofundar esses pontos, qualificando o tipo de ciência realizada no Museu Paraense, qual o projeto científico em pauta, como foi executado, que resultados gerou e com quem foi

¹² Essa é, na verdade, uma tradição historiográfica antiga com forte influência no Brasil. Um dos nomes mais conhecidos dessa tradição é o de Ben-David (1974), autor capital da teoria difusionista, para quem a organização da atividade científica nos diversos países, ao longo do tempo, é uma variação das formas sociais que surgiram na Europa Ocidental. Ben-David foi criticado sobretudo por desconsiderar as contingências locais na recepção e adaptação dos modelos institucionais.

¹³ O termo ‘movimento dos museus’ é muito difundido na literatura, mas, assim como o conceito de institucionalização, não é auto-explicativo. No Brasil, foi adotado por Schwarcz (1989, 1993) a partir dos estudos de Stocking (1985) sobre a origem da antropologia e seus vínculos com o imperialismo. Também foi adotado por Lopes (1997), tendo como referência a obra de Kohlstedt (1983, 1987) e Sheets-Pyenson (1988). Contudo, Lopes não adotou uma parte constitutiva desse conceito, a saber, sua associação com as relações metrópole-colônia no âmbito da teoria difusionista. Segundo Lopes (1997, p. 20-21), “ao avançarmos no entendimento dos museus como uma das manifestações dos mecanismos de disseminação e estabelecimento das ciências nos países não-europeus, não podemos deixar de assinalar que também aqui se trata ainda de romper com os modelos difusionistas, e buscar estratégias de investigação que, partindo das especificidades dos contextos locais, não percam de vista uma perspectiva mundial. Não questionamos a validade da instituição transnacional da ciência, que até supôs uma exportação ampla de modelos clássicos de organização institucional. Mas, tendo em conta as dificuldades de aplicação de modelos gerais evolutivos para explicar especificidades da contextualização das ciências modernas em nossos países, consideramos fundamental para nosso estudo compreender melhor os processos e os mecanismos de ajustes e alterações que marcaram a institucionalização das Ciências Naturais no Brasil do século XIX. E, nesse processo, situar os museus como uma das formas específicas que expressaram a interação dos modelos internacionais com os interesses, ideais e mentalidades dos diferentes atores sociais que nele interagiram”.

partilhado. Também pretendo investigar como essa agenda científica foi construída e em que medida as demandas do ambiente científico, as contingências locais, a formação, os vínculos acadêmicos e as preferências de seus pesquisadores influenciaram nessa construção¹⁴. Somente depois de mapearmos a produção científica desse museu teremos uma clara noção de seu lugar na rede internacional de intercâmbios¹⁵.

Para isso, invertei as lentes que têm sido utilizadas pela historiografia dos museus, centrando a análise na transformação pela qual o Museu Paraense passou – de um projeto local para o incentivo dos estudos regionais a um museu de história natural organizado em padrões internacionais. Houve, entre a fundação da instituição em 1866 e o final da década de 1890, sobretudo uma mudança de *escala*, originada nos projetos políticos locais, particularmente os republicanos positivistas. Pretendo, portanto, olhar com mais atenção as atividades do Museu Paraense e de seu diretor no contexto da Primeira República, incluindo os vínculos que estabeleceu com a sociedade local¹⁶.

Apesar do significativo avanço verificado nos últimos quinze anos no estudo dos museus brasileiros, ainda permanece válida a pergunta sobre as características que essas

¹⁴ Esse problema está relacionado com as três perguntas que, segundo Kreimer (1998, p. 8-9), devem estar presentes nos estudos sociais da ciência: como vincular “macro-processos e as práticas observáveis a nível micro”? “Qual o peso particular dos determinantes gerais que implicam na ciência como atividade universalizada” e, reciprocamente, “qual o peso que têm as determinações de um contexto social, político, institucional, econômico, cultural particular”? “Como estudar os aspectos micro e os aspectos macro das práticas da investigação científica, de seus produtos – o conhecimento – e das relações com uma sociedade em particular, tanto nos aspectos universais como contextuais”?

¹⁵ Aqui não nos referimos ao ‘movimento dos museus’ e sim ao conjunto de “tradições concretas de investigação” e a um “sistema coletivo de identificação”, à maneira de Kreimer (1998, p. 10), ambos baseados na coleta, classificação e permuta de objetos naturais e etnográficos, nos estudos sistemáticos, taxonômicos e biológicos e em um tipo de formação intelectual específica.

¹⁶ Nesse ponto me beneficieei da crítica de Chambers (1993) e de Chambers e Gillespie (2000) aos estudos pautados na dicotomia centro-periferia ou metrópole-colônia, que tendem a abordar as instituições em suas relações com os modelos europeus e a eliminar o caráter constitutivo e contextual da localidade onde se situam. Segundo Chambers (1993, p. 611), “se nós pensarmos a ciência não como uma fábrica de conhecimentos estabelecida com sucesso somente em alguns (principalmente europeus) redutos, e sim como uma rede de indivíduos, instituições e práticas, atingindo todo o mundo e sujeita a muitas e diversas influências, então a ciência e suas relações culturais e socio-econômicas, constitutiva e contextual, se for compreendida no todo, deve ser entendida em cada localidade na qual aparece”. No Brasil, algumas reflexões nesse sentido foram feitas por Dantes (1995, p. 923-924), segundo a qual o historiador da ciência deve atentar para os mecanismos locais de “legitimação e difusão do conhecimento científico”; para a “função social da ciência” e seu relacionamento com os demais setores da vida social; e para a “função política que a ciência tem desempenhado nas relações internacionais”. Figueirôa (1998, p. 117-118) também ressaltou a importância da “recepção” de modelos institucionais estrangeiros, mas não avançou nos procedimentos metodológicos necessários para aprofundarmos a questão. Por fim, Maio e Sá (2000), Maio (2001) e Maio et al. (2005) vêm refletindo sobre a tradução local de um projeto internacional, o Instituto Internacional da Hiléia Amazônica, gestado na década de 1940, ressaltando que “as investigações que se concentram em determinadas propostas ‘vindas de fora’ verificam a importância dos contextos, das tradições científicas locais, das trocas intelectuais, das contingências na definição dos cenários no campo da ciência. Estamos longe de uma via de mão única ao verificarmos as assimetrias nos intercâmbios científicos entre o centro e a denominada periferia” (Maio et al., 2005, no prelo).

instituições adquiriram no século XIX, tendo em vista tanto a rede museal e científica mais ampla, quanto às relações que estabeleceram com a sociedade local. Minha pesquisa confirma o que outros autores demonstraram, ou seja, que esses museus eram *polifônicos*, como ressaltou Gualtieri (2001) ao identificar as diferentes opções teóricas de seus pesquisadores; e também *polissêmicos*, como concluiu Alves (2001) ao destacar significados políticos específicos para o caso do Museu Paulista. Nesse sentido, a análise das *tradições científicas locais*, isto é, das maneiras pelas quais a ciência foi praticada em cada museu, impõe-se como um dos desdobramentos possíveis (e necessários) ao recente desenvolvimento da historiografia¹⁷.

A tese foi estruturada em quatro capítulos. No primeiro abordei o Museu Paraense no período imperial, tomando o cuidado para não ‘contaminar’ minha análise com o discurso que os políticos republicanos cristalizaram sobre essa instituição. Privilegiei o contexto de criação do museu em 1866, relacionado à discussão sobre a instrução pública e sobre o potencial econômico dos recursos naturais da região; a participação de Domingos Soares Ferreira Penna na fundação da instituição, à época investido do cargo de Secretário de Governo; o projeto do Museu Paraense e a sua absorção pelo governo provincial, em 1871. Demonstro que a instituição não chegou a ser efetivamente instalada e estruturada por razões políticas. Em oposição às dificuldades que verifiquei na província, ressaltei o papel central do Museu Nacional do Rio de Janeiro nas investigações antropológicas realizadas na Amazônia, particularmente suas relações com Ferreira Penna e com o Museu Paraense.

Se durante o Império as dificuldades para a realização dos planos de Ferreira Penna pareciam intransponíveis, o cenário se inverteu após a proclamação da República. Esse é o assunto do segundo capítulo, que inicia chamando a atenção para um personagem central da história do Museu Paraense, talvez tão importante quanto Ferreira Penna, José

¹⁷ O conceito de “tradição científica” não precisa, necessariamente, ser associado a conteúdos cognitivos representados por um conjunto de teorias, à maneira de Kuhn (2000). Ele pode também ser manipulado do ponto de vista sociológico, como fez Kreimer (1999, p. 11-14), exigindo, portanto, a análise do contexto local, das relações de filiação entre mestres e alunos, das instituições científicas propriamente ditas e de sua infra-estrutura, dos sistemas de identidade e de referência adotados (língua e práticas comuns aos membros de uma determinada tradição), das práticas cotidianas de produção do conhecimento, das relações sociais entre cientistas, entre estes e o poder público e outros atores sociais.

Veríssimo Dias de Mattos (1857-1916). Foi ele quem ‘restaurou’ o projeto de Ferreira Penna após ser nomeado Diretor da Instrução Pública, em 1890. Demonstrei a influência de Ferreira Penna sobre Veríssimo, bem como a construção por este último de um aparato ideológico que valorizou o Museu Paraense no conjunto das instituições culturais do Pará. Esse aparato estava conectado, a um só tempo, com as idéias que Veríssimo nutria sobre educação, bem como com as ambições políticas dos primeiros governantes republicanos do Pará, empenhados em construir, sobre os vestígios do Império, uma nova sociedade. Apesar de Veríssimo ter permanecido pouco tempo no governo, seu projeto foi perpetuado pelo governador Lauro Sodré (1858-1944), nosso terceiro personagem. Foi na sua gestão, marcada por fortes princípios positivistas, que Emílio Goeldi foi contratado e o Museu Paraense reformado.

O terceiro capítulo caracteriza a agenda científica do Museu Paraense, já sob a gestão de Goeldi. Ele inicia argumentando que os tradicionais estudos faunísticos e florísticos, centrados na taxonomia e sistemática, mantiveram-se centrais no final do século XIX, como o são até hoje para os museus de história natural. O projeto científico de Goeldi era justamente reunir dados para a publicação de uma grande obra intitulada “Fauna do Brasil”. Ele não conseguiu realizar o projeto, mas deixou, juntamente com seus assistentes de pesquisa, inúmeros estudos sobre o assunto.

Nesse capítulo, duas dificuldades se interpuseram ao longo da pesquisa: a enorme produção científica do Museu Paraense e a grande diversidade de temas e disciplinas estudadas por Goeldi e seus colegas, o que torna extremamente complexa a agenda científica da instituição, *multivocal* e *multifocal*. Por esse motivo, abordei apenas a produção de Goeldi – o mentor e líder da instituição – e, particularmente, seus trabalhos sobre a ornitologia, sua ciência predileta e na qual mais se destacou. A partir desse recorte, procurei reconstituir a obra de Goeldi a partir da sua interlocução sobretudo com cientistas do Museu Britânico, processo que inseriu o zoólogo suíço (e o Museu Paraense) no ‘sistema coletivo de identificação’ que regulava as discussões sobre a avifauna neotropical. O capítulo finaliza com a análise de alguns estudos evolucionistas de Goeldi, a partir dos quais evidenciei como os museus do final do século XIX integraram estudos taxonômicos e evolucionistas em suas agendas¹⁸.

¹⁸ A produção científica do Museu Paraense foi pouco estudada até o momento. A maior parte dos trabalhos limita-se aos relatórios administrativos e aos textos publicados no *Boletim do Museu Paraense*. Consequentemente, avalia-se a complexa produção do museu apenas por meio do seu periódico, o qual, não obstante, divulgou a menor parte dela. Procurei ampliar as fontes científicas com a intenção de dar uma

O quarto capítulo mostra como demandas científicas e estatais se cruzaram no Museu Paraense. Ele explora o envolvimento de Goeldi e de outros pesquisadores do museu no Contestado do Amapá (1897-1900), o episódio final da disputa secular entre Brasil e França pela maior parte da Guiana Brasileira. A atuação diplomática de Goeldi o motivou a desenvolver pesquisas e a publicar trabalhos que colaboraram para o conhecimento da região e que, ao mesmo tempo, foram importantes como ‘propaganda’ da causa brasileira. O capítulo também explora as pesquisas de Goeldi nos campos da entomologia médica e da etiologia da febre amarela, igualmente originadas de uma demanda estatal, mas conectadas a um movimento científico internacional. Ambos os episódios revelam uma instituição integrada à sociedade local, um diretor identificado com as questões nacionais e uma agenda científica permeável às contingências políticas.

Não foi minha intenção redigir uma completa história institucional. Selecionei alguns episódios e personagens da história do Museu Paraense com o objetivo de demonstrar como se deu a construção desse museu, um processo ininterrupto e de intensas trocas entre o ambiente científico e as contingências locais¹⁹.

dimensão mais completa às investigações do Museu Paraense. Esse trabalho consistiu na recuperação (muitas vezes detetivesca) de artigos e livros publicados em outras línguas, principalmente o alemão, e em periódicos raros. A tradução dos textos em inglês e francês para o português é de minha autoria. Os escritos em alemão foram vertidos por João Batista Poça da Silva, professor da Casa de Estudos Germânicos da Universidade Federal do Pará, num trabalho difícil de reconstituição do estilo formal de Goeldi e de interpretação de frases e expressões que caíram em desuso após o abandono da escrita gótica, mas que foi muito bem sucedido.

¹⁹ Cabe uma última nota sobre as fontes primárias. Os fundos documentais do arquivo do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) iniciam em 1891, ano em que Veríssimo ‘restaurou’ a instituição. Antes dessa data, os documentos relativos ao Museu Paraense estão dispersos em vários fundos do Arquivo Público do Estado do Pará, ainda não tratados tecnicamente (assim como os do MPEG), o que exige do historiador um trabalho de garimpagem pouco recompensador. Lamentavelmente, os papéis da gestão de Emílio Goeldi (1894-1907), guardados no MPEG, são muito depauperados se comparados com os da gestão do seu sucessor, Jacques Huber (1907-1914), possivelmente porque Goeldi recolheu parte do arquivo ao deixar o Brasil (ao contrário de Huber, que faleceu em Belém). A maior parte dos documentos da gestão de Goeldi é administrativa e burocrática. Encontrei algumas poucas cartas pessoais. Os descendentes do cientista também dispõem de pouca coisa. Na Suíça existe algum material, mas a maior parte é relativa às atividades de Goeldi na Universidade de Berna. De acordo com os descendentes de Goeldi, o arquivo pessoal e a biblioteca do zoólogo foram destruídos pelo tempo e pela incúria.

2 O MUSEU PARAENSE NO PERÍODO IMPERIAL

Em 22 de junho de 1908, dois monumentos foram inaugurados nos jardins do Museu Paraense. O primeiro era dedicado à memória do mineiro Domingos Soares Ferreira Penna (1818-1888), ex-Secretário de Governo da Província do Grão-Pará, fundador do Museu Paraense e naturalista-viajante do Museu Nacional do Rio de Janeiro. O segundo homenageava os naturalistas bávaros Karl Friedrich von Martius (1794-1868) e Johann Baptist von Spix (1781-1826), que percorreram o território brasileiro entre 1817 e 1820. Os jornais anunciaram o evento na primeira página: *A Província do Pará* descreveu a cerimônia pormenorizadamente, enumerou as várias autoridades presentes e reproduziu na íntegra os dois discursos feitos pelo diretor da instituição, Jacques Huber (1867-1914)²⁰. *A Folha do Norte*, por sua vez, no melhor estilo de um jornal de oposição, destacou um detalhe omitido pelo concorrente: “A bela festa de homenagem aos saudosos naturalistas que perambularam a região amazônica, Domingos Soares Ferreira Penna, Spix e Martius, foi quase totalmente prejudicada pela chuva torrencial e prolongada que desabou à hora marcada para a solenidade da inauguração das hermas”²¹.

A despeito das versões divergentes dadas ao sucesso da cerimônia, os jornais foram unânimes ao reconhecer os significados políticos do ato. O dia marcado para a inauguração era feriado estadual, decretado em memória da promulgação da constituição do Pará, festa máxima do governo republicano local²². Era a data perfeita para as “altas autoridades” do estado homenagearem três pioneiros do conhecimento científico da Amazônia, uma “prova significativa de que o governo do Pará está resolvido a proteger a ciência e honrá-la nos

²⁰ “Inauguração dos Monumentos de Ferreira Penna e de Spix e Martius”. *A Província do Pará*, Belém, 23 de junho de 1908. Reproduzido em Huber (1910, p. 49-53).

²¹ “No Museu Goeldi”. *Folha do Norte*, Belém, 23 de junho de 1908, p. 1.

²² *Folha do Norte*, Belém, 21 de junho de 1908, p. 2.

seus representantes perante todo o mundo civilizado”²³. A própria localização dos monumentos, erguidos diante do edifício central do Museu Paraense e voltados para a Avenida da Independência, deveria falar para o povo e para os visitantes estrangeiros: do lado oriental, as hermas de Spix e Martius (Figura 1) foram assentadas, lembrando, uma, o estudo da fauna e a outra, da flora²⁴; do lado ocidental, o busto de Ferreira Penna (Figura 2) foi exposto sobre um pedestal com as inscrições: “D. S. Ferreira Penna, 1818-1888, Iniciador da idéia do Museu Paraense”; “Geógrafo e Etnógrafo”; “Filho da terra mineira, conhecedor profundo da natureza amazônica, onde viveu e morreu”; “Mandado erigir pelo Governador Montenegro”.

A correspondência entre os monumentos foi explicada pelo próprio Huber em um artigo publicado na véspera da inauguração, acrescentando mais um elemento simbólico de grande relevância para a época:

Na parte oriental do horto botânico, numa praça circular circundada de palmeiras e arvores da família das leguminosas, eleva-se o outro monumento que, pelas suas feições e por sua significação, constitui um *pendant* interessante ao monumento de Ferreira Penna. Enquanto que este último, mandado erigir pelo governo do Pará a um cientista brasileiro, foi executado no Brasil por um distinto artista brasileiro (Bernardelli)²⁵ e com materiais nacionais, o monumento de *Spix* e *Martius* é um presente da Academia de Ciências da Baviera, oferecido ao Museu Goeldi em memória daqueles dois sábios bávaros e executado com raro gosto e grande originalidade por um reputado artista bávaro [Karl Kiefer], com materiais daquele país. (Huber, 1910, p. 45)

Os patronos, além de representarem as áreas de atuação do museu (história natural e etnografia), deveriam estabelecer os elos entre o passado e o presente, entre uma época em que estrangeiros dominavam o cenário científico e outra em que a nação brasileira despertava para a ciência, graças ao trabalho visionário de homens como Ferreira Penna. Entre os monumentos, o edifício central do Museu Paraense era a prova material de que

²³ Em seu discurso sobre Ferreira Penna, Huber (1910, p. 50) enfatizou: “Não se trata aqui de celebrar a memória dum grande guerreiro nem dum estadista eminente ou dum príncipe da igreja, mas sim de um homem que, vivendo em condições modestas, fez do estudo da geografia e da historia da sua pátria adotiva a sua ocupação predileta, conseguindo pela dedicação e amor ao trabalho ser um mestre universalmente reconhecido nestas matérias”.

²⁴ Os medalhões contêm as seguintes inscrições: “Johannes de Spix – Ex Bavaria Ortus – De Animalibus Brasiliae – Indagandis et cognoscendis – Optime meritis” (João de Spix, natural da Bavária, benemérito pelos seus estudos e contribuições ao conhecimento dos animais do Brasil) e “Carolus de Martius – Ex Bavaria Ortus – Florae Brasiliensis – Perscrutatione et collectione – Praeclarissimus” (Carlos de Martius, natural da Bavária, preclaríssimo pelas suas pesquisas e coleções a respeito da Flora do Brasil).

²⁵ Trata-se do escultor mexicano Rodolpho Bernardelli (1852-1931), professor da Academia Imperial de Belas Artes e posteriormente diretor da Escola Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro.

uma ciência brasileira se firmava. Afinal, fora o próprio governador do Estado, Augusto Montenegro, quem encomendara o busto de Ferreira Penna e mandara fincá-lo diante do museu, para lembrar que as dificuldades enfrentadas pelo intelectual mineiro na época do Império já não existiam. Como disse Huber (1910, p. 51), “felizmente hoje as coisas mudaram de aspecto. O Museu já é uma instituição amparada pelos poderes públicos que vêm nele um fator eficaz do progresso desta terra”.

Pelo exposto, já é possível perceber que a história do Museu Paraense na época do Império foi deliberadamente construída pelos republicanos que reformaram a instituição na década de 1890, principalmente José Veríssimo (1857-1916), o mentor da homenagem a Ferreira Penna. Antes do monumento ser erguido no museu, Veríssimo publicou dois textos no *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Ethnographia* (doravante *Boletim do Museu Paraense*), que delineiam a retórica republicana sobre o passado da instituição. O primeiro era a reprodução do discurso pronunciado por Veríssimo, então Diretor Geral da Instrução Pública do Estado do Pará, na ocasião da “restauração” do museu sob o regime republicano, em 1891 (Veríssimo, 1894a). O segundo era uma biografia de Ferreira Penna, com a qual Veríssimo pretendia render uma homenagem ao “verdadeiro fundador” do museu (Veríssimo, 1895b)²⁶. Nesse texto, o crítico literário vinculou o nome de Ferreira Penna ao museu republicano, como se este fosse a materialização do museu imaginado pelo intelectual mineiro no distante ano de 1866.

Segundo Veríssimo, o Museu Paraense teve “vida inglória, obscura e inútil” até aquele momento devido à “mal avisada economia” e “ridícula parcimônia” das administrações da província à época do Império (Veríssimo, 1894a, p. 5). Na República, contudo, provido de “meios suficientes” e “capazmente dirigido”, o museu deveria honrar a importância comercial da capital da borracha, como “um dever de sua civilização” (Veríssimo, 1894a, p. 6). A propaganda republicana se encarregaria de disseminar esses

²⁶ A disputa em torno do “verdadeiro fundador” tinha uma razão: no primeiro fascículo do boletim, publicado em 1894, o diretor do museu e redator do periódico, Emílio Goeldi (1859-1917), estampou na página de rosto uma fotografia do governador Lauro Sodré (1858-1944), com a seguinte legenda: “Homenagem justa prestada àquele que verdadeiramente **CRIOU** [sic] o Museu Paraense, dando-lhe corpo e alma”. No fascículo seguinte, de 1895, quem aparecia na página de rosto era Ferreira Penna, desacompanhado de legendas, mas com a biografia de Veríssimo, cujo texto iniciava assim: “(...) o Museu Paraense restaurado, não pretende somente render um devido e justíssimo preito de homenagem ao modesto cientista que foi o seu verdadeiro fundador. Instituição científica paraense, revivida ao esclarecido impulso de um nobre e alevantado desejo de dar a este futuro estado todos os órgãos necessários à sua civilização, paga ele também uma parte, diminutíssima embora, da dívida ainda em aberto desta terra ao grande sabedor das suas coisas” (Veríssimo, 1895b, p. 57). Goeldi tentou desfazer o imbróglio com Veríssimo por meio de uma nota, afirmando que a biografia de Ferreira Penna não fora publicada no primeiro fascículo porque a fotografia que deveria acompanhá-la não ficou pronta a tempo.

traços historiográficos nos muitos relatórios publicados pelos governos estadual e municipal, construindo uma imagem positiva do novo regime político simultaneamente à interpretação negativa dos feitos do Império²⁷. Foram precisamente esses traços – em cujo pano de fundo está a idéia de evolução social, cara aos republicanos positivistas – que muitos autores contemporâneos adotaram para demarcar as várias fases que o centenário Museu Paraense atravessou, do período “pré-científico” (Império) ao “científico” (República)²⁸.

A meu ver, a leitura da história do Museu Paraense durante o Império deve levar em consideração as armadilhas historiográficas. Para evitá-las, convém analisar o contexto de criação do Museu Paraense e os significados que a instituição adquiriu para a elite dirigente do Pará durante o Império. Convém, ainda, averiguar o papel de Ferreira Penna na política local, sua atuação à frente do Museu Paraense e sua obra. Acreditamos que a dicotomia Império-República, entendida como oposição entre uma fase ‘pré-científica’ e outra ‘científica’, pode ser diluída se abordarmos o assunto não a partir do que o Museu Paraense se tornou nos anos 1890, e sim levando em consideração as razões e as dificuldades em manter um museu de ciências funcionando numa província que, a cada ano, via sua economia crescer num contexto de grande centralização administrativa e financeira.

O capítulo inicia demonstrando que, na década de 1860, o projeto de fundar um museu de história natural na província não era novo. Algumas iniciativas governamentais podem ser registradas nesse sentido desde 1840, incluindo um museu criado na lei, mas não efetivamente implantado. Em todas essas iniciativas as preocupações centrais convergiam para a instrução pública e para a montagem de uma exposição de produtos naturais amazônicos, que servisse a um só tempo como incentivo para empreendedores e como mostruário das riquezas naturais da região. Essa visão sobre as funções de um museu

²⁷ Alguns autores dedicaram-se ao estudo da propaganda política feita nos primeiros anos da República, como forma de atrair a atenção e a simpatia da população ausente do movimento que depôs D. Pedro II. Essa propaganda incluiu a construção de monumentos, a utilização e a manipulação de imagens e de símbolos. Ver, por exemplo, Carvalho (1990) e, no caso do Pará, Coelho (2002).

²⁸ A divisão da história brasileira entre períodos ‘pré-científico’ e ‘científico’ (geralmente coincidindo com o Império e a República, ou com a colônia e o país independente) foi bastante comum nos trabalhos produzidos até a década de 1980. Os mais conhecidos são Azevedo (1949, 1994) e Stepan (1976). A partir da década de 1990, muitos historiadores têm criticado o que consideram uma visão a-histórica e positivista da história da ciência, como Lopes (1997), Figueirôa (1997), Edler (1999, 2001), Sanjad (2001b) e Almeida (2003). No caso do Museu Paraense, ver a obra de Osvaldo Cunha nas referências bibliográficas. As “fases” que Cunha estipulou na história da instituição influenciaram, dentre outros, os seguintes autores: Simões (1981), Barreto (1992), Leite (1993) e Bertho (1994a, 1994b, 2001).

de história natural coaduna-se com os debates relacionados à Biblioteca Pública e ao Liceu Paraense, instituições às quais o museu foi intimamente ligado durante o Império.

2.1 Instrução pública, progresso e museus no Pará²⁹

No Pará, a idéia de ‘museu’³⁰ aparece na administração provincial de maneira bastante vaga, mas intermitente, ao longo de todo o Império. Também aparece associada a duas outras instituições que teriam funções similares, a Biblioteca Pública e o Liceu Paraense³¹. A primeira proposta concreta para a criação de um museu de história natural em Belém é reveladora das expectativas que as elites regionais demonstraram com relação ao cultivo das ciências. Ela remonta à reforma administrativa da província ocorrida no final da Cabanagem (1835-1840), a qual procurou recuperar as instituições imperiais prejudicadas pela revolta e, ao mesmo tempo, organizar o poder local de acordo com as leis instituídas durante a Regência³². Juntamente com a recuperação do antigo jardim botânico colonial, criado em 1796³³, um Gabinete de História Natural, uma Biblioteca Pública e um Gabinete de Física foram considerados como instituições necessárias para o melhoramento da instrução pública (Miranda, 1840, p. 24). Assim, faziam parte de um conjunto de medidas discutidas no âmbito governamental com o fim de restituir a ‘civilização’ ao Pará. Como a ‘ignorância’ das camadas populares foi responsabilizada pela eclosão da Cabanagem, as autoridades pretenderam criar instituições de ensino e formação operária, publicar livros, importar máquinas e instrumentos, contratar técnicos qualificados

²⁹ Os itens 1.1 e 1.2 são versões modificadas e ampliadas de um trecho do terceiro capítulo de Sanjad (2001a, p. 172-184).

³⁰ Nota semântica: nas fontes consultadas, a palavra ‘museu’ é quase sempre utilizada como sinônimo de ‘exposição’. Frequentemente utiliza-se ‘museu’ para fazer referência a uma mostra de objetos, e não a uma instituição com características bem definidas, na qual a montagem de exposições é apenas uma de suas atribuições.

³¹ Os liceus e os ginásios foram escolas de ensino secundário criadas no país depois da reforma do ensino ocorrida na Regência e, particularmente, depois da criação do Ginásio Nacional, em 1837, no Rio de Janeiro. Por força da lei, essas instituições centralizavam nas capitais o ensino secundário (cf. Almeida, 2000; Moacyr, 1939).

³² Dominando extensa parte da região amazônica, os ‘cabanos’ constituíram um governo à revelia da Regência, a quem acusavam de defender interesses portugueses e responsabilizavam pelos males que afligiam a província. Em 1835, Belém foi invadida pelos revoltosos e, no ano seguinte, retomada pelas tropas legalistas, ficando o movimento ativo nas cidades do interior até 1840, quando foi dado como controlado. Sobre a Cabanagem, ver Raiol (1970) e Ricci (2001, 2003).

³³ O assunto foi tratado em Sanjad (2001a, 2003c).

e também controlar a parcela da população considerada ‘ociosa’, obrigando-a a trabalhos forçados³⁴.

Nas duas décadas posteriores à Cabanagem, havia uma crença generalizada entre as autoridades paraenses de que somente o trabalho e a instrução poderiam restabelecer a ‘ordem’ na província³⁵. Para o comandante das tropas legalistas e grande mentor da reforma das instituições provinciais, Francisco José de Souza Soares de Andrea (depois Barão de Caçapava), as noções de “respeito aos superiores”, “autoridade pública”, “religião”, “disciplina”, somente seriam recuperadas por um governo forte e austero, que fosse capaz de destruir o “germen” dos males sociais e estatuir “medidas que lhe sejam diametralmente opostas” (Andrea, 1838, p. 3)³⁶. Uma dessas medidas foi a criação, na primeira sessão da Assembléia Provincial do Pará, em 1838, do Estabelecimento de Educandos Artífices, com os objetivos de centralizar a execução das obras públicas que se julgava urgentes para Belém, introduzir o uso de novos instrumentos e máquinas a vapor nessas obras, e formar jovens desprovidos de recursos em atividades técnicas, desde que ajudassem nos serviços requeridos pelo governo e colocassem sua força de trabalho à venda para auto-sustentar o estabelecimento (Franco, 1842).

No ano seguinte, ao mesmo tempo em que se discutia a criação da biblioteca e dos gabinetes de história natural e de física, o presidente Bernardo de Souza Franco defendia que, a exemplo da recém-criada casa de educandos, a instrução pública fosse reformada com a introdução de conhecimentos aplicáveis à “vida ativa e laboriosa” que os jovens deveriam ter. Assim, no entendimento do presidente da província, os que fossem se dedicar à agricultura deveriam estudar “Botânica descritiva e aplicada”; os que fossem viver da pecuária, “Arte veterinária”; e assim por diante (Franco, 1839, p. 5). Urgia, portanto, criar “cadeiras” de botânica, veterinária, geometria e “geometria aplicada às artes”, a fim de formar os profissionais que a província necessitava. No entanto, somente a de geometria

³⁴ Nesse sentido, a repressão aos movimentos sociais no Pará, como a criação em 1838 dos Corpos de Trabalhadores, companhia militarizada que arrematava escravos libertos ‘desocupados’ e a população pobre considerada ‘ociosa’, não pode ser dissociada das medidas governamentais relacionadas à instrução pública (incluindo aqui o incentivo às atividades científicas). Pela leitura dos relatórios provinciais pode-se depreender que, enquanto estas últimas tinham um caráter preventivo, pois foram destinadas à “formação da mocidade”, como se dizia, as primeiras foram instituídas com o fim imediato de manter o controle político e social da província. Sobre os Corpos de Trabalhadores, ver Fuller (1999).

³⁵ Para alguns autores, a Cabanagem gerou um tipo de receio nas elites paraenses, que durante décadas reclamaram por duras medidas repressoras às fugas de escravos, bem como por iniciativas de caráter civilizatório, incluindo o incentivo dos pobres ao trabalho regular, à prática religiosa e à instrução (Cf. Bezerra Neto, 2001; Batista, 2004).

³⁶ ‘Ordem’ e ‘civilização’ foram, a propósito, os dois grandes lemas sobre os quais o Segundo Reinado foi erigido. Nesse sentido, é interessante verificar como o assunto foi tratado por Andrea em 1838, pois este viria a se tornar um dos grandes arautos do projeto saquarema (cf. Mattos, 1999).

foi criada, justamente a que Andrea havia sugerido um ano antes como um anexo ao Estabelecimento dos Educandos, destinado ao desenho de engenharia civil, arquitetura e de máquinas. Em 1840 a “Escola de Geometria” já estava instalada e provida de um mestre.

De acordo com Franco (1839, p. 5), as demais cadeiras de ensino não foram criadas por causa da carência de mestres habilitados, da instabilidade política e da rebeldia social que ainda reinava na província, ameaçando “a massa inteligente, ilustrada e pacífica”. A Assembléia Provincial deliberou, então, que esses problemas deveriam ser enfrentados, dentre outras medidas de coerção, por meio do envio de pensionistas para o exterior, a fim de se especializarem nas matérias úteis ao governo, e também por meio do apoio à biblioteca que a Câmara Municipal tentava instalar na capital através de uma subscrição pública (Collecção..., 1840, p. 21-23; Benjamin, 1854). No primeiro caso, foram enviados já em 1840 três jovens para diferentes centros da Europa, a fim de se formarem em mineralogia, veterinária e engenharia civil. Ao retornarem, seriam comissionados para determinadas tarefas técnicas e científicas ou mesmo contratados para o serviço público³⁷. No segundo caso, a Assembléia decidiu coadjuvar a iniciativa da Câmara, dotando a biblioteca de uma verba especial. Contudo, tanto o gabinete de história natural quanto o de física, propostos inicialmente como anexos da biblioteca, foram preteridos da decisão dos deputados. Somente a biblioteca seria efetivamente criada e anexada, em 1846, ao Liceu Paraense, instituição que centralizava o ensino secundário na província³⁸.

O Liceu foi criado em 1841 para dar aos jovens tanto a formação ‘literária’, como se dizia então, quanto a técnica, reunindo as tradicionais cadeiras do ensino humanista e também as de geometria, escrituração mercantil e outras³⁹. Como Belém não possuía uma instituição de ensino superior, cabia ao Liceu fornecer a preparação para os jovens que iriam prosseguir na vida acadêmica. Os professores do estabelecimento eram os mais bem pagos da província e tinham por função, além de suas atribuições docentes, zelar pelo ensino primário. A Diretoria da Instrução Pública, por exemplo, foi criada juntamente com

³⁷ O envio de pensionistas para o exterior e outras capitais brasileiras, instituído em 1839, tornou-se uma prática que vigorou ininterruptamente no Pará até o início do século XX.

³⁸ O Liceu Paraense foi a principal instituição cultural e educacional do Pará durante o século XIX e início do XX. Criado como Liceu (1841), a instituição recebeu os nomes de Colégio Paraense (1855), novamente Liceu Paraense (1870), Ginásio Paes de Carvalho (1901) e outros. Nesse estudo adotamos apenas Liceu Paraense (cf. O Pará..., 1910; Moura, 1915; Moacyr, 1939, p. 75-165; Moreira, 1989, p. 150-156; Rego, 2002).

³⁹ De acordo com esse entendimento, dois cursos foram criados no Liceu, o de Humanidades e o Comercial (cf. Franco, 1842, p. 12).

o Liceu, devendo o diretor deste acumular ambos os cargos. Mais tarde, quando foi criado o Conselho de Instrução, os professores do Liceu ganharam assento cativo no órgão⁴⁰.

Muitos foram os debates ao longo da década de 1840 sobre o Liceu, envolvendo a presidência e a Assembléia Provincial: remuneração e qualificação dos professores, estrutura curricular, método de ensino, concessão de pensões, etc. O que nos interessa no momento é destacar que, no início da década seguinte, em 1851, dando prosseguimento àqueles debates, uma grande reforma no ensino foi votada pela Assembléia, cujos principais tópicos eram dar uma orientação mais técnica para o ensino público e estabelecer os critérios para a contratação de professores e inspeção das escolas (Aguiar, 1852, p. 25). No primeiro caso e com relação à educação secundária, foram criadas no Liceu cadeiras para o ensino de “Noções de Física, Química e Botânica” e de “Desenho geométrico e topográfico”. No segundo caso, houve maior centralização do ensino e, pode-se dizer, foi dado início a um movimento corporativo dos docentes. A reforma recomendava, por exemplo, a “centralização completa da instrução secundária nesta capital, elevando-se o liceu ao maior grau de aperfeiçoamento que for possível”⁴¹.

Em 1856, durante o processo de avaliação e revisão dessa reforma, o presidente Sebastião do Rego Barros e o Diretor da Repartição de Obras Públicas, José Coelho da Gama e Abreu (1831-1906)⁴², tentariam criar um museu em Belém. Em relatório

⁴⁰ O quadro docente do Liceu era constituído pela elite intelectual da cidade de Belém, professores que não raras vezes ocupavam simultaneamente cargos legislativos na Câmara Municipal, na Assembléia Provincial e na Câmara dos Deputados. A nomeação para lente do Liceu, feita a partir de concursos públicos, certamente era um bom ponto de partida para os que almejavam uma carreira política amparada numa ocupação que tinha prestígio social e algum rendimento econômico. Os cursos, por sua vez, eram freqüentados obrigatoriamente pelos filhos da elite local, antes de seguirem para a Europa ou para as faculdades do Nordeste e do Sudeste. Essa situação garantiu a existência de várias gerações de patronos do Liceu, nas quais estão incluídos os homens mais poderosos do Pará, orgulhosamente arrolados nas efemérides e nas publicações comemorativas (cf. Rego, 2002).

⁴¹ Dois anos depois dessa reforma, o novo presidente da província a criticava por rigorosa na fiscalização dos professores e por não ter privilegiado a educação primária, cujo número de escolas considerava insuficiente. Para o presidente José Joaquim da Cunha, “(...) mais vale um professor menos instruído do que nenhum, isto quanto à instrução primária, que deve ser muito generalizada. Não se deve pensar da mesma maneira a respeito da instrução superior, a qual só pode chegar a quem tem meios para isso, nem é possível estabelecer uma universidade em cada vila” (Cunha, 1853, p. 12). Como ao presidente interessava a ampliação das escolas primárias, julgou supérfluas muitas das medidas estatuídas anteriormente, inclusive a cadeira de “Noções de Física, Química e Botânica” do Liceu. Em 1854 a cadeira seria extinta, sem nunca ter sido efetivamente instalada (cf. Cunha, 1854).

⁴² O matemático José Coelho da Gama e Abreu formou-se em Filosofia e em Matemática na Universidade de Coimbra. Assumiu a Repartição de Obras Públicas logo que retornou a Belém, em 1855. Nessa repartição tomou para si a tarefa de manter e reformar o antigo jardim botânico colonial. Ampliou o terreno, aumentou as plantações e contratou nove jardineiros franceses (Sanjad, 2001a). Foi lente do Liceu Paraense, foi eleito Deputado Provincial (1865-1867) e Deputado Geral (1868). Presidiu a Província do Amazonas (1868-1869) e do Pará (1879-1881). Em 1881 foi agraciado com o título de Barão do Marajó. Também foi diretor do Museu Paraense (1881), Presidente da Câmara Municipal, Presidente do Senado Estadual e Intendente Municipal de

apresentado ao Ministro dos Negócios do Império, Rego Barros anexou uma justificativa de Gama e Abreu sobre a necessidade de se criar na capital um estabelecimento de “recreio e instrução da população”. Além da reforma do jardim público, ainda era preciso melhorar e ampliar a biblioteca, assim como criar outras instituições destinadas “à coleção das riquezas botânicas, zoológicas ou mineralógicas que existem na Província”, especialmente um museu. O diretor da Repartição de Obras Públicas assim escreveu:

A necessidade destas instituições é palpável. Por meio de coleções de espécies mineralógicas convenientemente classificadas, acompanhadas da indicação de seus jazigos, é bem provável que novos campos se abram à especulação dos empreendedores, e outros tantos canais de produção venham enriquecer esta Província. Estas mesmas considerações aplicadas à Botânica nos mostram iguais vantagens. Quanto à parte zoológica com a simples troca dos nossos exemplares de espécies indígenas, pelas de espécies de outros países, fácil nos seria obter ricas coleções⁴³.

Possivelmente influenciado pelas atividades de Gama e Abreu à frente do jardim público, o presidente que sucedeu Rego Barros, Henrique de Beaurepaire Rohan, seguiu incentivando a instrução e as atividades científicas na província. Propôs a criação de internatos para cada um dos sexos no Liceu Paraense, para que acolhessem os jovens que, de outra maneira, teriam de ser enviados à Europa se quisessem estudar (Rohan, 1856, p. 10). Em 1857, também propôs à Assembléia Provincial a re-criação da cadeira de “Ciências Naturais” no Liceu, assim como a instalação de uma outra, destinada ao ensino de “Química Aplicada às Artes”, justificando-as da seguinte maneira: “Nesta província, onde abundam os produtos naturais, seria de muita vantagem que o estudo das ciências físicas despertasse o gosto de ensaios neste gênero” (Rohan, 1857, p. 13-14). As cadeiras foram efetivamente criadas e providas de mestres⁴⁴.

Belém (1891-1894). Homem de grande erudição, foi autor de vários livros sobre história e geografia da Amazônia (cf. Borges, 1970, p. 160-161; Cunha, 1989, p. 65-68).

⁴³ Informações sobre a Província do Pará prestada por Sebastião do Rego Barros ao Conselheiro Luís Pedreira do Couto Ferraz, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, 1856. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (doravante IHGB), lata 289, doc. 3.

⁴⁴ Embora prestigiado, o ensino do Liceu Paraense nem sempre foi de boa qualidade. Muitos foram os problemas relacionados à ausência de docentes (quando envolvidos em outras atividades ou em cargos eletivos), ao sistema de ensino adotado, à organização do currículo, à conveniência de internatos, à duplicidade de atividades com a Escola Normal, à infra-estrutura e aos salários dos professores, sendo algumas dessas questões comuns às escolas congêneres, principalmente o Ginásio Nacional (depois Colégio

Rego Barros e Beaurepaire Rohan foram conhecidos incentivadores das ciências no Império⁴⁵. Mas independentemente da formação e da posição pessoal com relação ao ensino das ciências, todos os presidentes da província reagiam com perplexidade diante da variedade de produtos naturais e do abandono da agricultura na Amazônia em benefício da indústria extrativa do látex⁴⁶. Apesar dos lucros crescentes auferidos por esta aos tesouros provincial e central, muitas das discussões entre os presidentes (na grande maioria nascidos em outras regiões) e os deputados provinciais, incluindo o apoio ao ensino das ciências, tinham como pano de fundo a oposição entre a agricultura e o extrativismo. Nesse sentido, algumas medidas foram propostas para combater o que se considerava uma ilusão e forçar o retorno da população interiorana à lavoura⁴⁷.

Uma delas foi a criação, em 1860, da Escola Rural D. Pedro II. Em conformidade com a política imperial de incentivo aos institutos agrícolas, vistos como solução para a falta de qualificação da mão de obra e para o atraso tecnológico da agricultura brasileira (Câmara, s.d.; Capdeville, 1991), essa escola seria destinada principalmente ao ensino

D. Pedro II), fundado em 1837 no Rio de Janeiro como modelo para o ensino secundário do país. Contudo, os problemas, debatidos à exaustão a cada ano, não revelavam apenas as deficiências do ensino, mas também o fato da instituição ter ocupado um lugar central na administração provincial. No âmbito da instrução pública, o Liceu foi priorizado em termos de aplicação de recursos e de salários ao longo de todo o século XIX. As demais instituições aqui mencionadas, como a Biblioteca Pública e o Museu Paraense, devem ser analisados dentro desse quadro, pois ambos foram tratados, por diversas vezes, como anexos ou apêndices do Liceu.

⁴⁵ O militar e matemático pernambucano Sebastião do Rego Barros (1803-1863) foi várias vezes deputado e também ministro da Guerra. Ardoroso defensor da modernização agrícola do país, escreveu “Noções Elementares das Ciências Aplicadas à Agricultura” (Recife, 1848). Ver Biografia: Sebastião do Rego Barros. In: *Pernambuco de A/Z*, http://www.pe-az.com.br/biografias/sebastiao_do_rego_barros.htm. Acesso em 24 de março de 2005. Quanto ao engenheiro fluminense e marechal Henrique de Beaurepaire Rohan (1812-1894), escreveu sobre lingüística, geografia, engenharia sanitária e agricultura. Publicou o relatório “O Futuro da Grande Lavoura e da Grande Propriedade no Brasil” (Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1878), sendo um dos principais arautos dos institutos agrícolas criados na segunda metade do século. Coordenou a comissão responsável pela elaboração da primeira carta geográfica do Brasil.

⁴⁶ Não assumimos a veracidade do suposto abandono da agricultura. Apenas indicamos a posição da grande maioria dos presidentes e vice-presidentes do Grão-Pará, fossem estes nascidos na província ou em outras regiões. O esclarecimento faz-se necessário porque um recente estudo demonstrou que as estatísticas agrícolas não comprovam os discursos oficiais contra a exploração do látex nas décadas de 1850 a 1870. Os discursos seriam voltados, na verdade, contra as novas relações de trabalho que se instituam na região, as quais poderiam colocar em risco as relações de poder no interior da economia (cf. Batista, 2004).

⁴⁷ O final da Cabanagem coincidiu com uma descoberta científica que viria mudar os rumos da economia amazônica: em 1839, Charles Goodyear (1800-1860) desenvolveu o processo de vulcanização do látex, que consistia no seu aquecimento juntamente com o enxofre. O processo resolveu um problema que limitava a industrialização da matéria-prima, a perda da elasticidade quando aquecida. A partir desse momento, a demanda industrial de látex cresceu sem parar devido às várias possibilidades abertas na utilização da borracha, do vestuário aos pneus de bicicletas, de instrumentos cirúrgicos a equipamentos pesados. Consequentemente, a economia do Grão-Pará, pequena e desestruturada em razão da guerra, foi rapidamente orientada para o fornecimento de látex às indústrias da Europa e dos Estados Unidos. No início da década de 1850, o látex já era o líder das exportações paraenses. Como era um produto extrativo e a Amazônia possuía uma população relativamente pequena, julgou-se que a nova e rentável atividade iria desviar os poucos agricultores para o extrativismo e provocar uma crise de abastecimento na região (cf. Santos, 1980; Weinstein, 1993).

agrícola, ao desenvolvimento da lavoura de cana de açúcar, assim como do fabrico deste, e à criação de gado. No regulamento da escola estavam previstos, ainda, a manutenção de um museu, a publicação de um periódico, os *Annaes da Escola Rural de D. Pedro 2º*, cujo fim seria “inspirar à população a vocação para a vida da agricultura”, e a fundação de uma escola florestal anexa, destinada à extração de madeiras (Amaral, 1861, p. 13). Embora procurando adaptar a escola aos recursos naturais locais (como se pode depreender da “escola florestal”), os deputados provinciais paraenses seguiram de perto os institutos agrícolas criados no Nordeste, principalmente o Imperial Instituto Bahiano de Agricultura, criado em 1859 pelo próprio D. Pedro II. A ênfase na produção açucareira, o ensino agrícola⁴⁸, o aperfeiçoamento técnico e a propaganda dessa atividade econômica por meio de periódicos e museus, são características comuns a vários institutos agrícolas (Araújo, 2002; Martins, 1995; Tourinho, 1982).

Enquanto a Escola Rural aguardava recursos para ser instalada – o que aconteceu de maneira bastante lenta e cheia de percalços com relação à sua localização – os debates sobre os rumos da economia paraense estimularam o presidente Antônio Coelho de Sá e Albuquerque a contratar, no mesmo ano de 1860 e sem a autorização da Assembléia Provincial, o naturalista francês Louis-Jacques Brunet, então Diretor do Gabinete de História Natural do Ginásio de Pernambuco, para fazer uma viagem pela província e percorrer o rio Amazonas e alguns de seus afluentes⁴⁹. Ao justificar a contratação de Brunet, Albuquerque afirmou que pretendia habilitar-se “com meios seguros de promover [no Pará] a exploração de objetos pertencentes aos três reinos da Natureza, tão abundantes aqui, e tão desconhecidos ao mesmo tempo” (Albuquerque, 1860, p. 51). Brunet faria uma coleção de objetos de história natural para o ginásio pernambucano e, ao mesmo tempo, foi encarregado de explorar e examinar alguns produtos que pudessem diversificar a pauta de

⁴⁸ É necessário esclarecer que a escola paraense era destinada ao ensino técnico, e não ao ensino superior, como o instituto bahiano.

⁴⁹ Louis-Jacques Brunet chegou a Pernambuco por volta de 1850 e propôs ao governo provincial a criação de um jardim botânico, cuja direção lhe deveria ser entregue. O jardim teria sua utilidade garantida pelo cultivo de quatro tipos de vegetais: as plantas alimentares, as árvores frutíferas, as plantas medicinais e as empregadas nas artes. Seria, principalmente, um “lugar de experiências” para o melhoramento das espécies exóticas e indígenas. Seu projeto não foi adiante, mas o naturalista foi empregado no Gabinete de História Natural do ginásio local, quando este foi criado em 1855 (Cf. Mello Neto, 1954). O então presidente do Pará conhecera Brunet alguns anos antes, quando aquele era presidente da Paraíba (1851-1853) e este iniciava uma extensa viagem (1853-1854) de coleta pelo sertão da Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí, expedição que se tornaria célebre pela qualidade das coleções e observações efetuadas pelo naturalista (cf. Macedo, 2004; Rosado e Silva, 2001).

exportações paraenses. Por determinação dos governos provincial e imperial, Brunet também formou coleções para o Museu Nacional do Rio de Janeiro⁵⁰.

As coleções que Brunet formava ao longo da viagem eram enviadas à Repartição de Obras Públicas, ou seja, para Gama e Abreu, que logo montou um pequeno mostruário de produtos que tinham potencial para a indústria e comércio (Amaral, 1861)⁵¹. O próprio diretor das obras públicas solicitou e obteve do governo isenção de qualquer imposto provincial, por dez anos, para os produtos que pretendia fabricar em máquinas a vapor, incluindo chocolate e óleos de vegetais indígenas. Para fazer frutificar o exemplo que acreditava estar dando, colocou à disposição do governo as coleções de Brunet, caso viesse a ser criado um museu de história natural.

Foi com a intenção de aproveitar essas coleções que os deputados Joaquim José de Assis (?-?) e Joaquim Pedro Corrêa de Freitas (1829-1888) – ambos lentes do Liceu Paraense – propuseram um artigo aditivo à Lei do Orçamento Provincial de 1862, estipulando em 600 mil réis o montante necessário para a instalação de um “Museu de História Natural”⁵². O aditivo foi aprovado, mas os recursos não foram aplicados por razões de economia⁵³.

Na mesma época, Gama e Abreu iniciava a transferência do jardim público para uma nova área, com a intenção de ampliá-lo e dotá-lo de melhor organização (Sanjad, 2001a). O mostruário que organizara dos produtos naturais da região dava seus primeiros frutos com a publicação, no relatório da administração provincial de 1863, de um catálogo de espécies vegetais úteis, especialmente as fornecedoras de fibras, contendo os nomes científico e vulgar, a área de ocorrência e os usos conhecidos (Brusque, 1863). Por sua vez, o diretor da Instrução Pública e do Liceu Paraense, Joaquim José de Assis, o mesmo que

⁵⁰ Cf. Ofício do Ministro dos Negócios do Império para a o Diretor do Museu Nacional, Rio de Janeiro, 9 de novembro de 1860. Arquivo do Museu Nacional (doravante AMN), BR.MN.MN.DR, pasta 6, doc. 111; Ofício do Diretor do Museu Nacional ao Ministro dos Negócios do Império, 27 de fevereiro de 1863. AMN, BR.MN.MN.DR, pasta 7, doc. 49.

⁵¹ Sobre as remessas e o destino das coleções que Brunet formou para o governo paraense, ver Arquivo Público do Estado do Pará (doravante APEP), Fundo Obras Públicas, volume 26, Ofícios da Presidência da Província ao Diretor da Repartição, mar./dez. 1860; e volume 27, Ofícios da Presidência ao Diretor de Obras, jan./jun. 1861.

⁵² Lei n.º 396, de 30 de outubro de 1861. No Título 1º, cap. 10º, art. 11º (Diversas despesas), o parágrafo 9º estipula a despesa “com a fundação de um Museu de História Natural” em 600\$000 (cf. Collecção..., 1862).

⁵³ A lei para o orçamento de 1864, de n.º 438, de 31 de dezembro de 1863, eliminou as verbas para a “fundação de um museu de história natural” (cf. Collecção..., 1864).

propôs à Assembléia Provincial a criação de um museu de história natural em 1861, publicou no mesmo relatório uma justificativa para a ampliação da Biblioteca Pública⁵⁴.

Em resumo, nas décadas de 1850 e 1860 podem ser registradas algumas iniciativas locais que tiveram como objetivo incentivar as ciências naturais na capital do Pará. No caso dos intelectuais e políticos envolvidos com a criação de um museu de história natural, como Gama e Abreu, Joaquim de Assis e Corrêa de Freitas, as preocupações oscilavam entre as necessárias melhorias na instrução pública e o desenvolvimento econômico por meio da agricultura e da industrialização de produtos nativos. A coleta, a conservação e a exposição dos produtos naturais da região poderiam, dentro dessa visão, contribuir para o progresso local e para a civilização da província. Essas eram, naqueles anos, as senhas para entendermos o lugar das ciências no debate entre políticos e intelectuais⁵⁵.

2.2 Domingos Soares Ferreira Penna e a origem do Museu Paraense

Em 1858, Domingos Soares Ferreira Penna (1818-1888)⁵⁶ assumiu a Secretaria de Governo da província do Grão-Pará. Suas atividades contribuíram significativamente para

⁵⁴ Joaquim José de Assis anexou ao relatório o catálogo dos livros existentes na biblioteca, do qual constavam autores como Frei José Mariano da Conceição Vellozo, Georges Cuvier, Alphonse de Candolle, Spix e Martius, e inúmeros tratados, compêndios, atlas e dicionários de história natural, botânica, fisiologia vegetal e animal, matéria médica, anatomia, química, tecnologia, indústria, física, geometria, arqueologia, geografia, astronomia e meteorologia, além das obras completas de Voltaire, Rousseau, D'Alembert e Kant (Brusque, 1863).

⁵⁵ O debate sobre a instrução pública, tal como se configurou na segunda metade do século XIX, e sobre as idéias de 'civilização' e 'progresso' que permearam esse debate encontra-se bem desenvolvido em Mattos (1999), incluindo o papel das instituições educacionais no projeto político que deu sustentação ao Segundo Reinado. Por sua vez, Schelbauer (1998) analisou vários discursos sobre a instrução pública, concluindo que a principal preocupação dos políticos e intelectuais do Segundo Reinado era com a formação de mão de obra operária e agrícola para a substituição do braço escravo e para a incorporação dos imigrantes estrangeiros à sociedade nacional. A mesma preocupação civilizatória pode ser observada no Grão-Pará, conforme Rizzini (2004) e Batista (2004).

⁵⁶ Nascido em Minas Gerais, chegou a Belém no final de 1858 pelas mãos de Manoel de Frias e Vasconcellos, recém-empossado presidente da província. Ferreira Penna foi indicado para o cargo de Secretário de Governo certamente pelas relações de sua família com a dos Vasconcellos. Ambas são originárias da região de Ouro Preto e tiveram vários representantes no poder durante o Império, filiados ao Partido Liberal. Ferreira Penna serviu a Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos quando este presidiu a Província de Minas Gerais, entre 1853 e 1855. De Ouro Preto, rumaram para São Paulo, província que Pereira de Vasconcellos presidiu entre 1856 e 1857. Em seguida, Ferreira Penna foi nomeado para trabalhar na Secretaria de Polícia da Corte, onde permaneceu pouco tempo, pois em 1858 seguiu com Frias e Vasconcellos para o Pará. Esta província já era conhecida da família, pois o irmão de Domingos, Herculano Ferreira Penna, havia exercido aí, por duas vezes, o cargo de presidente, em 1846-1847 e em 1847-1848. As informações biográficas de Ferreira Penna foram extraídas dos seguintes autores: Veríssimo (1888, 1895b), Cunha (1893), Corrêa Filho (1946b) e Cunha (1973; 1989, p. 20-47).

a ampliação das iniciativas locais voltadas para a prática da ciência, processo que redundou, como veremos, na criação do Museu Paraense em 1866. A instituição, contudo, foi precedida de uma mudança na vida de Ferreira Penna (Figura 3), que na década de 1860 passou a se dedicar à exploração geográfica e aos estudos amazônicos.

O cargo de Ferreira Penna era importante na administração provincial, pois a ele cabia assessorar diretamente os presidentes da província, receber ofícios, gerenciar o arquivo, informar sobre as ordens do presidente, coordenar tarefas técnicas, organizar a transição entre um presidente e seu sucessor e, muitas vezes, intermediar as relações entre a Assembléia Provincial e os presidentes, quando estes se mostravam inábeis politicamente ou pouco informados dos assuntos provinciais⁵⁷. Foi dessa posição que Ferreira Penna viu a contratação de Brunet, em 1860, e a proposição de um museu de história natural pela Assembléia, no ano seguinte. Não temos indícios de que tenha se envolvido diretamente nessas questões, mas podemos afirmar que ajudou a organizar, em 1861, a Exposição Provincial de Produtos Agrícolas e Industriais, realizada como preparação para a Exposição Nacional (Brusque, 1862, p. 56)⁵⁸.

Na qualidade de Secretário de Governo, Ferreira Penna seguiu participando, ao longo da década de 1860, da organização das mostras provinciais. No primeiro semestre de 1866, a Segunda Exposição Provincial de Produtos Agrícolas e Industriais foi aberta, obtendo um “excelente resultado” nas palavras do Barão de Arary (Arary, 1866, p. 15). A comissão responsável teria se esmerado na reunião dos produtos e na organização do catálogo, que seguiram no mesmo ano para figurarem na Exposição Nacional.

De sua posição, Ferreira Penna também administrava a remessa de coleções para a Corte e o trânsito de viajantes pelo Grão-Pará, particularmente os enviados pelo Museu

⁵⁷ Ferreira Penna permaneceu no cargo por nove anos, com dois períodos de interrupção, um por motivo de saúde (1865) e outro por dissensões políticas entre liberais e conservadores (1866). Sobre a atuação de Ferreira Penna na Secretaria de Governo do Pará, ver APEP, Códices 1274, Registro de Ofícios da Presidência, 1855-65; 1295, Registro de Ofícios Expedidos pelo Governo, 1858; 1296, Registro de ofícios dirigidos pela Presidência, 1858; 1298, Registro de ofícios dirigidos pela Presidência, 1858-9; 1305, Registro de ofícios, 1858-9; 1345, Ofícios de diversas autoridades, 1861-7; e 1402, Ofícios de diversos ao Presidente da Província, 1866.

⁵⁸ Não seria demasiado afirmar que o museu proposto por Joaquim de Assis e Correa de Freitas, em 1861, era uma decorrência direta da existência das coleções de Brunet (depositadas na Repartição de Obras Públicas, sob a guarda de Gama e Abreu) e do esforço em organizar a exposição provincial de produtos agrícolas. Na verdade, tivesse esse museu sido implantado, ele não seria o único criado a partir das exposições provinciais. O Museu Paranaense, por exemplo, surgiu de uma proposição feita por membros da comissão local preparatória para a Exposição Nacional de 1875, os quais, aproveitando as coleções reunidas e os contatos feitos com os colaboradores do interior, fundaram no mesmo ano uma Sociedade de Aclimação e, no ano seguinte, o museu (Lopes, 1997, p. 208-209).

Nacional, os quais chegavam, invariavelmente, com recomendações e pedidos ao presidente da província. Por exemplo, em 1860 foram colocados à disposição do presidente, pelo Ministro do Império, 500\$000 para a aquisição de coleções formadas por Brunet para aquele museu⁵⁹. Em 1864, o naturalista e comerciante de produtos de jardinagem Louis Arsène Onessim Baraquin, contratado pelo Museu Nacional, enviava por meio da presidência “duas caixas contendo objetos de história natural”⁶⁰. E em 1867, Ferreira Penna intermediou a remessa de vegetais feita por Gama e Abreu para o mesmo museu⁶¹.

Foi, ainda, na função de Secretário de Governo que Ferreira Penna manifestou interesse pelas viagens ao interior, pela estatística regional e pela coleta de produtos naturais. Em 1863, ofereceu seus serviços ao presidente da província, Francisco Carlos de Araújo Brusque, que numa conversa lamentou ao seu secretário a inexistência de informações sobre os recursos naturais e sobre as povoações do interior, “falta que era a causa principal de ficar frequentemente prejudicado o serviço público e o desenvolvimento e progresso do resto da Província” (Penna, 1864, p. 3). Em decorrência disso, ambos planejaram a exploração dos rios Tocantins e Anapu, em razão das dificuldades de navegação no primeiro e do potencial que o segundo apresentava para o incremento do comércio com o Xingu⁶². Segundo as instruções passadas pelo presidente, Ferreira Penna deveria descrever os “produtos naturais de maior proveito e vantagens para o comércio”; “o estado da agricultura e os seus principais produtos”; “a que indústrias se dedica a

⁵⁹ Ofício do Ministro dos Negócios do Império ao Diretor do Museu Nacional, Rio de Janeiro, 9 de novembro de 1860. AMN, BR.MN.MN.DR, pasta 6, doc. 111.

⁶⁰ Ofício do Presidente da Província do Grão-Pará ao Diretor do Museu Nacional, Dr. Leopoldo César Burlamaqui, Belém, 8 de outubro de 1864. AMN, BR.MN.MN.DR, pasta 7, doc. 125. Ver, ainda, Ofício do Ministro dos Negócios do Império ao Diretor do Museu Nacional, Rio de Janeiro, 5 de novembro de 1863. AMN, BR.MN.MN.DR, pasta 7, doc. 93; e Ofício do Diretor do Museu Nacional ao Ministro dos Negócios do Império, Rio de Janeiro, 26 de abril de 1864. AMN, BR.MN.MN.DR, pasta 7, doc. 107.

⁶¹ No despacho publicado no “Jornal do Pará”, em 21 de maio de 1867, Ferreira Penna acusava o recebimento de alguns “pés da planta denominada ‘abatua’”, enviados por Gama e Abreu. Determinou, em seguida, que fossem conservados no jardim botânico local para serem, posteriormente, remetidos ao Rio de Janeiro. Cf. *Jornal do Pará*, Belém, 21 de maio de 1867, n.º 116, p. 1.

⁶² Nesse mesmo ano, Brusque apresentou à Assembléia Provincial os planos do presidente de Goiás, José Vieira Couto de Magalhães, de estabelecer uma rota regular entre o Pará e aquela província por meio do Araguaia-Tocantins. Os principais impedimentos, segundo Magalhães, eram as cachoeiras do médio Tocantins, zona ainda pouco conhecida de ambas as administrações provinciais, e a falta de pontos de apoio às rotas. Para estudar a região, Brusque propôs “expedir uma comissão de exploradores, com o fim de estudar os meios de romper os obstáculos maiores (...)”, comissão essa que acabou sendo formada apenas por Ferreira Penna e pelo engenheiro Jerônimo Rodrigues de Moraes Jardim (cf. Brusque, 1863, p. 69-70).

população”; “quais os estabelecimentos fabris e agrícolas”; “qual a população fixa”; e “o estado das povoações e as suas necessidades mais urgentes” (Penna, 1864, p. 6)⁶³.

Nesse época, a preocupação com o ‘estado de civilização’ do interior tornou-se freqüente na administração provincial e imperial. Antes da viagem de Ferreira Penna, o presidente Antônio Coelho de Sá e Albuquerque, o mesmo que contratou Brunet, já havia apresentado um arrazoado à Assembléia Provincial sobre a necessidade de coligir informações do interior da província. Ele mesmo, com um desprendimento pouco comum aos demais presidentes, fez uma viagem em 1860 a Cametá, Óbidos e Macapá para ver pessoalmente o estado dessas povoações. Seu relatório é um testemunho do otimismo com que a agricultura era vista pela administração local – comparando as condições físicas do vale do Amazonas com as do Mississipi, com as Antilhas e com Cuba. Também revela o incômodo com as degradantes condições de trabalho dos seringueiros e alerta para o desvio de braços da agricultura para a extração do látex, “uma fonte de graves males para a Província” (Albuquerque, 1860, p. 41).

Embora não tivesse acompanhado o presidente nessa viagem, Ferreira Penna seguiu à risca as recomendações de Albuquerque. Organizou o relatório de sua primeira expedição em duas partes, uma sobre o Tocantins e outra sobre o Anapu (Figura 4). Na primeira, descreveu as condições de navegação e as principais cidades; forneceu dados históricos, estatísticos e econômicos; descreveu a geografia física da região do Baixo Tocantins e o grupo indígena que habitava a área (Anambé). Por fim, avaliou a indústria, o comércio e a agricultura local, destacando os produtos coletados e cultivados, bem como as maneiras pelas quais a produção poderia ser aumentada. Na parte relativa ao Anapu, a estrutura do

⁶³ A exploração dos rios amazônicos pelo governo provincial e imperial – regular a partir do final da década de 1850 – estava fundamentalmente ligada às negociações internacionais sobre a navegação fluvial na região. Na década 1850 vários países, principalmente Peru, Bolívia e Estados Unidos, pressionaram o governo brasileiro a permitir o trânsito de navios estrangeiros na bacia amazônica, ligando os portos fluviais dos países vizinhos aos centros comerciais da América e da Europa. A posição brasileira procurou retardar ao máximo essa decisão por temer o imperialismo britânico, norte-americano e francês numa região considerada despovoada. Assim, acordos bilaterais foram inicialmente assinados com cada país, mas em 1866 um decreto ministerial determinou a abertura do Amazonas para o dia 7 de dezembro, franqueando também os rios Tocantins, Tapajós, Madeira, Negro e São Francisco (este até as cachoeiras de Paulo Afonso). A solenidade de abertura do grande rio à navegação internacional ocorreu em Belém, a bordo de um barco, com a presença de autoridades imperiais, provinciais e cônsules de diversos países. A ata de abertura foi redigida por Ferreira Penna, que também organizou a solenidade (Carvalho, 1959; Reis, 1960; Cunha, 1973, 1989, p. 20-47).

relatório é a mesma: narração da viagem, descrição de cidades, da geografia física, das condições da navegação, da população, da indústria, do comércio e da agricultura⁶⁴.

O relatório de Ferreira Penna ampliou as discussões sobre a navegabilidade do Tocantins-Araguaia, rios considerados pelo Governo Imperial como um dos elementos de integração nacional. Em julho de 1864, José Vieira Couto de Magalhães (1837-1898) assumia a presidência do Pará, depois de um ano administrando Goiás (1863-1864). Nessa província teve a oportunidade de explorar pessoalmente os rios, publicando em 1863 o livro *Viagem ao Araguaia*⁶⁵. No Pará, onde permaneceu por dois anos, o assunto foi uma das suas prioridades. Mandou imprimir o relatório de Ferreira Penna na forma de livro e também o anexou na sua primeira mensagem à Assembléia Provincial, em agosto de 1864 (Magalhães, 1864). Ao se despedir da província, em 1866, deixou um plano para a navegação dos rios, apresentado à Praça do Comércio do Grão-Pará, onde afirmava que o Tocantins era “o mais direito e franco caminho para nossos esplendidos sertões (...)” (Magalhães, 1866, p. 1).

Para Ferreira Penna, a viagem ao Tocantins representou a descoberta de seu talento para a exploração geográfica, estatística, história natural e etnologia. Ele, de fato, voltaria a fazer outras viagens pelo interior, quando possível à custa do governo em missões semelhantes à do Tocantins. Mas também faria explorações particulares, movidas apenas pelo seu interesse em conhecer a região que adotou como pátria. Por exemplo, na mesma época em que começou a viajar, Ferreira Penna começou a coletar pessoalmente para o Museu Nacional e para vários viajantes que passavam pelo Pará. No início de 1866, Couto de Magalhães e Ferreira Penna receberam a comitiva de Louis Agassiz (1807-1873),

⁶⁴ Ferreira Penna relatou a dificuldade em encontrar produtos outrora abundantes, como a castanha-do-pará, o cravo, a baunilha e a copaíba, em razão da “imprevidência ou barbaridade dos seus usufrutuários”, os “colhedores”, que destruíram com o machado e o terçado as plantas que deviam “zelar, conservar e cultivar” (Penna, 1864, p. 81). Como apêndice ao relatório, apresentou uma pormenorizada análise sobre as plantas cultivadas e coletadas na região, dando informações sobre a história do cultivo, utilidades, classificação botânica, locais de produção, estatísticas, etc. Sobre a goma elástica, defendeu o aperfeiçoamento tecnológico do método da defumação em razão dos danos que os seringueiros sofriam com a aspiração de fumaça tóxica. Fez eco ao relatório de Albuquerque, criticando o abandono das roças e das cidades em benefício da “indústria malfadada”, “maldita” e “infecunda”. O final do relatório é um emocionado libelo contra as condições em que os seringueiros viviam, contra sua exploração pelos regatões e contra os efeitos torpes da extração da goma elástica sobre “a riqueza e a civilização do interior da Província”. Ferreira Penna também fez referência ao contraste verificado à época, entre o progresso da capital e a decadência do interior, entre o modo de vida dos exportadores e o dos miseráveis extratores. Contudo, não isentou estes últimos da crítica por se deixarem iludir com ganhos fáceis, deixando a mais nobre das atividades (agricultura) por uma ocupação “grosseira” e “estúpida”. Para ele, a região que havia atravessado poderia ser denominada de “Eldorado dos seringueiros e o cemitério da civilização” (Penna, 1864, Apêndice, p. 29-40).

⁶⁵ Sobre Couto de Magalhães e a imagem que construiu do sertão brasileiro e de seus habitantes, ver Machado (2000/2001).

que iniciaria sua pesquisa no grande rio⁶⁶. Um galpão do porto de Belém foi colocado à disposição do naturalista, com o fim de servir de depósito e área para triagem, embalagem e remessa das coleções. Enquanto a expedição seguia rumo ao alto curso do Amazonas, Ferreira Penna ocupou-se em formar uma coleção de peixes para o naturalista, sobre a qual Agassiz referiu-se com distinção no seu relato de viagem (Agassiz e Agassiz, 1938, p. 480).

Durante seus deslocamentos para coletar os peixes, Ferreira Penna certamente também coletou aves, pois em fevereiro de 1866, Couto de Magalhães avisava o diretor do Museu Nacional que enviaria “objetos de história natural (...), que esta Presidência tem a honra de oferecer a esse estabelecimento”⁶⁷. Em anexo a esse ofício, seguiu uma relação dos produtos ofertados, assinada por Ferreira Penna (Figuras 5 e 6). Foram 67 espécimes de aves, algumas identificadas com o nome popular em português e em francês, e outras com o nome científico; nove mamíferos; pedaços taxidermizados de aves (asa e papo); e uma “amostra de uma excelente pedra de talho que abunda sobre a margem esquerda do Rio Negro”⁶⁸.

A resposta do diretor do Museu Nacional, Francisco Freire Allemão (1797-1874), foi célere. Ainda em fevereiro solicitou que o presidente da província ordenasse a aquisição de peles de pelicano, tarefa que muito provavelmente foi dada a Ferreira Penna⁶⁹. Este continuou, ao longo do ano, a formar coleções para o museu da Corte, bem como a viabilizar remessas de outros coletores através da Secretaria do Governo. Temos notícias de que, em março de 1867, Ferreira Penna enviava à custa do governo provincial mais um lote de “objetos de História Natural” para o Rio de Janeiro⁷⁰.

⁶⁶ A Expedição Thayer (1865-1866) foi composta, além de Agassiz e sua esposa, Elizabeth, pelos zoólogos John Anthony e Joel Asaph Allen, pelos geólogos Orestes Saint-John e Charles Frederick Hartt e vários assistentes e diletantes. Sobre a expedição, ver Kury (2001b) e Freitas (2001, 2002).

⁶⁷ Ofício de José Vieira Couto de Magalhães para o Diretor do Museu Nacional, Belém, 9 de fevereiro de 1866. AMN, BR.MN.MN.DR, pasta 8, doc. 6, p. 1 (com anexo); Ofício de José Vieira Couto de Magalhães para o Diretor do Museu Nacional, Belém, 26 de fevereiro de 1866. AMN, BR.MN.MN.DR, pasta 8, doc. 8.

⁶⁸ O original foi escrito em francês: “échantillon d’une excellente pierre de taille qui abonde sur la rive gauche du Rio Negro”. Essa coleção de aves seria posteriormente considerada como uma das melhores do acervo do Museu Nacional formado no século XIX, juntamente com a coleção de Herbert Smith, em razão de ambas reunirem as informações necessárias para seu estudo. No catálogo publicado por Miranda-Ribeiro (1928), as aves coletadas por Ferreira Penna são identificadas como provenientes do “Pará” (Belém), “Matas de Belém”, “Campos de Macapá”, “Macapá”, “Costa Norte de Marajó” e “Marajó”.

⁶⁹ Ofício do Vice-Presidente da Província do Pará ao Diretor do Museu Nacional, Belém, 26 de fevereiro de 1866. AMN, BR.MN.MN.DR, pasta 8, doc. 18.

⁷⁰ Cf. *Jornal do Pará*, Belém, 13 de março de 1867, nº 60, p. 1.

Na segunda metade da década de 1860, Ferreira Penna já era uma referência local no campo das ciências. Sua viagem ao Tocantins e Anapu o projetou nos círculos políticos locais como explorador e analista do ‘estado de civilização’ das povoações do interior. O intelectual também vinha se destacando na interlocução com viajantes e coletores de passagem pela região, bem como com as instituições científicas da Corte. Lembramos, ainda, que Ferreira Penna acumulava uma boa parcela do poder político provincial, com sete anos à frente da Secretaria do Governo, o principal órgão do poder executivo depois da presidência.

2.2.1 A Associação Filomática e a fundação do Museu Paraense

Nesse quadro, dois fatores foram decisivos para a fundação do Museu Paraense: a visita de Agassiz e a Segunda Exposição Provincial de Produtos Agrícolas e Industriais. Ferreira Penna foi a pessoa a relançar a idéia da criação de um museu de história natural, seguindo as sugestões que Agassiz fizera em uma das conferências que deu em Belém, quando então demonstrou “a conveniência da criação de um Museu nesta cidade, lamentando não se encontrar aqui reunidos em um tal estabelecimento tantos objetos úteis e interessantes” (Vellozo, 1867, p. 33). Agassiz foi o convidado de honra da Exposição Provincial, retornando a Belém em julho de 1866 para o encerramento da mostra (Cunha, 1965b). No mesmo mês, Ferreira Penna divulgou uma carta circular nos jornais convidando os interessados a comparecerem a uma reunião que tinha como fim criar uma “Sociedade Filomática”⁷¹. Apelou, inclusive, para os membros da comissão organizadora da Exposição Provincial. A reunião não se realizou em julho, como planejado, mas no dia 2 de agosto de 1866 os interessados na fundação de um museu de história natural se encontraram com Ferreira Penna no salão principal do Palácio do Governo (Cunha, 1965b).

Presidia interinamente a província Antônio Lacerda de Chermont (1806-?), o Barão do Arary (depois Visconde), membro de uma das mais ricas e tradicionais famílias

⁷¹ O nome “Filomático” era bastante comum na época, significando o amigo ou o amante das ciências. Há registros do funcionamento de uma outra Sociedade Filomática em Belém, nos anos 1840. É possível que essas sociedades tenham sido influenciadas pela *Société Philomathique de Paris*, fundada em 1788.

paraenses, com raízes no século XVIII, cujo poder político e econômico vinha se perpetuando de maneira incomum por meio de casamentos e alianças comerciais (Batista, 2004)⁷². Sua ‘proteção’ foi fundamental para a fundação do Museu Paraense. Ele e Ferreira Penna levaram a ‘Sociedade Filomática’ para dentro do Palácio do Governo e tornaram o assunto de utilidade pública. Mais ainda, buscaram apoio político para o nascente museu no Partido Liberal, ao qual estavam vinculados. Não fosse assim, não seria possível explicar a comissão que o Barão nomeou para redigir os estatutos da Sociedade. Dos oito membros, quatro eram confirmadamente filiados ao Partido Liberal, incluindo o chefe do partido na época, Francisco Acácio Corrêa (1842-1924)⁷³. Também filiados eram o engenheiro Antônio Nicolau Monteiro Baena (1833-1898)⁷⁴, o médico José Ferreira Cantão (professor de História do Liceu Paraense) e o próprio Ferreira Penna. Havia, ainda, dois membros ligados à instrução pública, o médico Américo Marques Santa Rosa, lente de Gramática Filosófica no Liceu Paraense (Meira, 1989; Brusque, 1863, anexo), e o padre Félix Vicente de Leão, professor particular que também viria a ser nomeado para o Liceu (Rego, 2002). Por fim, vale mencionar a presença de José Antônio Affonso, rico comerciante português e um dos principais mecenas da Sociedade Beneficente Portuguesa, mantenedora do Hospital D. Luiz I, e do Grêmio Literário Português (Cunha, 1974, p. 153-154).

No dia 1º de setembro, a comissão voltaria a se reunir para apresentar e discutir os estatutos da sociedade, aprovados formalmente pelo Barão do Arary quatorze dias depois. O documento foi publicado no dia 20 desse mês⁷⁵. Seus 28 artigos são bastante ilustrativos do entendimento que os políticos e intelectuais locais tinham de um museu de história natural, assim como da função e demanda que estabeleceram para a instituição. Os fins

⁷² O Barão do Arary era um entusiasta da agricultura e das ciências, defendendo mais de uma vez, como Vice-Presidente, o incentivo àquela atividade econômica e à instrução pública. Quando o presidente Albuquerque contratou o naturalista Brunet, em 1860, sem a autorização da Assembléia, Chermont ofereceu-se para ser o fiador do contrato, caso os deputados não aprovassem a despesa. Também argumentou a favor da Escola Rural D. Pedro II, que vinha recebendo pouca atenção das autoridades, e do Jardim Público. Sobre essa última instituição, na sua breve interinidade de quatro meses, sugeriu que os deputados dobrassem a verba necessária para a manutenção do jardim, a pedido de Gama e Abreu. E, ainda, que providenciassem os meios adequados “a fim de se poder dar ao jardim não só as proporções de um passeio público para recreio da população e ornato da cidade, mas principalmente as de um jardim ou horto botânico” (Arary, 1866, p. 20).

⁷³ Bacharel em Direito, Corrêa era casado com uma sobrinha do Barão do Arary (Inês Chermont de Miranda) e viria a ser, na década de 1880, o Barão do Guamá (Borges, 1970, p. 215; Batista, 2004).

⁷⁴ Antônio Nicolau Monteiro Baena era engenheiro militar, filho do também engenheiro Antônio Ladislau Monteiro Baena, o autor de dois clássicos da literatura amazônica, “Compêndio das Eras da Província do Pará” (1838) e “Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará” (1839) (Cunha, 1970, p. 137-139).

⁷⁵ *Jornal do Amazonas*, Belém, quinta-feira, 20 de setembro de 1866, p. 2. Como é raro e de importância para este estudo, o documento vai transcrito no anexo documental.

precípuos da Associação Filomática eram a fundação e manutenção de um “Museu de história natural e de artefatos indígenas”, que ganhou um nome similar ao do Liceu, “Museu Paraense” (art. 1º). A instrução pública deveria ser a missão do museu, definido como um “estabelecimento para instrução popular”. Nesse sentido, além da mostra de produtos naturais e objetos indígenas, o museu deveria “instituir lições” de geografia, hidrografia, etnografia, história do Brasil e do Pará, e “preleções sobre a história natural”. Essas seriam as áreas de atuação do museu, cujas atividades se concentrariam na formação e exposição de acervos, na oferta de cursos e palestras e na montagem de uma biblioteca especializada naqueles assuntos.

De acordo com os estatutos, a única exigência para a admissão de um membro efetivo era o pagamento da taxa anual (art. 3), desde que o candidato fosse considerado pela comissão diretora uma “pessoa de bom conceito e distinta” (art. 19). Não havia, por exemplo, requisitos quanto à formação, ocupação ou eventuais publicações científicas. Aos membros honorários, pelo contrário, exigia-se um cargo de direção de “estabelecimentos literários ou científicos” e o reconhecimento público pelo “seu saber e por seus escritos”. Ou então, exigia-se a doação de artefatos indígenas e produtos de história natural (desde que raros ou em quantidade) ou pelo menos dez livros de “ciências e letras” (art. 4).

Os demais artigos tratam das atribuições da comissão diretora, composta pelo presidente, secretário, tesoureiro e por seis comissários, todos eleitos anualmente (art. 6). A estes últimos caberia abrir o museu todas as quintas-feiras e domingos, fiscalizar o trabalho do porteiro e dos inspetores, arrumar livros e artigos doados ao museu (“segundo a ordem, gênero ou espécie”, art. 22) e atender aos visitantes (art. 11). Seguem-se, ainda, os procedimentos, prazos e normas para a eleição da comissão diretora, prestação de contas e pagamento das anuidades.

A única publicação prevista nos estatutos era o catálogo do acervo, a ser impresso a cada três anos. Neste deveria constar, para cada objeto, “o nome da pessoa, que o tiver oferecido ao Museu e o do lugar de sua procedência e outros quaisquer esclarecimentos” (art. 22). A Associação Filomática propunha-se, nesse sentido, a promover a instrução pública e distinguir seus mantenedores com sinais e recursos que lhes pudessem trazer prestígio e benefícios diretos. Além da referência ao nome do doador no catálogo, os membros teriam direito a cartas de recomendação por parte da comissão diretora sempre que viajassem, ou mesmo à “proteção e recomendações oficiais”, caso servissem a comissão diretora por mais de seis meses (art. 27).

A reunião inaugural da associação ocorreu no dia 6 de outubro, como de costume, no Palácio do Governo⁷⁶. De acordo com os estatutos, deveria ser eleita a primeira comissão diretora, o que de fato ocorreu. Ferreira Penna foi escolhido o presidente; Francisco Acácio Correa, o chefe do Partido Liberal, foi eleito secretário; Álvaro Pinto de Pontes e Souza, o tesoureiro; e, como comissários, Américo Marques Santa Rosa, José Ferreira Cantão, Padre Felix Vicente de Leão, José de Carvalho Serzedelo, José Antônio Affonso e Marcelo Lobato de Castro (Cunha, 1965b, 1974)⁷⁷.

Oficializada a associação, sua comissão diretora ocupou-se em obter verbas do governo. Para isso, o apoio do próximo presidente da província seria fundamental (lembramos que o Barão do Arary era Vice-Presidente). No final de outubro, assumia o governo Pedro Leão Vellozo, o qual foi, de fato, convencido a destinar recursos para o nascente Museu Paraense. Embora não tivesse poderes para tal, concedeu em março de 1867 uma quantia de 2:000\$000 de réis para que a Associação Filomática pudesse “estabelecer nesta cidade um museu de artigos da História Natural e de objetos pertencentes aos indígenas”⁷⁸. Contudo, Vellozo permaneceu na presidência por pouco mais de cinco meses. Ao passar novamente o cargo ao Barão do Arary, em abril de 1867, ele justificou sua decisão em quase duas páginas do relatório:

Esta idéia de estabelecimento de museus e sociedades literárias ou científicas, que em toda a parte mereceu sempre o aplauso e todo o apoio dos homens de bem e de instrução, foi também aqui por eles bem acolhida, como era de esperar; mas a descrença de muitos em iguais instituições, a indiferença de grande número de pessoas e às vezes também o ridículo com que espíritos incapazes de produzir e apreciar o bem, maldizem dos que procuram realizar esse bem para o país, atuaram como sempre sobre o êxito da associação, que, independentemente dos esforços dos seus membros, entrou nas condições de outras que se tem procurado estabelecer: isto é, não poder subsistir e produzir seus frutos sem a proteção mais ou menos manifesta do governo. (Vellozo, 1867, p. 32)

Tratando o assunto dessa maneira, Vellozo equacionava o apoio ao museu a uma questão moral. Tratava-se, pois, de uma luta entre “homens de bem” contra a “descrença”, a “indiferença” e os “espíritos incapazes”. Afirmava a necessidade da proteção do governo

⁷⁶ Museu Paraense. *Diário do Gram-Pará*, Belém, 6 de outubro de 1866, Ano XIV, N° 227.

⁷⁷ O último era médico e depois viria a ser nomeado professor do Liceu Paraense, assim como Acácio Correa ocuparia a diretoria da Instrução Pública e, por acumulação de cargos, a direção do Liceu (Rego, 2002).

⁷⁸ *Jornal do Pará*, Belém, 14 de março de 1867, n°. 61.

e, em seguida, pedia ao Barão do Arary – presidente da Assembléia Provincial – que solicitasse aos deputados a aprovação da despesa, confiante de que estes também reconheceriam a “utilidade pública” da Associação Filomática. Por esse motivo, “era dever do governo da província ir em seu auxílio, pela mesma razão porque deve auxiliar a tudo quanto pode trazer vantagem e progresso ao ensino e instrução pública” (Vellozo, 1867, p. 32).

Vellozo também apelou para os brios patrióticos dos deputados paraenses:

Um Museu Público é o primeiro monumento de um povo civilizado; a capital do Pará merece um estabelecimento dessa ordem, não só para servir de centro à instrução superior, mas também para reunir em seu seio amostras e exemplares de tantos e tão variados objetos preciosos, atualmente disseminados por todo o vale do Amazonas, quer pertencentes à historia natural, quer às raças extintas ou ainda subsistentes dos povos indígenas. (Vellozo, 1867, p. 32-33)

Politicamente, o debate inicial sobre o Museu Paraense tinha como pano de fundo o progresso econômico. Acreditava-se que a divulgação dos produtos naturais da província contribuiria para incentivar a agricultura e a diversificação das exportações. Um museu seria o lugar ideal para essa divulgação, pois poderia reunir em mostruários adequados ao estudo e atraentes aos visitantes, todos os vegetais, minerais e animais de interesse para o comércio e a indústria. Essa questão torna-se mais relevante se lembrarmos que os presidentes da província, os intelectuais e os naturalistas chamavam a atenção para o progressivo abandono dos produtos tradicionalmente cultivados e exportados pelo Pará. A maioria clamava contra as condições de trabalho dos seringueiros e a excessiva dependência da economia paraense sobre um único produto. O contraste entre o potencial econômico da província – baseado na enorme quantidade de vegetais que poderiam ser explorados – e as rápidas mudanças verificadas no interior da economia pela comercialização do látex, foi objeto de ácidos comentários de Ferreira Penna, confiante que era no caráter civilizador da agricultura. Nesse sentido, um museu, ou melhor, uma exposição de produtos naturais, na qual a idéia de *variedade* deveria aparecer como principal discurso, coadunava-se com os valores e crenças que se desejava divulgar.

O museu também teria o mérito de manter na região “esses objetos continuamente remetidos uns como mimos, e outros vendidos para a Europa ou Estados Unidos, onde vão

enriquecer os museus públicos ou particulares” (Vellozo, 1867, p. 33). Tratava-se de uma referência explícita a Agassiz, citado no relatório, cujas coleções amazônicas ganharam fama no hemisfério norte. A remessa contínua de coleções para o estrangeiro e o desconhecimento dos produtos locais seriam, segundo Vellozo (1867, p. 33), motivos suficientes para “criar entre nós um estabelecimento onde se faça conhecer, ao menos, o que é nosso, o que temos em casa. O meio de conseguir este fim é tão cômodo como simples: é dar o governo pleno apoio à *Associação Filomática* para que esta possa desenvolver largamente a instituição útil que se incumbiu de fundar”.

Apesar da proteção de Vellozo e de seu sucessor, Joaquim Raymundo de Lamare, que também pediu à Assembléia, em agosto de 1867, a aprovação da despesa de dois contos (Lamare, 1867, p. 55-56), esta se mostrou bem mais difícil de convencer. A causa era nobre, mas a Associação Filomática não era a única do gênero existente em Belém. Por esse motivo, não seria possível aprovar a despesa sem ampliar o número de beneficiários. Grupos concorrentes, por exemplo, reclamaram contra o que julgavam uma situação injusta, deslocando a discussão do apoio (ou não) ao Museu Paraense para uma lei de incentivo às atividades científicas em curso na província. Nesse sentido, a Assembléia aprovou uma lei que autorizava o presidente da província a “auxiliar com 8:000\$000 a qualquer associação que se estabelecer com o fim de promover e fazer desenvolver a agricultura e indústria nacional dentro da província, e com igual quantia, inclusive a de 2:000\$000 já concedida ao Museu Paraense projetado pela Associação Filomática (...)”⁷⁹. Doze dias depois de votada a lei, o presidente Raymundo de Lamare autorizava a concessão de igual quantia para a recém-criada Sociedade *Club Científico*⁸⁰.

Dificuldades de outra ordem também se impuseram à Associação Filomática, como a falta de meios para a conservação das primeiras coleções, a falta de recursos para a contratação de pessoal, a inexistência de uma sede para o museu e, sobretudo, a frágil posição política de Ferreira Penna. Segundo Cunha (1973), os anos de 1866 e 1867 foram marcos importantes na vida do intelectual mineiro. Depois de oito anos à frente da Secretaria do Governo, uma carta imperial mandava destituir Ferreira Penna do cargo. Isso

⁷⁹ Projeto de Lei que fixa as receitas e despesas para 1868, Título 3, Cap. 2º, artigo 18º, § 12º. *Jornal do Pará*, Belém, 7 de novembro de 1867, nº. 253.

⁸⁰ *Jornal do Pará*, Belém, 19 de novembro de 1867, nº 263. Essa sociedade, contudo, parece não ter prosperado além de seus primeiros anos, pois os editores do *Almanach Administrativo, Mercantil, Industrial e Noticioso da Província do Pará para o Ano de 1871* informaram a dificuldade em obter esclarecimentos sobre o *Club* (Almanach..., 1871, p. 59).

ocorreu em dezembro de 1866, dois meses depois de ser eleito presidente da Associação Filomática. O apoio ao museu, contudo, não faltou, como vimos na decisão de Vellozo em destinar verbas à associação, em março de 1867. Mas certamente esse apoio não se deu com a regularidade e na medida do necessário para a associação organizar, de fato, um museu.

Em junho de 1867, Ferreira Penna voltaria a ser nomeado – mas desta vez interinamente – para a Secretaria do Governo, por Joaquim Raymundo de Lamare. O Museu Paraense, então, seria novamente priorizado, sendo finalmente instalado em uma casa alugada em outubro desse ano. No mesmo mês, Ferreira Penna demitiu-se do cargo, que não mais voltaria a ocupar. Em novembro partiu com Gama e Abreu para Manaus, onde este assumiria a presidência da província do Amazonas. Na Associação Filomática, Ferreira Penna foi substituído pelo tesoureiro.

Enquanto isso, em Belém, Raymundo de Lamare pedia à Assembléia Provincial que autorizasse as despesas com a elaboração de uma carta corográfica e de uma estatística da província (Lamare, 1867, p. 56)⁸¹. Recebeu a autorização para contratar “pessoas que possuam as habilitações competentes”. Para a segunda tarefa (estatística provincial), o escolhido foi Ferreira Penna. Logo que a administração de Gama e Abreu no Amazonas terminou, em fevereiro de 1868, Ferreira Penna recebeu ordens para rumar diretamente para a região de Óbidos e Santarém. Aí permaneceu até o final de 1868. O relatório resultante dessa viagem é sua obra mais conhecida, publicada com o título “A Região Ocidental da Província do Pará”, em meados de 1869 (Penna, 1973, volume 1, p. 145-311)⁸².

⁸¹ O presidente Raymundo de Lamare definiu o serviço de “estatística” da seguinte maneira: “[a estatística] exhibe os recursos desse território, isto é, as suas forças produtivas, os elementos econômicos de que o homem e a sociedade se pode utilizar no interesse privado ou comum, tais como a fertilidade do solo, os frutos e dons da natureza e o resultado da ação coletiva do braço humano, da força animal e do emprego de máquinas” (Lamare, 1867, p. 56).

⁸² Esse relatório foi organizado em duas partes. A primeira é um relato cronológico da viagem e apresenta as informações estatísticas das comarcas, vilas e cidades que Ferreira Penna percorreu. Seguem descrições da paisagem e das cidades, dados históricos, população, instrução pública, economia, navegação, produtos naturais explorados, etc. Na segunda parte, o autor dedica-se a aprofundar alguns assuntos, diferenciando-se nesse ponto de sua obra sobre os rios Tocantins e Anapú. Por exemplo, a geografia da região é descrita a partir de seu sistema hidrográfico, após breve introdução sobre limites, relevo e fontes históricas sobre a navegação fluvial. Em seguida, é feita uma apreciação sobre a agricultura e o extrativismo. Comentários diversos sobre a instrução pública no interior da província, sobre a população do Baixo Amazonas e outros assuntos finalizam o relatório. Curiosamente, uma “Advertência” no final do relatório informa que vários artigos foram suprimidos do texto “para abreviar a impressão deste livro e evitar maior prejuízo aos editores [o governo provincial] o aumento de volume e de trabalho (...)”. Os artigos suprimidos são justamente os que teriam maior interesse científico, como a fitografia amazônica, limites da chamada planície amazônica, aspectos geomorfológicos da região do Lago Grande de Monte Alegre e comentários sobre as pinturas

Quando Ferreira Penna voltou a Belém, o museu permanecia instalado em sua primeira sede, mas sem atividades. A Associação Filomática não foi capaz de estruturá-lo e nem de mantê-lo durante o tempo em que o intelectual mineiro se afastou. Para reativar os trabalhos, Ferreira Penna e José Ferreira Cantão solicitaram ao presidente da província, José Bento da Cunha Figueiredo, a dotação de 6:000\$000, conforme a Lei Provincial N°. 545, de 1867 (era a lei que destinava oito contos para atividades científicas, já mencionada). Este, convencido de que “por falta de um Museu exclusivamente indígena tem esta província deixado de patentear ao estrangeiro a pujança de suas riquezas naturais”, sugeriu que os recursos fossem novamente votados em 1869 e destinados ao Museu Paraense, o qual “servirá de base a uma aula de história natural no Colégio Paraense [Liceu], onde fica já estabelecido o dito Museu” (Figueiredo, 1869, p. 17).

Surge aqui, explicitamente, a vinculação do Museu Paraense ao Liceu. Os recursos solicitados foram liberados por Figueiredo, como também uma sala do novo prédio do Liceu foi destinada para o Museu Paraense, mudança finalizada por Miguel Antonio Pinto Guimarães, o futuro Barão de Santarém (Guimarães, 1869, p. 11). Esse fato ilustra bem a importância do Liceu e de seus professores, como José Ferreira Cantão, para a criação do Museu Paraense. E certamente contribuiu para que, em 1871, o museu imaginado pela Associação Filomática – em detrimento das iniciativas concorrentes – fosse oficializado como uma repartição pública, a qual funcionaria por longos anos, assim como a Biblioteca, no pavimento térreo do Liceu. Mas esse fato viria a ocorrer somente depois que uma outra expedição científica aportasse em Belém, desta vez conduzida por Charles Frederick Hartt (1840-1878).

2.2.2 Domingos Soares Ferreira Penna e Charles Frederick Hartt

Em julho de 1870, Hartt aportou em Belém com a primeira Expedição Morgan. Acompanhavam-no nove estudantes da Universidade de Cornell, dentre eles Orville Derby (1851-1915), Herbert Huntington Smith (1851-?) e Joseph Beal Steere (1842-1940). O objetivo da expedição era estudar o Baixo Amazonas, principalmente a região de Monte Alegre, onde Hartt poderia re-avaliar as conclusões criacionistas de Agassiz (Freitas, 2001, 2002). Dentre os resultados da viagem, podemos enumerar a sólida amizade que uniu

ruprestres de Monte Alegre. Esses textos nunca foram publicados e não constam da relação de manuscritos divulgados por José Veríssimo (1888, 1895b) após a morte de Ferreira Penna.

Ferreira Penna e Hartt. Aquele foi um dos principais informantes do naturalista canadense, enquanto este, um ativo colaborador do nascente Museu Paraense. Tal como a visita de Agassiz, em 1866, incentivou a criação do museu, as duas viagens de Hartt, em 1870 e 1871, foram fundamentais para a absorção da instituição pelo governo provincial.

Ferreira Penna já havia publicado dois relatórios sobre o Baixo Amazonas, recheados de informações sobre a região que Hartt pretendia percorrer, inclusive com roteiros e dados úteis a viajantes. Também conhecia a localização de importantes sítios arqueológicos, particularmente de necrópoles da ilha do Marajó e do Amapá. Hartt, por sua vez, tinha um particular interesse pela etnologia e arqueologia, que o levou a estabelecer uma fértil interlocução com Ferreira Penna. Por exemplo, sob a orientação deste, em outubro de 1870 um aluno de Hartt, W. Barnard, viajou até Pacoval, um dos mais importantes cemitérios indígenas do Marajó, trazendo consigo uma coleção de objetos cerâmicos (Penna, 1894; Cunha, 1965c, 1973). No ano seguinte, durante a segunda Expedição Morgan, Derby também esteve no Pacoval (Derby, 1897, p. 163-164). No seu artigo sobre a Ilha do Marajó, esse geólogo utilizou informações cedidas pelo “hábil geógrafo” Ferreira Penna, transcrevendo parte de um manuscrito de 1876, apresentado pelo intelectual mineiro ao governo provincial⁸³.

Quanto a Hartt, se referia a Ferreira Penna como “meu velho amigo” (Hartt, 1897a, p. 163)⁸⁴. A colaboração de ambos pode ser medida pelas várias citações e referências feitas por Hartt aos trabalhos e informações cedidas por Ferreira Penna. Este aparece, por exemplo, como o descobridor das “rochas cretáceas ricas em fósseis característicos perto da costa nas vizinhanças de Salinas” (Hartt, 1897a, p. 163). Em função dessas informações, Derby e Ferreira Penna percorreriam juntos o litoral paraense, em 1871. Hartt também dialoga com Ferreira Penna no seu trabalho sobre o rio Tocantins, no qual cita por diversas vezes o relatório do ex-secretário do governo (Hartt, 1897b).

⁸³ Derby também transcreve a “forte expressão do Sr Penna”, segundo a qual o sul da ilha do Marajó era o “Eldorado dos seringueiros” e o “cemitério da indústria e civilização da província”. As idéias que Derby (1897, p. 167, nota) apresenta sobre a exploração do látex são basicamente as mesmas que Ferreira Penna publicou no relatório sobre os rios Tocantins e Anapu: “A indústria da borracha tem sobrepujado por tal modo todas as outras que as duas províncias do Pará e do Amazonas, célebres como são por sua fertilidade, estão dependentes das outras partes do império ou da Europa quanto aos artigos mais comuns para alimentação. (...) a [indústria] da borracha criou uma população nômade e desmoralizada e dizimada pelas moléstias que não faz no interior melhoramentos permanentes, e que deixa arruinarem-se os que já estão feitos; em contraposição, com ela acumulam-se algumas pequenas fortunas nos centros comerciais, as quais em muitos casos conduzem à extravagância e à bancarrota”.

⁸⁴ O título desse trabalho de Hartt refere-se à Comissão Geológica (1875-1878), mas muitos textos foram claramente produzidos durante as Expedições Morgan (1870-1871). Alguns são versões atualizadas de artigos publicados por Hartt e por Derby nos jornais paraenses, durante os anos 1870 e 1871.

A cerâmica arqueológica, assim como as pinturas e gravuras rupestres de Monte Alegre e de Óbidos, seriam, igualmente, objetos do interesse de ambos. Hartt descreveu, em vários artigos ao longo da década de 1870, artefatos cerâmicos provenientes da região amazônica, principalmente do Marajó e do Amapá (Hartt, 1871a, 1872, 1875, 1876). Segundo Ferreira Penna, uma das urnas Maracá descritas por Hartt fazia parte das coleções do Museu Paraense, doada por Francisco da Silva Castro (Penna, 1894, p. 31). Posteriormente, Ferreira Penna também iria se notabilizar pelos estudos relativos à cultura material dos índios brasileiros, possivelmente estimulado pela obra de Hartt.

Com relação à arte rupestre, a colaboração entre ambos foi mais estreita (Pereira, 2004, p. 18-19, 128-133). Em 1870, Hartt informava no jornal *Diário do Gram-Pará* que havia copiado várias pinturas da Serra do Ereré e que estava se empenhando em estudar a cultura dos indígenas do Brasil: “Das figuras pintadas sobre a parede ou gravadas nela, já tenho um número muito grande; estas com outras, acompanhadas de notas que o Sr. Penna teve a bondade de me oferecer hão de constituir uma contribuição importantíssima à etnologia do país” (Hartt, 1896)⁸⁵. Hartt publicou, de fato, um importante estudo sobre arte rupestre no Brasil, baseado sobretudo nas observações que fez em Monte Alegre e nas notas de Ferreira Penna. Nesse trabalho, Hartt divulgou alguns desenhos que recebeu de Ferreira Penna, referentes às gravuras da Serra da Escama, em Óbidos (Hartt, 1871b)⁸⁶.

Não estranhemos, portanto, que o itinerário das Expedições Morgan tenha sido similar ao das viagens de Ferreira Penna. Litoral paraense, Marajó, Tocantins, Baixo-Amazonas, Monte Alegre, Óbidos e Tapajós⁸⁷ foram regiões que atraíram a ambos, possibilitando uma leitura comparada da obra que Ferreira Penna, Hartt e seus alunos produziram a partir de 1870. Essa, contudo, não é nossa intenção, e sim demonstrar que ambos apoiaram-se mutuamente. Se Ferreira Penna foi importante para que Hartt delineasse sua carreira como especialista em assuntos amazônicos, este, por sua vez, foi

⁸⁵ Esse artigo de Hartt foi reproduzido por Emílio Goeldi em 1896, no *Boletim do Museu Paraense*. Goeldi o recebeu das mãos de José Veríssimo, que possivelmente o encontrou no espólio de Ferreira Penna. As “notas” a que Hartt se refere são, muito provavelmente, as que foram extirpadas do relatório de Ferreira Penna sobre as comarcas de Santarém e Óbidos. Em favor dessa hipótese está o fato de que Hartt cita, em outro texto, o “boato” segundo o qual João Martins da Silva Coutinho teria danificado uma das pinturas, mencionado também por Ferreira Penna. A doação de Ferreira Penna também explicaria o fato das notas não terem sido encontradas por José Veríssimo, quando este organizou o espólio do intelectual mineiro, em 1888.

⁸⁶ Esse artigo foi traduzido e publicado em 1895, numa revista pernambucana (Hartt, 1895). No que se refere à arte rupestre, a colaboração entre Ferreira Penna e Hartt foi analisada por Pereira (2004, p. 128-133, 221) e Freitas (2002, p. 172-177).

⁸⁷ Na sua expedição de 1868, Ferreira Penna não chegou a entrar no Tapajós, embora tivesse planos de fazê-lo. No seu relatório, lamenta a falta de condições para percorrer o rio e incentiva novos exploradores a estudar a região.

um dos mais ativos colaboradores do Museu Paraense durante seus primeiros anos. Hartt formou coleções, classificou e estudou as já existentes. Em 1871, então chefiando a segunda Expedição Morgan, doou para o museu “diversos volumes, contendo produtos importantes” e, para a biblioteca, “uma boa porção de livros novos e muito estimados”, trazidos especialmente dos Estados Unidos (Graça, 1871, p. 15-16). Seus alunos permaneceram colaborando com o museu ao longo da década de 1870, principalmente Herbert Smith. Este dedicou a Ferreira Penna sua obra mais conhecida, *Brazil – The Amazons and the Coast*, com os seguintes termos: “Para Senhor Ferreira Penna, do Pará, como sinal de sincera admiração pelos seus estudos geográficos sobre o Baixo Amazonas, e como um reconhecimento da minha gratidão por suas muitas gentilezas, esse livro é dedicado” (Smith, 1879)⁸⁸.

2.2.3 O Museu Paraense torna-se uma instituição pública

No início de 1871, o apoio que o museu vinha recebendo de alguns professores do Liceu Paraense e a visibilidade que ganhou com as sucessivas visitas de Hartt e de seus alunos contribuíram para que o presidente da província, Joaquim Pires Machado Portella, decidisse instalar oficialmente o Museu Paraense e a Biblioteca Pública. No caso do museu, formou uma comissão composta por Ferreira Penna e pelos professores José Ferreira Cantão e Américo Marques Santa Rosa, destinada a conseguir coleções na capital e no interior (Cunha, 1965c). No caso da biblioteca, incumbiu Ferreira Penna de preparar um salão no prédio do Liceu, desenhar e providenciar as estantes e mandar instalar a canalização de gás para que a biblioteca pudesse funcionar de noite. Ferreira Penna também deveria reunir os livros doados por particulares, os que pertenciam ao Liceu e também à Diretoria da Instrução Pública; e ainda selecionar os que precisassem ser encadernados e elaborar um “catálogo geral (...) com declaração do nome do ofertante (...)”. Marcos Cardoso de Farias foi nomeado para auxiliá-lo nessas tarefas⁸⁹.

A cerimônia de instalação do museu e da biblioteca foi realizada no dia 25 de março de 1871, aniversário da Constituição. Na “mais bela festa literária” do Pará, como definiu o vice-presidente Abel Graça, compareceram as altas autoridades da província, o

⁸⁸ Sobre a colaboração de Smith com o Museu Paraense, ver Cunha (1989, p. 80-82).

⁸⁹ Ofício do Presidente da Província do Pará a Domingos Soares Ferreira Penna, Belém, 9 de fevereiro de 1871. APEP, Códice 1464, Minutas de Ofícios dirigidos à Biblioteca Pública e Museu Paraense (1871-1873).

bispo D. Macedo Costa, o corpo docente e discente do Liceu Paraense. A biblioteca possuía, então, 2.196 volumes, mas logo foi acrescida de outros tantos, enviados do Rio de Janeiro pelo próprio Machado Portella e pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Além de Hartt, várias outras pessoas doaram livros. Quanto ao museu, foi aberto com “uma boa coleção de serpentes” e “uma excelente coleção de minerais da Europa”, ambas pertencentes à Repartição das Obras Públicas, ou seja, formadas ou adquiridas por Gama e Abreu. J. B. Steere, que viajava pelo Amazonas, enviou “vários objetos, prometendo remeter dos diversos pontos, em que se achar, todas as duplicatas que for obtendo”. Anunciava-se para breve, ainda, a chegada de uma outra coleção geológica, em preparação no Museu Nacional do Rio de Janeiro (Graça, 1871, p. 16). O museu surgia, assim, sob grandes expectativas, tendo sido saudado com entusiasmo pelo vice-presidente Abel Graça:

O Museu Paraense é o estabelecimento mais importante, que mais poderosa influência tem de exercer para o desenvolvimento das sciencias nesta província. O Museu é o primeiro núcleo de um estabelecimento de ensino superior; é o centro a que se hão acolher no Pará os estudos da ciência da natureza. (Graça, 1871, p. 15-16)

Contudo, para que tomasse “proporções de um estabelecimento científico digno de um país civilizado (...)”, o nascente museu deveria ser “fortemente protegido”. Nesse sentido, o vice-presidente pedia à Assembléia Provincial a quantia de 8:000\$000, a ser repartida igualmente entre o museu e a biblioteca, e ainda a contratação de um porteiro e de um servente. Os deputados deliberaram favoravelmente, aprovando também o regulamento provisório escrito por Ferreira Penna e decretado por Machado Portella, no dia 15 de abril de 1871 (ver anexo dois).

De acordo com o novo regulamento, o museu abriria com três seções (Mineralogia e Geologia; Botânica e Zoologia; e Ciências Físicas) e posteriormente seria ampliado com a criação de mais três: Agricultura; Arqueologia; Numismática, Artes Liberais e Artes Mecânicas. Cada seção teria um diretor, os quais formariam o Conselho Administrativo juntamente com o diretor geral⁹⁰. Pode-se inferir, ainda, que o caráter pedagógico do

⁹⁰ Nessa ocasião foram nomeados os seguintes conselheiros, alguns já conhecidos do leitor: José Ferreira Cantão, Américo Marques de Santa Rosa, Joaquim Pedro Corrêa de Freitas, João Batista Gonçalves da Rocha (bacharel em Direito), Guilherme Francisco Cruz (engenheiro civil, futuro presidente da província do Pará) e José Marques Mancebo (tenente da Marinha Imperial e inspetor dos faróis do porto de Belém). Não há indicação de qual seção cada um desses homens dirigia (Cunha, 1965d).

museu foi mantido no novo regulamento, pois um artigo determinava que, em cada semana, um dos membros do Conselho ministrasse uma “lição pública” relacionada à seção sob sua responsabilidade. O objetivo era estabelecer “as bases do futuro desenvolvimento dos estudos superiores (...)” na província (Graça, 1871, p. 16).

O museu imaginado por Ferreira Penna era grandioso. Seis seções englobavam mais de dez ramos científicos diferentes, se considerarmos que na seção de Ciências Físicas estavam incluídas as matérias prediletas do intelectual, como geografia e hidrografia. Se compararmos esse museu com o projetado pela extinta Associação Filomática⁹¹, verificaremos uma significativa ampliação de atividades, assim como a substituição da etnografia pela arqueologia e o desaparecimento da história. Contudo, essa estrutura contrasta com o orçamento estipulado para a instituição, de apenas 4:000\$000 anuais⁹², e com o pessoal contratado, um porteiro e um servente. O projeto de lei aprovado pela Assembléia não criou cargos remunerados de preparadores (taxidermistas), naturalistas, diretores de seções e sequer o de diretor geral. Este iria acumular o cargo de diretor da biblioteca, já existente, mediante uma gratificação como “encarregado” do museu. A possibilidade de construção de um imóvel próprio também não foi discutida, bem como os investimentos necessários à montagem de exposições, coleções e laboratórios.

A parcimônia nos investimentos do museu não pode, entretanto, ser atribuída apenas à Assembléia Provincial. Na verdade, aqueles recursos não foram discutidos porque não foram solicitados pelo presidente da província. Isso nos leva a crer que a estratégia de Ferreira Penna para fazer aprovar o museu foi reduzir ao máximo as despesas com a sua instalação, tornando o assunto de menor interesse nas discussões da Assembléia – o fórum legítimo para discussões políticas sobre os projetos governamentais. Vale ressaltar que a Assembléia Provincial não foi o ponto de partida para a criação do Museu Paraense. Pelo contrário, o órgão legislativo viu-se constantemente instado a legitimar as iniciativas dos presidentes da província, aprovando leis *a posteriori*. Esse procedimento exigiu que os interessados no museu justificassem constantemente a utilidade da instituição, bem como buscassem a cada novo presidente e a cada nova legislatura o apoio necessário para obter recursos públicos e aprovar leis e regulamentos, geralmente deficientes e mal

⁹¹ A Associação Filomática foi extinta após a instalação do museu no Liceu, conforme o *Almanach Administrativo, Mercantil, Industrial e Noticioso da Província do Pará* (Almanach..., 1871, p. 58-59).

⁹² Para efeito de comparação, vale mencionar que, nessa época, o orçamento do Liceu Paraense chegava a 50:000\$000 anuais, enquanto a província gastava cerca de 400:000\$000 com a construção de um luxuoso teatro de ópera (Teatro de Nossa Senhora da Paz) e mais 300:000\$000 com o Paço Municipal.

dimensionados. Quando a conjuntura política mudou e as relações pessoais falharam, ficou evidente a insustentabilidade de um museu inteiramente personificado em Ferreira Penna.

2.3 Ciência e política nos primórdios do Museu Paraense

No primeiro ano de funcionamento, as perspectivas pareciam promissoras para o Museu Paraense. Ferreira Penna, por exemplo, conseguiu estabelecer relações com o museu da Corte. Em março de 1871, o Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas perguntava ao vice-diretor do Museu Nacional, Ladislau Neto, se existiam nesse museu “objetos de historia natural que possam ser cedidos ao Museu que se pretende criar na Província do Pará”⁹³. Em junho, mandava que Ladislau Neto remetesse “uma coleção geológica ao Presidente da Província do Pará para o Museu que se pretende ali criar, cumprindo que atenda ao pedido da coleção de plantas brasileiras logo que esteja habilitado a satisfazê-lo conforme o desejo manifestado pelo mencionado Presidente”⁹⁴. Ao mesmo tempo em que pedia a remessa de coleções, Ferreira Penna colocou-se à disposição do museu carioca para enviar objetos da região amazônica⁹⁵. Mais que isso, tornou-se um dos principais interlocutores de Ladislau Neto em um assunto de grande interesse para o vice-diretor do Museu Nacional, a arqueologia brasileira⁹⁶.

⁹³ Ofício do Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas para o vice-diretor do Museu Nacional, Rio de Janeiro, 31 de março de 1871. AMN, BR.MN.MN.DR, pasta 10, doc. 18.

⁹⁴ Ofício do Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas para o vice-diretor do Museu Nacional, Rio de Janeiro, 2 de junho de 1871. AMN, BR.MN.MN.DR, pasta 10, doc. 34.

⁹⁵ Por exemplo, em março de 1871, Ferreira Penna escrevia ao “caro e ilustre Sr. Dr. Neto” para corrigir as informações que havia enviado anteriormente sobre a ave jaburu. Na carta Ferreira Penna descreve as duas aves que recebem esse nome no Marajó e promete enviar mais informações e alguns exemplares do animal. Cf. Carta de Domingos Doares Ferreira Penna a Ladislau Neto, Belém, 9 de março de 1871. AMN, BR.MN.MN.DR, pasta 10, doc. 14. Um fac-símile dessa carta foi publicado no Boletim do Museu Nacional, v. VI, n. 1, 1930.

⁹⁶ A confirmação de que a ilha do Pacoval, no Marajó, era de fato um cemitério indígena com grande quantidade de material cerâmico – conforme Ferreira Penna, Barnard e Derby atestaram – repercutiu na Corte graças à correspondência entre o diretor do Museu Paraense e o vice-diretor do Museu Nacional. Essa notícia influiu na proposta de Ladislau Neto, feita em abril de 1871 ao Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, de criar o cargo de Naturalista Viajante do Museu Nacional. A solicitação foi feita no mesmo documento em que pedia às autoridades do Império o empenho para que os objetos cerâmicos descobertos no Marajó fossem enviados ao Rio de Janeiro. Em resposta, o Ministro informou que estudaria a proposta e que havia determinado ao presidente do Pará que procurasse “com a sua reconhecida solicitude, e pelos meios que entender mais acertados, obter aquelas preciosidades indígenas para enviá-las ao nosso Museu Nacional, por intermédio deste Ministério”. Abel Graça, o vice-presidente do Pará, de fato mandaria coletar os objetos cerâmicos no Marajó, mas não para o Museu Nacional. Em novembro de 1871, Ferreira Penna seguiu para o Pacoval. Ali permaneceu dois dias extraindo “igaçabas – ou urnas funerárias e outros artefatos dos indígenas que ali viveram em épocas muito remotas, não ainda determinadas pela história”. Recolheu muitos fragmentos “notáveis por seus ornatos de desenho em pintura e relevo”, e ainda um “bom número de figuras de barro representando entes humanos (talvez ídolos) e alguns irracionais”, amostras de argila e “algumas

No início de 1872, Abel Graça deu informações detalhadas à Assembléia Provincial sobre as coleções do Museu Paraense. Segundo o vice-presidente, o museu ganharia em breve novas salas e, desde que fora instalado, recebeu a ajuda de voluntários para organizar o acervo⁹⁷. A resposta da Assembléia Provincial foi bastante positiva. Em abril do mesmo ano, aprovou a “criação de um museu de história natural”⁹⁸. O texto principal da lei era composto por quatro artigos:

Artigo 1º - Fica aprovado o ato do Governo da Província, pelo qual foi criado nesta capital um museu de história natural.

Artigo 2º - O museu terá os seguintes empregados: um diretor, um ajudante do diretor e um preparador e mais um servente que servirá de contínuo e porteiro.

Artigo 3º - Para a despesa deste estabelecimento, inclusive o ordenado dos empregados e o salário do servente, fica marcada anualmente até a quantia de 10 contos de réis, que serão levados à verba – Instrução Pública.

Artigo 4º - O Presidente da Província marcará os vencimentos destes empregados e a diária do servente, e bem assim formulará um regulamento para a boa execução desta lei, ficando dependentes da aprovação da Assembléia Provincial os vencimentos que forem marcados pelo Presidente da Província. (Collecção..., 1872, p. 13-14)

Como é possível depreender, o momento era bastante propício ao museu e a Ferreira Penna. A nova lei, que formalizava a decisão do presidente Machado Portella em

pedras que suponho eram destinadas a alisar os ornatos”. De acordo com a orientação do vice-presidente, todo esse material foi depositado no Museu Paraense. Ao retornar, Ferreira Penna incumbiu um pescador de extrair mais igaçabas, artefatos e ossos, prometendo-lhe pagar quantias em dinheiro pelo material. Cf. Ofício do Ministro dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas ao Dr. Ladislau Netto, Rio de Janeiro, 25 de abril de 1871. AMN, BR.MN.MN.DR, pasta 10, doc. 22, p. 1; Ofício do Ministro dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas ao Vice-Presidente da Província do Pará, Rio de Janeiro, 25 de abril de 1871. AMN, BR.MN.MN.DR, pasta 10, doc. 23; e Ofício, dirigido a S. Exa. o Sr. Presidente da Província do Pará, Dr. Abel Graça, dando conta da Comissão a que foi incumbido na Ilha de Marajó, a fim de extrair da ilha artificial do Pacoval e de outras localidades, alguns artefactos cerâmicos dos antigos indígenas. *Jornal Diário de Belém*, Belém, 1º de dezembro de 1871. Reproduzido em Penna (1973, volume 1, p. 317-319).

⁹⁷ A coleção numismática contava, então, com “500 moedas de cobre, bronze e prata e mui poucas de ouro, assim como algumas medalhas de diversos metais de baixo valor, uma de lava, cunhos particulares, etc.”. A coleção mineralógica, “a mais importante para [por] estar já classificada”, reunia espécimes de quase toda a Europa e alguns do Brasil. A coleção geológica, doada e classificada por Hartt, era composta por amostras da América do Norte. Hartt também prometeu enviar dos Estados Unidos as amostras que coletou no Amazonas, já devidamente classificadas. Esperava-se, ainda, que o diretor do Museu Nacional enviasse uma outra coleção. A coleção zoológica era formada por “pequena quantidade de pássaros, oferecidos por varias pessoas, e principalmente pelo Sr. Steere, naturalista, que atualmente viaja pelo vale do Amazonas”. Também havia ofídios, peixes, conchas, insetos e miriápodos. O cônsul da Inglaterra, Edgar Layard, ofereceu-se para intermediar a permuta de uma coleção ornitológica entre o Museu da Cidade do Cabo, que fundou, e o Museu Paraense (Graça, 1872: 16-17). Curiosamente, a coleção arqueológica formada por Ferreira Penna no Marajó, em novembro de 1871, não foi mencionada por Abel Graça (ver nota anterior). Na mensagem também aparecem informações sobre a Biblioteca Pública. Esta continuava funcionando ao lado do museu e contava com 3.605 volumes, um acréscimo de quase 1.500 em apenas um ano. Graça informava, ainda, que haviam sido adquiridos vários livros e periódicos, dentre os quais se destaca a assinatura das *Geographischen Mitteilungen* de A. Petermann, uma das principais revistas geográficas da época (Graça, 1872, p. 15-16).

⁹⁸ Cf. Lei nº. 713, de 12 de abril de 1872 (Collecção..., 1872, p. 13-14).

instalar o Museu Paraense no Liceu e em dotá-lo de recursos públicos, ampliava o número de funcionários do museu para quatro: um diretor, um ajudante do diretor, um preparador (taxidermista) e um servente, o qual acumularia as funções de contínuo e porteiro. Mesmo que esse pessoal não fosse suficiente para colocar em marcha o museu projetado por Ferreira Penna, os ganhos já eram perceptíveis: os 4:000\$000 votados em 1871 foram ampliados para 10:000\$000 no ano seguinte.

Ferreira Penna acumulava, assim, um bom lastro de prestígio e de capital intelectual, sendo cada vez mais reconhecido como um homem capaz de opinar sobre assuntos relacionados à instrução pública, ciência e economia. Por exemplo, em abril de 1871 integrou uma comissão destinada a avaliar o Liceu Paraense e propor mudanças no seu estatuto⁹⁹. Podemos imaginar, com alguma folga na suposição, que das conversações travadas nessa comissão surgiu a idéia de organizar o primeiro curso oferecido pelo Museu Paraense. A informação provém de um artigo publicado no jornal “Diário de Belém” por Corrêa de Freitas, intitulado “Ligeiro esboço histórico da história natural”. A data da publicação, dezembro de 1871, coincide com a data em que a comissão entregou o relatório final ao presidente da província, sugerindo, dentre outras medidas, a transferência da cadeira de física e química do Liceu para a recém-criada Escola Normal. Ao final do artigo, Corrêa de Freitas comenta: “Não entramos nos detalhes desta Ciência sobre a qual temos feito alguns estudos, porque reservamos este trabalho para um curso especial de Zoologia, que pretendemos abrir no começo do ano vindouro [1872], em uma das salas do Museu Paraense (...)” (Freitas apud Cunha, 1989, p. 61).

Em setembro do mesmo ano, Ferreira Penna prestava contas nos jornais do apoio que o Museu Paraense vinha recebendo da sociedade local, rebatendo as críticas lançadas contra a instituição pelos “homens que por ignorância ou péssima educação, são indiferentes a toda a sorte de progresso intelectual”:

Nada é menos exato do que a idéia de indiferentismo da parte dos paraenses para o desenvolvimento das ciências e dos institutos destinados a propagá-las. As ofertas numerosas de produtos para o Museu Paraense, embora não sejam de muito valor científico, são uma das melhores provas contra essa gratuita e falsa suposição. (Penna apud Cunha, 1965d)

⁹⁹ Dessa comissão também faziam parte dois membros do Conselho Administrativo do museu, ambos médicos e também professores do Liceu, Joaquim Pedro Correa de Freitas e Américo Marques Santa Rosa (Graça, 1872, p. 12). O primeiro, como vimos, havia sido um dos autores do projeto de lei que criava um museu de história natural, em 1861. O segundo havia sido um dos fundadores da Associação Filomática e dos mais assíduos colaboradores de Ferreira Penna.

Para comprovar que a população paraense era “amiga dedicada da inteligência”, Ferreira Penna enumerou todas as doações recebidas dos “dignos contribuintes do Museu Paraense”, as quais, podemos argumentar, também ajudavam a legitimar politicamente os investimentos feitos na instituição¹⁰⁰.

Em maio de 1872, Ferreira Penna integrou nova comissão, desta vez para “estudar o estado e efeitos da inundação da Ilha de Marajó” e propor planos para o melhoramento da indústria pastoril e da navegação na ilha (Actos..., 1872, p. 41)¹⁰¹. Por fim, em agosto desse ano, Ferreira Penna dava a prova definitiva de sua liderança intelectual. Em um artigo publicado no jornal *Diário do Gram-Pará*, apresentava-se como porta-voz de ninguém menos do que Charles Frederick Hartt:

Alguns cavalheiros desta cidade e de vários lugares do Amazonas, sabendo das relações com que me distingue o professor Hartt, tem me feito a honra de pedir notícias deste sábio, deste bom amigo dos brasileiros. (...) com o maior gosto passo a dar-lhes uma resposta pública, que, estou certo, lhes será agradável, extraindo de várias cartas (...) as seguintes notícias¹⁰².

Ferreira Penna divulgou, então, alguns trechos das cartas que recebeu de Hartt e dá notícias sobre o naturalista, seu regresso aos Estados Unidos, o sucesso de suas conferências públicas em Nova Iorque, os trabalhos que estava escrevendo e pretendia publicar e as lembranças que guardava de seus colaboradores no Pará¹⁰³. Ferreira Penna,

¹⁰⁰ Tal como fiadores do museu, no artigo de Ferreira Penna aparecem, por exemplo, os nomes do Visconde de Arary, D. Antônio de Macedo Costa (Arcebispo de Belém), Francisco da Silva Castro, Miguel Antônio Pinto Guimarães (deputado, vice-presidente da província e Barão de Santarém), Manuel Antônio Pimenta Bueno (gerente da Companhia de Navegação do Amazonas, representante do Barão de Mauá no Pará), M. A. Galvão (contador do Tesouro Nacional no Pará), João Wilkens de Mattos (ex-presidente de duas províncias, Cônsul Imperial no Peru e na Guiana Francesa, presidente da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, futuro Barão de Mariuá), Joaquim José de Assis e outros (Penna apud Cunha, 1965d).

¹⁰¹ Também faziam parte do grupo José Felix Soares, Antonio Manoel Gonçalves Tocantins e Antonio Joaquim de Oliveira Campos. O primeiro era deputado provincial e professor do Liceu Paraense, na disciplina Geometria. O segundo era engenheiro e havia chegado há pouco tempo de uma viagem de exploração ao rio Tapajós, tendo entregado seu relatório em janeiro de 1872 (Graça, 1872). Alguns anos depois, iria se distinguir nacionalmente no campo da etnologia e arqueologia e também seria nomeado professor do Liceu (Rego, 2002). Segundo Ferreira (s.d.), as obras de Tocantins e de Couto de Magalhães, publicadas na década de 1870, podem ser consideradas como marcos da passagem de uma arqueologia descritiva para uma arqueologia evolucionista.

¹⁰² Penna, D. S. F. O Dr. Charles Frederick [sic] Hartt, Prof. de Geologia da Universidade de Cornell. *Diário do Gram-Pará*, Belém, 13 de agosto de 1872. Reproduzido em Penna (1973, volume 1, p. 314).

¹⁰³ Eis um trecho de uma carta de Hartt a Ferreira Penna, datada de 22 de julho de 1872: “Sinto-me profundamente penhorado para com tantos, e me acho em situação tão desfavorável que o único e melhor meio que tenho de testemunhar-lhes o meu reconhecimento é mencionar seus nomes nos livros que estou publicando. (...) É um prazer para mim, diz o professor, trabalhar nesta obra [sobre a província do Pará], pois

com sua verve peculiar, arrematava dizendo que Hartt já prestava um grande serviço ao Brasil ao combater o preconceito que reinava nos Estados Unidos contra o país, devido principalmente aos “semi-sábios e pedantes” franceses: “Tudo isso tem sido e continua a ser espancado, combatido e quase destruído pelo professor Hartt que, devemos confessá-lo francamente, é o nosso gracioso e mais ilustre advogado perante o mundo científico” (Penna, 1973, volume 1, p. 315-316).

Esse era o quadro possível de vislumbrar no início das atividades do Museu Paraense. A conjuntura política mostrara-se favorável com o apoio de dois presidentes, Machado Portella e Abel Graça. O primeiro, que ocupou por apenas cinco meses o cargo, instalou oficialmente o museu e a biblioteca. E o segundo, ao ocupar o cargo interinamente por quase um ano, mostrou-se alinhado com essa decisão ao apoiar Ferreira Penna, obtendo o apoio necessário da Assembléia Provincial, onde era deputado. Por sua vez, Ferreira Penna mostrava-se com trânsito no governo, reclamando e retribuindo o apoio de homens influentes na província. O prestígio que adquiriu – e o habilitou a desempenhar atividades técnicas demandadas pelo governo – está relacionado à experiência e ao conhecimento que já acumulava, bem como aos “sábios” de outras paragens, como Ladislau Neto e Hartt, que lhe deram projeção em círculos científicos e institucionais mais amplos.

O que Ferreira Penna não imaginou é que suas expectativas seriam frustradas pelo mesmo sistema político que permitiu à Associação Filomática transformar seu projeto de museu numa instituição governamental. Em outras palavras, a oficialização do museu garantiu, por um lado, o afluxo de recursos públicos para sua instalação e manutenção, mas por outro lado abriu a possibilidade de ingerência política na sua administração. Essa ingerência variou de acordo com o mandatário provincial. Alguns presidentes mostraram-se totalmente convencidos da ‘utilidade’ do museu, defendendo essa idéia com veemência nos relatórios provinciais. Também reconheceram em Ferreira Penna o líder capaz de organizar a instituição, aderindo ao projeto desse intelectual sem questioná-lo na sua essência.

Outros presidentes, contudo, mostraram-se indiferentes com o Museu Paraense e com o próprio Ferreira Penna. Foi o caso de Francisco Bonifácio de Abreu, o Barão da

parece que quando nela trabalho, estou todo no Brasil!” Em outra carta, o geólogo afixava: “Pretendo mostrar à Província do Pará que as minhas duas expedições não foram infrutíferas e sem utilidade para ela” (Penna, 1973, volume 1, p. 315).

Villa da Barra, que assumiu a presidência do Pará em fins de junho de 1872¹⁰⁴. Villa da Barra envolveu-se em uma contenda pública com Ferreira Penna, motivada pelo Museu Paraense. O resultado deixaria marcas indeléveis tanto na instituição quanto no intelectual mineiro, a despeito do mandato de Villa da Barra ter sido de apenas quatro meses.

2.3.1 O Barão de Villa da Barra entra em cena

Para reconstituirmos o incidente, convém recuarmos para a longa administração interina de Abel Graça. O comprometimento deste juiz e deputado paraense com o projeto de Ferreira Penna foi notável. Vimos que Graça obteve da Assembléia a aprovação da instalação oficial do museu, uma iniciativa de seu antecessor, Machado Portella. Também conseguiu um novo regimento e uma nova lei, que criava o cargo de diretor do museu (até então acumulado com o de diretor da biblioteca) e que aumentava o número de funcionários e o orçamento da instituição para o segundo semestre de 1872. Apoiou todas as solicitações do diretor, doou livros para a biblioteca, garantiu recursos para obras, móveis, instrumentos, viagens (como a realizada por Ferreira Penna ao Marajó, em fins de 1871) e aluguel de uma nova casa para o museu¹⁰⁵.

Este foi instalado, como vimos, em uma sala do Liceu Paraense. Contudo, logo o espaço mostrou-se exíguo para as coleções, que começavam a sofrer com o mau acondicionamento. Mediante uma requisição de Ferreira Penna, em março de 1872, Graça cedeu novas salas para o museu e para a biblioteca¹⁰⁶. Em maio mandava “substituir o sistema de iluminação à gás da biblioteca por um novo”¹⁰⁷ e, diante de um novo pedido de Ferreira Penna, autorizava o aluguel de “uma casa apropriada ao dito estabelecimento público [museu]”, uma vez que o espaço cedido no Liceu mostrava-se “insuficiente” e “impróprio”¹⁰⁸. A casa foi alugada no mês seguinte, na antiga Estrada de Nazareth¹⁰⁹.

¹⁰⁴ O Barão da Villa da Barra era médico, lente de geografia no Liceu Bahiano (1850), lente catedrático de química orgânica na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1854), sócio do IHGB e de outras associações científicas, deputado em várias legislaturas, Conselheiro do Império, autor de alguns livros na área da medicina, história e geografia (Fonseca, s.d.).

¹⁰⁵ Cf. Ofícios expedidos entre março e junho de 1872. APEP, Códice 1464, Minutas de Ofícios dirigidos à Biblioteca Pública e Museu Paraense (1871-1873).

¹⁰⁶ Ofício de Abel Graça ao Sr. Bibliotecário Público. Belém, 6 de março de 1872; Ofício de Abel Graça ao Sr. Encarregado do Museu Paraense. Belém, 6 de abril de 1872. APEP, Códice 1464, Minutas de Ofícios dirigidos à Biblioteca Pública e Museu Paraense (1871-1873).

¹⁰⁷ Ofício de Abel Graça ao Sr. Bibliotecário Público. Belém, 24 de maio de 1872. APEP, Códice 1464, Minutas de Ofícios dirigidos à Biblioteca Pública e Museu Paraense (1871-1873).

¹⁰⁸ Ofício de Abel Graça ao Sr. Domingos Soares Ferreira Penna. Belém, 25 de maio de 1872. APEP, Códice 1464, Minutas de Ofícios dirigidos à Biblioteca Pública e Museu Paraense (1871-1873).

Em abril, Graça autorizou Ferreira Penna a “formar no Museu Paraense uma livraria especial, composta de todas as obras de ciências naturais que existem na Biblioteca Pública, a fim de poderem ser consultadas pelos visitantes do Museu, que quiserem instruir-se nos exames teóricos da origem e nomes dos produtos e mais objetos expostos”¹¹⁰. Ferreira Penna havia argumentado que o lugar para os livros especializados em história natural deveria ser o Museu Paraense, e não a biblioteca, pois estes eram necessários para o estudo e classificação dos objetos. Não fazia sentido, pois, manter os objetos em uma sala e os livros em outra. Para Ferreira Penna, que dirigia as duas instituições, instaladas em um mesmo prédio, a solução era simples e resumia-se à transferência de guarda.

Quando Villa da Barra assumiu o governo, em 30 de junho, a mudança do museu já estava em curso, do Liceu para a casa na Estrada de Nazareth. Um mês depois, Ferreira Penna recebeu este ofício:

Comunico-lhe, para seu conhecimento e governo, que, em consequência de ter sido removido para Nazareth o Museu Paraense, e não poder Vmce. na qualidade de Encarregado desse estabelecimento, exercer com regularidade o cargo de Bibliotecário da Biblioteca Pública que funciona no Liceu Paraense, resolvi exonerá-lo deste último cargo e nomear em seu lugar Julio César Ribeiro de Souza, conforme requereu¹¹¹.

Com essa ordem, Villa da Barra demitia Ferreira Penna do serviço público, uma vez que, retirando-lhe o cargo de bibliotecário, retirava também o de “encarregado do museu”¹¹². É muito provável que o presidente desconhecesse o teor da lei que criou o cargo, pois, como veremos, revelou sua ignorância da legislação local na correspondência que manteve com Ferreira Penna durante o mês de agosto. Mas não podemos dizer o mesmo do pretendente ao cargo, Júlio César Ribeiro de Souza (1843-1887)¹¹³. Não somos

¹⁰⁹ Ofício de Abel Graça ao Sr. Encarregado do Museu Paraense. Belém, 22 de junho de 1872. APEP, Códice 1464, Minutas de Ofícios dirigidos à Biblioteca Pública e Museu Paraense (1871-1873).

¹¹⁰ Ofício de Abel Graça ao Sr. Encarregado do Museu Paraense. Belém, 16 de abril de 1872. APEP, Códice 1464, Minutas de Ofícios dirigidos à Biblioteca Pública e Museu Paraense (1871-1873).

¹¹¹ Ofício do Barão de Villa da Barra ao Sr. Domingos Soares Ferreira Penna, Encarregado do Museu Paraense. Belém, 29 de julho de 1872. APEP, Códice 1464, Minutas de Ofícios dirigidos à Biblioteca Pública e Museu Paraense (1871-1873).

¹¹² Lembramos que, em abril desse ano, o cargo de diretor do museu foi criado para solucionar esse equívoco, mas a lei só poderia ser aplicada no segundo semestre de 1872.

¹¹³ Paraense, Julio César cursava a Escola Militar no Rio de Janeiro quando irrompeu a Guerra do Paraguai (1865-1870). Abandonou o curso e alistou-se como voluntário. Quando retornou a Belém, em 1869, destacou-se no jornalismo e na literatura, publicando o livro *Pyraustas* em 1870. Em 1872, seu novo livro, *Gramática Portuguesa para as Escolas Primárias*, ganhou um prêmio do Conselho de Instrução Pública, foi

adeptos da teoria do complô palaciano, tal como expôs Cunha (1965e), mas certamente Julio César soube valer-se do sistema de patronagem local tão bem quanto Ferreira Penna. É muito provável, por exemplo, que o Barão de Villa da Barra e Julio César tivessem se conhecido durante a Guerra do Paraguai. O primeiro serviu como cirurgião-coronel honorário do Exército, depois nomeado inspetor dos hospitais e enfermarias. Se o encontro não ocorreu na campanha, pelo menos a participação de ambos no conflito os aproximava e abria caminho para apadrinhamentos e benefícios¹¹⁴.

Ao assumir o cargo, o novo bibliotecário informou ao presidente que Ferreira Penna havia “destacado” da biblioteca 101 livros de ciências. Villa da Barra, ciente de que o ex-bibliotecário agira com o consentimento de seu antecessor, respondeu a Julio César que mandasse fazer o inventário do acervo e que não permitisse mais a saída de livros sem recibo¹¹⁵. Ao mesmo tempo, recomendou a Ferreira Penna que recolhesse “as mesmas obras para a dita Biblioteca a que pertencem e onde devem estar, podendo Vmce. consultá-las ali sempre que tiver necessidade, ou mesmo havê-las por empréstimo, mediante recibo, quando não puder lê-las naquele estabelecimento [biblioteca]”¹¹⁶.

Ferreira Penna respondeu que havia retirado apenas 16 volumes – e não 101, como Julio César afirmara – e que os devolveria imediatamente. No seu ofício, justificou com diplomacia e certo tom professoral a retirada dos livros, com a intenção de reverter o quadro de indisposição em que se viu envolvido:

(...) V. Exa., que é cientista, sabe melhor do que eu, mil vezes, que ninguém pode estudar e classificar uma espécie nova ou produto ainda não classificado sem livros ou obras especiais que consulte; e, se um naturalista profissional tem necessidade de ter diante dos olhos ao mesmo tempo o produto que faz objeto do seu estudo, e muitas e até numerosas obras especiais que o guiem nesta árdua tarefa em que a atenção e a comparação são condições essenciais de acerto, muito maior necessidade – necessidade indeclinável, absoluta devia ter quem, como eu, não é profissional.

publicado pelo governo e distribuído para os professores (Cunha, 1970, p. 111-119; Amaral, 2003, p. 107-113; Crispino, 2003, p. 23-105). Julio César estava, portanto, em evidência quando requisitou o cargo de bibliotecário. Segundo Cunha (1965e), Julio César manifestou o desejo de ser nomeado para o cargo, “insinuando-se por entre as salas palacianas do governo e induzindo o presidente a este ato sumário (...)”.

¹¹⁴ Julio César também contava com padrinhos poderosos na província. José da Gama Malcher, médico, deputado provincial, presidente interino do Pará por diversas vezes, foi testemunha de seu matrimônio (Cunha, 1970, p. 85-88; Crispino, 2003, p. 27).

¹¹⁵ Ofício do Barão de Villa da Barra ao Sr. Bibliotecário da Biblioteca Pública. Belém, 6 de agosto de 1872. APEP, Códice 1464, Minutas de Ofícios dirigidos à Biblioteca Pública e Museu Paraense (1871-1873).

¹¹⁶ Ofício do Barão de Villa da Barra ao Sr. Domingos Soares Ferreira Penna, Encarregado do Museu Paraense. Belém, 6 de agosto de 1872. APEP, Códice 1464, Minutas de Ofícios dirigidos à Biblioteca Pública e Museu Paraense (1871-1873).

E foi *ex-vi* desta necessidade imperiosa que pedi e a presidência concedeu-me autorização para destacar da Biblioteca as obras de História Natural que nela só são úteis a quem quer ver estampas; ao passo que todos os viajantes sábios ou doutos que a quisessem consultar utilmente ficariam desconcertados de as não acharem no Museu e terem de ler na Biblioteca o que os autores dizem dos objetos que estão no Museu¹¹⁷.

Villa da Barra não gostou do que leu. A partir desse momento, iniciaria uma troca de insultos com Ferreira Penna, que revela, de um lado, um gosto mórbido pela retórica e pela disputa verbal e, de outro, uma briga aberta na qual estava em jogo a vaidade, a liderança política e a credibilidade pública de ambos os contendores. Vamos acompanhar a reposta de Villa da Barra a Ferreira Penna, no dia 12 de agosto:

(...) Quanto à segunda parte do mesmo ofício, declaro-lhe que por saber perfeitamente que não se pode estudar e classificar uma espécie nova ou produto ainda não classificado sem livros ou obras especiais a que se consulte, ainda mesmo sendo-se profissional na ciência da Natureza, foi que mandei que ao encarregado do Museu se fornecesse por empréstimo, sempre que ele precisasse, as obras que tiverem relação com o Museu.

O que eu quis fazendo recolher à Biblioteca os livros por Vmce. destacados para o Museu Paraense, foi evitar que aquele estabelecimento ficasse privado de obras que são suas e lhe foram oferecidas gratuitamente e também porque, sendo o Museu um estabelecimento destinado somente à classificação e exposição de produtos naturais, não tinha necessidade de uma biblioteca especial, com detrimento da Biblioteca Pública.

Respondendo, finalmente, a última parte do seu ofício, devo dizer-lhe que não me consta que viajantes sábios e eruditos fiquem desconcertados por terem de ler na Biblioteca o que os autores dizem sobre história natural, e portanto, cumpre-me prevenir a Vmce., que é o primeiro a reconhecer-me cientista, de que deve poupar as suas tiradas de ciência quando designar-se a mim, visto que elas me são inteiramente inúteis, e nem admito que queira dar-me lições na matéria de que me ocupo, e em que não é profissional, como mesmo declara no já citado ofício¹¹⁸.

No dia seguinte, Villa da Barra expediu mais um ofício a Ferreira Penna, o qual lhe deve ter caído como um golpe mortal:

Respondendo ao seu ofício, datado de 8 do corrente, em que me consulta sobre os estudos que tem de fazer em diferentes comarcas da província, por ordem do meu antecessor, tenho a dizer-lhe que deve Vmce. aguardar a viagem que precisa efetuar àqueles lugares, para depois de estar nomeado o Diretor do Museu, visto que por ora não há quem em seu lugar dirija esse estabelecimento.

¹¹⁷ Penna, D. S. F. Correspondência oficial entre S. Exa. o Sr. Barão da Vila da Barra, Presidente da Província do Pará, e o ex-Encarregado do Museu Paraense, D. S. Ferreira Penna. *Diário de Belém*, Belém, 31 de outubro de 1872. Reproduzido em Penna (1973, volume 1, p. 324-325).

¹¹⁸ Ofício do Barão de Villa da Barra ao Encarregado do Museu Paraense. Belém, 12 de agosto de 1872. APEP, Códice 1464, Minutas de Ofícios dirigidos à Biblioteca Pública e Museu Paraense (1871-1873).

Para fazer a nomeação desse empregado, espero apenas que me seja apresentada a proposta pelo respectivo Conselho, como Vmce. diz ser de lei¹¹⁹.

A autoridade de Ferreira Penna nunca havia sido contestada dessa maneira. A viagem a que Villa da Barra fez referência seria mais uma das expedições que notabilizaram o intelectual mineiro. Com esse ofício, Ferreira Penna não apenas via-se impedido de deixar uma responsabilidade que, para ele, já não fazia sentido, como também via ameaçado o próprio financiamento da expedição que acertara com Abel Graça. Ferreira Penna respondeu no mesmo dia, já sem esperanças de reverter a situação e conseguir os recursos necessários à sua viagem: sem se dobrar às ordens do Barão, perguntava apenas “a quem devia entregar as chaves da casa do Museu, cujas obras estavam terminadas, visto como ia eu sair da capital a fim de cuidar de meu interesse particular”¹²⁰. A resposta chegou em 16 de agosto:

Em resposta ao seu ofício datado de 13 do corrente, em que me pede lhe diga a quem deve fazer entrega das chaves do Museu Paraense e da guarda dos objetos nele depositados, tenho a declarar-lhe que as chaves devem ficar em seu poder na qualidade de encarregado do dito Museu até que o respectivo Conselho envie a proposta do Diretor que Vmce. afirmou ser de lei, sobre a qual vou providenciar nesta data para que suba quanto antes à minha presença, visto que até hoje não me tem sido apresentada, não obstante a sua promessa.

Pelo que toca ao último período do seu ofício, assim concebido: “Como por motivo de meu interesse particular, tenho de sair da capital nesta semana, parece-me indispensável e urgente a medida que peço a V. Exc.”, me parece que houve descuido na redação e que, sem dúvida, quis Vmce. dizer: - Como, por motivo de meu interesse particular, tenho necessidade de sair da capital nesta semana, solicito a V. Exc. a competente licença na qualidade de Encarregado do Museu, e, no caso de que me seja concedida, parece-me indispensável a medida que peço¹²¹.

O sarcasmo do Barão não mereceu comentários de Ferreira Penna, mas o seu entendimento da lei, sim. Com esse último ofício, Villa da Barra dava indícios de que não conhecia a lei que criou o cargo de diretor da biblioteca, ou que dava a ela uma interpretação *sui generis*. Para ele, Ferreira Penna fora demitido da direção da biblioteca, mas não da do museu. Já deixara esse entendimento claro ao despachar seus ofícios em

¹¹⁹ Ofício do Barão de Villa da Barra ao Encarregado do Museu Paraense. Belém, 13 de agosto de 1872. APEP, Códice 1464, Minutas de Ofícios dirigidos à Biblioteca Pública e Museu Paraense (1871-1873).

¹²⁰ Penna, D. S. F. Correspondência oficial entre S. Exa. o Sr. Barão da Vila da Barra, Presidente da Província do Pará, e o ex-Encarregado do Museu Paraense, D. S. Ferreira Penna. *Diário de Belém*, Belém, 31 de outubro de 1872. Reproduzido em Penna (1973, volume 1, p. 326).

¹²¹ Ofício do Barão de Villa da Barra ao Sr. Domingos Soares Ferreira Penna, Encarregado do Museu Paraense. Belém, 16 de agosto de 1872. APEP, Códice 1464, Minutas de Ofícios dirigidos à Biblioteca Pública e Museu Paraense (1871-1873).

nome do “Encarregado do Museu Paraense”, mesmo depois do dia 29 de julho. Ferreira Penna voltou à carga no dia 21 de agosto. Após relatar ao presidente o seu envolvimento com a criação do museu, dá sua versão sobre os fatos:

No pouco tempo em que estive encarregado do Museu (na qualidade de bibliotecário) fiz quanto pude para adiantá-lo, tudo pela só satisfação de concorrer com o meu trabalho e pequena inteligência para a prosperidade desse instituto científico que, colocado como se acha, sob proteção da Assembléia Provincial, poderia, ao cabo de poucos anos, fazer honra aos progressos e à civilização do Pará.

Em 29 de julho V. Exa. demitiu-me do cargo de bibliotecário, declarando que assim obrava por ser incompatível este lugar com o de encarregado do Museu, desde que este foi mudado para Nazaré. Como, porém, não existe emprego algum com a denominação de encarregado do Museu, sendo isto apenas uma comissão que a lei do orçamento confiou declaradamente ao bibliotecário, é claro que, demitido como fui, por autoridade competente e sem ofensa da lei, fiquei ipso-facto dispensado daquela comissão.

É verdade que V. Exa., depois do ato demissionário, tem-me feito a honra de continuar considerando-me empregado público sob o título de encarregado do Museu; mas a mim, corre o dever de como tal me não inculcar porque (como V. Exa. melhor do que eu o sabe) a lei pune aos que arrogam títulos ou empregos que lhe não competem: - e eu nunca tive título ou nomeação de encarregado do Museu, e nem há lei alguma criando este lugar para poder ser legalmente conferido a quem quer que seja.

Portanto, em vista do expendido, pesa-me não poder concordar com V. Exa. na emenda que se dignou indicar-me como correção ao meu ofício, porque já provei que não sou empregado público. (...) Se com efeito eu requerera licença para sair da capital, V. Exa. e todos os mais homens admirar-se-iam de tal ingenuidade: e então o meu requerimento não deveria ter nem merecer outro despacho que este: ...O suplicante não precisa de licença para viajar na sua terra¹²².

Entre seu último ofício (16 de agosto) e a resposta a esta carta, Villa da Barra enviou uma lacônica mensagem aos membros do conselho administrativo do museu, mandando que este fizesse a “proposta de um membro desse Conselho para ser nomeado Diretor do Museu Paraense”, conforme determinava a lei votada em abril¹²³. A indicação poria fim a uma polêmica que certamente o Barão não teve a intenção de iniciar, mas que, a essa altura, não dava sinais de que queria terminar. É o que se pode depreender da resposta de Villa da Barra à última carta de Ferreira Penna, datada de 22 de agosto e ainda dirigida ao “Encarregado do Museu Paraense”. Esse ofício pode ser considerado, sem dúvida, uma pérola da retórica oitocentista:

¹²² Penna, D. S. F. Correspondência oficial entre S. Exa. o Sr. Barão da Vila da Barra, Presidente da Província do Pará, e o ex-Encarregado do Museu Paraense, D. S. Ferreira Penna. *Diário de Belém*, Belém, 31 de outubro de 1872. Reproduzido em Penna (1973, volume 1, p. 328-329).

¹²³ Ofício do Barão de Villa da Barra aos Membros do Conselho Administrativo do Museu Paraense, Belém, 20 de agosto de 1872. APEP, Códice 1464, Minutas de Ofícios dirigidos à Biblioteca Pública e Museu Paraense (1871-1873).

Deixando de ocupar-me com a primeira parte do seu mencionado ofício, em que Vmce. faz sua biografia e uma resenha dos serviços que tem prestado, serviços que não desconheço, mas pelos quais não lhe perguntei, nem vinha ao caso na presente questão, passo a responder a segunda parte do dito ofício, na qual Vmce. julga-se em caráter meramente particular desde que foi exonerado do cargo de Bibliotecário, que estava unido ao de Encarregado do Museu em virtude da lei.

(...) dando uma interpretação forçada à lei, afirma Vmce. que não havendo emprego algum com a denominação de Encarregado do Museu, e sendo tal cargo uma comissão, desde que exonerei o da Biblioteca, exonerei-o também do Museu.

Evidente que, quando a lei deu uma gratificação para Vmce. encarregar-se do Museu, *ipso facto* [sic], criou um lugar para este estabelecimento. Encarregar-se alguém de alguma coisa, e ser o encarregado dela, são sinônimos e desde que um indivíduo se encarrega de um estabelecimento público, é o encarregado dele e está revestido de uma função pública, que não pode deixar sem permissão da autoridade competente.

Acresce que, o tendo exonerado de Bibliotecário, dando como motivo o ser Vmce. encarregado do Museu, reparei por este fato os dois lugares e é claro que ficou Vmce. revestido somente do cargo de encarregado do Museu.

Quando, pois, o fato de ter a lei marcado (?) uma gratificação para Vmce. encarregar-se daquele estabelecimento, não importasse isto um emprego que dá ao encarregado obrigações para com os seus superiores, o fato de o ter exonerado do cargo de Bibliotecário, declarando ser incompatível com o de encarregado do Museu, era bastante para que Vmce. se julgasse um funcionário do governo, encarregado de um estabelecimento público.

E a prova de que Vmce. se julgava revestido do caráter de empregado público, ainda depois da sua exoneração da Biblioteca, está no seu ofício dirigido a esta Presidência em data de 8 do corrente mês, no qual solicitou permissão para ocupar-se dos estudos que um dos meus antecessores lhe mandou fazer fora da capital¹²⁴.

Ora, se para tal fim, que é de interesse público, Vmce. solicitou licença da Presidência, deveria ser mais escrupuloso ainda no caso presente, quando o move o interesse particular.

Em vista do que acabo de responder, tinha eu razão quando disse que houve descuido na redação do seu ofício de 13 do corrente, no qual Vmce. não solicitou a competente licença para retirar-se da capital.

Concluo dizendo-lhe que já officiei ao Conselho Administrativo do Museu para propor o Diretor e logo que a proposta me chegue às mãos darei solução ao seu pedido a respeito da entrega das chaves¹²⁵.

Ferreira Penna respondeu dois dias depois:

Peço permissão para responder e tratar, de preferência, a questão capital, não me parecendo de interesse senão para a gramática a sinonímia que V. Exa. estabeleceu entre as expressões – encarregar-se e ser encarregado.

(...)

Creio ter já demonstrado, com clareza, que não existe criado nem reconhecido lugar ou emprego algum com a denominação de encarregado do Museu... Mas, admitida por um momento, a hipótese de existência dos dois lugares,

¹²⁴ Curiosamente, Ferreira Penna não transcreveu esse ofício no folheto no qual reuniu sua correspondência com o Barão de Villa da Barra.

¹²⁵ Ofício do Barão de Villa da Barra ao Encarregado do Museu Paraense, Belém, 22 de agosto de 1872. APEP, Códice 1464, Minutas de Ofícios dirigidos à Biblioteca Pública e Museu Paraense (1871-1873).

um dos quais está anexo ao outro, ainda assim me parece não pode prevalecer a razão que V. Exa. exhibe, porquanto creio que a autoridade competente para suprimir ou desanexar empregos públicos é a mesma que tem o poder de criá-los, isto é, o corpo legislativo.

V. Exa., segundo a minha humilde opinião, baseia-se no que se pode chamar uma petição de princípios; pois que aos presidentes da Província, nem pelo respectivo regimento, nem por leis posteriores, foi confiada nem permitida aquela importante atribuição, que em mãos de alguns deles, podia ser uma das armas mais perigosas para a ordem social¹²⁶.

Ferreira Penna continuou, nessa longa carta, alimentando a polêmica se era ou não um funcionário público, contestando o argumento da incompatibilidade dos cargos (diretor da biblioteca e encarregado do museu), usado pelo Barão para demiti-lo, mediante a evidência de que o segundo cargo simplesmente não existia (a incompatibilidade, assim, não se aplicava e o ato do Barão poderia ser qualificado de arbitrário). Ferreira Penna defendeu-se afirmando que, se se considerasse funcionário público, poderia ser “processado como usurpador de funções”, pois “a lei pune aos que se arrogam empregos que não lhes competem”. Finalmente, termina a carta afirmando que mantinha “tudo quanto disse em ofícios anteriores” e que, em razão de uma viagem particular, entregaria “o Museu a um dos membros do conselho administrativo, cessando assim toda a minha responsabilidade”¹²⁷.

A partir dessa carta, Ferreira Penna retirou-se da polêmica e cumpriu o que prometeu, entregando as chaves do museu para José Ferreira Cantão. Mas, mediante as graves insinuações feitas pelo intelectual mineiro, principalmente no que se refere ao delicado relacionamento entre a presidência da província e a Assembléia Provincial, Villa da Barra mandaria resposta no dia 27 de agosto. O ofício inicia com a transcrição de uma carta enviada ao Barão por Ferreira Penna, depois de ter sido exonerado e antes da polêmica começar (carta que Ferreira Penna não transcreveu no opúsculo que publicou reunindo a correspondência de ambos, mas que justificou, como veremos). Nessa carta, Ferreira Penna pede permissão para dar continuidade à exploração das comarcas de Gurupá, Macapá, Bragança e nas duas da Ilha de Marajó, que havia iniciado em janeiro e interrompido no mês seguinte por causa das fortes chuvas. O trabalho seria semelhante ao

¹²⁶ Penna, D. S. F. Correspondência oficial entre S. Exa. o Sr. Barão da Vila da Barra, Presidente da Província do Pará, e o ex-Encarregado do Museu Paraense, D. S. Ferreira Penna. *Diário de Belém*, Belém, 31 de outubro de 1872. Reproduzido em Penna (1973, volume 1, p. 331).

¹²⁷ Penna, D. S. F. Correspondência oficial entre S. Exa. o Sr. Barão da Vila da Barra, Presidente da Província do Pará, e o ex-Encarregado do Museu Paraense, D. S. Ferreira Penna. *Diário de Belém*, Belém, 31 de outubro de 1872. Reproduzido em Penna (1973, volume 1, p. 332-333).

executado em Óbidos e Santarém em 1868, com a vantagem de poder agora formar coleções para o Museu Paraense. Ferreira Penna assim escreveu:

(...) como é meu dever não partir sem que primeiro dê e submeta a V. Exc. conhecimento destas circunstâncias, e consulte a sua vontade, vou rogar a V. Exc. que, examinando esta matéria, faça-me a graça de resolver o que acertado lhe parecer, dando-me depois suas ordens, que serão cumpridas com a maior exatidão possível e boa vontade¹²⁸.

Para Villa da Barra, essa era a prova do contra-senso em que Ferreira Penna incorrera, pois “se o Sr. Ferreira Penna, depois de exonerado do cargo de Bibliotecário, se julgou, ipso facto [sic], exonerado de Encarregado do Museu, para que veio solicitar permissão da Presidência a fim de retirar-se da Capital?”. Assim, foi “o primeiro a reconhecer-se empregado público, e se entende agora que o não era, usurpou naquela ocasião atribuições que lhe não competiam e incorreu na pena dos que se arrogam títulos ou empregos que não possuem [sic] (...)”. Villa da Barra complementa o ofício expondo uma conversa particular que tivera com Ferreira Penna em julho, na qual este solicitou a contratação de mais dois taxidermistas, um armador e um servente para o Museu. Essa decisão iria contrariar a lei votada pela Assembléia Provincial em 1871, que aprovou apenas os cargos de um ajudante, um preparador e um servente. O Barão retribuía, assim, as insinuações feitas por Ferreira Penna – de que agia de maneira ilegal – arrematando o ofício com a seguinte oração: “Para um indivíduo que pensa assim, quando trata de coisas que lhe dizem respeito, nada realmente mais perigoso para a ordem social do que confiar-lhe a importante atribuição de que Vmce. fala”¹²⁹.

Diante da contenda, que agora atingia o respeito devido às decisões da Assembléia Provincial e a própria ordem pública, definida a partir das atribuições que cabiam a cada um dos poderes, Ferreira Penna escreveu ao secretário do governo e pediu para que declarasse ao Barão que “nem de leve pretendi aludir a sua pessoa (...) e que tanto desejava ser nisto acreditado que estava pronto a retirar o meu ofício, se S. Exa. nisso conviesse, devolvendo eu, em troca, o do Presidente”¹³⁰. Villa da Barra não aderiu à proposta e

¹²⁸ Ofício do Barão de Villa da Barra ao Encarregado do Museu Paraense. Belém, 27 de agosto de 1872. APEP, Códice 1464, Minutas de Ofícios dirigidos à Biblioteca Pública e Museu Paraense (1871-1873).

¹²⁹ Ofício do Barão de Villa da Barra ao Encarregado do Museu Paraense. Belém, 27 de agosto de 1872. APEP, Códice 1464, Minutas de Ofícios dirigidos à Biblioteca Pública e Museu Paraense (1871-1873).

¹³⁰ Penna, D. S. F. Correspondência oficial entre S. Exa. o Sr. Barão da Vila da Barra, Presidente da Província do Pará, e o ex-Encarregado do Museu Paraense, D. S. Ferreira Penna. *Diário de Belém*, Belém, 31 de outubro de 1872. Reproduzido em Penna (1973, volume 1, p. 335).

informou que bastava a última carta de Ferreira Penna para convencer-se de que este não pretendia ofendê-lo.

A situação parecia rumar para o apaziguamento das partes, quando chegou a decisão do Conselho Administrativo do museu, no dia 29 de agosto. Este indicava, unanimemente, Ferreira Penna para o cargo de diretor da instituição, conforme a nova lei votada em abril de 1872. A indicação era esperada e representava uma prova da força política de Ferreira Penna, pois atestava o compromisso do conselho com a posição do intelectual mineiro. Em um ofício de 30 de agosto, Villa da Barra mandava informar Ferreira Penna de que “resolveu nomeá-lo para exercer o cargo de Diretor do Museu Paraense, para o qual foi proposto por ofício do Conselho Administrativo do mesmo Museu (...)”¹³¹.

Ferreira Penna não aceitou o cargo. Em seu lugar, Villa da Barra nomeou interinamente o bacharel João Batista Gonçalves da Rocha e, como ajudante, João Pedro de Oliveira Pantoja¹³². Para seu sucessor, o Barão de Santarém, Villa da Barra justificou a demissão de Ferreira Penna com o argumento de que “não era possível que um só empregado dirigisse duas repartições colocadas em lugares diferentes e distantes um do outro: - havia verdadeira incompatibilidade de exercício” (Barra, 1872, p. 22). Ou seja, legitimou seu ato ao sugerir que Ferreira Penna acumulava dois cargos. O Barão também quis fazer crer que demitiu Ferreira Penna da biblioteca (em 29 de julho) para poder nomeá-lo diretor do Museu, conforme determinava a lei, o que também é meia verdade. Villa da Barra não explicou, por exemplo, por que não esperou a lei 713 entrar em vigor (em 1º de agosto) e Ferreira Penna ser indicado para a direção do museu pelo Conselho Administrativo, para *depois* demiti-lo da biblioteca. Isso era uma questão de dias, duas semanas talvez.

As razões para toda essa confusão, supomos, estavam simplesmente no desconhecimento, por parte de Villa da Barra, da legislação provincial; e no sistema de apadrinhamentos que a grande rotatividade de presidentes da província colocava em funcionamento, necessariamente em benefício de uns e em prejuízo de outros. Veja-se o argumento de Villa da Barra ao justificar a contratação de Julio César: “Preenchi o lugar de bibliotecário público com a nomeação de Julio César Ribeiro de Sousa, que, além de bons

¹³¹ Ofício do Barão de Villa da Barra ao Sr. Domingos Soares Ferreira Penna. Belém, 30 de agosto de 1872. APEP, Códice 1464, Minutas de Ofícios dirigidos à Biblioteca Pública e Museu Paraense (1871-1873).

¹³² Ofício do Barão de Villa da Barra aos Membros do Conselho Administrativo do Museu Paraense. Belém, 3 de setembro de 1872. APEP, Códice 1464, Minutas de Ofícios dirigidos à Biblioteca Pública e Museu Paraense (1871-1873). Ver, ainda, Barra (1872, p. 22).

conhecimentos literários, tem serviços militares prestados na campanha do Paraguai” (Barra, 1872, p. 22)¹³³.

Devido à repercussão negativa que o episódio teve, Villa da Barra mandou publicar no jornal oficial (*Jornal do Pará*) todos os ofícios que expediu para Ferreira Penna, provocando uma irada resposta deste. Esta veio na forma de um folheto, também publicado em jornal (*Diário de Belém*), com todos os ofícios trocados entre os dois (com uma exceção, já apontada aqui). Nele Ferreira Penna defendeu-se de uma crítica publicada nos jornais, segundo a qual “no Pará todos eram patoteiros, acumulavam empregos sobre empregos”¹³⁴. E lançou um forte ataque a Villa da Barra. Este apareceu, por exemplo, como detentor de um “estilo empinado, até hoje nunca usado em correspondência oficial”; de uma “estranha linguagem” ou de uma “linguagem chocarreira”; e de um “repicado pedantismo”. Seus ofícios são taxados de “aberrações do entendimento”, “incoerentes”, “desconcerto de idéias” e “inexatidões”. O adversário é acusado de ser um “espírito irrefletido”, de ter “violado” e “infringido” regulamentos, de ter desonrado o cargo que assumira, de ter alterado o sentido das frases, de ter se apropriado de trechos das cartas de Ferreira Penna e de ter “alterado a verdade”.

Sobre o pedido de contratação de servidores para o museu, Ferreira Penna informou que havia solicitado a contratação de taxidermistas para o fornecimento de peles *para o* museu, e não para servirem *no* museu:

O Sr. Barão, que teve a bondade de oficialmente dizer-me que era naturalista profissional (sermão que lhe não encomendei), deve saber que o Museu nada tem que fazer com taxidermistas e que o serviço destes auxiliares da ciência consiste em fazer aquisição de animais, prepará-los e remetê-los ao Museu¹³⁵.

Quanto aos demais servidores, um armador e um servente, ocupariam, segundo Ferreira Penna, os cargos criados em abril de 1872. O intelectual nada explica sobre o

¹³³ Essa é outra meia verdade de Villa da Barra: Julio César não *preencheu* um cargo, como se dizia no jargão administrativo do século XIX (a palavra caberia somente se o cargo estivesse vago ou se tivesse acabado de ser criado), e sim substituiu *ex-officio* a Ferreira Penna. Carvalho (2003, p. 87), no seu estudo sobre a política imperial, faz uma referência à “busca desesperada do emprego público por esses letrados sem ocupação, o que iria reforçar também o caráter clientelístico da burocracia imperial”.

¹³⁴ Penna, D. S. F. Correspondência oficial entre S. Exa. o Sr. Barão da Vila da Barra, Presidente da Província do Pará, e o ex-Encarregado do Museu Paraense, D. S. Ferreira Penna. *Diário de Belém*, Belém, 31 de outubro de 1872. Reproduzido em Penna (1973, volume 1, p. 327).

¹³⁵ Penna, D. S. F. Correspondência oficial entre S. Exa. o Sr. Barão da Vila da Barra, Presidente da Província do Pará, e o ex-Encarregado do Museu Paraense, D. S. Ferreira Penna. *Diário de Belém*, Belém, 31 de outubro de 1872. Reproduzido em Penna (1973, volume 1, p. 336).

ofício no qual pediu permissão para viajar (não transcrito no seu folheto). Segundo ele, “responder a este ofício o fora mesmo que autorizar a continuação da polêmica”¹³⁶.

Entre outras tantas acusações a Villa da Barra, Ferreira Penna revelou, como poucas vezes o fez e do alto de sua experiência administrativa, como as relações entre os presidentes ‘estrangeiros’ (emissários do poder imperial e centralizador) e os políticos locais eram delicadas. Afirmou, em uma das cartas, que o Museu Paraense estava “sob proteção” da Assembléia Provincial, o poder local, deixando nas entrelinhas que o presidente não deveria intervir na instituição. No folheto que publicou, acusou Villa da Barra de ter desfechado um golpe sobre a biblioteca e o museu, possível apenas porque o sistema imperial, segundo Ferreira Penna, impedia o desenvolvimento das províncias:

Dir-se-ia que estes dois movimentos de instrução e civilização instituídos no Pará pelo gênio criador do Dr. Portela com o concurso dos habitantes, eram para o ilustre Barão testemunhas malditas que no futuro denunciarão ao país o administrador inerte, sem iniciativa nem tino, sim, mas um tipo, uma espécie de sargento político que a Corte Ministerial nos enviara como uma de suas capacidades em disponibilidade¹³⁷.

Podemos considerar esse episódio como uma chave para explicar a distância que separa o museu planejado por Ferreira Penna do que foi possível existir no contexto político do Segundo Reinado. Segundo os biógrafos de Ferreira Penna, essa polêmica o marcaria tão profundamente que, a partir de 1872, ele relutaria em assumir qualquer outro cargo público no Pará (Cunha, 1973). A intenção de Ferreira Penna foi retirar-se da política para se dedicar integralmente aos seus estudos¹³⁸. Veremos adiante que isso foi possível

¹³⁶ Penna, D. S. F. Correspondência oficial entre S. Exa. o Sr. Barão da Vila da Barra, Presidente da Província do Pará, e o ex-Encarregado do Museu Paraense, D. S. Ferreira Penna. *Diário de Belém*, Belém, 31 de outubro de 1872. Reproduzido em Penna (1973, volume 1, p. 335).

¹³⁷ Penna, D. S. F. Correspondência oficial entre S. Exa. o Sr. Barão da Vila da Barra, Presidente da Província do Pará, e o ex-Encarregado do Museu Paraense, D. S. Ferreira Penna. *Diário de Belém*, Belém, 31 de outubro de 1872. Reproduzido em Penna (1973, volume 1, p. 324). Curiosamente, foi Villa da Barra quem inaugurou, com pompa e circunstância, a Escola de Minas de Ouro Preto, quatro anos depois.

¹³⁸ Ferreira Penna deixou registrada no seu folheto a sua despedida do museu: “Recordar-me-ei sempre, com a mais grata satisfação, desta prova de confiança e consideração com que me distinguiram (...)”. Também fez votos para que a Assembléia Provincial “continue a ter sob seu patrocínio esse Instituto científico de que tantos e tão fecundos resultados hão de colher a Província, o mundo industrial, as ciências, a civilização e essa juventude esperançosa que ora desperta no horizonte do nosso País”. Mas a nota mais interessante foi para Edgar Leopold Layard, cônsul britânico. Ferreira Penna desculpou-se ao diplomata e naturalista por ter deixado o projeto do museu inconcluso. Quando Layard chegou a Belém, em 1871, ambos fizeram planos para a organização do estabelecimento. Há documentos que comprovam que era intenção de Ferreira Penna dar a direção científica do Museu Paraense a Layard, o qual, por sua vez, tinha a intenção de intermediar a permuta de coleções entre o Museu Paraense, o Museu da Cidade do Cabo e o Museu Britânico (Cunha, 1989: 55-56). Contudo, a demissão de Ferreira Penna impediu o prosseguimento dos “ensaios e execução

graças ao Museu Nacional do Rio de Janeiro, que no mesmo ano de 1872 o contratou como Naturalista Viajante.

Para o Museu Paraense, o desentendimento entre Ferreira Penna e Villa da Barra foi, igualmente, desastroso. Além de não mais contar com o concurso do intelectual mineiro e de Ferreira Cantão – que o seguiu na decisão de deixar o Conselho Administrativo, em novembro de 1872¹³⁹ – o museu sofreu um revés político extraordinário. À rotatividade dos presidentes da província, que fragilizava a instituição do ponto de vista político, somou-se a dificuldade em obter recursos da Assembléia Provincial, que precisava ser convencida da utilidade do museu a cada legislatura. Até 1872, Ferreira Penna e colaboradores foram bem sucedidos na tarefa, obtendo, pouco a pouco, o suporte administrativo para manter o museu. Mas a partir de 1873, os liames políticos se romperam .

2.4 Um “museu em miniatura”

A atuação do Barão de Santarém, sucessor de Villa da Barra e um dos colaboradores do Museu Paraense, não foi suficiente para apaziguar o ânimo de Ferreira Penna. Este, contudo, continuou a prestar serviços ao governo provincial, não mais como funcionário, e sim como explorador. Um mês depois de ter assumido a presidência o Barão autorizou a viagem que Ferreira Penna requerera a Villa da Barra seis meses antes (Cunha, 1965f)¹⁴⁰. No mesmo mês, o Barão também tocava no pomo da discórdia, os livros de

desses planos”, colocando também em situação difícil o seu parceiro. O museu do Pará também perdia, assim, as “luzes” de Layard, “que tão generosamente se esforçava no empenho de elevar o nosso Instituto à altura dum monumento digno de um grande País”. Penna, D. S. F. Correspondência oficial entre S. Exa. o Sr. Barão da Vila da Barra, Presidente da Província do Pará, e o ex-Encarregado do Museu Paraense, D. S. Ferreira Penna. *Diário de Belém*, Belém, 31 de outubro de 1872. Reproduzido em Penna (1973, volume 1, p. 339-340).

¹³⁹ Ofício do Barão de Santarém ao Diretor do Museu Paraense. Belém, 13 de novembro de 1872. APEP, Códice 1464, Minutas de Ofícios dirigidos à Biblioteca Pública e Museu Paraense (1871-1873).

¹⁴⁰ Ferreira Penna seguiu viagem para Macapá, Mazagão e Maracá, no Amapá. Essa expedição iria complementar seus estudos feitos no início de 1872, quando percorreu, a pedido do vice-presidente Abel Graça, o Marajó, Baixo Amazonas, Xingu, Paru, Jari e outros rios. O relatório de ambas as viagens foi publicado somente em 1874 e mantém a estrutura dos anteriores: descrição geográfica dos grandes rios, “estado das povoações”, “estado da instrução pública” e “estado religioso” (Penna, D. S. F. *Notícia Geral das Comarcas de Gurupá e Macapá*. Belém, Typ. do Diário do Gram-Pará, 1874. Reproduzido em Penna, 1973, volume 2, p. 5-24). De acordo com o relatório, o objetivo da segunda expedição foi voltar às “grutas e jazigos funerários dos velhos indígenas, (...) tantas vezes perseguidos e, em grande parte, cativados pelos primeiros colonos”; e também aos “lugares mais célebres da Província por suas recordações históricas”, como os fortes que testemunharam a luta dos portugueses contra os holandeses, franceses e ingleses pela posse do território amazônico (Penna, 1973, volume 2, p. 22). Das duas viagens resultaram coleções para o Museu Paraense, particularmente do rio Xingu, doadas pelo Major J. Leocádio de Souza, e da região de Maracá, de onde

ciências da Biblioteca Pública. Em ofício a Julio César, mandou uma lista de livros que o bibliotecário deveria emprestar “ao Diretor do Museu Paraense, para que este proceda a classificação científica dos objetos existentes no Museu”¹⁴¹. Os que não existissem no acervo deveriam ser adquiridos e facultados ao museu, pois eram de “indeclinável necessidade a essa repartição”¹⁴².

O apoio ao Museu Paraense foi constante na interinidade do Barão de Santarém. O substituto de Cantão no Conselho Administrativo, o médico Augusto Thiago Pinto, foi nomeado logo após a retirada daquele¹⁴³. Um taxidermista italiano, Armando Gardiole, foi contratado para preparar as aves e outros animais constantes do acervo¹⁴⁴. Suspenso esse contrato em fevereiro de 1873, o Barão nomeou, conforme determinava a lei de 1872, um preparador e um servente, respectivamente Francisco Antônio Vianna Prata e Manuel José Monteiro¹⁴⁵. Equipamentos, instrumentos e móveis foram adquiridos; obras foram executadas na casa que ainda abrigava o museu¹⁴⁶.

O novo diretor, efetivado no cargo em 30 de outubro de 1872, após a aprovação de seu nome pelo conselho¹⁴⁷, também procurou manter relações com o Museu Nacional. Em maio de 1873 escrevia para Ladislau Neto, pedindo “espécimes supérfluos do rico Museu tão dignamente confiado ao zelo, inteligência e cuidados de V. Excia.”. Gonçalves da Rocha mostrava-se confiante nos esforços de Ladislau “para o engrandecimento e progresso moral do nosso caro Brasil” e no seu “gosto proverbial (...) por tudo o que é da ciência (...)”. Também confessava o seu “ardente desejo (...) de ver o Museu Paraense sair

Ferreira Penna mandou extrair as urnas funerárias que encontrou em grutas (Penna, 1973, volume 2, p. 23). O aspecto pitoresco dessas urnas já havia chamado a atenção de Francisco da Silva Castro, que recebeu uma delas e a doou ao Museu Paraense em 1871.

¹⁴¹ Ofício do Barão de Santarém ao Bibliotecário Público. Belém, 4 de dezembro de 1872. APEP, Códice 1464, Minutas de Ofícios dirigidos à Biblioteca Pública e Museu Paraense (1871-1873).

¹⁴² Ofício do Barão de Santarém ao Bibliotecário Público. Belém, 20 de dezembro de 1872. APEP, Códice 1464, Minutas de Ofícios dirigidos à Biblioteca Pública e Museu Paraense (1871-1873).

¹⁴³ Ofício do Barão de Santarém ao Dr. Augusto Thiago Pinto. Belém, 14 de novembro de 1872; e Ofício do Barão de Santarém ao Diretor do Museu Paraense. Belém, 14 de novembro de 1872. APEP, Códice 1464, Minutas de Ofícios dirigidos à Biblioteca Pública e Museu Paraense (1871-1873).

¹⁴⁴ Ofício do Barão de Santarém ao Diretor do Museu. Belém, 4 de dezembro de 1872. APEP, Códice 1464, Minutas de Ofícios dirigidos à Biblioteca Pública e Museu Paraense (1871-1873).

¹⁴⁵ Ofício do Barão de Santarém ao Diretor do Museu Paraense. Belém, 22 de fevereiro de 1873. APEP, Códice 1464, Minutas de Ofícios dirigidos à Biblioteca Pública e Museu Paraense (1871-1873); e Santarém (1873: 10).

¹⁴⁶ Ofício do Barão de Santarém ao Diretor do Museu Paraense. Belém, 21 de novembro de 1872; Ofício do Barão de Santarém ao Diretor do Museu Paraense. Belém, 7 de janeiro de 1873; Ofício do Barão de Santarém ao Diretor do Museu Paraense. Belém, 18 de janeiro de 1873; Ofício do Barão de Santarém ao Diretor do Museu Paraense. Belém, 28 de janeiro de 1873; Ofício do Barão de Santarém ao Ajudante do Diretor do Museu Paraense. Belém, 28 de março de 1873. APEP, Códice 1464, Minutas de Ofícios dirigidos à Biblioteca Pública e Museu Paraense (1871-1873).

¹⁴⁷ Ofício do Barão de Villa da Barra ao Diretor do Museu Paraense. Belém, 30 de outubro de 1872. APEP, Códice 1464, Minutas de Ofícios dirigidos à Biblioteca Pública e Museu Paraense (1871-1873).

do seu esperançoso embrião (...). Em troca das coleções, prometia colocar esse museu e seus serviços em benefício da instituição imperial¹⁴⁸.

O ano de 1873, contudo, seguiu com um revés político para o Museu Paraense. Na segunda legislatura desse ano, a Assembléia Provincial aprovou a Lei nº 770, que reformou novamente o museu. O texto extinguiu o cargo de Diretor e reduzia o pessoal a apenas um preparador e um amanuense, que também serviria como porteiro. A direção ficaria a cargo de um membro do Conselho Administrativo, “que designará mensalmente um de seus membros para fiscalizar o serviço diário”. As verbas foram cortadas, com exceção dos salários, e o museu foi obrigado a voltar ao Liceu Paraense, “para um dos salões contíguos à Biblioteca Pública, e sublocar o prédio arrendado, em que atualmente se acha” (Collecção..., 1873, p. 1-2)¹⁴⁹.

Os gastos do museu foram reduzidos ao mínimo possível sob o argumento da economia do tesouro provincial. Para o deputado Guilherme Francisco Cruz, autor do projeto de reforma do museu e terceiro vice-presidente da província, “o Museu mal é um núcleo de Museu, e tem entretanto uma luxuosa administração. A economia aconselha que se poupe a despesa com a administração para aumentar as proporções do Museu” (Cruz apud Cunha, 1965f). No relatório com que passou a administração da província para Guilherme Cruz, o presidente Domingos José da Cunha Junior afirmou terem sido:

Bem acertadas (...) tais providencias tomadas pela Assembléia provincial, visto que, além de ficar o estabelecimento de que me ocupo [museu], colocado em lugar conveniente, isto é, no centro da cidade, e tornar-se fácil o exame e mais natural a publicidade dos objetos que encerra; além da melhor disposição que para logo passaram a ter, achando-se como se acham, metodicamente distribuídos num espaçoso salão, o que não acontecia no prédio de onde foram transferidos, o qual sendo de grandes proporções, ficavam os objetos por assim dizer perdidos nos diversos compartimentos, acresce que se realizou, o que não é pouco, economia não inferior a 5:360\$000, por isso que, sendo a despesa com o antigo pessoal e casa de 7:520\$000, está presentemente reduzida a 2:160\$000. (Cunha Junior, 1874, p. 21-22).

¹⁴⁸ Ofício de João Batista Gonçalves da Rocha ao Diretor do Museu Nacional. Museu Paraense, 17 de maio de 1873. AMN, BR.MN.MN.DR, pasta 12, documento 23.

¹⁴⁹ Nessa mesma legislatura em que o Museu Paraense foi reformado (ou deformado), o Jardim Público – remanescente do antigo jardim botânico colonial fundado em 1796 – foi extinto pela Assembléia Provincial e o terreno arrendado (Cunha Junior, 1874, p. 36). Quem administrava o Jardim Público era Joaquim Pedro Correia de Freitas, que também passou a administrar o Museu Paraense após a demissão de Gonçalves da Rocha. Cf. Ofício do Presidente da Província ao Conselho Administrativo do Museu Paraense. Belém, 1º de outubro de 1873. APEP, Códice 1464, Minutas de Ofícios dirigidos à Biblioteca Pública e Museu Paraense (1871-1873).

Instituída a nova lei, Joaquim Pedro Correia de Freitas passou a administrar o museu como “membro fiscal” indicado pelo Conselho Administrativo, tarefa que acumulou com o cargo de Diretor da Instrução Pública até 1881¹⁵⁰. Ao assumir a insólita função, escreveu ao presidente da província pedindo recursos para uma viagem do preparador à Ilha do Marajó e justificando a necessidade de transferir o Museu Paraense para um local que garantisse a conservação de seu acervo. Foi atendido no primeiro pleito, mas nunca obteve resposta positiva com relação ao segundo¹⁵¹.

Um indício de que o Museu Paraense perdera definitivamente a ‘proteção’ da Assembléia e dos presidentes da província é que, a partir de 1874, as informações sobre a instituição tornaram-se raras ou superficiais nos relatórios administrativos e nos discursos com que os presidentes abriam cada legislatura. O último presidente a falar politicamente do assunto foi Pedro Vicente de Azevedo. No seu relatório de 1874, fez uma alentada defesa da instituição e transcreveu dois trechos de um outro relatório de Correia de Freitas, nos quais este afirmava o seguinte: “(...) si a província não pode custear o museu com quantia superior a com que atualmente o custeia, então melhor é vender-se ou conservar-se em arrecadação o que lá existe, despedir o preparador e o porteiro e fechar-lhe as portas; com o que se lucrará a quantia de 2:160\$000. Mas isso será uma vergonha para a província”. E ainda, “si os poderes competentes não auxiliarem o museu com a quantia que indiquei (5:000\$ reis) ou com maior, este estabelecimento será no curso dos anos ou dos séculos, o mesmo que é hoje, isto é, um museu em miniatura” (Azevedo, 1874, p. 56-57).

Ao avaliar a situação política do museu, Azevedo concordou com Correia de Freitas sobre a necessidade do auxílio financeiro do governo, mas fez a ressalva de que esta não era a única solução para o estado “pouco lisonjeiro” e “pouco esperançoso” da instituição. Azevedo tocou, então, em um ponto delicado e nunca discutido:

Estou bem persuadido de que se cometeu grande erro quando, pela lei n. 713 de 12 de abril de 1871, se transformou o museu de origem e caracter todo-particular em mais uma repartição publica, despertando-se com isto a cobiça de muitos pretendentes aos novos lugares, embora sem outras habilitações, além do cortejo dos empenhos (Azevedo, 1874, p. 57).

¹⁵⁰ Cf. Ofício do Presidente da Província ao Conselho Administrativo do Museu Paraense. Belém, 1º de outubro de 1873. APEP, Códice 1464, Minutas de Ofícios dirigidos à Biblioteca Pública e Museu Paraense (1871-1873).

¹⁵¹ Ofício do Presidente da Província ao Dr. Joaquim Pedro Correia de Freitas, Membro Fiscal do serviço diário do Museu Paraense. Belém, 13 de novembro de 1873; Ofício do Presidente da Província ao Dr. Joaquim Pedro Correia de Freitas, Membro Fiscal do Museu Paraense. Belém, 15 de novembro de 1873. APEP, Códice 1464, Minutas de Ofícios dirigidos à Biblioteca Pública e Museu Paraense (1871-1873).

Azevedo também reconheceu, pela primeira vez em documentos oficiais, a manobra do grupo liderado por Ferreira Penna para oficializar o museu, gerando o inconveniente (não previsto pelo grupo) de lançar os novos cargos no jogo político. Essa era, para o presidente, a origem dos males do museu, a “metamorfose” que o colocou nas “condições das pequenas repartições oficiais, sujeitas aos ditames e caprichos partidários”. A consequência foi ter ficado o pessoal do museu sujeito à “teoria da confiança” ou ao “interesse dos partidos” (Azevedo, 1874, p. 57).

Esse era um claro recado para todos os envolvidos com o Museu Paraense. Segundo Azevedo, se a Assembléia Provincial quisesse garantir à ciência a liberdade que necessitava para não definhir nas “estufas da submissão por mais douradas que sejam”, deveria impedir que o museu ficasse sob o jugo do interesse político e individual. Isso seria possível, de acordo com o presidente paulista, com quatro medidas:

Restituir ao museu o seu antigo caracter de instituto particular; protegê-lo forte e eficazmente por meio de dotações anuais suficientes; conservar a organização que lhe deu o ilustrado presidente dr. Portella em 1871, ampliando mesmo as faculdades e garantias estabelecidas nessa organização; e sujeitando somente as despesas do estabelecimento a uma rigorosa fiscalização por parte do governo (...) quanto às somas votadas e a aplicação regular que tiverem; tais, me parece, são os meios de fazer renascer e prosperar o Museu Paraense, hoje quase extinto e esquecido. (Azevedo, 1874, p. 57)

A Assembléia Provincial não levou em consideração nenhuma das medidas. Ao deixar o governo do Pará, Azevedo fez apenas duas observações sobre o museu: de que a despesa autorizada para todo o ano de 1874 foi de 131\$140 réis (compare-se com o orçamento aprovado dois anos antes, de 10 contos de réis!); e de que o “finado medico dr. Lemos” havia deixado em testamento importantes objetos para o museu, dentre estes “várias vestimentas de tuxauas das mais belas que tenho visto” (Azevedo, 1875, p. 34). O sucessor de Azevedo, Francisco Maria Correa de Sá e Benevides, também fez menção à pequena verba de custeio (100\$000) aplicada em 1875, embora o museu possuísse variadas coleções que mereciam cuidados especiais, “sendo as mais importantes as dos reinos animal e mineral, sobressaindo entre elas algumas espécies raras e de grande valor científico”. Muitos destes objetos achavam-se “deteriorados e quase perdidos por falta de

móveis apropriados para resguardá-los do tempo e da poeira que tudo invade” (Benevides, 1876a, p. 26-27)¹⁵².

Com a intenção de aumentar as coleções do museu e obter informações geográficas, em dezembro de 1875 Benevides contratou Herbert Smith para explorar os rios Tapajós e Baixo Amazonas. Contudo, tais coleções jamais chegaram a Belém (Cunha, 1965g). Melhor sorte teve a nova missão de Ferreira Penna, encomendada em 1874 por Azevedo e renovada por Benevides. Ferreira Penna percorreu, por mais de um ano, a Ilha do Marajó e adjacências, exploração que resultou no seu mais encorpado e detalhado relatório¹⁵³. Esse estudo, contudo, foi elaborado à revelia do Museu Paraense. A instituição não foi citada uma única vez, como o fora no relatório de 1872 sobre as comarcas de Gurupá e Macapá. As atividades de explorador e coletor – que em certo momento apareceram a Ferreira Penna como oportunas e complementares – seguiam novamente caminhos paralelos, com grave prejuízo para o Museu Paraense.

¹⁵² Após 1872, o investimento no Museu Paraense foi mínimo, enquanto a Diretoria da Instrução Pública – sob o comando de Joaquim Pedro Correia de Freitas – recebia cada vez mais: em 1876 foram destinados cerca de 380:000\$000 a essa repartição; no início da década de 1880, o volume de dinheiro chegava a 1.200:000\$000, aplicados nas escolas primárias, no Liceu Paraense, na Escola Normal, no Instituto de Educandos Artífices e em instituições filantrópicas, como o Colégio Nossa Senhora do Amparo. Outras centenas de contos de réis eram investidas anualmente na construção da Estrada de Ferro de Bragança, na subvenção das companhias de navegação e nos melhoramentos urbanos de Belém. A cidade de apenas 70.000 habitantes, na qual havia tanto a ser feito, transformava-se aceleradamente graças a luxuosas obras públicas, como o calçamento das ruas com pedras de liós portuguesas, o Teatro de Nossa Senhora da Paz (inaugurado com pompa em 1878) e o Paço Municipal. Esses foram os ícones de modernidade e de civilização eleitos pela elite paraense na época do Império, o que torna compreensível o pouco interesse que animais empalhados, exsicatas e amostras de minerais causaram aos deputados.

¹⁵³ Publicado em 1876, “A Ilha de Marajó” traz sete capítulos, no primeiro dos quais vem explicada a razão da exploração: os efeitos causados pela grande inundação de 1872. Ferreira Penna, como vimos, já havia participado de uma comissão para avaliar os estragos dessa inundação e propor medidas corretivas e preventivas, mas esta não pôde, à época, concluir suas tarefas devido o estado da ilha. Na nova viagem, desta vez em companhia apenas do engenheiro Antônio Joaquim de Oliveira Campos e depois de J. Gomes de Oliveira, o intelectual mineiro deveria avaliar o rio onde se localizavam as principais fazendas, o Arari, como também estudar a geografia física, a estatística e os recursos naturais da ilha, como vinha fazendo desde suas primeiras explorações. Os demais capítulos seguem uma ordem padronizada por Ferreira Penna: a descrição geral da ilha, relevo, hidrografia, clima e ambientes naturais. Em seguida vêm os dados estatísticos relativos à população, divisões administrativas, cidades, instrução pública, “estado sanitário”, “estado religioso” e efeitos da extração da goma elástica sobre a demografia e agricultura. A indústria pastoril e as fazendas nacionais, originadas das terras confiscadas às ordens missionárias no século XVIII, mereceram capítulos específicos, assim como os “meios de minorar os efeitos das inundações”. Inserido nesse último capítulo há um item de relevante interesse, que viria atrair a atenção e merecer elogios de Hartt e Derby. Trata-se das conjecturas levantadas por Ferreira Penna sobre a formação geológica da ilha, nas quais o intelectual faz referência a observações anteriores feitas por Agassiz. O último capítulo aborda as grandes ilhas do arquipélago (Gurupá, Mexiana, Caviana e Santana), incluindo os fenômenos físicos característicos do estuário, como a pororoca; os dados históricos relacionados às lutas que ocorreram nesses locais entre portugueses, holandeses e ingleses; e os dados etnológicos referentes aos antigos habitantes, os aruãs. Penna, D. S. F. *A Ilha de Marajó*. Pará, Typ. do Diário do Gram-Pará, 1876. Reproduzido em Penna (1973, volume 2, p. 25-122).

Um retrato da instituição nessa época pode ser obtido em uma outra fonte, não oficial e muito mais rigorosa: o diário do botânico escocês James William Helenus Trail (1851-1919), que entre 1873 e 1875 integrou uma expedição promovida pela *Amazon Steam Navigation Company*, empresa de capital inglês. Trail visitou o Museu Paraense na sua primeira passagem por Belém, entre 12 e 18 de outubro de 1873, ou seja, dois meses antes do presidente Cunha Junior deixar a província. O trecho que segue é longo, mas vale a pena acompanhar as impressões de Trail – e compará-las com a descrição de Cunha Junior, transcrita algumas páginas atrás:

Existem dois curadores e ainda assim é um lugar miserável, consistindo de uma sala com alguns poucos armários verticais junto às paredes. Dois dos armários contêm frascos de vidro cheios de serpentes e peixes misturados em terrível confusão e entremeados com alguns poucos mamíferos aqui e acolá e três fetos humanos. Alguns dos répteis e peixes parecem muito interessantes, mas é praticamente impossível ver o que há dentro dos frascos. Uma jarra alta de vidro está entupida com borboletas. Não há nenhuma tentativa de nomear ou classificar qualquer parte da coleção.

No meio da sala há alguns armários planos contendo *Spirulae* [tipo de molusco], *Ammonites* [invertebrados fósseis com conchas], pedras calcárias [limestones] com numulites, etc. O conjunto certamente veio da Inglaterra ou da América do Norte; mas ao ser inquiridos sobre a procedência dos fósseis, os curadores invariavelmente responderam do Tocantins, do Rio Branco ou do Solimões. As conchas recentes eram de muitas espécies de *Bulimus*. Também há alguns poucos armários de insetos contendo abelhas arrumadas sem o menor cuidado.

Sobre os armários do mezanino, sob redomas, estavam algumas aves pavorosamente e maravilhosamente empalhadas, em trapos e nas atitudes mais incomuns.

No fundo da sala estavam algumas curiosidades indígenas, as mais interessantes sendo duas urnas sepulcrais com os ossos que foram achados dentro delas. Havia também um sortimento comum de artigos de manufatura indígena; por exemplo, redes, raladores de mandioca, etc. No geral cheguei à conclusão que o Museu é um fracasso miserável especialmente em um país tão rico em curiosidades naturais. Os espécimes são poucos, em más condições, e totalmente sem arranjo, embora houvesse etiquetas fixadas neles, as quais nos foi dito referem-se a um catálogo que, entretanto, ainda não está disponível.

Depois de gastar cerca de uma hora no Museu eu caminhei por uma estrada nos subúrbios a uma pequena distância e achei muito mais o que me interessasse do que havia encontrado no Museu. (Trail apud Sá, 1998, p. 135)

Essa é a mais completa descrição do único salão que acomodava o Museu Paraense. E talvez seja a mais fiel, a despeito da personalidade preconceituosa que Trail iria revelar na sua viagem pela Amazônia (Sá, 1998)¹⁵⁴. O museu não era apenas uma “miniatura”, como afirmou Correia de Freitas, mas também um mostruário sem nenhum arranjo

¹⁵⁴ No citado trabalho, Sá (1998) analisa a polêmica entre Trail e João Barbosa Rodrigues.

científico. Espécimes mal conservados e acondicionados, outros tantos não classificados, dispostos sem a ordem que a sistemática demandava – um retrato que certamente espelhava a falta de direção científica e as sucessivas mudanças que o museu sofreu desde 1871. O exigente Trail, desinformado da tumultuada história do museu, viu apenas a “miséria”. E o futuro parecia nada animador, pois os “curadores” mostraram-se desinformados sobre a procedência de vários espécimes norte-americanos, os quais, a se acreditar nas palavras de Trail, talvez fizessem parte da coleção doada por Hartt¹⁵⁵.

No final da década de 1870, José Coelho da Gama e Abreu assumiu a presidência da província. Ele voltaria a pedir o aumento da verba do museu, que levava uma “vida acanhada” e que não passava de “uma casa com varias vitrinas, bem pobres; empregados que vencem os seus ordenados em santo ócio, sem disso serem culpados, pois que, na verba destinada para esse fim, não se teve em vista aumentar o Museu com novas preparações” (Abreu, 1879, p. 12). Não tendo sido atendido, voltou a falar do assunto na legislatura seguinte, pedindo que a Assembléia finalmente decidisse o que fazer com “aquele aglomerado de exemplares pertencentes aos três reinos da natureza”:

(...) digo aglomerado, pois o grande interesse de um museu para o estudo das ciências naturais, consiste na sua apurada classificação científica; apenas os nomes vulgares distinguem aqueles poucos e deteriorados exemplares de aves, répteis ou animais e peixes.

Um museu assim, em vez de nos honrar nos deprime, pois mostra que sendo rica a natureza, somos nós pobres de ciência e de amor por ela.

Ou acabai com o museu, ou dai-lhe uma organização própria de um estabelecimento daquela natureza.

Fazei aumentar as coleções, chamai um naturalista para as classificações, estabeleci trocas com os outros museus, finalmente fazei aquilo que em vossa

¹⁵⁵ Situação diferente viveu a Biblioteca Pública. Embora sem grandes investimentos, esta continuava merecendo a atenção dos presidentes e deputados. Ocupava vários salões do Liceu Paraense e crescia a cada ano, principalmente por meio da doação de livros e periódicos. Seu orçamento era, em média, oito vezes maior do que o do museu. No final de 1873, o catálogo das obras em língua estrangeira estava pronto (Cunha Júnior, 1874, p. 22). No primeiro semestre de 1876, Julio César deixou o lugar de bibliotecário público, “nomeado para outro emprego” (Benevides, 1876b, p. 12). Em seu lugar ficou Pedro Gomes do Rego, que permaneceu menos de um ano no cargo. No início de 1877, o bibliotecário era Raymundo Brito Gomes de Souza. O acervo chegava a quase 5.000 volumes, além dos folhetos, jornais e periódicos. O presidente João Capistrano Bandeira de Mello, ao discursar na Assembléia, anunciava orgulhosamente que mais de 3.600 pessoas haviam freqüentado a biblioteca no ano anterior; e defendia a criação de “bibliotecas populares” para alimentar o “fogo sagrado” que acende a inteligência dos meninos (Mello Filho, 1877, p. 92). Esse mesmo presidente, na expectativa de ampliar a visitação da biblioteca durante a noite, mandou transferir todas as luminárias e tubulações de gás do Museu Paraense para a repartição vizinha, onde seriam mais úteis (Cunha, 1965g). Ao Conselho Administrativo do museu sugeriu que promovesse, uma vez por semana, lições públicas sobre história natural para “desenvolver ou antes criar, entre nós, o gosto pelas ciências naturais, cujo estudo (...) habilita-nos a conhecer e a aproveitar os elementos de riqueza, com que tão prodigamente nos dotou a natureza”. Para o presidente, enquanto houvesse “desprezo pelas ciências naturais”, de nada adiantaria um museu (Mello Filho, 1877, p. 97).

sabedoria julgardes melhor, mas não deixeis o museu naquele triste estado. (Abreu, 1880, p. 14)

Durante sua administração, Gama e Abreu tentou incentivar a permuta de coleções, conforme defendeu diante da Assembléia. Por exemplo, negociou com o naturalista Joseph Steere, que então chefiava uma expedição da Universidade de Michigan, a troca de 65 peles de aves e mamíferos procedentes dos Estados Unidos, por 20 caixas de insetos amazônicos (Cunha, 1965g). Também tentou obter a autorização da Assembléia para retirar o Museu Paraense e a Biblioteca Pública do prédio do Liceu, infestado de cupins, um pleito antigo de Correia de Freitas ignorado pelos deputados provinciais (Abreu, 1881, p. 22). Estes, em sucessivas legislaturas, mostraram-se insensíveis aos relatórios de Correia de Freitas e dos poucos presidentes que ainda incentivavam o moribundo museu.

Contudo, o desinteresse da Assembléia Provincial pelo Museu Paraense não pode ser atribuído apenas às escolhas políticas e prioridades de investimento. Ele também é um indício da desagregação do grupo que deu vida ao museu, embora esses mesmos homens não tivessem perdido força política. Por exemplo, Gama e Abreu continuava um dos principais líderes do Pará; Correia de Freitas ocupou a Diretoria de Instrução Pública até 1881, além de vários mandatos na Assembléia Provincial; Santa Rosa também foi deputado e diretor da Instrução Pública, na década de 1880. Portanto, o que parecia ter mudado era o empenho do grupo em torno da causa – e a lacuna deixada por Ferreira Penna. Paradoxalmente, foi somente depois de abandonar o Museu Paraense e a política provincial que Ferreira Penna pôde se dedicar aos seus estudos, graças ao Museu Nacional do Rio de Janeiro. Esse é o maior indício da falta de apoio local para as atividades científicas.

2.5 Ferreira Penna, o Museu Nacional e a “ciência de potes quebrados”

Ferreira Penna desligou-se do Museu Paraense ao mesmo tempo em que estabelecia relações mais sólidas e duradouras com o Museu Nacional. Como vimos, a correspondência do intelectual mineiro com o museu da Corte iniciou em meados da década de 1860, com Francisco Freire Allemão. Ela se tornou mais assídua com Ladislau Netto, particularmente após a descoberta do sítio arqueológico do Pacoval (Lago Arari), no Marajó.

Em 1872, Ladislau Netto recebeu a autorização para criar o cargo de Naturalista-Viajante, no âmbito das reformas que começava a projetar para o museu da Corte. Ferreira Penna foi, então, um dos primeiros a serem contratados para o cargo, no mesmo ano. Sua atividade inicial foi retornar ao Pacoval e enviar coleções arqueológicas para o Museu Nacional, o que fez em 1873¹⁵⁶. Nos dois anos seguintes, as atividades de Ferreira Penna concentraram-se na exploração do Marajó. Esse serviço, como vimos, foi contratado pelo governo provincial e originou um relatório publicado em 1876.

Nesse mesmo ano, Ferreira Penna integrou-se à Comissão Geológica do Império, trabalhando com Derby, Francisco José de Freitas e Herbert Smith. Sua colaboração, ao que parece, foi voluntária, tendo viajado pelo litoral paraense e pelo Baixo Tocantins (Hartt, 1897a, p. 156; Cunha, 1965g). O objetivo da viagem foi visitar os sambaquis¹⁵⁷ existentes nesses locais, assunto de interesse direto de Ladislau Netto. O relatório dessa viagem, encaminhado ao Rio de Janeiro e publicado no mesmo ano, nos “Archivos do Museu Nacional” (Penna, 1876), é o ponto de partida da interlocução de Ferreira Penna com cientistas vinculados ao museu carioca ou interessados na arqueologia brasileira¹⁵⁸.

2.5.1 O diálogo com Ladislau Netto e Carl Wiener

No seu estudo sobre os sambaquis paraenses, Ferreira Penna dialogou principalmente com Ladislau Netto e com o naturalista Carl Wiener, contratado no ano anterior pelo Museu Nacional para explorar os sambaquis de Santa Catarina. O relatório de

¹⁵⁶ Com essa coleção enviada por Ferreira Penna, Ladislau finalmente igualava o museu da Corte às demais instituições que possuíam a famosa cerâmica do Lago Arari, que posteriormente seria considerado o centro irradiador da cultura marajoara: o Museu Paraense, o Museu da Universidade de Cornell e o Peabody Museum, para onde Hartt e seus companheiros escoavam os objetos encontrados no Brasil. Particularmente sobre as explorações de Hartt e seus alunos, Ladislau mostrou-se “enciumado e impregnado de sentimentos nacionalistas, mas zeloso do patrimônio da Amazônia, que queria no Brasil e no Museu Nacional (...)” (Lopes, 1997, p. 147).

¹⁵⁷ Sambaquis são vestígios de antigos habitantes do litoral brasileiro. Apresentam-se na forma de colinas formadas por conchas, onde são encontrados material cerâmico, lítico, esqueletos e fragmentos de carvão (cf. Souza, 1997, p. 115).

¹⁵⁸ “Breve notícia sobre os sambaquis do Pará” é considerado por muitos como um dos trabalhos fundadores da arqueologia brasileira (Souza, 1991; Barreto, 1992; Langer, 2000, 2002). Ali Ferreira Penna descreveu o estado dos sete sambaquis que visitou, no litoral do Pará e no Baixo Tocantins, e também identificou o material enviado para o Museu Nacional. Chamou a atenção para o nome que esses sítios recebiam no Pará, “mina de cernambi”, em função de serem utilizados há mais de século como fontes de cal para as construções da capital e das cidades da região. Essa era a razão para a maior parte dos sambaquis conhecidos estarem “extintos” ou próximos da exaustão, restando poucos a serem escavados e estudados. Ferreira Penna informou, ainda, que esse tipo de sítio arqueológico também ocorria ao longo dos rios da Amazônia, como havia observado no Tocantins e também no Tapajós, cujo sambaqui mais famoso, o da Taperinha, é citado por Ferreira Penna.

Wiener saiu publicado no primeiro fascículo dos “Archivos” (Wiener, 1876) e inspirou Ferreira Penna a elaborar um trabalho semelhante (Penna, 1876, p. 93). Este descreveu a topografia, a forma e as dimensões de cada sambaqui visitado; o tipo de material de que são formados, incluindo o gênero ou espécie de molusco; as camadas estratigráficas visíveis; e os objetos arqueológicos encontrados, incluindo ossos. O trabalho de Ferreira Penna, portanto, deve ser lido dentro desse diálogo pioneiro, limitado pelas poucas informações científicas disponíveis sobre o assunto (inclusive em nível mundial) e pelas teorias que davam forma aos estudos históricos, antropológicos e arqueológicos da época, particularmente o difusionismo¹⁵⁹.

Não obstante a inspiração de Wiener e a semelhança dos sambaquis, como se todos fossem provenientes de uma mesma cultura, Ferreira Penna apontou para caminhos distintos daquele naturalista. Por exemplo, enquanto o primeiro entendia os sambaquis como locais de refeição, supondo que os ossos humanos ali encontrados eram restos deixados por canibais, Ferreira Penna afirmou serem também locais de enterramento, citando notícias sobre esqueletos inteiros e urnas funerárias retirados dos sambaquis paraenses. Ampliando o debate, mostrou que a idade desses sítios arqueológicos poderia ser medida com o auxílio da geologia, particularmente a partir do dinamismo da costa e do tipo de formação aluvial dos rios da região¹⁶⁰. Por exemplo, os sambaquis marinhos do norte achavam-se, em sua maioria, no meio do mangue, duas a cinco milhas distantes do mar, enquanto os fluviais jaziam sobre camadas de detritos vegetais e ambientes arbóreos. Como conclusão, Ferreira Penna escreveu o seguinte:

¹⁵⁹ Na mesma viagem em que visitou os sambaquis, Ferreira Penna identificou uma rica formação fossilífera. Não chegou a publicar sobre o assunto, mas anunciou a localização: “Ao sopé da colina que avança para o mar mergulhando para E. S. E., achei extraordinária quantidade de fósseis ou moldes e estampas de moluscos e de outros animais inferiores, que aparecem também, posto que menos frequentemente, ao pé do Farol e de alguns outros pontos das terras altas da costa e até nas barreiras sobre que está a povoação de Salinas” (Penna, 1876, p. 87). Ferreira Penna enviou amostras de alguns fósseis para Derby, que se achava em Monte Alegre. Este identificou vários gêneros de gastrópodes, mencionando o achado no seu clássico estudo sobre a geologia do Baixo Amazonas (Derby, 1877, p. 101). Contudo, equivocou-se ao datar os fósseis como sendo do período Cretáceo, similar aos de Pernambuco e Sergipe. Posteriormente, essa mesma coleção, enviada por Ferreira Penna ao Museu Nacional, foi estudada e descrita por White (1887) e Maury (1925). Essa paleontóloga datou o afloramento rochoso identificado por Ferreira Penna como sendo do Terciário (Eomioceno), batizando-o de Formação Pirabas. Atualmente, é considerada uma das formações fossilíferas mais ricas e variadas do país.

¹⁶⁰ Wiener havia proposto várias possibilidades para o cálculo da idade, como a ocorrência ou não do canibalismo (o que para ele era um indício de evolução moral e da passagem do tempo), o estado das conchas e a quantidade de detritos arremessados indolentemente pelos indígenas e que faziam os sambaquis cada vez mais distantes do litoral. Sem explicar claramente como chegou à conclusão, Wiener afirmou que os sambaquis de Santa Catarina tinham de dois a três séculos de idade, ou seja, eram da “idade da pedra” do indígena brasileiro (Wiener, 1876, p. 18-19).

Não se podendo admitir que os selvagens fossem exercer sua glotonaria no meio das matas de Cameté ou dos mangues da Costa, pois não achariam lá os mariscos que procuravam, parece que se deve concluir que eles começaram a acampar-se ali na época em que aquelas coroas e praias acabavam de se elevar do seio das águas, privadas ainda de qualquer espécie de plantas. (Penna, 1876, p. 95)

Eis aqui o melhor “estilo Ferreira Penna”, satirizando as conclusões de Wiener. Outro exemplo do seu espírito crítico pode ser medido quando comenta sobre o canibalismo dos ‘selvagens’. Enquanto Wiener afirmara que os índios viam seus semelhantes apenas como “objetos de alimentação” (Wiener, 1876, p. 17-18), o intelectual mineiro saiu-se com o seguinte parágrafo:

(...) creio estar bem averiguado que os Índios (ao menos do Pará e Amazonas) ainda os mais antropófagos, não comiam carne humana como quem come mariscos e peixes, nem mesmo para satisfazerem a fome, e seguramente nenhum deles jamais viu no seu semelhante *um simples objeto de alimentação!* Os mais ferozes comiam, sim, a carne humana, mas só a dos seus *inimigos* e não a comiam senão para satisfazerem ao seu excessivo ódio e extraordinário espírito de vingança. (Penna, 1876: 95)

Ferreira Penna argüiu, ainda, sobre as diferentes espécies de moluscos encontrados no Pará; sobre o que deveria ser considerado “resto de refeição” e o que constituía, de fato, o material natural dos concheiros; sobre a distinção entre sambaquis marinhos e fluviais; e sobre o povo que deu origem aos sambaquis. Sobre esse último assunto, discordou que tenham sido obra dos Tupinambá ou dos “Tupinaes”. Para ele, o povo que deu origem aos montes de conchas tinha o costume de demonstrar veneração e amizade aos parentes falecidos. Por isso enterravam seus entes queridos junto aos locais em que habitavam e comiam. Esse costume, segundo Ferreira Penna, poderia parecer “repugnante” (como, aliás, Wiener afirma enfaticamente), mas deveria ser compreendido de acordo com o “costume geral” da época e da sociedade que o produziu. Essa sociedade era, com muita probabilidade, descendente das “tribos selvagens” que os Incas haviam expulsado das florestas peruanas, e que haviam descido o grande rio até o Marajó, dando origem às mais diversas etnias amazônicas, como os Mura, Mundurucu, Tapajó e Nheengaíba. Muito provável, portanto, que também tivessem “acampado longos anos” na barra do Pará¹⁶¹.

¹⁶¹ As teses da migração e do “acampamento” não eram de Ferreira Penna, e sim de Ladislau Netto. O primeiro, nas conclusões de seu trabalho, deixa claro o seu alinhamento com duas hipóteses levantadas pelo seu chefe: a de que a maior parte dos antigos habitantes da Amazônia era originária da própria América do

Em 1877, Ferreira Penna teve mais um de seus relatórios publicados nos “Arquivos”, desta vez sobre os “cerâmios” do Pará¹⁶². Na época, conhecia-se os sítios arqueológicos do rio Trombetas (Óbidos), Miracangüera (Rio Madeira), Maracá (Amapá), Pacoval, Camutins, Santa Izabel e outros tesos menores, no Marajó. Com exceção do primeiro (estudado por João Barbosa Rodrigues), esses sítios foram identificados graças às viagens e publicações de Ferreira Penna. Seu novo texto, portanto, trazia as descrições dos sítios e uma primeira tentativa de sistematizar e comparar informações sobre a pré-história da Amazônia – um assunto que ganhava cada vez mais adeptos e gerava disputas intestinas na intelectualidade brasileira, tendo à frente o diretor do Museu Nacional (Langer, 2000, 2002). Ferreira Penna iria se envolver na discussão, que tinha como pano de fundo as várias hipóteses que explicavam o povoamento da América do Sul. Os vestígios arqueológicos existentes no Brasil foram deixados pelos ancestrais dos ‘decadentes’ índios? Ou seriam sinais das andanças dos vikings, fenícios e egípcios? Se essa última hipótese fosse comprovada, o passado brasileiro certamente seria enobrecido pela presença de grandes civilizações em seu território, unindo o continente americano ao euro-asiático desde a pré-história.

O relatório de Ferreira Penna apresenta informações gerais sobre os sítios, que havia visitado nesse mesmo ano, alguns pela primeira vez. Da maior parte deles Ferreira Penna extraiu objetos, identificados no texto e remetidos para o Museu Nacional, como vasos, urnas e fragmentos. O que recebeu maior atenção foi o sítio do Pacoval. Neste teso, Ferreira Penna confirmou uma hipótese que Steere havia formulado anos antes, de que existiam “três secções ou camadas de vasos, sobrepostas umas às outras e apresentando cada uma artefactos sensivelmente diferentes quanto aos desenhos e outros ornatos, contendo a secção inferior os mais perfeitos exemplares e a superior os menos importantes” (Penna, 1877a, p. 52). Ferreira Penna fez escavações em distintos pontos do

Sul, e não migrantes provenientes da Ásia, da Europa ou outro lugar considerado mais “civilizado” que as terras brasileiras; e de que os sambaquis eram acampamentos ocupados pelos índios em determinadas épocas, como o inverno ou o período de escassez de chuvas e alimentos no interior do continente (Ladislau Netto, 1876, p. 1-2).

¹⁶² Ferreira Penna cunhou esse termo para identificar os sítios arqueológicos onde era possível encontrar “antigas obras de fino barro, tais como ídolos, urnas funerárias, louça, etc., fabricadas por tribos indígenas há longo tempo extintas” (Penna, 1877a, p. 47). O termo mostrava-se apropriado também pela relação com a história dos antigos atenienses, que – ao construir um templo dedicado aos heróis da cidade no local onde funcionava uma olaria – mantiveram o nome tradicional do lugar, *Ceramicus*, na sua forma latina. Segundo Ferreira Penna, “o nome *Cerâmio* é plenamente aplicável aos chamados *Aterros sepulcrais*, pois não resta dúvida que as urnas mortuárias que nestes se tem encontrado, pertenciam unicamente a pessoas que, por qualquer princípio, gozavam de certas honras e distinções entre as populações indígenas” (Penna, 1877a, p. 48-49).

aterro, verificando diferenças no tipo de barro, na pintura e decoração das peças. Na camada inferior, encontrava-se as famosas “tangas”, traço distintivo da cultura marajoara, descritas por Hartt (1876a) no primeiro volume dos “Archivos”¹⁶³.

Para Ferreira Penna, esse fato representava uma “civilização decrescente”:

Houve em Marajó um povo que, chegado a um importante grau de civilização, achou-se inopinadamente em circunstâncias tão difíceis, que não só foi constringido a parar no caminho do progresso, mas a retroceder gradual e talvez rapidamente até recair nos domínios da barbaria. (Penna, 1877a, p. 53)

Esse povo, segundo Ferreira Penna, foram os Caribe¹⁶⁴. Distintos das “tribos selvagens” originárias do Peru, os Caribe seriam autóctones do planalto central de Minas Gerais, “o mais antigo torrão do Globo”, como vinha defendendo o “Venerável Lund”. De caráter intrépido, sagaz e empreendedor, conquistaram a costa oceânica do sul do Brasil. Em seguida, rumaram para o norte, ocupando o litoral, o Marajó, o Baixo Amazonas e o Amapá. Passaram para as Antilhas, a Flórida e o sul dos Estados Unidos, onde construíram os famosos *mounds*. Mais tarde, migrariam para a América Central, onde edificariam grandes cidades e desenvolveriam plenamente seus costumes, seus deuses e sua civilização¹⁶⁵.

Os Caribe que se estabeleceram no Marajó teriam produzido a cerâmica mais sofisticada do Pacoval, a que era encontrada na camada inferior. Seus descendentes, encontrando dificuldades em sobreviver e enfrentando guerras com as “tribos selvagens”, principalmente os Nheengañba do lado ocidental da ilha, foram perdendo a vitalidade da

¹⁶³ As 20 tangas e fragmentos descritos por Hartt pertenciam aos acervos do Museu Nacional, do Museu da Universidade de Cornell e do Peabody Museum. No mesmo volume, Hartt também descreveu o material lítico do Museu Nacional e do Museu Paraense, nesse caso, um único “machado em forma de crescente”, fragmentado, feito de granito ou gneiss granitóide, medindo 145 mm, proveniente do Alto Amazonas (cf. Hartt, 1876b, p. 52).

¹⁶⁴ Os nomes dos grupos indígenas aparecerão sempre no singular, como requer a nomenclatura antropológica. Mantemos, contudo, a grafia utilizada por Ferreira Penna, e não a reconhecida atualmente (Karib), por uma razão simples: não é possível aproximar ou fundir os dois termos. Eles datam de épocas distintas e possuem significados diferentes, como veremos nesse item.

¹⁶⁵ Ferreira Penna apoiou-se em vários autores que não aceitavam a hipótese da migração asiática ou européia para explicar a origem do homem americano. Antropólogos, linguistas e geógrafos como J. W. Foster (1836-1917), Ephraim George Squier (1821-1888), Charles-Etienne Brasseur de Bourbourg (1814-1874) e François-Xavier Garneau (1809-1866) vinham defendendo que as grandes civilizações americanas, inclusive a do Marajó, tinham suas origens na própria América, e que em nada se assemelhavam às culturas da Europa e da Ásia. Dentre os brasileiros, Ferreira Penna citou João Batista de Lacerda (1846-1915), José Vieira Couto de Magalhães (1837-1898), Batista Caetano de Almeida Nogueira (1797-1839) e outros, para demonstrar que no país também se procurava evidências no campo da antropologia física e da linguística para comprovar a originalidade da raça americana.

cultura. Por fim, na época da conquista européia, os Aruã – os últimos herdeiros da “raça mais nobre e mais empreendedora da América” – amargaram o poder dos missionários e dos colonos. A cerâmica mais grosseira do Pacoval, próxima à superfície, teria sido produzida por este povo. Para Ferreira Penna, os objetos cerâmicos encontrados em Miracangüera, no rio Trombetas e em Maracá também teriam sido produzidos pelos descendentes dos Caribe (Penna, 1877a, p. 66)¹⁶⁶.

Ferreira Penna procurou dar base teórica e empírica aos seus argumentos. Além das evidências arqueológicas e históricas de que os Caribe teriam erigido os tesos marajoaras, o intelectual também divulgou evidências lingüísticas. Tomando conhecimento de que morava no Marajó o último representante dos Aruã, em 1877 rumou para lá com o fim de entrevistá-lo. Anselmo José morava em Afuá. Tinha bastante idade e já não utilizava a língua materna há muito tempo. Por isso o diálogo foi difícil e decepcionante, mas Ferreira Penna conseguiu registrar 224 palavras e frases, as únicas conhecidas da língua aruã, bem como a pronúncia de algumas letras. Além disso, julgou importante descrever o aspecto físico do índio, tornado objeto (um esqueleto vivo) pelo olhar indiscreto do antropólogo:

É homem de 75 anos, segundo parece; estatura um pouco inferior à mediana, corpo proporcional à altura; cabelo corrido, ainda quase todo preto, barba pouca, feita de poucos dias e toda branca; cabeça aproximando-se ao tipo piramidal, testa pequena e inclinando-se para traz, arcadas superciliares grossas e salientes, rosto oblongo e maçãs não salientes, olhos horizontais e medianos, nariz arqueado, quase aquilino, com azas largas, orelhas largas, boca regular, queixo curto ou retraído; cor cupreo-bronzeada, mas desbotada pela idade e um tanto baça ou pálida (...). (Penna, 1881, p. 16)

Ao retrato de Anselmo, segue-se a descrição de alguns costumes e conhecimentos que o velho índio possuía, como as artes de fazer partos, “aplicar ervas inocentes” e benzer doentes. O “caráter moral” e a “capacidade intelectual”, contudo, pareciam bem limitados, assim como o aspecto físico era o de um homem alquebrado e enfermo. Ferreira Penna justificou esse estado – que certamente não esperava encontrar em um filho legítimo dos Caribe – afirmando que:

¹⁶⁶ Como apêndice a esse trabalho, Ferreira Penna acrescentou uma notícia sobre as urnas funerárias de Maracá existentes no Museu Paraense. Considerando-se impedido de descrevê-las, informa apenas que foram encontradas em 1872, nas duas viagens que realizou para o Amapá. Trouxe dali “uma porção de urnas de diferentes formas, e quase todas cheias de ossos” (Penna, 1877c, p. 69).

(...) além de não ser possível julgar de um povo ou nação por um só dos seus membros; - principalmente quando este se aproxima à decrepitude, - ninguém ignora as profundas modificações porque têm passado os povos americanos desde que se acharam em contacto forçado com os conquistadores europeus, que nada mais e nada menos fizeram do que enxertar-lhes os vícios que traziam de sobejo, em troca da liberdade de que os privaram. (Penna, 1881, p. 17)

Ao final do trabalho, também publicado nos “Archivos”, Ferreira Penna insistiu em afirmar que os Aruã eram um “velho ramo” dos Caribe. E que o fato destes últimos terem sido “os menos antropófagos” de todos os índios era mais um motivo para colocar os Aruã num “grau superior” da “escala das relações étnicas”, pois “nunca se mancharam com o repugnante vício da antropofagia” (Penna, 1881, p. 17)¹⁶⁷.

Nos textos de Ferreira Penna havia um debate teórico muito claro, moldado pelo evolucionismo e pelo difusionismo, e que apenas recentemente tem sido reconstituído pelos historiadores da arqueologia (Langer, 2000, 2002; Ferreira, s.d., 2003). Muito do que Ferreira Penna defendeu, principalmente sua tese sobre a origem dos “cerâmios”, não pode ser sustentado atualmente (por exemplo, Karl von den Steinen depois filiaría os Aruã ao tronco Aruak, originário das Antilhas), mas sua obra deve ser inscrita dentre aquelas que formularam os primeiros problemas arqueológicos referentes ao Brasil. Como exemplo, podemos citar o impacto da conquista europeia sobre as populações amazônicas; a hipótese de um fracionamento temporal e étnico na ocupação humana do Marajó, cujo primeiro indício foi a estratigrafia do Pacoval, descrita por Ferreira Penna; e a natureza dos sambaquis como sítios de habitação e enterramento.

2.5.2 A polêmica com João Barbosa Rodrigues

Dividindo-se entre seus escritos e as viagens de coleta para o Museu Nacional, Ferreira Penna vivia o período mais produtivo de sua vida, que fazia parecer bem distantes

¹⁶⁷ Em outro texto, publicado como capítulo de um trabalho póstumo de Hartt, Ferreira Penna repisaria o tema. “Índios de Marajó” apareceu nos “Archivos” somente em 1885, embora tenha sido escrito por volta de 1876-1878. Descreve a história da colonização da ilha, suas primeiras povoações, missionários, colonos e, principalmente, os primeiros contatos feitos com as populações ali existentes. Novas informações são reveladas sobre a tribo mais “numerosa”, “atrevida” e “valente na guerra”, os Aruã. Utilizando fontes documentais dos séculos XVII e XVIII, Ferreira Penna procurou mostrar como eram distintos os povos que habitavam os lados oriental e ocidental do Marajó, assim como as relações inter-étnicas que estabeleceram entre si e com os portugueses, seus locais de origem e o destino que tiveram diante dos abusos e guerras promovidas pelos invasores (Penna, 1885, p. 108-115).

as lides políticas envolvendo o Museu Paraense¹⁶⁸. Na verdade, seus escritos revelam um sentimento de distância desse museu, como o próprio Ferreira Penna afirmou na nota sobre as urnas Maracá (Penna, 1877c). Embora ainda fosse membro do Conselho Administrativo do Museu Paraense, toda a sua energia agora era direcionada para outros embates, como o que colocou em lados opostos Ladislau Netto e João Barbosa Rodrigues (Langer, 2000, 2002). Não vamos descrever essa disputa, mas destacar o motivo pelo qual Ferreira Penna viu-se obrigado a fazer uma reprimenda pública em Barbosa Rodrigues.

Com o acesso vedado ao periódico do Museu Nacional, Barbosa Rodrigues publicou uma série de artigos intitulados “Antiguidades do Amazonas”, em uma revista que ele mesmo havia fundado com Guilherme Schüch de Capanema e Batista Nogueira, a “Ensaio de Sciencia”. Esses artigos traziam a descrição dos objetos que Barbosa Rodrigues encontrou durante as viagens que fez pela região, nos anos 1871 a 1875, a serviço do governo imperial. No segundo deles, publicado em 1876, descreveu duas urnas marajoaras a partir de uma fotografia que, segundo Ferreira Penna, foi obtida de um modo não muito correto: Barbosa Rodrigues teria feito uma cópia não autorizada de uma fotografia que o próprio Ferreira Penna encomendara para ilustrar seu trabalho sobre os “cerâmios”. Segundo o intelectual mineiro, Barbosa Rodrigues agira assim para “ser o primeiro a dar conhecimento da existência dos dois importantes artefatos” (Penna, 1877b, p. 74). Mas seu procedimento seria escusável, na opinião de Ferreira Penna, não fossem por dois detalhes: o fato de ter descrito as urnas de maneira incorreta e, pior, de ter adulterado uma delas ao “restaurar” na fotografia partes da peça que originalmente eram fragmentadas (Figura 7).

A “falta irreparável” e “gravíssima” de Barbosa Rodrigues somava-se às informações equivocadas sobre a procedência do material. Ambas as urnas eram do Pacoval e foram apresentadas como tendo sido escavadas em Camutins. E mais: Barbosa Rodrigues afirmava que elas pertenciam ao Museu Paraense, motivo pelo qual Ferreira Penna, na descrição de cada uma, esclareceu: “Esta urna *não está e nunca esteve* no Museu

¹⁶⁸ A década de 1870 também foi um período de reconhecimento para Ferreira Penna. Além de publicar com frequência nos “Archivos”, o intelectual tornou-se membro correspondente da *American Geographical Society*, da *Société Nationale d’Acclimatation de France* e do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil (IHGB). Quem solicitou a nomeação de Ferreira Penna para o IHGB foi João Wilkens de Mattos, que destacou os “relevantes serviços prestados pelo Sr. Ferreira Penna à administração, à geografia e história da província do Pará (...)”. A proposta foi apoiada pelo Conselheiro Homem de Mello, por Perdigão Malheiro e por Couto de Magalhães, este último ex-presidente da província do Pará, a quem Ferreira Penna serviu como secretário. Em sessão do dia 21 de julho de 1876, Ferreira Penna tornou-se sócio correspondente do IHGB (Mattos, 1876).

Paraense (...)” (Penna, 1877b, p. 75). Com perspicácia, o intelectual mineiro percebeu que Barbosa Rodrigues esforçava-se “com ardor” para “distinguir-se publicando os trabalhos de que foi encarregado e o mais que estudou ou de que teve informação (...)”. Mas seu trabalho foi vítima de um mal que depois iria se mostrar constante em sua obra, a “eterna luta” pela prioridade científica (cf. Sá, 2001, p. 908). Ferreira Penna, em 1877, vaticinava: “Em matérias de Ciência, mais do que na vida prática, a pressa foi e há de ser sempre inimiga da perfeição; e desta vez a pressa, aliás de todo o ponto infundada, arrancou ao Sr. B. Rodrigues uma partícula do mérito do seu escrito” (Penna, 1877, p. 75).

A reprimenda não era apenas intriga, como já se julgou em função da ameaça que Barbosa Rodrigues representava à hegemonia do Museu Nacional em relação à arqueologia amazônica (Langer, 2002, p. 76). Ela também dizia respeito a um esforço pela precisão, pelo rigor absoluto, pelo comprometimento público em benefício da ‘verdade’ dos fatos, pelo ‘espírito estatístico’, traços já identificados na obra de Ferreira Penna (Veríssimo, 1895b; Correa Filho, 1946b; Cunha, 1973; Barreto, 1992; Bertho, 1994b). No caso das urnas marajoaras, o intelectual justificou suas objeções defendendo que os artefatos de barro eram os “principais monumentos dos povos indígenas” no Brasil. Portanto, erros em descrições e adulterações de fotografias eram inadmissíveis “para o interesse da Ciência, para o próprio crédito dos escritores e até certo ponto, para os brios da nossa nacionalidade (...)” (Penna, 1877, p. 75). Ao tocar nesse ponto, Ferreira Penna fazia eco a uma das grandes queixas de Barbosa Rodrigues – de ver-se preterido pelos naturalistas estrangeiros, supostamente mais competentes – e a uma das maiores críticas que o botânico fazia ao Museu Nacional, acusado de “estrangeirismo” (crítica que, para Ferreira Penna, era infundada e injusta).

Barbosa Rodrigues respondeu a Ferreira Penna no terceiro artigo das “Antiguidades do Amazonas”, publicado somente em 1880. Ali ele reconheceu seus erros, mas fez questão de qualificar seus estudos ao afirmar que vinham recebendo cada vez mais atenção do estrangeiro (Langer, 2002, p. 76). A nós, que acompanhamos as relações de Ferreira Penna com o Museu Nacional, cabe ressaltar que Ladislau Netto era extremamente atento a esse interesse estrangeiro pela arqueologia amazônica. E o seu principal ponto de apoio para tornar o museu carioca uma referência internacional no assunto era Ferreira Penna, tanto no que se refere ao seu papel de coletor como de provedor de informações especializadas. Por esse motivo, a reprimenda de Ferreira Penna foi útil, a um só tempo, para lançar dúvidas sobre a capacidade investigativa de Barbosa Rodrigues e para reforçar

os “Archivos” como uma fonte segura de informações. Credibilidade, diríamos, era o que estava em jogo num ambiente de disputas pessoais e institucionais¹⁶⁹.

2.5.3 João Batista de Lacerda e os crânios de Maracá

Na arqueologia do século XIX, a descrição dos vestígios materiais de antigas ‘civilizações’ era central. Pinturas e gravuras rupestres, material cerâmico e lítico, carvão e ossos – tudo servia para dar base às interpretações e teorias em jogo. Por esse motivo, nossos primeiros arqueólogos disputavam a precedência na divulgação de sítios, de objetos e de informações sobre cidades e monumentos perdidos. Por sua vez, as coleções de cerâmica, machados de pedra, tembetás e outros artefatos indígenas despontavam como fundamentais para a comparação de formas, estilos decorativos, materiais, usos e significados – um exercício que tinha como fim estabelecer relações, filiações e hierarquias entre as diferentes etnias e entre estas e a sociedade nacional. Os crânios também eram transformados em instrumentos de relação, permitindo desvendar descendências e traçar rotas migratórias com base em sutis variações em sua forma.

Ferreira Penna foi um dos maiores coletores de vestígios arqueológicos na Amazônia do século XIX. As maiores e principais remessas de objetos ao Museu Nacional ocorreram entre 1876 e 1882. Os insistentes pedidos de Ladislau Netto o levaram aos sambaquis, aos tesos do Marajó (que escavou por diversas vezes) e às grutas de Maracá. Já em 1876 nosso personagem reclamava que não podia arcar com tantas viagens. Por esse motivo pedia o aumento de seu salário, de 150\$000 para 200\$000. A medida, autorizada de

¹⁶⁹ De fato, os anos 1876 a 1882 foram de grande movimentação intelectual em torno da arqueologia brasileira. Além de Ferreira Penna, Barbosa Rodrigues e Ladislau Netto, um outro autor vinha se destacando na Corte, o paraense Antônio Manoel Gonçalves Tocantins (1836-1905). Tocantins graduou-se em Letras pelo Conservatório de Artes e Ofícios de Paris, e em engenharia industrial pela Universidade de Gand, Bélgica. Voltou ao Pará em 1863, sendo contratado como engenheiro da província. Executou diversas viagens de exploração e também foi nomeado professor do Liceu Paraense, da Escola Normal e membro do Conselho Administrativo do Museu Paraense (Rocque, 1971, p. 45-50). Membro correspondente do IHGB, Tocantins publicou, em 1876, o estudo “Relíquias de uma grande tribo extinta”, no qual descreveu a cerâmica encontrada na Ilha do Marajó e dissertou sobre o povo que a teria fabricado (Nheengaíba), com base em fontes documentais (Tocantins, 1876). Tocantins distinguiu os Nheengaíba dos Tupinambá, mas não fez diferença alguma entre os habitantes dos dois lados da ilha. Talvez por esse motivo Ferreira Penna, um ano depois, tenha insistido no fato de que os portugueses referiam-se aos habitantes indígenas da ilha utilizando um nome só (Nheengaíba), mas que, na verdade, estes eram os selvagens habitantes do lado ocidental, em tudo distintos dos Aruã – os verdadeiros construtores dos tesos (Penna, 1877a). Sobre a obra de Tocantins, ver Ferreira (s.d.) e Pereira (2004, p. 224-225).

imediatamente pelo governo, também equipararia os salários dos naturalistas viajantes do museu, até então sensivelmente distintos¹⁷⁰.

Devidamente habilitado, Ferreira Penna ampliou o número de viagens de coleta. Em 1877, foi ao rio Madeira (Miracangüera), foi duas vezes ao Marajó e outras duas a Maracá. Como já referimos, Ladislau Neto cobrava insistentemente a remessa de coleções, enquanto Ferreira Penna desculpava-se por não poder fazer mais argumentando a falta de meios. Em junho de 1877, este mandava o relatório de uma das viagens ao Amapá, quando percorreu a costa norte até o Oiapoque. Disse ter sido impossível coletar produtos de história natural por ter viajado de vapor (o aluguel de canoas era mais dispendioso). Mas, com relação aos objetos arqueológicos, a viagem foi mais bem sucedida:

A respeito de **crânios** [sic], apenas pude obter um, e esse, ao menos, está perfeitamente bem conservado e quase inteiro, faltando, porém, o maxilar inferior. Foi achado no lodo das praias do Amazonas, perto da foz do Afuá (parte ocidental da Ilha de Marajó) por um homem meu conhecido e amigo que o depositou na Igreja da povoação Afuá, poucos dias antes de minha chegada ali¹⁷¹.

Em seguida, Ferreira Penna descreveu o crânio e faz uma primeira interpretação sobre a idade do indivíduo e sobre sua origem indígena. A forma e a preparação química que sofreu, comum aos ossos encontrados em urnas, indicavam ter pertencido a “um antigo indígena de Marajó”, mas não permitiam decifrar se era de um “índio” ou da “raça primitiva”. Juntamente com esse crânio, Ferreira Penna enviava os fragmentos de ossos encontrados nos sambaquis do litoral paraense, não remetidos antes porque não teve tempo de examiná-los e de reconhecer “o interesse que eles têm para os Antropologistas”. Esses sim, eram crânios da “raça primitiva e não de Índios”, pois as formas coincidiam com a descrição dos crânios encontrados por Lund no rio das Velhas.

Ferreira Penna terminou o relatório informando sobre as providências que havia tomado para obter esqueletos dos grupos indígenas do alto Xingu. Prometeu viajar pessoalmente a esse local caso não os recebesse em tempo, mas avisava Ladislau de que essa viagem significaria enormes despesas com o aluguel de uma canoa, contratação e

¹⁷⁰ Karl Schreiner, por exemplo, recebia 250\$000 e deve ter visto com desgosto a redução de um quinto de seu salário. Cf. Acta da 3ª Sessão do Conselho Diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro (doravante CD-MNRJ), em 5 de abril de 1876; e Acta da 4ª Sessão do CD-MNRJ, em 3 de maio de 1876. AMN, Registro de Atas e Deliberações do Conselho Administrativo do Museu Nacional, Livro n. 3, 1876-1885, BR.MN.MN.CD.0.2.

¹⁷¹ Carta de Domingos Soares Ferreira Penna a Ladislau Neto. Belém, 24 de junho de 1877. AMN, BR.MN.MN.DR, pasta 16, doc. 75, p. 1.

sustento de 6 a 8 remeiros, além das diversas gratificações que necessitava pagar ao longo do caminho. Como o Museu Nacional não concorria com esse tipo de auxílio, Ferreira Penna respondia ao diretor:

O meu ilustre amigo far-me-á a justiça de acreditar que si não cumpro bem e satisfatoriamente as suas ordens, não é por falta de zelo e diligências. (...) Falo com esta franqueza e lealdade para provar-lhe que, se incorri em censura relativamente justa, eu a não temo senão como uma exigência que tem por fundamento real não só o interesse do Museu Nacional, mas também a amizade com que me honra o Diretor Geral deste estabelecimento. – Releve-me as faltas, assim como a extensão desta carta¹⁷².

No início de 1878, vários crânios e urnas de Maracá foram enviados para o Rio de Janeiro. Eles haviam sido coletados por Ferreira Penna em 1872, para o Museu Paraense. O intelectual, portanto, advertiu Ladislau Neto de que a condição do empréstimo exigia sua devolução em seis meses¹⁷³. Não podemos confirmar se foram devolvidos ou não, mas certamente o prazo não foi cumprido. É o que se pode depreender do trabalho de João Batista de Lacerda, publicado em 1881. “Crânios de Maracá” trazia justamente a descrição e análise de dois desses crânios pertencentes ao Museu Paraense, enviados dentro das urnas juntamente com outros ossos (Figura 8). Uma das urnas, segundo Lacerda, teria chegado “reduzida a pedaços”, mas ainda assim o material que encerrava permitiu uma série de comparações com a coleção de crânios dos índios Botocudo, pertencente ao Museu Nacional.

O objetivo de Lacerda era estabelecer diferenças entre as “raças que partilharam em remotas épocas a posse do vasto território do Brasil” (Lacerda, 1881, p. 36). Suas conclusões apontaram para uma proximidade anatômica dos esqueletos, mas que certamente constituíam tipos étnicos distintos. Enquanto os Botocudo pareciam ser os “descendentes diretos da raça da Lagoa Santa”, ou seja, a famosa “raça primitiva” autóctone do Brasil, o “tipo guianense” seria de origem diferente, “representante talvez de uma raça conquistadora exótica, que veio posteriormente fundir-se ou superpor-se à raça primitiva”. Segundo Lacerda (1881, p. 45), somente os estudos craniométricos poderiam elucidar as ligações “etnogênicas entre as diferentes raças indígenas que eles [os crânios] representam”. Essas conclusões divergiam das idéias de Ferreira Penna (para quem os

¹⁷² Carta de Domingos Soares Ferreira Penna a Ladislau Neto. Belém, 24 de junho de 1877. AMN, BR.MN.MN.DR, pasta 16, doc. 75, p. 4.

¹⁷³ Cf. Acta da 25ª Sessão do CD-MNRJ, em 1º de fevereiro de 1878. AMN, Registro de Atas e Deliberações do Conselho Administrativo do Museu Nacional, Livro n. 3, 1876-1885, BR.MN.MN.CD.0.2.

Maracá eram descendentes dos Caribe, a própria “raça primitiva”), mas ambos pareciam estar de acordo de que a teoria das correntes migratórias pelo estreito de Behring, pela costa do Pacífico ou pela península do Yucatán, não explicava satisfatoriamente a diversidade étnica dos índios brasileiros.

2.5.4 *Ferreira Penna e a arte rupestre*

Em 1879, Ferreira Penna realizou a prometida viagem ao Xingu. Não encontrou esqueletos, mas fez uma boa coleção de amostras de rochas, objetos arqueológicos e etnográficos – os quais continuaram a alimentar os debates mantidos nas páginas dos “Arquivos” (Figuras 9 e 10)¹⁷⁴. Sua principal descoberta, contudo, foi um grande paredão rochoso entalhado e pintado por antigos índios, localizado na cachoeira Itamaracá, a primeira que se interpõe no baixo curso do Xingu. Ferreira Penna coletou uma amostra da rocha e a enviou a Ladislau Netto, informando que havia sido “extraída de uma grande pedra em pé, em cuja face ocidental, muito polida, está um quadro de figuras simbólicas levemente esculpidas e tintas de amarelo indelével”¹⁷⁵. Para uma época em que as cidades perdidas ocupavam lugar de destaque nas preocupações dos intelectuais brasileiros (Langer, 1998, 2003), a descoberta de Ferreira Penna foi considerada surpreendente – e aquele pedaço de rocha deve ter sido tratado como uma das preciosidades do Museu Nacional.

Quem relatou a descoberta foi o próprio explorador: quando estudava a cachoeira Itamaracá, deparou-se com um paredão de pinturas e gravuras rupestres. Não teve tempo

¹⁷⁴ Em março de 1879, Ferreira Penna enviou dois caixotes contendo fragmentos de rochas do Xingu, de um afluente do rio Maracá e da Cachoeira do Amapá. Também seguiram fósseis do rio Pirabas e “instrumentos de pedra” do sambaqui localizado nesse rio. Dentre os artefatos etnográficos, foram remetidos armas e um banco cerimonial dos índios Tacunhapeuas (Xingu), um pente dos índios Uaupés (rio Negro) e dois “camisões” de índios do alto Amazonas. Os objetos arqueológicos incluíam apito, estatueta de jaboti, “enfeite ou talismã”, “aparelhos de polir”, fragmentos de vasos, urnas, tangas e ídolos, “tinteira”, machadinhos de pedra, “figurinhas”, “cabeças”, “ornatos” e uma urna inteira, extraídos dos “cerâmios” do Pacoval, do rio Parú, de Miracangüera e outros. Havia ainda um pequeno tesouro: quatro “chalchihuitles”, nome pelo qual se designou os “talismãs de pedra verde”. Hoje amplamente conhecidos como muiraquitãs, esses objetos foram associados com um tipo de adorno encontrado no México, também conhecido como “esmeralda baja”. Para Ferreira Penna, a função desses objetos era a mesma que tinham as “neforitas” européias, as “pedras de raio” dos gregos e as “pedras sagradas” dos chineses. Em um de seus trabalhos, anunciou que possuía nove dessas “pedras verdes”, oito delas encontradas nos cerâmios paraenses e uma proveniente do Ceará (Penna, 1877a). Os que seguiam para o Rio de Janeiro foram achados no rio Paru, no Pacoval e no Ceará. Cf. Relação dos objectos que vão remetidos ao Museu Nacional, por Domingos Soares Ferreira Penna. Belém, 6 de março de 1879. AMN, BR.MN.MN.DR, pasta 18, doc. 43, p. 2.

¹⁷⁵ Relação dos objectos que vão remetidos ao Museu Nacional, por Domingos Soares Ferreira Penna. Belém, 6 de março de 1879. AMN, BR.MN.MN.DR, pasta 18, doc. 43, p. 1.

de copiá-las, pois o dia já corria avançado e estava distante de seu acampamento. De volta a Belém, tentou contratar um fotógrafo para ir ao local, mas o custo da viagem não permitiu. Mandou seu empregado voltar ao lugar para tirar o molde das gravuras, mas uma série de dificuldades impediu que completasse o trabalho. O anônimo “fâmulos” voltou com uma parte do molde e um rascunho, logo cotejado com o que Ferreira Penna pôde fazer. Em seguida, este enviou o desenho a Ladislau Netto, pedindo que o diretor do Museu Nacional providenciasse o fotógrafo. Ladislau logo enviou ao Pará o naturalista-viajante Gustavo Rumbelsperger, incumbido também de “colher a maior quantidade possível de cacos, e toda a sorte de artefactos cerâmicos, cujo estudo constitui na linguagem vulgar a ciência de potes quebrados (...)”¹⁷⁶. Contudo, este se demorou muito tempo escavando o Pacoval e quando rumou para o Xingu, as águas já tinham submergido o paredão. Mais tarde, Ladislau publicou, descreveu e interpretou o desenho de Ferreira Penna no seu avultado trabalho de nome “Investigações sobre a arqueologia brasileira”, batizando a pedra como “inscrição Ferreira Penna”, a “mais perfeita e a mais extensa” das inscrições amazônicas (Ladislau Netto, 1885, p. 540) (Figura 11)¹⁷⁷.

Em 1885, Ferreira Penna ainda tentava obter os recursos necessários para mandar copiar as gravuras. Presidia a província do Pará o conselheiro Tristão de Alencar Araripe, que então preparava um estudo chamado “Cidades petrificadas e inscrições lapidares no Brasil”. Indagado por este sobre a descoberta do Xingu, Ferreira Penna escreveu um breve relatório, transcrito integralmente por Araripe (1887, p. 228-231). No final, sugeriu que o presidente, “como homem científico”, tomasse o assunto sob sua proteção e mandasse um artista ao Xingu para fazer o molde daquele “monumento arqueológico, talvez muito anterior à fundação do império dos Incas (...)”. O molde deveria ficar “depositado no Museu Paraense, a que deve pertencer, se V. Ex. assim o entender, e onde poderá facilmente ser examinado, estudado e mesmo recopiado por alguns homens estudiosos e americanistas nacionais e estrangeiros” (Araripe, 1887, p. 231). Araripe não atendeu à

¹⁷⁶ Carta de Domingos Soares Ferreira Penna a Tristão de Alencar Araripe. Belém, 4 de dezembro de 1885. Reproduzido em Araripe (1887, p. 228-231). Sobre a obra de Araripe, ver Pereira (2004, p. 168-171).

¹⁷⁷ A leitura desse trabalho revela uma profícua colaboração de Ferreira Penna com Ladislau Netto, que se refere sempre ao intelectual mineiro com elogios e respeito (ver, por exemplo, Ladislau Netto, 1889, p. 10, 34, 55). Ferreira Penna era certamente um dos principais coletores e informantes de Ladislau, estabelecendo com o diretor do Museu Nacional uma relação de submissão consentida. Ladislau Netto (1885), por exemplo, transcreveu longos trechos de trabalhos de Ferreira Penna até hoje desconhecidos, como o estudo sobre as pinturas rupestres de Monte Alegre (as quais Ladislau nunca viu pessoalmente). Por que Ladislau, em vez de publicar os textos de Ferreira Penna nos “Archivos”, enxertou-os nos seus próprios trabalhos? Para responder essa pergunta, contudo, precisaríamos extrapolar muito os limites deste estudo.

sugestão de Ferreira Penna, limitando-se a fazer divagações sobre os significados do desenho publicado por Ladislau Netto.

2.5.5 Ferreira Penna e os preparativos da Exposição Antropológica Brasileira (1882)

Ferreira Penna fez muitas outras remessas de coleções para o Museu Nacional. Em outubro e novembro de 1879, enviou vários volumes contendo “objetos empregados na pesca e seus produtos”, encomendados por Ladislau Netto para figurarem na Exposição Internacional da Pesca, em Berlim¹⁷⁸. Em fevereiro de 1880, remeteu espécimes de plantas que estavam sendo estudadas por Lacerda, como o “timbó, conamby [sic] e de algumas outras plantas (...), bem como alguns cipós grossos (...)”. Para essa coleção, havia recebido os devidos “frascos e papel para o herbário”¹⁷⁹. Nova remessa de plantas seguia no final desse ano¹⁸⁰ e, no início de 1881, prometia a Lacerda cumprir uma nova encomenda, como as “flores do cipó-cururú”, esclarecendo que não se sentia importunado com tantos pedidos. Pelo contrário, ficava honrado quando Lacerda exigia “serviços que estejam a meu alcance, e que eu procurarei sempre fazer, quer por simpatia para com os homens científicos, quer por dever e obrigação de ofício”¹⁸¹. A encomenda foi, de fato, cumprida, pois em abril Ferreira Penna enviava as plantas de Lacerda e ainda “dois crânios, um já velho e estragado, armado em trombeta [sic], e outro ainda fresco que, parece, estava sendo preparado para ter o mesmo destino do primeiro pelos selvagens – Carajás – no momento em que fugiram assustados por um tiro de espingarda”¹⁸².

No final de 1880, Ladislau Netto já tinha em mente os planos de realizar uma grande exposição antropológica no Museu Nacional. A arqueologia e etnologia constituíam-se como alguns dos temas ‘quentes’ da ciência brasileira na segunda metade do século XIX, particularmente após a ampla divulgação do evolucionismo darwiniano.

¹⁷⁸ Cf. Acta da 45ª Sessão do CD-MNRJ, em 1º de setembro de 1879; Acta da 46ª Sessão do CD-MNRJ, em 1º de outubro de 1879; e Acta da 47ª Sessão do CD-MNRJ, em 4 de novembro de 1879. AMN, Registro de Atas e Deliberações do Conselho Administrativo do Museu Nacional, Livro n. 3, 1876-1885, BR.MN.MN.CD.0.2.

¹⁷⁹ Cf. Acta da 51ª Sessão do CD-MNRJ, em 5 de abril de 1880. AMN, Registro de Atas e Deliberações do Conselho Administrativo do Museu Nacional, Livro n. 3, 1876-1885, BR.MN.MN.CD.0.2.

¹⁸⁰ Cf. Acta da 62ª Sessão do CD-MNRJ, em 1º de abril de 1881. AMN, Registro de Atas e Deliberações do Conselho Administrativo do Museu Nacional, Livro n. 3, 1876-1885, BR.MN.MN.CD.0.2.

¹⁸¹ Carta de Domingos Soares Ferreira Penna a João Batista de Lacerda. Belém, 26 de fevereiro de 1881. AMN, BR.MN.MN.DR, pasta 20, doc. 27.

¹⁸² Cf. Acta da 66ª Sessão do CD-MNRJ, em 2 de agosto de 1881. AMN, Registro de Atas e Deliberações do Conselho Administrativo do Museu Nacional, Livro n. 3, 1876-1885, BR.MN.MN.CD.0.2.

Debates acadêmicos enfileiravam poligenistas e monogenistas em lados opostos, cada grupo reunindo as evidências necessárias para comprovar o autoctonismo do homem americano ou o povoamento da América por meio de migrações – ou, ainda, para avaliar uma posição mais moderada, como a dos brasileiros aqui citados, que reconhecia a migração de alguns grupos étnicos e a evolução autóctone de outros. A exposição vinha, nesse sentido, contribuir com os estudos americanistas, problematizando a localização dos “centros de criação” ou das “estações de aparecimento”, termo que, segundo Ladislau Netto (1885, p. 259-260), era mais adequado para denominar os locais em que, na América, o homem teria evoluído dos “animais quadrúmanos”.

Esse debate tinha também fortes raízes em questões políticas mais amplas do Segundo Reinado, como a construção da Nação, a formação do povo brasileiro, os problemas do destino, da tutela e da integração dos povos indígenas à sociedade nacional, questões que a um só tempo incentivavam e eram incentivadas pela ciência que tinha como fim a construção do passado e a avaliação das possibilidades de desenvolvimento econômico e social do país (ou de “evolução social”, para usarmos um termo introduzido nos anos 1870)¹⁸³. Por outro lado, o interesse estrangeiro pelo tema, iniciado por autores como Alexander von Humboldt, Alcide d’Orbigny, Karl Friedrich von Martius, Louis Agassiz e Charles Frederick Hartt, também movia os ‘nacionais’ dentro do campo. A obra de Hartt foi particularmente importante, pois incentivou Ferreira Penna e Ladislau Netto a desenvolverem e publicarem estudos sobre o assunto¹⁸⁴.

Ladislau Netto trabalhou muito para fazer do Museu Nacional o grande centro de estudos antropológicos do país. Isso requeria investigações e publicações, mas também a reunião de coleções etnográficas e arqueológicas. Uma grande exposição, portanto, seria não apenas um mostruário das etnias que habitavam e habitaram o país, organizado de acordo com a leitura de Ladislau Netto, como também a vitrine para as pesquisas em curso na instituição e a oportunidade para ampliar significativamente as coleções antropológicas.

¹⁸³ Tratamos, obviamente, de época anterior ao ingresso da plêiade de etnólogos alemães nesse debate, aos quais alguns autores germanófilos atribuem a paternidade da antropologia brasileira (sobre o assunto, ver Drude, 2005). De qualquer maneira, a superposição de questões políticas e científicas no Brasil do século XIX é um assunto largamente debatido na historiografia brasileira. Ver, por exemplo, os seguintes autores: Guimarães (1988), Cunha (1992), Schwarcz (1993), Figueirôa (1993), Domingues (1995), Monteiro (1996), Kury (1998), Langer (2000), Alonso (2002) e Ferreira (s.d., 2003). Ver, ainda, os artigos que aparecem nos volumes organizados por Faulhaber (2001), Dantes (2001) e Heizer e Videira (2001).

¹⁸⁴ Hartt também se destacou por ter se integrado ao ambiente científico nacional, permeando sua obra com as discussões correntes no Brasil e procurando atender as demandas governamentais, exemplo seguido por seu dileto aluno, Orville Derby. Sobre Hartt, ver Figueirôa (1994, 1997), Lopes (1994, 1997), Freitas (2002) e Sanjad (2004).

Com esse fim, foram emitidos diversos avisos ministeriais aos presidentes das províncias, pedindo que enviassem para o museu os desejados artefatos indígenas. Por exemplo, em setembro de 1880, pediu-se “machados de pedra – a que o povo dá o nome de pedras de raio e de corisco – com o fim de enriquecer a coleção do Museu, elucidar alguns pontos obscuros da vida pré-histórica da humanidade nesta parte da América”¹⁸⁵. Um ano depois, um novo aviso mandava os presidentes enviarem “todos os artefactos de que se servem os aborígenes, nas suas solenidades, na pesca, na caça, bem como esqueletos ou pelo menos crânios (...)”¹⁸⁶. Em outubro de 1881, outro pedido de coleções para “figurarem na Exposição, que se efetuará simultaneamente com a de História Natural [Nacional] (...)”¹⁸⁷.

A intenção inicial de Ladislau Netto era inaugurar a Exposição Antropológica Brasileira juntamente com a Exposição de História Nacional, que estava sendo organizada pela Biblioteca Nacional e pelo IHGB. A data prevista para a abertura de ambas era 14 de março de 1882¹⁸⁸, mas, em dezembro de 1881, Ladislau viu-se obrigado a adiar a inauguração da mostra antropológica porque muitos presidentes das províncias e colaboradores do museu reclamaram do prazo exíguo para reunirem os objetos, principalmente os provenientes do interior do país. Outro motivo relevante para o adiamento foi o fato do acervo até então disponível no museu não ser suficiente para a exposição planejada por Ladislau. O diretor da instituição resolveu, então, em janeiro de 1882, partir pessoalmente em busca de mais objetos. O destino da viagem, como era de se esperar, foi a Ilha do Marajó¹⁸⁹.

Ladislau seguiu com dois ajudantes para Belém. Ferreira Penna foi seu cicerone e guia no Pará. Juntos escavaram os tesos do Pacoval e de Santa Izabel, conseguindo extrair boa quantidade de vasos, ídolos, urnas, fragmentos e outros objetos. De volta a Belém, rumaram no dia 13 de fevereiro para o rio Capim, a fim de encontrar os índios Tembé, Turiauara e Amanajás. Ali permaneceram doze dias, regressando com uma grande coleção etnográfica (Ladislau Netto, 1889, p. 55-59). Além desses resultados, a viagem de Ladislau

¹⁸⁵ Cf. Acta da 56ª Sessão do CD-MNRJ, em 1º de setembro de 1880. AMN, Registro de Atas e Deliberações do Conselho Administrativo do Museu Nacional, Livro n. 3, 1876-1885, BR.MN.MN.CD.0.2.

¹⁸⁶ Cf. Acta da 65ª Sessão do CD-MNRJ, em 1º de julho de 1881. AMN, Registro de Atas e Deliberações do Conselho Administrativo do Museu Nacional, Livro n. 3, 1876-1885, BR.MN.MN.CD.0.2.

¹⁸⁷ Cf. Acta da 68ª Sessão do CD-MNRJ, em 3 de outubro de 1881; Acta da 69ª Sessão do CD-MNRJ, em 7 de novembro de 1881. AMN, Registro de Atas e Deliberações do Conselho Administrativo do Museu Nacional, Livro n. 3, 1876-1885, BR.MN.MN.CD.0.2.

¹⁸⁸ Cf. Acta da 70ª Sessão do CD-MNRJ, em 6 de dezembro de 1881. AMN, Registro de Atas e Deliberações do Conselho Administrativo do Museu Nacional, Livro n. 3, 1876-1885, BR.MN.MN.CD.0.2.

¹⁸⁹ Cf. Acta da 71ª Sessão do CD-MNRJ, em 9 de janeiro de 1882. AMN, Registro de Atas e Deliberações do Conselho Administrativo do Museu Nacional, Livro n. 3, 1876-1885, BR.MN.MN.CD.0.2.

à capital do Pará foi proveitosa também por outros motivos. Nessa cidade ele pôde encomendar pessoalmente vários objetos para a Exposição Antropológica, como os enviados por Francisco da Silva Castro ainda em fevereiro e pelo presidente da província, em março e julho (nesses casos, duas ubás, uma “montaria”, uma zarabatana e um “caixote”)¹⁹⁰. Ladislau pôde, ainda, negociar o empréstimo de todo o acervo etnográfico e arqueológico do Museu Paraense, o qual carregou consigo para a Corte no final de fevereiro. Nas palavras de Ladislau, sua viagem foi plena de sucessos, pois “teve o prazer de ver erguer-se [no Pará] grande entusiasmo em favor da Exposição Antropológica Brasileira, causa determinativa dessa viagem (...)”¹⁹¹. Em termos quantitativos, sua viagem rendeu, “graças ao auxílio que me prestou o mesmo Sr. Ferreira Penna, as três quartas partes do que encerra hoje o Museu Nacional, na sua secção arqueológica do Brasil” (Ladislau Netto, 1885, p. 258).

A Exposição Antropológica Brasileira foi aberta no dia 29 de julho de 1882 e encerrada em 29 de outubro do mesmo ano, contabilizando milhares de visitantes e grande êxito político, uma verdadeira “festa da ciência que foi única no seu gênero, tanto no Brasil quanto no mundo inteiro” (Ladislau Netto, 1889, p. 60)¹⁹². Contudo, quando as portas do Museu Nacional fecharam-se ao público, Ladislau Netto revelou suas intenções com relação às coleções que não pertenciam ao museu e que só foram emprestadas porque os presidentes das províncias e o Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas envolveram-se pessoalmente na organização da mostra. Foi, particularmente, o destino das coleções do Museu Paraense um dos motivos que fizeram com que Ferreira Penna encerrasse sua longa e profícua colaboração com Ladislau Netto, em 1884. Mas, para tratar do assunto, precisaremos voltar a Belém.

2.6 O confisco do acervo do Museu Paraense pelo Museu Nacional

¹⁹⁰ Cf. Acta da 73ª Sessão do CD-MNRJ, em 6 de maio de 1882; Acta da 76ª Sessão do CD-MNRJ, em 4 de setembro de 1882. AMN, Registro de Atas e Deliberações do Conselho Administrativo do Museu Nacional, Livro n. 3, 1876-1885, BR.MN.MN.CD.0.2.

¹⁹¹ Cf. Acta da 72ª Sessão do CD-MNRJ, em 5 de abril de 1882. AMN, Registro de Atas e Deliberações do Conselho Administrativo do Museu Nacional, Livro n. 3, 1876-1885, BR.MN.MN.CD.0.2.

¹⁹² No original: “(...) fête de la science qui fut unique dans son genre, aussi bien au Brésil que dans le monde entier”. Ver, ainda, *Revista da Exposição Antropológica Brasileira* (1882); e Acta da 78ª Sessão do CD-MNRJ, em 4 de dezembro de 1882. AMN, Registro de Atas e Deliberações do Conselho Administrativo do Museu Nacional, Livro n. 3, 1876-1885, BR.MN.MN.CD.0.2.

Em abril de 1881, Joaquim Pedro Correia de Freitas demitiu-se da direção da Instrução Pública e do Museu Paraense, neste último caso após quase oito anos de serviços voluntários. Adoentado, retirava-se para a Europa para tratar da saúde. Foi logo substituído no primeiro cargo, mas o museu permaneceu sem direção. Esse fato só ganhou repercussão política após a publicação de uma crítica na imprensa, no dia 6 de maio, logo após Manoel Pinto de Souza Dantas Filho assumir a presidência da província em substituição ao Barão do Marajó. O cronista anônimo do *Diário do Gram-Pará* assim escreveu:

O fato merece a atenção de S. Exa., o sr. Presidente da província, a quem pedimos também visite o Museu Paraense. Ali, S. Exa. encontrará alguma coisa de valor, que se está perdendo por falta de meios para sua conservação.

Nenhuma província podia ter melhor Museu zoológico, e entretanto é uma vergonha o que lá temos.

Visite pois S. Exa. o Museu, e, então, ou consiga da Assembléia os meios para dar-lhe o engrandecimento que deve ter; ou acabe com ele imediatamente, e prestará um serviço ao tesouro, e aos créditos das ciências naturais no Pará. (Anônimo apud Cunha, 1965h)

No mesmo dia, Souza Dantas enviou ofício ao diretor interino da Instrução Pública, pedindo esclarecimentos sobre o assunto divulgado no jornal. O diretor confirmou o que fora publicado, informando ainda que o Conselho Administrativo do museu não se reunia há muito tempo. Souza Dantas convidou, então, o próprio Barão do Marajó para presidir o Conselho Administrativo, nomeado em 2 de junho de 1881. Em seguida, nomeou novamente o conselho, formado, contudo, por antigos integrantes do mesmo¹⁹³. Tratava-se, obviamente, de uma estratégia política para dar credibilidade ao Museu Paraense e convencer a Assembléia Provincial a investir os recursos solicitados na instituição. De fato, o Barão do Marajó, durante sua administração na província, conseguiu um significativo acréscimo no orçamento do museu, dobrando sua verba de 2:500\$000 para 5:500\$000, a serem aplicados a partir do segundo semestre de 1881 (Cunha, 1965h). Nada mais seguro, portanto, que ele próprio executasse essas despesas.

Apesar dos valores ainda serem insuficientes para a demanda da instituição, o Barão pôde mandar executar vários reparos no museu e traçar projetos mais ambiciosos.

¹⁹³ A exceção ficava por conta de Antônio Manuel Gonçalves Tocantins: Américo Marques Santa Rosa (então exercendo o cargo de deputado provincial), José Ferreira Cantão, Joaquim Pedro Correia de Freitas e Domingos Soares Ferreira Penna.

No início de 1882, reuniu o conselho para discutir a elaboração de um plano de trabalho, centrado na organização e ampliação do acervo por meio de expedições científicas. O valor orçado foi de 5:940\$000, a ser votado pela Assembléia Provincial. O novo presidente da província, João José Pedrosa, defendeu o plano afirmando que a despesa que se fizer com um museu “não será nunca um desperdício”, pois este tipo de estabelecimento era reconhecidamente importante “não só para os fins científicos, como, principalmente, para o desenvolvimento das indústrias, desde que ele seja, ao mesmo tempo, conforme convém, uma verdadeira exposição das riquezas da província”. O plano do Barão do Marajó, ainda segundo o presidente, tinha justamente por fim “colocar a instituição em condições de honrar a província e produzir as desejadas vantagens” (Pedrosa, 1882, p. 30).

Contudo, o Barão do Marajó não permaneceu o tempo necessário para ver seu plano aprovado, pois no dia 11 de julho foi exonerado do cargo. Doente e fatigado, seguiu com a família para a Europa em busca de tratamento. Em seu lugar, o presidente da província, Justino Ferreira Carneiro, nomeou Antônio Manuel Gonçalves Tocantins, o qual ficaria na direção por apenas um mês. No dia 22 de agosto era exonerado a pedido, pois iria assumir a direção do Instituto de Educandos Artífices. Em seguida, Carneiro conseguiu o que até então havia sido impossível: convenceu Ferreira Penna a assumir a presidência do Conselho Administrativo. Sua insistência deve ter sido grande, assim como foi sua discrição ao relatar o fato: “Instei com o nomeado para aceitar esse cargo. A sua aptidão especial, reconhecido zelo e atividade, inspiram-me toda a confiança, de que prestará bons serviços a esse estabelecimento, onde já serviu com muita distinção” (Carneiro, 1882, p. 48)¹⁹⁴.

Novamente no Museu Paraense, Ferreira Penna deu início às coletas planejadas pelo Barão do Marajó. Em outubro, o preparador Antônio Collares foi aos rios Mojú e Tocantins coletar animais (Cunha, 1965j). Mas um problema impedia o arranjo das coleções e sua ampliação: a falta de espaço. Qualquer plano seria inexecutável se o museu

¹⁹⁴ Lembremos que o ano de 1882 foi dos mais importantes para Ferreira Penna. Em janeiro e fevereiro, ciceroneou Ladislau Netto em sua viagem ao Pará. Certamente viu seu prestígio local ampliado ao trabalhar com o diretor do Museu Nacional e receber deste os elogios que tanto o distinguiram. Em julho do mesmo ano, o museu da Corte inaugurava a Exposição Antropológica Brasileira, onde também o nome de Ferreira Penna deve ter sido lembrado e elogiado. Sua indicação para o cargo, portanto, era não apenas presumível como também desejável. No tempo em que havia se afastado do museu, Ferreira Penna publicou diversos textos, ampliando sua atuação intelectual para além dos limites estreitos da província. Agora, ganhava o reconhecimento de um presidente provavelmente teimoso, mas certo de que o intelectual mineiro era o melhor nome para dirigir o Museu Paraense. E a Assembléia Provincial seguiria a mesma posição, pois em novembro aprovaria integralmente o plano traçado pelo Barão do Marajó, por meio da Lei Nº. 1104, sancionada pelo presidente Carneiro (Cunha, 1965i).

fosse mantido ainda na única sala que ocupava. Por esse motivo, Ferreira Penna elaborou um minucioso relatório ao presidente Rufino Enéas Gustavo Galvão, o Barão de Maracajú. Nesse documento, transcrito no discurso proferido em fevereiro de 1883 pelo Barão, Ferreira Penna fez uma análise da história do museu, do pessoal existente, do lugar em que estava instalado e de suas coleções. Ferreira Penna investiu, sobretudo, nos argumentos em favor da reforma do regulamento, do aumento da verba e da mudança do museu para outro prédio, “que tenha o necessário espaço para distribuir-se metodicamente as suas coleções e estabelecer um escritório com arquivo; e um laboratório ou gabinete de operação indispensável, como todos os estabelecimentos deste gênero” (Maracajú, 1883, p. 99).

Havia na instituição apenas dois funcionários, o preparador e um amanuense servindo de porteiro. O servente era pago para a limpeza do prédio, sendo necessário, segundo Ferreira Penna, a contratação de um exclusivo para o museu. A “casa”, que também abrigava a Biblioteca Pública, o Liceu Paraense, a Escola Normal, a Diretoria de Instrução Pública e a própria Assembléia Provincial (logo depois transferida dali para o novo – e luxuoso – Palacete Municipal), era incompatível com o museu, que estava “tão mal acomodado e tão comprimido que é difícil achar um lugar para artigos novos, que se venha a adquirir” (Maracajú, 1883, p. 98). Sobre o acervo, Ferreira Penna fez uma descrição desalentadora, chamando a atenção para o desfalque das coleções etnográficas (Ladislau Netto teria deixado apenas “duplicatas” e “triplicatas”) e arqueológicas (da “importante coleção” restara apenas uma urna)¹⁹⁵.

O Barão de Maracajú subscreveu a proposta de Ferreira Penna e pediu os necessários meios para levá-las a efeito. Ambos foram derrotados na Assembléia, que deliberou contrariamente à aplicação dos recursos, com o argumento de que a província

¹⁹⁵ Eis o relato de Ferreira Penna: “As coleções do museu paraense estão todas em começo, isto é, mui limitadas em número de espécimes. O que constitui por assim dizer, o fundo do museu e dá-lhe certa importância pela variedade de artigos, é a coleção etnográfica, embora mais avultem nela as duplicatas e triplicatas. Em mineralogia há também uma estimada coleção, comprada pela província há 25 ou 26 anos, tendo vindo da Europa acompanhada da competente classificação científica. Foi há pouco aumentada com um bom número de minerais colecionados na província pelo engenheiro João Antonio Luiz Coelho, que deles fez doação ao museu. Em arqueologia e antropologia, o museu que há 10 anos possuía uma importante coleção composta de artefatos cerâmicos, sobressaindo entre eles, por sua estima científica várias urnas funerárias, segundo informa o diretor, tem hoje apenas uma urna daquelas, contendo ossos e um crânio. Do reino vegetal não tem o museu representante algum. Em compensação há abundância relativa de representantes do reino animal, porém mal preparados e armados. Em numismática o museu, logo depois de fundado, conseguiu formar uma pequena coleção composta em geral de moedas de cobre, bronze e de algum outro metal de baixo preço; e de um bom número de moedas de prata, três ou quatro de ouro e de algumas medalhas. As moedas de valor foram roubadas, há sete ou oito anos, por ladrões que durante a noite conseguiram penetrar no estabelecimento. Com exceção das coleções citadas e de um bom número de artigos da seção paleontológica, o que o museu possui é de pouca importância” (Penna apud Maracajú, 1883, p. 98-99).

não estava em condições de fazer tão alto investimento em um museu. Outros compromissos e prioridades pressionavam o orçamento provincial, já comprometido com empréstimos e financiamentos de grandes obras, como estradas de ferro, portos, iluminação pública, distribuição de água e gás, subvenção de empresas de navegação, etc. O raciocínio da Assembléia, a essa altura, pautava-se em um ciclo vicioso no qual o museu caíra: suas coleções não tinham importância porque não recebia dinheiro; e não recebia dinheiro porque suas coleções não tinham importância. De fato, o Museu Paraense ainda não passava de um projeto, que – na balança das prioridades políticas – não justificava os investimentos. Assim, a Assembléia não deixava de reconhecer a importância de uma instituição do gênero (os deputados não extinguiram o museu, apesar de isso ter sido cogitado), mas sempre postergava o auxílio pedido pelos diretores para quando as finanças provinciais permitissem. Quanto ao Barão de Maracajú, que permaneceu no cargo até junho de 1884, não voltou a mencionar o Museu Paraense nos seus discursos e relatórios¹⁹⁶.

Consequentemente, Ferreira Penna foi obrigado a administrar não apenas o pequeno orçamento e a falta de apoio político, mas também um problema novo, criado por Ladislau Netto quando de sua viagem ao Pará. Na véspera de regressar ao Rio de Janeiro, o diretor do Museu Nacional solicitou ao vice-presidente da província, José da Gama Malcher, que lhe fossem “entregues todos os objetos arqueológicos e etnográficos existentes no Museu Paraense, para figurarem na exposição antropológica brasileira” (Ladislau Netto apud Cunha, 1965h). Malcher despachou favoravelmente o ofício de Ladislau Netto, mandando o Barão do Marajó, então na direção do museu, entregar as

¹⁹⁶ O mesmo não aconteceu com a Biblioteca Pública. Apesar de ser a repartição na qual o governo provincial investia menos dinheiro, como alguns presidentes chegaram a afirmar, a biblioteca esteve presente nos relatórios desde sua fundação. No geral, ela sofria dos mesmos males do museu: local pequeno e inadequado, orçamento insuficiente para a aquisição de livros, mau estado de conservação do acervo e inexistência de um catálogo sistemático. Em 1882, o presidente Souza Dantas (o mesmo que nomeou o Barão do Marajó para o museu), destinou duas páginas de seu relatório à análise desses problemas. Sugeriu que a biblioteca fosse transferida para uma escola que estava em construção; ordenou (sem a autorização da Assembléia) a aquisição de uma biblioteca de 5.000 livros em Portugal, a um custo quase três vezes maior que o orçamento anual da própria instituição; e angariou novos doativos, como os 100 volumes pertencentes à biblioteca de João Maria de Moraes, doados pela viúva, e os 84 volumes doados pelo Barão do Marajó (Dantas Filho, 1882, p. 77-79). Souza Dantas também foi o responsável pela nomeação de José Veríssimo Dias de Mattos para dirigir interinamente a biblioteca. Oficial da Secretaria da Presidência, Veríssimo recebeu a missão de organizar o catálogo da instituição. Foi provavelmente nessa ocasião que Veríssimo teve a oportunidade de conhecer de perto os problemas que afligiam os diretores da biblioteca e do museu. Permaneceu no cargo durante pouco tempo, mas certamente o suficiente para se aproximar do Barão do Marajó e do próprio Ferreira Penna. Datam de 1883, por exemplo, as publicações de Ferreira Penna no periódico que Veríssimo fundou (e que duraria por apenas um ano), a *Revista Amazônica* (Penna, 1883a, 1883b, 1883c). Voltaremos a tratar da relação entre Ferreira Penna e Veríssimo no próximo capítulo.

peças. Contudo, este se recusou a fazer isso sem as necessárias garantias por parte de Ladislau, argumentando que os objetos eram de propriedade da província e que o governo imperial não poderia dispor deles. Em novo ofício, Malcher insistiu na entrega das peças, mas sugeriu que o Barão lavrasse um termo de empréstimo, pelo qual o diretor do Museu Nacional se comprometeria a devolver ao Museu Paraense as coleções requisitadas – “tudo intacto” – ao final da Exposição Antropológica (Malcher apud Cunha, 1965h)¹⁹⁷.

Quando a mostra foi encerrada, Ferreira Penna já estava na direção do Museu Paraense. No relatório que escreveu para o Barão de Maracajú, parte dele transcrito algumas páginas atrás, mencionou que a coleção etnográfica estava reduzida a duplicatas e que a arqueológica já não existia. Esta última, formada em sua maior parte pelo próprio diretor, foi considerada das mais importantes da instituição pela quantidade de urnas funerárias. Contudo, Ferreira Penna não mencionou o empréstimo feito ao Museu Nacional e nem o fato da Exposição Antropológica já ter sido encerrada e os objetos ainda não terem sido devolvidos. A omissão desse fato é compreensível, pois a posição de Ferreira Penna era delicada: ainda era naturalista-viajante do Museu Nacional, ao mesmo tempo em que deveria zelar pelas coleções do Museu Paraense.

O assunto, contudo, certamente foi debatido por Ferreira Penna e pelo Barão de Maracajú, pois em maio de 1883 Ferreira Penna solicitou ao presidente, por meio de ofício, “as necessárias ordens para que não seja transportado para outras Províncias ou para países estrangeiros qualquer dos artefatos, constantes da relação junta, pertencentes aos cerâmios dos antigos índios de Marajó” (Penna apud Cunha, 1973, p. 24)¹⁹⁸. No entendimento de Ferreira Penna, qualquer objeto extraído dos sítios marajoaras deveria ser considerado de propriedade da província do Pará – e depositado no Museu Paraense. O intelectual justificava essa preocupação pelo fato de vários viajantes estrangeiros, após a ampla divulgação das descobertas verificadas no Marajó, terem rumado para a ilha a fim de escavarem os tesos, e sobretudo pelas constantes remessas de material arqueológico para o Rio de Janeiro¹⁹⁹. Maracajú, em resposta ao ofício de Ferreira Penna, determinou a

¹⁹⁷ Não localizamos esse termo de empréstimo mencionado por Cunha (1965h) em nossa pesquisa no APEP.

¹⁹⁸ A “relação” a que Ferreira Penna se refere não foi encontrada pelo seu biógrafo e nem por nós, mas podemos supor que devia tratar-se da descrição dos tipos de objetos encontrados no Marajó, como urnas, ídolos, tangas, vasos, pratos, muiraquitãs, etc., bem como a localização dos sítios de onde eram retirados.

¹⁹⁹ Durante os preparativos da Exposição Antropológica, e mesmo após ela, foram inúmeras as viagens financiadas pelo Museu Nacional ao Marajó, como a de Ferreira Penna e Ladislau (1882), as dos irmãos Rumbelsperger (1883, 1884 e 1885), a de Wilhelm Schwacke e Clement Jobert (1877-1878) e outros. Cf. Acta da 21ª Sessão do CD-MNRJ, em 1º de setembro de 1877; Acta da 31ª Sessão do CD-MNRJ, em 22 de julho de 1878; Acta da 88ª Sessão do CD-MNRJ, em 10 de outubro de 1883; Acta da 99ª Sessão do CD-

inspeção regular dos sítios e o controle do acesso a eles, mas não podemos avaliar o efeito prático dessa ordem.

Ferreira Penna permaneceu na direção do Museu Paraense até janeiro de 1884, quando se retirou para tratar da saúde (Cunha, 1973, p. 24). Simultaneamente, pediu seu desligamento do Museu Nacional²⁰⁰ e colocou à venda a sua biblioteca, oferecendo-a ao governo provincial. A Assembléia autorizou a transação, sendo paga a Ferreira Penna, no mesmo ano, a quantia de 2:604\$500 (Araripe, 1886, p. 26)²⁰¹. Essas informações atestam o desejo de Ferreira Penna de se retirar da vida pública (Cunha, 1973), mas o intelectual continuou a provocar as autoridades públicas a tomarem iniciativas que beneficiassem o Museu Paraense, como vimos no relatório escrito para Tristão de Alencar Araripe, em 1885, sobre as gravuras rupestres da Cachoeira Itamaracá, no Xingu.

Foi provavelmente o ativismo de Ferreira Penna em favor do Museu Paraense que estimulou, no âmbito da administração provincial, o debate sobre as coleções emprestadas por Ladislau Netto. Por exemplo, João Silveira de Souza, o presidente que efetivou a compra da biblioteca de Ferreira Penna, solicitou diretamente ao ministro dos Negócios do Império a devolução do acervo do Museu Paraense. No dia 10 de dezembro de 1884, mais de um ano depois do final da Exposição Antropológica, esse Ministério divulgava um Aviso “pedindo que fossem devolvidos ao Museu da Província do Pará, os objetos arqueológicos e etnográficos constantes da relação junta, os quais foram confiados para figurarem na exposição antropológica que ultimamente se efetuou no Museu Nacional (...)”. Em 26 de dezembro, o ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, a quem o diretor do Museu Nacional era submetido, recomendou a Ladislau que providenciasse o reenvio das coleções, “sem demora”²⁰².

MNRJ, em 8 de outubro de 1884. AMN, Registro de Atas e Deliberações do Conselho Administrativo do Museu Nacional, Livro n. 3, 1876-1885, BR.MN.MN.CD.0.2. Ver, ainda, a Acta da 112ª Sessão do CD-MNRJ, em 18 de janeiro de 1886. AMN, Registro de Atas e Deliberações do Conselho Administrativo do Museu Nacional, Livro n. 4, 1885-1893, BR.MN.MN.CD.0.2.

²⁰⁰ Ferreira Penna foi substituído por Gustavo Rumbelsperger. Cf. Acta da 92ª Sessão do CD-MNRJ, em 8 de março de 1884. AMN, Registro de Atas e Deliberações do Conselho Administrativo do Museu Nacional, Livro n. 3, 1876-1885, BR.MN.MN.CD.0.2.

²⁰¹ A quantidade de volumes não foi informada, mas a aquisição da biblioteca de Ferreira Penna, juntamente com a do “conselheiro Azambuja” (provavelmente José Bonifácio Nascentes de Azambuja, que juntamente com o Barão de Japurá, negociou a fronteira brasileira com a Colômbia e outros países amazônicos), elevou o acervo da Biblioteca Pública em mais de 2.500 livros (Souza, 1885, p. 26). Não há, na atual Biblioteca Pública Arthur Vianna, nenhum indício da aquisição dos livros de Ferreira Penna, nenhuma nota, papel ou lista com a relação dos títulos. A relação dos volumes também não foi encontrada no APEP. Supomos que alguns livros devem ter sido perdidos e outros estejam incorporados (sem a devida identificação de origem) no grande acervo de obras raras dessa biblioteca.

²⁰² Ofício do Ministro dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Pública ao Diretor Geral do Museu Nacional. Rio de Janeiro, 26 de dezembro de 1884. AMN, BR.MN.MN.DR, pasta 23, doc. 205. A lista de

Cobrado pela Assembléia Provincial, Souza informou em um discurso de abril de 1885 que “ainda não foram restituídas ao museu as coleções de antropologia e etnografia, remetidas por um dos meus antecessores, a pedido do diretor do museu nacional do Rio, dr. Ladislau Netto, para figurarem na exposição que ali teve lugar” (Souza, 1885, p. 28). Essa observação complementava o relato de sempre, sobre a falta de espaço, de verbas e da conservação do acervo do museu, então dirigido interinamente pelo tenente-coronel Abel Augusto César de Araújo. Mas foi ela que gerou (e não as notícias que todos já estavam acostumados a ouvir) algumas severas críticas na imprensa contra o governo da província e o diretor do Museu Nacional, acusando aquele de omissos e este de ter agido com má-fé (cf. Cunha, 1965h).

Ladislau, de fato, adiou o quanto pôde a devolução do acervo emprestado para a exposição de 1882, não apenas o pertencente ao Museu Paraense, mas também o de várias instituições e de particulares que colaboraram com a mostra. Em um primeiro momento, podemos entender sua atitude tendo em vista a Exposição Antropológica Americana, planejada após a Exposição Brasileira e prevista para ocorrer em 1885 ou 1886²⁰³. Durante algum tempo, Ladislau tentou obter apoio para esse projeto, capitalizando-o com o sucesso político da primeira exposição. Assim, parecia sensato que o acervo fosse mantido no próprio museu, evitando deslocamentos desnecessários. Contudo, o projeto logo foi engavetado, adiando uma possível renovação do empréstimo das peças. Podemos supor, portanto, que Ladislau agiu com deliberada intenção de confiscar o que de melhor lhe fora emprestado – provocando iradas reclamações e protestos nas mais diversas províncias do país. Por exemplo, em maio de 1884, o Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas enviou a Ladislau uma reclamação do diretor do Museu Paranaense, de que as peças emprestadas para a Exposição Antropológica ainda não haviam sido devolvidas. Na mesma data, o presidente do Instituto Arqueológico Alagoano acusou o recebimento de seu acervo, mas pediu explicações sobre algumas peças que não foram incluídas na remessa, “aguardando o cumprimento da promessa em relação à nova dádiva”²⁰⁴. E em maio de 1885, Antonio de Lacerda escrevia da Bahia cobrando de Ladislau a devolução de seus

objetos a que o texto se refere não está anexada ao documento. Sobre o assunto ver também a Acta da 102ª Sessão do CD-MNRJ, em 13 de fevereiro de 1885. AMN, Registro de Atas e Deliberações do Conselho Administrativo do Museu Nacional, Livro n. 3, 1876-1885, BR.MN.MN.CD.0.2.

²⁰³ Cf. Acta da 79ª Sessão do CD-MNRJ, em 12 de fevereiro de 1883. AMN, Registro de Atas e Deliberações do Conselho Administrativo do Museu Nacional, Livro n. 3, 1876-1885, BR.MN.MN.CD.0.2.

²⁰⁴ Cf. Acta da 95ª Sessão do CD-MNRJ, em 11 de junho de 1884. AMN, Registro de Atas e Deliberações do Conselho Administrativo do Museu Nacional, Livro n. 3, 1876-1885, BR.MN.MN.CD.0.2.

“espécimes”, conforme já havia pedido em ofício anterior, e reclamando por não ter recebido nenhuma publicação referente à exposição²⁰⁵.

Ladislau manifestou explicitamente sua intenção de manter no Museu Nacional parte do acervo emprestado de outras instituições. Por exemplo, em julho de 1884, respondeu ao diretor do Museu Paranaense com uma proposta de permuta de coleções, na qual o museu curitibano cederia seu acervo arqueológico e etnográfico em troca de “coleções geológicas, botânicas e zoológicas rigorosamente classificadas neste Museu [Nacional]”²⁰⁶. A proposta não foi aceita, pedindo novamente o diretor do Museu Paranaense a imediata devolução de seu acervo, o que Ladislau atendeu despachando, em outubro do mesmo ano, “os caixões destinados por este [Museu Nacional] ao Museu Paranaense”²⁰⁷.

O mesmo artifício seria usado por Ladislau com o Museu Paraense, alguns meses depois. O diretor do Museu Nacional, motivado pelo Aviso do Ministério dos Negócios do Império, escreveu ao presidente da Província do Pará propondo a troca das coleções arqueológicas e etnográficas por espécimes botânicos, zoológicos e mineralógicos já classificados. Em uma sessão do Conselho Diretor do Museu Nacional, realizada em março de 1885, Ladislau informou ter recebido um ofício do presidente da província “declarando concordar na troca”, decisão que este havia tomado após consultar o diretor do Museu Paraense²⁰⁸. Contudo, esta informação não se encontra no discurso que o presidente Souza divulgou em abril do mesmo ano. Pelo contrário, como já vimos, ele declarou apenas que as peças do Museu Paraense não haviam sido devolvidas. A permuta também não foi mencionada por um outro presidente que se referiu ao caso, João Antônio de Araújo Freitas Henriques, que se limitou a registrar no seu relatório de 1886 a não devolução do acervo: “Tudo que havia de melhor foi levado pelo infatigável diretor do museu nacional, para a exposição antropológica da corte, com promessa de restituição, que ainda não se realizou” (Henriques, 1891, p. 85)²⁰⁹. Negociada ou não a permuta, o fato é que Ladislau

²⁰⁵ Carta de Antonio de Lacerda a Ladislau Neto. Bahia, 17 de maio de 1885. AMN, BR.MN.MN.DR.CO, AO 3136.

²⁰⁶ Cf. Acta da 97ª Sessão do CD-MNRJ, em 6 de agosto de 1884. AMN, Registro de Atas e Deliberações do Conselho Administrativo do Museu Nacional, Livro n. 3, 1876-1885, BR.MN.MN.CD.0.2.

²⁰⁷ Cf. Acta da 99ª Sessão do CD-MNRJ, em 8 de outubro de 1884. AMN, Registro de Atas e Deliberações do Conselho Administrativo do Museu Nacional, Livro n. 3, 1876-1885, BR.MN.MN.CD.0.2.

²⁰⁸ Cf. Acta da 103ª Sessão do CD-MNRJ, em 10 de março de 1885. AMN, Registro de Atas e Deliberações do Conselho Administrativo do Museu Nacional, Livro n. 4, 1885-1893, BR.MN.MN.CD.0.2.

²⁰⁹ Cunha (1965h) mencionou a proposta de permuta, mas afirmou que ela não foi aceita pelos diretores do Museu Paraense.

não devolveu as peças arqueológicas e etnográficas e nem enviou, em seu lugar, as prometidas coleções biológicas e mineralógicas.

Podemos supor que o acervo do Museu Paraense estava entre os mais importantes para Ladislau Netto, talvez por causa do valor atribuído às urnas e aos crânios de Maracá, ou à cultura marajoara no século XIX, a única ‘grande civilização’ comprovadamente existente no passado brasileiro. Nesse sentido, Ladislau Netto não admitia que os vestígios do passado da Nação tivessem outro destino que não fossem os salões do Museu Nacional, como ele próprio afirmou:

Eu experimento um grande aperto no coração, mas eu devia sacrificar meus gostos e meus interesses pessoais aos deveres de minha situação no Museu para o qual o estudo de nossos Índios, prestes a desaparecerem completamente, é a necessidade a mais urgente e a mais alta missão atual. (...) Tal é, na verdade, o caso onde me colocam meus deveres de diretor geral do Museu nacional do Rio de Janeiro, o único estabelecimento científico do Brasil em condição de recolher e de estudar os despojos dos últimos representantes de muitos milhões de indivíduos que povoaram, durante dezenas de séculos, as costas e as planícies do interior do Brasil. (Ladislau Netto, 1889, p. 26-27)

À imagem que Ladislau construiu de si próprio, identificando-se, a um só tempo, como o botânico que se tornou antropólogo por dever de ofício e como o indivíduo sacrificado em benefício da Ciência e da Nação, sobrepõe-se seu perfil centralizador que o levava a defender o museu da Corte como o único estabelecimento científico brasileiro “em condição de recolher e de estudar” os despojos indígenas. Seu tom fatalista ao se referir às sociedades nativas dava, assim, um sentido ao seu empenho em favor das pesquisas antropológicas e uma missão de cunho político e científico ao Museu Nacional.

Núcleo importante para as discussões científicas do Segundo Reinado, particularmente aquelas que tinham como foco os conceitos de território, natureza, povo e história, o Museu Nacional foi, também, uma instituição centralizadora, que contava com o apoio da máquina administrativa imperial (incluindo os presidentes das províncias) para fazer convergir para si acervos, estudos e recursos financeiros. Nesse sentido, o Museu Nacional pode ser considerado mais um espaço político onde se desenrolavam as tensões entre região e nação, entre os projetos ilustrados locais e a imagem do Império que a Coroa desejava consolidar²¹⁰.

²¹⁰ Essa missão centralizadora, deliberadamente construída por Ladislau Netto, pode ser observada em outros momentos. Por exemplo, nos debates sobre o acesso aos sítios arqueológicos e a propriedade sobre o material cerâmico existente na Amazônia. Assim como Ferreira Penna havia sugerido, em 1883, que fosse proibida a

Quanto ao Museu Paraense no final do Império, apareceu em alguns poucos relatórios administrativos, nos quais eram descritos os mesmos problemas que por mais de 15 anos afligiram seus diretores²¹¹. Em setembro de 1885, foi feita pela primeira vez a sugestão de extingui-lo, pelo presidente Carlos Augusto de Carvalho. O diretor interino, engenheiro Hildebrando Barjona de Miranda, substituía o também interino Abel Araújo, ocupando então o cargo de vereador (Carvalho, 1885, p. 61-62). Um ano depois, João Antonio de Araújo Freitas Henriques pedia a autorização legislativa para evitar a “destruição” da biblioteca e do museu (Henriques, 1891, p. 85). Essa autorização lhe foi negada, como também o foi para o vice-presidente Francisco José Cardoso Junior, em 1888 (Cardoso Junior, 1888, p. 11). No ano seguinte, o presidente Miguel José de Almeida Pernambuco defendeu, diante da Assembléia Provincial, a “supressão” do Museu Paraense, “tal é o seu estado lastimoso”. Repetindo um parecer do diretor da Instrução Pública, informou que, para reformar o museu, “colocando-o na altura de instituições congêneres, seria preciso despende quantia superior a 50:000\$000, renovada todos os anos pela metade. Nas circunstâncias atuais da Província, não posso solicitar de vós autorização para essa despesa” (Pernambuco, 1889a, p. 42). Um mês depois, a Assembléia deliberou pela extinção do museu, demissão do amanuense e transferência do porteiro para a Biblioteca Pública (Pernambuco, 1889b, p. 26).

remessa de cerâmica marajoara para fora da província do Pará, Ladislau Netto, cinco anos depois, fez a mesma proposta ao Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, mas reclamando que a autorização para a escavação dos sítios deveria ser dada pelo governo imperial e a propriedade do material cerâmico garantida para o Museu Nacional. Mais um exemplo de como Ladislau Netto entendia o papel desse museu e de como se relacionava com as instituições provinciais: após o Museu Botânico do Amazonas ser extinto pelo estado do Amazonas, em 1890, Ladislau solicitou aos seus superiores que fosse recolhido ao Museu Nacional “todo o material de que se compunha” o museu amazonense. Contudo, o princípio federativo já havia se instituído e o caráter centralizador de Ladislau Netto já nada podia diante da resposta que obteve do governador daquele estado: os “remanescentes do extinto Museu de Manaus” só seriam liberados para o Rio de Janeiro depois do pagamento de uma indenização ao estado do Amazonas. Isso indica que a relação do Museu Nacional com outras instituições científicas brasileiras e com os governos locais mudou profundamente com a República. Cf. Acta da 137ª Sessão do CD-MNRJ, em 22 de maio de 1888; Acta da 160ª Sessão do CD-MNRJ, em 15 de outubro de 1890; e Acta da 161ª Sessão do CD-MNRJ, em 13 de novembro de 1890. AMN, Registro de Atas e Deliberações do Conselho Administrativo do Museu Nacional, Livro n. 4, 1885-1893, BR.MN.MN.CD.0.2.

²¹¹ Em um relatório de 1886, encontramos um quadro de despesas programadas e realizadas na Instrução Pública durante o ano de 1884. Nessa rubrica estavam também os gastos com a Biblioteca Pública e o Museu Paraense, a primeira tendo recebido de custeio a quantia de 1:633\$324 (dos quais 766\$676 não foram aplicados); e o segundo, 1:490\$000 (dos quais 670\$000 não foram aplicados). Isso dá a dimensão da falta de prioridade política de que essas instituições padeciam. No mesmo ano, foram orçados 38:447\$703 para o custeio do Liceu (19:852\$297 não aplicados); 10:989\$148 para o Instituto Paraense de Educandos Artífices (aplicados 21:413\$014); e 21:000\$000 para o vestuário e os dotes das alunas do Colégio Nossa Senhora do Amparo (Araripe, 1886). Os recursos destinados a essas duas últimas instituições explicam em parte a diferença nos valores orçados e executados nas demais instituições. Se compararmos todos os orçamentos, chegaremos à conclusão de que a província gastava muito mais com filantropia do que com o ensino secundário e a manutenção de instituições culturais.

2.7 O Museu Paraense entre História e Memória

A extinção do Museu Paraense nos ajuda a entender as críticas feitas pelos republicanos aos políticos imperiais, como a que José Veríssimo fez na ‘restauração’ do museu, em 1891 (Veríssimo, 1894a). Também explica porque o primeiro número do *Boletim do Museu Paraense*, publicado em 1894, e a inauguração do monumento a Ferreira Penna, em 1908, foram transformados em símbolos de uma nova era, na qual o governo do Pará finalmente dignava-se a “proteger a ciência” e a “honrar os seus representantes”, como disse Jacques Huber (Huber, 1910).

O doloroso fim de Ferreira Penna, ocorrido em 6 de janeiro de 1888 (um ano antes do Museu Paraense ser extinto), deu o motivo para Veríssimo construir a memória desse personagem como um martirólogo – o “homem quase obscuro no seio da sociedade em que vivia e altamente prezado nos círculos científicos do País ou estrangeiros” (Veríssimo, 1888). Ferreira Penna, para Veríssimo, padeceu por ter sido um “homem bom e sábio”. Lutando pelo progresso de sua terra adotiva, mais patriota do que qualquer dos paraenses que estavam na Assembléia Provincial, teria morrido incompreendido, pobre e esquecido. Somente as luzes da República reconheceriam a “causa” pela qual Ferreira Penna lutou e fariam justiça ao fundador do Museu Paraense²¹².

Contudo, a história que contamos é um pouco mais complexa do que a memória que Veríssimo desejou perpetuar. Em primeiro lugar, devemos considerar que a criação do Museu Paraense não foi obra de um homem só, assim como não foi uma consequência ‘natural’ do interesse que a região amazônica despertou nos naturalistas do século XIX, conforme opinião de Cunha (1965a). A fundação do museu estava, na verdade, conectada a um movimento mais amplo de valorização das ciências naturais e dos museus enquanto *loci* da pesquisa científica e da instrução popular²¹³. Não foi por coincidência que a

²¹² Veríssimo retratou Ferreira Penna não como um político e temido polemista, profundamente comprometido com o debate público de sua época, e sim como um “geógrafo e etnógrafo” visionário, que não conseguiu levar adiante o museu que projetou pela incompreensão das autoridades do extinto Império. Processo semelhante de mitificação ocorreu após a morte de Oswaldo Cruz, em 1917. No caso, não se tratava de exaltar a República em detrimento do Império, e sim de consolidar e projetar o movimento sanitário na sociedade brasileira mediante a ‘heroificação’ de um médico (cf. Britto, 1995). Podemos argumentar, juntamente com essa autora, que a construção ideológica das biografias de Ferreira Penna e Oswaldo Cruz, levada por seus seguidores e herdeiros, faz parte de um processo de luta pela legitimação do discurso científico e pelo reconhecimento do papel social dos intelectuais no Brasil.

²¹³ Lopes (1997) estudou como esse movimento repercutiu no Brasil na segunda metade do século XIX, mediante a fundação de museus de história natural em várias cidades brasileiras, incluindo Belém, São Paulo,

Associação Filomática foi fundada logo depois da última visita de Agassiz a Belém, bem como o Museu Paraense ganhou a proteção oficial no intervalo das Expedições Morgan.

A criação do museu também foi objeto de negociações políticas locais, protagonizadas por intelectuais com um perfil comum: membros de uma mesma geração, formados em universidades estrangeiras entre o final dos anos 1840 e os anos 1850. Seus principais líderes, como o Barão do Marajó, Américo Marques Santa Rosa, José Ferreira Cantão e Joaquim Pedro Correia de Freitas, especializaram-se em ciências ou medicina, e entraram na vida pública por meio de cargos administrativos ou legislativos na década de 1850. Com exceção do Barão do Marajó, todos se vincularam à instrução pública como suporte para suas carreiras políticas²¹⁴.

Ferreira Penna foi mais um elo dessa corrente local de interesses pela ciência e instrução, atado não em função da formação superior, que não possuía, e sim por uma mudança de cunho pessoal verificada após sua transferência para Belém. Nos anos 1860, seu cargo de Secretário do Governo foi fundamental para que se tornasse o articulador político e o principal líder do grupo que criou a Associação Filomática. A fundação do Museu Paraense deu-se, portanto, pelas mãos de intelectuais bem situados na máquina administrativa provincial. Sua incorporação pelo Estado, em 1871, também ocorreu graças às oportunidades políticas do momento – acontecendo à revelia da Assembléia Provincial. A falta desse respaldo político e a personificação do museu na figura de Ferreira Penna estão entre os fatores que jogaram a instituição e o próprio intelectual no caldeirão da disputa por cargos e recursos financeiros. Em outras palavras: o mesmo sistema de patronagem que permitiu a incorporação do Museu Paraense pelo Estado, não garantiu a permanência do apoio político²¹⁵.

A saída estabaneada de Ferreira Penna do Museu Paraense foi prejudicial para a instituição. Perdera o museu local o cérebro, o grande coletor e o articulador político, tornando a instituição (se nos for concedida alguma licença poética) desprovida de alma, tamanha a identificação do criador com a criatura. Sem rumo e sem líderes por merecer

Manaus e Curitiba (além do Rio de Janeiro, cujo Museu Nacional é de mais antiga data). Segundo a autora, esses museus estão na base do processo de institucionalização das ciências naturais no Brasil.

²¹⁴ Carvalho (2003, p. 65-92) demonstrou como a formação superior era um requisito fundamental para o ingresso no mundo da política imperial. Mais que isso, demonstrou que ela foi um fator de centralização política, unificação e homogeneidade ideológica da elite brasileira.

²¹⁵ O Museu Botânico do Amazonas, criado por João Barbosa Rodrigues em Manaus (1882), é outro exemplo da aliança entre os intelectuais e o Estado. Esse museu era totalmente personificado em Barbosa Rodrigues e se manteve atuante enquanto o botânico contou com o apoio de membros da família imperial. Após instaurada a República, Barbosa Rodrigues transferiu-se para o Jardim Botânico do Rio de Janeiro e a Assembléia Legislativa do Amazonas extinguiu o museu (cf. Lopes, 1997, p. 213-221).

‘proteção’, o museu acéfalo pereceu em um escuro e úmido salão. Contudo, o Museu Nacional ganhou um bom investigador e forte aliado do projeto científico de Ladislau Netto. A relação de ambos permitiu que Ferreira Penna se lançasse em vôos mais altos, dando publicidade e repercussão nacional às suas pesquisas; assim como contribuiu para que Ladislau ocupasse a liderança no campo da arqueologia e consolidasse o Museu Nacional como o grande centro de investigações antropológicas do país. Temos aqui um exemplo de aliança entre um cientista provincial e uma instituição central, que trouxe significativos ganhos para ambos.

Nesse sentido, a obra científica de Ferreira Penna não deve ser vinculada ao Museu Paraense, como fizeram equivocadamente muitos memorialistas, historiadores, antropólogos e arqueólogos (Cunha, 1973, 1989; Simões, 1981; Arnaud, 1981; Oliveira, 1983; Barreto, 1992; Bertho, 1994a, 1994b, 2001; Oliveira e Furtado, 1995)²¹⁶. Ela teve como motor, interlocutor, financiador e veículo de divulgação o Museu Nacional, sua revista e seus funcionários, particularmente Ladislau Netto e João Batista de Lacerda. Sendo assim, não se pode falar em uma tradição científica antropológica no Museu Paraense durante o Império, como Bertho (1994a, 1994b, 2001) defende. Não houve, rigorosamente falando, uma única pesquisa concluída ou publicação levada por esse museu nos seus primeiros 23 anos.

Poder-se-ia contra-argumentar que a característica do projeto institucional do Museu Paraense durante o Império foi o papel central atribuído à instrução pública (e não propriamente à pesquisa). De fato, a missão pedagógica do museu aparece em todos os regulamentos, ou seja, o museu como unidade de instrução foi não apenas o argumento utilizado para convencer os políticos a financiarem a instituição, como também o próprio eixo a partir do qual a identidade do museu foi construída. Essa, contudo, não foi uma característica exclusiva do Museu Paraense. No século XIX, os museus de ciência, de maneira geral, moveram-se da investigação científica para a instrução pública com o intuito de valorizar a pesquisa, conquistar novos territórios para a ciência mediante a aproximação com programas educacionais do governo e consolidar o papel do cientista como agente de transformação da sociedade (Kohlstedt, 1983, 1987; Sheets-Pyenson, 1988a; Pyenson e Sheets-Pyenson, 1999). O próprio Estado passou a agenciar as instituições culturais (jardins botânicos, museus, bibliotecas, galerias de arte, etc.), planejar

²¹⁶ Essa afirmação é polêmica e delicada, uma vez que lidamos com uma instituição centenária que constrói e re-constrói sua memória há décadas – e da qual a produção científica de Ferreira Penna faz parte. Mas essa reflexão é oportuna, pois ilumina a constituição do pensamento arqueológico e antropológico no Brasil.

e organizar suas atividades com propósitos civilizatórios (Foucault, 2000; Bennett, 1995). O que distinguiu o Museu Paraense desse cenário não foi seu modelo institucional ou o perfil delineado por Ferreira Penna, e sim o fato do seu projeto ter ficado inconcluso por razões políticas.

No entanto, afirmar que não houve investigações científicas no Museu Paraense durante o Império não significa negar a influência da obra de Ferreira Penna sobre o perfil (ou imagem) da instituição. Na verdade, até a gestão de Emílio Goeldi (1894-1907), o museu (ou o que se planejou para o museu) estava muito mais próximo da geografia, arqueologia, etnologia e história, do que das ciências naturais. Isso pode ser verificado nas coleções reunidas durante o Império (principalmente por Ferreira Penna), nos vários regulamentos (alguns dos quais redigidos por Ferreira Penna) e na obra de alguns diretores e membros do Conselho Administrativo. O próprio Ferreira Penna escreveu, em um texto publicado postumamente, que em 1866 tratara-se de fundar um “Museu arqueológico e etnográfico” (Penna, 1894, p. 28). Foi esse projeto institucional que Veríssimo tentou retomar em 1891, já sob outras circunstâncias políticas. Mas deixemos o assunto para o próximo capítulo.

ILUSTRAÇÕES – O MUSEU PARAENSE NO PERÍODO IMPERIAL

Figura 1 (à esquerda): Hermas de Spix e Martius, inauguradas em 1908 no Parque Zoobotânico do Museu Paraense de História Natural e Etnografia. Fotografia não identificado, ca. 1908. Coleção Fotográfica / Arquivo Guilherme de La Penha / MPEG.

Figura 2 (à direita): Busto de Domingos Soares Ferreira Penna (1818-1888), inaugurado em 1908 no Parque Zoobotânico do Museu Paraense de História Natural e Etnografia. Fotografia não identificado, ca. 1908. Coleção Fotográfica / Arquivo Guilherme de La Penha / MPEG.



Figura 3: Única fotografia conhecida de Domingos Soares Ferreira Penna (1818-1888), estampada por Emílio Goeldi (1859-1917) no segundo fascículo do *Boletim do Museu Paraense* (1895).

O TOCANTINS E O ANAPU.

RELATORIO

DO

SECRETARIO DA PROVINCIA.



PARÁ.

IMPRESSO NA TYP. DE FREDERICO RHOSSARD.

1864.

Figura 4: Capa da primeira publicação de Domingos Soares Ferreira Penna (1818-1888), *O Tocantins e o Anapu. Relatório do Secretário da Província, 1864.*

Relação dos objectos de historia natural à que se refere o officio de S. Exa. o Snr. Presidente d'esta Província, e que são n'esta data remettidos com destino ao Muséu Nacional.	
1	Tucano de papo branco
2	Maracá
3	Urubiti-azul
4	Caracarahi
5	Tucano de papo amarello
6	Tucano
7	Tapanai-curica
8	Saco esverdeado
9	Hort mot houlon
10	Bato
11	Caracá
12	Caracá-Japú
13	Jatúni - cor de chumbo
14	Ami-ami
15	Cará
16	Colinga
17	Tatúni-Didon
18	Coprimulgas - Bacurau
19	Tatúni-Didon
20	Maracá
21	Urubiti
22	Colinga
23	Clavio
24	Tangara
25	Tucano
26	Coprimulgas
27	Encalvont
28	Branda
29	Tucano
30	Trimpé
31	Colinga Comprador
32	Tyrón Sivaná
33	Tamalin
34	Tamalin
35	Tangara
36	Amphiscela
37	Maunhin de tel. branco
38	Maunhin geatour
39	Beija flor
40	Colibri
41	Beija flor Jacobin macho a. vulto
42	Beija flor encipend
43	Colinga de bico preto
44	Tucano do Tavi
45	Caracá verde
46	Ma. Militar
47	Colinga de bico preto
48	Tamba galga
49	Tamarupará
50	Cará
51	Tangara
52	Saco-Bri
53	Tat. De mata
54	Maracá ou garça parva
55	Urubiti Rei
56	Cigana
57	Carapira
58	Carará
59	Maracanã
60	Tamarupará
61	Maracá
62	Japú - Casiqué
63	Mopapiá
64	Tavita
65	Cará
66	Maracá de noite
67	Catipuni
68	Carará
69	Maracá
70	Tucano de gavião real
71	Tatúni
72	Carará
73	Um papo
74	Urubiti Rei
75	Carará
76	Maracá
77	Tucano
78	Tucano
79	Echantillon d'une excel. lente pierre de taille qui abonde sur la rive gauche du Rio Negro.

Secretaria da Presidência da Província do Pará em 9 de Fevereiro de 1866.

Domingos Soares Ferreira Penna

Figuras 5 e 6: “Relação dos objectos de historia natural à que se refere o officio de S. Exa. o Snr. Presidente d'esta Província, e que são n'esta data remettidos com destino ao Muséu Nacional”. Esta é, provavelmente, a primeira remessa de coleções feitas por Ferreira Penna ao Museu Nacional. AMN, BR.MN.MN.DR, pasta 8, doc. 6, p. 3 e 4. Fotografia gentilmente cedida pelo Arquivo do Museu Nacional / UFRJ.

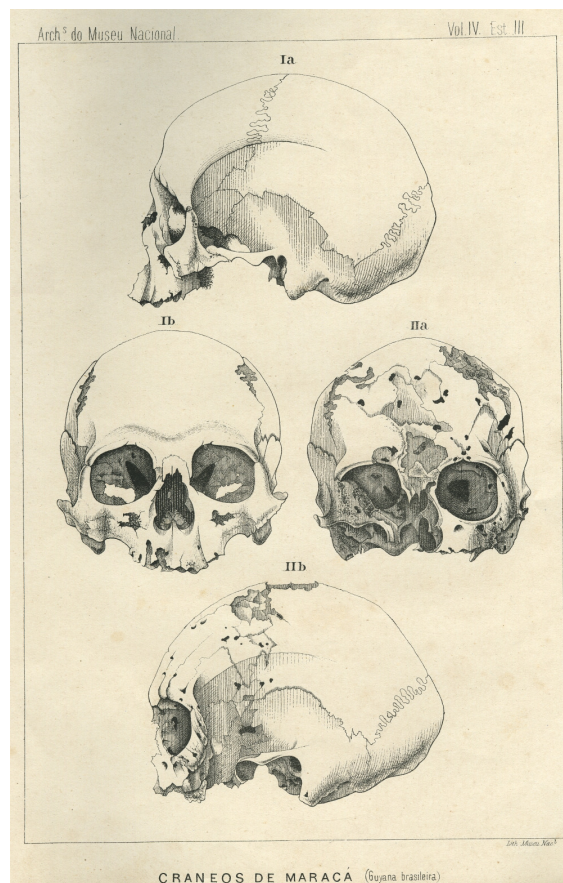
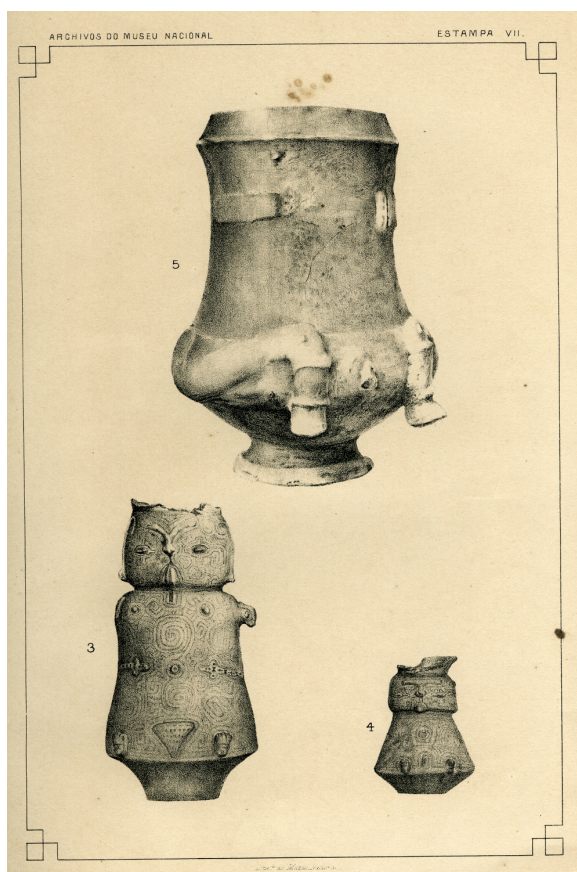
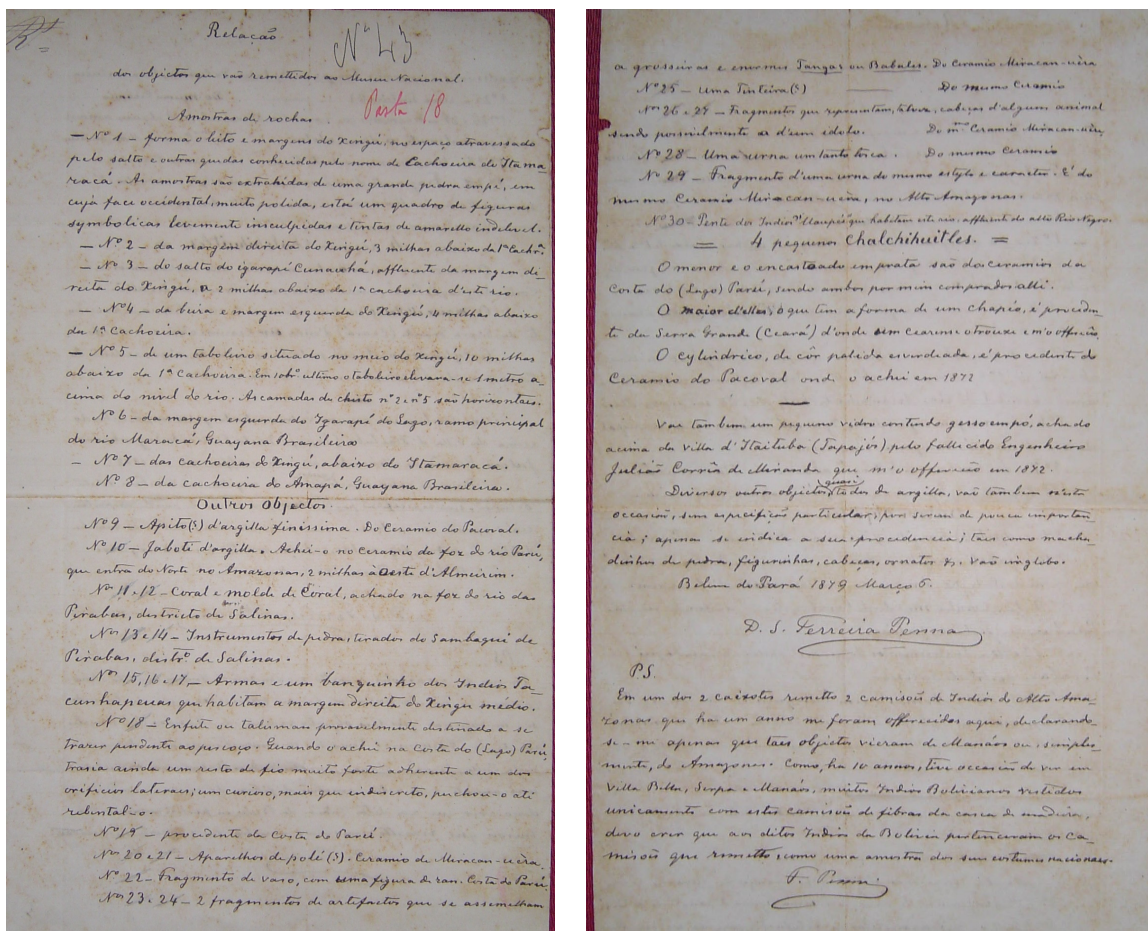


Figura 7 (à esquerda): Estampa VII do artigo de Domingos Soares Ferreira Penna, *Apontamentos sobre os Cerâmios do Pará* (1877). As urnas que motivaram a polêmica com João Barbosa Rodrigues são as de números 3 e 4 (no pé da página).

Figura 8 (à direita): Estampa III do artigo de João Batista de Lacerda, *Craneos de Maracá, Guyana Brasileira. Contribuições para o estudo Anthropologico das Raças Indígenas do Brasil* (1881). Esses são os crânios pertencentes ao Museu Paraense, enviados por Domingos Soares Ferreira Penna para o Museu Nacional, em 1878.



Figuras 9 e 10: “Relação dos objectos que vão remetidos ao Museu Nacional”, assinado por Domingos Soares Ferreira Penna em 6 de março de 1879. AMN, BR.MN.MN.DR, pasta 18, doc. 43, p. 1 e 2. Fotografia gentilmente cedida pelo Arquivo do Museu Nacional / UFRJ.

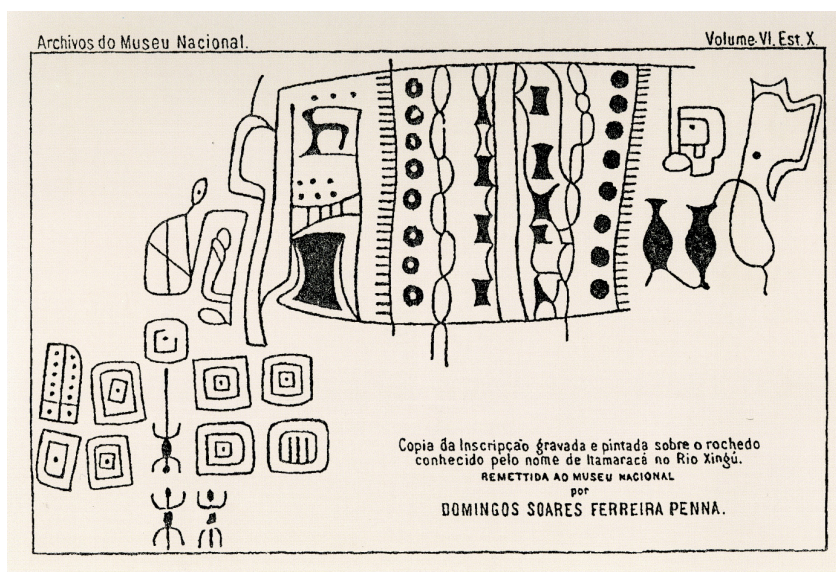


Figura 11: Estampa X do artigo de Ladislau Netto, *Investigações sobre a Archeologia Brasileira* (1885). Esse foi o desenho das inscrições rupestres encontradas no Xingú, feito por Ferreira Penna e seu empregado.

3 REPÚBLICA E CIÊNCIA NO BRASIL: O CASO DO MUSEU PARAENSE

O Clube Republicano foi organizado no Pará relativamente tarde, se comparado com o manifesto de 1870 e com outros clubes criados no país, como os de São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Sua primeira reunião ocorreu em 11 de abril de 1886 e de sua ata de fundação constam profissionais liberais, como advogados, médicos, fotógrafos, artistas e engenheiros; comerciantes; proprietários; professores; militares; “empregados do comércio”; estudantes; e alguns poucos operários (Barata, 1973, p. 344-345). Alguns nomes são conhecidos e provêm de famílias com destacada participação na política provincial, como Justo Leite Chermont (1857-1926) e José Paes de Carvalho (1850-1943), boa parte deles vinculada à posse de terras na ilha do Marajó e à administração pública. Outros nomes, apesar de declarados, são hoje pouco conhecidos, pessoas quase anônimas que desapareceram nas teias da memória. E há, por fim, aqueles pouco conhecidos na época, como o de Lauro Nina Sodré e Silva (1858-1944), mas que iriam se constituir em líderes de uma nova geração que começou a vida pública na década de 1870, relativamente excluída da política imperial e da administração provincial²¹⁷. Portanto, o Clube Republicano paraense congregou famílias abastadas e outras não muito dotadas, mas igualmente movidas pelo desejo de propagar e fazer vingar a idéia republicana federativa, presidencialista e democrática.

Um dos principais líderes, republicano histórico, foi Justo Chermont. Seu envolvimento na organização do clube é digno de atenção, pois era filho de um dos políticos mais influentes na província, o liberal Visconde de Arary, já mencionado neste

²¹⁷ Segundo Carvalho (2003, p. 249), o sistema imperial teria sido caracterizado pela aliança entre a monarquia (o rei e a alta magistratura), o grande comércio e a grande propriedade, processo que levou à centralização, à baixa representatividade política e à “legitimação da Coroa perante as forças dominantes do país (...)”. Por sua vez, Alonso (2002) analisou o movimento intelectual da década de 1870 como oposição a esse sistema político, definindo grupos marginais à política imperial. As perspectivas filosóficas que permitiram a esses grupos articularem sua oposição foram o liberalismo, republicanism e positivismo.

trabalho²¹⁸. Chermont participou da redação do “Manifesto do Clube Republicano do Pará”, lançado em 1886, cujo texto conclamava a população local a se preparar para “esse acontecimento extraordinário, que não está longe, para essa mudança política, que tem forçosamente de operar-se em próximos dias, e que será para nós a gloriosa hégira, de onde datará a nossa vida como nação livre e independente: a proclamação da República” (Manifesto apud Barata, 1973, p. 347).

Após o golpe de 1889, Chermont foi nomeado presidente da primeira Junta Governativa pelos militares locais que seguiram o Marechal Deodoro da Fonseca. Em janeiro de 1890, o Clube transformou-se em Partido Republicano, assumindo o controle o médico José Paes de Carvalho, presidente, e o engenheiro militar Lauro Sodré, vice-presidente do partido. Logo a seguir, Paes de Carvalho abandonou o cargo, deixando para Sodré efetivar as alianças do novo governo. A parceria Chermont-Sodré seria, de fato, preponderante nos primeiros anos da República no Pará, mantendo sob o estrito controle de ambos as reformas administrativas e a distribuição de cargos (Borges, 1983).

Foi Chermont quem convidou José Veríssimo (1857-1916) para a Diretoria Geral de Instrução Pública, em 1890. O intelectual paraense não figurava entre os maiores propagandistas da República²¹⁹, nem militava na política local, mas já era reconhecido pela erudição e pelas publicações. Com apenas 33 anos, recebeu o apoio incondicional de Chermont para empreender uma profunda reforma nas instituições educacionais, incluindo o Museu Paraense, tendo como base sua experiência como educador e seus estudos sobre a pedagogia.

Este capítulo pretende mostrar como, a partir da reforma empreendida na instituição por Veríssimo, em 1891, o Museu Paraense foi sendo reconstruído pelos governos republicanos, sob um discurso científicizante e civilizatório. Nosso ponto de partida deve ser, necessariamente, encontrar as razões pelas quais Veríssimo ressuscitou o Museu Paraense e deu a ele um lugar no aparato ideológico que instalou na Diretoria de Instrução

²¹⁸ Justo Chermont foi mais um elo na linhagem familiar que teve origem no final do século XVIII, mantendo seu poder político e econômico durante a época colonial, o Império e, agora, a República. Formou-se em Direito na faculdade de Olinda, ingressando logo a seguir na carreira diplomática, como secretário da Legação do Brasil em Caracas, Venezuela. Recusou, no entanto, o posto que lhe fora arranjado e o caminho que se abria na política externa do Império. Exonerou-se, voltou a Belém, abriu escritório de advocacia e filiou-se ao Partido Liberal (Borges, 1970). Foi por duas vezes eleito deputado provincial e contratado para professor do Liceu Paraense, quando assumiu interinamente a Diretoria de Instrução Pública, em meados da década de 1880. No Clube Republicano, foi o 1º Secretário do primeiro Diretório, um dos redatores do jornal *A República* e presidente do segundo e do quarto Diretórios (Barata, 1973).

²¹⁹ Veríssimo deixou uma crônica afiada sobre os primeiros momentos da República, que, segundo ele, chegou rápido demais, deixando atônitos os próprios militantes da causa federalista (Veríssimo, 1890).

Pública. Essas razões estão fundamentalmente ligadas à amizade que uniu Veríssimo e Domingos Soares Ferreira Penna, perceptível na influência que o segundo teve sobre a obra do primeiro.

3.1 José Veríssimo e Domingos Soares Ferreira Penna

Filho de um médico militar, Veríssimo abandonou o curso na Escola Central do Rio de Janeiro em 1876, por motivo de saúde (Figura 12). De volta a Belém, dedicou-se às humanidades, à educação e ao jornalismo. Logo apareceram seus primeiros livros de ficção e de etnologia, e também sua própria publicação periódica, a *Revista Amazônica*, que circulou por pouco tempo (1883-1884), mas que agregou alguns intelectuais importantes na época, como João Barbosa Rodrigues e Domingos Soares Ferreira Penna (Veríssimo, 1966; Borges, 1970). A amizade entre Veríssimo e Ferreira Penna, quase 40 anos mais velho, deve ter se fortalecido nessa época, quando o primeiro – recém-contratado como Oficial da Secretaria do Governo – assumiu interinamente a administração da Biblioteca Pública, enquanto o segundo dirigia o vizinho Museu Paraense (ver capítulo um).

Em 1890, Veríssimo já havia publicado circunstanciada obra, profundamente vinculada às transformações de gosto e mentalidade que começaram a surgir no Brasil na década de 1870. Seu primeiro livro, *Primeiras Páginas* (1878), traz algumas narrativas etnográficas sobre costumes e tipos amazônicos, bem como um texto sobre a história da literatura brasileira, motivos que iriam se repetir em *Cenas da Vida Amazônica* (1886) e em *Estudos Brasileiros* (1889). Segundo Barbosa (1996, p. 180), a obra de Veríssimo, nesse período, oscilava entre “a crítica etnográfica e a criação ficcional”, sinuosidade ou indecisão que revela um jovem autor em busca de uma nova maneira de apreender o espaço e a população brasileira. Essa busca era comum a toda uma geração e passava, necessariamente, pela rejeição do romantismo e pela valorização do realismo e do naturalismo, visível em Veríssimo através de seus estudos sobre os elementos étnicos e culturais formadores da nacionalidade brasileira. Nesse sentido, “a história, a etnografia e a literatura não se apresentavam como ramos do conhecimento, distintos por seus objetivos e

métodos, a uma geração de estudiosos impelida pela necessidade de criar uma espécie de *novum organum* para a reflexão nacional” (Barbosa, 1996: 193)²²⁰.

Esse amálgama de interesses literários e etnológicos, bem como o estilo polemista, permitiram aos analistas aproximar ou comparar a obra de Veríssimo com a de Sílvio Romero (1851-1914) (Ventura, 1991, p. 108-120; Barbosa, 1974, 1996). Aprofundar essa questão não é nosso objetivo. As contendas intelectuais, atividades literárias e relações profissionais que Veríssimo desenvolveu depois que se transferiu para o Rio de Janeiro, em 1891, já são bem conhecidas. Interessa-nos destacar é a influência que Veríssimo recebeu de Ferreira Penna, bem antes que se envolvesse com a crítica literária. Segundo Ignácio José Veríssimo, um dos nove filhos do intelectual paraense, “Ferreira Penna é o cientista do grupo” que, nas décadas de 1860 e 1870, começou a se ocupar dos “problemas amazônicos” diante das rápidas transformações na economia da região (Veríssimo, 1966, p. 35). Embora de gerações distintas, ambos comungaram de um interesse especial pela história e etnologia.

No capítulo anterior verificamos que na obra de Ferreira Penna conjugam-se a descrição pormenorizada do ambiente amazônico e as reflexões sobre os habitantes do passado e sobre o ‘estado de civilização’ da população interiorana, particularmente dos ribeirinhos, dos seringueiros e das povoações. Costumes, personagens e acontecimentos pretéritos aparecem entremeados à geografia e aos recursos naturais, numa narrativa com pretensões de objetividade e rigor científico. A região torna-se o objeto de interesse privilegiado, impondo-se o autor um tipo de missão que tinha como fim revelar aspectos pouco conhecidos da história, da cultura e da natureza amazônicas.

Em linhas gerais, esses temas também estão presentes nos primeiros livros de Veríssimo, particularmente em *Primeiras Páginas* e *Cenas da Vida Amazônica*. No primeiro, Veríssimo publicou um texto que ilustra facilmente a proximidade de interesses com Ferreira Penna, “Raças Cruzadas do Pará”, revisto e ampliado no segundo livro com o título “As populações indígenas e mestiças da Amazônia – sua linguagem, suas crenças e seus costumes”. Nele, Ferreira Penna aparece não apenas como referência para a principal tese defendida no texto, a da decadência das “raças cruzadas” causada pelo meio e pela

²²⁰ A obra da chamada “geração de 1870” vem sendo estudada há algum tempo, principalmente no contexto das transformações culturais, econômicas e políticas da segunda metade do século XIX e da República Velha. Ver, por exemplo Ventura (1991), Naxara (1998), Lima (1999) e Alonso (2002).

colonização²²¹, como também é fonte de informações orais e de documentos históricos para o autor do estudo, como ele mesmo revela e agradece nas notas de rodapé²²². Ao longo do livro, história indígena, lingüística e etnologia aparecem com textos ficcionais de temática regional (“O Boto”, “O crime do tapuio” e outros), nos quais são valorizados o linguajar, os costumes e o ambiente local, com suas florestas, rios, plantas e animais.

Em *Primeiras Páginas*, além dos contos ficcionais e do estudo sobre as “raças cruzadas”, também aparecem dois relatos de viagem, publicados originalmente em jornal, em 1877: “Visita a Monte Alegre” e “Do Pará a Óbidos”. A estrutura narrativa de ambos é muito próxima dos relatórios de viagem de Ferreira Penna, isto é, incluem a descrição detalhada da paisagem, dados estatísticos e históricos, enriquecidos com uma crônica de costumes e algumas impressões de viagem (há, inclusive, uma quase reprodução das críticas de Ferreira Penna à extração de látex²²³). Veríssimo mostra-se, contudo, impelido a demonstrar que a vida interiorana é aborrecida, que a população padece de muitos males, que a abundância dos produtos naturais não encontra correspondente na indolência e ignorância da população. Somente no final do segundo texto, o leitor toma conhecimento que o tom passional e pessimista de Veríssimo parecia ter um destinatário, Ferreira Penna, ele próprio viajante e autor de relatórios sobre o Baixo Amazonas. O texto termina com as seguintes linhas:

Um consciencioso escritor, que perfeita e inteligentemente tem estudado as coisas desta província, diz que os filhos de Óbidos [como o próprio Veríssimo] são bons brasileiros, ótimos paraenses e ainda melhores obidenses. Terão eles degenerado? Não sei; mas tenho fé, que não hão de desmentir essa asserção justa do

²²¹ No trecho seguinte, Veríssimo se refere à estratigrafia do teso do Pacoval, no Marajó, descrita por Ferreira Penna: “O abatimento a que chegou entre os seus descendentes a arte cerâmica, tão florescente outrora, é uma prova eloqüente que as perseguições, a falsa catequese, todos os crimes que a cobiça baixa engendrava, fizeram de uma raça selvagem, mas talvez aperfeiçoável, uma gente abastardada, dissimulada, odiando a civilização ou amando unicamente os vícios que fatalmente ela acarreta consigo: a bebedice, rapina e a hipocrisia. Quem há visto os restos da louça dos nossos selvagens, desentranhados da terra pelas investigações dos naturalistas, e admirado as formas bizarras, mas elegantes por vezes, das *igaçabas*, estudado-lhes as gregas caprichosas e o desenho correto, e comparado-os com a louça grosseira, pesada e disforme que o tapuio e o mameluco fazem hoje, não pode deixar essa decadência, que principiou sem dúvida logo após a conquista, porque nas escavações encontra-se a louça mais perfeita nas camadas inferiores e a mais grosseira nas superiores” (Veríssimo, 1886, p. 15).

²²² Ao citar uma carta de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, datada de 1752, Veríssimo acrescenta: “Esta nota foi-me comunicada pelo meu amigo, o ilustrado sr. Ferreira Penna, a quem aqui agradeço” (Veríssimo, 1886, p. 16). Em outro trecho, Veríssimo refere-se ao intelectual mineiro como “o sábio e modesto naturalista que entre nós reside” (Veríssimo, 1886, p. 15).

²²³ “Se não fora uma medida antiliberal, eu não duvidaria propor a proibição da extração da seringa e da castanha. Essas duas indústrias roubam à província centenas, senão milhares de braços que aplicados à lavoura aumentariam, em pouco tempo, a sua riqueza” (Veríssimo, 1970[1878], p. 226).

ilustrado Sr. Ferreira Penna. Mas, não obstante, em lugar do bairrismo – que é um vício, eu peço-lhes patriotismo – que é uma virtude. (Veríssimo, 1970[1878], p. 232)

Em *Estudos Brasileiros*, os textos sobre história da literatura e crítica literária já são mais abundantes, anunciando a transformação pela qual passaria a obra do intelectual na década de 1890²²⁴. Mas a etnologia e a arqueologia ainda comparecem por meio dos estudos “A Religião dos Tupi-Guaranis”, publicado originalmente na *Revista Brasileira* (Veríssimo, 1881), “Nas Malocas” e “Os Ídolos Amazônicos”, respectivamente, de 1882 e 1883. Este último saiu na *Revista Amazônica* como uma *errata* ao estudo de 1881, quando Veríssimo criticou Barbosa Rodrigues por ter afirmado, sem as necessárias precauções, que um objeto lítico que achara no Baixo Amazonas era um ‘ídolo’ de uma população autóctone superior, talvez as próprias “mulheres guerreiras” do Padre Cristóbal de Acuña (Rodrigues, 1875, p. 5). Veríssimo, depois de ele próprio ter adquirido um objeto semelhante em Óbidos, reviu sua posição ao considerar que seria possível, de fato, terem existido grupos indígenas no local com a tecnologia e o refinamento suficientes para fabricar tais objetos, designados por ele como ‘fetiches’ (Veríssimo, 1889)²²⁵. O interesse pela arqueologia revelou-se, ainda, na participação de Veríssimo no Congresso Internacional de Antropologia e de Arqueologia Pré-Históricas, realizado em 1889 em Paris, simultaneamente à Exposição Universal. O intelectual apresentou um trabalho cujo título remete diretamente às pesquisas de Ferreira Penna e Ladislau Neto, “O Homem do Marajó e a Antiga Civilização Amazônica” (Danin, 1889, p. 18-19; Veríssimo, 1966, p. 54)²²⁶.

Além da etnologia e da arqueologia, um outro assunto aproxima Veríssimo de Ferreira Penna: a instrução pública. Em 1869, o intelectual mineiro publicou em jornal um extenso artigo sobre “A Instrução na Província do Pará”²²⁷. O texto revela um homem de

²²⁴ Cabe ressaltar que, nessa época, os estudos literários de Veríssimo eram baseados em um “método etnológico” que permeia a avaliação das obras de acordo com o critério da “nacionalidade” (Barbosa, 1974). Ou seja, literatura e etnologia ainda entremeavam-se.

²²⁵ Em 1883, Veríssimo doou a estatueta ao Museu Nacional do Rio de Janeiro, juntamente com o primeiro exemplar da *Revista Amazônica*, no qual seu artigo foi publicado. Cf. Acta da 81ª Sessão do CD-MNRJ, em 4 de abril de 1883. AMN, Registro de Atas e Deliberações do Conselho Administrativo do Museu Nacional, Livro n. 3, 1876-1885, BR.MN.MN.CD.0.2. Sobre o debate relacionado aos ídolos de pedra amazônicos, ver Fonseca Junior (2004).

²²⁶ Os manuscritos desse trabalho perderam-se, como revelou o próprio Veríssimo numa carta a Hermann von Ihering. Cf. Carta de José Veríssimo, diretor da *Revista Brasileira*, a Hermann von Ihering. Rio de Janeiro, 14 de maio de 1898. Arquivo do Museu Paulista (doravante AMP), A1 Pr21 P8, p. 72.

²²⁷ Este artigo não foi incluído por Osvaldo Cunha nas “Obras completas” de Ferreira Penna, publicadas em 1973. Localizado pelo autor da tese no jornal *O Colombo*, da coleção de periódicos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, ele vai reproduzido integralmente no anexo documental.

perfil liberal e democrático, atento à reforma da instrução que então se discutia na Assembléia Provincial e adepto de princípios norte-americanos relacionados ao acesso à educação. Por exemplo, Ferreira Penna criticou a concentração do ensino em Belém, o que negava “à juventude do interior os meios de instruir-se, porque poucos são os pais que podem suportar as despesas necessárias para terem seus filhos na Capital” (Penna, 1869). Dessa política “resulta que milhares de mancebos ficam privados dos conhecimentos precisos para melhor apreciarem a sua terra, de estudar seus recursos para melhor utilizá-los, de conhecer os seus defeitos para melhor corrigi-los”. Nesse sentido, propôs a criação de “aulas” de Aritmética, Álgebra, Geometria, Geografia, História e Horticultura nas principais cidades do interior.

Ferreira Penna também defendia a uniformização dos livros didáticos. Nas escolas primárias bastariam dois, “*A Sciencia do Bom Homem Ricardo*, que encerra tantas lições úteis de moral e de economia política, e qualquer livro da história pátria”. O principal, contudo, é a sua defesa apaixonada da “liberdade de ensino”. Acreditando que somente a instrução do povo poderia libertá-lo do jugo político do governo, tal como um “rebanho que obedece a vara do pastor”, critica o sistema de ensino brasileiro por ter transformado a instrução em uma “repartição pública com empregados encarregados pelo governo de distribuir diplomas de inteligência às crianças e aos rapazes”. Sugere, por fim, que o país imite os Estados Unidos, onde mais se discutia a liberdade de ensino: “Procura-se imitar, inveja-se e exalta-se mesmo tudo quanto se faz nessa República, e em outros países e entretanto não se cuida de introduzir no nosso aquela instituição que é a legítima base da grandeza e prosperidade do povo americano” (Penna, 1869).

Veríssimo, por sua vez, experimentou diretamente a realidade da instrução particular na província. Em 1884, fundou o Colégio Americano, que dirigiu até a sua nomeação para a Diretoria Geral de Instrução Pública. Nessa escola, adotou princípios pedagógicos norte-americanos, que considerava, tal como Ferreira Penna, os mais avançados; e procurou participar, efetivamente, do movimento que tentava superar a estagnação que se acreditava existir na vida intelectual do país. Essa estagnação ou desorientação da vida cultural era, para Veríssimo (1889, p. XXIII), “a falta absoluta de educação nacional”. Segundo Barbosa (1996, p. 198),

As atividades educacionais de José Veríssimo, portanto, podem servir para mais caracterizar as suas vinculações com toda uma geração convencida da urgência de pôr o Brasil na corrente de reflexões e métodos novos, atraída, por isso, pelos

modelos educacionais que incluíam não somente uma parcela muito maior das populações urbanas, como ainda exigiam maior responsabilidade dos governantes.

Publicado vinte anos antes, o artigo de Ferreira Penna não estaria anunciando essa inquietação com os rumos da educação no Brasil, a mesma que fez Veríssimo, às vésperas da Proclamação da República, chamar a atenção das autoridades públicas para a necessidade de uma renovação política e cultural no país? Ferreira Penna não sobreviveu para testemunhar o início do novo regime, mas Veríssimo pôde engajar-se numa espécie de militância cultural, para a qual a República era uma promessa de liberdade, de reforma e de democratização, ainda que não infalível, mas necessária para a evolução social. É o que se depreende do Prefácio de *Estudos Brasileiros*, onde o cético intelectual se confessa “forçosamente republicano”:

(...) não porque acredite na eficácia e infalibilidade da República, na qual vejo apenas uma resultante e não um fator, uma fórmula governamental mas não a forma definitiva que ainda escapa às nossas previsões, porém por julgá-la determinada pelas nossas circunstâncias políticas e evolução histórica, é, se não com hostilidade, ao menos sem nenhuma simpatia que encaro o atual movimento republicano, fadado porventura a não remoto triunfo. (Veríssimo, 1889, p. XV)

Vitorioso o movimento, como previsto, Veríssimo publicou *A Educação Nacional*, no início de 1890, logo ao assumir a Diretoria Geral de Instrução Pública. Aí estão contidas, mais detalhadamente, suas idéias sobre as reformas necessárias ao Brasil, que não se resumiam à implantação da República. Para ele, a mudança na forma de governo não era suficiente para “regenerar” o país. Uma mudança completa só aconteceria se o povo fosse “reformado” ou “corrigido”, pois ele, e não o governo, é que poderia mudar radicalmente “as condições de uma nação, cujos vícios e defeitos – cumpre insistir – são antes seus que dos que administram e dirigem” (Veríssimo, 1890, p. V).

Segundo o intelectual, o único meio para “reformatar” um povo seria a educação, no mais largo sentido. Essa educação, contudo, deveria ser moldada tendo em vista a construção do “espírito nacional”, do qual, segundo Veríssimo, o país carecia. O modelo a ser seguido era o dos norte-americanos, fracos de “caráter nacional”, pois ali não houve miscigenação, mas exemplares no que diz respeito ao sentimento que nutriam pelo seu país, ao orgulho pelas suas tradições e cultura, ao interesse pelo bem público. Essa seria a razão da prosperidade norte-americana, fundada na educação, elo dos “elementos

heterogêneos da nação” e “prodigamente distribuída a todos os cidadãos” (Veríssimo, 1890, p. IX).

O Brasil, inversamente, teria um forte “caráter nacional” baseado na “unidade etnológica”, mas seria carente de heróis e obras formadoras da nacionalidade²²⁸. Aqui 84% da população era analfabeta, a educação era concentrada nas capitais e um número reduzido de escolas isoladas nunca havia contribuído para a “integração do espírito nacional” (Veríssimo, 1890, p. XII). Nesse sentido, o regionalismo era mais forte e valorizado do que o espírito brasileiro e patriótico. Faltavam educação, ciência, livros, museus, monumentos, festas, jornais e revistas que incentivassem o desenvolvimento do espírito nacional, que ampliassem os limites estreitos dos fatos locais. Portanto, construir as bases de uma “educação nacional” – como correlato da reforma política – deveria ser o objetivo da República. E nesse amplo projeto, “nenhum dos ramos do ensino é supérfluo, como não é em qualquer manifestação artística, literária, e até científica e industrial de um povo que tem alguma originalidade e sentimento nacional” (Veríssimo, 1890, p. 12). Ao longo do livro, Veríssimo explora essas várias questões conexas, dos conceitos ao diagnóstico das características brasileiras, do estudo da geografia ao da história pátria, da educação física à educação da mulher, finalizando com uma comparação entre os Estados Unidos e o Brasil, as diferenças e possibilidades de aproximação dos dois países.

3.2 A reforma da instrução pública e a “restauração” do Museu Paraense

Uma vez no governo, José Veríssimo pôde aplicar, em bases mais amplas, suas propostas pedagógicas. Começou elaborando um minucioso diagnóstico do estado em que encontrou a instrução na província, corroborando as críticas à monarquia que de todos os lados surgiam na administração provincial:

Encontrando a administração pública na situação em que este relatório minuciosamente e com toda a verdade a descreve, o professorado desrespeitado nos seus direitos, esquecido dos seus deveres, pouco habilitado, a escola desorganizada, sem móveis nem material de ensino, inapta para executar qualquer programa, os estabelecimentos de ensino público em plena decadência material e moral, de modo

²²⁸ Veríssimo rejeita a natureza como elemento formador da nacionalidade, tal como entendiam os românticos. Diz, por exemplo: “(...) quando outros povos citam vaidosos os seus grandes homens ou as suas grandes obras, (...) nós é à nossa natureza que vamos buscar donde vangloriar-nos, e enquanto eles nos repetem os seus nomes célebres ou os seus trabalhos famosos, nós contestamos-lhes com o ‘majestoso Amazonas’, as ‘soberbas florestas’, os ‘rios gigantes’ (...)” (Veríssimo, 1890, p. IX).

a não sofrerem sequer comparação com os do ensino particular, os serviços administrativos em atraso, desorganizados, insuficientes, e viciados por cópia de práticas menos regulares, procurei, quanto em mim cabia e para dar satisfação ao compromisso que, entendo, toma aquele que aceita um cargo, procurei, digo, concorrer para reorganização da instrução pública tanto quanto de mim direta e indiretamente dependesse. (Veríssimo apud Sodré, 1892, p. 27-28).

Por esse trecho, é possível depreender as três frentes de trabalho de Veríssimo: problemas vinculados ao pessoal (número de funcionários, qualificação, salários, motivação, etc.); problemas de infra-estrutura (mobiliário, edificações, gabinetes e laboratórios, etc.); e problemas relacionados à organização do ensino, do programa curricular à inspeção de escolas. Excetuando algumas medidas pontuais e de caráter burocrático, o primeiro ato significativo do novo governo foi criar uma Escola Normal (Decreto n. 29, de 4/2/1890), justificada pela “miséria intelectual e material” em que se achava a instrução pública na província; pelas obrigações do governo republicano para com um “ramo da administração de primeira necessidade”; e pela conveniência de “preparar” os mestres para os novos “sistemas pedagógicos” e para a “educação popular” (Actos..., 1893, p. 11-12). A Escola Normal deveria ser a base de toda a reforma educacional, o “primeiro estabelecimento de ensino público”, pelo efeito multiplicador que provocaria ao atingir a formação dos professores (Sodré, 1892, p. 27).

Em 7 de maio de 1890, Chermont baixava o Decreto n. 149, que dava novo regulamento à instrução pública, principalmente ao ensino primário, regido até então por “legislação confusa, contraditória e mutilada pelas reformas parciais e incompletas realizadas sem plano e sem ordem” (Actos..., 1893, p. 69). O longo “Regulamento Geral da Instrução Pública e Ensino Especial do Estado do Pará”, certamente escrito por Veríssimo pelo estilo, pelos conceitos e pelo jargão adotado, considerava a antiga legislação como a responsável pela “improficuidade dos meios de instrução facultados ao povo”, posto que estivesse “aquém das normas adotadas pela ciência e não atingia os seus fins de educação moral e cívica da mocidade” (Actos..., 1893, p. 70).

Pelo novo regulamento, o ensino era dividido em primário, secundário, profissional ou técnico, ministrado nas escolas, nas instituições beneficentes (Colégio Nossa Senhora do Amparo e Instituto Paraense de Educandos Artífices), no Liceu Paraense e na Escola Normal. O ensino particular foi considerado “completamente livre e independente”, desde que as escolas se cadastrassem na Diretoria Geral e cumprissem determinadas regras de organização e funcionamento (Actos..., 1893, p. 71). Por sua vez, o Museu Paraense e a

Biblioteca Pública foram classificados como instituições dedicadas à “educação popular” e também ficaram sob a fiscalização e a superintendência da Diretoria Geral (Actos..., 1893, p. 71, 74).

Não cabe aqui detalhar como o ensino foi organizado no estado, e sim deixar claro que o novo regulamento era coerente com as idéias defendidas por Veríssimo em seus escritos anteriores, revelando sua liderança, autoridade e liberdade na condução da reforma. Exemplo maior está no Capítulo X, que organiza as escolas primárias, incluindo os temas a serem ensinados. Além das “noções científicas das coisas”, da aritmética, geometria, geografia, história pátria e educação física, as crianças passaram a estudar “cultura moral”, definida como “observações e comentários morais sobre fatos da vida escolar e fatos da história pátria” (Actos..., 1893, p. 82). Nas classes mais adiantadas, três novas disciplinas foram criadas: “cultura cívica”, “leitura e explicação da Constituição federal e da do Estado”; “disposições fundamentais das principais leis federais e do estado”; e “cultura moral”, cujo conteúdo, ampliado em relação às classes menores, tinha como fim o desenvolvimento do espírito nacional e público, defendido por Veríssimo: “exposição dos principais deveres do homem para com a pátria, para com a humanidade e para com os seus cidadãos”, “solidariedade social e humana” e “preceitos de civilidade” (Actos..., 1893, p. 83).

Em julho do mesmo ano, o Liceu Paraense recebia um novo regulamento (Decreto n. 162, de 12/7/1890), assentado nos “princípios pedagógicos modernos” (Actos..., 1893, p. 187). No mesmo mês, o regulamento da Escola Normal era alterado, com designação do programa curricular: além das disciplinas tradicionais, instituía-se a “pedagogia geral”; “física, química e ciências naturais (noções de zoologia, botânica, mineralogia e geologia)”; “biologia (noções de anatomia e fisiologia humana, leis da organização e atos dos seres vivos), higiene e higiene escolar”; e “sociologia e moral (instituições fundamentais da existência social, leis da evolução do entendimento, da atividade e do sentimento; faculdades ou funções relativas aos elementos da natureza humana, moral teórica e prática, especialmente ao que diz respeito à função do magistério), instrução cívica e prática (noções de direito pátrio e da legislação do Estado)”; e outras (Actos..., 1893, p. 205-206).

Em setembro, o Decreto n. 187 (2/9/1890) dava nova organização ao “Museu Público do Estado” (Figura 13). O decreto considerava “a conveniência de reorganizar o Museu Paraense, afim de que não fiquem em pura perda as despesas feitas com os artefatos

que lá existem e ainda podem ser aproveitados”; e enfatizava a “utilidade da existência daquele estabelecimento na Capital geográfica de uma região como a nossa, convenientemente própria para o estudo do variado produto da natureza”. Pelo documento, Chermont autorizava o Diretor da Instrução Pública a reorganizar o museu, tornando nula a lei anterior que o extinguiu. Também autorizava a mudança da instituição para o prédio da antiga Escola Prática, que funcionava vizinha ao Liceu Paraense, criava o cargo de “ajudante do encarregado” e aumentava os vencimentos do encarregado-preparador para 3:600\$000, equiparando-os aos dos professores do Liceu Paraense, valor necessário para se “obter um funcionário idôneo” (Actos..., 1893, p. 221). Três dias depois, o novo diretor do museu, Ernesto de Sá Acton, já estava empossado²²⁹. Sua primeira tarefa foi realizar “um inventário circunstanciado dos objetos pertencentes ao mesmo Museu, dividindo-o em móveis e utensílios e artefatos próprios ao Museu”, além de providenciar a relação dos “objetos completamente imprestáveis ou inservíveis”²³⁰.

Em fevereiro de 1891, Chermont deixou o Governo de Estado para assumir o Ministério do Exterior, em substituição a Benjamin Constant (1833-1891). Um mês depois, chegava a Belém o novo governador, Capitão-Tenente da Armada Duarte Huet Bacelar Pinto Guedes, nomeado pelo governo federal, que deveria fazer a transição entre o governo provisório e o primeiro governador eleito pelo Congresso Estadual. Governou de março a junho, em um período de extrema agitação política devida à instalação da Assembléia Constituinte. O grupo de oposição à Chermont e Sodré, aglutinado no Partido Republicano Democrata, formado por dissidentes dos antigos Partidos Liberal e Conservador, tentou empastelar a Assembléia, impedindo sua instalação e a eleição do novo governador – que todos previam fosse o próprio Sodré. Conflitos armados ocorreram entre as tropas fiéis a Guedes e as desertoras, refugiadas em fazendas próximas a Belém, sob a liderança do comerciante Francisco Xavier da Veiga Cabral e de um primo de Justo Chermont, Vicente Chermont de Miranda. O movimento foi massacrado por Guedes, os rebelados foram

²²⁹ Existem pouquíssimas informações disponíveis sobre Ernesto de Sá Acton. Não encontramos fontes primárias ou secundárias que fizessem referência à biografia deste diretor do Museu Paraense. O único dado encontrado diz respeito à participação de Acton na primeira exibição pública de cinema em Fortaleza, no ano de 1897. Acton já estava estabelecido na capital cearense e importou o “Kinetoscope-Projector” inventado por Edison. Cf. <http://paginas.terra.com.br/arte/memoriadocinema/telaprateda.html>. Acesso em 26 de julho de 2005.

²³⁰ Ofício de José Veríssimo, Diretor Geral da Instrução Pública, a Ernesto de Sá Acton, encarregado do Museu Paraense. Belém, 5 de setembro de 1890. Arquivo Guilherme de La Penha, Museu Paraense Emílio Goeldi (doravante AMPEG), Gestão Ernesto de Sá Acton (1890-1893). O inventário e a relação não foram encontrados no arquivo do MPEG.

presos e deportados para fora do país, e a Assembléia instalada dentro do prazo previsto (Cruz, 1963; Borges, 1983).

Apesar da instabilidade do novo regime, Veríssimo, mantido no cargo, prosseguia na sua reforma e na recuperação dos espaços educacionais e culturais do estado. Em março ampliava o número de funcionários da Secretaria de Instrução Pública e aumentava-lhes os vencimentos (Decreto n. 315, de 19/3/1891). Em abril, criava mais um cargo para o Museu Paraense, o de porteiro (Decreto n. 324, de 18/4/1891). Pouco antes, reformava a Biblioteca Pública, divulgando seu novo regulamento (Decreto n. 322, de 8/4/1891). Esse documento definia horário de funcionamento, número de funcionários (também aumentado), salários, obrigações, normas de conduta para os usuários, procedimentos para conservação dos livros e até mesmo o modelo da ficha a ser elaborada para os pedidos de livros. O principal, contudo, era a definição da missão da Biblioteca, de acordo com o projeto pedagógico de Veríssimo. Seu artigo 1º dizia: “A Biblioteca Pública do Pará tem por fim concorrer para o desenvolvimento intelectual e cultura do espírito do Estado, oferecendo gratuitamente ao público a leitura, consulta e estudo de impressos, cartas geográficas, estampas e manuscritos” (Decretos..., 1894, p. 180).

Um mês depois, em plena agitação dos meios políticos locais, Veríssimo dava à luz o regulamento do Museu Paraense, através do Decreto n. 335, de 12/5/1891 (Figura 14). Depois de tentar solucionar os dois problemas cruciais para a instituição, a mudança para uma nova sede e a criação do cargo de diretor (ou encarregado, para usarmos o termo da época), condignamente remunerado, Veríssimo estipulou as funções do museu no artigo 1º do regulamento: “Fica reorganizado o Museu Paraense, com o fim de proporcionar os meios de estudar as ciências naturais pela exposição de produtos animais, vegetais e minerais, e de conhecer, pelas amostras expostas dos produtos do Estado, o proveito que deles podem tirar a indústria e o comércio” (Decretos..., 1894, p. 197). Vemos, assim, que se a Biblioteca tinha por fim desenvolver o “espírito do Estado”, o Museu ganhava uma função mais pragmática, vinculada não apenas à instrução pública, mas também ao desenvolvimento do comércio e da indústria. Essa justificção social não era estranha ao Museu Paraense e nem aos demais museus do século XIX, mas permanecia, no novo regulamento, a distância que separava o projeto do museu das condições criadas para sua execução, tal como aconteceu durante o Império.

Por exemplo, Veríssimo criou seis seções no museu: 1.ª Anatomia comparada e zoologia; 2.ª Botânica e agricultura; 3.ª Mineralogia e geologia; 4.ª Numismática,

arqueologia e etnologia; 5.^a Industrial, “compreendendo as substâncias de origem animal, vegetal ou mineral, próprias a serem usadas nas diversas indústrias”; 6.^a Comercial, “compreendendo os produtos do Estado, utilizados por seu comércio” (Decretos..., 1894, p. 198). Apesar dessa dimensão e da complexidade de tantas áreas de conhecimento, somente quatro funcionários foram previstos: o diretor, que deveria acumular a função de taxidermista; um amanuense; um ajudante do diretor; e um porteiro, que deveria acumular a função de servente. Na prática, ao diretor cabiam todas as tarefas do museu, desde a coleta dos espécimes até a sua montagem na exposição, sem falar do trabalho administrativo, o que já tornava previsíveis as dificuldades que limitariam o funcionamento da instituição.

Um detalhe, porém, distingue esse regulamento dos anteriores. Seu artigo 9º especificava que o museu tivesse “sempre dois ou três jovens paraenses de 15 a 20 anos de idade, como praticantes e sem remuneração, a fim de serem instruídos pelo diretor, ao qual auxiliarão em todos os seus trabalhos” (Decretos..., 1894, p. 198-199). Essa era uma preocupação explícita com a formação de novos quadros, que poderiam ser aproveitados no próprio museu assim que os jovens alcançassem “prática e conhecimentos de classificação e taxidermia” (Decretos..., 1894, p. 199). Podemos supor, portanto, que Veríssimo planejava um começo modesto, mas com progressivo crescimento institucional. Os estudantes seriam a garantia de que, no futuro, haveria pessoal disponível e capacitado, bem como o salário estipulado para o diretor, aumentado mais uma vez, no valor de 6:000\$000, tornaria viável a contratação de um bom profissional²³¹.

Em meados de 1891, as mais importantes instituições educacionais e culturais do estado já tinham seu funcionamento regulado por novo estatuto. Mas a reforma não se restringiu à base jurídica. Paralelamente aos regulamentos, Chermont e Veríssimo investiram recursos na recuperação de prédios, na montagem de gabinetes e laboratórios (como os da Escola Normal e do Liceu), na aquisição de mobiliário escolar e no aumento geral dos vencimentos dos funcionários da Diretoria de Instrução Pública. Assim, uma nova organização era delineada juntamente com maior apoio aos funcionários, principalmente aos docentes. Por outro lado, houve maior exigência de qualificação. Por exemplo, regras claras foram estabelecidas para a fiscalização dos professores e para os concursos públicos, em todos os níveis.

²³¹ O valor correspondia aos vencimentos do próprio Diretor Geral da Instrução Pública.

O empenho de Veríssimo foi tamanho que o novo governador, Duarte Guedes, ao transmitir o cargo para Lauro Sodré, afirmou que “nas reformas empreendidas após a inauguração da República, a que mais avulta é a do ensino público, que mereceu do meu ilustre antecessor [Justo Chermont] os mais sérios cuidados”. Também destacou a administração de Veríssimo, considerado “um dos escritores brasileiros mais competentes em matéria de pedagogia”. De acordo com Guedes, Veríssimo atuou conforme um “plano metódico, consoante as lições da pedagogia moderna”, e lutou para ver ampliado o número de distritos escolares no interior, coerentemente com suas idéias de levar a instrução ao povo e descentralizar as escolas da capital (Guedes, 1891, p. 26-27).

É preciso deixar claro que a reforma educacional de Veríssimo deve ser entendida no seu conjunto. Pensados como engrenagens de um mesmo relógio, cada instituição, cada escola, cada professor, cada livro, cumpriria uma função específica no sistema montado na Diretoria de Instrução Pública. O fim último era “reformatar o povo”, inculcando-lhe – por meio das leituras selecionadas, dos conhecimentos, da disciplina, das normas, das aulas de ginástica e prendas domésticas – as noções básicas de civilidade e de patriotismo que deveriam estar no cerne do novo regime. Reforma política e reforma cultural seriam, para Veríssimo, indissociáveis.

Foi nesse contexto e tendo como princípio a “reforma do povo” que o Museu Paraense ressurgiu na República. Podemos considerar que a ruptura política de novembro de 1889 ‘salvou’ a instituição de um fim definitivo. Extinto em março desse ano por meio de uma lei aprovada pela Assembléia Provincial (ver capítulo um), não houve tempo hábil para que as incipientes coleções do museu fossem descartadas pela administração provincial. De acordo com o sistema legislativo do Império, as leis votadas em uma legislatura só entravam em vigor na legislatura seguinte, no caso, no segundo semestre de 1889. A República suspendeu, portanto, a longa discussão política sobre o destino do Museu Paraense, que envolveu a Assembléia, os presidentes da província e grupos de interesse locais por quase vinte anos, chegando a impossibilitar o funcionamento da própria instituição.

Veríssimo planejou a reforma educacional do estado e incluiu o Museu Paraense e a Biblioteca Pública entre as unidades administrativas sob sua responsabilidade, concedendo a elas um papel político e pedagógico bem definido no conjunto de instituições destinadas a ‘reformatar o povo’. É neste ponto que a influência de Ferreira Penna sobre Veríssimo torna-se relevante. A amizade de ambos, os interesses comuns, as idéias que defendiam,

ganharam evidência com a morte de Ferreira Penna, no início de 1888. Veríssimo, como amigo dileto, escreveu o necrológio lamentando a morte obscura do “mais profundo sabedor da geografia da Amazônia” (Veríssimo, 1888). Também herdou os manuscritos do intelectual mineiro, dentre eles um texto inacabado sobre a história do Museu Paraense (Penna, 1894), publicando todos em jornais e revistas²³².

O contexto político da República, favorável a reformas moralizantes, permitiu a Veríssimo “restaurar” o projeto de Ferreira Penna, o Museu Paraense, sob nova roupagem. A sobrevivência das coleções, mesmo que incipientes e em mau estado de conservação, foi fundamental, como vimos no decreto de 1890, para justificar a “restauração”. Portanto, Veríssimo pode ser considerado o elo principal entre o “museu imperial” e o “museu republicano”, herdeiro intelectual do próprio Ferreira Penna, em quem sempre reconhecera o “verdadeiro fundador” do museu (Veríssimo, 1895b, p. 57). Nesse sentido, o museu “restaurado” deveria dar continuidade às investigações iniciadas vinte anos antes, particularmente sobre as populações indígenas que viveram no passado.

Essas eram, pelo menos, as intenções de Veríssimo. Elas ficam claras no discurso que proferiu na solenidade de “restauração” do museu, em 13 de maio de 1891, durante as comemorações do terceiro aniversário da abolição da escravatura²³³. O intelectual inicia louvando Chermont por não ter “esquecido”, no seu interesse pela instrução popular, de “um estabelecimento que havendo custado à antiga província do Pará, somas não mesquinhas, quase veio a desaparecer completamente após uma vida ingloria, obscura e inútil”. Os responsáveis por esse estado do museu, segundo Veríssimo, foram a “mal avisada economia” e a “ridícula parcimônia” das administrações da província, e também o “erro” de confiarem a instituição à “indivíduos por via de regra escassamente habilitados” para dirigi-la (Veríssimo, 1894, p. 5).

No novo regime, prometia Veríssimo, o museu e a biblioteca teriam “meios suficientes” e seriam “capazmente dirigidos”. Essa era uma obrigação da “capital política de um Estado fadado a ser, sem o mínimo preconceito nativista o digo, um dos mais

²³² A obra de Ferreira Penna foi reunida e publicada por Osvaldo Cunha em 1973, incluindo os textos editados postumamente por Veríssimo. Durante suas pesquisas, o autor da tese encontrou dois textos não publicados por Cunha, um sobre a instrução no Pará, já mencionado, e outro sobre a tragédia familiar de Isabel Grameson (Mme. Godin des Odonais), que, depois de abandonada pelo marido nas florestas peruanas, desceu sozinha o rio Amazonas no século XVIII, a bordo de uma canoa. Esse último texto foi compilado por Veríssimo e publicado na *Revista Brasileira* (Penna, 1895).

²³³ Cf. Termo de Reinstalação Solene do Museu Paraense. Belém, 13 de maio de 1891. AMPEG, Gestão Ernesto de Sá Acton (1890-1893). A data era propícia para atos de natureza cultural e educacional, pois estes demonstravam uma preocupação política com a incorporação dos escravos na sociedade nacional.

importantes da União brasileira”; e também da “capital geográfica da mais bela, da mais ricamente dotada região da América do Sul: a Amazônia” (Veríssimo, 1894, p. 6). O governo imperial surgia, assim, como o mal-feitor que manteve a educação na província em níveis depreciativos, enquanto a cidade de Belém – conduzida pela mão republicana – aparecia como a cidade ideal para um museu de ciências, pelo seu “justo prestígio” e pela sua localização: “(...) à capital desta região impõe-se como um dever de sua civilização (...) a manutenção de um Museu que recolha, guarde, conserve e exponha à atenção e ao estudo dos naturais e dos forasteiros as incalculáveis riquezas que em os três reinos da natureza ela possui” (Veríssimo, 1894, p. 6).

Contudo, não foram as riquezas naturais que Veríssimo quis destacar em seu discurso. Segundo ele, a “região amazônica possui outros atrativos que a cada passo estão chamando a atenção dos cientistas do mundo inteiro”. Esse outro atrativo seria o interesse que as pesquisas arqueológicas e etnológicas, desenvolvidas na região desde a década de 1870, despertaram em cientistas de vários países:

Quem sabe, senhores, se aqui não está a chave de um dos enigmas mais excitantes da curiosidade científica destes tempos: a origem do homem americano? Quem sabe se os *mounds* de Maracá e de Marajó, cujo estudo não foi ainda com todo o rigor científico feito, quem nos diz que o *muirakitan*, os restos da maravilhosa cerâmica dessa gente apenas sabida, não nos dará um dia um elemento importante à solução desse problema? (Veríssimo, 1894, p. 6-7)

No trecho ecoam as vozes de Ferreira Penna, Hartt, Ladislau Netto, Lacerda e Barbosa Rodrigues, dentre outros. É nessa linhagem de cientistas, com um destacado tom evolucionista, que Veríssimo desejou atar o novo Museu Paraense. Para isso, ele precisaria do apoio do governo e de “uma coleção e um repositório, sistematicamente disposto e cientificamente classificado”. Mas, como “elemento da instrução popular”, também deveria “falar a linguagem pedagógica”, ou seja, tinha de ser uma “eloqüente lição de coisas”, dar “uma noção exata, clara e precisa de cada coisa exposta e da classe a que pertence, o seu nome, a sua utilidade, a sua origem ou qualquer outro elemento necessário ao seu conhecimento” (Veríssimo, 1894, p. 7). Podemos afirmar que, por meio do museu, Veríssimo recuperava um projeto científico e instalava um projeto pedagógico.

Logo depois da instalação solene do museu, Veríssimo entraria em choque com o governador Duarte Guedes, e tomaria uma decisão radical em sua vida. Solicitado para que cedesse na sua ação moralizadora sobre o corpo docente do estado, o intelectual opôs-se

apelando para o acordo que havia firmado com Chermont, no sentido de “corrigir” o que considerava uma deturpação, ou seja, professores de “poucas letras” alfabetizando crianças. Guedes insistiu na necessidade de rever a rigorosa política de substituição de professores, afirmando que sofria “injunções políticas” contra Veríssimo. Este, por sua vez, foi intransigente, sendo “forçado a deixar o cargo de Diretor da Instrução com uma licença, sem prazo. Com isso evita-se o escândalo e ele [o governador] fica bem com a sua consciência” (Veríssimo, 1966, p. 55-56).

Esse episódio custou a Veríssimo um grande aborrecimento e muita amargura com a política paraense, dos quais não se recuperaria. No auge da polêmica, foi acusado de “inimigo da República” pelo Clube Militar de Belém, por ter prestado solidariedade ao presidente da Província deposto pelos militares, seu amigo; e também por manter-se reticente quanto à campanha republicana e à própria Proclamação da República, interpretada pelo intelectual como o “resultado de uma sedição militar” (Veríssimo, 1966, p. 57-58). Veríssimo foi ameaçado de deportação pelos republicanos jacobinos, mas antes que sofresse conseqüências mais sérias, decidiu arrumar as malas e transferir-se, com sua família e a da esposa, para o Rio de Janeiro. Em 1º de junho de 1891, chegava à capital do país. Aí daria outro rumo a sua vida e enfrentaria muitas dificuldades, sem nunca, contudo, afastar-se das atividades educacionais.

A saída de Veríssimo da Diretoria da Instrução Pública, por atribulada que tenha sido, não significou uma grave mudança na política educacional do estado. A partir do momento que o intelectual deixou o governo, Guedes não assinou nenhum outro decreto relacionado ao assunto, até mesmo porque sua missão no Pará terminou no dia 23 de junho, quando Lauro Sodré, eleito pela Assembléia Constituinte, tomou posse. Com relação ao Museu Paraense, as únicas iniciativas de Guedes foram tirá-lo do âmbito da Diretoria de Instrução Pública, onde Veríssimo o havia originalmente colocado, e despachado um ofício para as intendências do interior do estado solicitando produtos do reino mineral, vegetal e animal, artefatos indígenas e da “pequena indústria dos civilizados”, “objetos raros, curiosidades, tudo enfim que possa dar uma idéia verdadeira do que [o estado] possui, do que são os seus filhos e do que poderão vir a ser” (Guedes, 1891, p. 29).

3.3 Instrução e ciência no governo de Lauro Sodré (1891-1897)

Lauro Sodré assumiu o governo em situação francamente favorável, com as constituições brasileira (24/2/1891) e estadual (22/6/1891) já promulgadas (Figura 15). O impacto da Proclamação da República sobre a autonomia política e fiscal e sobre as contas públicas do Pará também já se fazia sentir plenamente. Por exemplo, em sua primeira mensagem ao Congresso Estadual, o governador afirmou que a República finalmente vinha “satisfazer a essa grande sede de autonomia, que ia levando ao desespero as antigas províncias nos derradeiros tempos do império”. A monarquia, vista como um “monstruoso pólipó [que] enlaçava no tecido de seus tentáculos as províncias”, fora vencida pela República, capaz de dar a vida a “este imenso organismo” por meio da “mais franca federação” (Sodré, 1891, p. 5). A metáfora expressa muito bem a distância que separava o Pará do Rio de Janeiro, distância que não era apenas física, mas também política e fiscal (Silva, 1996).

Com mais poder concentrado nas mãos dos governadores, agora eleitos mediante alianças políticas locais e não mais indicados pelo Rio de Janeiro, operou-se uma reforma tributária que tinha como fim distribuir os impostos de maneira mais equilibrada entre a União e os estados. A principal modificação diz respeito ao imposto de exportação, cuja tarifa de 22% representava imensa riqueza para o governo central durante o Império. Com a reforma tributária, esse imposto passou a ser recolhido pelos estados. A consequência disso, no caso do Pará, foi um aumento substancial na sua receita, que também coincidiu com o aumento das exportações provocado pela alta verificada na cotação internacional da borracha e pela incorporação de novas frentes de exploração, como o Acre (Santos, 1980; Silva, 1996, 1978). Para ilustrar as perspectivas econômicas da época, basta citar que entre 1889 e 1891, quando Sodré assumiu o poder, a arrecadação estadual cresceu 50%. E entre 1891 e 1896, período que corresponde ao mandato de Sodré, a arrecadação estadual cresceu a uma extraordinária cifra de 100%, sendo 82% do total provenientes do imposto de exportações, antes drenado pelo governo central (Silva, 1996, p. 208).

Esse autêntico *boom* da borracha financiou a infra-estrutura urbana, de transporte e de comunicações de Belém, assunto a que muitos historiadores têm aludido (Sarges, 1998, 2000; Weinstein, 1993). O maior volume de recursos beneficiou a nova estrutura administrativa implantada com a República, e fortaleceu acentuadamente a política de obras públicas no Pará. Por exemplo, já em 1890 o governo estadual contratava a construção da rede de esgotos de Belém (Actos..., 1893, p. 58). Seguiram-se a distribuição

de água e de energia elétrica, as obras de calçamento, pavimentação e embelezamento da cidade (Figura 16), a ampliação do transporte urbano, da Estrada de Ferro de Bragança (Figura 17) e do porto, a melhoria no sistema de comunicação telegráfica, a ampliação dos subsídios para as empresas de navegação fluvial e transoceânica, ligando a capital do Pará a todos os grandes rios da região e aos principais portos do mundo, e a atração de imigrantes nordestinos e europeus, os primeiros destinados aos seringais, os segundos às colônias agrícolas implantadas ao longo da estrada de ferro.

Além das obras de infra-estrutura, várias instituições de caráter educacional, cultural e assistencial foram criadas, reformadas ou ampliadas. O Teatro da Paz passou por grande reforma; o Instituto Paraense de Educandos Artífices (transformado em Instituto Lauro Sodré) e o Colégio Nossa Senhora do Amparo (transformado em Colégio Gentil Bittencourt), as principais instituições assistenciais do Pará desde os tempos do Império, ganharam sedes monumentais; asilo de idosos, hospício e orfanatos foram criados; a Santa Casa de Misericórdia foi ampliada, hospitais e laboratórios construídos; por fim, a Biblioteca Pública e o próprio Museu Paraense ganharam novas sedes. Esse conjunto de iniciativas, somadas às obras de embelezamento realizadas nas igrejas e nos principais prédios públicos, como o novo altar-mor da Catedral de Belém e a nova fachada do Palácio dos Governadores (depois Palácio Lauro Sodré), dão a dimensão dos recursos disponíveis no Governo do Estado e na Intendência Municipal, e também mostram a articulação entre as obras que se realizavam quase simultaneamente, criando ou fabricando uma cidade que se queria moderna, bonita, civilizada e cosmopolita, ainda que excludente, bem ao gosto do espírito *belle-époque* (Sarges, 2000; Derenji, 1994).

Lauro Sodré foi um dos principais incentivadores desse programa civilizador. Segundo Silva (1996, p. 209), “um dos pontos marcantes da sua administração foram os investimentos feitos em educação”. Como no governo de Chermont, essa rubrica recebeu o maior volume de recursos, acima da de obras e edificações. Esses recursos foram aplicados obedecendo a uma política educacional não muito diferente da que foi executada por Veríssimo. A principal mudança, no caso, ocorreu em nível ideológico, ou seja, a “educação nacional” foi substituída pela “incorporação do proletariado”, como rezava a cartilha positivista, seguida à risca por Sodré.

3.3.1 Positivismo e cientificismo em Lauro Sodré

Sodré foi um dos mais ativos propagandistas da República. Ao contrário de outros republicanos históricos, como Chermont, sua carreira iniciou na própria campanha republicana, onde Sodré encontrou espaço para exercer sua militância política. Como sua família não dispunha de recursos para mandá-lo estudar em uma das faculdades de Direito, Sodré ingressou na carreira militar em 1876 e seguiu para o Rio de Janeiro, onde estudou na Escola Militar, uma das instituições onde o positivismo mais se desenvolveu no Brasil (Dantes, 1992, 1996). Aí conheceu Benjamin Constant, professor de matemática, com quem veio a manter uma sólida amizade. Em 1883, graduou-se em Ciências Físicas e Matemáticas²³⁴, retornando em seguida a Belém. Nessa cidade deu início à campanha republicana por meio de jornais e do Clube Militar. Em 1886, como vimos, foi um dos fundadores do Clube Republicano (Borges, 1970)²³⁵.

No governo, Sodré herdou o trabalho que vinha sendo executado por Veríssimo na Diretoria de Instrução Pública. Os dois defendiam posições políticas bastante distintas, principalmente no que se refere ao positivismo. Enquanto o primeiro mostrava-se totalmente crítico com o “dogmatismo” e o “espírito anti-democrático” dos sectários de Auguste Comte (1798-1857), o segundo professava sua fé positiva, embora não ortodoxa (Veríssimo, 1895a; Sodré, 1896a)²³⁶. Ambos, contudo, mantiveram suas divergências relativamente distantes da amizade. Sodré, por exemplo, havia sido professor do Colégio Americano, enquanto Veríssimo, uma vez no Rio de Janeiro, foi um constante colaborador de Sodré (Veríssimo, 1966).

Nesse sentido, a proximidade de Sodré com Chermont e Veríssimo permitiu não apenas que o novo governador desse continuidade às reformas na instrução, como aprofundasse, em alguns casos, essa reforma. Por exemplo, Sodré deu especial ênfase ao chamado “ensino técnico”. Na sua mensagem ao Congresso Estadual, reconheceu que as

²³⁴ O levantamento das teses positivistas defendidas na Escola Militar, realizado por Dantes (1996), não incluiu a tese de Lauro Sodré, o que é digno de nota.

²³⁵ Às vésperas da Proclamação da República, Sodré envolveu-se em um incidente durante a visita do Conde D’Eu a Belém. Designado para comandar a guarda de honra do ilustre visitante, cumpriu com sua obrigação. Mas de noite fez um inflamado discurso contra a monarquia e o próprio Conde no Clube Militar. Foi preso e deportado para o Rio de Janeiro, onde veio a servir sob as ordens de Floriano Peixoto. Aí voltou a frequentar, com Benjamin Constant, o Clube Republicano e o Clube Militar. Após a Proclamação da República, trabalhou como secretário de Constant no Ministério da Guerra e no Ministério da Instrução. Depois foi eleito deputado pelo Pará à Constituinte Nacional, promulgada em fevereiro de 1891. Retornou a Belém para assumir o cargo de governador, com apenas 33 anos de idade.

²³⁶ Sodré, por exemplo, rejeitava a Religião da Humanidade e o ditatorialismo de Comte. Confessava-se, acima de tudo, adepto do racionalismo e da democracia. Um perfil político-ideológico mais detalhado de Sodré pode ser obtido em Coelho (1997) e em Alves (2005). Sobre a relação entre positivismo e república no Brasil, ver Carvalho (1990) e Alonso (2002).

reformas na instrução haviam provocado grande acréscimo de despesas ao Tesouro estadual, mas defendeu que estas “não devem ser regateadas porque entendem diretamente com o futuro do Estado”. Mais adiante, propõe a criação de um Liceu de Artes e Ofícios, que teria como fim derramar “as luzes da ciência pelas classes populares” e onde “fossem ministrados conhecimentos teóricos e práticos, especialmente consagrado às classes proletárias” (Sodré, 1891, p. 10).

Para Sodré, o ensino técnico tinha a nobre missão, em uma sociedade como a brasileira, de “curar a chaga do funcionalismo, que faz da generalidade dos cidadãos pensionistas do Tesouro”. Ao dignificar o ensino de profissões, o Estado incentivava as classes populares a abrir novas carreiras, “caídas no conceito da sociedade burguesa atual, toda ela afeita a viver da burocracia, seduzida pelas garantias e vantagens do emprego público (...)” (Sodré, 1892, p. 29). Ao mesmo tempo, solucionava-se um problema que “no presente ocupa a atenção do velho mundo europeu, e terá forçosamente de antolhar-se-nos pelo futuro adiante, a incorporação do proletariado”. Sodré via, assim, o Estado agindo em benefício das “classes populares”, estendendo a elas os benefícios e a proteção dados ao capital: “só da iluminação dos espíritos, abrindo as consciências aos conhecimentos dos deveres cívicos, sairá a pacificação das classes sociais, a harmonia entre o capital e o trabalho” (Sodré, 1892, p. 30).

Os investimentos feitos no Liceu de Artes e Ofícios (batizado Liceu Benjamin Constant), no Instituto Paraense de Educandos Artífices e no Museu Paraense estão diretamente relacionados a essas idéias. O povo, “sedento de saber”, teria, assim, suas fontes de luz, suas portas para a entrada na sociedade. Essas portas, contudo, deveriam ser guardadas pelos valores da civilização ocidental e controladas pela própria sociedade. Com esse fim Sodré também criou a Associação Promotora do Ensino, para manter e gerir o Liceu Benjamin Constant; a Associação Protetora dos Órfãos, para sustentar o Orfanato Paraense; e a Sociedade de Estudos Paraenses, que tinha como fim “desenvolver o estudo da Amazônia, particularmente do Estado do Pará, sob os seus diversos aspectos, com especialidade o da Geografia, História, Etnografia, História Natural e Arqueologia” (Estatutos..., 1894, p. XV). Esta sociedade reuniu, a partir de 1893, a nata da intelectualidade local, sob a liderança do próprio Sodré, sendo a predecessora do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Pará, cuja primeira tentativa de fundação ocorreu em 1900.

“Incorporar o proletariado” por meio das luzes da ciência era, para Sodré, um desafio para a República brasileira. Somente esse regime, calcado na doutrina positivista, poderia valorizar o conhecimento científico como baluarte de uma sociedade civilizada, bem como a liberdade de pensamento e de culto tão necessárias ao desenvolvimento do espírito. Caberia aos republicanos, portanto, criar as condições para a superação das mazelas do Império, como a escravidão, a corrupção e o desleixo com a educação do povo. Na base da plataforma política dos “positivistas abolicionistas”, grupo em que recentemente Sodré foi enquadrado (Alonso, 2002, p. 205-222), estaria, grosso modo, uma teoria evolutiva da sociedade, que via nas instituições imperiais um legado colonial queurgia ser suplantado:

Para nós a república é o resultado da lei da evolução, um fenômeno engendrado pela sucessão dos fatos sociológicos. Em física social, como em todos os outros domínios do saber, o espírito humano viveu sob o império das idéias teológicas e metafísicas antes de chegar, após lenta e trabalhosa elaboração, ao domínio absoluto da lei. (Sodré, 1896a, p. 45)

A transição política entre Império e República coincidia, segundo Sodré, com uma outra transição, a filosófica, que permitiria a suplantação do estado metafísico da sociedade pelo positivo, regido por leis racionais, sustentado por uma economia industrial e promotor de uma nova ordem social baseada em valores urbanos, e não mais no mundo agrícola e rural que teria caracterizado o Império. E o ensino técnico teria um papel fundamental nesse processo, pois não era

(...) uma simples questão de pedagogia, antes é uma questão vital para todos os povos modernos, empenhados nessa luta travada no terreno da produção e das permutas. Nos torneios, de que hoje se entretece o drama da vida das nações policiadas, a vitória há de caber ao mais aparelhado, isto é, ao mais instruído. (Sodré, 1892, p. 29)

Para Sodré, cultivar a ciência e investir na educação do povo eram exigências do progresso, razões da República e deveres de um dirigente ilustrado. Nesse sentido, as próprias ações do Estado deveriam ser voltadas para a incorporação econômica e histórica dos grupos marginalizados, verdadeiros formadores do povo brasileiro, dando um destino social ao capital acumulado pela sociedade. São essas idéias, reafirmamos, que estão na origem da rede de instituições assistenciais criadas por Sodré, assim como das escolas e

demais instituições culturais, incluindo o Museu Paraense, vistas, no seu conjunto e ao mesmo tempo, como elementos civilizadores e redentores da sociedade, testemunhas do progresso material da cidade e símbolos de uma elite dirigente ilustrada e cosmopolita.

Contudo, o discurso cientificizante de Sodré deve ser lido com cuidado. Seu arcabouço ideológico, se por um lado deu margem para o florescimento do Museu Paraense, como veremos, foi fator limitante para outros segmentos da sociedade. Por exemplo, o ensino superior e as instituições de saúde pública, não priorizados pelo ilustre governador. Com relação ao primeiro, a reforma que Benjamin Constant procedeu no Ministério da Instrução, de cunho liberalizante e federalista, deu permissão aos estados e a particulares para criarem cursos superiores, antes uma exclusiva atribuição do governo central. Sodré optou por não criar faculdades estaduais, por julgar que o ensino superior não era uma atribuição do Estado, tal como pensavam os positivistas gaúchos²³⁷. Consequentemente, as escolas superiores do Pará foram fundadas somente no início do século XX²³⁸.

De maneira semelhante, Sodré limitou a reforma na saúde pública às obras de urbanização de Belém (como a construção da rede de água e esgotos), ao atendimento médico, à distribuição de medicamentos e à fiscalização de alimentos e locais de interesse público (Decreto n. 391, de 19/8/1891). Não só não fez obra de vulto nesse setor, como abortou um plano elaborado em 1891 pelo governador Duarte Guedes para a Inspetoria de Higiene Pública. Esse plano incluía a criação de um Instituto Vacinogênico destinado a produzir “linfa vacínica de boa qualidade”. Citando as experiências de Domingos Freire (1843-1899) no Rio de Janeiro, particularmente a vacina que desenvolveu contra a febre amarela²³⁹, Guedes escreveu no seu relatório:

Em face dos resultados positivos que tem-se [sic] obtido, não é mais lícito pôr em dúvida a eficácia da vacina como profilático contra doenças de caráter infeccioso. (...) Além disto, pela extensão que vão tomando os estudos e experiências da bacteriologia, a criação de estabelecimentos como o de que se trata,

²³⁷ Sobre o grupo positivista gaúcho, ver Alonso (2002, p. 155-159) e Weber (1997).

²³⁸ São elas: Faculdade Livre de Direito (1902) e Escola de Farmácia do Pará (1903), criadas pelo governador Augusto Montenegro, de grupo político rival de Lauro Sodré; Escola Livre de Odontologia do Pará (1914), criada por uma associação de médicos (Sociedade Propagadora das Ciências, depois Associação Científica do Pará); Escola de Agronomia e Veterinária do Pará (1918) e Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará (1919), ambas criadas também por proposição da Associação Científica do Pará, no segundo mandato de Lauro Sodré como governador (Leitão, 1985); e Escola de Química Industrial (1920), criada pelo governo federal (Lima et al., 1985; Bassalo e Lima, 1996; Silva, 2003).

²³⁹ Duarte Guedes refere-se aos testes que Freire fez entre 1883 e 1894, quando mais de 12.000 pessoas foram inoculadas com uma vacina desenvolvida pelo médico carioca (cf. Benchimol, 1999, p. 223-248).

dirigidos por pessoas de indiscutida competência, assumem [sic] uma grande importância não só debaixo do ponto de vista da higiene pública, como em relação ao desenvolvimento dos estudos científicos. (Guedes, 1891, p. 32)

A varíola, o mal-das-cadeiras e o beribéri também justificavam a criação de um instituto biomédico. Esta última doença, pela maneira como vinha crescendo no estado, talvez merecesse a “criação de um Instituto apropriado a estudá-lo” (Guedes, 1891, p. 32). Para iniciar os trabalhos de implantação do instituto, Guedes indicava o médico francês C. Rebourgeon, antigo chefe de serviço do Instituto Bacteriológico do Rio de Janeiro e que viveu algum tempo na Amazônia estudando plantas medicinais e epizootias, inclusive na Ilha do Marajó²⁴⁰. Quanto aos recursos necessários para a manutenção do instituto, Guedes orçava em 10 contos anuais, os quais poderiam ser obtidos com a ajuda das intendências municipais, uma vez que o assunto interessava à pecuária.

Além dos institutos vacinogênico e de pesquisa, o governador também defendeu a construção de um “hospital destinado a receber os variolosos indigentes e de evitar a propagação da varíola, no caso de seu aparecimento entre nós” (Guedes, 1891, p. 32). Lembrava que ele próprio, por diversas vezes, havia solicitado ao Ministério do Interior as verbas necessárias à construção do dito hospital, orçado em 17 contos. O início das obras estava dependendo apenas da autorização do crédito.

Guedes foi adiante: sugeriu que fosse criado no âmbito da Inspetoria de Higiene Pública um “laboratório convenientemente montado, para as análises de preparados medicinais, substâncias alimentícias, bebidas espirituosas, água, ar atmosférico, de tudo enfim que tenha relação com a saúde pública” (Guedes, 1891, p. 32). O alcance dessa medida, segundo ele, seria enorme, pois a Inspetoria via-se, regularmente, impedida de proceder a exames por falta de equipamentos. E, “sendo a saúde pública assunto sério e que deve interessar a todos os Governos, não hesito em lembrar-vos essa medida que será de profícuos resultados” (Guedes, 1891, p. 32).

Sodré ignorou integralmente as propostas de Guedes. Suas convicções positivistas o impediram de levar adiante os institutos, o hospital de isolamento e o laboratório bacteriológico. Para alguns grupos positivistas, a participação do Estado na

²⁴⁰ Rebourgeon ficou mundialmente famoso por confirmar os efeitos terapêuticos da planta muirapuama, utilizada pelos índios e indicada para neurastenia, males gastro-intestinais, circulatórios, uterinos e impotência sexual. Ele próprio enviou a Lauro Sodré uma cópia do trabalho que publicou na revista *Les Nouveaux Remèdes*, em 1893. O artigo foi traduzido e publicado na Revista da Sociedade de Estudos Paraenses (Rebourgeon, 1894).

regulamentação da saúde pública e do ensino superior deveria ser restrita, como aconteceu no Rio Grande do Sul (Weber, 1997). A liberdade individual, a profissional e a de ensino eram, sob a égide de Comte, os lemas que determinavam o apoio (ou não) dos governantes às instituições médicas e educacionais.

No caso de Sodré, sua administração no governo do Pará foi coerente com a luta que viria a travar posteriormente no Rio de Janeiro. O político paraense foi um dos líderes da “Liga contra a Vacinação”, vinculada ao Apostolado Positivista e articuladora do movimento social que ficou conhecido como “Revolta da Vacina”, deflagrado em 1904 após a aprovação da lei federal que instituía a vacinação obrigatória contra a varíola. Como os demais positivistas, Sodré comungava da idéia de que a teoria microbiana das doenças, a qual estava na gênese da produção de vacinas e da própria bacteriologia, atentava contra o direito e a liberdade individual por meio da intervenção direta sobre o corpo humano. Nesse sentido, o Estado jamais deveria regulamentar algo que estava no âmbito individual e espiritual, e não no público e material (Carvalho, 1987).

A complexidade do cientificismo de Sodré, portanto, pode ser medida pelo apoio ao Museu Paraense e pela rejeição das propostas de Guedes. Foram suas convicções positivistas que permearam suas decisões, as quais, graças à liderança do político e ao momento em que governou, influíram significativamente na institucionalização da ciência no Pará. O grande desenvolvimento do Museu Paraense no período, que lhe deu fôlego e prestígio a ponto de sobreviver às várias crises financeiras que posteriormente enfrentou, e a demora relativa na criação das primeiras faculdades locais podem ser vistos como indícios da influência de Sodré sobre a política local.

Quanto à implantação de uma estrutura administrativa e científica na área da saúde pública, com base na bacteriologia, como estava ocorrendo em vários lugares, incluindo São Paulo e Rio de Janeiro, a gestão de Sodré contribuiu apenas com a criação de um Laboratório de Análises Químicas, anexo da Inspetoria da Higiene Pública²⁴¹. Por sua vez, o sucessor de Sodré, médico José Paes de Carvalho, fez obra bem mais importante nesse âmbito, incluindo a construção do Hospital de Isolamento, batizado de “Domingos Freire” e inaugurado em 1900 (Costa, 1973).

3.3.2 A “educação dos pobres” no governo de Sodré

²⁴¹ Em abril de 1894, ainda não havia sido contratado um químico para esse laboratório (Sodré, 1894, p. 31).

Uma das primeiras medidas de Lauro Sodré no governo foi reformar novamente a educação pública (Decreto n. 372, de 13/7/1891), adequando a legislação paraense à federal e tomando como referência a reforma empreendida por Benjamin Constant no Ministério da Instrução, em 1890. Sodré fez o que Veríssimo havia se recusado a fazer, por ter discordado dos princípios liberalizantes de Constant, que não atentavam para os “interesses sociais” (Veríssimo, 1906, p. V-XIII). Nos seus princípios básicos, Sodré manteve o regulamento de Veríssimo, “harmonizando-o no todo com os princípios consagrados na nossa Constituição” (Decretos..., 1894, p. 317). Procedeu da mesma maneira com o Liceu Paraense, que recebeu novo regulamento em outubro de 1891 (Decreto n. 417, de 28/10/1891), a fim de organizá-lo nos moldes do Ginásio Nacional, no Rio de Janeiro. Uma das principais modificações, no caso, foi a transformação do curso de Humanidades em Letras e Ciências (Decretos..., 1894, p. 547).

Em 1892, o governador dava notícias aos deputados paraenses dos progressos que iam sendo feitos na instrução pública: as reformas nos regulamentos, os investimentos na infra-estrutura, a ampliação do número de escolas no interior, etc. (Sodré, 1892). Também pedia apoio para uma reorganização completa do Instituto Paraense de Educandos Artífices, não apenas do ponto de vista estatutário, mas também físico. O mesmo pedido se repetiu em 1893, enfatizando que era indispensável ministrar ao proletariado “o ensino geral das ciências”, “sem que tenhamos em mira fazer do proletariado uma corporação de acadêmicos ou de sábios”. O objetivo era, segundo Sodré, pôr ao “alcance das suas inteligências as leis naturais que regem todas as ordens de fenômenos” para não deixá-lo “estranho ao que faz a honra, o bem estar e a força da sociedade no meio da qual é chamado a viver” (Sodré, 1893, p. 17). Em outras palavras, para evitar as “explosões violentas contra a ordem social”, o melhor a fazer era tornar o “capital intelectual e moral da Humanidade uma propriedade de todos, não um privilégio de alguns”. Assim, o operário teria em mãos o “instrumento útil e fecundo da sua própria melhoria” (Sodré, 1893, p. 17-18).

A autorização foi dada pelos deputados e em março de 1894 Sodré divulgava o novo regulamento do Instituto Paraense (Actos..., 1894, p. 17). Em seguida, deu início à construção da sua nova sede, situada na periferia de Belém, às margens da Estrada de Ferro de Bragança, um prédio monumental com inúmeras oficinas e capacidade para atender 300 “órfãos desvalidos, ou filhos de pais pobres” (Actos..., 1894, p. 18) (Figura 18).

Em 1894, Sodré fez um balanço dos dispêndios com a instrução pública pelo governo republicano, comparando-os com os do Império. Destacava o aumento nos investimentos, sem, contudo, mencionar que a própria arrecadação do estado havia crescido no período. Os principais beneficiários eram o ensino primário, por meio da criação de novas escolas e da contratação de professores; o novo prédio da Escola Normal, de onde “sairão os grandes operários do futuro, aos quais caberá a missão de ensinar o novo evangelho ao povo, educando a geração, que surge na República, para a República” (Sodré, 1893, p. 17); a reforma do prédio do Liceu Paraense; o Liceu Benjamin Constant, onde estudavam 320 alunos; e os novos prédios da Biblioteca Pública, comprado do Banco Comercial, do Instituto Paraense, em vias de ser construído, e do Colégio do Amparo, cuja sede iria abrigar 300 alunas e custar 200 contos (Sodré, 1894, p. 25-26).

3.3.3 *O Museu Paraense entre 1891 e 1893*

Quanto ao Museu Paraense, Sodré o manteve funcionando, sem, contudo, desistir da idéia de contratar um naturalista fora de Belém. Logo que assumiu o governo, autorizou a venda dos “móveis velhos pertencentes ao antigo Museu”²⁴². Em seguida, encomendou uma nova mobília, incluindo uma grande vitrine, uma estante para depósito de moedas, quatro manoplas para flechas e outros objetos, além de uma mesa e da reforma de outras vitrines²⁴³. Simultaneamente, o governador procurou adquirir novas coleções, como a de Adelaide Campos, viúva de Francisco Xavier Rodrigues de Souza, composta por objetos etnográficos, arqueológicos, numismáticos e minerais. A oferta foi feita por intermédio do Barão do Marajó, então Intendente Municipal de Belém, que foi, juntamente com o diretor do museu, avaliar os referidos objetos²⁴⁴. Em fevereiro de 1892, a compra foi efetuada²⁴⁵.

Acton e Sodré também procuraram instalar na nova sede do museu um mini-zoológico. Este foi mantido graças a uma verba especial destinada pelo governador, que

²⁴² Cf. Ofício de Lauro Sodré ao Diretor do Museu Paraense. Belém, 27 de julho de 1891. AMPEG, Gestão Ernesto de Sá Acton (1890-1893).

²⁴³ Cf. Cópia do orçamento feito por Raymundo B. Ribeiro de Araújo, das obras que precisa o Museu Paraense. Belém, 12 de janeiro de 1893; e Ofício de Lauro Sodré ao Diretor e Preparador do Museu. Belém, 11 de março de 1893. AMPEG, Gestão Ernesto de Sá Acton (1890-1893).

²⁴⁴ Cf. Ofício do Barão de Marajó ao Governador do Estado. Belém, 12 de dezembro de 1891. APEP, Intendências, Pacote 12, 1891; e Ofício de Egidio Leão de Salles, Secretário do Governo, ao Diretor do Museu. Belém, 12 de dezembro de 1891. AMPEG, Gestão Ernesto de Sá Acton (1890-1893).

²⁴⁵ Cf. Ofício de Diogo Hollanda de Lima, Secretário do Governo, ao Diretor do Museu Paraense. Belém, 1º de fevereiro de 1892. AMPEG, Gestão Ernesto de Sá Acton (1890-1893). Este ofício faz menção a uma relação dos objetos adquiridos, não encontrada no arquivo.

pagava a compra e a alimentação de animais, além de despesas miúdas para a manutenção do museu. No pequeno zôo havia serpentes, aves e mamíferos, como o porco caititu e roedores. Em maio de 1893, uma expressiva verba era liberada para a aquisição de animais, mas Sodré recomendava ao diretor que não efetuasse logo a compra, visto ainda “não se achar o edifício convenientemente preparado para a exposição de animais vivos (...)”²⁴⁶.

A principal atividade do museu, no início do governo de Sodré, foi a participação na comissão organizadora da mostra paraense da Exposição Universal de Chicago, conhecida como Exposição Columbiana por comemorar o quarto centenário da descoberta das Américas, em 1892 (Marajó, 1894). Em junho de 1891, Sodré ordenou que Acton acompanhasse dois militares enviados para a Amazônia para coletar material, um norte-americano e outro brasileiro. Enquanto estes coletavam produtos para a exposição, Acton deveria orientá-los e coletar para o museu. Foram disponibilizadas passagens em vapores, instrumentos e uma “ambulância de drogas” para a viagem²⁴⁷.

Um ano depois, Acton ainda trabalhava na preparação dos “objetos de História Natural” destinados à Exposição Columbiana, nas dependências do museu²⁴⁸. O diretor também preparou, por determinação de Sodré, o “catálogo da coleção antropológica, arqueológica e zoológica paraense”, solicitado pelo presidente da Comissão Parcial da Exposição, o Barão do Marajó²⁴⁹. Os objetos certamente deviam pertencer ao Museu Paraense, pois, finda a exposição, quatro caixas foram devolvidas para o museu, remetidas pela Comissão Brasileira da Exposição de Chicago²⁵⁰.

O único documento conhecido que demonstra as coleções existentes no museu nesse período, embora sem indicação de proveniência, data e coletor, é o relatório do ano de 1893, elaborado pelo então diretor interino, Raymundo Martins da Silva Porto²⁵¹. Por

²⁴⁶ Ofício de Lauro Sodré ao Diretor e Preparador do Museu Paraense. Belém, 15 de maio de 1893. AMPEG, Gestão Ernesto de Sá Acton (1890-1893). Ver, ainda, as várias folhas de despesas miúdas existentes nesse arquivo, referentes aos anos 1892 e 1893.

²⁴⁷ Cf. Ofício de Lauro Sodré ao Diretor do Museu. Belém, 29 de junho de 1891; e Ofício de Lauro Sodré ao Diretor do Museu Paraense. Belém, 13 de agosto de 1891. AMPEG, Gestão Ernesto de Sá Acton (1890-1893).

²⁴⁸ Cf. Ofício de Gentil Bittencourt ao Diretor do Museu. Belém, 6 de junho de 1892. AMPEG, Gestão Ernesto de Sá Acton (1890-1893).

²⁴⁹ Cf. Ofício de Lauro Sodré ao Diretor do Museu Paraense. Belém, 10 de novembro de 1892. AMPEG, Gestão Ernesto de Sá Acton (1890-1893). O catálogo referido não foi encontrado no arquivo.

²⁵⁰ Cf. Ofício de Manoel Baena, Secretaria do Estado do Pará, ao Diretor do Museu Paraense. Belém, 18 de fevereiro de 1893. AMPEG, Gestão Ernesto de Sá Acton (1890-1893).

²⁵¹ Assim como Acton, esse personagem da história do Museu Paraense é muito pouco conhecido. Raymundo Porto foi nomeado Diretor Interino em novembro de 1893, após a saída de Acton. Quando Emílio Goeldi

meio desse documento, ficamos sabendo da diversidade de objetos que compunham o acervo da instituição – e que lhe dava uma característica de museu geral ou universal, especializado apenas no que dizia respeito à abrangência geográfica (Porto, 1894, p. 20-22). Animais conservados em meio líquido e taxidermizados, inteiros ou em partes, insetos alfinetados, ossos, conchas, fetos, couros, ovos, ninhos e animais vivos (incluindo uma “enorme sucurijú medindo 3 metros de comprimento sobre 20 centímetros de largura”), compunham o festival de curiosidades zoológicas do Museu Paraense, apresentadas sem nenhuma ordem sistemática. Havia, inclusive, as raridades que fariam inveja a um gabinete do século XVII, como um dente de elefante e um morcego albino.

Entre o material botânico, o que parecia ser mais valioso era um mostruário com 58 tipos de madeiras. Não havia herbário. Por sua vez, a coleção mineralógica era significativa: 824 minerais diversos, incluindo quatro “zoólitos” e um “fragmento de aerólito”. Na seção arqueológica, a relação deixa claro o desfalque feito no acervo por Ladislau Netto (ver capítulo um): apenas uma urna funerária contendo ossos humanos foi mencionada, além de fragmentos cerâmicos e uma surpreendente “mão de múmia egípcia”. Já os artefatos indígenas eram mais numerosos. Havia 176 armas, entre as quais escudos, arcos, flechas, lanças, chuços, tacapes e uma ubá com oito remos. Também são relacionados, sempre por tipo de objeto (as etnias não constam da lista), instrumentos musicais, plumária, enfeites corporais, cestaria, colheres, vasos, panelas, cuias, raladores, machados de pedra, etc.

Na seção numismática, são arroladas 452 moedas de bronze e cobre, 155 de prata, 5 de ouro e 21 de níquel. Muitas medalhas e papéis-moeda também faziam parte do acervo, como a “medalha comemorativa da liberdade dos servos da Rússia” e a que representava “a aliança do Brasil aos Estados Unidos da América (1890)”. Nessa seção também constava, como raridade histórica, “uma caneta e pena de ouro com que o Dr. José Paes de Carvalho assinou a Constituição do Estado do Pará”.

As seções mais curiosas eram a histórica e a de objetos diversos. Delas faziam parte “1 balaustre da cama de Marília de Dirceu”, armas utilizadas em batalhas históricas, documentos antigos em papel, objetos sacros, castiçais, vidros, louças, porcelanas, artesanato e, ainda, “caveiras” de onça, porco e jacarés, “1 lata de sardinhas conservadas”, “1 pirâmide de pedra” e “2 dentes de animais ante-diluvianos”. A relação demonstra

assumiu a direção do museu, em junho de 1894, Porto foi nomeado Sub-Diretor da instituição, aí permanecendo até 1900.

principalmente que o acervo do Museu Paraense foi sendo constituído, nos seus primeiros 27 anos, sem nenhum projeto científico que orientasse a coleta e a salvaguarda dos objetos – exceção talvez aos arqueológicos, mas que já não estavam na instituição. Os critérios utilizados para a seleção e incorporação dos objetos no acervo foram de natureza não-científica, como o exotismo, a raridade, o fantástico, o assustador, o curioso, o sentimental, a posição política do doador ou do proprietário, e o pessoal, o único que talvez justificasse a conservação de uma lata de sardinhas. Também não descartamos o caso do museu ser visto como um depósito de velharias, ou um local adequado para a guarda de objetos que já não era conveniente manter em circulação. O melhor exemplo é a coleção de retratos da família imperial brasileira, recolhidos das várias repartições depois da Proclamação da República e depositados no Museu Paraense.

Esse insólito gabinete de curiosidades era, contudo, visitado por muitas pessoas. Moradores de Belém, turistas, diplomatas, artistas de passagem pela cidade, operários, naturalistas, caixeiros viajantes, imigrantes, seringueiros, engenheiros, químicos, médicos, comerciantes, homens e mulheres, alfabetizados ou semi-analfabetos, gente de várias nacionalidades, passaram pelo museu (algumas vezes em sucessivas visitas) e registraram suas assinaturas e ocupações em um livro de visitantes. No quadro abaixo, é possível visualizar a frequência de visitas ao museu, da data em que foi “restaurado” até 7 de maio de 1893:

Tabela 1: Número de Visitantes do Museu Paraense, de 13 de maio de 1891 a 7 maio de 1893²⁵²

Ano	NÚMERO DE VISITANTES												Total
	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	
1891	-	-	-	-	492	229	166	381	824	480	324	232	3.128
1892	327	172	239	164	165	67	108	80	82	36	40	188	1.668
1893	138	191	119	246	94	-	-	-	-	-	-	-	788

Em novembro de 1893, Acton já havia sido exonerado, pois Sodré nomeava Raymundo Porto como diretor interino²⁵³. A vacância do cargo e as dificuldades para encontrar um nome à altura das expectativas de Sodré deram o ensejo para que o

²⁵² Cf. Livros de Assinaturas de visitantes, mai. 1891-fev. 1893; fev. 1893-mai. 1893. AMPEG, Gestão Ernesto de Sá Acton (1890-1893). A seqüência de assinaturas, distribuídas em dois livros, vai da data em que o museu foi “restaurado” até 7 de maio de 1893, quando foi interrompida por causas desconhecidas. Levantamento elaborado pelo autor e por Patrícia Barros.

²⁵³ Cf. Ofício Circular de Raymundo Martins da Silva Porto comunicando sua nomeação como Diretor Interino do Museu Paraense. Belém, 21 de novembro de 1893. AMPEG, Gestão Raymundo Martins da Silva Porto (1893-1894).

governador procurasse um naturalista fora de Belém. Assim como se decidira a trazer o maestro Carlos Gomes (1836-1896) para dirigir o recém-criado Conservatório de Música do Pará (atual Conservatório Carlos Gomes), dando-lhe a qualidade e a expressão nacional que almejava, Sodré decidiu convidar o zoólogo suíço Emílio Augusto Goeldi (1859-1917) para a direção do Museu Paraense. Goeldi havia sido contratado do Museu Nacional do Rio de Janeiro, de onde se desligara em 1890. Sodré estava na capital federal na época e certamente deve ter tomado conhecimento da demissão do zoólogo.

Aproveitando-se da presença de Veríssimo no Rio de Janeiro, em outubro de 1893, ou seja, após a exoneração de Acton, Sodré escreveu ao intelectual pedindo que procurasse Goeldi e o convidasse para vir a Belém²⁵⁴. Em janeiro do ano seguinte, escreveu novamente pedindo que Veríssimo insistisse com Goeldi e informando que estava tentando chegar a um acordo com o zoólogo: “(...) tamanho é o meu desejo de ver no Pará criado um museu, que de bom grado empenho-me por acomodar as coisas de forma a fazer aquisição de quem [refere-se a Goeldi] realmente está em condições de levar a cabo tamanha e tão útil empresa”. Em outro trecho, afirmava que a contratação de Goeldi era fundamental “para que o Estado dê mais um passo na senda do progresso” (Sodré apud Veríssimo, 1966, p. 89). Pela carta, podemos vislumbrar que Sodré estava não apenas insatisfeito com o estado do Museu Paraense, como também tinha planos de transformar a instituição em algo muito diferente do que até então havia sido. Em outra carta, desta vez publicada por Goeldi, o governador falava, sobretudo, em “criar” um museu:

Verá que digo CRIAR, pois o que temos nem de Museu merece o nome, tão pouco é, tão desalinhado e fora de regra e longe de ciência anda aquilo tudo que dói o ver o contraste entre esta tamanha pobreza acumulada e a enorme riqueza que anda a mão no seio da natureza aqui. (Sodré apud Goeldi, 1894b, p. 9)

Sodré e Goeldi chegaram a um acordo no final de janeiro, como o próprio zoólogo depois divulgaria. Por sua vez, Sodré anunciou a contratação na mensagem enviada ao Congresso Estadual em 7 de abril de 1894, quando afirmou que, de todas as obras úteis ao “ensino popular” e aos “créditos deste Estado”, o Museu Paraense era a única que restava ser desenvolvida, reorganizada e aumentada. E para dar início a esse projeto, ou seja, “para erguê-lo [o museu] ao nível que deve atingir para ser realmente útil, dei autorização para

²⁵⁴ Ofício de Lauro Sodré a José Veríssimo. Belém, 27 de outubro de 1893. APEP, Documentos do Governo, Minutas de Ofícios a Diversas Autoridades, ano de 1893, 2084 (número atual).

que fosse contratado para exercer o cargo de Diretor desse estabelecimento o Dr. E. Goeldi, naturalista bem reputado pelos seus trabalhos e pelos seus serviços ao nosso país” (Sodré, 1894, p. 26).

Em todo o período, é importante destacar o empenho pessoal de Sodré nos rumos do Museu Paraense. Para isso contribuiu a decisão do ex-governador Guedes, que retirou a instituição do âmbito da Diretoria da Instrução Pública, submetendo-a diretamente ao chefe do poder executivo. Assim, Sodré pôde planejar pessoalmente a reforma que queria empreender no museu, bem como teve as condições necessárias para lhe destinar um lugar entre as “obras úteis” ao ensino popular e à propaganda de seu próprio governo. O executor dessa reforma foi o zoólogo suíço Emílio Goeldi, que recebeu de Sodré as condições necessárias para transformar inteiramente a instituição. Adiante, antes de tratarmos da reforma do Museu Paraense, veremos a trajetória científica e pessoal de Goeldi.

3.4 Emílio Goeldi e a reforma do Museu Paraense

Emil August Göldi (1859-1917) – ou Emílio Augusto Goeldi (Figura 19) – nasceu em Schlatt, no Cantão de Sankt Gallen, Suíça do leste, filho de Johannes Göldi (1833-1901) e de Anna Margretha. No ano seguinte ao seu nascimento, o pai tornou-se professor ginásial em Heiden, no cantão vizinho de Appenzell, vindo, a partir de 1867, a trabalhar como professor de ciências naturais em várias cidades do leste e norte da Suíça. Em 1882, J. Göldi foi nomeado diretor do Instituto Masculino Villa Rosenberg, em Neuhausen, cidade vizinha de Schaffhausen, capital do cantão homônimo situado no extremo norte da Suíça (Aerni, s.d.b).

Emílio Goeldi herdou do pai o interesse pelas ciências naturais. Em 1875, entrou no pré-ginásial de Schaffhausen. Ali estudou até 1879, quando foi aprovado no exame de maturidade escolar. Em seguida, partiu para os cantões de Neuchâtel e de Berna, Suíça do oeste, onde estudou francês e trabalhou como professor auxiliar. Em setembro de 1880, seguiu para Nápoles, Itália, para estudar a língua do país. Em abril do ano seguinte, ingressou na Estação Zoológica de Nápoles (Figura 20), que o alemão Anton Dohrn (1840-1909) fundou e transformou na Meca dos cientistas interessados em biologia marinha (Masi e Gentile, 1999). Goeldi permaneceu três meses na Estação, desenvolvendo estudos ornitológicos e ictiológicos (Aerni, s.d.a, 1992a).

No final de 1881, Goeldi já estava freqüentando as Universidades de Leipzig e de Jena, na Alemanha, no curso de Zoologia e Anatomia Comparada. Nesse período, essas foram as cidades alemãs que mais receberam estudantes, em razão do impacto da teoria darwiniana no campo zoológico. Ali ensinavam Ernst Häckel (1834-1919), Wilhelm August Oskar Hertwig (1849-1922) e Rudolph Leuckart (1822-1898), todos adeptos do evolucionismo e professores de Goeldi. Em Jena, Goeldi tornou-se assistente no Instituto Zoológico, sob a orientação de Häckel (Studer, 1917; Aerni, s.d.a). Sua tese de doutorado foi defendida em Jena em meados de 1884, com o título “Ossos cranianos e região escapular da *Loricaria cataphracta*, *Balistes capriscus* e *Accipenser ruthenus*. Estudos anatômico-histórico-evolutivos comparados sobre a questão dos ossos revestidores” (Goeldi, 1884a). Tratava-se, em linhas gerais, de um estudo de anatomia comparada de três espécies de peixes de couraça europeus.

3.4.1 Goeldi no Museu Nacional do Rio de Janeiro, 1884-1890

Logo após obter o título de doutor, Goeldi recebeu o convite para assumir o cargo de Sub-Diretor da Seção Zoológica do Museu Nacional do Rio de Janeiro (Figura 21). Chegou a essa cidade em novembro de 1884, trazendo consigo alguns objetos encomendados pelo diretor, Ladislau Netto. Em dezembro, foi nomeado Sub-Diretor interino da 1ª Seção (Zoologia) e elevado a Sub-Diretor efetivo em fevereiro de 1885. Em abril desse ano, foi apresentado por Ladislau ao Conselho Diretor do museu, o que “equivalia à posse deste empregado no respectivo cargo (...)”. A partir desta data, Goeldi tomaria parte das reuniões regulares do conselho, com exceção dos períodos em que estava viajando²⁵⁵.

Durante sua permanência de quase cinco anos no Museu Nacional, Goeldi publicou mais de 30 trabalhos, dentre artigos científicos, notas de pesquisas, relatórios e crônicas, principalmente em revistas suíças e alemãs (Studer, 1917). Vários grupos zoológicos foram estudados, como répteis, mamíferos, aves, insetos, aranhas e crustáceos, mantendo o autor o interesse diversificado pela biologia, que já havia demonstrado na sua obra produzida na

²⁵⁵ Cf. Acta da 102ª Sessão do CD-MNRJ, em 13 de fevereiro de 1885. AMN, Registro de Atas e Deliberações do Conselho Administrativo do Museu Nacional, Livro n. 3, 1876-1885, BR.MN.MN.CD.0.2; Acta da 103ª Sessão do CD-MNRJ, em 10 de março de 1885; e Acta da 104ª Sessão do CD-MNRJ, em 10 de abril de 1885. AMN, Registro de Atas e Deliberações do Conselho Administrativo do Museu Nacional, Livro n. 4, 1885-1893, BR.MN.MN.CD.0.2.

Europa. Assim, dentre notas sobre um crânio patológico de paca, sobre as construções subterrâneas de um polidesmo, sobre a nidificação do joão-de-barro ou sobre a alimentação de morcegos hematófagos, encontramos alguns trabalhos de maior vulto, todos no campo da taxonomia. São eles: descrição de uma nova espécie de quelônio, batizada como *Podocnemis coutinhii* em homenagem a João Martins da Silva Coutinho (1830-1889), a quem Goeldi conheceu pessoalmente (Goeldi, 1885a); descrição de uma espécie de besouro e de três espécies do inseto conhecido como “piolho branco” (Goeldi, 1886c); e descrição de dois crustáceos, um de água doce e outro de águas marinhas (Goeldi, 1886a).

Goeldi também se interessou, tal como vinha fazendo desde o início de sua carreira, pela história da ciência e pela zoologia aplicada à agricultura. No primeiro caso, procurou divulgar na Europa livros e manuscritos pouco conhecidos na época, de interesse para os zoólogos, como os de Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815), Herbert Smith (1851-?) e Manoel Arruda da Câmara (1752-1810). Quanto à zoologia agrícola, Goeldi não se limitou à descrição de insetos, como os “piolhos brancos” já mencionados, mas também às maneiras de reconhecê-los e combatê-los. Por esse motivo, recebeu do governo a incumbência de estudar uma praga que vinha atacando os cafezais do Rio de Janeiro, indicando “as providências que julgar necessárias para minorar os efeitos da praga, impedir-lhe o desenvolvimento e atacá-la em sua causa”²⁵⁶. Goeldi dedicou-se a esse estudo por mais de um ano, elaborando um detalhado relatório no qual descreveu o agente causador (um nematóide) e as formas de combatê-lo (Goeldi, 1888a, 1892a, 1894e).

A repercussão desse trabalho foi significativa. Goeldi foi imediatamente convidado a colaborar na *Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*, onde publicou uma versão resumida de seu relatório (Goeldi, 1888b) e uma série de traduções comentadas de trabalhos congêneres escritos originalmente em alemão²⁵⁷. Seu trabalho também o habilitaria a uma nova missão governamental: propor alternativas para controlar a praga filóxera que estava atacando os vinhedos do interior de São Paulo²⁵⁸. A primeira versão de seu relatório foi publicada em 1889, seguida de outras traduções comentadas

²⁵⁶ Ofício de Antônio Prado, Ministro dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, ao Diretor Geral do Museu Nacional. Rio de Janeiro, 2 de junho de 1886. AMN, BR.MN.MN.DR, pasta 25, doc. 77, p. 1. Ver, também, Acta da 118ª Sessão do CD-MNRJ, em 5 de julho de 1886. AMN, Registro de Atas e Deliberações do Conselho Administrativo do Museu Nacional, Livro n. 4, 1885-1893, BR.MN.MN.CD.0.2.

²⁵⁷ Ver, por exemplo, o volume XIX dessa revista, publicado em 1888, que traz dois artigos e sete traduções comentadas de Goeldi.

²⁵⁸ Cf. Acta da 139ª Sessão do CD-MNRJ, em 14 de setembro de 1888. AMN, Registro de Atas e Deliberações do Conselho Administrativo do Museu Nacional, Livro n. 4, 1885-1893, BR.MN.MN.CD.0.2.

(Goeldi, 1889a). No ano seguinte, Goeldi reuniu seus estudos e traduções sobre o assunto em seu primeiro livro, intitulado “Videiras Americanas” (Goeldi, 1890).

Em novembro de 1888, o zoólogo compôs, juntamente com Orville Derby (1851-1915) e Amaro Ferreira das Neves Armond, das seções geológica e botânica, respectivamente, uma comissão para organizar as coleções que iriam figurar na mostra preparatória à Exposição Universal de 1889, em Paris²⁵⁹. Esse contato com o acervo do museu o estimulou a propor algumas mudanças. Por exemplo, na reunião do Conselho Diretor realizada em fevereiro de 1889, o zoólogo fez críticas à administração de Ladislau Netto, numa postura de todo diferente da que vinha tendo nessas reuniões. Goeldi propôs ao conselho examinar “a distribuição da verba do Museu”, pois a biblioteca carecia de muitos livros fundamentais para sua seção. Sua manifestação foi imediatamente apoiada por Neves Armond e por Derby. Este foi mais adiante: pediu a leitura da “distribuição das verbas [para 1889], tal como está no Diário Oficial”²⁶⁰.

Podemos supor que a posição dos três cientistas, ao questionar decisões unilaterais de Ladislau Netto (a aplicação dos recursos), não era restrita à compra de livros para a biblioteca. Ela certamente tinha como fim questionar a prioridade que o diretor vinha dando à área de etnologia e arqueologia dentro do museu – e que começava a incomodar os demais cientistas. Ao ser questionado, Ladislau sugeriu que Derby e Goeldi procedessem “estudos destinados a ampliar as verbas para outras seções, dando conta do resultado na próxima Sessão”²⁶¹.

O assunto não voltou a ser debatido no Conselho. Somente em agosto, numa sessão em que Ladislau estava ausente por motivo de viagem à Europa, Goeldi tornaria a se manifestar sobre os problemas que enfrentava, no caso, o pouco espaço destinado às coleções zoológicas. Novamente com o apoio de Derby, fez várias ponderações, julgando o assunto da maior relevância. João Batista de Lacerda, que dirigia o museu interinamente, propôs que se fizesse uma representação ao Ministro sobre o assunto, mas na reunião

²⁵⁹ Cf. Acta da 139ª Sessão do CD-MNRJ, em 14 de setembro de 1888. AMN, Registro de Atas e Deliberações do Conselho Administrativo do Museu Nacional, Livro n. 4, 1885-1893, BR.MN.MN.CD.0.2.

²⁶⁰ Acta da 144ª Sessão do CD-MNRJ, em 11 de fevereiro de 1889. AMN, Registro de Atas e Deliberações do Conselho Administrativo do Museu Nacional, Livro n. 4, 1885-1893, BR.MN.MN.CD.0.2.

²⁶¹ Acta da 144ª Sessão do CD-MNRJ, em 11 de fevereiro de 1889. AMN, Registro de Atas e Deliberações do Conselho Administrativo do Museu Nacional, Livro n. 4, 1885-1893, BR.MN.MN.CD.0.2.

seguinte mudou de opinião e pediu que os conselheiros aguardassem o retorno de Ladislau, previsto para finais de janeiro de 1890²⁶².

Nesse intervalo, o país foi surpreendido pela Proclamação da República, alterando por completo a configuração política local. Assim, em 9 de dezembro de 1889, vemos quatro conselheiros, incluindo Goeldi e Derby, assinarem um documento ao novo Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Demétrio Ribeiro, pedindo a transferência do museu para o Palácio da Boa Vista, em São Cristóvão²⁶³. Não temos informações se Ladislau tomou conhecimento prévio desse documento, mas certamente apoiou a decisão e trabalhou para uma rápida mudança, à revelia da posição do Conselho, que recomendava cautela e segurança para o acervo (Lopes, 1997, p. 202).

As disputas internas no Museu Nacional – por recursos, espaço e privilégios – parecem estar na origem do conflito que levou ao desligamento de Goeldi e Derby da instituição, em maio de 1890. Oficialmente, os contratos dos dois cientistas não foram renovados pelo governo por falta de verbas no orçamento²⁶⁴. Mas alguns historiadores têm chamado a atenção para o momento que o país vivia no final do século XIX, quando disputas por espaços institucionais e concepções científicas divergentes, somadas à xenofobia e ao jacobinismo de alguns grupos republicanos, deram margem para inúmeros conflitos no interior da comunidade científica local (Lopes, 1997, p. 194-203; Figueirôa, 1997, 139-141, 235-236). Por exemplo, além de Goeldi e Derby, vários outros cientistas deixaram o Museu Nacional no ano seguinte, como Fritz Müller (1822-1897), Hermann von Ihering (1850-1930) e Carl August Wilhelm Schwacke (1848-1904), envolvidos nas lides deflagradas por Ladislau.

As atividades de Goeldi no Museu Nacional, principalmente sua produção científica, caracterizada aqui de maneira muito breve, e o atrito com Ladislau Netto nos ajudarão a compreender melhor as opções do zoólogo quando assumiu a direção do Museu Paraense, em 1894. Mas antes de entrar no assunto, convém escrever algumas linhas sobre o período em que Goeldi esteve desvinculado de qualquer instituição científica.

²⁶² Cf. Acta da 151ª Sessão do CD-MNRJ, em 12 de agosto de 1889; e Acta da 152ª Sessão do CD-MNRJ, em 4 de setembro de 1889. AMN, Registro de Atas e Deliberações do Conselho Administrativo do Museu Nacional, Livro n. 4, 1885-1893, BR.MN.MN.CD.0.2.

²⁶³ Cf. Acta da 155ª Sessão do CD-MNRJ, em 10 de dezembro de 1889. AMN, Registro de Atas e Deliberações do Conselho Administrativo do Museu Nacional, Livro n. 4, 1885-1893, BR.MN.MN.CD.0.2.

²⁶⁴ Cf. Acta da 159ª Sessão do CD-MNRJ, em 11 de abril de 1890; e Acta da 160ª Sessão do CD-MNRJ, em 15 de outubro de 1890. AMN, Registro de Atas e Deliberações do Conselho Administrativo do Museu Nacional, Livro n. 4, 1885-1893, BR.MN.MN.CD.0.2.

3.4.2 *Kolonistentyrann*

A demissão do Museu Nacional deve ter tido um efeito desastroso para Goeldi. Em maio de 1889, o cientista havia se casado com Adeline Meyer (1869-1953), filha de um rico suíço radicado no Rio de Janeiro, Carl Eugen Meyer, com a brasileira Marcelina Pereira. E em março de 1890, às vésperas da demissão, o primogênito da família vinha à luz, Walter Eugen (Aerni, s.d.a). Com responsabilidades de marido e pai, o zoólogo viu-se repentinamente desempregado e sustentado pelo sogro.

Meyer era proprietário da casa comercial Eugen Meyer & Cia., voltada para a importação de vários tipos de gêneros, além de 7.000 hectares na Serra dos Órgãos, próximos a Teresópolis (RJ). Goeldi associou-se a ele depois de deixar o Museu Nacional, inaugurando ambos um projeto de colonização que previa o assentamento de algumas centenas de imigrantes suíços nas terras de Meyer. Os recursos já estavam disponíveis na empresa da família e a permissão das autoridades suíças foi obtida graças à posição de Meyer na Associação de Assistência Suíça do Rio de Janeiro, órgão criado para acolher e repatriar imigrantes.

A “Colônia Alpina”, como o projeto foi chamado, previa atividades de fruticultura, viticultura e pecuária. A direção geral foi confiada ao próprio Goeldi, que em julho de 1890 partiu com o sogro para a Suíça, a fim de obter a permissão do Conselho Federal, comprar sementes e instrumentos, agenciar os primeiros colonos e divulgar o projeto na imprensa local. A permissão foi dada em meados de outubro, ficando uma filial da empresa de Meyer, localizada na Basileia, responsável pelo recrutamento dos colonos. No final de dezembro, 39 suíços partiram com destino à Colônia Alpina, dentre eles Andreas Goeldi (1872-1912?), primo de Emílio.

No início de 1891, o zoólogo e sua família estabeleceram-se na colônia (Figura 22). E a partir de março, mais de 100 pessoas chegariam ao lugar, incluindo Ludwig Martin Tchümperli (1870-1928), que não era propriamente um colono, e sim um taxidermista contratado por Goeldi com recursos do sogro. Nesse mesmo ano, uma série de conflitos teriam lugar na colônia, envolvendo Goeldi e os imigrantes. Os motivos foram as condições de moradia (Figura 23) que estes encontraram e a qualidade das terras destinadas às plantações, “cobertas de florestas” (Aerni, s.d.a). Denúncias foram feitas ao setor de emigração da Suíça, o qual designou um diplomata para intermediar as

negociações. Albert Gertsch identificou as causas do conflito como sendo a mudança nos hábitos alimentares dos colonos, a pouca experiência agrícola destes e o “trabalho insólito”, que podemos imaginar devia incluir a queimada e a derrubada da mata, o preparo do solo e o cultivo propriamente dito (Aerni, 1992b).

Os desentendimentos cresceram e, em meados de 1892, Goeldi foi obrigado a chamar a polícia para conter uma sublevação. Sua família já havia retornado ao Rio de Janeiro desde o ano anterior e Goeldi andava armado temendo represálias. Em outubro, muitas famílias abandonaram a Colônia Alpina e acionaram Meyer para que este pagasse o repatriamento. Queixas e denúncias abundavam no Conselho Federal suíço, dentre elas um relato autobiográfico de L. Schär, colono que conseguiu retornar para sua terra e publicar uma espécie de diário contando como foi recrutado, as condições da travessia para o Brasil, as instalações da colônia e o conflito com Goeldi. Este aparece identificado por meio de um trocadilho que substituiu a palavra *Kolonieleiter* (“diretor da colônia”) por *Kolonistentyrann*, ou seja, o “tirano dos colonos” (Schär, 1892, p. 17).

Em dezembro de 1892, o Conselho Federal suíço cassou a permissão concedida a Meyer para recrutar colonos. A decisão do conselho levou em consideração que

(...) não só a qualificação dos colonos, mas também, e em grau quiçá maior, a insuficiência de um bom entendimento destes com seu chefe levou a colônia a tal fim. A partir dos autos, a autoridade federal pôde convencer-se de que a conduta do Sr. Dr. Goeldi de forma alguma foi irrepreensível ou, em todo o caso, apropriada para manter ou reaver o ânimo dos colonos em conflito motivado por todo tipo de privação. (Aerni, 1992b, p. 7)

O fracasso da Colônia Alpina custou a saúde de Goeldi e uma grande fortuna do sogro²⁶⁵. Porém, nem tudo andou mal naqueles atribulados anos, pois o zoólogo desenvolveu várias pesquisas enquanto morou na Serra dos Órgãos. Esse, aliás, parece ter sido um dos motivos que levaram ao conflito com os colonos. Goeldi parecia não destinar muito tempo à administração da colônia e às queixas de seus subalternos. Interessava-se muito mais pelas coletas de Tchümperli e pelo trabalho de Andreas Goeldi e de L. Werner, este nomeado Jardineiro-Chefe da colônia, com funções de manter um pequeno horto e a leitura dos instrumentos meteorológicos adquiridos por Emílio na Suíça. A tensão provocada pelas privações materiais dos colonos fez com que Goeldi parecesse, aos olhos

²⁶⁵ Em 1908, o zoólogo ainda se veria requisitado a esclarecer alguns pontos da história, uma vez que os processos movidos contra ele arrastaram-se durante anos no judiciário brasileiro e suíço (Aerni, s.d.a).

de Schär, um “lunático” e um “doente mental” por manter estranhos hábitos, como andar pelas matas durante a noite caçando pássaros e ratos (Schär, 1892, p. 17-19).

Para Goeldi, os pássaros, ratos e outros bichos que coletou certamente representaram a melhor lembrança de sua temporada na Serra dos Órgãos. Eles permitiram ao zoólogo manter contato com vários cientistas e instituições localizados na Europa e também escrever vários trabalhos sobre a fauna da Mata Atlântica, ainda pujante naquela região no final do século XIX. O primeiro a aparecer foi “Para orientação na fauna de aracnídeos brasileiros”, escrito a partir do intercâmbio com Eduard von Keyserling (1855-1918) e destinado à *Naturforschenden Gesellschaft des Osterlandes* (Sociedade de Ciências Naturais de Osterlandes), sediada na cidade alemã de Altenburg, da qual Goeldi era sócio correspondente (Goeldi, 1892b).

Remessas de coleções e contatos também ocorreram com instituições em Sankt Gallen, Schaffhausen, Zurique e, pela primeira vez na carreira de Goeldi, Londres. A partir da Colônia Alpina, o zoólogo iniciou um fértil intercâmbio com a *Zoological Society of London* (Sociedade Zoológica de Londres), para onde enviou artigos sobre aves e rãs (Goeldi, 1894g, 1895b), e com a *British Ornithologists' Union* (União dos Ornitólogos Britânicos), mantenedora da mais importante revista ornitológica em língua inglesa, *The Ibis*, onde Goeldi estreou com um artigo sobre a nidificação de duas espécies que ocorrem na Serra dos Órgãos (Goeldi, 1894f) (Figura 24).

Além desses trabalhos, que mantiveram Goeldi atuante na comunidade científica da Europa Central e marcaram o início de seus contatos acadêmicos na Inglaterra, o zoólogo escreveu dois livros que iriam abrir outros caminhos em sua vida, como veremos no próximo capítulo. “Os Mamíferos do Brasil” e “As Aves do Brasil” apareceram, respectivamente, em 1893 e 1894 (Figura 25). Ambos trazem informações compiladas na bibliografia zoológica relativa ao Brasil e também dados sistematizados a partir das observações do autor (Goeldi, 1893, 1894h). Os objetivos dos livros, escritos em linguagem não acadêmica ou vazados em “estilo popular”, como disse Studer (1917, p. 38), foram divulgar as principais espécies que ocorrem em território brasileiro, sua distribuição geográfica e seu conhecimento biológico.

Para concluir, convém lembrar que Goeldi, se por um lado enfrentou muitos problemas de ordem financeira e moral, por outro manteve sua carreira com relativa

constância após ter deixado o Museu Nacional²⁶⁶. Como vimos, no final de 1893 Lauro Sodré tinha o nome de Goeldi em mente quando apareceu a oportunidade de contratar um naturalista para reformar o Museu Paraense, muito provavelmente em função da publicação de “Os Mamíferos do Brasil”. Para Goeldi, o convite do governador do Pará chegou em boa hora, pois poderia significar a recomposição de sua vida financeira e o fortalecimento – em condições muito mais vantajosas – de suas relações científicas com a Europa. Em suma, era uma outra oportunidade para o zoólogo criar uma colônia de imigrantes, não mais do tipo agrícola, e sim de um gênero que lhe era muito mais interessante.

3.4.3 *O novo Museu Paraense de História Natural e Etnografia*

A primeira missão de Goeldi à frente do Museu Paraense foi tentar reaver as coleções arqueológica e etnográfica confiscadas por Ladislau Netto. Desde fevereiro de 1893, quando Sodré solicitou ao diretor do Museu Paraense “uma cópia do termo que assinou o Dr. Ladislau Netto, dos objetos desse museu destinados a figurarem na Exposição do Museu Nacional no regime decaído”²⁶⁷, que o governador do Pará vinha tentando reaver as coleções. O mesmo faria Goeldi após ser contratado para o Museu Paraense, no início de 1894. Antes de viajar a Belém, escreveu a Domingos Freire, sucessor de Ladislau Netto, defendendo a “conveniência de indenizar o Museu Paraense, mediante cessão de certas obras científicas existentes em duplicata e triplicata na Biblioteca do Museu Nacional, pelo empréstimo em objetos etnográficos, contraído no Pará por vosso antecessor (...)”²⁶⁸. Goeldi pedia, ainda, uma série completa dos “Archivos” para o Museu Paraense. Freire respondeu uma semana depois, informando que “nesta repartição [Museu Nacional] não teve entrada o anterior [coleção etnográfica] a que nele [no ofício] aludis”. Ainda assim, enviava “uma coleção dos ‘Archivos do Museu Nacional’ com destino ao Museu sob a vossa digna direção”²⁶⁹.

²⁶⁶ Dentre os biógrafos de Goeldi (Studer, 1917; Vaz, 1934; Correa Filho, 1946; Laeng, 1973; Cunha, 1983; Aerni, 1992a, 1992b, 1992c, s.d.a; e Morgenthaler, 1993), apenas Agathon Aerni mencionou a temporada do zoólogo na Serra dos Órgãos.

²⁶⁷ Ofício de Manoel Baena, Secretaria do Governo do Estado, ao Diretor do Museu Paraense. Belém, 25 de fevereiro de 1893. AMPEG, Gestão de Ernesto de Sá Acton (1891-1893).

²⁶⁸ Carta de Emílio Goeldi ao Director Geral Interino do Museu Nacional. Rio de Janeiro, 5 de maio de 1894. AMN, BR.MN.MN.DR, pasta 33, doc. 94.

²⁶⁹ Ofício de Domingos Freire, Director Geral Interino do Museu Nacional do Rio de Janeiro, a Emílio Goeldi. Rio de Janeiro, 12 de maio de 1894. AMPEG, Gestão Emílio Goeldi (1894-1907).

Como não obteve sucesso, Goeldi deixou impresso seu protesto no primeiro relatório que apresentou a Sodré, datado de junho de 1894. Informando sobre as condições em que havia encontrado as coleções etnológicas do Museu Paraense, disse ter sido “orientado sobre os diversos fatores, que contribuíram para reduzi-las às dimensões modestíssimas de hoje (...)”. Segundo Goeldi (1894c, p. 15-16):

Não menos sabido é o modo pelo qual o Museu Nacional, do Rio de Janeiro, enriqueceu-se, ainda não há muitos anos, às expensas incontestáveis do Museu Paraense, com avultado número de objetos preciosos oriundos de Marajó e de outros pontos da Amazônia, levando a diretoria, a título de ‘empréstimo’ e com o pretexto de dar maiores dimensões a uma tal ‘Exposição antropológica’ a realizar-se na Capital Brasileira, o quinhão maior do que de bom havia aqui no Pará, coleções representando o suor do rosto e o trabalho indefeso de homens da estatura de um Ferreira Penna! Nada voltou, nada foi dado em troca e natural é, que no Rio de Janeiro a recordação daquela dívida de honra contraída hoje já é tão pálida, que amanhã talvez seja completamente extinta. Ficaremos decididamente só com aquele ‘recibo’ na mão com o valor de uma ‘ação *á fond perdu*’?²⁷⁰

Em 12 de maio de 1894, o zoólogo deixava um Rio de Janeiro arruinado pela Revolta da Armada (1893-1894), chegando ao Pará quase um mês depois (Goeldi, 1894d, p. 44-45). Suas atividades iniciais consistiram em avaliar o estado do museu e dar-lhe nova base jurídica. Seu relatório de junho, já mencionado, apresenta um enorme contraste com a relação que Raymundo Porto havia elaborado seis meses antes. No documento redigido por Goeldi, os animais foram apresentados de acordo com a classe, a família e o gênero, assim como as coleções botânicas, geológicas e mineralógicas apareceram convenientemente definidas (Goeldi, 1894c).

Na avaliação de Goeldi, as coleções zoológicas estavam “em oposição direta com a proverbial riqueza faunística do Amazonas”. Eram “simplesmente pobres e muito deficientes”. A maioria dos animais taxidermizados estava “abaixo de toda e qualquer

²⁷⁰ Emílio Goeldi era uma testemunha importante nessa disputa. Ele foi contratado pelo Museu Nacional no mesmo ano em que Ferreira Penna pediu sua demissão. No cargo de Sub-Diretor da 1ª Seção (Antropologia, Zoologia Geral e Aplicada, Anatomia Comparada e Paleontologia Animal), ele pôde participar do Conselho Diretor do Museu Nacional e tomar conhecimento das discussões relativas ao acervo arqueológico e etnográfico sob a guarda da instituição. Também testemunhou o fato da permuta proposta por Ladislau ao Museu Paraense não ter sido realizada, bem como assistiu de um lugar privilegiado os preparativos para a publicação do sexto volume dos “Archivos”, dedicado à Exposição Antropológica Brasileira, com farto material científico e iconográfico sobre a coleção marajoara que Ladislau Netto conseguiu reunir. Cf. Acta da 102ª Sessão do CD-MNRJ, em 13 de fevereiro de 1885. AMN, Registro de Atas e Deliberações do Conselho Administrativo do Museu Nacional, Livro n. 3, 1876-1885, BR.MN.MN.CD.0.2; e Actas da 103ª Sessão do CD-MNRJ, em 10 de março de 1885, e da 104ª Sessão do CD-MNRJ, em 10 de abril de 1885. AMN, Registro de Atas e Deliberações do Conselho Administrativo do Museu Nacional, Livro n. 4, 1885-1893, BR.MN.MN.CD.0.2.

crítica”, assim como “nem vestígios se descobre de uma séria tentativa de determinar e classificar os diversos objetos (...)” (Goeldi, 1894c, p. 13-14). Parte das coleções foi descartada por mal conservada, parte por ser exótica à Amazônia. O mesmo procedimento foi adotado com relação aos minerais. Quanto à seção etnológica, Goeldi encontrou o “caos”, “tudo sem letreiro, nem indicação alguma de proveniência”. Viu-se, por esse motivo, obrigado a “encostar a maioria destes instrumentos de índios” e motivado a lançar um “apelo ao patriotismo do povo do Pará”, para que evitasse tornar o museu uma “vergonha pública”. Finalmente, na seção arqueológica, o zoólogo encontrou o “mesmo aspecto de pauperismo”, mas desta vez explicável pelo “empréstimo” feito pelo Museu Nacional (Goeldi, 1894c, p. 15-16).

A crítica de Goeldi tinha como fundamento o rigor imposto aos museus pela crescente especialização das ciências naturais, particularmente após o advento das teorias evolucionistas. Já não bastava classificar e dar nomes aos objetos (e nem isso existia no Museu Paraense!), mas era preciso organizar as coleções de acordo com uma ordem genealógica que só a estrita observância das leis da sistemática seria capaz de dar (Drouin, 1991; Asma, 2001). Também já não era possível reunir sob o mesmo teto, dada a complexidade inerente à conservação e exibição dos objetos, coleções de distinta natureza, como as que existiam no Museu Paraense. Ciente da progressiva especialização e divisão dos museus, cujo caso mais conhecido é o do Museu Britânico, desmembrado em 1881, Goeldi propôs a criação de um “Gabinete Histórico”, talvez sob o encargo da Sociedade de Estudos Paraenses, para abrigar algumas coleções “que não têm relação alguma direta com as ciências naturais”. Eram os casos das coleções numismática, de armas de fogo, de documentos históricos, dentre outras, “incompatíveis com o caráter e o espírito do novo Museu” (Goeldi, 1894c, p. 16-17)²⁷¹.

Essa decisão de Goeldi, subscrita por Sodré, deu ao Museu Paraense um perfil claramente definido, conservando “estritamente o caráter de estabelecimento para a cultura das ciências naturais e da etnologia amazônicas” (Goeldi, 1894c, p. 16-17; 1894a). Em março de 1894, o próprio zoólogo antecipou suas intenções divulgando uma “Carta-Circular”, na qual declarava que o governador havia aceitado a sua proposta de criar um:

²⁷¹ Lopes e Murriello (2005, p. 15, 21) comentam que, no final do século XIX, uma “nova idéia de museu” surgiu nos Estados Unidos e na Europa, baseada na crítica aos museus fundados antes da década de 1870. Essa nova concepção atribuiu uma dupla função aos museus, educar e investigar, pautada na separação das coleções científicas (aquelas arranjadas de acordo com as regras da sistemática e de acesso restrito) das coleções de exposição. Muitos museus latino-americanos aderiram a essa organização, incluindo o Museu Paraense (Lopes e Podgorny, 2000).

(...) INSTITUTO PARA A HISTÓRIA NATURAL DO AMAZONAS, UM ESTABELECIMENTO QUE SE PROPÕE OBSERVAR, COLECIONAR, DETERMINAR E TORNAR CONHECIDOS OS OBJETOS DA NATUREZA INDÍGENA. Prestará igualmente toda a atenção ao RAMO ETNOGRÁFICO, visto que se trata de região altamente interessante neste sentido. A Zoologia e a Botânica sobretudo – ciências minhas prediletas – prometem fornecer um campo de trabalho extraordinariamente opulento (...). (Goeldi, 1894b, p. 9)

Esse perfil apareceu na Lei nº. 199, de 26 de junho de 1894, que “criou” o *Museu Paraense de História Natural e Etnografia*, e foi repetido no Regulamento decretado por Sodré no início de julho do mesmo ano. No seu artigo 1º, a missão do museu era definida da seguinte maneira:

O Museu Paraense terá por fim o estudo, o desenvolvimento e a vulgarização da História Natural e Etnologia do Estado do Pará e da Amazônia em particular e do Brasil, da América do Sul e do continente americano em geral (...). (Regulamento..., 1894, p. 22)

Os meios a serem utilizados para atingir os objetivos eram: “1º por coleções cientificamente coordenadas e classificadas; 2º por conferências públicas espontaneamente feitas pelo pessoal científico do Museu; 3º por publicações” (Regulamento..., 1894, p. 22). As seções científicas seriam quatro: “1ª – Zoologia e ciências anexas (anatomia e embriologia comparadas); 2ª – Botânica e ramos anexas; 3ª – Geologia, paleontologia e mineralogia; 4ª – Etnologia, arqueologia e antropologia”. Como anexos ao museu, seriam criados um Jardim Zoológico, um Horto Botânico e “uma ou mais Estações Biológicas no rio Amazonas e na Costa do Atlântico” (Regulamento..., 1894, p. 23)²⁷².

O pessoal do museu foi dividido em científico e administrativo. A primeira categoria era composta pelo diretor e pelos chefes das seções, com exceção da quarta

²⁷² O plano de Goeldi de criar estações biológicas para estudos fluviais e marinhos pode estar ligado diretamente à sua experiência na Estação Zoológica de Nápoles, então uma das maiores referências mundiais na área da fisiologia experimental (Mais e Gentile, 1999). As estações biológicas previstas por Goeldi não chegaram a ser criadas, mas o Museu Paraense participou da montagem da Estação Experimental de Agricultura, no município de Peixe-Boi. A direção desta foi confiada, no final de 1906, a Andreas Goeldi, primo de Emílio e Inspetor do Horto Botânico do Museu Paraense (Huber, 1909a, p. 3). Segundo Jacques Huber (1909a, p. 10), diretor do museu a partir de 1907, a intenção era fazer da estação agrícola um “campo excelente para investigações e coleções de História Natural”, bem como ali instalar uma “sucursal do Museu em forma d’uma pequena estação biológica (...)”. Hermann von Ihering, diretor do Museu Paulista, também planejou criar uma estação biológica, no caso, na ilha de São Sebastião. Esse plano não se concretizou, mas Ihering conseguiu implantar, em 1909, a Estação Biológica do Cajuru, no Alto da Serra de Paranapiacaba (cf. Lopes, 1997, p. 278-279).

(Etnologia), a ser dirigida pelo próprio Goeldi “enquanto o desenvolvimento desta não torne necessário [sic] a nomeação de pessoal próprio” (Regulamento..., 1894, p. 24). Na prática, essa decisão de Goeldi já deixava claro que a quarta seção não seria priorizada com as verbas da instituição, coerentemente com o que vinha divulgando em documentos públicos sobre suas “ciências prediletas”. A decisão também invertia a situação que Goeldi conhecera no Museu Nacional, onde Ladislau Netto foi acusado de preterir as ciências naturais em benefício das humanas. A decisão era, portanto, política, mal justificada no próprio Regulamento quando o diretor insinuou que o pouco desenvolvimento da seção não justificava a contratação de um chefe. O mesmo argumento poderia ser utilizado no caso da seção de botânica, que, ao contrário da etnológica e da arqueológica, estava toda por criar. Esse fato motivou alguns analistas a acusar Goeldi de ter “estagnado” e impedido o “avanço” das ciências humanas no Museu Paraense (Bertho, 1994a, p. 188; 2001, p. 158).

Quanto ao pessoal administrativo, era formado pelo Sub-Diretor, Raymundo Porto, pelo amanuense, pelos quatro preparadores (três taxidermistas e um herborizador), pelo zelador-porteiro e pelos quatro serventes. Ao todo, quinze pessoas formariam a equipe de trabalho do museu. Além destes servidores, poderiam ser admitidos “praticantes que queiram dedicar-se ao estudo da História Natural”, tal como Veríssimo previu no regulamento de 1891 (Regulamento..., 1894, p. 27).

Em linhas gerais, o Regulamento já estipulava um programa de trabalho, que tinha por base, como expresso no artigo 1º, a formação de coleções, a publicação de trabalhos originais e as conferências públicas. As coleções deveriam ser o núcleo do museu, a partir do qual as investigações seriam realizadas. Por sua vez, a produção científica dos funcionários deveria ser divulgada “de preferência” nas publicações do próprio museu, o *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia* e as *Memórias do Museu Paraense*²⁷³. E as conferências públicas seriam “um dos melhores meios de pôr o Museu em contato com o público e patentear a sua vitalidade” (Regulamento..., 1894, p. 25).

Em complementação, o Regulamento expressava que todo o trabalho científico deveria “obstar o nocivo esfacelamento literário”, ou seja, deveria ser orientado no sentido de colaborar com instituições e cientistas que já vinham se dedicando à história natural

²⁷³ Não foi o que ocorreu. Todos os pesquisadores do Museu Paraense publicaram mais no estrangeiro do que nas publicações da casa, o que originou uma reprimenda do governador José Paes de Carvalho em 1899. Goeldi, então, passou a traduzir e publicar no *Boletim do Museu Paraense* alguns artigos seus e de Huber originalmente divulgados em revistas estrangeiras. Ver, por exemplo, o segundo fascículo do volume 3 (Goeldi, 1901a, p. 114).

brasileira e da América do Sul, preferencialmente com os que tomavam parte na *Flora Brasiliensis*, de Karl Friedrich von Martius (1794-1868), e com os que participariam da *Fauna Brasiliensis*, obra que Goeldi se dispunha a iniciar em colaboração com outros cientistas, à maneira do naturalista bávaro (Regulamento..., 1894, p. 27).

3.4.4 Construindo uma “colônia científica”

Criado o museu, as tarefas iniciais de Goeldi foram instalar a instituição em nova sede. O diretor condenou o prédio em que o museu havia sido instalado por Veríssimo, três anos antes. Segundo ele, era um “Museu em miniatura”, um “mero Gabinete” que não permitia ampliações e estava em más condições. Também não permitiria organizar os planejados horto botânico e jardim zoológico (Goeldi, 1894c, p. 18). Por esses motivos, e na impossibilidade de construir um prédio novo, procurou “um edifício mais apropriado e com capacidade bastante para permitir o desenvolvimento e aumento das coleções” (Goeldi, 1895a, p. 218).

O local escolhido foi uma rocinha²⁷⁴, relativamente distante do centro (Figuras 26 e 27). Goeldi não temia o “desagrado” do público, pois havia “bondes na frente, e estrada de ferro nos fundos”. Outros museus congêneres também não se encontravam no centro das cidades, bem como o rápido crescimento de Belém logo faria com que a rocinha se achasse dentro dela (Goeldi, 1895a, p. 219). Ali seria possível, ainda, construir o zoológico e o horto, como se fossem uma “escola de intuição das obras da natureza amazônica para o público (...)”. Segundo Goeldi (1895a, p. 220),

Não almejamos nem o elefante da Índia, nem a girafa do continente negro. Queremos o que é nosso, o amazônico, o paraense e não será preciso que eu (que não nasci nesta terra e que hoje me vejo aqui por nenhum outro motivo senão o amor e a ciência [sic] e a vontade de criar aqui na Amazônia um sólido reduto para ela) tenha de mostrar ao povo paraense, que a natureza, que nos cerca, tem material de sobra, para encher condignamente tanto um Jardim Zoológico, como um Horto Botânico.

²⁷⁴ Rocinhas eram edificações características de Belém, construídas desde o final do século XVIII. Tal como as chácaras, localizavam-se nos subúrbios, em terrenos amplos e ajardinados onde também se cultivava hortas e se criava gado, galinhas, etc. Mas, diferentemente daquelas, as rocinhas tinham um partido arquitetônico *sui generis*: as casas eram posicionadas no centro do terreno e distinguiam as áreas de convívio social das áreas destinadas à intimidade da família. Inicialmente funcionavam como casas de temporada para as famílias abastadas, residentes no centro da cidade. No final do século XIX, muitas famílias já tinham residência permanente nas rocinhas mais próximas do centro (cf. Soares, 1996).

Esse programa regional iria, de fato, perpassar todas as atividades do Museu Paraense. Não podendo competir com os grandes museus, “para onde o orbe inteiro tem que mandar a sua contribuição em produções notáveis do reino animal e vegetal”, e evitando o “germe mórbido e perigoso de proporções demasiadas e de despesas avultadas”, Goeldi propôs a criação de um instituto especializado nas questões amazônicas, ciente de que na região havia trabalho de sobra para um naturalista e de que a natureza local iria atrair o interesse da comunidade científica internacional. Queria, nesse sentido, “alcançar uma perfeição relativa na representação da fauna pátria (...)” (Goeldi, 1895a, p. 220-221). Seria essa a maneira de encontrar para o Museu Paraense um “lugar no movimento científico internacional”, ou seja, com um programa “viável e realizável” e com um “governo esclarecido e amigo do progresso”, o museu tomaria “parte ativa no grande certame” e se tornaria um pilar da glória do Estado do Pará (Goeldi, 1895a, p. 230-231).

Em agosto de 1895, Goeldi concluiu a transferência do museu para sua nova sede e deu início a uma série de obras visando erigir um “templo para os bens intelectuais” (Goeldi, 1897a, p. 2). Essas obras se prolongariam por mais de oito anos, concentradas principalmente na exposição e no acondicionamento do acervo; na preparação do jardim zoológico e do horto botânico; na instalação de oficinas e laboratórios; e na construção ou reforma de moradias para os funcionários do museu. Sobre esse último ponto, Goeldi exigiu que todos os contratados residissem nas dependências da instituição, tal como acontecia com o Museu de História Natural de Paris. O ambiente profissional misturou-se, assim, com o doméstico, obrigando pesquisadores, técnicos e operários a se dedicarem exclusivamente ao trabalho no local, independentemente de compromissos pessoais e familiares²⁷⁵.

Segundo Goeldi (1897a, p. 14), era “de máxima utilidade aplicar a este Instituto o cunho e caráter de uma ‘colônia científica’”. Isso implicava no estabelecimento de uma rígida disciplina de trabalho e na residência dos funcionários dentro da instituição²⁷⁶. Assim, Goeldi privilegiou a contratação de funcionários solteiros (que residiam em

²⁷⁵ Outram (1996) estudou a relação entre disposição espacial e autoridade intelectual no Museu de História Natural de Paris, chamando a atenção para o fato de que os ‘espaços construídos’ da ciência manifestam e impõem *a priori* “estruturas de autoridade”, isto é, organizam de maneira diferenciada o acesso ao conhecimento. Como exemplo, a autora cita os espaços destinados aos professores e aos alunos, aos pesquisadores e ao público, aos funcionários da instituição e às famílias destes.

²⁷⁶ Justificando a necessidade de aquisição de uma casa vizinha ao museu para sua própria moradia, Goeldi afirmou que “a atual organização do estabelecimento com a sua ‘engrenagem’ de verdadeira colônia científica, não admite mais a idéia, nem a possibilidade de um Museu sem diretor interno” (Goeldi, 1897a, p. 7).

mezaninos construídos sobre os próprios laboratórios, como no caso dos taxidermistas) e, para alguns cargos menores, a contratação de ex-soldados, porque assim “mais facilmente se assimilam à disciplina do estabelecimento” (Goeldi, 1897b, p. 272). Também se fazia urgente a desapropriação de terrenos e de prédios contíguos ao museu para ampliar o jardim botânico, instalar um campo de cultivo experimental, uma horta e um capinzal para a produção de alimentos para os animais (Figura 28) (Goeldi, 1897a, 1897b).

Essa era, em linhas gerais, a estrutura da “colônia científica” de Goeldi, que de fato lançava mão de sua experiência na administração de uma colônia agrícola, mesmo que fosse para não repetir os erros do passado e assim instituir um museu com disciplina militar. Seus argumentos foram convincentes, pois em 15 de maio de 1897 o Congresso Estadual aprovava a Lei nº. 499, que considerava de utilidade pública todos os terrenos localizados à direita da instituição e abria um crédito extra-orçamentário para as desapropriações (Goeldi, 1900a, p. 2-3). Estas iniciaram em 1899 com a aquisição de cinco terrenos antes alugados (Goeldi, 1901a, p. 106). Em 1900, uma rocinha nos fundos também passaria para a propriedade do museu (Goeldi, 1902a, p. 257). No ano seguinte, mais dois lotes (Goeldi, 1904a, p. 4) e, em 1903, a instituição começava a se expandir para o lado direito por meio da aquisição de mais uma rocinha (Goeldi, 1908, p. 2).

A composição fundiária da “colônia” não demonstra apenas o apoio que o Museu Paraense recebeu do governo estadual, que liberava anualmente um crédito suplementar de 30 contos para sua ampliação, elevados a 50 em 1901 (Goeldi, 1904a). Ela também mostra como essa ampliação exigiu algumas medidas autoritárias por parte do governo, como a desapropriação de bens e a expulsão dos moradores locais para que o “reduto da ciência” fosse construído. Goeldi alimentava esse autoritarismo nos seus relatórios, atacando duramente aqueles proprietários que se recusaram a sair de suas casas ou questionaram o valor pago pelo governo. Foram os casos dos quatro últimos lotes adquiridos. O proprietário de um deles (Manoel Alves da Cruz, lote I do mapa), que já havia alugado sua rocinha para o museu, não aceitou a desapropriação e entrou com um processo na justiça contra a avaliação do imóvel feita pelos engenheiros do governo (Huber, 1901a; Goeldi, 1901a). Goeldi foi implacável, afirmando que o homem oscilava em suas opiniões de maneira “arbitrária”, que fazia “exigências exageradas” (Goeldi, 1897b, p. 259), que “fugia” de compromissos e de pactos, que cobrava aluguéis “exorbitantes” por uma rocinha em “péssimo estado” e “insalubre para quem não tiver constituição de batráquio” (Goeldi, 1900a, p. 4).

Com os arrendatários que exploravam as hortas e vacarias vizinhas (lembramos que o local ainda era zona de transição entre a cidade e o meio rural), Goeldi disse ter conseguido negociar a contento, evitando a “violentação [sic] de vizinhos por um lado e relevantes lesões pecuniárias para o Estado por outro lado”. Mas, na verdade, não deu outra opção aos pequenos agricultores que não fosse ceder suas benfeitorias e plantações para o museu (Goeldi, 1897b, p. 259-260). Por sua vez, com o proprietário de uma taberna próxima não houve acordo, e sim um ato de extrema necessidade para “acabar de uma vez com um foco desmoralizador de desordens e barulho de todo incompatível com a vizinhança do estabelecimento” (Goeldi, 1897b, p. 273). A taberna era um “enclave incômodo, quer sob o ponto de vista material, quer sob o ponto de vista moral”, um “verdadeiro flagelo”, “casa tosca e de estética negativa, para os fins do Museu estadual” (Goeldi, 1900a, p. 4). O mesmo sentimento de desgosto manifestou quando viu ser erigida uma casa ao lado dos terrenos do museu, “que é a completa negação da estética”. Para Goeldi, essa construção significava apenas um “estorvo” e um acréscimo nas despesas das próximas desapropriações (Goeldi, 1908, p. 2).

A “estética” era, para Goeldi, uma questão relevante. Por esse motivo, logo após a aquisição dos terrenos o diretor promovia a transformação do espaço, ou melhor, sua europeização (Figura 29). Dessa maneira nasceram o jardim zoológico e o horto botânico, cujo traçado, elementos arquitetônicos, viveiros e recantos remetiam diretamente a paisagens e monumentos europeus (Figuras 30 a 33). Ali, apenas plantas e animais eram amazônicos; o restante, Europa transplantada. Por exemplo, todas as residências e os laboratórios construídos tiveram a forma de chalés suíços; o lago para as aves aquáticas recebeu a forma do Lago Maggiore (Itália), com cobertura de arame encomendada em Paris, “igual ao do Parc de St. Germain” (Figura 34); por sua vez, o lago para a vitória-régia foi construído com a “forma do Mar Negro, na Rússia meridional, havendo necessidade de escolher uma forma que oferecesse largura e espaço suficiente” (Goeldi, 1897a, p. 9-10) (Figura 35); finalmente, a obra-prima seria a torre de observações astronômicas e meteorológicas, que se tivesse sido construída seria “uma cópia diminuta da Torre Eiffel” (Goeldi, 1901a, p. 126). Era a grande festa parisiense de 1900 chegando aos trópicos, simbolizando as descobertas e invenções do século XIX e desafiando o futuro por um desenvolvimento igual ou superior ao que a geração *fin-de-siècle* realizou. Para Goeldi, o Museu Paraense também tinha a “feição dominante do século ora findo [XIX]” e

esperava receber “os recursos necessários para uma honrosa existência e proporcionais ao seu progresso” (Goeldi, 1901a, p. 134).

Tantas obras – e tão diferentes – nessa pequena Europa foram “enervantes” para o diretor do museu, pois teve que lidar com “gente que não tinha idéia do serviço e nunca tinha visto coisas semelhantes” (Goeldi, 1897a, p. 7). Contudo, o trabalho não o desanimou. Concebeu e fiscalizou a construção de vários viveiros, desde as jaulas para quarentena (Goeldi mantém o jargão de um colono, falando numa “hospedaria de imigrantes”) até a “suntuosa jaula” dos grandes felinos, ladeada por recintos menores simetricamente dispostos e fechados, em cada lado, por duas torres, uma para a “arte ginástica” dos símios e a outra para os “adornos da aviária das matas amazônicas”, ou seja, as araras. Construíram-se, ainda, uma “grande casa para aves de rapina”, pequenos viveiros e terrários em ferro e arame, executados em Paris conforme os desenhos de Goeldi (Goeldi, 1897a, p. 8-9; Goeldi, 1900a, p. 7-8). Assim, as “obras de arte da natureza” (os animais) ganhavam “um modo apropriado de exposição”, uma “residência estética” que se tornava uma “justíssima tendência, que se nota nos estabelecimentos congêneres do Velho Mundo” (Goeldi, 1900a, p. 7) (Figuras 36 e 37).

Quanto à exposição e ao acondicionamento das coleções – que rapidamente se acumulavam trazidas inicialmente das redondezas e depois de locais mais distantes – Goeldi destinou a parte dianteira do prédio central do museu, a rocinha propriamente dita (Figura 38). Em nove salas e corredores, instalou as mostras de arqueologia (1 sala), etnografia (2 salas), entomologia (1 sala), mineralogia e geologia (1 sala), botânica (1 sala) e zoologia (1 sala, corredor e varanda, sendo esta com aquários contendo répteis e anfíbios) (Goeldi, 1897a, p. 4-5). Nem todas as seções foram abertas de imediato ao público, por falta de acervo, organização ou mobília adequada. Foram os casos das seções de botânica, de mineralogia e geologia (Goeldi, 1897b, p. 274). Esta última foi inaugurada somente em junho de 1897 (Goeldi, 1900a, p. 40), enquanto a de botânica e a sala entomológica abriram em 1899 (Goeldi, 1901a, p. 113).

Com o passar dos anos, as salas logo ficaram pequenas para o acervo, fazendo com que o diretor reclamasse constantemente pela ampliação da rocinha (duplicação do prédio, acréscimo de novas alas, etc.) e pela construção de prédios anexos. Apenas este pedido teve conseqüências, pois em 1901 e 1902 – anos em que foi registrado o maior número de obras dentro do museu – foram construídos um grande prédio para oficinas (marcenaria, litografia e preparação de couros e peles), laboratórios de taxidermia e de preparação

botânica (onde também se acondicionava as coleções) (Goeldi, 1904a, p. 7) (Figura 39); e ainda outros chalés e prédios de apoio (Goeldi, 1906a). Coleções também foram se espalhando pelos gabinetes de trabalho, corredores e qualquer outro lugar onde houvessem armários e estantes. Logo o público passou a ter acesso apenas a uma pequena parte do acervo do museu. No relatório de 1900, Goeldi já apresentava a coleção de vertebrados diferenciando os animais “montados” (em exposição, com 587 indivíduos) das peles e dos exemplares acondicionados em álcool, que somavam 2.855 indivíduos. Quanto aos invertebrados, a “coleção de exposição” reunia 903 indivíduos, enquanto a “científica”, 5.445 (Goeldi, 1902a, p. 261-262).

A divisão das coleções em duas categorias – exposição e científica – era uma prática que vinha sendo implementada nos museus de história natural desde o final do século XVIII. Ela não dizia respeito apenas ao estilo de taxidermia a ser utilizada, se os animais deveriam ser montados com arame, imitando os movimentos naturais do corpo, ou apenas mumificados. Na verdade, por trás da divisão existiam duas questões de fundo, “garantir o caráter científico das peças” e “redefinir a vocação pública” de museus e jardins botânicos (Kury e Camenietzki, 1997, p. 63). No primeiro caso, as peças deveriam ser devidamente identificadas com etiquetas, preparadas de maneira a ocupar o menor lugar possível e acondicionadas em locais adequados para a manipulação. Um lugar público, como as exposições, já não satisfazia as necessidades de trabalho dos naturalistas, seja pela taxidermia artística utilizada em semelhantes lugares, pela impropriedade dos móveis ou pelos olhares incômodos dos leigos e curiosos.

No segundo caso, a própria noção de “público” foi transformada durante o período. Museus e jardins botânicos perderam o caráter aristocrático e ganharam papéis sociais relacionados à instrução pública (Valente, 2003; Lopes, 2003; Lopes e Murriello, 2005). Tornaram-se acessíveis a muitas pessoas, embora reproduzindo discursos ideológicos sobre o passado, sobre o mundo natural e sobre o próprio homem, moldando consciências e comportamentos (Bennett, 1995). Traziam, no seu bojo, um conceito relativamente uniforme e eurocêntrico sobre civilização – e sobre como ser civilizado. Por sua vez, a investigação científica deslocou-se para outros espaços, ganhando os laboratórios e as reservas técnicas, ambos inacessíveis ao público (Figura 40). Espaços profissionais e domésticos, públicos e privados, abertos e fechados, com distintos usos sociais e apropriados de diferentes maneiras foram sendo construídos nos museus, impondo

“estruturas de autoridade entre professores e alunos, especialistas e públicos” (Outram, 1996, p. 253).

O exemplo do Museu Paraense – com suas salas de exposições, laboratórios, jardim zoológico e horto botânico – é bastante ilustrativo de como os museus do século XIX conceberam o espaço de maneira a viabilizar sua dupla função, educar e investigar. Nesse caso específico, o espaço interno também determinava o isolamento do meio circundante – progressivamente absorvido, eliminado e demarcado com grades e muros. A “estética” *sui generis* do Museu Paraense nos remete, de fato, a uma “colônia científica”, uma pequena Europa sem fronteiras internas.

3.4.5 O “público sensato” e os indisciplinados também: a simpatia do povo pelo Museu Paraense

Os moradores de Belém reagiram com grande curiosidade e esse mundo utópico da Ciência e da Civilização, oferecido pelo governo do Estado e construído por Goeldi. Desde o primeiro ano os índices de visitação foram expressivos, fazendo com que o diretor exclamasse: “Está brilhantemente coroada de sucesso a nossa previsão, que os anexos formariam um atrativo apropriado para o público” (Goeldi, 1897a, p. 25). Nos dias da semana em que o museu abria ao público (quintas-feiras e domingos), milhares de pessoas acorriam ao jardim zoológico para ver onças, jacarés e tamanduás, a uma distância bem próxima das mãos. A frequência crescente de público fez com que Goeldi concluísse ser “inegável que o povo amazônico possui pronunciado amor pelos animais vivos característicos da região e que não há classe social alguma que faça exceção desta regra” (Goeldi, 1897b, p. 262). Eram, portanto, os animais vivos que atraíam os moradores da cidade, um público urbano que já tinha pouco contato com o mundo natural e que era formado, em grande parte, por imigrantes de outros estados e países. Abaixo, segue um quadro com os índices de visitação do museu:

Tabela 2

Número de Visitantes do Museu Paraense, de 1894 a 1904²⁷⁷

Ano	NÚMERO DE VISITANTES												Total
	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	
1894*	-	-	-	222	109	123	118	90	64	90	50	106	972
1895**	-	-	***	***	***	***	***	***	-	-	-	-	48.000
1896**	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	57.200
1897	4.861	5.548	7.673	9.233	9.714	6.325	3.217	6.940	5.062	7.267	3.757	6.074	75.671
1898	8.808	5.870	6.929	8.006	8.382	10.129	7.214	5.983	6.153	6.280	6.236	5.182	85.172
1899	5.160	6.952	8.840	7.063	6.520	8.698	6.092	7.680	6.198	6.283	5.789	3.883	79.167
1900	4.679	4.742	7.926	6.335	12.906	7.457	8.197	8.396	9.909	7.360	7.834	5.693	91.434
1901	7.485	10.049	10.872	5.896	8.059	7.597	6.693	6.314	8.054	4.928	5.466	6.595	88.008
1902	4.937	6.746	8.542	7.827	8.288	9.357	8.331	10.009	9.969	4.864	7.686	6.462	93.018
1903	6.007	3.659	7.120	6.461	7.607	6.203	6.795	8.676	6.566	6.247	8.046	6.802	80.189
1904	7.797	6.811	9.548	3.992	9.888	7.561	11.173	7.596	7.589	7.083	6.915	6.684	92.637

* Emílio Goeldi foi contratado em 21 de março de 1894; chegou a Belém em 7 de junho de 1894.

** Nos relatórios de 1895 e 1896 não foram publicadas tabelas com os índices de visitação mensais.

*** Período que corresponde à mudança do Museu Paraense de sua antiga sede para a rocinha localizada na Estrada da Independência. Nesse período o museu esteve fechado à visitação, portanto o número de visitantes de 1895 corresponde apenas aos meses de janeiro, fevereiro, agosto a dezembro.

Esses números – que contrastam não apenas com os do antigo Museu Paraense como também com os de outros museus brasileiros²⁷⁸ – foram mantidos ao longo do tempo em parte pela contínua renovação e diversificação do plantel, com animais e plantas trazidos do interior pelos coletores do museu e doados por diversos moradores. Goeldi fazia questão, por exemplo, de anunciar as “raridades” do museu e a reprodução em cativeiro de diversas espécies. Pessoas amontoavam-se para ver filhotes de onças, o peixe pulmonado nadando (o único exemplar vivo do mundo exposto em um museu), bem como garças e emas nidificando. Outras ficavam até tarde da noite, com a anuência do diretor, aguardando o florescimento da vitória-régia.

A constante ampliação e o embelezamento do jardim zoológico e do horto botânico também explicam o alto número de visitantes. O museu oferecia, a cada ano, atrações novas e pitorescas, como lagos, esguichos, fontes, viveiros, jaulas, gaiolas, chalés e até uma “monumental caixa d’água”, inaugurada em 1901. Esta foi construída imitando as ruínas de um castelo, nas quais se podia subir e apreciar a paisagem. Sob o mirante, Goeldi

²⁷⁷ Cf. Livro de Assinaturas de visitantes, abr. 1894-dez. 1894. AMPEG, Gestão Emílio Goeldi (1894-1907); Goeldi, 1897a, 1897b, 1900a, 1901a, 1902a, 1904a, 1906a, 1908; e Huber, 1901a, 1908a. Levantamento elaborado por Patrícia Barros.

²⁷⁸ Compare-se os índices de visitação do Museu Paraense com os do Museu Paulista. De acordo com Rodolpho von Ihering, diretor interino desse museu em 1907, a frequência ao Museu Paulista foi a seguinte: 1896, 40.000; 1897, 32.315; 1898, 32.965; 1899, 32.063; 1900, 28.484; 1901, 26.672; 1902, 21.538; 1903, 34.813; 1904, 37.781; 1905, 48.758 (Ihering, R. v., 1907, p. 7). Lopes (1997, p. 300) forneceu um quadro comparativo da visitação dos museus Nacional, Paulista, Paraense, Paranaense e Júlio de Castilhos, entre 1894 e 1907, extraído do “Boletim Informativo da Exposição Nacional de 1908”. No caso do Museu Paraense, não há informações sobre os anos 1894-1896, mas há sobre 1905-1907: 94.225 (1905), 116.159 (1906) e 124.670 (1907).

instalou gaiolas para corujas, como se essas habitassem catacumbas com teto abobadado (Goeldi, 1904a, p. 8) (Figura 41).

O sucesso de público era devidamente explorado por Goeldi. Assim, em 1896 ele chamava a atenção para o fato de metade da população da capital (ca. 50 mil pessoas) ter visitado o museu (Goeldi, 1897b, p. 284). No ano seguinte, comparava os índices do Museu Paraense com os do Museu Nacional, afirmando que o primeiro “tem tanta frequência numa semana e com dois dias de exposição, como o referido estabelecimento congênere na Capital Federal num mês e com três dias de exposição”. Portanto, a única explicação plausível para os números que apresentava era que o “Museu Estadual criou raiz e adquiriu positiva simpatia por parte do povo” (Goeldi, 1900a, p. 51).

Em 1900, durante os festejos do 4º centenário da descoberta do Brasil, Goeldi organizou uma “exposição especial de vistas fotográficas, reproduções, desenhos de objetos de história natural e de paisagens notáveis do interior (...)”. O sucesso foi estrondoso, sendo contabilizado em um único dia o número de 2.920 visitantes (Figura 42). Era a prova definitiva “da simpatia de que [o museu] goza no conceito do povo paraense” (Goeldi, 1902a, p. 268). Para uma instituição que tentava se consolidar na burocracia estadual, atrair e cativar a população da cidade era fundamental para a obtenção de recursos. Goeldi conseguiu realizar o mais difícil, obter a “simpatia do povo”, e soube usar politicamente o seu sucesso. No mesmo relatório de 1900, ao estipular o orçamento para o ano seguinte, pronuncia-se como se estivesse num palanque, bradando contra aqueles que não viam utilidade na instituição: “Hoje podemos garantir que perante o foro de um plebiscito aqui no Pará, poderíamos augurar uma tremenda vaia para quem ousasse publicamente hostilizar a instituição (...)” (Goeldi, 1902a, p. 274).

Esse grande fluxo de pessoas gerou conflitos que não estavam previstos no mundo civilizado de Goeldi. Em primeiro lugar, os decorrentes dos “maus hábitos” do povo, que não respeitava a “tranqüilidade” e o “sossego públicos”; e que também não conseguia organizar-se para ter acesso às dependências do museu de maneira “compatível com os princípios democráticos”. Até que o público fosse disciplinado, Goeldi pediu a instalação de uma “patrulha” no portão do museu (Goeldi, 1897b, p. 285). Passados alguns anos, o diretor ainda se queixava dos recalcitrantes, que maltratavam os animais “com a inseparável bengala” e agrediam os funcionários, mas estes – esclarecia a tempo – eram “geralmente pessoas do povo” (Goeldi, 1901a, p. 127).

Diante desse quadro, Goeldi recebeu queixas de muitas famílias incomodadas com a indisciplina e o acotovelamento costumeiro dos domingos e feriados. Para satisfazer a esse público mais exigente, o diretor criou, em 1902, o “dia de famílias”. Passou a abrir o museu mais um dia na semana, as terças-feiras, destinado ao “público sensato”, ou seja, àqueles que preferiam “visitar o estabelecimento em ocasião em que é exercido um certo peneiramento social (...)” (Goeldi, 1906a, p. 492-493). Apenas pessoas acompanhadas de suas respectivas famílias e convenientemente vestidas poderiam ter acesso às dependências do museu, ou seja, a partir desse ano, pressionado pela sociedade com nome e sobrenome, o diretor deixou seus “princípios democráticos” de lado e passou a segregar o público do museu de acordo com a classe social (Figura 43).

A distinção dos públicos do museu mostra como o espaço construído no seu interior foi apropriado de diferentes maneiras pelos vários estratos sociais da cidade de Belém. Se por um lado o *povo* “acotovelava-se” e “amontoava-se” para ver os animais, por outro as *famílias* freqüentavam o museu em “passeios”, usufruindo a estética civilizada e cosmopolita da colônia erguida por Goeldi. Esse é um elemento fundamental para entendermos o apoio que a instituição teve entre os dirigentes políticos. Seja como local para a distração ou instrução das massas, seja como ambiente para a formação da identidade da elite, o Museu Paraense era visto, acima de tudo, como um poderoso instrumento de sociabilidade e de propaganda do estado, sendo esses os aspectos mais destacados nos relatórios governamentais.

3.4.6 O Museu Paraense e a “pena máscula” dos governadores republicanos

Todo esse movimento dos anos iniciais do museu foi garantido graças a dotações orçamentárias crescentes. O orçamento para 1894 foi estipulado por Sodré em 50 contos (a mesma soma negada à instituição em 1889, como vimos), incluindo o pessoal e a desapropriação da nova sede do museu²⁷⁹. Pouco foi aplicado em mobília, material, livros, viagens e publicações. Em 1895, Goeldi solicitou uma soma que deixaria assustados os antigos administradores do museu. Pedia, na rubrica de pessoal, a quantia de 70 contos;

²⁷⁹ É necessário esclarecer que, na época, o ano fiscal não coincidia com o calendário. Iniciava em agosto e terminava em julho. Os orçamentos eram votados geralmente no mês de junho, para serem executados no segundo semestre e no primeiro do ano seguinte.

para as despesas, 73; e para o horto e o zoológico, mais 24. Ao todo, 167 contos para a montagem e manutenção do museu (Goeldi, 1895a).

Se compararmos esse volume de dinheiro com o que estava sendo aplicado nas obras do Instituto Paraense de Educandos Artífices e do Colégio do Amparo (300 contos em cada um), concluiremos que o zoólogo não pedia muito. Mas se levarmos em consideração o orçamento histórico do Museu Paraense, em torno de 2 contos anuais, o contraste saltava aos olhos. Talvez por esse motivo Goeldi concluiu seu relatório de 1894 afirmando que “é inegavelmente uma tarefa gigantesca, que está reservada para vencer-se no próximo futuro (...). Há boa disposição e ânimo corajoso de nossa parte; que o Congresso nos honre com seu voto de confiança, cingindo-nos com as armas e os meios para a rude campanha!”. Ao final, pedia dos deputados e senadores estaduais “coerência política” e apreço pelo “progresso intelectual, as coisas de ciência e a matéria do ensino público” (Goeldi, 1895a, p. 238-239).

O apoio de Sodré, nos anos iniciais, foi fundamental para a obtenção de recursos. A cada ano o governador enfatizava que a reorganização do ensino promovida pelos governos republicanos obedeceu a um “plano racional e metódico”, que privilegiou o ensino secundário e técnico. Nesse sentido, o conjunto de instituições reformadas ou criadas iriam produzir a “regeneração moral pela educação e instrução”, sanando a “criminosa indiferença [dos governos imperiais] pelas coisas da instrução” (Sodré, 1895, p. 37-38). O Museu Paraense era mais um elemento desse projeto, o qual, “servindo diretamente aos grandes interesses da ciência, pelo muito que pode produzir o estudo do nosso meio físico, concorrerá bastante para os progressos do Estado, sob o ponto de vista moral e até material” (Sodré, 1895, p. 39).

Goeldi não deixou de reconhecer esse apoio afirmando explicitamente que do governador dependia a “consolidação da bela, e importante obra social e civilizadora, que ninguém deixará de taxar como um real triunfo de iluminado e esclarecido estadista” (Goeldi, 1897a, p. 1). Para o diretor, duas datas marcavam a “aurora de uma nova era” para o Museu Paraense, 2 de julho de 1894, quando Sodré decretou o novo regulamento da instituição, e março de 1895, quando o mesmo governador “entregou” a nova sede. Segundo Goeldi, somente uma “pena máscula” teria a coragem de remover para o “sólido terreno da realidade” um “belo desejo” e “útil plano”. Por esse motivo, o Museu Paraense seria uma “criação fundamentalmente nova, do que simplesmente uma reconstrução sobre

elementos já existentes”. A História se responsabilizaria em qualificar aquelas datas como “pedras angulares do Brasil-República” (Goeldi, 1897a, p. 2).

O mesmo tom e os mesmos argumentos aparecem nas mensagens de Sodré ao Congresso Estadual. Nelas o governador confessava seu especial apreço por duas instituições: a Escola Normal e o Museu Paraense. A primeira era a “chave da abóbada da instrução pública”, pois dela dependia a “verdade das reformas decretadas” (Sodré, 1896b, p. 42). A segunda – que ele “recomendava muito à atenção dos poderes públicos” – deveria concorrer “para que no mundo da ciência apareçam novas desta região, vastíssimo campo para estudo de fenômenos naturais”, dando “créditos e honra ao Estado do Pará”. Sodré fazia elogios públicos a Goeldi, responsável por ter feito do Museu Paraense algo diferente da “coisa amorfa, que sob esse título figurara entre os estabelecimentos públicos do Pará”. Era necessário, portanto, que o Congresso continuasse votando os “créditos suficientes para a sua completa organização e conservação na altura do plano com que foi delineado” (Sodré, 1896b, p. 45-46).

Na sua última mensagem, em fevereiro de 1897, Sodré recomendou que o museu fosse amparado pelo Congresso como uma “obra patriótica”, pois servia aos “interesses do ensino público” e “à causa da propaganda em benefício dos nossos créditos como povo culto e livre”. Como prova disso, afirmou que as salas com “coleções cientificamente organizadas” mostraram-se “uma útil lição de coisas”; que no zoológico e no horto os visitantes também poderiam encontrar sempre uma “ensinação a receber”; que as conferências públicas deveriam transformar-se em cursos populares²⁸⁰; e que o boletim do museu revelava o Estado do Pará como “uma zona do novo mundo, onde a vida tem alguns encantos, onde a ciência é cultivada, onde as artes são estimadas, onde as liberdades são

²⁸⁰ Apesar de previstas no Regulamento desde 1894, as conferências públicas iniciaram apenas em dezembro de 1896 (Goeldi, 1897b, p. 284). Elas eram ministradas geralmente no terraço da rocinha, junto às exposições. A primeira foi feita por Goeldi, com o título “O estado atual dos conhecimentos sobre os índios do Brasil, especialmente sobre os índios da foz do Amazonas, no passado e no presente” (Goeldi, 1898h). Ainda em 1896 foi organizada a Sociedade Zeladora do Museu Paraense, com o objetivo de “fomentar especialmente este lado promotor da organização do Museu (...)” (Goeldi, 1900a, p. 43). Em 1897, mais duas sessões ocorreram (Goeldi, 1900a, p. 44). Na primeira, em data incerta, Goeldi falou sobre “A lenda amazônica do ‘cauré’” (Goeldi, 1898f) e Huber sobre as diferenças entre “Plantas parasíticas e plantas epifíticas” (palestra não publicada). Na segunda, ocorrida em junho de 1897, Goeldi falou sobre o peixe “*Lepidosiren paradoxa*” (Goeldi, 1897f) e Huber sobre “Os nossos conhecimentos atuais sobre as espécies de seringueiras” (Huber, 1897). Ao todo, apenas 5 conferências foram ministradas em três sessões. Gualtieri (2001, p. 136) enganou-se ao considerar um artigo de Goeldi (“Estudos aracnológicos relativos ao Brasil”) como originário de uma conferência. Essa autora levantou a hipótese da suspensão das conferências ter sido causada pelo desinteresse do público, mas o desinteresse com o assunto deve ter sido do próprio diretor. Além de Goeldi nunca ter demonstrado apreço pelo ensino, em 1898 ele se ausentou por quase dois anos do museu, como veremos no capítulo 4.

garantidas e os direitos amparados pelas leis”. A essa *imagem* de civilidade – que certamente correspondia à imagem que a elite política local nutria de si própria – o governador acrescentou que o museu também tinha uma “utilidade prática”, pois muitas vezes “investigações de ordem puramente abstrata levam a aplicações industriais do mais alto valor” (Sodré, 1897, p. 34-35). Essas eram as razões que, segundo Sodré, deveriam convencer deputados e senadores a manter o apoio ao Museu Paraense:

Completemos a obra encetada. Há de ser uma glória para a nossa geração legar aos vindouros um arquivo de estudos naturais, como nunca antes de nós se planejara. Pela primeira vez tomamos a peito a tarefa de estudar por conta própria a nossa terra, que até agora mandaram institutos estrangeiros estudar para nós. Daí essa triste situação, a que chegamos, de serem estrangeiras as obras em que se compendiam as melhores informações acerca do nosso país. (Sodré, 1897, p. 35)

Sodré foi muito bem sucedido ao recomendar o museu aos cuidados alheios. Seu sucessor e colega de legenda política, o médico José Paes de Carvalho, foi igualmente um grande interlocutor de Goeldi e protetor do Museu Paraense. A construção da “colônia científica” pôde prosseguir, assim, sem interrupções, fazendo com que esse projeto transcendesse o domínio pessoal de Sodré e ganhasse lugar mais estável na burocracia estadual. Goeldi reconheceu o benefício registrando a satisfação com que ouvira do novo governador “as animadoras expressões que repetidamente nos dirigistes e que envolviam plena garantia, que o Museu continuava a ter seu baluarte no poder executivo do Estado” (Goeldi, 1900a, p. 1).

Paes de Carvalho via no Museu Paraense um dos elementos necessários para que os “jovens compatriotas” adquirissem uma “eminente cultura intelectual”. Nesse sentido, a instituição tomaria “uma parte excepcional no ensino superior, que mais cedo, ou mais tarde, teremos de fundar”. Além disso, os resultados das expedições científicas e de outros trabalhos elaborados pelos naturalistas do museu engrandeciam “o prestígio e renome, que o Pará vai conquistando dia a dia”, merecendo ser ampliados (Carvalho, 1898, p. 21). Em 1898, o governador aplicou na instituição mais de 69 contos-ouro (Carvalho, 1898, p. 32)²⁸¹. No ano seguinte, o orçamento subiu para mais de 74 contos-ouro (Carvalho, 1899, p. 81). Em 1900, aproximou-se dos 77 contos-ouro, mais 20 para desapropriações (Carvalho, 1900, p. 43).

²⁸¹ Contos-ouro foi a nova cotação da moeda adotada pelo governo estadual diante da desvalorização cambial e da alta inflação verificadas no final do século XIX. Seu valor tinha como referência a cotação do ouro, que regulava o preço da borracha no mercado internacional (sendo por isto chamada ouro-negro).

Apesar dos recursos relativamente abundantes, Goeldi queixou-se regularmente de que eram insuficientes para as necessidades da instituição. Por exemplo, em 1896, dos 164 contos solicitados, foram aprovados pelo Congresso pouco mais de 134 (Goeldi, 1897b). Mas, na verdade, o diretor contava com bem mais dinheiro, liberado pelos próprios governadores como crédito suplementar para pagar despesas de viagens, publicações, obras e desapropriações – justificadas oficialmente como gastos extra-orçamentários originados de demandas do governo. Essa situação era, contudo, indesejável, pois exigia do diretor um esforço constante de convencimento e impedia o planejamento das atividades da instituição. Nesse sentido, Goeldi argumentava – numa retórica bastante apropriada para a época – que deputados e senadores deveriam sempre julgar seus pedidos de recursos como um benefício para a instrução pública e como um “valioso esteio do crédito social do Estado do Pará e eficaz meio de propaganda de suas riquezas naturais, ao exterior”. Quando convinha, também apelava para a memória de Domingos Soares Ferreira Penna, dizendo-se o “executor” e “continuador” das “nobres intenções do criador do estabelecimento” – Sodré, nessas ocasiões, perdia o mérito para o intelectual mineiro (Goeldi, 1897b, p. 287). Eis a prova cabal da habilidade de Goeldi em adaptar o discurso de acordo com a situação política e em manipular distintos elementos retóricos para manter-se numa posição relativamente confortável na administração estadual.

No final do mandato de Paes de Carvalho (fevereiro de 1901), todos os prognósticos apontavam como seu sucessor o então senador da República Justo Chermont, que voltaria assim ao governo do estado e manteria o domínio político do grupo que se aliou no antigo Clube Republicano e depois no Partido Republicano Paraense (PRP). Contudo, Chermont caiu em suspeição dentro do próprio PRP, acusado de ter se aliado a Sodré no novo Partido Republicano Federal²⁸². Chermont foi substituído nas vésperas da eleição por Augusto Montenegro (1867-1915), candidato aliado do arqui-inimigo de Sodré, o Intendente Municipal de Belém, Antônio José Lemos (1843-1913).

²⁸² Em 1898, o senador Francisco Glicério rompeu com o presidente da República, Prudente de Moraes, quando este lançou Campos Sales a sua sucessão. Glicério fundou o Partido Republicano Federal (PRF) e Sodré, também eleito senador em 1897, o acompanhou na dissidência fundando o núcleo do PRF no Pará. Glicério lançou Sodré como candidato à presidência da República pelo PRF, sendo fragorosamente derrotado por Campos Sales.

Para a surpresa de muitos, inclusive de Goeldi – que se apresentou otimista no último relatório destinado a Paes de Carvalho, afirmando que a perspectiva do novo governador era “valiosa pela sua origem” e um “seguro penhor para a uniformidade de vistas e estabilidade administrativa” do museu (Goeldi, 1902a, p. 256) – o candidato eleito foi Montenegro. Surpresa maior Goeldi deve ter tido quando o novo governador não apenas manteve o apoio ao Museu Paraense, como também, em alguns aspectos, ampliou esse apoio. Administrativamente, o museu foi rebaixado, voltando à esfera da Secretaria de Instrução Pública (Decreto..., 1904, p. 37). Mas, financeiramente, o novo governo viria realizar os projetos há muito planejados por Goeldi, e ainda não implementados.

Foram os casos das desapropriações e da construção de oficinas, laboratórios, prédios de apoio e residências dos funcionários. No primeiro ano do governo de Montenegro (1901) o orçamento do museu superou os 76 contos-ouro, mais 20 aplicados em desapropriações e outros 50 em obras e material de construção, somando 146 contos-ouro (Montenegro, 1901; Goeldi, 1904a). Para 1902, Montenegro apresentou um orçamento superior a 153 contos-ouro, incluindo pessoal, despesas, desapropriações e obras, pedindo ao Congresso Estadual que não reduzisse as despesas de “um estabelecimento que é uma honra para o Pará e que muito tem feito para dar-nos nome nos centros científicos”. Segundo o governador, “apesar do período difícil que atravessamos não julguei dever tocar em uma das mais belas criações da República no nosso Estado” (Montenegro, 1901, p. 31)²⁸³.

²⁸³ Montenegro referiu-se à reforma administrativa que empreendeu com a intenção de cortar gastos no orçamento estadual. Tratava-se de medida emergencial, pois em 1900 o preço da borracha no mercado internacional despencou, gerando uma crise financeira sem proporções na economia regional. Dezenas de empresas exportadoras e importadoras faliram, o estado fechou o ano com déficit e atrasou o pagamento de funcionários e das dívidas. Montenegro foi obrigado a tomar o primeiro empréstimo internacional do Pará, no valor de 1 milhão de libras esterlinas ou 20.000 contos-ouro. Esse foi o primeiro grave sinal da fragilidade da economia regional (Borges, 1983; Weinstein, 1993).

Esse inédito investimento no museu – a despeito da conjuntura econômica adversa do estado e do país (crise cambial, financeira e monetária) – fez dele a segunda instituição educacional em termos de recursos orçamentários (suplantada apenas pelo Instituto Paraense), ou a primeira se incluirmos os extra-orçamentários. Os recursos beneficiaram principalmente o jardim zoológico e o horto botânico – os espaços largamente apreciados pelos moradores de Belém. Foram construídos desde fontes, viveiros e quiosques, obras visivelmente feitas para o agrado do público, até o sistema de drenagem e distribuição de água do parque.

Para o ano de 1903, Montenegro pediu recursos suficientes para desapropriar todo o quarteirão do museu e também para construir um novo prédio para abrigar as coleções, conforme Goeldi vinha solicitando em seus relatórios desde que assumira a instituição. O governador dirigiu-se aos deputados e senadores em tom pessoal, afirmando que “se um desejo devesse manifestar-vos, seria o de poder na minha administração atingir tão belo desideratum” (Montenegro, 1902, p. 40).

Diante da receptividade do governador, Goeldi elaborou prontamente o projeto arquitetônico do novo edifício, mudando os planos anteriores que havia formulado diante das dificuldades em obter o financiamento para o sonhado prédio. Esse plano, divulgado no relatório de 1899, previa, no lugar de um “edifício monumental novo”, a construção de vários pavilhões menores, sendo um para cada seção do museu, tal como um “instituto de botânica”, um “instituto mineralógico-geológico” e um “instituto etnográfico”. Para isso seria necessário desapropriar todo o quarteirão em que se localizava o museu, como medida mais econômica e salutar para solucionar o problema da “calamitosa” falta de espaço para as coleções (Goeldi, 1901a, p. 108).

Em 1902, o diretor voltou à idéia original de construir um prédio monumental, incentivado pelo próprio governador. Goeldi garantia que o projeto contemplava as disposições e arranjos necessários para um “moderno Museu, bem arquitetado e montado” (Figuras 44 a 46). O novo edifício, com área cinco vezes maior do que a rocinha, deveria ter:

(...) um conjunto de torres poligonais e salas retangulares, formando um grande quadrilátero com pátio interior destinado a um aquário em proporções algum tanto desenvolvidas. Será construído de tijolos, com a superestrutura de ferro, tratando-se de evitar o mais possível o emprego da madeira até nos armários, portas e janelas, que serão de ferro e vidro, podendo vir de fora prontos. (Goeldi, 1908, p. 3)

Montenegro obteve a autorização para construir o prédio, mas “circunstâncias extraordinárias” o impediram de dar início às obras em 1903. Não encontramos quais as razões alegadas para o atraso – talvez a necessidade de economia nos gastos públicos ou as eleições desse ano, nas quais Montenegro candidatou-se novamente ao cargo – mas certamente eram passageiras. Assim, o governador reeleito pediu novamente ao Congresso os recursos para o novo edifício do museu, cujo projeto, orçamento e materiais já estavam sendo encomendados na Europa (Montenegro, 1903, p. 44-45).

O prédio não chegou a ser construído, embora os preparativos tenham sido feitos e Montenegro tenha desapropriado, entre 1901 e 1903, os terrenos que lhe dariam lugar (localizados no lado direito da rocinha). Os motivos para a não construção do edifício são insondáveis, pois a partir de 1904 desaparecem dos relatórios governamentais todas as informações relacionadas ao Museu Paraense (e somente a ele, pois Montenegro continuou prestando contas das demais instituições vinculadas à Secretaria de Instrução Pública). O fato é digno de nota, pois contrasta com o tom quase passional com que o governador

vinha se referindo à instituição. Acrescente-se a isso o fato dos próprios relatórios do museu, relativos aos anos 1905 e 1906, não terem sido redigidos – ou terem desaparecido nos trâmites burocráticos²⁸⁴. Temos, portanto, entre 1904 e 1906, um lapso de informações institucionais sobre o museu, o que certamente está relacionado com o insucesso de Goeldi em levar adiante o novo edifício e com a própria demissão do zoólogo, oficializada em março de 1907²⁸⁵.

Mesmo imponderáveis, são convincentes as razões para crermos em um motivo de ordem política para a não construção do novo edifício do museu. A crise financeira do estado, que também poderia explicar o abandono do projeto, não se mostrou forte o suficiente para demover Montenegro de seus projetos culturais. Assim, vemos no mesmo período o governador contornando as dificuldades e até mesmo criando novas instituições educacionais e assistenciais, como o Instituto Orfanológico, o Asilo da Mendicidade, o Instituto de Santo Antônio do Prata, o Instituto de Ourém e as Escolas Superiores de

²⁸⁴ O último relatório de Goeldi publicado no boletim do museu foi o do ano de 1903. O de 1904 já foi redigido por Jacques Huber, chefe da Seção Botânica e diretor interino. Somente em 1909 os relatórios institucionais reaparecem no boletim, mas relativos a 1907 e 1908, ou seja, quando Goeldi já havia deixado a instituição. No AMPEG não existem manuscritos dos relatórios de 1905 e 1906, o que reforça a hipótese de não terem sido redigidos.

²⁸⁵ A versão oficial para a demissão de Goeldi, elaborada pelo zoólogo e divulgada na forma de carta circular, no boletim do museu e no relatório administrativo de Augusto Montenegro, foi o “estado insatisfatório” de sua saúde e a “necessidade inadiável de superintender pessoalmente a educação e o ensino” dos filhos. No seu pedido de demissão, Goeldi enfatizou que os “os liames entre o estabelecimento e o seu diretor foram e são de cordialidade inabalada e de toda durabilidade, tanto que excluem a hipótese sequer de um estremecimento eventual ou de um distrato leviano”. Afirmou, ainda, que deixava o museu por “motivos de força maior”, mas que continuaria trabalhando com a “natureza brasílica” e em “harmonia espiritual” com a instituição e o Pará. Mas, na verdade, Goeldi passou boa parte dos anos de 1905 a 1907 ausente de Belém, fazendo, inclusive, contatos com a Universidade de Berna para uma possível contratação (o que de fato ocorreu) (Aerni, s.d.a; Morgenthaler, 1993). Além disso, após deixar o museu, Goeldi cortou relações com Huber, como este mesmo informa em uma carta de 1913. Inquirido pelo Conde Amadeu Barbiellini, editor da revista *Chácaras e Quintais*, sobre o contato de Goeldi, Huber escreveu: “(...) tenho a comunicar a V.S. que não hesitaria em transmitir o seu pedido ao Sr. Prof. Goeldi, se eu tivesse a menor esperança de ser atendido; como porém tenho a certeza de nem receber uma resposta, peço a V.S. a fineza de dispensar-me desta incumbência”. Essas informações parecem confirmar que a demissão de Goeldi foi negociada e resultou de um conflito com o governo do Pará. As causas, contudo, são insondáveis. Cf. Ofício de Emílio Goeldi ao Secretário de Estado da Justiça, Interior e Instrução Pública. Belém, 7 de março de 1907. AMPEG, Gestão Emílio Goeldi (1894-1907); e Ofício de Jacques Huber ao Conde Amadeu Barbiellini, Editor da Revista *Chácaras e Quintais*. Belém, 5 de março de 1913. AMPEG, Gestão Jacques Huber (1907-1914). O primeiro ofício é o pedido de demissão de Goeldi. Ele vai reproduzido na íntegra no anexo documental, pois, além de pouco conhecido, é de interesse pela avaliação pessoal que Goeldi faz dos quase 13 anos em que ficou à frente do Museu Paraense.

Farmácia e Direito. Também registramos a estabilidade dos orçamentos do próprio Museu Paraense no período, e até mesmo o seu crescimento. Por exemplo, em 1903 foram destinados mais de 93 contos-ouro, além dos 65 para a desapropriação dos terrenos onde o novo prédio iria ser construído (Montenegro, 1903, p. 44, 81-82). Em 1904, o orçamento foi mantido nos 93 contos-ouro (Montenegro, 1904, p. 118), mas nos três anos seguintes subiu para 103, 110 e 116 contos-ouro, respectivamente (Montenegro, 1905, p. 87; 1906, p. 88-89; 1907, p. 131-132). O estado, portanto, continuava assegurando o funcionamento do museu, assim como o Congresso havia dado a autorização requerida pelo governador para as obras do novo edifício. Tendo em vista esses pontos, parece-nos que a não construção do prédio tem sua explicação numa decisão pessoal de Montenegro. Essa decisão, contudo, não colocou em risco a manutenção da instituição, assim como a saída de Goeldi não representou um abalo nos rumos institucionais, pois o zoólogo foi imediatamente substituído pelo chefe da Seção Botânica e diretor interino, Jacques Huber (1864-1914).

Apesar de não ter conseguido construir o “edifício monumental” que tanto desejava, Goeldi realizou uma obra notável ao longo dos 13 anos em que esteve à frente do Museu Paraense, sob diversos aspectos. Em primeiro lugar, obteve o apoio incondicional de três governadores, numa época em que diferentes grupos políticos lutavam para controlar o poder na nascente República, em nível federal e estadual. Contratado por um governador que fez questão de imprimir uma marca pessoal na reforma do Museu Paraense, intitulado-se o “verdadeiro criador” da instituição, Goeldi manteve relativa neutralidade nas oscilações políticas locais, mantendo-se distante das lides partidárias e garantindo, assim, a sobrevivência da instituição e de sua própria carreira²⁸⁶.

²⁸⁶ A trajetória de Goeldi pode ser comparada com as de outros homens que deram corpo e alma para instituições científicas, imprimindo nelas uma marca tão pessoal que personificaram a própria instituição. São os casos de Oswaldo Cruz (1872-1917), o criador do Instituto Sorológico de Manguinhos (atual Instituto Oswaldo Cruz), e de Adolpho Lutz (1855-1940), o criador do Instituto Bacteriológico de São Paulo (atual

Em segundo lugar, o zoólogo conseguiu transformar esse apoio em recursos e em autonomia para fazer do Museu Paraense uma instituição absolutamente distinta da que existia até sua contratação. A mudança ocorreu no nome, nos objetivos, na estrutura, no programa de trabalho e na agenda científica do museu, bem como na organização de seu espaço e de sua “estética”, tudo definido a partir da orientação e da liderança de Goeldi. De um museu que se assemelhava a um gabinete de curiosidades surgiu uma instituição voltada prioritariamente para a história natural da região amazônica.

Em terceiro lugar, Goeldi atraiu a população de Belém para perto de seu projeto construindo um jardim zoológico e um horto botânico nas dependências do museu. As atrações que reuniu naqueles espaços chamaram rapidamente a atenção de milhares de pessoas, que fizeram da instituição não apenas um lugar de ciência, mas também de curiosidades, de instrução, de passatempo, de turismo, de propaganda do estado, de adultos e crianças, de letrados e analfabetos. Os índices de visitação foram tão expressivos que nos permitem supor que os passeios ao Museu Paraense rapidamente tornaram-se um hábito para muitas famílias. A apropriação do museu pelo ‘povo’ deu-lhe um fim social explícito, que revestiu de sucesso a iniciativa de Goeldi e justificou o empenho dos governadores na obtenção de recursos.

Por sua vez, a legitimidade que o museu adquiriu no meio político local contribuiu para que o diretor se mantivesse atuante também em outras esferas, desenvolvendo e orientando pesquisas, participando de intercâmbios e redes científicas, publicando regularmente em diversas revistas estrangeiras. Para isso, contou com a ajuda de pesquisadores, técnicos, administradores, operários e serventes, organizados numa “colônia

Instituto Adolpho Lutz). Todos tiveram a capacidade de se manter próximos do poder (pelo menos o tempo necessário para dar vida à instituição) e de imporem sua autoridade de cientistas nos meios políticos, com a finalidade de obter recursos para suas instituições e, simultaneamente, administrarem suas carreiras. Sobre Cruz, ver Stepan (1976) e Benchimol (1990, 1993). Sobre Lutz, ver Benchimol (2003) e Benchimol e Sá (2005).

científica” por meio de uma escala hierárquica que determinava níveis diferenciados de recompensas.

3.4.7 Ciência, aventura e tragédia amazônica: os funcionários estrangeiros do Museu Paraense

Inicialmente, Goeldi enquadrou os funcionários do Museu Paraense em duas categorias, científica e administrativa (Regulamento..., 1894). Posteriormente, em um novo Regulamento decretado em janeiro de 1902, o diretor re-dividiu a última, desmembrando dela os taxidermistas e herboristas. Estes passaram a compor uma terceira categoria, a técnica, juntamente com o inspetor do horto botânico e o desenhista-litógrafo (Decreto..., 1904).

Durante a administração de Goeldi e de seus sucessores imediatos, todos os funcionários científicos contratados pelo Museu Paraense eram de origem centro-européia, com exceção de um único botânico norte-americano, contratado por breve período na gestão de Jacques Huber (1907-1914). Quanto aos taxidermistas e herboristas (chamados à época de “preparadores”), os da seção zoológica eram centro-europeus, enquanto os da seção botânica eram brasileiros. Os nativos também ocuparam os cargos de ajudantes de preparador, vistos como aprendizes de taxidermia, e os cargos administrativos (sub-diretor, oficial, porteiro, guarda-portão, serventes e jardineiros). Vale ressaltar que houve alguma mobilidade nos cargos menores, pois alguns funcionários foram inicialmente contratados como serventes e porteiros e, pelo interesse e pela habilidade manual que revelaram, foram promovidos a ajudantes de preparador e depois a preparadores.

Vimos que o escopo científico do museu começou a ser delineado no Regulamento lançado em 1894, que definiu suas áreas de atuação (zoologia, anatomia e embriologia comparadas, botânica e ramos anexos, geologia, paleontologia, mineralogia, etnologia, arqueologia e antropologia); a abrangência geográfica de suas atividades (Pará e Amazônia em particular); os meios pelos quais os estudos seriam feitos e divulgados (coleções, catálogos, conferências e publicações); e o alinhamento das pesquisas com redes voltadas para a compilação de dados sobre a história natural da região amazônica.

Tendo em vista essas linhas gerais do trabalho a ser desenvolvido, Goeldi selecionou os funcionários do museu a partir de seu círculo de relações pessoais,

acadêmicas e científicas. No caso dos pesquisadores, o diretor pediu para diversos cientistas residentes na Suíça e na Alemanha que indicassem nomes habilitados para o trabalho, ou fez os convites pessoalmente, quando conhecia os candidatos. As exigências do diretor incluíam a formação em ciências naturais, a publicação de “trabalhos originais” e a “probidade científica” (Regulamento..., 1894, p. 26). Havia, ainda, requisitos não expressos no Regulamento, mas que foram tão importantes quanto para a composição da equipe científica do museu, como a origem dos candidatos (todos nascidos e formados na Europa Central) e o domínio da língua alemã. Esses requisitos fizeram do Museu Paraense não apenas uma “colônia científica” para suíços, alemães, austríacos e prussianos, como também um centro de estudos de fortes ligações com a ciência praticada nas universidades, museus, jardins botânicos e academias desses países. Foi a equipe, portanto, que deu uma *unidade* cultural e científica ao Museu Paraense.

Como a legislação brasileira e estadual determinavam a exclusividade de cargos públicos para brasileiros natos ou naturalizados, as contratações foram feitas via contratos temporários e portarias do governador (Regulamento..., 1894, p. 23). Essa solução, se não trazia a estabilidade que o funcionalismo público garantia, tinha em contrapartida algumas vantagens, como a possibilidade de negociação de salários e vantagens pessoais – sempre superiores ao que era praticado nos planos de cargos e salários estaduais. Por exemplo, em 1899, enquanto os cargos de segundo escalão do poder executivo, como os diretores da Junta de Higiene e da Instrução Pública, recebiam 4:800\$000/ano (contos-ouro), o diretor do Museu Paraense era remunerado com 6:600\$000/ano. O contraste crescia se compararmos esse valor com os salários dos diretores das instituições congêneres, como o Liceu Paraense, a Escola Normal, o Instituto Lauro Sodré e a Biblioteca Pública, todos recebendo 2:790\$000/ano. Por sua vez, os professores das três primeiras instituições – cujos salários já haviam sido utilizados como padrão para a remuneração do pessoal do museu – recebiam 2:400\$000/ano, enquanto os chefes de seção do Museu Paraense recebiam 3:600\$000 (Carvalho, 1899, p. 91-94).

Ainda assim, não foi tarefa simples convencer cientistas e taxidermistas europeus e se transferirem para Belém. Goeldi usou de algumas estratégias, em parte também praticadas no Museu Nacional e nos projetos de colonização estrangeira, como o pagamento dos custos da mudança de ida e de volta, a vigência do contrato a partir da data em que a pessoa embarcasse rumo ao Brasil, o aumento salarial a partir do segundo ano do contrato, o pagamento de indenização pelo seu rompimento e a moradia em casa cedida

pelo governo e localizada dentro do museu. Isso reduziria o custo de vida na cidade, pois os estrangeiros não pagariam aluguel e nem transporte. Tratava-se, sobretudo, de tornar vantajosos os contratos e relativamente tranqüila a temporada dos cientistas nos trópicos.

O primeiro funcionário contratado por Goeldi foi o suíço Ludwig Martin Tschümperli (1870-1928), natural de Sankt Gallen, formado empalhador no ateliê de Ernst Heinrich Zollikofer. Ambos se conheceram em 1890, quando Goeldi esteve na Suíça para arregimentar trabalhadores para a “Colônia Alpina”. O taxidermista foi indicado por um amigo de Johannes Goeldi, pai de Emílio. Como vimos, em julho de 1891 Tschümperli chegou ao Brasil pelas mãos de Eugen Meyer. Trabalhou em Teresópolis sob as ordens de Goeldi, transferindo-se para Belém juntamente com o zoólogo, mas desta vez contratado pelo Museu Paraense como 1º Preparador de Zoologia (Aerni, s.d.c).

Ainda em 1894, Goeldi contrataria outro taxidermista, o alemão Albert Schulz (?-?), que ficaria, contudo, por apenas três meses na instituição. Em outubro, Schulz foi demitido por razões desconhecidas, mas que podem estar relacionadas com um ‘desvio’ de conduta do funcionário, obrigado a ocupar-se, por força de contrato, “com assuntos de História Natural e Etnografia senão exclusivamente para o Museu Paraense”²⁸⁷.

Por sua vez, o primeiro pesquisador contratado por Goeldi foi o suíço Jacques Huber (1867-1914), que depois se revelou como o principal colaborador do diretor e substituto no comando da instituição (Figura 47)²⁸⁸. A candidatura de Huber ao cargo do Museu Paraense foi incentivada por Carl Schröter (1855-1939), professor de botânica da Escola Politécnica Federal, em Zurique, para quem Goeldi escreveu em 1894 procurando um jovem botânico interessado em trabalhar na Amazônia. No entendimento de Schröter, Huber reunia as qualificações necessárias para o cargo: havia recentemente defendido sua tese de doutorado, era solteiro e poderia se destacar como estudioso da maior floresta

²⁸⁷ Cf. Contrato entre o Museu e o cidadão Albert Schulz. Belém, 13 de julho de 1894; e Ofício de Manoel Baena, Secretário de Estado, ao Diretor do Museu. Belém, 24 de outubro de 1894. AMPEG, Gestão Emílio Goeldi (1894-1907).

²⁸⁸ Jakob Huber era natural de Schleithem, distrito do cantão de Schaffhausen. Após o curso ginásial na sede do cantão, na mesma escola onde Goeldi, alguns anos antes, também concluíra seus estudos secundários, Huber seguiu para a Universidade da Basileia, onde cursou Ciências Naturais. Quando Charles Flahault (1852-1935) fundou o Instituto de Botânica da Universidade de Montpellier, França, Huber sentiu-se motivado a estudar essa disciplina. Aí ingressou em 1890 e trabalhou por três anos, exceto por um breve período de 1892, quando voltou a Basileia para concluir o doutorado com uma tese sobre algas, intitulada “Contributions à la connaissance des Choetophorées épiphytes et endophytes et de leurs affinités” (Huber, 1893). Em Montpellier, Huber adotou o nome *Jacques* e estudou sob a orientação de Flahault, eminente botânico francês que, segundo Acot (1990, p. 63-76), contribuiu decisivamente para o desenvolvimento da sociologia vegetal. Em 1893, Huber foi contratado como assistente de Robert Chodat (1865-1934), algologista e professor do Instituto de Botânica da Universidade de Genebra. Aí receberia o convite para trabalhar no Museu Paraense (Chodat, 1914; Beauverd, 1914; Aerni, 1991, 1992, s.d.d; Sanjad, 2003b).

tropical do planeta (Aerni, 1991, 1992). Goeldi aceitou a indicação e passou a negociar o contrato diretamente com Huber, assinado em Belém no dia 29 de julho de 1895 (mas vigente desde 27 de maio, data em que Huber deixou Genebra)²⁸⁹. Huber foi nomeado chefe da Seção Botânica, com responsabilidades de organizar o herbário e construir o horto botânico do Museu Paraense.

A contratação dos demais pesquisadores e técnicos estrangeiros seguiu o mesmo procedimento. Goeldi primeiro anunciava a vaga para vários professores já estabelecidos em museus, escolas e universidades da Europa Central (de língua germânica), pedindo a indicação de bons alunos em início de carreira. Também se valia da ajuda de pessoas de seu círculo pessoal, como o próprio pai, e de referências dos funcionários já contratados. Esse foi o caso de Max Tänner (1873-1895), amigo de Tschümperli desde os tempos em que estudaram no ateliê Zollikofer (Figura 48). Tschümperli indicou Tänner para o cargo de 2º Preparador de Zoologia do museu, contrato efetivado em meados de 1895²⁹⁰. Tänner, contudo, veio a falecer no mesmo ano, durante uma expedição ao Amapá²⁹¹. Essa foi a primeira de uma seqüência de mortes que abalaram Goeldi e seus colegas, causadas pela malária e pela febre amarela, e que tornariam cada vez mais difícil convencer cientistas a vir para a Amazônia (Goeldi, 1897a, 1897c).

O predomínio dos suíços no Museu Paraense seria rompido com a chegada do alemão Hermann Meerwarth (?-?) e do austríaco Friedrich Katzer (1861-1925). O primeiro foi contratado como Auxiliar de Zoologia, cargo criado por Goeldi após extinguir a vaga de amanuense, com as responsabilidades de “coleccionar, conservar e determinar objetos zoológicos; vigiar sobre o Jardim Zoológico; e servir de intermediário entre o diretor e o pessoal da primeira seção (...)”²⁹². Meerwarth era doutorando na Universidade de Strassburg (Alsácia) e veio ao Brasil com a intenção de conhecer a natureza local para desenvolver futuros estudos. Voltou à Europa em abril de 1899 (Goeldi, 1897a, 1901a)²⁹³.

Quanto a Katzer, era professor de mineralogia na Academia de Minas de Leoben, na província de Styria, Áustria (Goeldi, 1897a). Foi contratado como chefe da Seção de

²⁸⁹ Cf. Contrato entre o Governo Estadual e o cidadão suíço Jacques Huber. Belém, 29 de julho de 1895. AMPEG, Gestão Emílio Goeldi (1894-1907).

²⁹⁰ Cf. Ofício de Lauro Sodré a Emílio Goeldi. Belém, 6 de julho de 1895. AMPEG, Gestão Emílio Goeldi (1894-1907).

²⁹¹ Cf. Ofício de Lauro Sodré a Emílio Goeldi. Belém, 23 de novembro de 1895. AMPEG, Gestão Emílio Goeldi (1894-1907).

²⁹² Cf. Contrato entre o Governo do Estado e o cidadão alemão Hermann Meerwarth. Belém, 23 de agosto de 1895. AMPEG, Gestão Emílio Goeldi (1894-1907).

²⁹³ Meerwarth viria a trabalhar posteriormente no Museu de História Natural de Berlim. Em 1922 publicou “Lebensbilder aus der Tierwelt Europas”, com Karl Soffel.

Geologia, Paleontologia e Mineralogia, em março de 1896. Seu cargo também implicava na prestação de serviços geológicos para o governo do estado, motivo pelo qual recebia uma gratificação adicional como “perito do governo a expertisas [sic] geológicas e montanísticas, nos casos onde os interesses do Estado as tornarem precisas e quando não forem incompatíveis com os trabalhos museares [sic]”²⁹⁴. Assim como Meerwarth, seu interesse pelo Brasil foi temporário, voltando para a Europa em 1898, “chamado a um posto de honra na exploração científica da sua pátria” (Huber, 1901a, p. 101).

Em 1896, Goeldi solicitou ao governo a criação de mais cargos técnicos. Argumentou que dois taxidermistas eram insuficientes para o volume do trabalho, pedindo mais um preparador de zoologia (especializado em entomologia) e um ajudante de preparador de zoologia. Também pediu a criação do cargo de “inspetor de jardim”, que teria como função auxiliar o chefe da seção botânica na administração do horto, e do cargo de “desenhista-litógrafo”, encarregado de elaborar ilustrações, estampas e fotografias (Goeldi, 1897b). Nesse ano, somente uma contratação foi feita, a do alemão Gustav Küsthardt (?-?) para a vaga deixada pelo falecido Tänner (Goeldi, 1897b)²⁹⁵.

Em 1897, o movimento no Museu Paraense seria animado com a substituição do quadro técnico e com a incorporação de novos funcionários. Tchümperli e Küsthardt repatriaram-se após adquirirem uma forte malária, temendo um fim igual ao de Tänner (Goeldi, 1900a; Aerni, s.d.c)²⁹⁶. Foram substituídos, respectivamente, pelo alemão Ernst Clément (?-?), contratado como preparador de entomologia e “meteorologista”, e pelo suíço Joseph Schönmann (1872-1914), taxidermista da Escola Politécnica de Zurique (Goeldi, 1900a; Aerni, s.d.e) (Figuras 49 e 50)²⁹⁷. Quanto ao “desenhista-litógrafo”, também era alemão, mas já residia em Belém. Trata-se de Ernst Lohse (1873-1930), “empregado artístico” da casa de litografia C. Wiegandt, que funcionava desde a década de 1870 no Pará (Goeldi, 1900a, p. 38; Cunha, 1988)²⁹⁸.

²⁹⁴ Cf. Contrato entre Governo do Estado e Friedrich Katzer, cidadão austríaco. Belém, 12 de março de 1896. AMPEG, Gestão Emílio Goeldi (1894-1907).

²⁹⁵ Cf. Contrato entre o Museu e o cidadão alemão Gustav Küsthardt. Belém, 21 de maio de 1896. AMPEG, Gestão Emílio Goeldi (1894-1907).

²⁹⁶ Cf. Ofício de Egídio Leão de Salles, Secretaria do Governo, ao Diretor do Museu. Belém, 21 de julho de 1897. AMPEG, Gestão Emílio Goeldi (1894-1907).

²⁹⁷ Cf. Contrato entre o Museu e o cidadão alemão Ernst Clément. Belém, 27 de julho de 1897; e Contrato entre o cidadão suíço Joseph Schönmann e o Museu Paraense de História Natural e Etnografia. Belém, 26 de agosto de 1897. AMPEG, Gestão Emílio Goeldi (1894-1907).

²⁹⁸ Cf. Contrato entre o Museu Paraense e o cidadão alemão Ernst Lohse. Belém, 27 de julho de 1897. AMPEG, Gestão Emílio Goeldi (1894-1907). Lohse trabalhou no museu até 1911, como um dos mais habilitados litógrafos, tipógrafos, desenhistas e fotógrafos de Belém. A partir dessa data ingressou na

A contratação e a permanência de pesquisadores e de técnicos no Museu Paraense iriam se revelar dramáticas nos anos seguintes não apenas em função da malária e da febre amarela, mas também pelas possibilidades de ganhar mais dinheiro atuando como coletor independente e como seringalista²⁹⁹. Por exemplo, em 1898 Clément também deixaria Belém doente de malária. Em seu lugar foi contratado o austríaco Mathias Zisl (?-1899?)³⁰⁰, que, por sua vez, logo se demitiu do museu e rumou para o alto Amazonas em busca de coleções e do precioso látex. Ali morreria em 1899, de causas desconhecidas (Goeldi, 1901a). O mesmo aconteceria com Schönmann em 1906³⁰¹, indo estabelecer-se no rio Purus, em um seringal chamado Bom Lugar. Aí viveria com a família brasileira (havia outra na Suíça) até 1914, quando retornou para a terra natal com a saúde abalada pela malária. Faleceu no mesmo ano (Aerni, s.d.e).

Em 1899, outra renovação no quadro de pessoal iria se efetivar. O austríaco Adolph Ducke (1876-1959) chegaria ao museu em substituição ao também austríaco Zisl; o suíço Gottfried Hagmann (1874-1946) substituiria Meerwarth como Auxiliar de Zoologia (Figura 51); e o prussiano Karl von Kraatz-Koschlau (1868-1900) assumiria a seção de geologia após a saída de Katzer (Figura 52)³⁰². Os três foram selecionados por Goeldi durante uma viagem à Suíça, vindos juntos para o Brasil, com exceção de Ducke. Este havia sido discípulo de Heinrich Friese (1860-1948), entomólogo especializado em himenópteros (Goeldi, 1901a; Egler, 1963). Hagmann havia estudado na Universidade da Basileia e era Assistente de Zoologia na Universidade de Strassburg, Alemanha. É possível, portanto, que tivesse sido indicado por Huber, por Meerwarth ou pelo pai, Karl Gottfried, diretor do jardim zoológico da Basileia (Goeldi, 1901a; Aerni, s.d.f). Quanto a Koschlau, era professor substituto na Universidade da Basileia quando recebeu o convite de Goeldi para vir ao Brasil (Goeldi, 1901a, 1902b).

Ducke permaneceu no museu durante muitos anos, desligando-se dele somente no final da década de 1910. Mas Hagmann e Koschlau repetiram a sina dos funcionários da instituição: o primeiro desentendeu-se com Goeldi em meados de 1904 e foi trabalhar num

iniciativa privada. Em 1926 retornou ao museu como 1º Preparador de Zoologia, permanecendo na instituição até seu assassinato durante a Revolução de 1930 (Cunha, 1988).

²⁹⁹ O seringalista era o proprietário de seringais, que comercializava a produção dos seringueiros.

³⁰⁰ Cf. Contrato de Mathias Zisl, cidadão austríaco. Belém, 19 de agosto de 1898. AMPEG, Gestão Emílio Goeldi (1894-1907).

³⁰¹ Cf. Ofício de Jacques Huber, Diretor interino, ao Governador do Estado. Belém, 28 de maio de 1906. AMPEG, Gestão Emílio Goeldi (1894-1907).

³⁰² Cf. Ofício do Secretário do Governo ao Diretor do Museu Paraense. Belém, 22 de novembro de 1899. AMPEG, Gestão Emílio Goeldi (1894-1907).

seringal na Ilha de Mexiana, foz do Amazonas³⁰³; o segundo faleceu de febre amarela seis meses depois de chegar a Belém (Goeldi, 1902a, 1902b). Mesma sina teve o suíço Max Käch (1875-1904), também vindo da Universidade da Basileia e indicado por Hagmann, em 1904, para ocupar a vaga de Koschlau (Goeldi, 1906b; Aerni, s.d.f) (Figura 53)³⁰⁴. Como seu antecessor, Käch faleceu de febre amarela, apenas dois meses depois de ser contratado, frustrando, mais uma vez, “a tentativa da Diretoria de preencher essa vaga tão sensível no quadro do pessoal científico” (Huber, 1908a, p. 24).

Adentrado o século XX, houve mais duas contratações importantes. A primeira foi a do já mencionado Andreas Goeldi (1872-1912?), primo de Emílio. Andreas ainda morava na “Colônia Alpina” quando foi chamado para o Museu Paraense, com o fim de assumir o cargo de Inspetor de Jardim, criado em 1897 mas só ocupado em 1901. Segundo Emílio, ele trazia o “cabedal de 10 anos de experiência prática em agricultura e horticultura adquirido no sul do Brasil” (Goeldi, 1904a, p. 26). Andreas ficaria no Museu Paraense até o final de 1906, quando assumiu a direção da Estação Experimental de Agricultura Prática, criada pelo governo do Pará no município de Peixe-Boi (Huber, 1909a). Também morreria de malária, em Belém, por volta de 1912 (Aerni, s.d.g).

A segunda foi a da prussiana Emilie Snethlage (1868-1929), a primeira mulher a ser admitida em uma instituição científica no Brasil (Figura 54). Após sua formatura em 1904 (já com 36 anos) na Universidade de Freiburg, Alemanha, com uma tese sobre a musculatura dos artrópodes, Snethlage trabalhou com o ornitólogo Anton Reichenow (1847-1941) no Museu de História Natural de Berlim, até ser contratada por Goeldi, em agosto de 1905, como Assistente de Zoologia em substituição a Hagmann³⁰⁵. Foi indicada para o cargo pelo próprio Reichenow, que assegurou sua competência e habilidade nos trabalhos de museu³⁰⁶. Com a saída de Goeldi, foi promovida a Chefe da Seção Zoológica; e, após a morte de Huber, em 1914, foi nomeada Diretora interina do Museu Paraense, permanecendo vinculada à instituição até 1922 (Cunha, 1989, p. 83-102).

³⁰³ Hagmann depois retornou para a Basileia e, em seguida, para Strassburg. Por volta de 1910 veio novamente para o Brasil, fixando-se na região de Santarém, Pará. Aí viveria até sua morte, sempre pesquisando a fauna amazônica e colaborando com o Museu Paraense (Aerni, s.d.f).

³⁰⁴ Cf. Contrato entre o Museu Paraense e o cidadão suíço Max Kaech (rascunho); e Ofício do Secretário de Estado da Justiça, Interior e Instrução Pública a Emílio Goeldi. Belém, 28 de maio de 1904. AMPEG, Gestão Emílio Goeldi (1894-1907).

³⁰⁵ Cf. Ofício do Secretário do Estado de Justiça, Interior e Instrução Pública a Emílio Goeldi. Belém, 30 de agosto de 1905. AMPEG, Gestão Emílio Goeldi (1894-1907).

³⁰⁶ Snethlage, de fato, seria autora de notável produção científica, dedicando-se especialmente à ornitologia e à etnografia amazônicas. Sobre a pesquisadora, ver Cunha (1989, p. 83-102) e Corrêa (1995, 2001).

Abaixo, segue um quadro dos estrangeiros que trabalharam no Museu Paraense entre 1894 e 1907:

Tabela 3
Funcionários estrangeiros do Museu Paraense, 1894-1907 (por ordem de contratação)³⁰⁷

Nome	Naturalidade / Nacionalidade	Formação / Titulação	Cargo / Função	Data de ingresso	Data de saída
Emil August Göldi (1859-1917)	Schlatt, cantão de Sankt Gallen, Suíça	Ph.D. em Zoologia, Universidade de Jena, Alemanha	22/3/1894 – Diretor, Chefe das Seções Zoológica e Etnográfica e Inspetor do Jardim Zoológico; 23/08/1895 – Diretor e Chefe das Seções Zoológica e Etnográfica; 21/3/1907 – Diretor Honorário	21/3/1894	21/3/1907
Ludwig Martin Tschümperli (1870-1928)	Sankt Gallen, cantão de Sankt Gallen, Suíça	Empalhador no Ateliê de Ernst Heinrich Zollikofer, Suíça	1º Preparador de Zoologia	Mar./1894?	Ago./1897
Albert Schulz (?-?)	Alemanha		2º Preparador de Zoologia	13/7/1894	17/10/1894
Jakob (Jacques) Huber (1867-1914)	Schleitheim, cantão de Schaffhausen, Suíça	Doutor em Ciências Naturais, Universidade da Basileia, Suíça	29/7/1895 – Chefe da Seção Botânica e Inspetor do Horto Botânico; Ago./1901 – Chefe da Seção Botânica; Meados de 1904 – Chefe da Seção Botânica e Bibliotecário; Janeiro de 1907 – Chefe da Seção Botânica; 21/3/1907 – Diretor e Chefe da Seção Botânica	29/7/1895	18/2/1914
Max Tänner (1873-1895)	Sankt Gallen, cantão de Sankt Gallen, Suíça	Empalhador no Ateliê de Ernst Heinrich Zollikofer, Suíça	2º Preparador de Zoologia	Jul./1895	14/11/1895
Hermann Meerwarth (?-?)	Darmstadt, Alemanha	Cand. Ph.D. em Ciências Naturais, Universidade de Strassburg (Alsácia)	Auxiliar Científico de Zoologia e Inspetor do Jardim Zoológico	23/08/1895	Abr./1899
Friedrich Katzer (1861-	Áustria	Doutor em Geologia	Chefe da Seção de Geologia, Paleontologia e	12/3/1896	Set./1898

³⁰⁷ Na tabela foram incluídos somente os funcionários. Além destes, houve os estrangeiros contratados como coletores para viagens ou serviços específicos. Tabela elaborada por Patrícia Barros e pelo autor, tendo como fontes as biografias disponíveis sobre cada pesquisador, os relatórios institucionais e a documentação existente no AMPEG.

1925)			Mineralogia		
Gustav Küsthardt (?-?)	Alemanha		2º Preparador de Zoologia	21/5/1896	Jul./1897
Ernst Clément (?-?)	Alemanha		1º Preparador de Zoologia (entomologia) e “meteorologista”	27/7/1897	Primeiro semestre de 1898
Ernst Lohse (1873-1930)	Alemanha		Desenhista-litógrafo	27/7/1897	31/3/1911
Joseph Schönmann (1872-1914)	Waldschlag, município de Oberägeri, Suíça	Empalhador na Escola Politécnica Federal de Zurique	26/8/1897 – 2º Preparador de Zoologia; 1898 – 1º Preparador de Zoologia e “meteorologista”	26/8/1897	6/6/1906
Mathias Zisl (?-1899?)	Áustria		2º Preparador de Zoologia (entomologia) e “meteorologista”	19/8/1898	Final de 1898
Adolph Ducke (1876-1959)	Trieste, Áustria (atualmente, Trieste é uma cidade italiana)		1899 – 2º Preparador de Zoologia (entomologia); 1907 – Auxiliar Científico de Zoologia 1914 – Chefe da Seção Botânica A partir de 1914 – Diretor interino por diversas vezes	1899	1918
Gottfried Hagmann (1874-1946)	Lichtensteig, Suíça	Ph.D. em Ciências Naturais, Universidade da Basileia, Suíça	Auxiliar Científico de Zoologia, Inspetor do Jardim Zoológico e Bibliotecário	Nov./1899	Meados de 1904
Karl von Kraatz-Koschlau (1868-1900)	Schwedt, Prússia	Ph.D. em Mineralogia, Universidade de Munique, Alemanha	Chefe da Seção de Geologia, Paleontologia e Mineralogia	Nov./1899	18/5/1900
Andreas Goeldi (1872-1912?)	Sennwald, Sankt Gallen, Suíça		Inspetor do Horto Botânico	Ago./1901	Dez./1906
Max Käch (1875-1904)	Entlebuch, cantão de Lucerna, Suíça	Ph.D. em Geologia, Universidade da Basileia	Chefe da Seção de Geologia, Paleontologia e Mineralogia	Mar./1904	22/5/1904
Emilie Snethlage (1868-1929)	Kraatz, província de Brandenburg, Prússia	Ph.D. em Ciências Naturais, Universidade de Freiburg, Alemanha	Ago./1905 – Auxiliar Científico de Zoologia e Inspetora do Jardim Zoológico; 1907 – Chefe da Seção Zoológica e Inspetora do Jardim Zoológico; Fev./1914 – Diretora interina e Chefe da Seção Zoológica	Ago./1905	Jan./1922

Convém fazer alguns comentários sobre a contratação de estrangeiros para o Museu Paraense. Em primeiro lugar, é evidente a prioridade dada por Goeldi à Seção de Zoologia.

No período, foi a única a ter em seus quadros dois pesquisadores (Goeldi e, alternadamente, Meerwarth, Hagmann e Sneath), que coletavam, identificavam espécimes, publicavam e cuidavam do jardim zoológico. A seção também tinha duas vagas de preparadores, número depois ampliado para três, e mais dois ajudantes de preparador, em contraposição às demais seções, com apenas uma vaga (a exceção ficava para a seção etnográfica, nunca instalada de fato).

Enquanto Goeldi foi capaz de montar uma equipe para si, impôs às demais seções o ônus da sobrecarga de trabalho, principalmente à seção botânica. Huber, por exemplo, cuidava não apenas das coletas, da identificação do material botânico, da organização do herbário, das suas pesquisas, como também administrava o horto botânico, com a ajuda de apenas um preparador brasileiro e alguns jardineiros. Somente em 1901 foi contratado um inspetor do horto, apesar de o cargo ter sido criado quatro anos antes. Atentamos para o fato da pessoa escolhida para esse cargo ter sido um primo de Goeldi (Andreas), o que retirou de Huber a possibilidade de contratar pessoa de seu conhecimento ou de sua confiança.

Em segundo lugar, a rotatividade de funcionários foi superior ao que era desejável, causada principalmente por doenças que acometiam os imigrantes. Pelo menos três preparadores rescindiriam seus contratos devido à malária, um faleceu no cargo e dois pesquisadores foram vitimados pela febre amarela. Esses incidentes, somados ao fato do preparador de geologia nunca ter sido contratado, inviabilizaram o trabalho na seção de geologia, desativada após a morte de Käch.

A ameaça constante das doenças e a instabilidade da moeda brasileira, que tornava o custo de vida na região amazônica extremamente elevado, certamente são as causas da diminuição no ritmo das contratações verificado a partir de 1900. Nessa época, estavam abertas vagas para a chefia da seção geológica, para um preparador de zoologia e para um preparador de geologia, vagas que não chegariam a ser efetivamente preenchidas até a saída de Goeldi (com exceção da chefia da seção geológica, ocupada brevemente, como vimos, em 1904). Esse dado demonstra a dificuldade em achar pessoas interessadas em vir para o Brasil, mesmo em condições relativamente vantajosas.

Em terceiro lugar, a seleção dos funcionários estrangeiros demonstra algumas estratégias interessantes de Goeldi. Por exemplo, durante todo o período o diretor destinou sempre uma vaga de preparador de zoologia para suíços, e outra vaga para alemães ou austríacos. O fato pode ser apenas uma coincidência, mas preferimos acreditar que tem sua

explicação nas relações de Goeldi com instituições desses países. O diretor também procurou profissionais em início de carreira, embora efetivamente treinados em instituições e ateliês de história natural. Quanto aos pesquisadores, todos também estavam em início de carreira, sendo alguns recém-doutores e um doutorando. Como já mencionamos, essa opção pode ser explicada pela maior facilidade de um homem solteiro deslocar-se para outro país e acomodar-se em instalações relativamente simples.

Por fim, ressaltamos que os pesquisadores foram escolhidos mediante a ajuda de outros cientistas já estabelecidos, como Schröter e Reichenow. As fontes são insuficientes para estabelecermos todas as relações de Goeldi, principalmente as austríacas, mas as que estão disponíveis permitem concluirmos que algumas universidades também foram privilegiadas pelo diretor do Museu Paraense, seja pela formação que propiciava aos estudantes, seja pela existência de interlocutores estratégicos. Nesse aspecto destacam-se as Universidades de Strassburg, na Alemanha, e a da Basileia, na Suíça. Essas relações demonstram a ação de pesquisadores europeus que atuavam como *gatekeepers*, controlando o acesso de jovens pesquisadores às vagas em disponibilidade numa instituição localizada a milhares de quilômetros.

3.4.8 Administradores, ajudantes e serventes

Um dos mais importantes funcionários do Museu Paraense até 1900 foi o pouco conhecido Raymundo Martins da Silva Porto (?-?), diretor interino do museu entre novembro de 1893 e março de 1894. Foi mantido por Goeldi na instituição como Sub-diretor. Porto tinha a responsabilidade de auxiliar na administração do museu, gerenciar a contabilidade, organizar a biblioteca e representar a instituição na ausência do diretor (Regulamento..., 1894). Com ele, Goeldi manteve talvez a relação mais íntima durante sua estadia em Belém, como se o mesmo fosse um secretário particular do diretor. A convivência de ambos no trabalho e no ambiente doméstico também permitiu a construção de laços afetivos entre suas famílias. Quando viajava, o diretor escrevia regularmente ao “Amigo Dr. Porto”, orientando o trabalho no museu, esclarecendo dúvidas, pedindo favores pessoais e também dando notícias sobre si próprio, sua esposa e filhos³⁰⁸. Porto foi

³⁰⁸ Vale a pena mencionar as cartas que trocaram, pois revelam um Goeldi inteiramente diferente da postura formal e professoral com que aparece nos relatórios institucionais e nos seus trabalhos científicos. Nessas cartas, o diretor do museu revelava-se carinhoso com a família e atento às questões nacionais. Também se

exonerado do museu em 1901 e nomeado para reger interinamente a cadeira de Mineralogia do curso de agrimensura do Ginásio Paes de Carvalho (antigo Liceu Paraense)³⁰⁹. No novo Regulamento lançado em janeiro de 1902, o cargo de Sub-diretor foi extinto (Decreto..., 1904).

Além de Porto, Goeldi manteve no novo Museu Paraense um outro funcionário contratado antes de 1894, João Batista de Sá (?-1909). Sá ingressou como servente, mas seu interesse e suas habilidades manuais foram suficientes para que fosse promovido, em 1895, a Ajudante de Preparador de Zoologia (Goeldi, 1897a)³¹⁰. Apesar de o cargo ter sido criado para aprendizes, Sá foi mantido nele por mais de treze anos. Mesmo com uma remuneração baixa, o preparador se profissionalizou e se destacou como um dos grandes coletores do museu, responsável pela incorporação de centenas de animais às coleções zoológicas da instituição (Bedran et al., 2005; Silva et al., 2005).

Na seção botânica, Huber trabalhou diretamente com brasileiros, ao contrário de Goeldi. Em 1896, Manoel Pinto de Lima Guedes (?-1902) foi contratado como o primeiro preparador da seção. Guedes era filho de um militar, Aureliano Pinto de Lima Guedes, colaborador do museu, amigo pessoal de Goeldi e depois diretor do Instituto Lauro Sodré (Cunha, 1989, p. 77-82). O “empregado zeloso e compreendedor dos seus deveres”, nas palavras de Huber, faleceu em janeiro de 1902, possivelmente de malária (Goeldi, 1906a,

mostrava um administrador que centralizava o máximo de decisões em suas mãos e um hábil estrategista que buscava incansavelmente apoio político para o Museu Paraense. Por exemplo, em setembro de 1897, durante uma longa estadia no Rio de Janeiro para se recuperar de uma malária, Goeldi escreveu sobre o estado de saúde de Adelina, sua esposa, e dos seus seis filhos; fez comentários sobre a “questão de Canudos”, que, de acordo com o que ouvira nos “círculos militares” da Bahia, seria “liquidada dentro de poucas semanas ou poucos dias mesmo”; informou da repercussão que as publicações do museu tinham na capital federal, como a crítica a um trabalho de Katzer que Orville Derby iria publicar na *Revista Brasileira*, então dirigida por José Veríssimo; e relatou os contatos políticos que mantinha em benefício do museu, como o do “Senador Machado, que é um fervoroso amigo e protetor do nosso Museu”, e de “L.S.”, o ex-governador Lauro Sodré. Goeldi manifestava regularmente para Raymundo Porto sua preocupação com Sodré, principalmente com os passos políticos do amigo comum, equivocados na opinião do zoólogo: “L. S. [Lauro Sodré] perdeu, ao que parece, bastante aqui de terreno, infelizmente, pelas razões que já no Pará adivinhei [refere-se à dissidência do Partido Republicano Federal]”. Em outra carta, Goeldi foi lacônico: “Aqui dias tristes; país profundamente abalado com o atentado ao presidente e o assassinato do Ministro da Guerra, coisas que a opinião pública atribui moralmente à linguagem vil, lenta e subversiva da imprensa glycerista [a que apoiava Francisco Glicério, dissidente do PRF]. (...) Lamento situação de L. S., que não se retirou a tempo livrando-se de companhia tão desprezível”. Cf. Cartas de Emílio Goeldi a Raymundo Porto. Maranhão, 5 de setembro de 1897; Ceará, 7 de setembro de 1897; Pernambuco, 10 de setembro de 1897; Rio de Janeiro, 23 de setembro de 1897; Rio de Janeiro, 9 de novembro de 1897; Rio de Janeiro, 15 de novembro de 1897; Colônia Alpina, 11 de dezembro de 1897; Rio de Janeiro, 1º de janeiro de 1898; Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 1898. AMPEG, Gestão Emílio Goeldi (1894-1907).

³⁰⁹ Cf. Ofício de Augusto Olympio, Secretário de Governo, ao Diretor do Museu Paraense. Belém, 1º de março de 1911[1901]. AMPEG, Gestão Emílio Goeldi (1894-1907).

³¹⁰ Cf. Ofício de Lauro Sodré ao Diretor do Museu Paraense. Belém, 26 de novembro de 1895. AMPEG, Gestão Emílio Goeldi (1894-1907).

p. 484, 507)³¹¹. Em substituição a ele, o 2º Ajudante de Preparador de Zoologia, Rodolpho de Siqueira Rodrigues (1884-1957), foi promovido a Preparador de Botânica³¹². Segundo Goeldi, o funcionário “rapidamente se orientou nos misteres do novo posto, constituindo-se em elemento útil, zeloso e trabalhador da seção botânica” (Goeldi, 1906a, p. 507).

Rodrigues foi um dos “meninos inteligentes” que Goeldi “descobriu”. Logo que assumiu a instituição, o diretor, conforme previa o Regulamento, mandou publicar pequenos anúncios no Diário Oficial do Estado, com o seguinte texto:

Meninos inteligentes, de bom comportamento e índole sossegada, maiores de 14 anos, que queiram aprender a arte taxidérmica e adquirir, durante um tirocínio de alguns anos, os conhecimentos e a habilidade prática necessários a um preparador, podem apresentar-se, acompanhados de seus pais ou tutores, perante esta Diretoria, no edifício do Museu, todos os dias úteis, das 11 horas da manhã, onde serão dadas as necessárias informações³¹³.

Rodrigues se apresentou em 1897, com apenas 13 anos de idade. Trabalhou na instituição como voluntário até completar a idade exigida pelo diretor (Goeldi, 1900a). Em 1898, foi contratado como Ajudante de Preparador de Zoologia (Huber, 1901a) e, quatro anos depois, como vimos, assumiria o cargo disponível na seção botânica. O técnico permaneceria vinculado ao museu durante 60 anos, período no qual ocupou diversos cargos e funções, inclusive de diretor interino³¹⁴.

As trajetórias de Sá, Rodrigues e outros ajudantes de preparador – como Oscar Rodrigues Martins (?-?), que também entrou como voluntário e foi contratado em dezembro de 1906 (Huber, 1909a), tornando-se o grande companheiro de viagens de Sneathlage – mostram a importância dos funcionários brasileiros para o Museu Paraense. Embora mal-remunerados e ocupando cargos hierárquicos inferiores, esses funcionários não apenas permaneceram longos anos no museu, como também foram responsáveis pela manutenção do acervo depois que os estrangeiros deixaram a instituição.

³¹¹ No Museu Paraense, Manoel desempenhou suas funções com elogios, tendo sido homenageado por Huber, Ducke e C. de Candolle ao descreverem espécies de plantas e abelhas utilizando o qualificativo *guedesii*.

³¹² Cf. Ofício do Secretário de Estado da Instrução Pública ao Diretor do Museu Paraense. Belém, 22 de fevereiro de 1902. AMPEG, Gestão Emílio Goeldi (1894-1907).

³¹³ Ver, por exemplo, Diário Oficial, Sexta Feira, 26 de outubro de 1894, p. 180; Sexta Feira, 30 de Novembro de 1894, p. 388. AMPEG, Gestão Emílio Goeldi (1894-1907).

³¹⁴ Cunha (1989, p. 122-137) atribui a ele o mérito de ter salvado da ruína as coleções e a biblioteca da instituição, nos vários períodos de dificuldades financeiras durante a primeira metade do século XX.

A partir de 1906, quando caiu significativamente o ritmo de contratações no museu, foram os ajudantes de preparador que sustentaram a coleta de espécimes na instituição, revelando o desvirtuamento do cargo e a sub-remuneração por uma responsabilidade que tinham de fato, mas que não era reconhecida. Nos anos de 1907 e 1908, por exemplo, nenhum dos três cargos de preparador de zoologia estava ocupado, mas os dois de ajudante sim (Sá e Martins), ou seja, os “mestres” não estavam na instituição e os “aprendizes” trabalhavam por eles, sem, contudo, receber por isso (Huber, 1909a, 1909b).

Além de alguns cargos técnicos, os brasileiros ocuparam os administrativos. Contudo, temos poucas informações disponíveis além dos nomes dos oficiais, contínuos, porteiros, jardineiros, guardas e serventes que trabalharam na instituição. Alguns deles eram escalados para viagens de coleta³¹⁵, outros foram ‘promovidos’ a ajudante de preparador, repetindo a trajetória de João Batista de Sá³¹⁶. Houve, ainda, uma tentativa de Goeldi de reservar o trabalho de jardinagem para imigrantes portugueses e espanhóis, que chegavam em grandes quantidades à região amazônica³¹⁷.

No geral, Goeldi utilizava palavras duras quando se referia aos seus subalternos mais inferiores, com exceções. Segundo o diretor, “na inconstância e no pouco pendor para a permanência num posto com trabalho sério e obrigações e deveres diários e bem regularizados encontramos uma das maiores dificuldades para a boa marcha do estabelecimento e causa de inúmeros aborrecimentos”. Os serventes desapareciam do trabalho ou mostravam-se “imprestáveis, preguiçosos e indisciplinados”. Os guardas eram acusados de “infidelidade”, os jardineiros de “serem dados aos vícios do alcoolismo e da venalidade” (Goeldi, 1897b, p. 271-272). As queixas de Goeldi repetem-se por vários relatórios, sempre apontando as dificuldades geradas com a mudança freqüente de serventes e os aborrecimentos com a “inconstância, infidelidade, negligência e relaxamento deste pessoal subalterno (...)” (Goeldi, 1900a, p. 39).

Em 1899, o diretor afirmava que a causa desse “fenômeno” desanimador era a insuficiência da remuneração dos cargos. Os salários de serventes pagos na instituição eram inferiores aos da Intendência Municipal, com a diferença de que no museu eram

³¹⁵ Exemplos: o servente Francisco Pereira da Silva (?-?) e o guarda-jardim Francisco Batista do Carmo (?-?) (Bedran et al., 2005; Silva et al., 2005).

³¹⁶ Exemplos: Antônio José da Costa (?-?), servente em 1902 e ajudante de 1904 a dezembro de 1906; e Gregório Antônio Joaquim Cerqueira (?-?), jardineiro em 1897 e ajudante de 1903 a fevereiro de 1904 (Goeldi, 1900a, 1906a, 1908a; Huber, 1908a, 1909a).

³¹⁷ Também podemos citar exemplos: o português Joaquim Lopes de Araújo (?-?), jardineiro-chefe de 1899 a 1904 (Huber, 1908a); e os espanhóis Francisco Diego y Rodriguez (?-?) e Amaro Perez (?-?), jardineiros em 1898 (Huber, 1901a).

exigidos o revezamento na vigília noturna e o trabalho diário, inclusive nos domingos e dias santos. O mesmo ocorria com os porteiros, os quais ganhavam, no museu, menos do que nas demais repartições estaduais. Por esse motivo Goeldi pedia o aumento geral dos salários administrativos e também os dos preparadores da seção zoológica, pois era necessário que o Museu Paraense acompanhasse “de alguma forma a concorrência internacional” (Goeldi, 1901a, p. 132).

Na prática, essa situação mostrava-se paradoxal. Comparativamente, como vimos, o pessoal científico do museu era o mais bem remunerado do estado. E o pessoal técnico tinha salários de nível internacional. O mesmo, contudo, não ocorria com o pessoal administrativo, em visível desvantagem do ponto de vista pecuniário, agravada ainda mais pelo sistema de trabalho quase militar exigido por Goeldi. Apesar das solicitações de aumento feitas pelo diretor, o contraste permaneceu durante todo o período, sendo natural que tensões e deserções ocorressem dentro da instituição. “Muito trabalho, pouco dinheiro”, era o que Goeldi ouvia repetidamente (Goeldi, 1902a, p. 271).

Ainda assim, o Museu Paraense foi lugar de alguns ‘experimentos’ trabalhistas inovadores para a administração pública brasileira. O primeiro foi a contratação de Snethlage, já referida, que motivou o diretor a repetir a façanha de contratar mulheres, desta vez para cargos administrativos. Em 1907, a demissão do oficial da secretaria, José Lobo Pessanha, motivou Goeldi a pedir a substituição do cargo (Oficial de 1ª Categoria) por dois outros inferiores (Oficial de 2ª Categoria), “permitindo assim obter maior soma de trabalho sem acréscimo notável de despesas” (Huber, 1909a, p. 4). Para ocupar os cargos menores foram indicadas Anna de Aragão Carreira (1894?-?) e Abigayl Esther de Mattos (1889-1958), sendo a primeira encarregada de confeccionar rótulos e etiquetas, e a segunda encarregada das antigas atribuições de Pessanha, ou seja, da secretaria e da biblioteca (ainda que com remuneração inferior) (Figura 54)³¹⁸. A avaliação da experiência, feita por Huber, foi bastante positiva:

Felizmente esta experiência, ainda que única no Pará, deu resultados de todo satisfatórios para o Museu, sendo de louvar o zelo e a aplicação com que as ditas funcionárias se houveram no desempenho de suas funções. Provavelmente o

³¹⁸ Segundo Cunha (1989, p. 133), Anna Carreira tinha 13 anos de idade quando ingressou no museu e Abigayl Mattos, 18. Não temos muitas informações sobre a primeira, mas a segunda veio a casar-se com Rodolpho Siqueira Rodrigues, o preparador de botânica. Abigayl permaneceu no cargo até 1931, quando finalmente foi promovida a 1º Oficial. Em 1935, foi transferida para outra repartição estadual, depois de 28 anos de serviços no museu. Foi, assim como o marido, uma das colunas de sustentação que permitiram à instituição sobreviver às crises financeiras das décadas de 1910 e 1920.

nosso Museu é o único na América latina onde o trabalho feminino seja tão largamente aproveitado. (Huber, 1909a, p. 4).

Os funcionários e funcionárias brasileiros, quase todos ocupando postos hierarquicamente inferiores (a exceção era Raymundo Porto), não estavam diretamente envolvidos com as atividades científicas da instituição, mas eram fundamentais para a ‘máquina’ administrativa gerida por Goeldi, cujas engrenagens funcionavam em diferentes tempos e espaços. Eles estavam na base dos trabalhos e nas tarefas cotidianas, todas invisíveis diante dos índices de produtividade dos pesquisadores ou eclipsadas pela memória, mas que foram fundamentais para a instituição. Exemplo maior são os ajudantes de preparador de zoologia, os jardineiros e os serventes do zoológico. Na tabela abaixo apresentamos alguns funcionários:

Tabela 4:
Funcionários brasileiros do Museu Paraense, 1894-1907 (por ordem de contratação)³¹⁹

Nome	Naturalidade / Nacionalidade	Formação / Titulação	Cargo / Função	Data de ingresso	Data de saída
Raymundo Martins da Silva Porto (?-?)	Brasileiro	Bacharel	Diretor Interino do Museu Paraense (novembro de 1893 a março de 1894); Sub-diretor do Museu Paraense (março de 1894 a março de 1901)	14/11/1893	1/3/1901
João Baptista de Sá (?-1909)	Brasileiro		Servente (antes de 1894); Ajudante de Preparador da Seção de Zoologia (nov./1895)	Antes de 1894	12/5/1909
Manoel Pinto de Lima Guedes (?-1902)	Brasileiro		Preparador de Botânica	16/6/1896	31/1/1902
Francisco Honorato de Bérenger Monteiro (?-?)	?		Preparador de Geologia	1897	1897/1898 ?
Rodolpho de Siqueira Rodrigues (1884-1957)	Brasileiro		Voluntário oficina taxidérmica (1897); Ajudante de Preparador da Zoologia (1898); Preparador da Seção de Botânica (1902);	1897	1957

³¹⁹ Na tabela foram incluídos somente os funcionários sobre os quais obtivemos informações. A grande maioria dos serventes, guardas e jardineiros não foi incluída. Tabela elaborada por Patrícia Barros e pelo autor, tendo como fontes os relatórios institucionais e a documentação existente no AMPEG.

			Assumiu diversos outros cargos até seu falecimento		
Joaquim Lopes de Araújo (?-?)	Português		Jardineiro (1899)	1899	1904
José Lobo Pessanha (?-?)	Brasileiro		1º Oficial da Secretaria	1901	1907
Gregório Antônio Joaquim Cerqueira (?-?)	Brasileiro		Contínuo (1901); Ajudante de Preparador da Zoologia (1902)	1901	1904
Antônio José da Costa (?-?)	Brasileiro		Servente (1902); Ajudante de Preparador da Zoologia (1904)	1902	Antes de 1907
João Baptista do Carmo (?-?)	Brasileiro		Guarda do Jardim Zoológico	1902	22/5/1903
Oscar Rodrigues Martins (?-?)	Brasileiro		Voluntário na oficina taxidérmica; Ajudante de Preparador da Zoologia (1907)	1907?	?
Abigayl Esther de Mattos (1889-1958)	Brasileira		2º Oficial da Secretaria	Jan./1907	1935
Anna de Aragão Carreira (1894?-?)	Brasileira		2º Oficial da Secretaria	Jan./1907	?

Em resumo, podemos considerar o Museu Paraense como uma instituição fundamental para o projeto político republicano no Pará, principalmente no que se refere ao seu papel de instrumento para a instrução do povo. Em pouco tempo, o museu tornou-se parte importante da identidade da elite local, desejosa de estender sua educação e refinamento para as massas, de incorporá-las no projeto modernizante que acreditava estar inaugurando. Nesse sentido, o apoio que Goeldi obteve para construir sua “colônia científica” teve sua origem nas demandas colocadas pelos primeiros governos republicanos, convictos de que estavam instaurando uma nova era de bem estar, de todo distinta do período imperial. A relativa autonomia e estabilidade que o Museu Paraense gozou nas duas primeiras décadas da República, além de contrastar vivamente com a trajetória da instituição durante o Império, permitiram aos seus pesquisadores desenvolver investigações em diversos ramos da ciência, em quantidade e qualidade inéditas no norte do país, além de projetar a instituição para além dos estreitos círculos provinciais. É o que veremos no próximo capítulo.

ILUSTRAÇÕES – REPÚBLICA E CIÊNCIA NO BRASIL: O CASO DO MUSEU PARAENSE



Figura 12: Retrato de José Veríssimo Dias de Mattos (1857-1916), Diretor Geral da Instrução Pública no Pará, em 1890-1891. Fonte: Sítio da Academia Brasileira de Letras, <http://www.academia.org.br/>

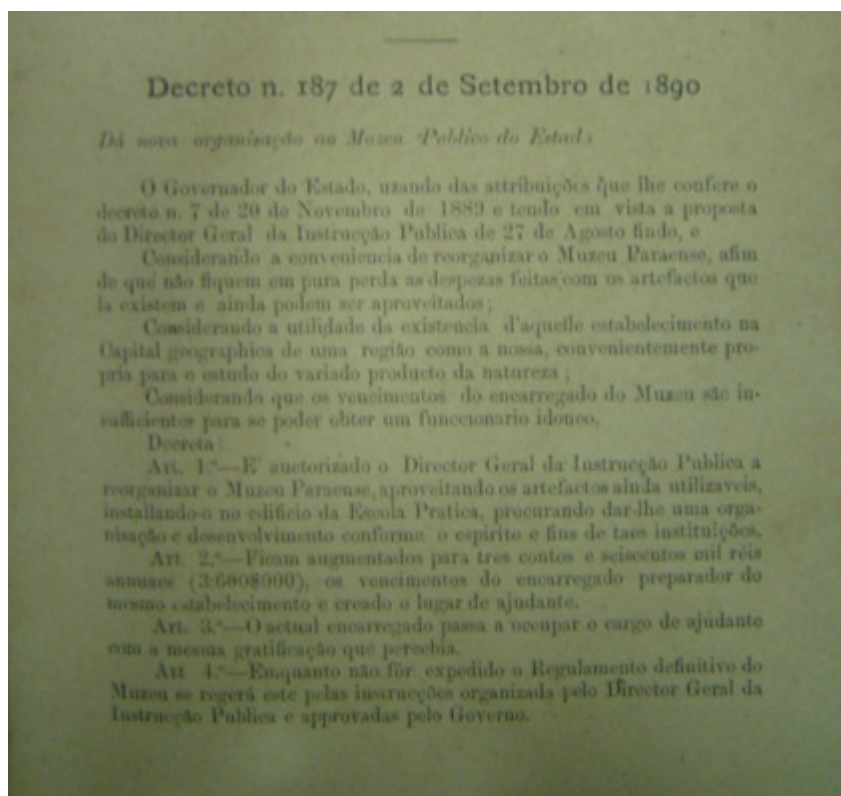


Figura 13: Decreto n. 187 de 2 de setembro de 1890. Dá nova organização ao Museu Público do Estado (Actos..., 1893, p. 221).

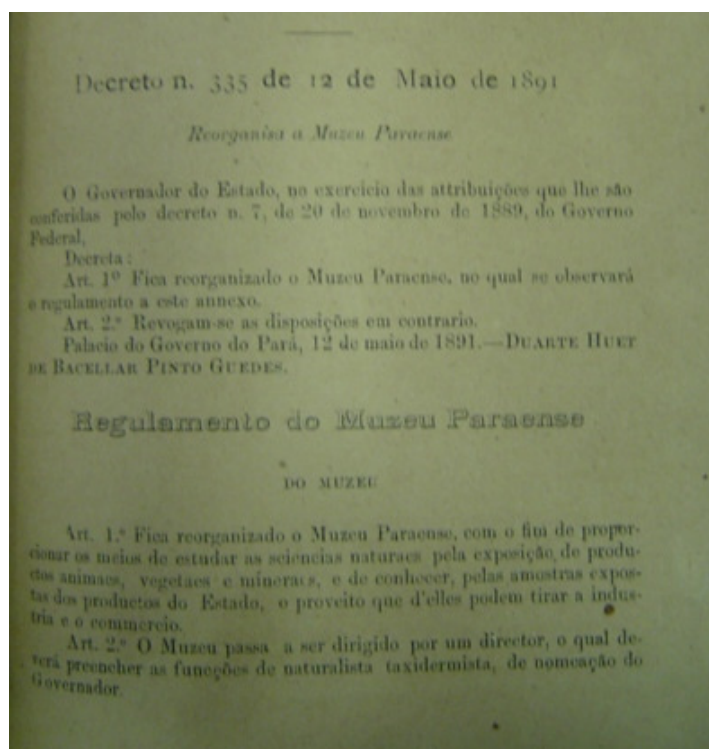


Figura 14: Decreto n. 335 de 12 de maio de 1891. Reorganiza o Museu Paraense (Decretos..., 1894, p. 197).



Figura 15: Retrato de Lauro Sodré (1858-1944), impresso no primeiro fascículo do *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia* (1894).



Figura 16: Avenida da República (atual Presidente Vargas). Fonte: Belém... (1996, p. 84).



Figura 17: Estrada de Ferro de Bragança (atual Av. Almirante Barroso). À esquerda, um dos palacetes que surgiram na periferia de Belém. Fonte: Belém... (1996, p. 102).



Figura 18: Nova sede do Instituto Lauro Sodré (antigo Instituto Paraense de Educandos Artífices), que passou a assistir 300 ‘órfãos desvalidos’ e ‘filhos de pais pobres’. O prédio foi construído às margens da Estrada de Ferro de Bragança e possuía oficinas de serralheria, sapataria, alfaiataria, tipografia, marcenaria e tornearia. Fotografia de F. A. Fidanza, 1902. Fonte: Fidanza (1902).



Figura 19: Retrato de Emílio Goeldi (1859-1917). Data e fotógrafo não identificados. Coleção Fotográfica / Arquivo Guilherme de La Penha / MPEG.

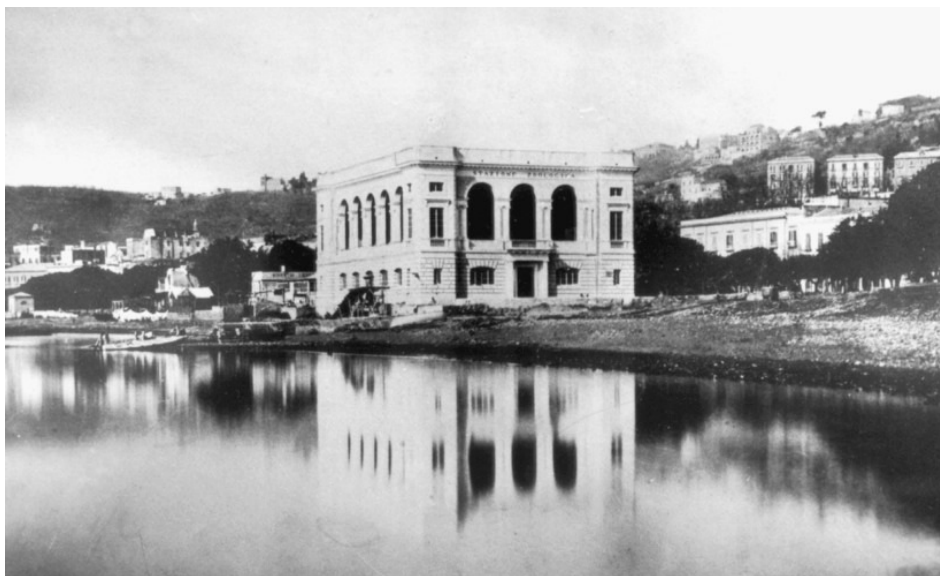


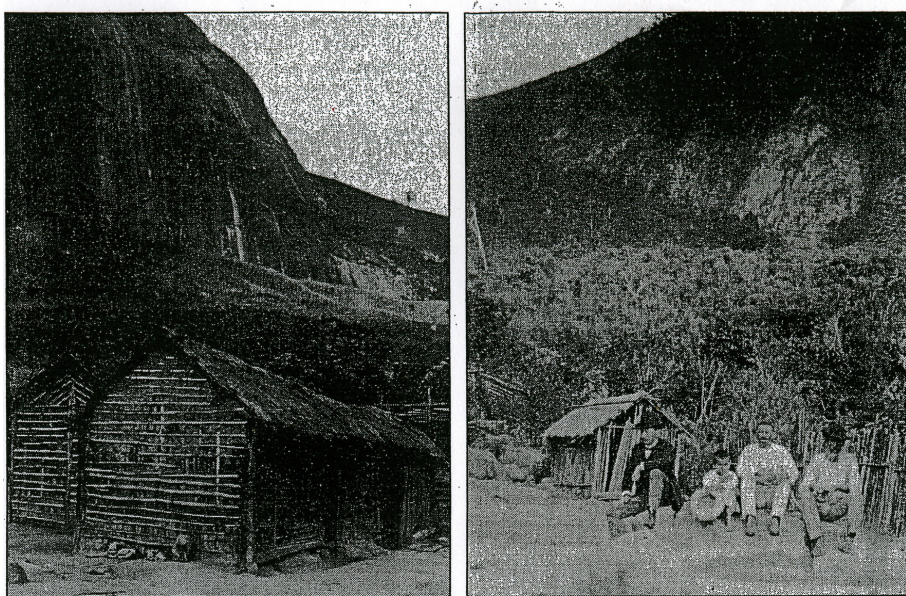
Figura 20: Estação Zoológica de Nápoles em 1872, onde Emílio Goeldi estudou aves e animais marinhos.
Fonte: Sítio da *Stazione Zoologica Anton Dohrn*, <http://www.szn.it/>



Figura 21: Prédio que abrigou o Museu Nacional do Rio de Janeiro até 1892. Fonte: Lopes (1997, p. 310).



Figura 22: Residência de Emílio Goeldi e família na “Colônia Alpina”. Fonte: Aerni (1992b).



... und die für die Schweizer Siedler bereitgestellten armseligen Behausungen.

In der Colonia Alpina; links möglicherweise der Koloniedirektor Emil August Göldi.

Figura 23: Residências dos imigrantes suíços na “Colônia Alpina”. Fonte: Aerni (1992b).

- 484 Dr. E. A. Goeldi on the Nesting of
50. *EMBERIZA FUSILLA*, Pall. [791.]
Apparently common.
51. *ANTHUS MACULATUS*, Hodgs. [841.]
Common.
52. *ÆTHOPYGA DABRYI* (J. Verr.). [889.]
Excessively common. Extends probably as far north as Manipur and south to Muleyit.
53. *DENDROCOPIUS ATRATUS* (Blyth).
The commonest Woodpecker on the mountain.
54. *GECINUS CHLOROLOPHUS* (Vieill.).
Probably common.
55. *HARPACTES ERYTHROCEPHALUS* (Gould).
I saw one bird distinctly, but failed to get it.
56. *MEGALEMA VIRENS* (Bodd.).
One specimen secured; probably common, but very silent in December.
57. *CYANOPS RAMSAYI* (Wald.).
Excessively common.
58. *PALAEORNIS FASCIATA* (Müll.).
The only species of this genus noticed.
59. *LORICULUS VERNALIS* (Spartm.).
Probably common.
60. *GLAUCIDIUM BRODIERI* (Burton).
Very common.
61. *MICROHIERAX CÆRULESCENS* (Linn.).
One specimen was shot on the summit of the mountain.

XLIV.—On the Nesting of *Phibalura flavirostris* and *Lochmias nematura*. By Dr. EMIL A. GOELDI.

1. *PHIBALURA FLAVIROSTRIS*.
So far as I can make out from the ornithological literature at my disposal, nothing is yet known of the mode of life and the nesting of *Phibalura flavirostris*. Neither the Prince zu

Phibalura flavirostris and *Lochmias nematura*. 485

Wied, nor Burmeister, nor any other scientific traveller in Brazil has had the opportunity of becoming acquainted with any details about it; and of all those persons occupying themselves with similar investigations that I have consulted on this question, not one was able to furnish me with the slightest information.

Phibalura is a very singular bird, having a somewhat hirundine or cypseline habitus, produced especially by the long and forked tail and the short and flattened bill. It is an excellent flier, of quiet and peaceable temperament, and rarely emits any sounds, these when uttered being audible only in the immediate vicinity. It resorts to the dense and shady foliage of trees of moderate height, and, in one word, is a bird easily overlooked by persons not well trained in ornithological investigations. It has, even in its native country, no popular name, and the term "tesoura" (scissors), which I have heard sometimes applied to it by Brazilian hunters, is a quite vague and general one, used for all kinds of birds with forked tails, such as *Nauclerus furcatus*, *Hydropsalis forcipata*, *Tyrannus violentus*, and *Gubernetes yiperu*.

Mr. P. L. Sclater, our best authority on Neotropical birds, places *Phibalura** among the Cotingidae, in the subfamily Cotinginae, and writes as follows:—"This is a very peculiar type, with an excessively short and widened bill, and a long deeply cleft tail, and perhaps ought to stand in a separate subfamily. It is restricted to S.E. Brazil." Burmeister† also places it among the Cotingidae, and says of it:—"Der Vogel bewohnt das Waldgebiet des mittleren Brasiliens von Bahia bis Rio de Janeiro. Ich erhielt ihn bei Neu-Freiburg durch Hrn. Bescke. Er ist aber nirgends häufig, lebt ziemlich versteckt im Urwalde, und zeichnet sich weder durch eine laute Stimme, noch durch andere eigenthümliche Manieren aus."

I cannot agree with two of these statements. Firstly,

* 'Catalogue of the Birds in the Collection of the British Museum,' vol. xiv. p. 372 (1888).

† 'Systematische Uebersicht der Thiere Brasiliens,' ii. p. 438. (Berlin, 1856.)

Figura 24: Primeiro trabalho de Emílio Goeldi publicado em *The Ibis*, com o título "On the Nesting of *Phibalura flavirostris* and *Lochmias nematura*" (1894f).

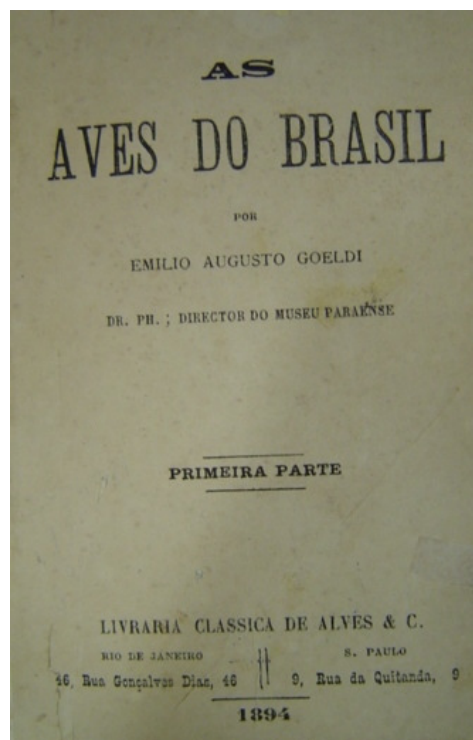


Figura 25: "As Aves do Brasil", publicado por Emílio Goeldi em 1894, foi o primeiro compêndio ornitológico a aparecer no país.



Figura 26: Rocinha onde foi instalado o Museu Paraense, em 1895. Fotógrafo não identificado. Coleção Fotográfica / Arquivo Guilherme de La Penha / MPEG.



Figura 27: Entrada principal do Museu Paraense em 1899, após a reforma feita por Emílio Goeldi na Rocinha. Fotógrafo não identificado. Fotografia gentilmente cedida pelo Museu de História Natural de Berna, Suíça.

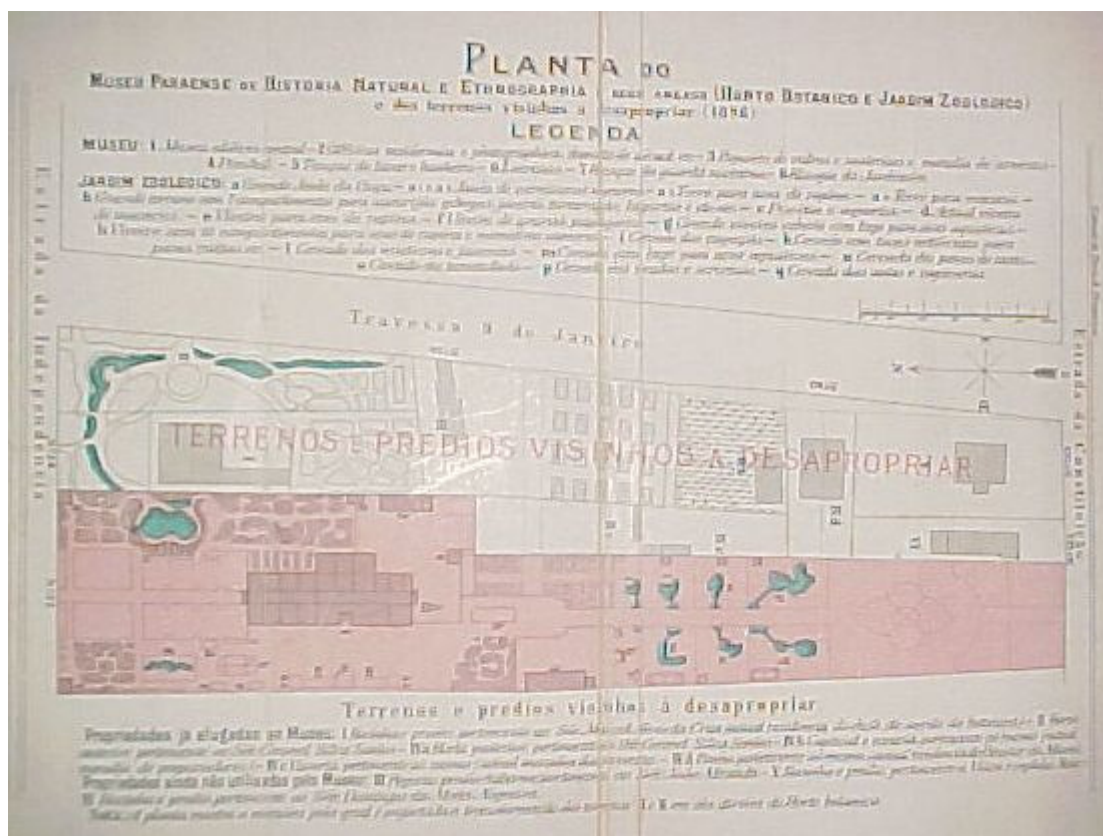
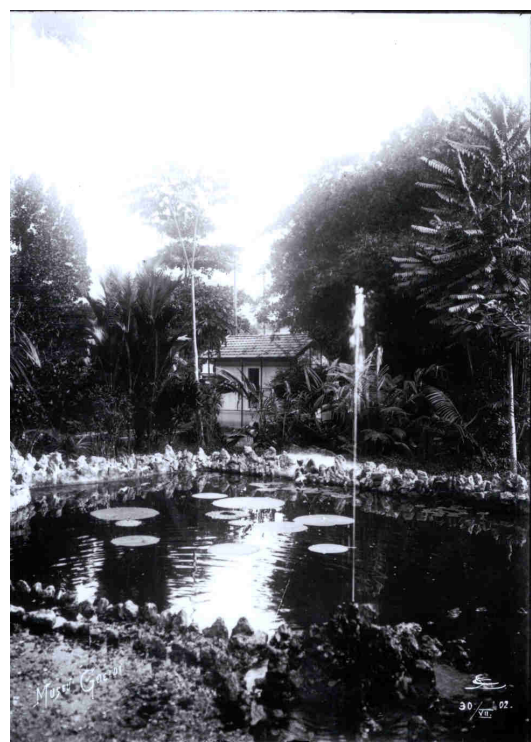


Figura 28: Planta do Museu Paraense inserida no relatório administrativo de 1896 (Goeldi, 1897b). Na parte cor de rosa, o terreno já pertencente ao museu (a rocinha é o prédio central à esquerda). Na parte superior, os “terrenos e prédios vizinhos a desapropriar”, no total de 10 lotes, entre a Estrada da Independência (atual Av. Gov. Magalhães Barata), Tv. Nove de Janeiro e Estrada da Constituição (atual Av. Gentil Bittencourt). Goeldi residiu inicialmente na rocinha e depois na casa indicada com a legenda IVd (à direita).



Figura 29: Entrada do Museu Paraense pela Estrada da Independência. Fotografia não identificada, ca. 1910. Coleção Fotográfica / Arquivo Guilherme de La Penha / MPEG.



Figuras 30 a 33: Aspectos do horto botânico do Museu Paraense. A fotografia do canto inferior direito foi tirada por Ernst Lohse em 30 de julho de 1902. As demais não estão identificadas. Coleção Fotográfica / Arquivo Guilherme de La Penha / MPEG.

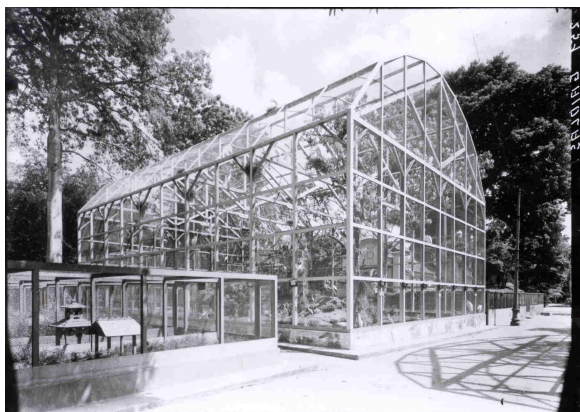


Figura 34 (à esquerda): Gaiola de aves aquáticas, cujo lago interior recebeu a forma do Lago Maggiore (Itália). A cobertura de arame foi encomendada em Paris, “igual ao do Parc de St. Germain” (Goeldi, 1897a).
Fotógrafo não identificado, ca. 1896. Coleção Fotográfica / Arquivo Guilherme de La Penha / MPEG.

Figura 35 (à direita): Lago das vitórias régias, construído com a forma do Mar Negro, na Rússia. Fotógrafo não identificado, ca. 1900. Coleção Fotográfica / Arquivo Guilherme de La Penha / MPEG.



Figuras 36 e 37: Aspectos do jardim zoológico do Museu Paraense, com seus viveiros e gaiolas encomendados na Europa. Fotógrafos não identificados, ca. 1900. Coleção Fotográfica / Arquivo Guilherme de La Penha / MPEG.



Figura 38: Exposição de cerâmica arqueológica na rocinha. Nas vitrines pode-se observar peças provenientes do Amapá e do Marajó. Fotografia não identificado, ca. 1897. Coleção Fotográfica / Arquivo Guilherme de La Penha / MPEG.



Figura 39: Chalé inaugurado em 1902, onde funcionaram oficinas (marcenaria, litografia e preparação de couros e peles), laboratórios de taxidermia e de preparação botânica. Fotografia não identificado, ca. 1902. Coleção Fotográfica / Arquivo Guilherme de La Penha / MPEG.



Figura 40: Laboratório de Gottfried Hagmann, localizado no prédio da rocinha, onde podem ser observados objetos arqueológicos (na parte superior das estantes), coleções de animais em meio líquido (devidamente identificados com etiquetas), peles no chão e instrumentos de coleta. Fotografia de Ernst Lohse, 11 de dezembro de 1900. Coleção Fotográfica / Arquivo Guilherme de La Penha / MPEG.



Figura 41: Visitantes diante da “monumental caixa d’água” inaugurada em 1901. Sob os arcos existiam gaiolas para corujas. Do outro lado da construção havia um lago para vitóriaas régias e uma escada que dava acesso ao mirante. Fotógrafo não identificado, ca. 1901. Coleção Fotográfica / Arquivo Guilherme de La Penha / MPEG.



Figura 42: Exposição do Centenário, montada na rocinha no primeiro semestre de 1900. Nos painéis, paredes e balcão vê-se fotografias, litografias e desenhos de acervos, animais, plantas e paisagens amazônicas, produzidos pelo pessoal do Museu Paraense. A mostra contabilizou, no dia 6 de maio de 1900, 2.920 visitantes. Fotografia não identificado. Coleção Fotográfica / Arquivo Guilherme de La Penha / MPEG.



Figura 43: O “público sensato” em dia de passeio no Museu Paraense. No lado esquerdo da foto, vê-se o grande viveiro dos felinos, das aves de rapina, dos macacos e das araras. No lado direito, vê-se a lateral da rocinha. Junto a ela está uma canoa Kaiapó, doada ao museu e colocada em exposição ao ar livre. Fotografia não identificado, ca. 1900. Coleção Fotográfica / Arquivo Guilherme de La Penha / MPEG.

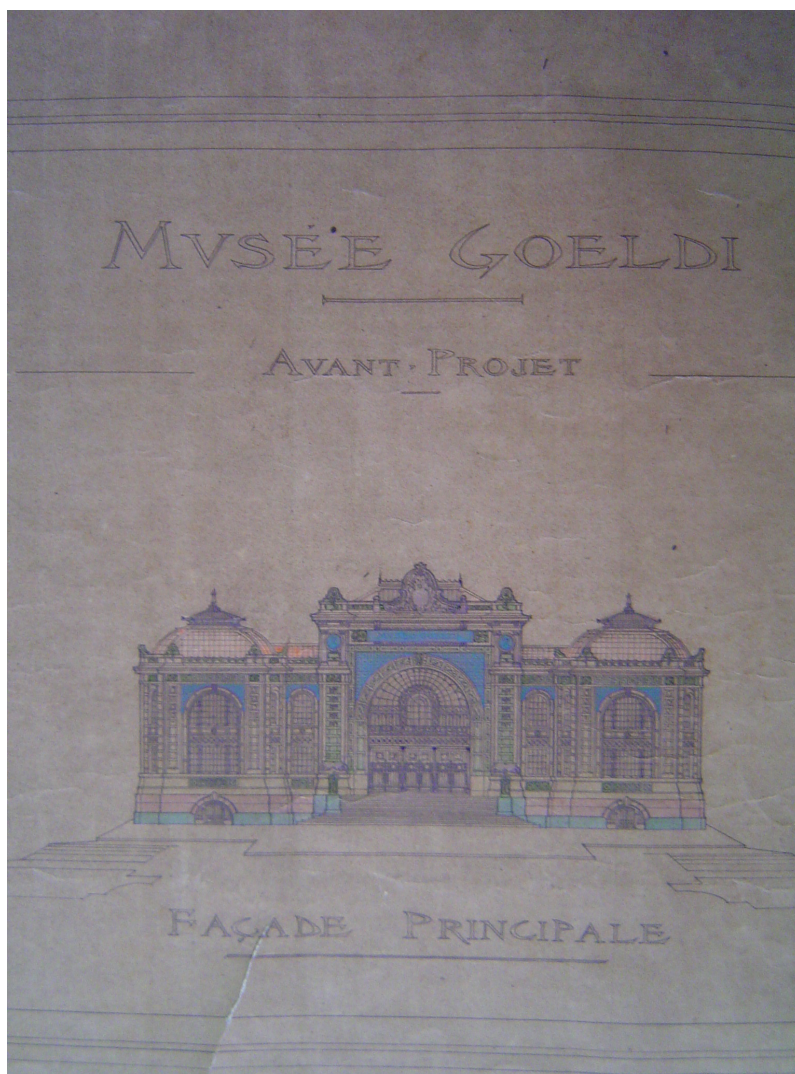


Figura 44: Detalhe do ante-projeto do novo “prédio monumental” do Museu Paraense, mostrando a fachada principal. De acordo com a legenda, os materiais seriam os seguintes: granito (verde), ‘simili-pierre’ (rosa), ‘beton’ policromado (amarelo), mosaico (azul), etc. O projeto está datado de junho de 1904 e assinado pelo arquiteto G. Varin. Arquivo Guilherme de La Penha / MPEG.

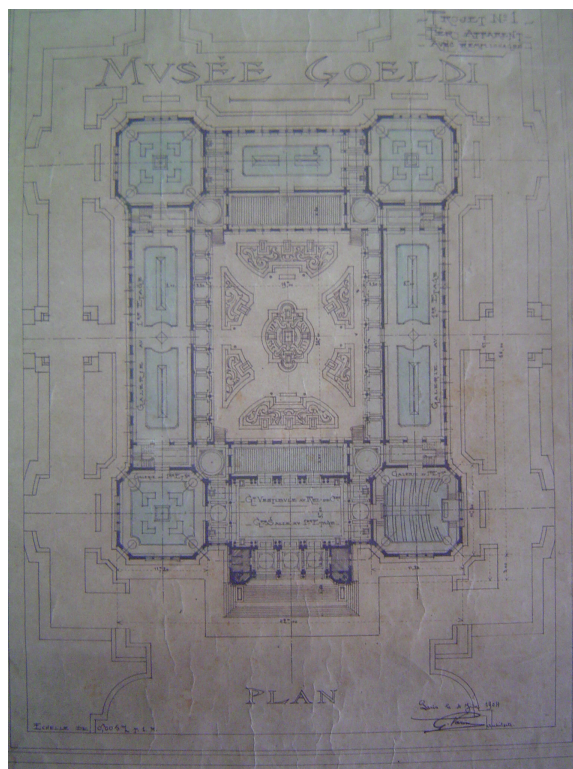


Figura 45: Planta baixa do projeto acima (figura 44), mostrando o “conjunto de torres poligonais”, as “salas retangulares” e o “pátio interior destinado a um aquário”, conforme descrição de Goeldi. A sala localizada na “torre” inferior direito seria um auditório. Arquivo Guilherme de La Penha / MPEG.



Figura 46: Segunda versão do “prédio monumental” do Museu Paraense, provavelmente a última. Esse projeto foi concebido em dois pisos e com uma área muito maior que o primeiro. Além da fachada, há várias plantas e cortes, todos em péssimo estado de conservação. O projeto, de mesmo arquiteto, está datado de novembro de 1904. Arquivo Guilherme de La Penha / MPEG.

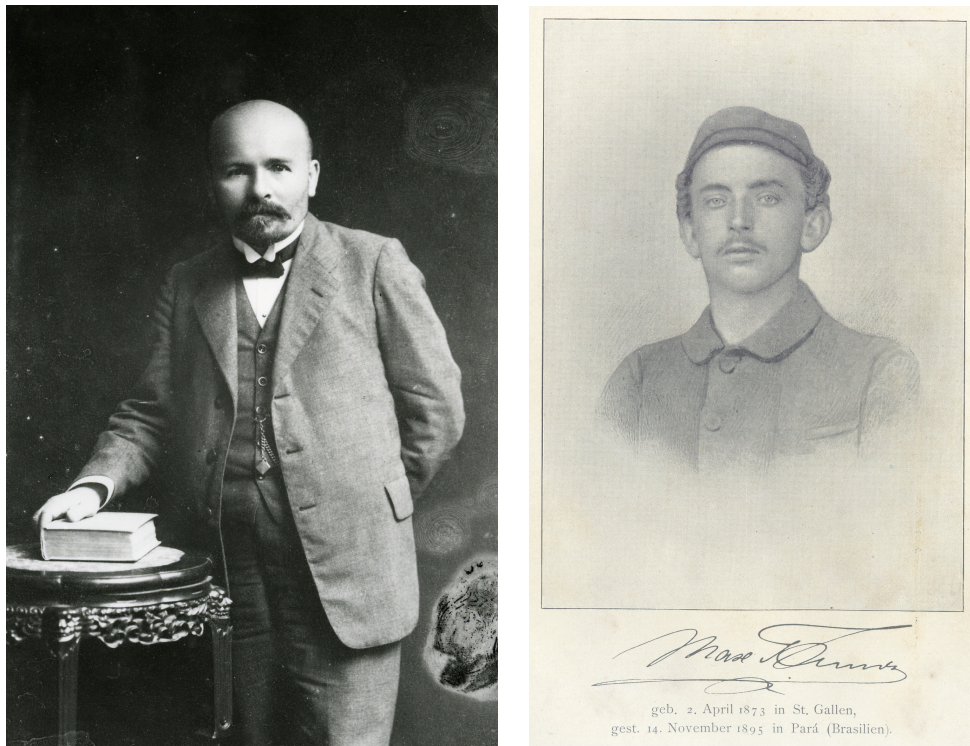


Figura 47 (à esquerda): Jacques Huber (1867-1914), chefe da seção botânica do Museu Paraense e, a partir de março de 1907, diretor da instituição. Data e fotógrafo não identificados. Coleção Fotográfica / Arquivo Guilherme de La Penha / MPEG.

Figura 48 (à direita): Max Tänner (1873-1895), a primeira vítima dos mosquitos amazônicos. A fotografia foi publicada juntamente com uma homenagem ao taxidermista, feita por Goeldi (1898e) no relato da viagem ao Amapá.



Figuras 49 e 50: O taxidermista Joseph Schönmann (1872-1914) em ação no Museu Paraense. Datas e fotografos não identificados. Fotografias gentilmente cedidas pelo Museu de História Natural de Berna, Suíça.

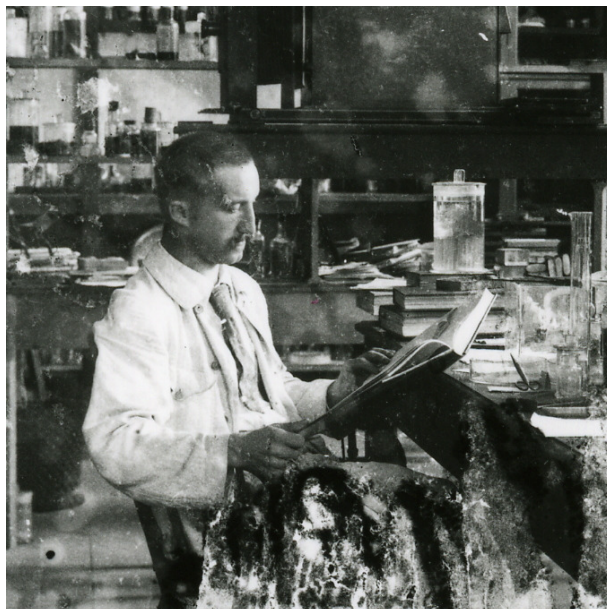
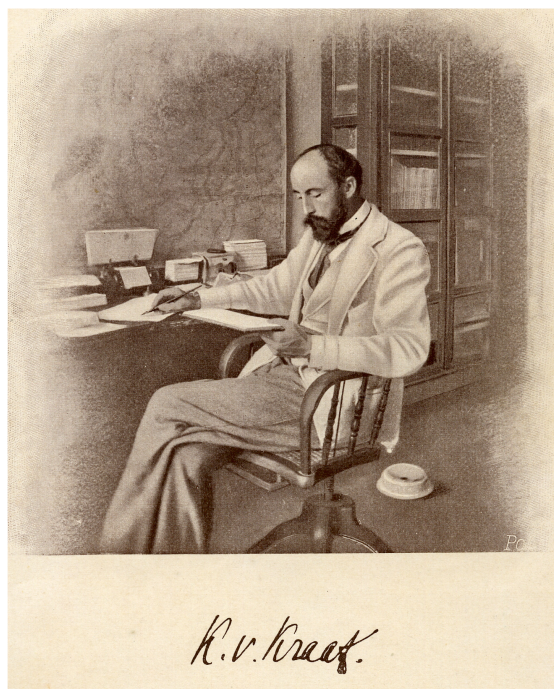


Figura 51: O assistente de zoologia Gottfried Hagmann (1874-1946), no seu laboratório localizado dentro da rocinha (detalhe de uma fotografia bastante danificada). Fotografia de Ernst Lohse, 11 de dezembro de 1900. Coleção Fotográfica / Arquivo Guilherme de La Penha / MPEG.



Figuras 52 e 53: Os geólogos Karl von Kraatz-Koschlau (1868-1900), à esquerda, e Max Käch (1875-1904), à direita, vítimas da febre amarela em Belém. Fontes: Goeldi (1902b, 1906b).



Figura 54: As funcionárias do Museu Paraense: Emília Snethlage (1868-1929), de pé; Anna de Aragão Carreira (1894?-?), sentada à esquerda; e Abigail Esther de Mattos (1889-1958), sentada à direita. Data e fotógrafo não identificados. Coleção Fotográfica / Arquivo Guilherme de La Penha / MPEG

4 MUSEU PARAENSE: AGENDA DE PESQUISA E AUTORIDADE CIENTÍFICA

Segundo Coleman (1977, p. 8-15), no século XIX a pesquisa biológica caracterizou-se por três principais temas, relacionados à forma, à função e à transformação dos seres vivos, não necessariamente separados e excludentes. O primeiro tema, desenvolvido principalmente por anatomistas e embriologistas, voltou-se para a aparência e a estrutura de organismos vegetais e animais; o segundo, desenvolvido por fisiologistas de vários matizes, se concentrou na descrição e no funcionamento dos processos vitais, como respiração, nutrição, excreção, reprodução e outros; e o terceiro elegeu como objeto de estudo a relação entre seres vivos, no presente e no passado, bem como entre eles e o ambiente em constante mudança. Este último grupo foi denominado de evolucionista na segunda metade do século, sendo responsável por uma profunda re-elaboração da agenda de investigações biológicas³²⁰.

A obra que Emílio Goeldi desenvolveu no Museu Paraense enquadra-se parcialmente nesse panorama traçado por Coleman. Embora tenha produzido alguns estudos que podem ser encaixados no terceiro tema, Goeldi destacou-se, sobretudo, pelos estudos taxonômicos e biológicos³²¹, não arrolados por Coleman como os temas ‘quentes’ do século XIX. Assim, a obra de Goeldi poderia ser enquadrada como anacrônica, periférica, defasada ou de divulgação por analistas que, como Coleman, tendem a demarcar

³²⁰ Coleman (1977) destaca, ainda, a disseminação do método experimental nas ciências biológicas, discernível a partir de meados do século XIX. A adoção generalizada de procedimentos investigativos baseados na manipulação de seres vivos teria criado um marco separatório da pesquisa biológica anterior, qualificada como “descritiva”.

³²¹ Ao nos referirmos aos estudos ‘biológicos’ de Goeldi, não utilizamos o termo tal como o entendemos atualmente (ou seja, estudos relacionados às ciências da vida), e sim ao conjunto de investigações que, no século XIX, ganhou esse nome para se distinguirem da sistemática, taxonomia, morfologia, embriologia, fisiologia e outros ramos característicos da época. O que distinguia a ‘biologia’ no XIX era o estudo dos organismos no meio em que viviam, ou seja, sua alimentação, seus hábitos, sua reprodução, suas fases de vida, etc. (cf. Nyhart, 1996, p. 432).

fronteiras entre a história natural e a biologia ‘científica’ pós-darwiniana, como se esta tivesse suplantado aquela ou a superado em termos de uma progressão intelectual³²². Para esses historiadores, a taxonomia, a sistemática e a história de vida perderam o *status* de disciplinas científicas após o advento do darwinismo ou foram rebaixadas como disciplinas menores dentro das ciências da vida.

Contudo, o aparente paradoxo na obra de Goeldi – taxonômica e evolucionista ao mesmo tempo – não foi uma característica desse zoólogo e nem da instituição que dirigiu. Pelo contrário, muitos museus e cientistas aliaram, no final do século XIX, pesquisas de cunho experimental e descritivo, ou taxonômico e evolutivo. A despeito do marco cronológico imposto pelo darwinismo, alguns autores têm demonstrado que os assuntos típicos do período pré-darwiniano, como a sistemática e a taxonomia, continuaram arrebatando os cientistas da segunda metade do XIX, pois no trabalho cotidiano é extremamente difícil demarcar fronteiras entre novas e velhas idéias, ou entre métodos ‘antigos’ e ‘modernos’. Por exemplo, Winsor (1991, p. 78-80), no seu estudo sobre a sistemática adotada no Museu de Zoologia Comparada da Universidade de Harvard, criado por Louis Agassiz (1807-1873), demonstrou que muitas das discussões que moviam os criacionistas eram comuns aos evolucionistas, como a questão da variação nas espécies. E que os museus, com suas extensas séries de animais taxidermizados, eram os locais apropriados para a comprovação dos argumentos tanto de uns, quanto de outros³²³.

Por sua vez, Nyhart (1996, p. 426-427, 439-442) concluiu que os novos programas de pesquisa experimental que surgiram no final do século, em vez de eliminarem a história natural, a re-elaboraram, formularam seus problemas em novos contextos teóricos, incluindo a classificação e a história de vida, e diversificaram a base institucional da biologia, sem prejuízo para as pesquisas tradicionais (sistemática e taxonomia) e para as instituições que as desenvolviam, os museus. Segundo esse autor, houve, na verdade, uma

³²² Há exemplos no Brasil. Ver o julgamento de Leitão (1937, p. 241) sobre a obra de Goeldi, considerado “sobretudo vulgarizador” e autor de “compilações para iniciantes”. Mais recentemente, Freitas (2002, p. 37-39), ao analisar a influência de Hartt na institucionalização das ciências naturais no Brasil, atribuiu a essa influência uma “defasagem” nas instituições científicas brasileiras, ou seja, teria havido um descompasso no processo de institucionalização porque Hartt tinha formação criacionista. Enquanto na Europa as instituições já se moldavam pelo darwinismo, no Brasil teria sido o criacionismo de Hartt e Agassiz que acelerou o processo de institucionalização das ciências. Sobre a obra de Freitas, ver Sanjad (2004).

³²³ Segundo Winsor (1991, p. 83), “enquanto houvesse espécies ‘desconhecidas para a ciência’, muitas delas distintas o suficiente para requerer um novo gênero ou categoria mais elevada para absorvê-las, havia trabalho a ser feito em instituições como essa [museu]. (...) Enquanto ninguém questionasse aquele objetivo, o qual havia se tornado profundamente enraizado entre cientistas e aceito pela sociedade em geral, qualquer que fosse a nevasca doutrinária a girar do lado de fora, entre as paredes de um museu a rotina diária não precisava ser alterada”.

“expansão institucional” com o surgimento de laboratórios universitários, estações biológicas, institutos privados e governamentais, museus independentes, etc., e a conseqüente “diferenciação de agendas” nessas instituições, muitas vezes conflituosa e instável (Nyhart, 1996, p. 441).

Por fim, Ritvo (1997, p. 1-50), ao reconstituir as discussões taxonômicas sobre a fauna australiana entre o final do século XVIII e o final do XIX, apontou para a permanência das dúvidas e para as disputas pessoais que permearam o debate, motivadas pela incapacidade da sistemática em absorver toda a variedade de formas de vida. Vemos um quadro, portanto, de convivência e confronto de idéias e procedimentos investigativos, que tornaram a agenda de pesquisa biológica, no final do século XIX, uma zona de grande diversidade e complexidade³²⁴.

Nesse sentido, pretendo caracterizar no capítulo as atividades científicas de Emílio Goeldi no Museu Paraense levando em consideração tanto a tradição vinculada aos museus de história natural, da qual as discussões taxonômicas participam de maneira mais evidente, quanto os novos campos abertos na pesquisa biológica durante o século XIX, principalmente o terceiro tema identificado por Coleman. Essa corrente investigativa, em particular, voltou-se para a explicação genética ou genealógica dos seres, fenômenos e processos vitais, isto é, à ligação histórica e causal entre passado e presente. Seja na teoria da célula, no desenvolvimento de embriões ou nas doutrinas evolucionistas, as leis da natureza, de acordo com essa perspectiva, eram entendidas como invariáveis e determinantes de todos os processos naturais passíveis de reconstituição temporal³²⁵.

A seguir, veremos como Goeldi se posicionou no debate científico de uma época marcada pelas tensões e mudanças no interior da biologia, e como construiu a agenda de pesquisa do Museu Paraense, angariando, simultaneamente, autoridade científica³²⁶ no que se refere aos estudos sobre a fauna amazônica.

³²⁴ Benchimol (1999) demonstrou o mesmo processo no âmbito da bacteriologia. Segundo o autor, no final do século XIX conviveram duas gerações de cientistas, que disputaram autoridade científica em consonância com transformações no paradigma e no aparato institucional da saúde pública.

³²⁵ Esse entendimento liga-se, por sua vez, ao problema do *finalismo* nas teorias transformistas, isto é, à ação de uma força teleológica que move os seres em um sentido pré-determinado (cf. Gilson, 1980, p. 97-206).

³²⁶ O termo *autoridade científica* é utilizado aqui com um sentido amplo, que diz respeito ao reconhecimento ou notoriedade que uma instituição ou cientista possui em determinado assunto. Nesse sentido, a credibilidade era fundamental para a autoridade científica, isto é, sua palavra deveria ser confiável, idônea e digna de reconhecimento por outros cientistas. O termo ‘autoridade científica’ já era empregado no século XIX com esse mesmo sentido. Por exemplo, nos estudos aqui analisados é comum autores serem citados como “nossa maior autoridade nesse assunto”.

4.1 O projeto científico do Museu Paraense: “Fauna do Brasil”

No Museu Paraense, Goeldi manteve o mesmo interesse diversificado pela fauna que já havia manifestado no Rio de Janeiro e também na Suíça, durante sua formação. Esse interesse revela um ambicioso projeto, a publicação de um compêndio sobre a “Fauna do Brasil”, do qual suas monografias sobre aves e mamíferos foram os anúncios³²⁷. Como vimos, Goeldi registrou esse projeto no Regulamento do Museu Paraense e concentrou as atividades da instituição na sua execução. Seus principais veículos de divulgação foram o *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia*, cujo primeiro fascículo foi publicado em setembro de 1894, e as *Memórias do Museu Paraense de História Natural e Etnografia*, publicadas a partir de 1900 na forma de livros seriados³²⁸.

No primeiro fascículo do Boletim já é possível antever o tipo de texto que Goeldi destinou à revista. Ele reúne relatórios administrativos, textos memorialísticos, um relato de viagem e dois estudos taxonômicos do diretor do museu, elaborados com dados e coleções trazidos do Rio de Janeiro. O primeiro é um complemento do estudo anterior sobre a fauna de aranhas brasileiras, publicado enquanto o zoólogo residia na Colônia Alpina (Goeldi, 1892b, 1894i)³²⁹. O segundo relata os intercâmbios de Goeldi com especialistas em classificação de vermes, residentes na Áustria, Alemanha e França, a partir dos quais foram identificadas novas espécies ou registrada a ocorrência no Brasil de animais pouco conhecidos (Goeldi, 1894j). O mesmo empenho compilatório pode ser visto nos estudos posteriores que apareceram no Boletim e nas Memórias, sobre miriápodos (Goeldi, 1895c), aves (Goeldi, 1896a, 1900-1906), répteis (Goeldi, 1896b, 1902e, 1906c), mamíferos (1902f) e peixes (Goeldi, 1898a), nos quais o autor ora colige material próprio, ora resume dados da bibliografia, com a intenção de preparar terreno para trabalhos de maior envergadura.

Goeldi também publicou no Boletim traduções comentadas de textos relativos à fauna amazônica, como “Os Símios (macacos) da Amazônia”, de Alfred Russel Wallace (1823-1913) (Wallace, 1896); “Os hóspedes das formigas e dos térmitas (‘cupim’) no

³²⁷ Registramos uma incongruência de Goeldi nesse projeto. Ao mesmo tempo em que ele se dispôs a efetuar estudos sobre a fauna brasileira (inserindo esse objetivo no regulamento do Museu Paraense), delimitou uma área de atuação para o mesmo museu, restrita à região amazônica. Como veremos, as atividades do museu concentraram-se, de fato, na Amazônia, embora Goeldi tenha publicado no *Boletim do Museu Paraense* estudos sobre a fauna de outras regiões, como no caso dos répteis (Goeldi, 1896b, 1902e, 1906c).

³²⁸ Levantamentos confiáveis da produção científica divulgada no *Boletim do Museu Paraense* foram feitos por Leite (1993, p. 95-103), Lopes (1997, p. 260-262) e Gualtieri (2001, p. 146 e anexo 3).

³²⁹ O estudo de 1894 foi, por sua vez, continuado em Goeldi (1898b).

Brasil”, do jesuíta tirolês Erich Wasmann (1859-1931) (Wasmann, 1895); e “A Fauna do Pará”, de Fr. Dahl, professor da Universidade de Kiel, Alemanha (Dahl, 1896). Os dois primeiros foram considerados clássicos da literatura zoológica brasileira, mas o terceiro, resultante da *Plankton-Expedition*, que visitou a região em 1889, foi escolhido com o fim de corrigir vários equívocos que, segundo Goeldi, o autor cometeu em seu trabalho, vítima das “excursões e visitas rápidas (...) [que] não podem dar resultado de todo exato, não interessarão senão a superfície da matéria, tanto mais que o acaso muitas vezes tem o seu malicioso dedo no sucesso e êxito de empresas empreendidas em tais circunstâncias” (Dahl, 1896, nota 1, p. 372). Essa seria a primeira das reprimendas que Goeldi deu nos autores “apressados”, posicionando-se sempre como um cientista capaz de julgar, habilitar ou condenar outros cientistas que escreviam sobre a fauna amazônica.

Além dos estudos próprios e das traduções, Goeldi coordenou outros autores que pudessem contribuir com seu projeto. O primeiro deles foi August Forel (1848-1931), psiquiatra e entomólogo suíço da Universidade de Zurique, que escreveu copioso trabalho para o Boletim, “A Fauna das Formigas do Brasil” (Forel, 1895). O francês Emile Gounelle (?-?), do Museu Nacional de História Natural, também foi convidado a participar do esforço de compilação da fauna local. Publicou no Boletim o resultado das coletas de coleópteros que efetuou em Belém no ano de 1895 (Gounelle, 1897).

Geralmente, ao final das expedições realizadas pelos funcionários do museu, Goeldi enviava muitos espécimes para a Europa a fim de serem identificados por especialistas. Em seguida, pedia que estes publicassem suas descrições ou compilações no Boletim; ou então traduzia os trabalhos publicados em outras línguas que versavam sobre as coleções do Museu Paraense. Foram os casos de Oldfield Thomas (1858-1929), chefe da seção de mamíferos do Museu Britânico, que publicou sobre a coleção de morcegos (Thomas, 1904), e de Theophil Studer (1845-1922), professor de zoologia da Universidade de Berna, que escreveu sobre cães e raposas (Studer, 1904). Foi também o caso de H. Brölemann (?-?), da Sociedade Entomológica da França. Este descreveu duas espécies de miriápodos coletados por Goeldi na Serra dos Órgãos e no horto botânico do Museu Paraense. Nas suas notas, Brölemann não deixou de agradecer ao “sábio Diretor do Museu Paraense (cuja amabilidade para com os especialistas é tão notória que não precisa de novos encômios)” (Brölemann, 1900, p. 66).

A expressão de Brölemann ilustra o intenso intercâmbio de Goeldi com outros cientistas. O diretor do Museu Paraense não foi grande coletor (em termos quantitativos) e

descreveu poucas espécies, se o compararmos com seus colaboradores estrangeiros e mesmo com seus colegas Jacques Huber, Adolpho Ducke e Emília Sneathlage³³⁰. Talvez por esse motivo o zoólogo tenha feito questão de registrar e divulgar suas atividades como *fornecedor* de espécimes brasileiros para outros cientistas, tal como Brölemann reconheceu. Nesse sentido, em 1899 publicou um folheto com três listas: dos animais e plantas que “descobriu” e foram classificados por outros especialistas para honrá-lo³³¹; dos animais que “descobriu” e foram descritos por outros especialistas; e dos animais que ele próprio descreveu. Esse folheto recebeu sete suplementos até 1904, nos quais o zoólogo atualizava as listas acrescentando as espécies descritas em cada intervalo (Goeldi, 1899a, 1899b, 1900b, 1901b, 1901c, 1902c, 1902d, 1904b). Cabe ressaltar que Goeldi apresentou como suas “descobertas” muitos exemplares coletados pela equipe do Museu Paraense e por amadores residentes em Belém. Por exemplo, estão nestas categorias os animais provenientes do rio Tapajós e do rio Purus, locais onde o zoólogo nunca esteve, e os fornecidos por Vicente Chermont de Miranda, rico fazendeiro local e naturalista amador.

Podemos medir a “amabilidade” de Goeldi para com os cientistas europeus por meio desses folhetos. Por exemplo, entre 1894 e 1904, os espécimes amazônicos enviados pelo zoólogo para o estrangeiro resultaram na descrição de 86 espécies novas para a ciência, excluindo as descritas pelos próprios funcionários do museu. Naquele rol registramos mamíferos (5), peixes (6), insetos (58), aracnídeos (5), espongiário (1), carrapatos ixodídeos (3), miriápodos (6) e plantas (2). Os cientistas que receberam e descreveram as espécies foram alguns dos mais importantes zoólogos e botânicos da época, como Oldfield Thomas (1858-1929), George Albert Boulenger (1858-1937), Frederic Theobald (1868-1930), Édouard Louis Trouessart (1842-1927), Theodore Dru Alison Cockerell (1866-1948), dentre outros³³².

³³⁰ As viagens de Goeldi pela Amazônia resumiram-se a excursões aos arredores de Belém, ao nordeste do Pará, à Ilha do Marajó, ao rio Capim, ao baixo Tocantins e à costa do Amapá, o ponto mais distante que chegou da capital. No Museu Paraense, descreveu as seguintes espécies, em seus nomes originais: dois peixes (*Piratinga pira-aiba*, 1901; *Phreatobius cisternarum*, 1905); uma doninha (*Putorius paraensis*, 1897); duas aves (*Pipra caelesti-pileata*, 1904; *Galbaccirynchus purusianus*, 1904); três macacos (*Midas imperator*, *Midas thomasi*, *Midas griseovortex*, 1907); uma rã (*Hyla resinifictrix*, 1907); e quatro insetos (*Chironomus holoprasinus*, *Chironomus calligraphus*, *Haematomyidium paraense*, *Simulium amazonicum*, 1905). Se considerarmos as espécies descritas por Goeldi no Museu Nacional do Rio de Janeiro, devemos acrescentar mais oito animais nessa lista, sendo um réptil, quatro insetos, dois crustáceos e um verme. As espécies descritas no Museu Paraense estão nas seguintes obras, respectivamente: Goeldi, 1901d, 1905a, 1897d, 1904b, 1904b, 1907a, 1907a, 1907a, 1907b, 1905b, 1905b, 1905b e 1905b.

³³¹ Por exemplo, o macaco *Hapale goeldii* (atual *Calimico goeldii*, conhecido como “mico-de-Goeldi”), descrito em 1898 por Oldfield Thomas, do Museu Britânico.

³³² Se somarmos essas remessas aos animais e plantas originários do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia, que Goeldi coletou, comprou ou recebeu como doação, teremos mais 233

É possível extrair algumas conclusões desses dados. A primeira é que Goeldi utilizou esse tipo de intercâmbio para aproximar o Museu Paraense (e a si próprio) dos grandes museus europeus, fornecendo aos seus cientistas animais e plantas pouco conhecidos (ou totalmente desconhecidos) para a ciência. Na impossibilidade de descrever ele mesmo cada animal – pois as incipientes coleções científicas e a biblioteca do Museu Paraense ainda não permitiam uma identificação segura das espécies – Goeldi valorizou seu cargo de diretor de um museu localizado na Amazônia fornecendo regularmente coleções para museus estrangeiros e ganhando, assim, *credibilidade e prestígio* no meio científico internacional.

Esse procedimento, contudo, deve ser entendido dentro das dificuldades existentes em Belém e do projeto de Goeldi. Para o zoólogo, o importante era envolver o maior número possível de especialistas na classificação dos muitos animais que coletava ou mandava coletar – e de fato Goeldi conseguiu esse feito, estabelecendo uma rede epistolar com mais de 30 cientistas de diferentes nacionalidades. Mas, segundo o diretor do Museu Paraense, a descrição de novas espécies era apenas o passo inicial da tarefa do zoólogo. Mais importante seria conhecer os aspectos biológicos de cada animal, sua distribuição geográfica e seus hábitos – investigações possíveis somente a quem estava em permanente contato com a natureza local. Goeldi manifestou essas idéias nos livros sobre aves e mamíferos brasileiros (Goeldi, 1893, 1894h) e também no catálogo de mamíferos do Museu Paraense, divulgado não como uma “lista”, e sim como uma “coleção de comentários, que se cristalizavam ao redor de um eixo, (...) que, por sua vez, não é outra coisa, senão o resultado logicamente necessário da experiência local de 9 anos (...)” (Goeldi e Hagmann, 1904, p. 39). Esse mesmo princípio foi defendido regularmente em inúmeros trabalhos do diretor, como no seu estudo sobre a ave amazônica responsável pela disseminação da erva-de-passarinho: “É bom lembrar que a denominação sistemática e diagnose de uma espécie é [sic] meramente o limiar para a entrada no conhecimento essencial de sua esfera de vida – uma pequena fração somente da soma total da história natural da espécie” (Goeldi, 1905c, p. 169).

Para Goeldi, os inventários faunísticos que elaborou e os que divulgou no *Boletim do Museu Paraense* tinham como fim a compilação de dados confiáveis para a organização de uma obra que intitulou “Fauna do Brasil” – a qual deveria nascer como referência para o

novas espécies brasileiras para a ciência, dentre as quais sobressaem 165 aracnídeos descritos por Keyserling (139), Sörensen (15), Canestrini (6) e Marx (5).

assunto, espécie de enciclopédia sem precedentes na literatura zoológica do país. Foi esse o projeto que Goeldi quis garantir para si e para o Museu Paraense. Nesse sentido, os trabalhos de outros autores que apareciam no boletim e as remessas de coleções para o estrangeiro guardavam coerência com os estudos faunísticos desenvolvidos e incentivados pelo diretor do museu, e confirmam a *personificação científica* da instituição, isto é, a *simbiose* (para usarmos uma metáfora biológica) entre interesses institucionais e pessoais, a qual requeria a submissão dos demais funcionários (e interesses) ao desiderato do diretor³³³.

Os estudos taxonômicos, como vimos, eram característicos dos museus de história natural, sendo também desenvolvidos por outros museus brasileiros da época, como o Museu Nacional do Rio de Janeiro e o Museu Paulista (Lopes, 1997; Gualtieri, 2001). O que distinguiu o projeto de Goeldi foi seu empenho em ampliar o conhecimento biológico sobre as espécies e sua concentração na fauna amazônica, o que exigiu do diretor do Museu Paraense a articulação dos demais pesquisadores da instituição. Exemplos dessa articulação podem ser obtidos nas atividades de Adolpho Ducke. Este aliou as viagens de coleta e a taxidermia à investigação científica propriamente dita, tornando-se em pouco tempo reconhecido por seus estudos taxonômicos de insetos sociais (Ducke, 1902, 1904, 1906, 1908, 1913). Por sua vez, Hermann Meerwarth reviu criticamente a obra de 26 zoólogos que se dedicaram à primatologia americana, de Lineu a Goeldi. Os resultados foram a revisão das chaves genérica e específica para a classificação dos símios neotropicais e um primeiro exercício de distribuição geográfica dos principais gêneros. Meerwarth, assim como Goeldi vinha fazendo, valorizou seu trabalho a partir do local em que foi efetuado, dando-lhe credibilidade pelo fato de sua instituição estar na “pátria da grande maioria das espécies de símios americanos”:

Somente a um instituto científico, situado na própria pátria destes símios neotropicais [sic], está reservada a ventura de trabalhar com sucesso neste problema e de projetar luz sobre a sistemática tão incerta elucidando o valor de umas tantas espécies estabelecidas mais conforme opiniões subjetivas e individuais do que sobre caracteres indubitavelmente existentes na natureza. (Meerwarth, 1897a, p. 122)

³³³ O mesmo tipo de personificação ocorreu com o Museu Botânico do Amazonas e o Museu Paulista, nos quais os respectivos diretores, João Barbosa Rodrigues e Hermann von Ihering, definiram a partir de seus próprios interesses as atividades desenvolvidas por cada instituição. Nesses casos, assim como no do Museu Paraense, é muito difícil separar a biografia do diretor da história institucional.

Quanto a Gottfried Hagmann, foi encarregado por Goeldi de organizar os catálogos dos mamíferos e das aves existentes no museu. O primeiro foi elaborado conjuntamente pelo diretor e seu auxiliar, com informações taxonômicas, anatômicas, biogeográficas e biológicas de 111 espécies. Na introdução, Goeldi afirmou que o museu mantinha-se “fiel ao seu programa de trabalho e pedanticamente [sic] conservador na esfera de atividade traçada pela sua lei básica, [que] se ocupa antes de tudo com a natureza da Amazônia”. Nesse aspecto, tinha uma “posição incontestavelmente privilegiada, reunindo tal soma de elementos e circunstâncias favoráveis para a confecção de um trabalho deste gênero como naturalmente não chegou a concentrar-se até aqui em lugar, tempo e mão alguma” (Goeldi e Hagmann, 1904, p. 39)³³⁴.

O catálogo de aves ganhou impulso quando Hagmann coligiu informações no *Catalogue of Birds of British Museum* (1874-1898), extraindo de seus 27 volumes, segundo Goeldi, “o quinhão amazônico, para torná-lo útil para os nossos futuros planos, (...) na certeza que será bem vindo para aqueles que são interessados no conhecimento exato da fauna brasileira” (in Hagmann, 1902, p. 277). Em seguida, Hagmann elaborou a chave sinonímica das aves descritas por Spix, Wied-Neuwied, Burmeister e Pelzeln, comparando-as com o catálogo do Museu Britânico. Este era, segundo Goeldi, o meio adequado para “saber qual o nome científico atualmente adotado para esta ou aquela ave, por via de regra, navegando com passaportes diferentes nas diversas obras” (Hagmann, 1904, p. 199).

O passo seguinte não seria dado por Hagmann, e sim por Snethlage. A zoóloga foi contratada com a missão específica de acelerar e dar continuidade às pesquisas ornitológicas do Museu Paraense, condensando os estudos prévios de Goeldi (1894h, 1896a, 1900-1906) e Hagmann (1902, 1904). O “Catálogo das Aves Amazônicas” (Figura 55), publicado em 1914, reuniu os resultados das pesquisas taxonômicas, biogeográficas e biológicas de Snethlage (1908, 1909, 1910)³³⁵, as informações disponíveis na coleção ornitológica do Museu Paraense – então a maior existente sobre a avifauna amazônica³³⁶ – e também de outros museus. O catálogo é o melhor exemplo da concatenação das

³³⁴ O catálogo traz dois apêndices como complementos, já mencionados: o estudo de Oldfield Thomas sobre a coleção de morcegos do Museu Paraense e o de Theophil Studer sobre a coleção de canídeos.

³³⁵ Aqui estão citados apenas os trabalhos que apareceram no Boletim do museu. Snethlage, contudo, foi autora de copioso trabalho ornitológico, divulgado sobretudo em revistas alemães. Para a bibliografia de Snethlage, ver Cunha (1989, p. 100-101).

³³⁶ No total, havia na época 10.563 espécimes de aves no Museu Paraense, representando 831 das 1.117 espécies então identificadas como amazônicas (Snethlage, 1914, p. 13).

atividades científicas desenvolvidas ou incentivadas por Goeldi, e também o mais bem sucedido. Apesar de ter aparecido muito tempo depois de Goeldi ter deixado o museu, o catálogo de Snethlage seguiu exatamente o projeto que o zoólogo determinou para a instituição: a liderança nos estudos faunísticos e biológicos relacionados à Amazônia (Snethlage, 1914)³³⁷.

Goeldi nunca publicou sua “Fauna do Brasil” e talvez tenha desistido dessa idéia ao se deparar com a imensa diversidade de formas de vida existente na Amazônia, que jogaria para o futuro a possibilidade de um inventário semelhante. Contudo, como vimos, seu projeto científico era claro, coerente e, até certo ponto, exequível com os recursos que dispunha, como demonstrou Snethlage. De acordo com esse projeto, Goeldi foi autor de uma obra diversificada, construída a partir de sua interlocução com cientistas europeus. É esse processo de construção da obra científica de Goeldi, que ocorreu simultaneamente à busca do reconhecimento internacional, que analisaremos no próximo item, a partir dos estudos em que o zoólogo mais se destacou, os ornitológicos.

4.2 Goeldi e a ornitologia

O ramo da zoologia que mais atraiu Goeldi foi a ornitologia (Bedran et al., 2005; Silva et al., 2005)³³⁸. O zoólogo publicou sobre o assunto desde os anos de formação na Suíça e na Itália, inicialmente sobre a relação entre corvídeos e crenças populares (Goeldi, 1880a, 1880b), depois sobre a avifauna dos locais onde residiu, como o golfo de Nápoles e os cantões de Schaffhausen e Berna (Goeldi, 1880c, 1881a, 1881b, 1881c). Dentre estes, os mais importantes trabalhos foram o “Catálogo de Aves do Cantão de Schaffhausen” (1880c) e “Notas ornitológicas de Nápoles” (1881b), ambos publicados no *Journal für Ornithologie*, o mais antigo periódico ornitológico do mundo, editado desde 1853 sob a direção de Jean Cabanis (1816-1906) e posteriormente incorporado pela *Allgemeine*

³³⁷ A própria Snethlage (1914, p. 2-3) afirmou a ascendência de Goeldi sobre o trabalho, reconhecendo que fora o zoólogo que idealizara o catálogo e que havia colocado “à disposição a sua rica experiência em coisas da ornitologia brasileira”. Em outro trecho, Snethlage informou que empregara a nomenclatura técnica utilizada por Goeldi nos seus estudos: “Quanto à nomenclatura técnica, especialmente difícil numa língua onde a terminologia ornitológica quase não existia até há bem pouco tempo, empreguei o mais possível as expressões usadas pelo Dr. Goeldi nos seus trabalhos relativos à avifauna brasileira”.

³³⁸ Além de ter se dedicado à taxonomia e evolução de vários grupos biológicos, Goeldi também escreveu sobre história da ciência, etnografia, arqueologia, entomologia médica, zoologia agrícola, meteorologia, genética, ensino de ciências e outras áreas científicas. Sua obra completa pode ser averiguada no anexo documental da tese.

Deutsche Ornithologische Gesellschaft (Sociedade Ornitológica Geral da Alemanha). Antes de vir para o Brasil, Goeldi ainda publicou um trabalho sobre aves migratórias (Goeldi, 1883).

No Museu Nacional do Rio de Janeiro, Goeldi dedicou-se inicialmente a outros grupos de animais. Somente em 1886 apareceria seu primeiro estudo ornitológico, sobre a nidificação do joão-de-barro (Goeldi, 1886b). No ano seguinte, o zoólogo publicou um novo estudo sobre corvos (Goeldi, 1887), dando início à série de artigos enviados para a revista *Schweizerische Blätter für Ornithologie*, a mais importante do ramo na Suíça, editada em Zurique. Foi nesse periódico que outros quatro artigos apareceram, com resultados de investigações realizadas no museu carioca (Goeldi, 1888c, 1889b, 1889c, 1889d). Vale destacar o estudo sobre o cruzamento entre o “pintassilgo pernambucano” e o “canário manso” (1888c), que nos remete diretamente à teoria genealógica de Ernst Haeckel (1834-1919), ou seja, à verificação da ancestralidade entre as duas espécies. Posteriormente, como veremos, Goeldi iria desenvolver outros estudos sobre o tema.

Já tivemos a oportunidade de mencionar que a dedicação de Goeldi ao projeto de colonização suíça em Teresópolis, entre 1890 e 1894, não significou o abandono de suas investigações. O zoólogo escreveu dois livros na Colônia Alpina, “Os Mamíferos no Brasil” (Goeldi, 1893) e “As Aves no Brasil”. Este último foi publicado em duas partes, aparecendo a primeira em 1894 (Goeldi, 1894h) e a segunda em 1900 (Goeldi, 1900h). De acordo com o prefácio do primeiro volume, o livro é dedicado às “ordens e famílias da Aviária indígena que mais excitam o interesse do povo brasileiro” (Goeldi, 1894h, p. 1). Assim, papagaios, araras, tucanos e beija-flores dispõem de mais páginas e informações do que as famílias menos conhecidas. Goeldi advertiu o leitor dessa irregularidade no tratamento do assunto, ponderando que não havia escrito a obra para o “mundo sábio”, e sim para o “povo”: “o leitor benévolo, estou certo, não me levará mal, talvez mesmo me agradeça, tal irregularidade” (Goeldi, 1894h, p. 2).

O livro apresenta uma compilação de dados extraídos da literatura ornitológica brasileira, principalmente os fornecidos por Maximilian zu Wied-Neuwied (1782-1867), Johann Natterer (1787-1843), Alfred Russell Wallace (1823-1913), Henry Walter Bates (1825-1892), Hermann Burmeister (1807-1892) e Hermann von Ihering (1850-1930). Segundo Goeldi, essas eram fontes fidedignas para um assunto ainda pouco estudado. Com exceção do último, residente no Brasil desde 1880 e na época já dirigindo o Museu Paulista, todos os outros haviam sido viajantes e arcavam, conseqüentemente, com

algumas deficiências nas informações que divulgaram. Goeldi propôs-se a rever essas falhas a partir de sua própria experiência no país, ou seja, pretendeu unir literatura e experiência de campo:

Quem, como eu, passou anos a fio, de espingarda ao ombro, de madrugada e noite fechada, por serras e várzeas, por descampados e matas, ao calor e ao frio, suado, às dentadas dos mosquitos, aos espinhos e de roupas rasgadas e mãos sangrando, alegre e diligente para auscultar as pulsações do mundo dos organismos, não tem que recear-se da pecha de plagiário. (Goeldi, 1894h, p. 2)

A maior parte das observações de Goeldi foi feita na Serra dos Órgãos, onde também mantinha uma criação de aves silvestres (“mais de 100”, p. 3) e uma coleção zoológica particular, cujos exemplares ornitológicos (590 indivíduos em dezembro de 1892, p. 34) são identificados no livro conforme o autor vai abordando as grandes famílias.

Apesar de destinado ao “povo”, Goeldi antecipou no seu livro os resultados de algumas experiências e descobertas que depois viria a publicar em revistas estrangeiras. As principais dizem respeito à avifauna da Serra dos Órgãos, incluindo as espécies sazonais e as endêmicas. Também são os casos da nidificação e da reprodução de várias espécies, dentre elas as que foram os objetos de estudo do primeiro artigo de Goeldi publicado na revista da União dos Ornitólogos Britânicos, *The Ibis*. Esse fato é digno de nota, pois, como já mencionamos, é possível detectar uma mudança nas relações científicas do zoólogo durante sua temporada serrana, quando então se aproximou de duas importantes associações britânicas, a Sociedade Zoológica de Londres e a união dos ornitólogos, ambas dirigidas e controladas por cientistas do Museu Britânico. Os novos interlocutores de Goeldi ampliaram sua rede de intercâmbios, que agora somava instituições na Suíça (principalmente Sankt Gallen, Schaffhausen, Berna e Zurique), Alemanha (principalmente Altenburg, Berlim, Frankfurt e Leipzig) e Inglaterra.

Com exceção de “As Aves do Brasil”, as publicações ornitológicas de Goeldi no período foram direcionadas para interlocutores britânicos. Seus temas de estudo foram extraídos do *Catalogue of the Birds in the British Museum*, isto é, foram inspirados pela avaliação que o editor do catálogo e da revista *Ibis*, Philip Lutley Sclater (1829-1913)³³⁹, fez sobre o conhecimento disponível para cada espécie de ave. Assim, Goeldi pôde

³³⁹ Sclater era especialista em zoogeografia neotropical. Foi secretário da Sociedade Zoológica de Londres durante 40 anos, fundador e presidente da União dos Ornitólogos Britânicos durante 21 anos e editor da revista *The Ibis*.

selecionar, dentre as aves que ocorriam na Serra dos Órgãos, quais as que mereciam ser observadas ou coletadas. Foram os casos da *Phibalura flavirostris* (“tesoura”) e da *Lochmias nematura* (“presidente da porcaria”), a primeira definida por Sclater como uma “espécie peculiar” (Sclater, 1888, p. 372) e a segunda com sua posição sistemática ainda não resolvida (Sclater, 1890, p. 28). No seu artigo, Goeldi descreveu os ninhos, os ovos, a reprodução, os hábitos alimentares, migrações sazonais e outros detalhes da história de vida dessas aves (Goeldi, 1894f). E também se comprometeu a enviar parte de suas coleções para o Museu Britânico, incluindo os “materiais preciosos” para os ornitólogos, ou seja, os ovos.

Estudo semelhante apareceu em 1896 na mesma revista (Goeldi, 1896d). Apesar de Goeldi já estar residindo em Belém, o assunto dizia respeito às pesquisas que o zoólogo realizou na Colônia Alpina. Como no artigo anterior, a motivação de Goeldi veio dos autores envolvidos na publicação do catálogo britânico, particularmente de Sclater. Ao fazerem a revisão taxonômica de várias famílias, esses autores indicaram dúvidas e deficiências no conhecimento de *Nyctibius jamaicensis* (“urutau”) e de *Sclerurus umbretta* (“vira-folha”). Nesse sentido, Goeldi cuidou de descrever ninhos, ovos e alguns hábitos dessas aves, distinguindo-as de outras espécies.

No século XIX, a nidificação era considerada um dos elementos chave para o conhecimento das aves. O local onde são construídos os ninhos (sob o solo, no chão, pendurados, pousados em galhos ou dentro de ocos de árvores), o material de que são feitos, sua ‘arquitetura’, assim como a cor, a forma e o tamanho dos ovos, eram dados utilizados para complementar os inventários da avifauna e aperfeiçoar a tarefa principal dos museus ornitológicos: formar coleções estáveis do ponto de vista da conservação e da classificação (Farber, 1977, 1980). Por exemplo, a forma dos ninhos poderia ajudar a esclarecer dúvidas taxonômicas, pois aves cuja posição sistemática era próxima deveriam ter hábitos similares, incluindo a nidificação. Assim, ao remover a ave *Gymnomystax melanicterus* (“aritaná”) da família Agelaeinae para a Icterinae, Sclater justificou sua decisão não apenas em função da similaridade morfológica, mas também do “estilo de plumagem”, dos hábitos e do “modo de nidificação”, então desconhecidos (Sclater, 1886, p. 361).

Essa passagem demonstra que as informações sobre hábitos nem sempre estavam disponíveis para os cientistas localizados nos grandes museus europeus, motivo pelo qual abundam nas revistas ornitológicas as descrições de ninhos e ovos – enviadas

principalmente por cientistas que tinham contato direto com a avifauna de determinado lugar. Era o caso de Goeldi, que desde sua vinda para o Brasil posicionou-se diante de seus interlocutores europeus como um *cientista em campo*, apto a coletar, registrar, comprovar ou condenar suposições e idéias pouco claras sobre a *ornis* brasileira. Por exemplo, anos depois das observações de Sclater sobre o “aritaná”, Goeldi retomou as dúvidas do colega inglês: “Como não pude achar nada publicado sobre o modo de nidificação de *Gymnomystax*, e como Sr. Sclater também me informou gentilmente sobre a ausência de quaisquer observações autênticas sobre o assunto, eu tenho feito todos os esforços possíveis para esclarecer o elo ausente” (Goeldi, 1897j, p. 366).

Outro exemplo dessa disposição de Goeldi refere-se a uma afirmação peremptória de Burmeister, segundo a qual, excetuando algumas poucas espécies, não havia nidificadores notáveis no Brasil. Goeldi combateu o pré-conceito desde seu artigo sobre o joão-de-barro (Goeldi, 1886b), retomando o assunto no livro de 1894 e nos artigos enviados à *Ibis*. Portanto, ao longo da década de 1890, Goeldi foi construindo sua autoridade como uma testemunha privilegiada para checar *in loco* qualquer assunto que os grandes centros científicos demandavam, principalmente o Museu Britânico. É nesse sentido que seus artigos devem ser lidos e suas conclusões apreciadas, como quando o zoólogo reabre discussões taxonômicas ou quando pretende resolvê-las: “Foi provado que essa ave [*Phibalura flavirostris*] faz um ninho aberto e que tem ovos pintados. Ornitólogos podem agora extrair suas conclusões sobre a exata posição sistemática da ave” (Goeldi, 1894f, p. 490); “(...) provado como foi agora que a ave é uma cavadora de tocas e que tem ovos puramente brancos, a posição sistemática de *Sclerurus [umbretta]* entre a [família] Dendrocolaptidae, como proposta pelo Sr. Sclater, torna-se uma necessidade científica” (Goeldi, 1896d, p. 309).

4.2.1 A ornitologia no Museu Paraense

Uma vez no Museu Paraense, Goeldi ampliou sensivelmente sua produção científica, incluindo a ornitológica³⁴⁰. Esta pode ser dividida em relatos de viagens e

³⁴⁰ No Gráfico 1, inserido no final do capítulo, é possível perceber o crescimento das publicações de Goeldi após assumir o Museu Paraense em 1894, bem como o lugar de destaque que a ornitologia ocupava no conjunto de publicações científicas do zoólogo. Nesse quesito, a temporada de Goeldi no Museu Paraense (1894-1907) também se destaca, isto é, a ornitologia foi a ciência que mais ocupou o zoólogo enquanto viveu na Amazônia.

observações de campo (Goeldi, 1894d, 1897c, 1897h, 1898e, 1898g, 1903a)³⁴¹; estudos faunísticos e taxonômicos (Goeldi, 1896a, 1900d, 1900h, 1902h, 1905a, 1906d, 1908c, 1908d)³⁴²; estudos biológicos (Goeldi, 1895g, 1897i, 1897j, 1898f, 1904c, 1905c)³⁴³; estudos sobre conservação da avifauna (Goeldi, 1897k, 1902i)³⁴⁴; textos de divulgação científica (Goeldi, 1900e, 1900f, 1900g, 1902)³⁴⁵; e estudos sobre evolução de aves, que trataremos mais adiante. Não cabe descrever aqui essa extensa produção. Faremos apenas breves comentários sobre alguns trabalhos.

Dentre os relatos de viagens, destacam-se os três trabalhos sobre uma expedição realizada à costa do Amapá em 1895, sendo um deles com os “resultados ornitológicos”, ou seja, contendo informações sobre as espécies observadas e coletadas; e outros dois trabalhos sobre uma viagem ao rio Capim, ocorrida em 1897, sendo, igualmente, um artigo específico para a avifauna local. Este último também apresenta observações críticas sobre a classificação do “mutum-pinima”, ave que apresenta acentuado dimorfismo sexual e que, por isso, ocasionou grande confusão entre os taxonomistas do século XIX. A mesma ave foi descrita por vários cientistas (Spix, Natterer, Gray, Pelzeln e Sclater), incapazes então de reconhecer as diferenças entre o macho e a fêmea. Goeldi defendeu a prioridade de Spix, que classificou a ave como *Crax fasciolata* (nome válido atualmente) e o cancelamento das demais espécies.

Dos estudos faunísticos e taxonômicos, merece ser comentado o lançamento da segunda parte de “As Aves do Brasil”, pela mesma editora (Alves & Cia.). Capítulos do livro já haviam aparecido na *Revista Brazileira* quando esta foi relançada por Veríssimo em 1895, como os que tratam das aves nadadoras, das avestruzes e das cegonhas (Goeldi, 1895h, 1895i, 1895j). Quando a versão final do livro apareceu em 1900, Goeldi já havia reescrito muitos trechos, enriquecendo o volume com os resultados de suas investigações na Amazônia, bem como com sua experiência e erudição ampliadas. Sendo assim, é patente a diferença entre as duas partes do livro, com significativo ganho para a segunda.

³⁴¹ Pela sua própria natureza, a maior parte desses trabalhos não se dedica exclusivamente à ornitologia, com exceção de Goeldi (1897h, 1903a). Não foram incluídas as traduções em língua portuguesa de trabalhos originalmente publicados em revistas estrangeiras.

³⁴² As observações de campo e os estudos faunísticos foram separados aqui apenas pela necessidade de estabelecer critérios classificatórios. Temos consciência da utilidade dos relatos de viagem para os estudos da avifauna.

³⁴³ Não foram incluídas as traduções em língua portuguesa de trabalhos originalmente publicados em revistas estrangeiras.

³⁴⁴ Não foram incluídas a tradução feita para a língua alemã e nem as edições posteriores do trabalho.

³⁴⁵ Não foram incluídas as traduções em língua portuguesa de trabalhos originalmente publicados em revistas estrangeiras, nem as diversas republicações desses trabalhos.

No mesmo ano de 1900, Goeldi lançou o primeiro fascículo do “Álbum de Aves Amazônicas” (Figura 56) como “suplemento ilustrativo” do seu livro (Goeldi, 1900d). A nova obra foi concebida de acordo com os capítulos de “As Aves do Brasil” e dentro do espírito de divulgação do autor. Doze estampas cromo-litográficas, desenhadas por Ernst Lohse com “exatidão”, “fidelidade científica” e “requisitos estéticos e artísticos”, ilustram as diversas famílias de aves, retratadas no seu habitat (Figura 57). O álbum foi impresso no Instituto Poligráfico de Zürich e lançado pelo Museu Paraense durante a Exposição Universal de Paris. Para justificar o gasto extraordinário do Governo do Pará, Goeldi anunciou que a obra serviria ao estado como “ótima recomendação perante o mundo literário internacional” e “imperecível padrão de glória” (Goeldi, 1901a, p. 118)³⁴⁶.

Ainda dentre os estudos taxonômicos, vale mencionar um trabalho que Goeldi apresentou no VI Congresso Internacional de Zoologia, realizado em Berna em agosto de 1904, no qual descreveu alguns vertebrados provenientes da região dos rios Juruá, Purus e Acre – “uma região que promete se tornar para a ciência dos próximos anos um Eldorado de surpresas da maior importância (...)” (Goeldi, 1905a, p. 546). Macacos, uma doninha, um roedor, um peixe (o único não proveniente daquela região) e duas aves (*Galbalcyrynychus purusianus* e *Pipra caelesti-pileata*) são descritos nos seus pormenores morfológicos e biogeográficos, reunindo o autor, em um único trabalho, a maior parte dos animais que descreveu no Museu Paraense, como resultado de seus “dez anos de esforço” (Goeldi, 1905a, p. 543).

O trabalho sobre a conservação da avifauna é “Destruição das Garças e Guarás”. Esse texto não pode ser considerado propriamente um artigo científico. Na verdade, ele reúne duas representações que o diretor do Museu Paraense fez ao governador Lauro Sodré, em maio de 1895 e maio de 1896. Em ambas as ocasiões, o Congresso Legislativo do Estado estava iniciando seus trabalhos, motivo pelo qual o zoólogo pediu que o Executivo enviasse um projeto de lei com as seguintes medidas:

- 1.^a Proibindo totalmente as caças de garças e guarás durante o período de Junho até fins de Janeiro.
 - 2.^a Recomendar os ninhais em território particular, à especial proteção dos proprietários e os em território do Estado torná-los invioláveis.
 - 3.^a Carregar de impostos proibitivos o comércio de penas de garças e guarás (...).
- (Goeldi, 1897k, p. 31)

³⁴⁶ O segundo fascículo apareceu em 1902, também com doze estampas. O terceiro e último foi publicado em 1906, com 24 estampas.

A preocupação de Goeldi com a possível extinção das garças e guarás tinha fundamento. As viagens do diretor e os testemunhos colhidos na literatura e junto aos moradores do interior registravam uma sensível diminuição na população dessas aves no Baixo Amazonas, principalmente na ilha do Marajó. O motivo era a caça dessas aves para a extração das penas, realizada largamente na época de seu acasalamento, quando os machos desenvolvem uma bela plumagem nupcial (Figura 58)³⁴⁷. A caça, portanto, impactava duplamente as populações de aves mediante a eliminação dos animais adultos e a dizimação dos ninhais, impedindo a renovação do grupo.

No seu texto, Goeldi replica o protesto que fez em “As Aves do Brasil” contra a caça de beija-flores realizada na Bahia (Goeldi, 1894h, p. 243). Para o zoólogo, as garças tinham direitos naturais que mereciam ser respeitados pelos seres humanos, pois habitavam a ilha do Marajó desde os tempos imemoriais, ou seja, possuíam a “propriedade intelectual” dos locais onde faziam seus ninhos, herdados de gerações antepassadas de animais. Por esse motivo, não era justo que “centenas de milhares de garças” morressem anualmente “para enfeitar chapéus de senhoras nos Estados Unidos e na França” (Goeldi, 1897k, p. 29). O assunto era, para Goeldi, uma questão “humanitária” e “estética”³⁴⁸.

Esse trabalho de Goeldi estava sintonizado com o movimento conservacionista que teve origem na Europa nas últimas décadas do século XIX. As aves foram os primeiros animais a atrair a atenção dos conservacionistas pela mortandade provocada pelo comércio de plumas³⁴⁹. Em 1895, mesmo ano em que Goeldi apresentou seu protesto a Lauro Sodré,

³⁴⁷ As penas eram utilizadas para adornar chapéus femininos e o Pará era o maior exportador brasileiro da matéria-prima no final do século XIX, gerando uma receita anual em torno de mil contos de réis. Sua posição foi perdida para o Amazonas no início do século XX, quando este estado multiplicou por cinco sua produção entre 1901 e 1905 (Urban, 1998, p. 55), possivelmente em função das discussões preservacionistas levantadas por Goeldi no Pará. Em consequência de seu protesto, amplamente divulgado no estado, muitas intendenções municipais proibiram a caça de garças e guarás, bem como a exportação de penas (Goeldi, 1897k).

³⁴⁸ Outro ponto interessante do texto de Goeldi, mas cujo comentário não deve ultrapassar os limites desta nota, é a introdução de um jargão hoje largamente utilizado pelos ambientalistas, exigindo ações no presente em benefício de gerações futuras: “Se a atual geração destrói brutalmente o legado recebido intacto das gerações anteriores, ela torna-se sujeita à maldição da futura. O homem ufana-se de ser o único ente racional. Ora, forçosamente deve para ele ser suprema tarefa compreender o seu verdadeiro papel e as suas relações para com a criação ambiente. Tal reflexão deve abarcar também o futuro, tomar em consideração os interesses dos que virão depois de nós. Pois bem, a execranda destruição das garças é uma indébita imiscuição e lesão da universal ordem cósmica” (Goeldi, 1897k, p. 37). Segundo McCormick (1992), certo misticismo é característico do movimento ambiental do final do século XIX, alimentado pelo sentimento de que conduzia o homem para mais perto de Deus. Na Inglaterra, o estudo da natureza era considerado, em si mesmo, um ato de devoção, como expressado pela máxima corrente: “Through Nature to Nature’s God”. Sobre a crítica ambiental feita no Brasil desde o século XVIII, ver Pádua (2002).

³⁴⁹ O comércio de plumas e aves ganhou repercussão no Congresso Internacional Econômico, realizado em Viena em 1873, quando diplomatas austríacos, húngaros e italianos pretenderam criar um protocolo internacional de espécies animais úteis e nocivas. Em 1884, Viena também sediaria o Primeiro Congresso

o Terceiro Congresso Internacional Ornitológico, reunido em Paris, dedicou uma sessão particular para a matança de garças e guarás, ficando conhecido como *The Egret Convention*. Desde então, o tema ganhou repercussão mundial. Zoólogos espalhados em vários recantos do planeta escreviam para suas metrópoles ou seus governantes reclamando medidas de coerção contra os abusos cometidos pelos ‘nativos’. Goeldi reclamou dos vaqueiros do Marajó, que ao invés de cuidarem de suas atribuições, desviavam-se para a caça de garças com o fim de comprar aguardente. O resultado era a destruição de “um dos mais fascinadores ornamentos da natureza do majestoso rio, que todos nós amamos” (Goeldi, 1897k, p. 28). Para combater o abuso, sugeriu que o país imitasse as rígidas leis dos Estados Unidos e da Suíça, as duas repúblicas “onde as instituições democráticas conservam o seu caráter o mais puro e genuíno”, e cujas leis distinguiam claramente os limites entre “liberdade individual” e “interesse comum” (Goeldi, 1897k, p. 30)³⁵⁰.

Como os centros do comércio de plumas e do movimento conservacionista estavam localizados na Europa, foi nesse continente que surgiram os primeiros acordos internacionais sobre o assunto. Em 1902, realizou-se a primeira Convenção Internacional para a Proteção das Aves, sem avanços na negociação de um instrumento regulador internacional (Herman, 1907). Uma versão do trabalho de Goeldi (Figura 59) foi especialmente traduzida para o inglês para ser lançada nesse encontro (Goeldi, 1902i), apresentada por Sclater como um “(...) vigoroso apelo (...) para cessar o massacre das garças brancas e outras aves mantido pelos ‘caçadores de plumas’ no Baixo Amazonas” (Sclater, 1903, p. 615)³⁵¹. Quatro anos depois, a convenção era finalmente assinada por 13

Internacional Ornitológico, onde a proteção de aves foi discutida com maior especificidade (Herman, 1907). Em 1891, a Hungria sediou o segundo congresso, enquanto um grupo de mulheres inglesas criava a *Society for the Protection of Birds*. A primeira campanha dessa associação foi direcionada para a Índia, obtendo já no ano seguinte a interdição das exportações de peles e plumas de aves (McCormick, 1992).

³⁵⁰ Enquanto isso, no outro lado do mundo, C. B. Rickett, residente em Foochow (China), escreveu para Sclater informando que “caçadores nativos descobriram ultimamente que há uma mina de prata no comércio de plumas, com o resultado de que um dos maiores ornamentos das nossas paisagens está aparentemente condenado à destruição” (Rickett, 1900, p. 217). Segundo Rickett, o mandarim local proibiu o comércio de plumas, mas os caçadores dirigiram-se para as terras vizinhas. Embora um deles tenha sido capturado e açoitado com vara de bambu, o “exemplo” não surtiu efeito. Desconfiado do governo local e da eficácia de uma sociedade de preservação criada em Shangai, Rickett foi categórico: “É no *Oeste civilizado* [sic] que se deve procurar, e eu temo procurar em vão, por socorro!” (Rickett, 1900, p. 219).

³⁵¹ Na resenha que fez do trabalho de Goeldi, Sclater afirmou: “Esperamos que nosso excelente amigo não relaxe seus esforços por uma causa tão boa” (Sclater, 1903, p. 616). Goeldi, por sua vez, não viria a publicar outros textos sobre o assunto no Brasil, mas na Suíça, a partir de 1907, o zoólogo retomou a campanha contra o comércio de aves e plumas. Temos notícia de pelo menos um trabalho publicado por Goeldi (1914), no jornal “Der Bund”: “Fort mit der Reiherfeder vom Damenhut! Ein Appell an die Frauenwelt gelegentlich der Schweiz. Landesausstellung” (“Abaixo as penas de garça dos chapéus femininos! Um apelo às mulheres por ocasião da divisão da Suíça”). Goeldi foi um dos membros-fundadores da Sociedade Suíça para o Estudo e Proteção dos Pássaros (Aerni, s.d.a).

países europeus, excetuando a Inglaterra, que preferiu manter sua própria legislação (Herman, 1907)³⁵².

4.2.2 A recepção dos trabalhos ornitológicos de Goeldi na Europa

A inserção de Goeldi no debate sobre a conservação de garças e guarás ilustra muito bem como o zoólogo ampliou seu raio de ação a partir de seu cargo no Museu Paraense, posicionando a Amazônia no centro de questões como classificação, diversidade e conservação da avifauna. Os trabalhos do zoólogo e seus intercâmbios ornitológicos, então direcionados principalmente para a Inglaterra, foram reconhecidos e retribuídos por meio de sua participação na Sociedade Zoológica de Londres e na União dos Ornitólogos Britânicos. Em abril de 1895, após virem à luz os primeiros fascículos do *Boletim do Museu Paraense* e após a publicação dos primeiros trabalhos em inglês do diretor da instituição, todos sobre a fauna da Serra dos Órgãos (Goeldi, 1894f, 1894g, 1895b), Goeldi foi nomeado Membro Correspondente da sociedade zoológica. Três anos depois, a união dos ornitólogos o nomeava Membro Honorário, honraria destinada a poucas pessoas desde que a união foi criada, em 1858³⁵³.

A nomeação de Goeldi para a união ornitológica britânica coincidiu com uma intensa produção científica do zoólogo suíço, da qual se destacam os trabalhos sobre oito espécies de aves, além do protesto contra a caça de garças e guarás. Os trabalhos que mais chamaram a atenção dos ingleses foram os que trataram do Amapá (chamado na época de Guiana Brasileira ou Guiana Meridional), uma região pouquíssimo visitada por naturalistas. Goeldi publicou na *Ibis* um trabalho específico para a avifauna da costa amapaense, intitulado “Ornithological results of a Naturalist’s Visit to the Coast-Region of South Guyana” (Goeldi, 1897h), no qual o autor enumerou a “famosa coleção” de aves que

³⁵² Sclater defendeu a não inclusão da Inglaterra no acordo, afirmando que “não consideramos que novos métodos sejam necessários na Inglaterra, onde, debaixo da regulamentação atual, poucas das menores aves estão em risco de extinção” (Sclater, 1908a, 183-184). Por “regulamentação atual” o editor de *Ibis* considerava, além da legislação pertinente (Birds-Protection Acts), a transformação, em 1904, da *Society for the Protection of Birds* em *The Royal Society for the Protection of Birds*, sob a presidência da Duquesa de Portland e com significativo apoio do Parlamento britânico. Sir Edward Grey, membro da nova sociedade, definiu seus objetivos: “impedir que o mundo seja empobrecido e parte de sua beleza perdida pela destruição das aves selvagens” (*The Royal Society...*, 1905, p. 298, nosso destaque em itálico).

³⁵³ No ano da nomeação de Goeldi, apenas sete cientistas constavam da seleta lista: Jean Cabanis (1816-1906), conde Hans von Berlepsch (1850-1915) e Anton Reichenow (1847-1941), de Berlim; Otto Finsch (1839-1917), de Leiden; conde Tommaso Salvadori (1835-1923), de Turim; Enrico Hillyer Giglioli (1845-1909), de Florença; e Thomas Ayres (1828-1913), do Transvaal, África do Sul, o único Membro Honorário residente fora da Europa até então (embora o Transvaal já fosse colônia inglesa na época).

formou, composta por 113 indivíduos de 72 espécies. Foi Sclater quem identificou algumas aves e a ele Goeldi agradeceu “pela ajuda constante na determinação e verificação dos materiais e coleções feitas no Brasil” (Goeldi, 1897h, p. 154).

Goeldi enviava regularmente ao ornitólogo inglês duplicatas e espécimes coletados durante as suas viagens e nas de outros membros do Museu Paraense. Por exemplo, a expedição ao rio Capim, realizada em 1897, também rendeu uma grande coleção de aves, da qual foram enviados a Sclater uma pele de *Psophia obscura*, ave rara e ainda mal posicionada na sistemática, principalmente no que se refere à proximidade com *Psophia viridis*³⁵⁴; e um exemplar vivo do “mutum-pinima”, “a rare Curassow” segundo o anônimo resenhista de *Ibis*, para o Jardim Zoológico de Londres (mantido pela Sociedade Zoológica) (Anônimo, 1898). Goeldi parecia ter, portanto, uma relação bastante próxima com Sclater, que sempre se referia ao colega suíço como um “ativo amigo” e “excelente correspondente”.

Outra maneira de averiguarmos a inserção de Goeldi no meio científico europeu é por meio da recepção de seus trabalhos. Sclater resenhava regularmente as publicações ornitológicas de Goeldi, além de dar com frequência notícias sobre o Museu Paraense. Por exemplo, em 1897 foi anunciada duas vezes a existência de um jardim zoológico como anexo do museu. A primeira após a publicação de um relato de Meerwarth (1897b) no *Der Zoologische Garten*, no qual descreve os principais prédios e viveiros e fornece a lista de espécies animais existentes no jardim³⁵⁵. A segunda após o editor de *Ibis* receber um dos números do *Boletim do Museu Paraense*, destacando o trabalho de Goeldi sobre a avifauna paraense (Goeldi, 1896a) e o jardim zoológico, com os seguintes termos: “Estamos satisfeitos em observar que, adjacente ao ‘Museu Paraense de História Natural e Ethnographia’, há um ‘Jardim Zoológico’ e um ‘Horto Botânico’ associados sob a direção do Dr. Goeldi” (Sclater, 1897b). Em duas outras ocasiões Sclater referiu-se ao museu: quando o governador do Pará alterou o nome da instituição para ‘Museu Goeldi’ e quando seu diretor retirou-se para a Suíça. Na primeira nota, Sclater manifestou alegria em saber que o nome da instituição iria homenagear seu “distinto Diretor” e “excelente

³⁵⁴ A remessa de uma única pele de ave assumiu grande importância porque salvou Sclater de um equívoco. O diretor do Museu Paraense alertou o zoólogo inglês de que *P. obscura* havia sido reunida no catálogo do Museu Britânico com *P. viridis*, por engano. Por esse motivo Goeldi enviou um exemplar da ave para Londres, para que Sclater o comparasse com a segunda espécie. O assunto foi esclarecido por Sclater em um artigo publicado na *Ibis* (Sclater, 1898b).

³⁵⁵ Sclater destacou a existência de 224 aves, pertencentes a 70 espécies, citando nominalmente *Harpyia destructor*, *Eurypygia helias* e três espécies de *Psophia* (Sclater, 1897a).

correspondente” da União dos Ornitólogos Britânicos (Sclater, 1901a); anos depois, lamentou a exoneração de Goeldi, que deixava seu próprio nome no Pará como testemunho de seu “esplêndido zelo e habilidades”. Segundo Sclater, o diretor do Museu Paraense havia feito “excelentes comunicações” em *Ibis* (Sclater, 1907a).

De maneira geral, a crítica aos trabalhos de Goeldi era bastante positiva. Mas os zoólogos europeus não se furtaram em registrar suas deficiências – ou de se posicionar contra o diretor do Museu Paraense nas polêmicas taxonômicas e biológicas. O próprio Sclater fazia ressalvas a Goeldi quando convinha aos interesses da Sociedade Zoológica e da união dos ornitólogos. Por exemplo, Sclater elogiou as “interessantes informações” dadas pelo zoólogo suíço sobre os urubus sul-americanos (“essa ave tão negligenciada”) e concordou com a revisão taxonômica do gênero (Goeldi, 1897i), mas ponderou que algumas de suas observações não procediam ou não levavam em consideração as publicações do Museu Britânico. Ele próprio, Sclater, já havia adiantado algumas das conclusões de Goeldi e manteve aberta a discussão sobre a validade de algumas espécies (Sclater, 1898a).

Dentre todas as publicações ornitológicas de Goeldi, as que mais repercutiram na Europa foram “As Aves do Brasil” e “Álbum de Aves Amazônicas”. Em *Ibis*, o primeiro livro foi anunciado como uma “compilação popular”, mas que continha “muitas notas de grande interesse, os resultados da observação pessoal do autor, e se mostrará um guia muito útil para o estudo das aves da América tropical”. Concordando com as conclusões de Goeldi sobre a insuficiência do conhecimento ornitológico do Brasil, Sclater ressaltou: “Precisamos destacar a enorme extensão de trabalho ainda a ser feito antes que possamos ficar completamente familiarizados com as aves do Brasil (...)” (Sclater, 1901b).

Por sua vez, o álbum de aves mereceu quatro resenhas na revista inglesa. As estampas do primeiro fascículo foram consideradas “bem desenhadas” e coloridas com acuidade suficiente para permitir o reconhecimento das espécies (Sclater, 1902a). Em outra nota, Sclater elogiava o empenho de Goeldi em difundir o conhecimento da História Natural no seu país adotivo (Sclater, 1902b). O segundo fascículo, na opinião do resenhista, manteve “o mesmo alto padrão”, informando que o trabalho estava servindo para chamar a atenção dos naturalistas para a rica e variada avifauna amazônica (Sclater, 1904a). Quando o terceiro e último fascículo veio a público, Sclater avaliou a utilidade da obra para a rápida identificação das espécies brasileiras e congratulou Goeldi por ter concluído o “útil trabalho” antes de se retirar para a Suíça (Sclater, 1907b).

Vejamos agora como a obra de Goeldi foi apreciada em duas outras revistas européias, ambas publicadas na Alemanha. Em *Der Zoologische Garten*, revista editada pela associação de jardins zoológicos alemães sob a direção de Otto Böttger, foram resenhados os dois primeiros fascículos do “Álbum de Aves Amazônicas”. Segundo Böttger (1902, p. 101), a obra do “famoso e notabilíssimo diretor do Museu Goeldi” era “realmente encantadora”. Apesar do formato pequeno, “os animais podem ser reconhecidos pela espécie imediatamente” e foram tratados pelo aquarelista de “modo muito hábil”. Böttger destacou principalmente a estampa que ilustra um ninhal de guarás, “com a mata ciliar realmente encantadora da costa atlântica da Ilha do Marajó (...). Essa estampa é uma verdadeira obra-prima” (Figura 60). Quando do segundo fascículo, a opinião foi confirmada:

(...) esta segunda obra ilustrada confirma (...) a sentença unânime e favorável que a arte e a ciência conferiram à excelente publicação. (...) O manejo pitoresco de fundo e cenário denuncia o mestre em toda parte (...). Não há como não recomendarmos a bela obra a todos os que quiserem visitar o Brasil ou a Argentina, e não somente aos naturalistas de profissão, pois, da maneira mais simples possível, ela abre também aos leigos o conhecimento da avifauna neotropical. (Böttger, 1904, p. 103)

Em *Zoologisches Zentralblatt*, jornal de Leipzig dirigido por Otto Bütschli (1848-1920), professor de Zoologia e Paleontologia da Universidade de Heidelberg, e por Berthold Hatschek (1854-1941), professor do Instituto Zoológico da Universidade de Viena, que então articulavam uma extensa rede de cientistas europeus para resenhar a produção zoológica da época, foram apreciados vários trabalhos de Goeldi. Dentre eles, o artigo sobre a avifauna do rio Capim, o álbum de aves e a *Nova Zoologica*. Este último foi resenhado por J. C. H. de Meijere (1866-1947), entomólogo do Museu Zoológico de Amsterdã (Meijere, 1905); e os dois primeiros por Ernst Johann Otto Hartert (1859-1933), curador da coleção ornitológica do Barão Lionel Walter Rothschild (1868-1937), o grande colecionador de Tring, na Inglaterra, que se mostrou bem mais moderado na apreciação da obra de Goeldi.

Segundo Hartert, a descrição da viagem ao Capim era “interessante” e “repleta de variadas observações e notas ornitológicas”. Uma investigação em um rio tão pouco conhecido já seria “digna de louvores”, “principalmente em se tratando da região paraense, de fauna ornitológica insuficientemente conhecida”. A única fonte disponível era Wallace, que visitou o rio em 1849 e identificou 28 espécies. Com a sua expedição, Goeldi elevou

esse número a 116. Contudo, Hartert discordou das conclusões de Goeldi sobre a classificação do mais famoso Cracidae, o “mutum-pinima”. Segundo o ornitólogo alemão, “as notas ‘críticas’ sobre *Crax pinima* (...) deixam a desejar na crítica”. Defendendo a manutenção dessa espécie, Hartert argumentou que Goeldi não examinou pessoalmente os *typus* das espécies que considerou sinônimas de *Crax fasciolata* (*C. pinima*, *C. sclateri*, *C. mikani*): “É mínima a necessidade de destacar que o autor está equivocado, pois muitas espécies por ele declaradas sinônimas talvez apresentem diferenças, por exemplo o *Crax sclateri* e o *Crax mikani* (...)” (Hartert, 1905)³⁵⁶.

Quanto ao “Álbum de Aves Amazônicas”, Hartert o considerou um “excelente manual popular para não interessados em ornitologia, (...) primorosamente adequado para permitir aos leigos determinar seus pássaros”. As estampas eram “em sua maioria boas e sempre identificáveis de modo satisfatório para reconhecer as espécies”. Hartert, assim como Böttger, também elogiou a estampa que ilustrava uma colônia de guarás: “especialmente interessante” (Hartert, 1906a)³⁵⁷.

Essas e outras notícias demonstram o interesse que a fauna amazônica despertava entre os cientistas europeus no final do século XIX – e o espaço que Goeldi efetivamente ocupou como interlocutor de importantes zoólogos; como ativo membro de sociedades científicas; e como autoridade em ornitologia neotropical, cujo reconhecimento internacional foi buscado por meio da remessa de coleções para a Europa, da publicação de

³⁵⁶ Apesar do tom incisivo de Hartert, o tempo e outros ornitólogos (como Sneath em seu “Catálogo das Aves Amazônicas”) demonstraram a coerência das notas de Goeldi. Atualmente, como já referimos, as três formas citadas pelo zoólogo suíço são sinônimas de *Crax fasciolata* Spix.

³⁵⁷ Outras impressões sobre o álbum podem ser obtidas em um folheto de dez páginas que Goeldi organizou, contendo a transcrição das resenhas e cartas de congratulações que recebeu de cientistas, diplomatas, governantes e políticos. Algumas resenhas destacam-se pelos periódicos em que apareceram, como *Nature* (Londres), *Bulletin of the American Geographical Society* (Nova Iorque), *Ornithologische Monatsberichte* (Berlim), *Schweizerische Blätter für Ornithologie* (Zurique), *Società Geografica Italiana* (Roma), *Geografisk Tidsskrift* (Copenhague), *Revista Chilena de História Natural* (Valparaíso), *Annales de Géographie* (Paris) e *Brazil-Médico* (Rio de Janeiro), denotando a divulgação mundial da obra. Dentre as cartas, destacamos as de Friedrich Wilhelm Karl Berg (1843-1902), diretor do Museu Nacional de Buenos Aires; Johann Büttikofer (1850-1929), diretor do Jardim Zoológico de Rotterdam (Holanda); Franz Steindachner (1834-1919), intendente do Imperial Museu de História Natural de Viena (Áustria); Henry O. Forbes (1851-1932), diretor do Free Public Museum (Liverpool, Inglaterra); John Casper Branner (1850-1922), então vice-presidente da Stanford University (Califórnia, Estados Unidos); e ainda, além das cartas dos demais Membros Honorários da B.O.U., Henri de Saussure (1829-1905), Paul Ehrenreich (1855-1914), Friedrich Ratzel (1844-1904) e Alfred Russel Wallace (1823-1913). As duas últimas são particularmente interessantes. Enquanto Ratzel escrevia pouco antes de falecer que adotaria o álbum como livro didático para jovens geógrafos da Universidade de Leipzig, Wallace agradecia o presente que havia lhe permitido relembrar sua viagem à Amazônia: “É um grande prazer para mim ter os retratos coloridos de tantos dos meus emplumados favoritos das florestas, que me fazem lembrar alguns dos mais felizes dias de minha vida!” Cf. “Die Vogelwelt des Amazonenstromes”. AMPEG, Gestão Emílio Goeldi (1894-1907).

artigos em periódicos estrangeiros e de livros como o “Álbum de Aves Amazônicas”, sem precedentes no que se refere à ilustração colorida de variado número de espécies locais.

Contudo, as questões taxonômicas e biológicas relativas à fauna brasileira estavam longe de ser um assunto pacífico. Além do conhecimento disponível ainda ser objeto de controvérsia, como verificamos, havia poucos cientistas trabalhando com o assunto e menos ainda pesquisando *in loco*, etapa fundamental para a formação de coleções e obtenção de dados biológicos e ambientais. Os próprios zoólogos ressentiam-se da insuficiência de fontes e da provisoriedade das conclusões, sendo obrigados a recorrer constantemente aos viajantes do início do século XIX, como Spix e Natterer, e a deixar em aberto os problemas que exigiam maior esforço de investigação³⁵⁸. A essa situação acrescenta-se a dimensão do trabalho a realizar, já claramente perceptível no final do século, quando todas as previsões sobre a biodiversidade neotropical extrapolaram os cálculos mais exagerados. Enquanto os europeus reviam e consolidavam os inventários faunísticos de seu continente, a cada ano ainda apareciam centenas de espécies novas provenientes das Américas, incluindo de grupos relativamente bem conhecidos, como o dos primatas. O que dizer, portanto, dos invertebrados? Basta lembrarmos que as coletas que Goeldi efetuou na Serra dos Órgãos resultaram na descrição de nada menos do que 165 espécies de aranhas.

Nas suas publicações, Goeldi fez inúmeras considerações sobre a fragilidade do conhecimento científico da fauna brasileira, bem como sobre a inexistência, no país, de especialistas em número suficiente para levar adiante a gigantesca tarefa de classificar a biodiversidade local³⁵⁹. A motivação do zoólogo em escrever livros de divulgação e em publicar o álbum de estampas está diretamente relacionada à percepção de que somente um esforço coletivo dos brasileiros poderia mudar esse estado de coisas – e de que era seu dever incentivar o estudo da natureza no país. Como afirmou no seu livro sobre as aves, tinha a esperança de que este

(...) chamará novos amigos para a observação séria da natureza, e mais uma vez externar o desejo que todos aqueles pontos que neste livro e no que o precedeu se marcaram como necessitando novos estudos, quer no interesse puramente científico,

³⁵⁸ Para um panorama dos exploradores, missionários e naturalistas que estudaram a avifauna brasileira entre os séculos XVI e XIX (até Burmeister, ou seja, até a década de 1850), ver Pinto (1979).

³⁵⁹ A contratação de pesquisadores estrangeiros para o Museu Paraense estava diretamente relacionada a isso. Goeldi exigia a formação superior em Ciências Naturais, curso que não existia no Brasil. No final do século XIX, a especialização das ciências naturais e o desenvolvimento da pós-graduação, principalmente na Alemanha, já não permitiam o trabalho amador e diletante.

quer no interesse mais geral e econômico, sejam interrogados e acareados pelo verdadeiro amigo da Natureza. (Goeldi, 1894h, p. 632)

Goeldi também fazia uma distinção entre o estado das investigações zoológicas e botânicas no país. Enquanto a primeira era incipiente, a segunda mostrava-se bem mais avançada. Havia um maior número de obras de referência, algumas publicadas por brasileiros, e um maior número de interessados também. Havia, sobretudo, a monumental obra de Martius e de seus colaboradores, ainda em andamento no final do século XIX. A *Flora Brasiliensis* surgia, na percepção dos cientistas da época, como um marco na investigação botânica do Brasil, que lhe deu alento e uma sistematização sem precedentes. Goeldi, mais de uma vez, mencionou que a zoologia brasileira carecia de uma obra semelhante – e de fato procurou percorrer no Museu Paraense o mesmo caminho de Martius, como já tive a oportunidade de mencionar.

Goeldi, contudo, não foi o único a perceber a existência de lacunas no conhecimento zoológico da época e de um nicho de trabalho para as instituições científicas brasileiras. Cientistas da Europa também procuraram se especializar na fauna neotropical, como Sclater, O. Thomas, Boulenger, Forel, Hartert, Berlepsch e Carl Eduard Hellmayr (1878-1944), então trabalhando no museu de Viena. Esses cientistas, posicionados em importantes instituições, agenciaram regularmente coletores de produtos de história natural, incluindo diplomatas e comerciantes³⁶⁰. Também se valeram de seus interlocutores, então espalhados em várias instituições do Brasil, Argentina, Uruguai e Chile. No caso dos ingleses, mantinham contato direto com o Georgetown Museum, na Guiana Inglesa, onde comandavam boa parte das investigações realizadas na Amazônia.

Em próprio território brasileiro havia um outro museu de história natural que também se revelaria um centro de pesquisas ornitológicas, o Museu Paulista. Sob a direção de Hermann von Ihering (1850-1930), esse museu iniciou suas atividades em 1893, quase simultaneamente ao Museu Paraense reformado. Ihering criou um programa de pesquisas similar ao de Goeldi, centrado sobretudo na formação de coleções zoológicas e nos estudos faunísticos³⁶¹. A relação entre ambos, inicialmente amistosa e depois conflituosa,

³⁶⁰ Bons exemplos são Carl Euler (1832-1901), cônsul suíço e fazendeiro no Rio de Janeiro, e Edgar Leopold Layard (1824-1900), cônsul britânico em Belém. Ambos gozaram de grande reputação no conhecimento de aves, ninhos e ovos. Entre os coletores, destacamos W. Hoffmans, cuja coleção de aves feita no rio Madeira foi estudada por Hellmayr (1907).

³⁶¹ Os inventários e catálogos aparecem na *Revista do Museu Paulista* com maior frequência e densidade do que no *Boletim do Museu Paraense*. Alguns grupos foram priorizados por Ihering, como aves, peixes, insetos

demonstra que as estratégias adotadas por Goeldi para se aproximar do meio científico europeu foram comuns a Ihering – e que o diretor do Museu Paraense foi obrigado não apenas a se impor como autoridade científica na Europa, mas também a firmá-la dentro do próprio país.

4.3 “Who shall decide when Doctors disagree?”

A pergunta foi feita por Sclater (1908b) diante de uma polêmica entre Goeldi e Ihering, cujo refinado humor remete o leitor para o campo nebuloso das contendas científicas, nas quais se misturam elementos profissionais e pessoais. Ritvo (1997, p. 13-14) abordou o assunto após analisar as discussões taxonômicas sobre a fauna australiana, concluindo que, para além dos objetos em si, o que movia os oponentes era a necessidade de firmar a sua autoridade científica num cenário de competição e de muitas incertezas quanto ao próprio conhecimento em questão. A autora denominou de “vácuo de autoridade” os momentos nos quais a ciência é abalada por dúvidas sobre novos fenômenos, objetos ou idéias, gerando uma conflituosa movimentação dos cientistas com vistas a ocupar o espaço existente no interior do meio científico.

Esse parece ser o caso da disputa entre Goeldi e Ihering, que teve como estopim a distribuição geográfica de uma ave brasileira e o material com o qual fabricava seu ninho – algo relativamente simples para uma época em que evolucionistas eram considerados ‘soldados’ e a biologia, um ‘campo de batalha’. Nenhuma doutrina estava em questão, assim como nenhum ponto de vista que necessitasse, para se firmar, da derrota de seu oponente. A polêmica poderia ser encerrada facilmente com algum esforço de coleta, observação ou mesmo com a compilação de dados na literatura e nas coleções ornitológicas então existentes – caso os motivos que a originaram tivessem como fundo, realmente, uma questão racional.

Todos os pontos de discórdia entre ambos nos levam a crer que os cientistas lutaram para se firmar (e firmarem suas instituições) como as principais autoridades em zoologia no Brasil. Isso requeria não apenas a execução de pesquisas e a publicação de trabalhos originais, mas também certa liderança local nos assuntos polêmicos da biologia. Reconstruir a disputa em que se envolveram me parece de grande utilidade para

e moluscos. Sobre as atividades científicas de Ihering e do Museu Paulista, ver Dantes (1980), Lopes (1997), Gualtieri (2001) e Alves (2001).

exemplificar como essas instituições brasileiras construíram suas agendas científicas e buscaram o reconhecimento de seus pares europeus.

4.3.1 “*Hermann von Ihering, meu colega e amigo*”

No mesmo mês em que foi contratado para a direção do Museu Paraense (março de 1894), Goeldi divulgou amplamente uma “Carta-Circular”, já aqui referida. Ali expôs o projeto da instituição que iria “criar” na Amazônia, bem como as circunstâncias políticas que permitiram o governo do Pará dar um passo nesse sentido. Segundo Goeldi, o Museu Paraense de História Natural e Etnografia era “mais um precioso fruto” da autonomia concedida pela República aos estados brasileiros. Goeldi lembra, ainda, que “no Sul do Brasil o Estado de São Paulo foi o primeiro a reconhecer a necessidade de um museu próprio a cuja testa foi colocado pessoa benemerita das ciências naturais – o Sr. Hermann von Ihering, meu colega e amigo” (Goeldi, 1894b, p. 8). O Norte seguia, portanto, “quase simultaneamente e de modo independente”, o bom exemplo paulista.

Além da saudação pública ao novo cargo de Ihering, o texto de Goeldi também era uma clara provocação ao Museu Nacional do Rio de Janeiro, pois vinculava o Museu Paraense e o Museu Paulista à onda de descentralização política e administrativa da nascente República – e opunha as duas novas instituições àquela que era um dos símbolos do poder imperial. Para Goeldi, os novos museus eram as provas de que havia findado o tempo em que “Sul e Norte tinham por assim dizer de pedir no Rio de Janeiro autorização e licença para qualquer progresso” (Goeldi, 1894b, p. 8).

Desde que deixaram o Museu Nacional, Goeldi e Ihering assumiram a mesma postura com relação ao museu carioca. Podemos encontrar indícios de uma aliança informal entre eles nos documentos que Lopes (1997, p. 192-203) analisou, descrevendo a rede de solidariedade que se formou entre os dois zoólogos e Orville Derby, após serem demitidos do Museu Nacional. Essa autora demonstrou a preocupação mútua dos três cientistas em obter novas posições e de solucionar a crise política em que se viram envolvidos. Portanto, a saudação de Goeldi a Ihering não era fruto do acaso, bem como não o era o artigo que o zoólogo enviou à Sociedade Zoológica de Londres, logo após assumir a direção do Museu Paraense.

Nesse artigo, dentre outros assuntos, Goeldi relatou a história de um equívoco taxonômico provocado pela desorganização das coleções zoológicas do Museu Nacional,

onde um marsupial australiano era tido como *typus* de uma espécie sul-americana (*Didelphys alboguttata*, atualmente inválida) (Goeldi, 1894g). O zoólogo também se revelou decepcionado com a instituição que deveria incentivar e primar pelos estudos zoológicos no Brasil, informando sua demissão em 1890 (a de Ihering e a de Müller também) após “mudanças políticas”. Em uma nota, divulgou suas impressões sobre as coleções: “Apesar do trabalho incessante de sete anos, eu não fui radicalmente capaz de reformar as coleções zoológicas e tirá-las do mau estado no qual eu as encontrei” (Goeldi, 1894g, p. 466)³⁶². Evidenciando as deficiências do acervo – pequeno, incompleto, mal determinado e mal conservado – Goeldi tentava desqualificá-lo (e à própria instituição) para trabalhos científicos.

Por outro lado, Goeldi citou e transcreveu com freqüência os textos de Ihering no livro “As Aves do Brasil”, considerando-o uma das melhores fontes para o conhecimento da avifauna do sul do país. Ihering, por sua vez, declarava “simpatia” pelo Museu Paraense, cujo Boletim era “excelente arquivo para todos os dados relativos à história natural e etnografia da região amazônica” (Ihering, 1896, p. 433).

Com relação ao Museu Nacional, o diretor do Museu Paulista manifestou opinião bem diferente. Em uma longa resenha sobre diversas publicações editadas por museus sul-americanos, Ihering destacou o número não pequeno de instituições no continente. Contudo, confessou-se interessado apenas pelos “Museus organizados sobre base científica e com pessoal competente”. No Brasil, apenas dois respondiam as suas exigências: “os de São Paulo e do Pará” (Ihering, 1895a, p. 233)³⁶³. Em outro trecho, quando comenta os progressos feitos pelo Museu Nacional de Montevidéu, Ihering afirma que este já não estava “no estado ridículo de muitos Museus sulamericanos, que é afinal o estado de cada

³⁶² A observação não parece ser exagerada, pois outros cientistas confirmaram a precariedade das coleções zoológicas desse museu durante o século XIX. Além da célebre passagem de Agassiz sobre a coleção de peixes (segundo a qual era possível encontrar um número superior de espécies no mercado municipal), Alípio de Miranda-Ribeiro informou que as únicas coleções ornitológicas aproveitáveis eram as de Domingos Soares Ferreira Penna e de Herbert Smith, pois reuniam “as necessárias informações tão completas quanto possível”. Ainda segundo esse autor, foi necessário fazer grande esforço “para realizarmos alguma coisa de proveitoso no estudo do material que adquiríamos, para constituir um núcleo de coleções capazes de nos libertar de qualquer tutela e nos tornarmos cientificamente independentes” (Miranda-Ribeiro, 1928, p. 20). Quase dez anos depois, Cândido de Mello Leitão relembrou a passagem de Agassiz, informando que no exemplar da edição inglesa, existente na biblioteca do Museu Nacional, há escrita a lápis na margem do livro a seguinte observação: “Ainda hoje a mesma coisa! Dr. Goeldi (1885)”. Mello Leitão complementa: “Passaram-se mais cinquenta anos! (...) aves e mamíferos continuam como no tempo de AGASSIZ. (...) E o visitante imparcial repetirá mentalmente a nota de GOELDI: ‘Ainda hoje a mesma coisa!’” (Leitão, 1937, p. 164-165).

³⁶³ Os demais museus citados são os de Buenos Aires e La Plata (Argentina), o de Montevidéu (Uruguai) e o de Santiago (Chile).

Museu administrado por pessoas de influência local e não por pessoas formadas e dedicadas às ciências”. Ampliando a provocação ao Museu Nacional do Rio de Janeiro, Ihering sugeriu que se comparasse nas diversas repúblicas sul-americanas “o caráter dos Museus e dos outros institutos científicos”. Segundo o zoólogo alemão:

Uns, são dirigidos por celebridades nacionais incapazes, simplesmente caricaturas, e outras se põem ao lado dos melhores da Europa e da América do Norte. Assim os Museus, institutos bacteriológicos, agrônômicos, etc., podem servir para medir o valor e a capacidade de um governo, como o consumo do sabão, segundo *Licbig* [o químico Justus von Licbig], indica a altura da civilização de um povo. (Ihering, 1895a, p. 234)

Sobre o Museu Paraense, Ihering destacou a publicação dos dois primeiros fascículos do Boletim. Ao final da resenha, mais uma vez afirmou a liderança científica dos dois museus:

É com um interesse bem especial que estamos observando o desenvolvimento do Museu do Pará, em tão boa hora confiado à direção competente do nosso distinto colega Dr. Goeldi. Oxalá seguissem também outros Estados do Brasil os exemplos dados pelos Estados do Pará e de S. Paulo, organizando os seus Museus sobre bases sérias e com pessoal científico e competente, pessoal que não podemos achar no mesmo Brasil até que este tenha criado uma universidade, e que esteja à altura das da Europa! (Ihering, 1895a, p. 245)

Ihering não fez referências explícitas ao Museu Nacional do Rio de Janeiro, mas omitiu a instituição de sua lista dos “museus científicos” e ousou criticar duramente seu diretor, ainda que de maneira enviesada. A reação de João Batista de Lacerda (1846-1915) foi imediata. Na abertura do primeiro volume da *Revista do Museu Nacional do Rio de Janeiro*³⁶⁴, o médico carioca publicou uma carta aberta “Ao Sr. Dr. von Ihering, Diretor do Museu Paulista”. O texto é apresentado como um “protesto contra insensatas e errôneas apreciações” de Ihering, que é cobrado a explicar o que entende por “bases científicas”. Lacerda argumenta ser impossível comparar o Museu Nacional, “cujas honrosas tradições são bem conhecidas e cujos serviços em prol da ciência são devidamente apreciados no país e em além-mar”, com o Museu Paulista, que não passava de um “embrião”, um museu apenas esboçado, com dois anos de idade, mantido “com escassos recursos do Estado”, com “coleções compradas a um particular”, com espécimes “mal preparados”, sem

³⁶⁴ Essa revista substituiu os antigos *Archivos do Museu Nacional*, suspensos no VIII volume.

herbário, laboratórios, coleções paleontológicas, mineralógicas e etnográficas. Segundo Lacerda, “não tive ainda a felicidade de ultrapassar os umbrais do *Monumento do Ipiranga*, para admirar a organização sobre bases científicas do Museu Paulista” (Lacerda, 1895, p. XIX-XX).

Além de uma evidente rixa pessoal entre Ihering e Lacerda, que agora ganhava as páginas dos periódicos científicos e as trincheiras montadas nas suas respectivas instituições, esses episódios comprovam a tensão entre os três museus – Nacional, Paulista e Paraense – com o alinhamento inicial dos dois últimos contra o primeiro³⁶⁵. Segundo Lopes (1997, 292-302), esse dilema colocava em evidência as mudanças pelas quais os museus passavam, com as crescentes exigências de especialização das ciências naturais e, conseqüentemente, da separação das coleções científicas (que deveriam ser rigorosamente identificadas e classificadas) e de exposição³⁶⁶. Para Lopes (1997, p. 295),

(...) o que de fato situaria o Museu Nacional do Rio de Janeiro e particularmente o Museu Paulista em campos opostos, materializados também pelo arranjo de suas coleções, seriam suas opções, de um lado, por um museu complexo cada vez mais escolarizado e, de outro, por um museu o mais especializado possível, dedicado a algumas especialidades de um dos ramos das Ciências Naturais, a Zoologia.

Contudo, mesmo entre ‘museus irmãos’, como o Paraense e o Paulista, organizados já sob os princípios da época, as arestas não tardaram a aparecer. O espírito bélico de Ihering logo o jogou contra Goeldi, que se viu agredido, assim como Lacerda no Museu Nacional, com as críticas exacerbadas do colega. Na seção “Bibliografia”, que encerrava cada volume da *Revista do Museu Paulista*, Ihering não apenas resenhava as publicações que recebia, como também fazia questão de corrigir, complementar, indicar livros e fazer recomendações aos autores. Com frequência condenava alguns textos como “sem valor” ou “de nenhum interesse para a ciência”.

³⁶⁵ Esse alinhamento do projeto institucional e do programa de pesquisa do Museu Paraense com o Museu Paulista, contra o Museu Nacional, também foi observado por Lima (1989, p. 25-58) e Schwarcz (1990, p. 88-89). Nos seus estudos, ambos privilegiaram as polêmicas relacionadas à antropologia e ao indigenismo.

³⁶⁶ Em outro texto, publicado mais de dez anos depois, Ihering (1907c) analisou a situação de vários museus europeus e latino-americanos, defendendo o avanço que os “museus especializados” significavam para as ciências, pois somente estes poderiam concentrar esforços e recursos na investigação de um determinado assunto. Ihering, mais uma vez, deixou o Museu Nacional do Rio de Janeiro de fora do grupo dos “museus científicos” e ressaltou a originalidade do programa de pesquisa dos Museus Paulista e Paraense: “Na América meridional há dois Museus estaduais, de programa limitado, dedicados ambos ao estudo da natureza do Brasil: os de S. Paulo e Pará e que só por meio desta restrição se puderam tornar de tanta utilidade, como o são na opinião dos cientistas competentes” (Ihering, 1907c, p. 444).

No caso de Goeldi, há vários exemplos. Quando comentou o artigo do diretor do Museu Paraense sobre as rãs do gênero *Hylidae* (Goeldi, 1895b), Ihering elogiou as “lindas observações” sobre a biologia das rãs, mas estranhou que o colega desconhecesse o modo de desovar de uma das espécies (Ihering, 1895b). Também elogiou o trabalho de Goeldi sobre a cigana (Goeldi, 1895d) e fez alguns comentários sobre os estudos faunísticos divulgados no *Boletim do Museu Paraense*, com a ressalva de que não eram completos. Por exemplo, o de Goeldi sobre os miriápodos brasileiros (Goeldi, 1895c) não incluiu “as únicas duas espécies que até hoje conheço de S. Paulo” (Ihering, 1895a, p. 243). E o de Forel sobre as formigas (Forel, 1895) havia omitido 12 espécies, todas enumeradas por Ihering juntamente com as fontes bibliográficas, uma das quais de sua autoria. Em outra ocasião, Ihering manifestou “interesse especial” sobre o estudo de um peixe pulmonado (*Lepidosiren paradoxa*) (Goeldi, 1896c), mas destacou que seu autor havia se equivocado na contagem do número de exemplares conhecidos do peixe, citando a bibliografia que Goeldi supostamente desconhecia ou havia lido mal (Ihering, 1896, p. 434-435).

Anos depois, ao resenhar o segundo volume de “As Aves do Brasil”, Ihering afirmou não existir “na nossa literatura, livro que como este pudesse servir para o estudo da nossa aviação”. Contudo, fez ressalvas à nomenclatura utilizada por Goeldi, supostamente “antiquada”, e à inclusão de uma espécie na relação de aves que ocorrem na região serrana do Rio de Janeiro. Segundo Ihering, Goeldi havia se equivocado na determinação da espécie – indicando uma ave que ocorre na Bahia (*Arremon silens*), em vez da que pode ser encontrada no local (*Arremon semitorquatus*) (Ihering, 1900c, p. 569-570)³⁶⁷. O assunto chegou às páginas de *Ibis*, onde Ihering novamente divulgou o suposto erro de Goeldi, juntamente com os três catálogos ornitológicos que apareceram na *Revista do Museu Paulista* em 1900, dois deles sobre ninhos e ovos (Euler, 1900; Ihering, 1900a, 1900b). No artigo de *Ibis*, Ihering ressaltou a insuficiência do conhecimento sobre a nidificação de aves brasileiras e destacou as “autoridades” no assunto, deixando Goeldi de fora da lista (Ihering, 1901)³⁶⁸.

³⁶⁷ Ihering chegou a essa conclusão apenas pela descrição que Goeldi fez do bico da ave, de cor amarela, e pelo testemunho de Carl Euler, que havia mencionado *A. semitorquatus* em estudo anterior sobre a avifauna do Rio de Janeiro.

³⁶⁸ Segundo Ihering, as autoridades eram Carl Euler, J. A. Allen (que trabalhou com as coleções de Herbert Smith), A. Nehrkorn, John J. Dalgleish e Oliver Vernon Aplin. Além destes autores, Ihering fez referência aos seus próprios trabalhos ornitológicos. Vale ressaltar que Ihering tornou-se “Membro Estrangeiro” da União dos Ornitólogos Britânicos em 1902, ou seja, após dar ênfase à ornitologia nas páginas da *Revista do Museu Paulista* e começar a publicar em inglês.

Ihering agiu de maneira semelhante quando escreveu sobre a necessidade do governo criar mecanismos legais de proteção às aves. Enumerando a utilidade desses animais no controle da população de insetos nocivos à saúde pública e à agricultura, Ihering lamentou não haver “leis de caça” no Brasil, com exceção de uma lei municipal de São Paulo que regulamentava a caça, a pesca e a navegação. O zoólogo também mencionou a “moda para o enfeite dos chapéus de senhoras”, que provocava grande mortandade de aves em todo o mundo, e os esforços dos ornitólogos em criar tratados internacionais de proteção às aves, contra “a gente ociosa das classes inferiores”, os “malandros” e a “gente ordinária” que vivia do nefasto comércio. Contudo, Ihering não citou o empenho de Goeldi em limitar as exportações de plumas de garças e de guarás na Amazônia (e seu sucesso no caso de algumas intendências municipais), apesar de dialogar diretamente com os textos que o zoólogo suíço publicou anos antes. Por exemplo, o diretor do Museu Paulista manifestou-se a favor de uma lei nacional de proteção às aves, e não local (como defendia Goeldi), de acordo com a experiência norte-americana. Também declarou ter excluído “considerações estéticas e sentimentais, salientando apenas as conseqüências fatais da desenfreada destruição da vida animal para o clima e a produção (...)” (Ihering, 1902, p. 258).

Todos esses exemplos mostram que, a partir de 1900, houve uma mudança na relação entre Ihering e Goeldi, certamente provocada por uma disputa pela liderança científica no país. No mesmo ano em que Goeldi lançou a segunda parte de “As Aves do Brasil” e o álbum iconográfico, Ihering forneceu os catálogos de ninhos e ovos, elaborados para abranger todo o território brasileiro. Esses trabalhos eram importantes, pois mostravam que Ihering estava decidido a re-ingressar no campo da pesquisa ornitológica. Em 1898 o diretor do Museu Paulista já havia publicado um estudo sobre a avifauna do estado de São Paulo, do qual um extrato foi enviado à Sociedade Zoológica de Londres (Ihering, 1898, 1899)³⁶⁹. Portanto, após a publicação dos catálogos, Ihering partiu para o confronto direto com Goeldi, como veremos no próximo item.

³⁶⁹ Ihering publicou sobre a avifauna do sul do Brasil na década de 1880. No Museu Paulista seu primeiro estudo ornitológico foi o de 1898, seguido pelo catálogo de 1900. Ambos foram recebidos com ressalvas por Sclater, que se referia a Ihering como o “enérgico naturalista”. O zoólogo britânico ressaltou a “importante adição” ao conhecimento da avifauna sul-brasileira e a proposição de três províncias biogeográficas no país (Amazônia, Central e Sudeste, esta indo pela costa do Rio Grande do Sul à Bahia), mas lamentou a ausência de informações biológicas sobre as aves (preocupação que, como vimos, Goeldi tinha). Também não aceitou as duas espécies descritas por Ihering (*Chrysotis schmidti* e *Crax sulcirostris*, nenhuma válida atualmente) (Sclater, 1899). Quanto aos catálogos, receberam acolhidas bem mais favoráveis (Sclater, 1901c, 1901d). O

4.3.2 Bromélias, líquens ou fungos?

O início da contenda pode ser datado em 1897, quando Goeldi publicou em *Ibis* um artigo sobre a nidificação de quatro espécies de aves brasileiras (Goeldi, 1897j). O assunto, como vimos, já vinha sendo estudado pelo zoólogo suíço há algum tempo, seja compilando dados da literatura, seja relatando suas próprias observações na Serra dos Órgãos e na Amazônia. Goeldi também vinha insistindo nas deficiências do conhecimento ornitológico neotropical, centrado na taxonomia e na anatomia. Segundo o zoólogo, a insuficiência de dados biológicos – dentre os quais a nidificação ocupava posição prioritária – poderia ser explicada pelo fato das principais fontes serem viajantes, que, segundo Goeldi, não tinham muito tempo para dedicar ao assunto. Esse despontava, portanto, como excelente campo de investigações para cientistas e instituições em contato direto com a avifauna local³⁷⁰.

Goeldi iniciou o referido artigo informando que a ave *Cassicus persicus* (“japiim”) fabricava seus ninhos no Baixo Amazonas com fibras secas do açazeiro, fato que merecia atenção, pois a ave, amplamente distribuída pelo litoral brasileiro, utilizava para o mesmo fim os materiais disponíveis em cada localidade. Por exemplo, segundo uma das principais autoridades no assunto, Wied-Neuwied, na Bahia a planta utilizada era uma bromélia denominada *Tillandsia usneoides*, popularmente conhecida como “barba-de-pau” ou “barba-de-velho” por causa dos filamentos acinzentados que produzia. O mesmo fenômeno foi observado com relação ao “japu” (*Ostinops decumanus*). Enquanto no sul do Brasil essa ave utilizava a “barba-de-velho” para construir seus ninhos, na Amazônia os materiais escolhidos eram um tipo de líquen semelhante à crina escura do cavalo e as raízes de uma orquídea. Apesar da ajuda do botânico Huber, Goeldi não conseguiu determinar as espécies das plantas.

de Ihering sobre ninhos e ovos foi considerado “uma compilação muito útil e constitui uma excelente base para trabalhos futuros sobre um assunto muito negligenciado” (Sclater, 1901e).

³⁷⁰ Conforme Goeldi anotou em seu artigo, essa diferença de perspectiva tinha sido a causa da crítica que o livro “As Aves do Brasil” recebeu na revista *Natural Science*, segundo a qual a obra não teria nenhum valor como contribuição para a ciência. Goeldi respondeu afirmando: “If, however, the editors of that periodical would give themselves the trouble to study it a little more from the biological standpoint, and not merely through anatomical and systematical spectacles, they would, perhaps, be able to record a somewhat more favorable opinion of it” (Goeldi, 1897j, p. 363).

Outra contribuição de Goeldi para o conhecimento do “japiim” foi a confirmação de que, na Amazônia, seus ninhos eram parasitados pelo “melro” (*Cassidix oryzivora*)³⁷¹. Por sua vez, na Serra dos Órgãos o “melro” parasitava o “japu”, ave que tinha, assim como o “japiim”, as proporções similares às do parasita. Esse exemplo, segundo Goeldi, confirmava a adaptação das aves às relações faunísticas de diferentes locais, bem como constituía um bom paralelo com os hábitos do “japiim”, “o qual muda o material de seus ninhos de acordo com a mudança de plantas em diferentes latitudes” (Goeldi, 1897j, p. 364)³⁷².

Logo que recebeu a publicação, Ihering escreveu a Goeldi afirmando que havia cometido um erro ao identificar como líquen a bem conhecida bromélia “barba-de-velho”, também utilizada pelo “japu” para fabricar seus ninhos (Figura 61). O diretor do Museu Paraense respondeu que semelhante erro estava fora de questão, pelo motivo de que a epífita não era encontrada no Baixo Amazonas. Em nova carta, Ihering avisava o colega que agora cometia um duplo erro, primeiro identificando de maneira equivocada o material utilizado pelo “japu” para fabricar seus ninhos, depois defendendo a inexistência da “barba-de-velho” na floresta amazônica (cf. Goeldi, 1903b)³⁷³. Após a troca das missivas, Goeldi manteve o silêncio dos que rejeitam o confronto – pelo menos até Ihering publicar o “Catálogo crítico-comparativo dos ninhos e ovos das aves do Brasil”, em 1900.

Nessa obra, Ihering propôs-se a “comparar com a nossa coleção [do Museu Paulista] as informações reunidas na literatura e por meio de um estudo crítico e comparativo separar as observações exatas e confirmadas das falsas” (Ihering, 1900b, p. 194). Entre as inúmeras observações feitas no catálogo de 109 páginas, Ihering destacou duas na sua introdução: o material com o qual algumas espécies de beija-flor fabricam seus ninhos, identificado como sendo “as escamas terminais da samambaia arborescente do mato”; e a bromélia “barba-de-pau”, com a qual “algumas aves constroem o ninho,

³⁷¹ Algumas aves costumam depositar seus ovos em ninhos alheios, transferindo para outra espécie a tarefa de chocá-los e alimentar os filhotes, comportamento denominado *brood parasitism* ou “parasitismo de ninhada”. Quando os filhotes da espécie parasita são maiores, ocorre uma competição desleal pela comida que a ave-mãe traz para o ninho, de muitas vezes provoca a morte por inanição de seus próprios filhotes.

³⁷² Goeldi trata, ainda, de duas outras aves no seu artigo, que não serão aqui abordadas por não constituírem matéria de controvérsias.

³⁷³ A bromélia *Tillandsia usneoides* possui ampla distribuição geográfica no continente americano, do sudeste dos Estados Unidos ao Chile e Argentina. Contudo, ainda hoje não foi registrada a ocorrência da espécie na bacia amazônica. O ponto de coleta mais próximo da região foi no rio Gurupi, na divisa entre os estados do Pará e Maranhão. O nome da bromélia, classificada por Lineu, faz referência a sua semelhança com o líquen *Usnea trichodea*. Agradeço a Ricardo Secco e Ione Bemerguy pelas informações.

sobressaindo entre eles [sic] o japu, *Ostinops decumanus*, cujos ninhos (...) são quase exclusivamente feitos de barba de pau (...). Mais adiante, Ihering complementa:

É singular que essa observação seja tão pouco conhecida que nem Euler nem Goeldi a tenham feito e que ainda há pouco no Museu Paraense esses esqueletos axiais da barba de pau fossem considerados como um typo novo de líquen (...). Muitos dos ninhos mais simples que no interior são forrados de ‘crinas de cavalo’ o são em verdade de fios axiais da barba de pau (...). (Ihering, 1900b, p. 195)

O assunto foi retomado no catálogo propriamente dito, precisamente nos pontos onde Ihering tratou das aves em questão. Quando escreveu sobre o “japu”, enfatizou que seu ninho era feito “essencialmente de barba de pau, mas não exclusivamente como o diz Euler, entrando na construção da parede talos, capim ou macega e folhas”. No trecho sobre *Cassicus albirostris*, ave que ocorre apenas no sul do Brasil e sobre a qual Goeldi não escreveu, Ihering defendeu que seu ninho era feito “exclusivamente de fibras descascadas de barba de pau. Parece que essa observação, fácil de verificar, não foi ainda publicada por outros autores. Goeldi (...) trata esse material como sendo novo e interessante typo de líquen”. Por fim, ao descrever o ninho do “japiim”, Ihering apontou contradições na literatura e silenciou sobre as afirmações de Goeldi, de que na Amazônia o ninho era feito de fibras de açazeiro, enquanto que no sul o material era a “barba-de-pau” (Ihering, 1900b, p. 217-219).

A resposta de Goeldi veio no terceiro volume do *Boletim do Museu Paraense*, juntamente com um artigo de Huber, intitulado “Sobre os materiais do ninho do Japu (*Ostinops decumanus*). Resposta ao Sr. Dr. von Ihering”. Nesse texto, Huber mostra-se pessoalmente atingido pelas observações de Ihering, reclamando que este

(...) não cansa de se admirar da ignorância do Prof. Dr. Goeldi e do pessoal do Museu Paraense, no qual se acha naturalmente incluído o botânico, que teria caído no grave erro de considerar os eixos centrais da *Tillandsia* como um novo typo de líquen. Este erro porém, existe exclusivamente na imaginação do ilustre Diretor do Museu Paulista. (Huber, 1902a, p. 330-331)

Segundo Huber, a primeira determinação do material do ninho do “japu” – a que gerou a reação de Ihering – foi feita com base em exames histológicos que revelaram não ter o dito material origem em uma planta vascular, e sim em um “criptógamo celular de estrutura bastante complexa que então se supunha ser um líquen” (Huber, 1902a, p. 329).

Huber esclarece, contudo, que jamais Goeldi falara em um “typo novo de líquen”, e sim em um “líquen muito interessante”; e que se referira apenas ao ninho do “japu” e mais de nenhuma outra ave. Além de acusar Ihering de ter deturpado o texto do diretor do Museu Paraense, Huber também afirmou que o zoólogo alemão copiara informações de Wied-Neuwied para apresentá-las como sendo seu veredicto sobre a questão.

Na sua nova investigação, Huber confirmou a existência de “filamentos pretos” e raízes de orquídeas no ninho amazônico do “japu”. E acrescentou um terceiro elemento, alguns “rizomas filiformes de um feto epifítico (*Polypodium piloselloides*)” (Huber, 1902a, p. 332). Para determinar a origem dos filamentos, o chefe da seção botânica do Museu Paraense procedeu a exames morfológicos, histológicos e fisiológicos, nos quais encontrou estruturas que distanciavam o material dos vegetais superiores, devidamente ilustradas em uma estampa (Figura 62). Após descrever minuciosamente cada uma das camadas de células que formavam o filamento, Huber concluiu que se tratava de um fungo do grupo dos *Basidiomycetes*, e não propriamente de um líquen. Posteriormente, confirmou sua análise comparando a estrutura celular dos filamentos com o mesmo tipo de fungo, coletado nas imediações de Belém. Segundo Huber, “ficou assim explicado o fato bastante estranho, que uma ave que numa parte do Brasil emprega para o seu ninho a ‘barba de pau’ (...), chegou a substituir este material por uma *Rhizomorpha*” (Huber, 1902a, p. 336)³⁷⁴.

A razão para que o “japu” não utilizasse a “barba-de-pau” na Amazônia era, segundo Huber, muito simples: “É porque no vale amazônico não existe a *Tillandsia usneoides*” (Huber, 1902a, p. 338). Apoiando-se em sua experiência na região e nas informações recolhidas em outros autores, como Richard Spruce (1817-1893), Carl Christian Mez (1866-1944), o monógrafo das bromeliáceas na *Flora Brasiliensis*, e Ernst Ule (1854-1915), botânico que se notabilizou pelas viagens que fez ao Brasil, Huber sustentou sua afirmação, embora considerando estranho e inexplicável que uma planta com distribuição tão larga esteja ausente da flora amazônica. Huber, contudo, arriscou em dizer que a falta de ventilação e a frondosidade das árvores amazônicas impediam a proliferação da “barba-de-pau” na região.

A nota agressiva do artigo de Huber ficou por conta do “Post-scriptum” de Goeldi. Em pouco mais de uma página, o diretor do Museu Paraense culpa Ihering por ter

³⁷⁴ Para obter a classificação do fungo, Huber enviou uma amostra dos filamentos pretos para o conhecido micologista do Museu Botânico de Berlim, Paul Christoph Hennings (1841-1908). O parecer de Hennings, traduzido e incorporado ao artigo de Huber, confirmava a origem *Rhizomorpha* do material, mas esclarecia que era impossível determinar a espécie uma vez que lhe faltavam os corpos frutíferos do fungo. Suas estruturas, contudo, assemelhavam-se às de outras espécies do gênero *Marasmius*.

transferido para a “arena pública” um assunto que, até então, estava restrito à “correspondência epistolar”. Goeldi confessou-se impressionado com o “arrojo com que o insigne Diretor de São Paulo veio contestar-nos coisas que, como fatos empíricos, cuja realidade e veracidade diariamente, a todo o momento podem ser comprovadas pela experiência direta, são simplesmente – incontestáveis” (Goeldi, 1902k, p. 344).

Além da falta de ética por ter colocado em dúvida a palavra de um colega sobre uma matéria da qual não tinha conhecimento, Ihering, na visão de Goeldi, cometeu a ousadia de “proclamar aos quatro ventos (...) a nossa queda de Ícaro, transparecendo pela sua redação o mal disfarçado propósito de ridicularizar-nos”. Nesse sentido, o principal objetivo do diretor do Museu Paulista seria “pôr em evidência a inferioridade do Museu do Pará”:

Para que mais insiste o nosso ilustre colega em querer dar ao mundo o feio espetáculo de digladiarmo-nos em público, quando nós aqui no Pará não nutrimos outro desejo senão o de deixar-lhe livre a arena, sobretudo nesta ordem de considerações – palpavelmente contrárias e nocivas aos interesses do coleguismo sincero e da lealdade científica? (Goeldi, 1902k, p. 344)

Na carta de agradecimento pela remessa do Boletim, Ihering incluiu uma nota de protesto manuscrita contra o que considerou uma “veemente agressão pessoal”, e acrescentou novo elemento na discussão ao questionar a ocorrência do “japu” no Pará. Assim, o diretor do Museu Paulista, diante da minuciosa análise de Huber e do testemunho de Hennings, migrava a polêmica do tipo de material utilizado no ninho para a própria ave que o fabricou, ou seja, já não questionava se o material era uma bromélia, um líquen ou um fungo, e sim se o “japu”, de fato, havia construído o ninho estudado por Huber. Acompanhemos o teor da nota:

Protesto contra a veemente agressão pessoal, que de modo algum é justificada na discussão científica do ninho do ‘Ostinops decumanus’ [ilegível], cuja ocorrência no Estado do Pará ainda não parece ser provada. Não sei qual a intriga que motivou esta agressão, mas o que é certo é que desde o começo acompanhei com vivo interesse a organização e o trabalho do Museu do Pará, como ainda há pouco tive ocasião de manifestar ao seu ilustre fundador o Dr. Lauro Sodré. A divergência de opinião em questão científica não implica a ‘ignorância’ de qualquer das partes divergentes. Não entrou por minha porta neste terreno de luta pessoal mas também não deixarei de discutir os assuntos científicos, em que porventura as nossas opiniões sejam divergentes³⁷⁵.

³⁷⁵ Carta de Hermann von Ihering a Emílio Goeldi. São Paulo, 19 de maio de 1903. AMP, A1 Pr21 P15, P. 78. Grifo de Ihering.

A resposta de Goeldi foi, mais uma vez, pública. Enviou uma carta para Sclater com a intenção de vê-la publicada nas páginas de *Ibis*. Esse parecia ser o foco das preocupações do zoólogo, que lutava contra uma desmoralização diante do meio científico. Na carta, Goeldi deu a sua versão sobre os fatos e interpretou as intenções de Ihering como sendo traiçoeiras e levianas. O diretor do Museu Paraense manifestou, sobretudo, sua surpresa ao ser interpelado sobre um assunto que se julgava com autoridade para discutir: “(...) Eu fiquei mais surpreso com a coragem do Dr. v. Ihering em negar, sem a menor evidência, fatos que eram conhecidos de nós no Baixo Amazonas como matérias de observação diária” (Goeldi, 1903b, p. 631).

Após relatar o sucesso das investigações de Huber, que teria comprovado em definitivo que o ninho do “japu”, na Amazônia, era construído com fungos, Goeldi respondeu ao novo questionamento de Ihering. Segundo o zoólogo suíço, o “japu” havia sido mencionado por vários viajantes que estiveram na região, como Natterer e Adalberto da Prússia. Também havia sido coletado pelos taxidermistas do Museu Paraense nas imediações de Belém, além de ter sido “pessoalmente observado pelo Diretor”. Portanto, o assunto era, assim como os materiais utilizados pelo “japu” na construção de seus ninhos, “dois *fatos científicos*, a verdade dos quais não pode ser absolutamente disputada” (Goeldi, 1903b, p. 632).

Enquanto Goeldi via na atitude de Ihering um desafio a sua autoridade e a interpretava como uma deliberada manipulação de dados para comprovar a inferioridade dos cientistas do Museu Paraense, o diretor do Museu Paulista minimizou a questão e continuou tratando-a como uma “divergência de opiniões”. Por exemplo, na resenha que escreveu sobre o artigo de Huber, Ihering afirmou que “o sr. Goeldi dá a esta controvérsia, bastante insignificante, sobre as fibras de um ninho, uma importância que de forma alguma ela tem”. O zoólogo também ratificou que não deixará de tratar as controvérsias “da mesma forma objetiva como é a regra nos periódicos científicos” (Ihering, 1904a, p. 585).

Ihering não avançou na polêmica, mas Huber sim. Em 1904, o botânico publicou mais uma nota descrevendo novos ninhos de “japu”, obtidos em São Paulo e no Maranhão. O registro parecia importante, pois os ninhos foram enviados por pessoas que também formavam coleções para o Museu Paulista e eram de inteira confiança de Ihering, como Ricardo Krone, morador de Iguape, São Paulo. A análise dos ninhos havia confirmado, segundo Huber, “o acerto das observações do Prof. Dr. Goeldi relativamente à diversidade

dos materiais empregados na construção do ninho segundo as localidades habitadas pelo japu” (Huber, 1904a, p. 471). Assim, enquanto o ninho coletado no sul era formado por fibras da “barba-de-pau”, o do norte era composto exclusivamente por fibras de folhas de açazeiro. A análise de outros dois ninhos de *Cassicus haemorrhous*, enviados de São Paulo e do Paraná, também confirmava a utilização do fungo *Marasmius* na construção de ninhos de outras espécies. Como conclusão, Huber ressaltou “que os pássaros industriais da família dos Icterides escolhem segundo o lugar onde vivem, materiais diversos para a construção dos seus ninhos” (Huber, 1904a, p. 472).

A reação de Ihering foi limitada às suas habituais resenhas. O diretor do Museu Paulista mencionou a nota de Huber sobre a “velha questão dos ninhos de Japu”, destacando o “modo todo objetivo” com que o botânico tratou o assunto (Ihering, 1907a, p. 452). Nada mais foi escrito pelos contendores e pouco destaque foi dado ao fim da polêmica nas páginas de *Ibis*. Sclater foi lacônico ao comentar o primeiro artigo de Huber, onde o assunto foi “bem abordado e ilustrado”, e ao mencionar o segundo como mais uma contribuição à controvérsia, sem, contudo, alterá-la nos seus resultados (Sclater, 1904b e 1905a).

A controvérsia sobre os ninhos do “japu” era de fato pequena, mas não desimportante. Pela primeira vez Goeldi e Ihering haviam se enfrentado publicamente. Após anos de boas relações, é bastante sintomático que esse enfrentamento tenha ocorrido depois que ambos os cientistas assumiram a direção de seus respectivos museus. Goeldi viu-se pessoalmente atingido pelos comentários de Ihering, particularmente porque diziam respeito a um assunto com o qual vinha tentando obter o reconhecimento internacional, a ornitologia amazônica. Além disso, o destaque dado por Ihering ao suposto erro de Goeldi – inserindo-o na introdução de seu catálogo de ninhos e ovos, justamente no trecho em que justifica a elaboração da obra em função da deficiência das pesquisas sobre nidificação de aves brasileiras – contrastava com o silêncio do zoólogo alemão sobre boa parte da produção ornitológica de Goeldi, inclusive sobre o próprio assunto que motivou o diretor do Museu Paraense a escrever sobre os ninhos do “japiim” e do “japu”: a capacidade que essas aves têm de selecionar materiais diferentes para o mesmo fim, um dado com claras implicações ecológicas. A controvérsia, portanto, estava longe de ser uma “divergência de opiniões”, como Ihering fez crer aos seus leitores. Nos documentos que citamos estava implícita uma disputa pela liderança nas pesquisas ornitológicas realizadas no Brasil, mantida justamente pelos dois ‘museus científicos’. Enquanto Goeldi não admitia ser

questionado sobre suas pesquisas na Amazônia, território que demarcou como sua especialidade, Ihering, por sua vez, parecia realmente insatisfeito com as pesquisas do colega suíço.

4.3.3 Museu Paraense e Museu Paulista: diferenças de agenda e disputa pela prioridade científica

Os questionamentos de Ihering tiveram como motivação uma diferença de perspectiva científica. Apesar do programa de trabalho dos dois museus ser fundamentalmente o mesmo, as ambições pessoais de cada um dos diretores provocou certos delineamentos investigativos que os distanciaram. Por exemplo, enquanto Goeldi ocupou-se principalmente de inventários de mamíferos, aves e peixes, restringindo-os à fauna amazônica e insistindo na recolha de dados biológicos, Ihering dedicou-se sobretudo aos invertebrados e às aves, ambicionando criar as bases para a zoogeografia brasileira.

A intenção do zoólogo alemão é explicitada nos seus trabalhos sobre a avifauna paulista (Ihering, 1898, 1899). Ihering elaborou um inventário que, segundo Goeldi, era inadmissível para a época, ou seja, uma simples relação de espécies. Contudo, os estudos de Ihering não se restringiram à descrição da fauna local. Pelo contrário, baseando-se nela, Ihering ensaiou uma primeira tentativa para rever em bases sólidas as províncias biogeográficas brasileiras³⁷⁶. Segundo o zoólogo, três províncias eram claramente discerníveis: Amazônia, Central e Sudeste (depois denominadas *Amazonia* ou *Hylaea*, *Araxana* e *Tupiana*), esta última consistindo na zona litorânea que se estende do Rio Grande do Sul à Bahia (Figura 63). Uma quarta província englobaria a região central de São Paulo e dos três estados sulistas, cuja avifauna seria semelhante à da Argentina e do Uruguai (Ihering, 1904b)³⁷⁷.

³⁷⁶ A metodologia empregada em meados do século XIX para estabelecer a distribuição geográfica de aves era baseada na estatística. O método, utilizado por Wallace, Sclater e Pelzeln, tinha como objetivo delimitar os chamados “centros de criação” por meio de listas das aves encontradas em uma, duas ou mais regiões. Com frequência, o resultado identificava fronteiras biogeográficas artificiais porque o conhecimento da avifauna de muitas localidades ainda era restrito. Como alternativa, Ihering propôs-se primeiro a estudar cada um dos elementos da fauna de uma determinada zona para depois delimitar sua fronteira biogeográfica. O conjunto dos elementos permitiria caracterizar a província. Sobre a biogeografia no período pré-evolutivo, ver Papavero et al. (1997).

³⁷⁷ Essas hipóteses foram recebidas com ressalvas por alguns ornitólogos europeus. Enquanto Sclater recomendou um “cuidadoso estudo” sobre o assunto (Sclater, 1905b), Hartert foi mais direto, perguntando se “a avifauna das diferentes partes da América do Sul já foi tão estudada para que se possam tirar conclusões tão vastas a partir do que até aqui se conhece” (Hartert, 1906b, p. 267).

Contudo, Ihering tinha consciência de que sua hipótese só poderia ser ratificada com a ampliação das pesquisas ornitológicas em outros pontos do território brasileiro, principalmente no Museu Paraense:

Se a mesma tarefa for levada adiante em outros estados do Brasil, os resultados deverão ser sem dúvida satisfatórios – como uma peça de mosaico, mas definitiva. É evidente que tal trabalho pode ser apenas o resultado de extensivas e exatas explorações de áreas restritas, e isso deve ser mais esperado dos Museus do que de observadores, que gastam pouco tempo em um país. Eu espero que Dr. Goeldi, continuando seu trabalho no Museu do Pará, investigue o Estado do Pará da mesma maneira. (Ihering, 1899, p. 509)

Goeldi não seguiu o roteiro traçado por Ihering. Assim, quase dez anos depois de seus primeiros estudos, o diretor do Museu Paulista confessava certa decepção com o Museu Paraense. Na introdução ao primeiro volume dos “Catálogos da Fauna Brasileira”, dedicado às aves, Ihering ofereceu ao leitor um breve histórico da investigação ornitológica no Brasil³⁷⁸. Argumentou que, após as três primeiras décadas do século XIX, poucos naturalistas dedicaram-se ao assunto. O “longo período de inatividade” só foi rompido com os trabalhos de Berlepsch e de Hellmayr e com a “organização do Museu Paulista, cujas coleções hoje provavelmente ocupam o primeiro lugar com referência não só ao Estado de S. Paulo mas também quanto ao Brasil meridional em geral” (Ihering, 1907b, p. IV). Quanto ao Museu Paraense, Ihering destacou seu trabalho na exploração da avifauna do Estado do Pará, mas lamentou que a instituição tivesse publicado apenas parcialmente o resultado das expedições³⁷⁹.

Graças aos naturalistas viajantes e ao Museu Paulista já seria possível, segundo Ihering, fazer inferências sobre a distribuição geográfica das aves no sul do Brasil. O

³⁷⁸ Esse é mais um exemplo de um diálogo não explícito entre Ihering e Goeldi. As páginas iniciais do catálogo de aves de Ihering reproduzem o mesmo tipo de informação que Goeldi formulou anos antes, sem contudo fazer menção à obra do zoólogo suíço. Por exemplo, Ihering fala da insuficiência dos estudos faunísticos (em contraste com os botânicos) e da importância dos naturalistas viajantes, principalmente Natterer (que Ihering biografou, assim como Goeldi o fez). Uma única menção é feita às investigações de Goeldi: quando Ihering recomenda o livro “As Aves do Brasil” ao “amador brasileiro”, por fornecer “uma interessante introdução no estudo das aves do Brasil, cujo valor é aumentado com 2 fascículos de boas estampas coloridas” (Ihering, 1907b, p. III). Compare-se esse histórico com o texto, mais equilibrado e isento, de Sneath (1914, p. 4-15).

³⁷⁹ Ihering mencionou um outro museu importante para a exploração da avifauna amazônica, o de Tring, e ignorou o Museu Nacional do Rio de Janeiro. Com relação ao Museu Paraense, citou apenas três trabalhos de Goeldi (“As Aves do Brasil”, “Álbum de Aves Amazônicas” e o artigo sobre o rio Capim), um de Sneath e nenhum de Hagmann. Ficaram de fora de sua bibliografia os trabalhos de Goeldi sobre o Marajó e o Amapá, bem como os inúmeros artigos de Hagmann sobre a avifauna da ilha de Mexiana e do Baixo Amazonas. Quanto a Sneath, seus escritos sobre a distribuição de aves e as barreiras geográficas na Amazônia seriam produzidos depois do catálogo de Ihering.

mesmo não se aplicava à Amazônia, onde se encontrava a “maior dificuldade” no estudo faunístico brasileiro. A região nunca havia sido “estudada metodicamente de modo análogo como por nós tal foi feito com relação ao Brasil meridional”, gerando dúvidas “das mais elementares”, como a função da foz do rio Amazonas na delimitação de províncias biogeográficas ao norte e ao sul da bacia (Ihering, 1907b, p. X)³⁸⁰. A crítica a Goeldi não era explícita, mas é difícil não associar os comentários de Ihering ao zoólogo suíço, pois a foz do Amazonas – local onde o Museu Paraense se localizava³⁸¹ – era a região melhor conhecida pelo diretor desse museu e por onde mais circularam os pesquisadores e coletores da instituição.

Goeldi, de fato, não fez contribuições diretas para a zoogeografia amazônica, inviabilizando o projeto de Ihering de estabelecer com o Museu Paraense uma interlocução sobre o assunto. Mas fez, em “As Aves do Brasil”, uma primeira e única crítica ao esquema clássico de Burmeister, que dividia o território brasileiro em três províncias: Amazonas, Matas Costeiras e Sertão ou Zona dos Campos. Esse esquema foi reproduzido por Pelzeln, que trabalhou com as coleções de Natterer e alterou apenas os limites definidos por Burmeister. Goeldi, por sua vez, ampliou o número de províncias para quatro, subdividindo as matas costeiras do Norte (norte do Rio de Janeiro ao Maranhão) e do Sul (Rio de Janeiro ao Rio Grande do Sul) (Goeldi, 1894h e 1900h). Como vimos, o esquema de Ihering é diferente, mas o que nos chama a atenção é que o zoólogo alemão ignorou a contribuição de Goeldi e se apresentou como o primeiro revisor de Pelzeln³⁸².

O distanciamento entre os zoólogos também é perceptível em um outro campo, desta vez mais familiar a Goeldi, a taxonomia. O novo episódio da disputa entre os diretores dos museus Paulista e Paraense iniciou em julho de 1905, durante o quarto Congresso Ornitológico Internacional, reunido em Londres. Ali Goeldi apresentou duas aves coletadas no rio Purus e que o zoólogo propôs como novas espécies, uma da família

³⁸⁰ Vale mencionar a opinião de Sclater sobre o assunto. Segundo o editor de *Ibis*, esse catálogo foi publicado seguindo a “moda do *Check-list* americano”. Tratava-se de uma obra útil, “e será de grande ajuda para naturalistas que estão estudando a grande e variada Fauna do Brasil”. Sobre a proposta biogeográfica de Ihering, Sclater escreveu: “Nenhuma dúvida que ele discutirá posteriormente esse problema tão interessante com maior profundidade” (Sclater, 1908c).

³⁸¹ Atualmente, o rio Pará e a Baía do Marajó, que ficam diante da cidade de Belém, são considerados cursos hídricos independentes da foz do rio Amazonas (apesar de interligados a ela), formados pelas águas das bacias dos rios Guamá e Tocantins. A foz do Amazonas propriamente dita passa diante da cidade de Macapá. Contudo, na época de Goeldi, acreditava-se que a foz dividia-se em duas partes, uma a oeste e outra a leste, sendo o Tocantins e o Guamá os últimos afluentes da margem direita do grande rio.

³⁸² Cândido de Mello Leitão, biólogo que também escreveu sobre história da biologia, da zoogeografia e das expedições científicas que percorreram o Brasil, comenta que os principais autores a tratar da zoogeografia brasileira, até o início do século XX, foram Wallace, Burmeister, Pelzeln, Goeldi e Ihering (Leitão, 1947, p. 442-443).

Galbulidae, outra do gênero *Pipra* (*Galbalcyrhynchus purusianus* e *Pipra caelesti-pileata*, respectivamente). A maior parte da audiência aprovou o achado, com exceção de “dois ornitologistas ultra-modernos dum Museu na Inglaterra”, os quais “negaram *a priori* a prioridade da descoberta mostrando-se surdos a todas as tentativas de provas por evidência documentária” (Goeldi, 1908c, p. 81)³⁸³.

O que motivou a polêmica foi a descrição das mesmas aves, quase que simultaneamente, por Ihering e por Hellmayr. No sexto volume da *Revista do Museu Paulista*, datado de 1904, Ihering divulgou os resultados de uma expedição ao rio Juruá empreendida por Ernst e Walther Garbe. Várias espécies e subespécies novas de aves foram descritas, dentre elas *Galbalcyrhynchus leucotis innotatus*, “uma variedade caracterizada pelo desaparecimento da mancha branca da região auricular no macho” (Ihering, 1904c, p. 445). Quando Ihering resenhou a descrição dada a esta mesma ave por Goeldi no VI Congresso Internacional de Zoologia, realizado em Berna no ano de 1904 (Goeldi, 1905a), Ihering reclamou a prioridade da descoberta, afirmando que as atas do congresso apareceram somente em 25 de maio de 1905, enquanto a *Revista do Museu Paulista*, apesar de datada de 1904, foi divulgada em 8 de maio do mesmo ano. Assim, em função da diferença de alguns poucos dias, Ihering contestou a validade da espécie de Goeldi afirmando que se tratava apenas de uma variedade: “o nome desta ave será pois *Galbalcyrhynchus leucotis innotatus* Ih.” (Ihering, 1907a, p. 502-503)³⁸⁴.

Quanto a Hellmayr, em março de 1905 apresentou uma *Pipra exquisita* em uma das sessões da União dos Ornitólogos Britânicos. A ave havia sido coletada por W. Hoffmanns em julho de 1904, na Amazônia peruana (Hellmayr, 1905). Em janeiro de 1905, Hellmayr publicou em *Ibis* uma revisão do gênero *Pipra*, procedendo a uma nova descrição da ave (Figura 64). O artigo foi acompanhado de uma estampa, sendo o exemplar de Hellmayr identificado como a mesma espécie descrita por Goeldi (*Pipra caelesti-pileata*). Segundo o ornitólogo austríaco, “Dr. Goeldi recentemente me mostrou algumas peles dessa ave obtidas no Alto Rio Purus (...). Elas parecem ser perfeitamente similares aos *typos* do Peru” (Hellmayr, 1906, p. 36).

³⁸³ Não podemos afirmar quais foram os ornitólogos “ultra-modernos” que se opuseram à descoberta de Goeldi, mas o museu a que o zoólogo se refere é certamente o de Tring, onde trabalhavam Rothschild, Hartert e Hellmayr.

³⁸⁴ A disputa não dizia respeito apenas ao direito de dar um nome à ave. Ela tinha como pano de fundo o fato do gênero *Galbalcyrhynchus* ser até então monotípico, ou seja, existia apenas uma espécie, *G. leucotis*. Essa ave foi descrita em 1845 por Marc Athanese Parfait Oeillet Des Murs (1804-1878), a partir das coleções formadas por Chandless na Amazônia. O gênero era considerado aberrante em função da intensa cor de ferrugem das plumas, que o distingue dentro da família Galbulidae.

Goeldi reagiu a ambos os zoólogos por meio de um artigo redigido para *Ibis* e enviado em dezembro de 1905, ou seja, na véspera da revisão de Hellmayr ser publicada na mesma revista. Contudo, a nota na qual reclamava a prioridade científica da descoberta das duas aves foi rejeitada por Sclater, “visto o pouco espaço disponível nos fascículos restantes” da revista (Sclater apud Goeldi, 1908c, p. 77). Goeldi recusou-se a reduzir o artigo, conforme o editor havia recomendado, e o publicou no *Boletim do Museu Paraense*. Com o título de “*Galbalcyrhynchus purusianus* e *Pipra caelesti-pileata*. Uma questão de prioridade pouco a meu gosto”, o protesto apareceu em português e em inglês. Segundo o autor, os exemplares do Museu Paraense haviam sido coletados em 1903, portanto antes das expedições de Garbe e de Hoffmanns. Além de tê-los apresentado no Congresso de Berna (1904), o zoólogo anunciou a descoberta no seu “Catálogo das formas novas animais e vegetais...”, editado em fevereiro de 1904 (Goeldi, 1904b). Goeldi afirmou ter “descrito brevemente” os dois pássaros nesse catálogo, “nas suas feições mais salientes, mas incontestavelmente de modo suficiente para excluir qualquer dúvida quanto à sua identidade” (Goeldi, 1908c, p. 80)³⁸⁵.

Goeldi também contestou a honestidade de Ihering, que teria publicado a *Revista do Museu Paulista* em meados de 1905, mas a datou de 1904. Segundo o diretor do Museu Paraense, esse exemplo era uma “clara demonstração da necessidade da data exata da distribuição junto com a datação honesta de cada artigo separado (...)”. Não havia, portanto, “prova leal e positiva da publicidade da ave rival do Rio Juruá antes de 1905, embora que ela navegue debaixo das cores de 1904” (Goeldi, 1908c, p. 82). Sobre a *Pipra* descrita por Hellmayr, Goeldi afirmou não haver o “menor argumento razoável para despertar dúvidas da legítima prioridade em meu favor” (Goeldi, 1908c, p. 83).

A posição de Ihering sobre o assunto foi, da mesma forma, irredutível. No seu catálogo de aves brasileiras, afirmou seguir estritamente as regras internacionais da nomenclatura zoológica, na sua versão de 1905. Dentre essas regras, cita a “lei da prioridade, que manda conservar sempre o primeiro nome dado por um autor, contanto que venha acompanhado de caracterização suficiente (...) e também que o nome em questão seja uma palavra latinizada” (Ihering, 1907b, p. XV-XVI). Nesse sentido, ignorou no seu

³⁸⁵ Goeldi, de fato, enumerou ambas as aves no seu catálogo, relacionando-as como espécies novas. Mas não as descreveu, como convém ao taxonomista que pretende garantir para si a prioridade de suas descobertas. Com relação a *G. purusianus*, afirmou ser um novo “Galbulidae da cor de ferrugem”, aparentado com *G. leucotis*. Quanto a *P. caelesti-pileata*, afirmou apenas ser uma “espécie de Piprideo esplêndida”, aparentada com *P. opalizans* Natt. (Goeldi, 1904b, p. 3). Para as regras da taxonomia (e para o princípio da prioridade científica), a informação dada por Goeldi era insuficiente.

catálogo todos os nomes não latinos e os que foram propostos “sem a respectiva diagnose ou quaisquer notas explicativas” (Ihering, 1907b, p. XVII). Segundo Ihering, as regras eram “bem claras e lógicas” sobre este último quesito, mas nem por isso eram observadas por todos os zoólogos. Embora não tenha citado nominalmente o diretor do Museu Paraense, as observações de Ihering aplicavam-se perfeitamente ao caso das aves em disputa, ou seja, os nomes de Goeldi, de acordo com Ihering, não mereciam consideração alguma com relação à sinonímia. Constituíam o que os taxonomistas chamam de *nomen nudum*.

Esse não foi o entendimento de outros ornitólogos. A prioridade de Goeldi foi reconhecida posteriormente, sendo *G. purusianus* uma espécie válida ainda hoje, cuja primeira descrição, embora mínima (“Galbulidae da cor de ferrugem”), apareceu no “Catálogo das formas novas animais e vegetais...” (Goeldi, 1904b). Quanto à *P. caelestipileata*, foi re-classificada como uma subespécie de *Lepidothrix coronata* Spix, recebendo o nome de *Lepidothrix coronata caelestipileata* Goeldi. Contudo, o “Catálogo das formas novas animais e vegetais...” (Goeldi, 1904b) não foi aceito como prova documental, e sim a separata da apresentação de Goeldi no VI Congresso Internacional Zoológico (Goeldi, 1905a). Quanto à espécie descrita por Hellmayr, mostrou-se distinta da de Goeldi, sendo igualmente removida à subespécie (*Lepidothrix coronata exquisita* Hellmayr)³⁸⁶.

Esse foi o último episódio da disputa entre Goeldi e Ihering³⁸⁷. Assim como os demais, ocorreu durante o processo de consolidação do Museu Paraense e do Museu Paulista. A agenda de pesquisas de ambos os museus exigiu a interlocução de seus diretores com cientistas europeus e a luta pelo reconhecimento internacional nos seus campos de atuação. Nesse sentido, a disputa que reconstituímos desde os seus primórdios estava estreitamente vinculada à construção das duas instituições e da autoridade científica de seus diretores³⁸⁸. Ihering teve ambições amplas, que convergiam no sentido de lançar o

³⁸⁶ Encontramos essas informações no sítio *Zoonomen*. Zoological Nomenclature Resource. Disponível em <<http://www.zoonomen.net/>> Último acesso em 30 de setembro de 2005. Contudo, na atual lista de aves brasileiras organizada pelo Comitê Brasileiro de Registros Ornitológicos, as subespécies de Goeldi e de Hellmayr não aparecem, tendo sido sinonimizadas a *L. coronata* Spix. Cf. Comitê Brasileiro de Registros Ornitológicos (2005). *Listas das aves do Brasil. Versão 3/3/2005*. Disponível em <<http://www.cbro.org.br/CBRO/listabr.htm>> Último acesso em 30 de setembro de 2005.

³⁸⁷ Alguns desses episódios foram mencionados por Gualtieri (2001, p. 161-162, 186-187), que não avançou, contudo, nos significados que tiveram para a projeção internacional de ambos os museus.

³⁸⁸ Convém esclarecer que a divergência entre Goeldi e Ihering não teve apenas ingredientes políticos. Ela também foi alimentada por diferenças teóricas. As pretensões biogeográficas de Ihering e sua opção pela nomenclatura trinomial para designar subespécies o aproximam do que Haffer (1997) designou como “Escola Seebohm-Hartert”. Dentro da sistemática de aves, essa escola é caracterizada pela descrição da variação geográfica das espécies de aves como subespécies, tal como Ihering propôs no caso de *G. leucotis*. A

Museu Paulista como o principal instituto de ciências naturais do país, e seu diretor como a principal liderança científica, mesmo que para isso fosse necessário deslocar do cenário seu antigo aliado. Quanto a Goeldi, concentrou-se na fauna amazônica e fluminense, tentando ocupar nichos científicos a partir de sua experiência de trabalho em uma região que, por sua natureza e diversidade de formas de vida, o tornava *a priori* um interlocutor privilegiado para muitos cientistas europeus. A percepção disso é clara tanto nos estudos taxonômicos e biológicos de Goeldi, quanto nos evolucionistas, como veremos a seguir.

4.4 Os estudos evolucionistas de Goeldi

Goeldi tinha um notável senso de oportunidade para reconhecer temas polêmicos e áreas científicas em expansão, e neles se inserir a partir do contexto amazônico³⁸⁹. Podemos incluir nessas categorias seus estudos sobre evolução. Por exemplo, logo depois de sua chegada a Belém o zoólogo teve a oportunidade de estudar a ave *Opisthocomus cristatus*, conhecida como ‘cigana’ (atual *Opisthocomus hoazin* Müller, 1776). Endêmica da região amazônica, onde habita em anhangais e arbustos que crescem junto a rios e igarapés, a cigana chamou a atenção dos naturalistas desde que foi descrita. Além do odor desagradável e das lendas a ela associadas, houve sérias dificuldades na definição de sua

primeira proposição nesse sentido, de entender a especiação em termos geográficos, foi feita em 1887 pelo inglês Henry Seebohm (1832-1895), industrial e ornitólogo amador. O mesmo princípio (conceito de subespécie e nomenclatura trinomial) foi adotado por Berlepsch, o grande mentor de Hartert e Hellmayr. Enquanto o conde alemão abandonou essa abordagem por volta de 1895, influenciado pelo decano do Museu de Berlim, Anton Reichenow, os dois últimos a desenvolveram no museu de Rothschild, em Tring (e acabaram sofrendo a dura oposição de Berlepsch). Quanto a Goeldi, não aderiu a esses princípios e provavelmente a eles se referiu quando mencionou ironicamente os “ornitólogos ultra-modernos” (Hartert e Hellmayr?) que não aceitaram sua classificação das aves do rio Purus. Goeldi mostrou-se alinhado a uma escola sistemática mais tradicional, adotada pela maioria dos ornitólogos, principalmente os que orbitavam em torno do Museu Britânico. Haffer (1997) a denomina de “Escola Pallas-Schlegel”, em referência à obra do médico, naturalista e explorador alemão Peter Simon Pallas (1741-1811) e do ornitólogo alemão Hermann Schlegel (1804-1884). Essa tradição consistia na utilização da nomenclatura binomial e na abordagem não-evolucionista da sistemática, ou “essencialística”, centrada no conceito tipológico de ‘espécie’. Os trabalhos taxonômicos de Goeldi e sua preocupação em recolher dados biológicos que pudessem fundamentar a classificação são facilmente associáveis a essa tradição. Esse deve ser o motivo pelo qual Ihering considerou “antiquada” a nomenclatura utilizada por Goeldi em “As Aves do Brasil”. Segundo Haffer, a nova escola sistemática (Seebohm-Hartert) foi o embrião das transformações verificadas na ornitologia do século XX, as quais iriam fundar a *New Avian Biology*, centrada no desenvolvimento de estudos funcionais. Outros biólogos e historiadores denominam como *New Systematics* o movimento de síntese e integração entre sistemática e evolução, relacionando-o às transformações em curso no interior da biologia, quando uma longa tradição da história natural foi rompida (Allen, 1978).

³⁸⁹ O trânsito do zoólogo pelos estudos experimentais ou fronteiriços ocorreu desde o período de sua formação na Suíça. Ver, por exemplo, a própria tese de Goeldi (1884a), um estudo evolutivo comparado de três espécies de peixes, e também seus estudos sobre zoologia agrícola, feitos na Suíça, Rio de Janeiro e São Paulo (Goeldi, 1884b, 1886d, 1888b, 1889a, 1890, 1892a, 1894e).

posição sistemática. Suas características anatômicas são únicas, motivo pelo qual os zoólogos a mantêm até hoje como monotipo da ordem Opisthocomiformes (Marceliano, 1996).

Em 1894, Goeldi coletou vários espécimes de cigana nas redondezas de Belém, descobrindo que os filhotes possuem duas garras nas extremidades das asas, as quais se atrofiam e desaparecem nos animais adultos (Figura 65). O zoólogo considerou essas garras como provas irrefutáveis de “uma herança antiqüíssima dos primeiros tempos da independência, da individualização da classe das Aves do tronco comum entre Aves e Répteis”. Ainda segundo Goeldi, as garras seriam

(...) documentos filogenéticos dos mais interessantes, - nova e inesperada pedra de toque para a verdade da evolução e da transformação, portanto logo também um objeto de justo embaraço e perplexidade para aqueles que julgam que a sociedade humana lucra com a crença na eterna e perpétua rigidez da espécie. (Goeldi, 1895d, p. 173)

A descoberta permitiu a Goeldi estabelecer a descendência da cigana ao *Archaeopteryx lithographica*, encontrado em 1861 na Bavária, considerado então a ave mais antiga conhecida pela ciência, com cauda e três garras semelhantes aos dos répteis. Esse fato coadunava-se com a dificuldade de classificação da cigana, pois esta se mostrava como um dos últimos representantes das famílias que originaram a avifauna contemporânea, verdadeiro “relictos pré-histórico”. Segundo Goeldi, se as leis da evolução mantiveram o animal vivo até o presente foi justamente porque sua constituição anatômica representou grande vantagem competitiva no meio em que ele vive, dando aos filhotes as condições para se fixar nos arbustos, mergulhar com destreza e escapar de predadores.

A influência de Ernst Haeckel (1834-1919) sobre o trabalho de Goeldi é evidente e já foi objeto de estudo de alguns analistas (Glick, 1998; Gualtieri, 2001)³⁹⁰. O biólogo

³⁹⁰ Gualtieri (2001, p. 158) afirmou: “(...) é notável a influência desse naturalista germânico [Haeckel] sobre a produção científica do diretor [Goeldi]. Haeckel tinha especial interesse por reconstruir a história filogenética dos seres vivos, isto é, estabelecer os ancestrais comuns, as relações de origem entre os animais, pelo estudo da anatomia e embriologia comparadas. Entendia, assim, que o levantamento dessa história traria dados para compreender a evolução das espécies que, de certa forma, preencheriam as lacunas deixadas pela insuficiência de fósseis. Essa mesma perspectiva está presente em vários trabalhos de Goeldi, nos quais estão incorporadas as idéias de seu inspirador intelectual. São exemplares seus estudos sobre aves, répteis e mamíferos, nos quais, coerentemente com as convicções haeckelianas, procurou sempre contar a história filogenética dos seres vivos, apontando a presença, nos animais investigados, de certas características típicas de outro grupo animal. Com isso, tencionava mostrar nos organismos aparentados, a retenção por eles de estruturas do grupo ancestral que lhe deu origem ou, de outro modo, o surgimento de características

alemão foi um dos maiores divulgadores da teoria da recapitulação, denominada por ele como Lei Biogenética Fundamental. Segundo Hackel (1877, p. 274):

(...) a ontogênese, ou a evolução individual, e uma curta e rapida recapitulação da filogênese, ou do desenvolvimento do grupo correspondente, isto e, da cadeia ancestral do indivíduo, e essa ontogênese se efetua conforme as leis da hereditariedade e da adaptação.³⁹¹

Em outras palavras, Hackel acreditava que o desenvolvimento individual (ontogênese) recapitulava a evolução da especie (filogênese). Nesse sentido, a existência de garras nos filhotes da cigana, que se atrofiam conforme o animal envelhece, pareceu a Goeldi ser um indício de que a própria especie (*Opisthocomus cristatus*) teve como ancestrais animais que possuíam garras, e que as perderam em virtude das “leis da hereditariedade e da adaptação”. O parentesco entre as aves contemporâneas e os répteis ficava, assim, comprovado não apenas pelos vestígios fósseis do *Archaeopteryx*, como também pela sobrevivência de um animal cuja anatomia fazia o elo entre formas pretéritas e contemporâneas. Na linguagem dos biólogos, a cigana era uma verdadeira e rara *crux zoológica* (Figuras 66 e 67).

Depois de sua tese, desenvolvida sob a orientação do próprio Hackel, este foi o principal estudo evolucionista de Goeldi, com o qual o zoólogo se posicionou nas trincheiras abertas por Darwin e por seu mestre. Ele certamente daria a Goeldi o prestígio que esperava, não fosse por um detalhe: a “descoberta” já havia sido feita cinco anos antes. Goeldi tomou conhecimento do fato quando enviou seu artigo para Sclater. O presidente da União dos Ornitolgos Britânicos devolveu o artigo de Goeldi informando que as garras da cigana já haviam sido descobertas pelo diretor do Georgetown Museum, na Guiana Inglesa, John J. Quelch, hoje mais conhecido pela exploração científica do Monte Roraima, realizada entre 1894 e 1898. Por sua vez, a anatomia da ave fora estudada por Frank E. Beddard, demonstrador de anatomia (*prosector*) da Sociedade Zoológica, sob orientação do próprio Sclater (Beddard, 1889; Quelch, 1890).

Reconhecendo a perda da prioridade científica, mas julgando seu estudo superior aos dos ingleses, Goeldi publicou seu artigo no *Boletim do Museu Paraense*, com uma nota

indicativas da transição do grupo em estudo para o seguinte na escala zoológica”. Uma parte do capítulo da tese de Gualtieri (2001) sobre o Museu Paraense apareceu recentemente em livro (Gualtieri, 2005).

³⁹¹ A teoria foi descrita pela primeira vez em 1866, no livro *Prinzipien der Generellen Morphologie der Organismen*.

anexa informando sobre o incidente. Também manteve a publicação da versão alemã do artigo, enviada para Anton Reichenow, editor da *Ornithologische Monatsberichte*. Diferentemente de Sclater, o ornitólogo berlinense aceitou o artigo de Goeldi, mesmo tendo conhecimento do trabalho dos ingleses. Apenas solicitou que o diretor do Museu Paraense acrescentasse uma nota citando a literatura que lhe havia escapado “por falta de livros” (Goeldi, 1895d, p. 182). Goeldi assim procedeu e Reichenow deu publicidade ao artigo em maio do mesmo ano, com o título “*Opisthocomus cristatus* besitzt in seiner Jugend (und bloss dann) ein Krallenpaar an jedem Flügel” (“O *Opisthocomus cristatus* possui quando jovem (e só então) um par de presas em cada asa”) (Goeldi, 1895e). Dois anos depois, uma terceira versão do artigo aparecia numa revista suíça, também em língua alemã e com a nota explicativa sobre a prioridade da descoberta (Goeldi, 1897e)³⁹².

4.4.1 Crocodilos, preás e um peixe que possui pulmões

Além da cigana, outros animais foram estudados por Goeldi como evidências para a teoria da evolução, tendo em vista a agenda colocada no final do século XIX, dominada pela “busca apaixonada” da reconstrução filogenética (Coleman, 1977, p. 85). Nesse sentido, o estudo de Goeldi sobre as dilatações nas garras de embriões de crocodilos amazônicos teve como fim comparar o desenvolvimento individual e a história ancestral do grupo, de acordo com a crença generalizada de que os embriões forneciam as evidências da unidade das leis naturais que regem a evolução (Goeldi, 1900c). O diretor do Museu Paraense publicou seu estudo na *Zoologischer Anzeiger*, revista editada em Leipzig pelo zoólogo Julius Victor Carus (1823-1903), assim como Häckel, evolucionista de primeira linhagem, tradutor para o alemão das obras de Darwin e Huxley.

³⁹² Esse episódio foi interpretado por Glick (1998) como resultado do “isolamento” dos cientistas que trabalhavam na América Latina, os quais estariam sempre em desvantagem se comparados com seus colegas europeus. A assimetria nas condições de trabalho entre europeus e latino-americanos certamente existia, mas o episódio da cigana não permite que classifiquemos Goeldi como um cientista “isolado”. Na verdade, o zoólogo mal havia chegado a Belém quando escreveu sobre o assunto, isto é, ainda estava começando a montar a complexa infra-estrutura que uma instituição científica exige. Preferimos, portanto, inverter o ponto de vista e interpretar o episódio numa chave positiva: mesmo sem condições de trabalho adequadas, o zoólogo foi capaz de identificar um tema polêmico e atual para a época. Lembramos, ainda, que o próprio Goeldi citou um cientista *europeu* (H. Gadow) que, em 1893, ainda desconhecia a existência das garras da cigana. Segundo o zoólogo suíço, “na própria Europa, perto de ricas bibliotecas, houve naturalistas, aos quais aconteceu a mesma coisa como a mim, que – isolado na América do Sul – luto com dificuldades quanto ao reunir da literatura estritamente necessária para qualquer trabalho científico!” (Goeldi, 1895d, p. 184). Parece-nos que Glick (1998) assumiu como sendo sua a explicação que Goeldi formulou para justificar seu desconhecimento do trabalho dos naturalistas ingleses. Gualtieri (2001, p. 161) também discordou de Glick quando este afirma que na América Latina não houve “muita pesquisa relacionada à evolução”.

Porcos da Índia e preás também ocupavam, no final do século XIX, uma posição relevante nos estudos evolucionistas. Acreditava-se que a primeira espécie (*Cavia cobaya*) havia se originado da segunda (*Cavia aperea*), nativa do Brasil, e que por isso não seria possível o cruzamento dos dois animais. Na sua *Histoire de la création des êtres organisés d'après lois naturelles*, Hæckel havia citado esse caso para exemplificar sua crítica ao conceito de espécie baseado na capacidade de reprodução. Para alguns darwinistas, duas raças de animais domésticos ou duas variedades de animais selvagens deveriam possuir a capacidade de reprodução entre si e também com suas formas ancestrais, puras, desde que fossem *realmente da mesma espécie*. Se o cruzamento não fosse possível, as raças e variedades deveriam ser consideradas espécies distintas, mas pertencentes a um mesmo gênero. Hæckel, discordando do princípio, afirmou que havia “numerosos exemplos de verdadeiros híbridos fecundos, isto é, de indivíduos provenientes do cruzamento de duas espécies em tudo distintas, e que, portanto, se reproduzem entre eles ou com seus parentes” (Hæckel, 1877, p. 131). Por sua vez, também havia “organismos que não podem mais se cruzar seja com seus ancestrais incontestáveis, seja com uma posteridade fecunda. Assim, por exemplo, nosso porco da Índia doméstico não copula mais com seu ancestral brasileiro” (Hæckel, 1877, p. 130).

A simples menção aos animais foi suficiente para colocá-los no centro das atenções – e dos experimentos dos evolucionistas que se propuseram a testar as hipóteses e princípios de Darwin e Hæckel. Goeldi foi um deles, mantendo na “Colônia Alpina” uma criação de preás, com a qual se surpreendeu “com a relativa facilidade de criação destes roedores no cativeiro”. O zoólogo complementou: “Infelizmente não pude arranjar casais de porquinhos da Índia, como tanto desejava, no intuito de repetir ensaios sobre o cruzamento – o qual já principiou a parecer-me coisa menos problemática” (Goeldi, 1897g, p. 103-104). Goeldi referiu-se à sua própria posição quanto ao assunto, defendida à maneira de Hæckel no livro sobre os “Os Mamíferos do Brasil” (Goeldi, 1893, p. 94). Anos depois, o zoólogo voltou ao tema nas páginas do *Boletim do Museu Paraense*, para retificar sua posição diante das recentes investigações levadas no Jardim Zoológico de Berlim por A. Nehring. Nessa instituição foram cruzados pela primeira vez o preá e o porquinho da Índia, gerando híbridos férteis e um novo problema para taxonomistas e evolucionistas. Para preservar o argumento de Hæckel, Nehring (e Goeldi) preferiram considerar *Cavia*

cobaya como uma forma não descendente de *Cavia aparea*, e sim de *Cavia cutleri*, uma espécie originária do Peru (Goeldi, 1897g)³⁹³.

Dentre todos esses animais com que Goeldi se ocupou – aves, répteis e mamíferos – nenhum pode ser comparado com uma espécie de peixe que o diretor do Museu Paraense tanto se empenhou para obter, a pirambóia ou caramuru. O peixe ocorre comumente na bacia dos rios Amazonas, Paraguai e Paraná, classificado como *Lepidosiren paradoxa* Fitzinger (1837). Nas suas “Instruções práticas sobre o modo de coligir produtos da natureza para o Museu Paraense de História Natural e Etnografia”, Goeldi afirmou que esse era o peixe amazônico que “tem atualmente o maior interesse para a ciência” (Goeldi, 1895f, p. 241). O motivo era parecido com o que tornava a cigana atraente do ponto de vista da sistemática e da evolução, ou seja, o peixe tinha uma posição isolada no sistema ictiológico em razão da incomum anatomia, que o colocava na zona limítrofe entre peixes e anfíbios: o esqueleto é de um peixe, mas os aparelhos circulatório e respiratório são de um anfíbio, incluindo um par de pulmões.

Nas “Instruções...”, Goeldi publicou a cópia de uma estampa do peixe divulgada por Natterer (Figura 68), pedindo aos seus leitores que enviassem exemplares para o Museu Paraense, vivos ou imersos em álcool, à custa da instituição. Esse artifício era relativamente comum para os naturalistas, que faziam circular folhetos contendo imagens e listas de animais que procuravam. Por exemplo, na sua primeira viagem do Rio de Janeiro para Belém, o próprio Goeldi mencionou um desses folhetos divulgados por cientistas europeus, pedindo um raro besouro nativo da Bahia (Goeldi, 1894d). No Pará, o zoólogo procedeu da mesma forma, fazendo publicar as “Instruções...” em folhetos avulsos, em jornais do interior e no *Diário Oficial* do estado, além do Boletim.

O pedido de Goeldi não tardou a ser atendido. Foi no *Diário Oficial* que o fazendeiro e naturalista amador Vicente Chermont de Miranda, já mencionado algumas vezes neste trabalho, tomou conhecimento da importância do peixe e do interesse do diretor do Museu Paraense. No mesmo ano anunciou pelas páginas da *Revista da Sociedade de Estudos Paraenses*, ter encontrado um casal de *Lepidosiren* na ilha do Marajó, durante a escavação de um córrego (Miranda, 1895). Contudo, Miranda julgou ter

³⁹³ Dez anos depois da nota de Goeldi, o assunto ainda repercutia na literatura científica brasileira, desta vez no Museu Nacional do Rio de Janeiro. Nessa instituição, Alípio de Miranda-Ribeiro retomou o *leit-motiv* do diretor do Museu Paraense e procedeu a uma série de cruzamentos entre o preá e o porquinho da Índia, questionando também a nova proposta genealógica de Nehring (Ribeiro, 1907). O fato demonstra a interconexão dos museus brasileiros e a permanência da agenda haeckeliana nessas instituições, como já mencionou Gualtieri (2001).

identificado uma espécie nova, pois os supostos peixes não se assemelhavam às gravuras disponíveis dos animais. Sendo assim, descreveu a *Lepidosiren marajoense*, “espécie” que teve vida breve, na verdade, até o fazendeiro encontrar um animal em melhor estado e remetê-lo a Goeldi, em maio de 1896.

No mesmo ano, o diretor do Museu Paraense anunciou a descoberta do sétimo exemplar de pirambóias disponíveis em museus de história natural. Em nota publicada no Boletim, fez uma breve descrição do animal, corrigiu o equívoco de Miranda, reviu a literatura e identificou em um mapa os pontos de coleta dos exemplares até então conhecidos (Goeldi, 1896c). Diferentemente da cigana, as características anatômicas da pirambóia já haviam sido estudadas, mas restava a questão da distribuição geográfica do animal. Por exemplo, alguns zoólogos acreditavam ser possível a existência de dois tipos de *Lepidosiren* na América do Sul, um ao norte, na bacia do Amazonas, outro ao sul, na do Paraguai-Paraná, este classificado como *Lepidosiren articulata* (Ehlers, 1894). Caso essa hipótese fosse confirmada, um problema se colocaria do ponto de vista evolutivo, uma vez que seria necessário explicar as razões pelas quais os animais se diferenciaram em cada bacia.

Após analisar as nadadeiras articuladas do peixe amazônico, Goeldi posicionou-se contra a distinção das espécies, afirmando que o nome dado para o exemplar paraguaio “não pode ser conservado por não exprimir uma genuína particularidade específica” (Goeldi, 1896c, p. 441). Nesse sentido, alinou-se com E. Ray Lankester, professor da Universidade de Oxford, o primeiro a questionar a validade da espécie de Ehlers (Lankester, 1896). Pelas evidências morfológicas e anatômicas, a *Lepidosiren* americana deveria ser posicionada como um dos três gêneros isolados de peixes pulmonados, juntamente com a barramunda australiana (*Ceratodus*) e o *Protopterus* africano, os últimos representantes do grupo dos *Dipnoi*, peixes de dupla respiração que se extinguiram nas eras devoniana e carbonífera. A sobrevivência dessas três espécies no Hemisfério Sul, assim como a existência de espécies intermediárias entre elas e formas mais recentes, seriam “inabaláveis provas e documentos biológicos e zoogeográficos para uma distribuição antiga de mar e terra firme, diversa da atual e uma ligação dos ditos continentes em períodos geológicos passados” (Goeldi, 1897f, p. 250).

Em 1897, Goeldi já contava com cinco exemplares da pirambóia, enviados de Óbidos, Santarém e Marajó. A captura de um exemplar vivo deu ensejo para que o diretor do Museu Paraense desse uma conferência pública sobre o assunto – durante a qual fez a

exibição de um indivíduo vivo do peixe. Diante da seleta platéia, que incluiu o governador José Paes de Carvalho, o diretor orgulhosamente registrou que o Museu Paraense era o único do mundo a exibir semelhante raridade (Goeldi, 1897f, 1900a). O fato também deu ensejo para que o diretor falasse sobre o assunto na Sociedade Zoológica de Londres, na sua sessão de 14 de dezembro de 1897 (Anônimo, 1897a). Ali Goeldi relatou seu sucesso em obter exemplares do peixe, incluindo um vivo. Descreveu os animais que examinou e os hábitos que pôde observar, defendendo que a explicação para a existência de pulmões no peixe deveria ser buscada na relação entre habitat e função fisiológica³⁹⁴. Sua conferência foi publicada na *Transactions of the Zoological Society of London*, acompanhada de duas estampas com a intenção de ampliar a disponibilidade de imagens sobre o animal e também aperfeiçoar traços e volumes divulgados de maneira imprópria em gravuras antigas (Goeldi, 1898c).

Três meses depois, Goeldi enviava mais um trabalho para a sociedade científica inglesa, avançando na hipótese anteriormente divulgada. Em “Further Notes on the Amazonian Lepidosiren”, o zoólogo abordou assuntos diversos dos que até então apareciam nos estudos sobre o peixe, centrados na sistemática, anatomia e evolução. Goeldi insistia na necessidade de dar início aos estudos biológicos do Lepidosiren, principalmente sobre o período de letargia do peixe, que coincidia com a estiagem na ilha do Marajó. Nesse período em que os campos alagados cedem lugar às pastagens, e em que rios e igarapés transformam-se em estreitos córregos, a pirambóia enterra-se na lama e reduz suas funções fisiológicas ao mínimo necessário, até a enchente do ano seguinte. Segundo Goeldi, as características hídricas e fisiográficas do Marajó poderiam explicar não apenas a letargia do peixe, como o próprio desenvolvimento dos seus pulmões, uma vez que a pirambóia só poderia sobreviver na estiagem se conseguisse retirar oxigênio do ar. Contudo, para comprovar a hipótese seria necessário proceder a uma comparação com as demais espécies de *Dipnoi*, principalmente o *Protopterus*. Segundo Goeldi, “Eu considero isso quase uma certeza – que a analogia no habitat do *Protopterus* africano com aquele do *Lepidosiren* sul-americano poderia ser acompanhada por uma correspondência no modo de vida, especialmente em relação à sua letargia durante a estiagem” (Goeldi, 1898d, p. 853).

³⁹⁴ Na mesma sessão da Sociedade Zoológica um outro cientista apresentou resultados de investigações feitas com o *Lepidosiren paradoxa*. Trata-se de J. Graham Kerr, que optou por estudar o peixe no Chaco paraguaio, a partir de 1896. Kerr descreveu os pormenores de sua expedição, o habitat do peixe, a reprodução, alimentação, etc. (Anônimo, 1897b).

Goeldi também fez algumas observações sobre o animal que mantinha vivo no jardim zoológico do Museu Paraense, seus hábitos alimentares e transformações morfológicas decorrentes da vida em cativeiro. A principal delas dizia respeito ao desenvolvimento incomum dos apêndices anteriores do peixe, interpretado por Goeldi como uma regeneração das brânquias externas primitivas, causada pela necessidade de adaptação em um aquário com suprimento limitado de oxigênio (Figura 69). Segundo o zoólogo, para garantir energia em quantidades adequadas, a pirambóia parecia ter a capacidade de desenvolver a dupla respiração, pulmonar e branquial.

A regeneração de brânquias e a manutenção da respiração branquial em condições não-naturais já haviam sido estudadas em algumas espécies de anfíbios, como o próprio Goeldi adiantou. Sua hipótese, portanto, fortalecia a corrente de zoólogos que viam um anfíbio no *Lepidosiren*, e não propriamente um peixe, bem como reforçava a unidade da lei biogenética ao defender que “idênticas condições externas de vida irão naturalmente produzir funções fisiológicas similares, e também favorecer maneiras análogas de organização (...)” (Goeldi, 1898d, p. 856). Em outras palavras, Goeldi pretendia remover a “contradição aparente” que existia entre ordem sistemática, funções fisiológicas e organização interna do *Lepidosiren*. Contudo, mais uma vez suas idéias dependiam de outros experimentos com animais em cativeiro e da descrição completa do ciclo de vida do peixe, ainda desconhecido.

Goeldi não deu prosseguimento nas suas pesquisas biológicas com a pirambóia. Primeiro porque em 1897 e 1898 as enchentes no Marajó foram extraordinariamente fortes, como ele mesmo informa, deixando alagadas durante o ano inteiro as áreas onde o *Lepidosiren* vive e, conseqüentemente, impedindo a captura de animais em estado letárgico (Goeldi, 1898d). Em 1899 e 1900, o zoólogo passaria a maior parte do ano na Europa, deixando para J. Graham Kerr o mérito de descrever o ciclo biológico do *Lepidosiren* após investigações realizadas no Paraguai (Chaco). A partir de 1899 o zoólogo escocês, que iniciou suas pesquisas ao mesmo tempo de Goeldi, como mencionamos, encetou uma série de publicações sobre o assunto, iniciando com a postura, os ovos e as várias fases do embrião (Kerr, 1899). Em seguida, publicaria sobre a embriologia comparada do *Lepidosiren* e do *Protopterus* (Kerr, 1901); sobre o desenvolvimento da pele do *Lepidosiren* e dos seus derivativos, incluindo os supostos apêndices branquiais (Kerr, 1903); e sobre outros temas relacionados ao assunto, de acordo com uma agenda de pesquisas proposta pouco antes por Lankaster (1896) e que era evidente para os zoólogos

da época, mas que Goeldi considerou como mérito seu. É essa a conclusão que podemos formular ao lermos uma resenha que o zoólogo suíço escreveu sobre um dos trabalhos de Kerr:

O Dr. J. G. Kerr tomou-nos a dianteira com a elucidação da história evolutiva do *Lepidosiren*, que – mais cedo ou mais tarde – teria nos sido reservada aqui no vale amazônico, temos o direito de dizê-lo. O autor parece que o sentia também, pois não será por aí que devemos procurar a explicação da amável pressa, que se deu em remeter-nos logo o seu belo trabalho? – Nem por isso lhe queremos mal; felicitamo-lo sinceramente pelo glorioso sucesso! (Goeldi, 1902g, p. 592-593)

Os trabalhos de Kerr e uma nota que Boulenger anexou ao último artigo de Goeldi, refutando na origem a hipótese dos apêndices branquiais, sepultaram os argumentos do diretor do Museu Paraense a favor da reclassificação da pirambóia. Baseado em observações que realizou sobre o *Protopterus* em cativeiro, Boulenger considerou o crescimento dos filamentos observados por Goeldi no *Lepidosiren* como o resultado de mutilações nos apêndices anteriores do peixe, ou seja: “representam novos crescimentos comparáveis às caudas regeneradas dos Lagartos, bífidas ou trífidas, e à polidactilia e até polimelia [polymely]³⁹⁵ derivadas de mutilações em Batráquios” (Boulenger, 1898, p. 857).

4.5 Museu Paraense: agenda de pesquisa e autoridade científica

Os estudos de Goeldi sobre evolução³⁹⁶ demonstram um programa de trabalho centrado nos temas da transformação, da descendência e da genealogia, mas que não eliminou os tradicionais estudos faunísticos e biológicos, como vimos anteriormente. Na verdade, não houve no Museu Paraense (e certamente em nenhum outro museu da época) uma dicotomia entre evolução e taxonomia. Por exemplo, os estudos de Goeldi sobre a cigana e a pirambóia evocam não apenas a doutrina haeckeliana, mas também os debates taxonômicos de mais antiga data, particularmente aqueles motivados pelo que Ritvo (1997,

³⁹⁵ O termo não é dicionarizado em português. Trata-se de fenômeno teratológico que designa seres com mais de quatro membros. Agradeço a Teresa Cristina Sauer de Ávila-Pires pela informação.

³⁹⁶ Gualtieri (2001, p. 162-164, 169) indicou outros escritos de Goeldi que demonstram sua adesão ao evolucionismo, como alguns trechos de “As Aves do Brasil” e trabalhos sobre anatomia comparada de roedores e cervídeos. Cabe ressaltar que Goeldi desenvolveu outras pesquisas sobre evolução animal na Suíça, após deixar o Museu Paraense em 1907. Ver, por exemplo, seus estudos sobre embriões de porcos e sobre a morfologia comparada do aparato bucal de insetos e crustáceos (Goeldi, 1908b, 1912, 1913a, 1913b).

p. 4) denominou de *puzzling animals*, ou seja, pelos animais que desafiavam a capacidade interpretativa dos cientistas e de seus sistemas de classificação. Dentre esses animais, como apontou Ritvo, estavam o canguru e o ornitorrinco da Austrália. Poderíamos acrescentar à lista, com bastante segurança, a ave-lagarto e o peixe-anfíbio da Amazônia.

Ainda segundo Ritvo (1997), que dedicou os primeiros capítulos de seu livro aos problemas da classificação e da nomenclatura lineana, a permanência da taxonomia como ramo central da biologia no século XIX seria um indício das falhas de aplicação da sistemática, incapaz de acomodar a diversidade de formas de vida existente no planeta e, por isso mesmo, requerendo uma contínua revisão. Por sua vez, as ambigüidades da sistemática, como a que permitiria classificar a pirambóia tanto como peixe ou como anfíbio, demonstram a “polifonia interpretativa” (Ritvo, 1997, p. 9) em que a biologia se viu imersa no século XIX, cuja principal característica não foi apenas a falta de consenso sobre os grandes e pequenos temas, e sim as distintas maneiras de *ver* um mesmo problema ou objeto. Nesse sentido, discordâncias, ambigüidades e disputas foram permanentes no meio científico e no solo movediço da biologia, como as que ocorreram em torno da fauna australiana, de difícil classificação para os taxonomistas e anatomistas:

Como as irregularidades da anatomia dos marsupiais e dos monotremas [sub-classe do ornitorrinco] minaram as estruturas e suposições taxonômicas prévias, elas criaram um vácuo de autoridade zoológica, se não de poder. (...) Assim, a classificação de marsupiais e monotremas emergiu como um campo de batalha sobre o qual sistemas rivais e sistematas rivais puderam se engajar, algumas vezes discutindo diretamente o assunto, algumas vezes usando-o como um cavalo de batalha para matérias ainda maiores e profundas. (Ritvo, 1997, p. 13-14)

Goeldi foi extremamente hábil na percepção dos “vácuos” de autoridade existentes no conhecimento zoológico da Amazônia, assim como na seleção de problemas irresolutos e temas que se apresentavam ou emergiam como “campos de batalha”. Sua decisão de concentrar as atividades do Museu Paraense na natureza amazônica está diretamente relacionada à receptividade que o assunto dispunha no meio científico internacional e também à carência de informações sobre a região, cujas principais fontes eram os viajantes estrangeiros e seus relatos, muitas vezes considerados limitados e equivocados. Assim, a agenda científica que o zoólogo elaborou para a instituição – combinando inventários faunísticos, estudos biológicos e questões evolucionistas – visava, sobretudo, ocupar um espaço existente no meio científico europeu, (ainda) aberto para instituições e cientistas

localizados fora do circuito principal de museus e universidades, desde que fossem especializados na fauna e na flora de locais considerados ‘exóticos’.

Nesse sentido, Goeldi seguiu por caminhos que também foram trilhados por outros museus ditos “coloniais”, na medida em que manteve permanentemente uma interlocução com grandes museus europeus, como o Museu Britânico no caso de suas pesquisas com aves. Segundo Sheets-Pyenson (1988, p. 15), o que teria caracterizado essas instituições localizadas na periferia do capitalismo europeu, fundadas e mantidas numa época de imperialismo acirrado, foi a “dependência da atividade científica [desenvolvida] no *hinterland* dos empreendimentos metropolitanos. A busca [*pursuit*] da história natural em particular tem sido vista como central no aprofundamento da desigualdade entre centro e periferia”.

Contudo, essa relação de dependência deve ser matizada, pois os próprios cientistas do século XIX, localizados nos grandes museus europeus, reconheciam que não dominavam todos os assuntos sob sua alçada. Era o caso da avifauna amazônica, cujo conhecimento fragmentado e insuficiente foi apontado, nas notas que reproduzimos no capítulo, pelos curadores das duas maiores coleções de aves do mundo no final do século XIX, Sclater (Museu Britânico) e Hartert (Museu de Tring). Esse fato, na prática, limitava a capacidade desses cientistas em formular agendas de pesquisa, bem como os faziam olhar com desconfiança as iniciativas propostas na ‘periferia’, como a que Ihering fez no caso das províncias zoogeográficas brasileiras.

Se a busca do reconhecimento internacional exigiu que os “curadores coloniais”, para mantermos a terminologia utilizada por Sheets-Pyenson, enviassem coleções para museus europeus – e Goeldi manifestou explicitamente essa idéia em um dos seus relatórios institucionais (Goeldi, 1895a, p. 220-221) – esse reconhecimento dependia também, em grande parte, da capacidade local em ocupar o que Ritvo denominou de “vácuo de autoridade científica”, ou seja, da habilidade dos “curadores coloniais” em se impor como especialistas em um assunto não dominado pela ciência européia.

No caso de Goeldi, pretendeu firmar-se como especialista em zoologia amazônica³⁹⁷. As disputas intelectuais envolvendo o ninho do “japu” e a prioridade na

³⁹⁷ É tentador comparar a trajetória de Goeldi com a de outros cientistas que trabalhavam na América Latina e que, de alguma maneira, obtiveram projeção nos meios científicos europeus. Por exemplo, as carreiras de Hermann von Ihering e Jacques Huber foram construídas de maneira semelhante à de Goeldi (Lopes, 1997; Gualtieri, 2001; Sanjad, 2003b). Os estudos de Otto Wucherer e companheiros, Adolpho Lutz, Carlos Chagas e outros se especializaram em doenças comuns no Brasil, mas repercutiram fortemente em círculos mais amplos devido a sua originalidade (Peard, 1999; Edler, 2002; Stepan, 1976; Benchimol, 1990, 1999, 2003;

descrição das duas espécies de aves dizem muito de suas intenções, pois tinham um claro fundo político que pode ser comparado a um território contestado³⁹⁸, ou seja, a um espaço ou um domínio reivindicado por mais de uma pessoa ou instituição³⁹⁹. Goeldi obteve o reconhecimento que almejava, mas para conquistar esse ‘território’ precisou lançar mão de algumas ‘armas’, como o fornecimento de espécimes animais e vegetais para cientistas posicionados em instituições centrais; a publicação de textos originais em revistas controladas por esses cientistas; a publicação de artigos escritos por cientistas europeus no *Boletim do Museu Paraense*; e o desenvolvimento de investigações afinadas com a tradição dos museus de história natural e com as teorias que mobilizavam a comunidade científica européia. Assim, o zoólogo capitalizou-se com o interesse que a maior floresta tropical do planeta despertava na Europa, acessando debates e círculos mais amplos a partir de seu posto na Amazônia. Foi com este perfil que Goeldi elevou o Museu Paraense e consolidou seu *lugar* na rede internacional de museus.

No próximo capítulo, veremos que a autoridade científica adquirida por Goeldi em assuntos amazônicos, além de ter ampliado sua inserção no meio acadêmico europeu, fez do zoólogo um importante interlocutor dos governos estadual e federal. Goeldi mostrou-se permeável às demandas do Estado, compatibilizando-as com o projeto científico que pretendeu realizar. No processo de construção do Museu Paraense, veremos que a projeção política da instituição foi tão importante quanto a científica.

Benchimol e Sá, 2005). Na Argentina, o sucesso das pesquisas endocrinológicas de Bernardo Houssay parecem ter seguido o mesmo sentido, ou seja, a projeção do médico ocorreu em um tópico pouco conhecido (relação entre diabetes e metabolismo hormonal) e onde a competição internacional era fraca (Cueto, 1994). O mesmo teria ocorrido com as pesquisas fisiológicas desenvolvidas nos Andes peruanos (Cueto, 1989). O tema diz respeito a vários ramos da historiografia, como os que tratam da recepção e institucionalização da ciência, da construção de tradições científicas locais, das relações internacionais, etc. Segundo Cueto (1997), o estudo dos casos de “excelência científica” na América Latina – região com escassez de recursos, de pessoal capacitado e de tecnologia – deve procurar identificar um padrão de adaptação da ciência na região.

³⁹⁸ A metáfora foi inspirada por Nyhart (1996, p. 441), que, ao analisar a ramificação da pesquisa biológica no século XIX, afirmou: “(...) a estória do papel da história natural dentro da história da biologia é melhor representada metaforicamente não por uma árvore, como o é frequentemente, com a ‘história natural’ na base e várias especialidades biológicas emergindo naturalmente dela. Em vez disso, a biologia poderia ser mais apropriadamente pensada como uma paisagem na qual o território é contestado, dividido, reunido e suas fronteiras redesenhadas através do tempo por grupos competidores (e às vezes cooperadores)”.

³⁹⁹ Ritvo (1997, p. 61-63) também utilizou a metáfora do ‘território contestado’ ao analisar os significados políticos inseridos no ato da classificação zoológica na segunda metade do século XIX, associando o domínio colonial com a posse intelectual do território: “Nomear [uma espécie] constituía uma forte, se metafórica, reivindicação de posse, não apenas das espécies novamente batizadas, mas também, por implicação, de seu território nativo (...). Para os zoólogos, a descoberta e, especialmente, a descrição de novas espécies forneciam sólidas recompensas, incluindo a oportunidade de escolher o binômio latino do organismo, o qual deveria a partir daí ser formalmente citado com o nome do denominador adicionado entre parênteses. Por meio desse ato, indivíduos reivindicavam a posse intelectual do animal, em paralelo com a reivindicação territorial de seus governos”.

ILUSTRAÇÕES – MUSEU PARAENSE: AGENDA DE PESQUISA E AUTORIDADE CIENTÍFICA

Catálogo
das
Aves Amazônicas
contendo todas
as especies descriptas e mencionadas até 1913
pela
Dr. Emilia Snethlage
(com 6 estampas e 1 mappa)

SUMMARIO:

	PP
I. Introdução	1
II. A. Limites da região amazonica;	4
B. Lancear d'olho sobre a historia da sua explora- ção ornithologica;	4
C. Litteratura	13
III. Terminologia technica	16
IV. Parte systematica (com indice systematico)	19
V. Appendice	499
Errata	501
Indice alphabetico dos nomes scientificos	503
Indice alphabetico dos nomes vulgares	523

Figura 55: Sumário do “Catálogo das Aves Amazônicas”, publicado em 1914 por Emília Snethlage.

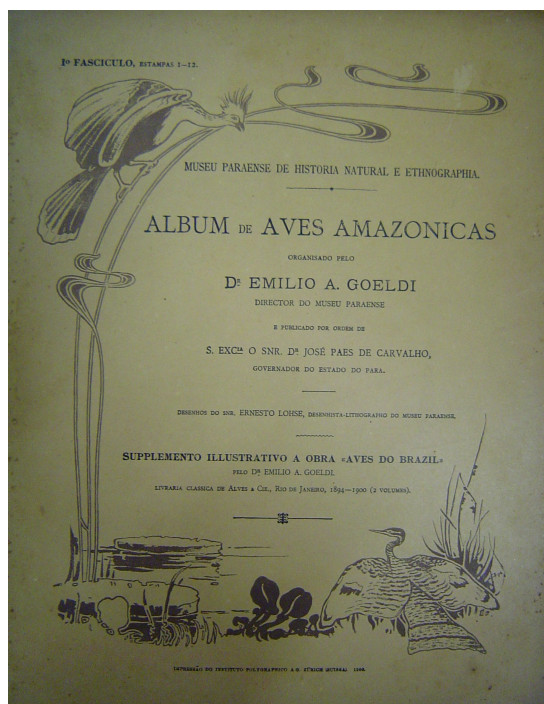


Figura 56: Capa do primeiro fascículo do “Álbum de Aves Amazônicas” (Goeldi, 1900d), com desenhos de Ernst Lohse.



Figura 57: Estampa 7 do primeiro fascículo do “Álbum de Aves Amazônicas” (Goeldi, 1900d), com desenhos de Ernst Lohse. A ‘cigana’, ave que Goeldi estudou do ponto de vista evolutivo, aparece à esquerda, sobre um galho.



Figura 58: Estampa 5 do primeiro fascículo do “Álbum de Aves Amazônicas” (Goeldi, 1900d). Observar a plumagem nupcial da grande garça à esquerda.

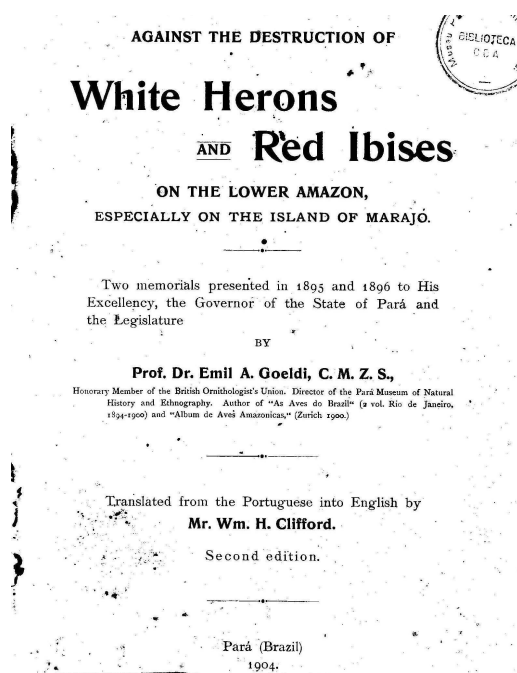


Figura 59: Segunda edição em inglês do trabalho de Goeldi (1902i) sobre a destruição das garças e guarás, publicada em 1904.



Figura 60: Estampa 10 do primeiro fascículo do "Álbum de Aves Amazônicas" (Goeldi, 1900d). Essa foi a estampa mais elogiada pelos resenhistas da obra, pintada a partir de uma fotografia de 1900.



Figura 61: O líquen *Usnea trichodea* (à esquerda) e a bromélia *Tillandsia usneoides* (à direita), também conhecida como ‘barba-de-pau’ e ‘barba-de-velho’, foram os motivos do primeiro desentendimento entre Goeldi e Ihering. Fonte: <http://cloudbridge.org/mistnet-es.htm>.

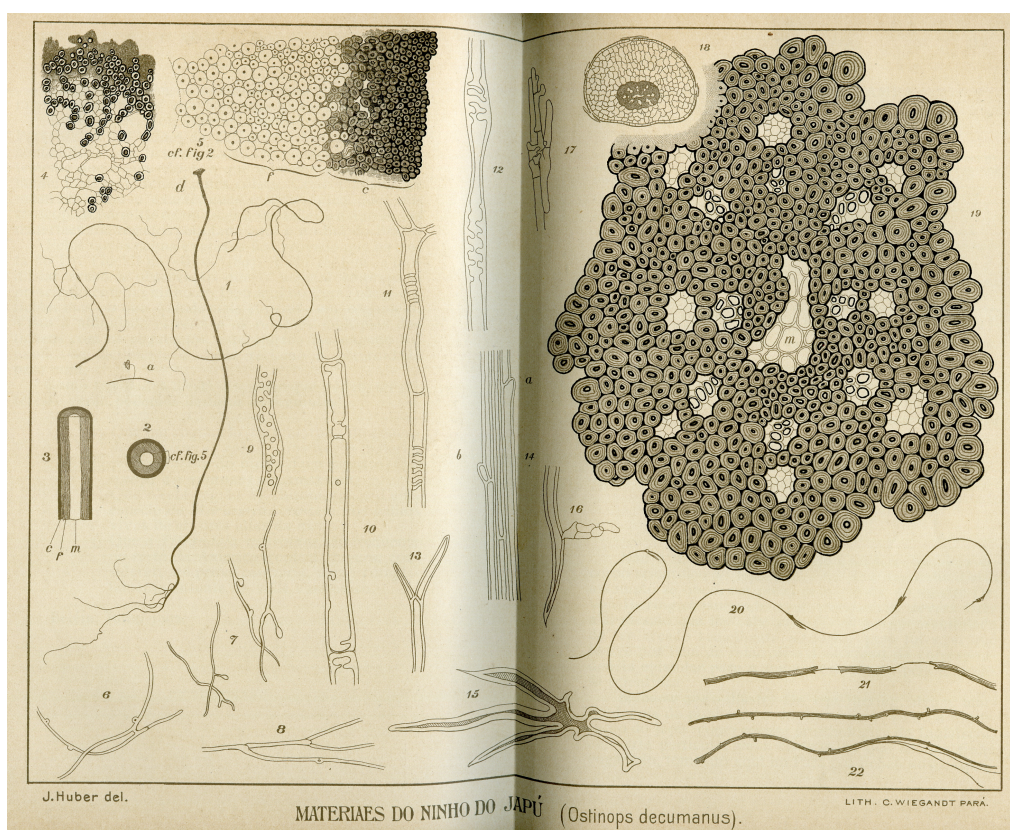


Figura 62: Estampa do trabalho de Huber intitulado “Sobre os materiais do ninho do Japu (*Ostinops decumanus*)” (1902a), na qual demonstra os exames histológicos efetuados no fungo encontrado no ninho.



Figura 63 (à esquerda): Mapa anexo ao trabalho de Ihering intitulado “On the Ornis of the State of São Paulo, Brazil” (1899). Apesar do péssimo estado de conservação, é possível visualizar com clareza a tentativa de delimitação das províncias zoogeográficas do Brasil, particularmente as que Ihering denominou “Araxana” (marrom) e “Tupiana” (amarelo). A província de cor rosa, segundo Ihering, deveria ser tratada à parte. Observar que nessa ocasião Ihering não delimitou a província amazônica, esperando que Goeldi o fizesse.

Figura 64 (à direita): Estampa I do artigo de C. E. Hellmayr, “A Revision of the Species of the Genus *Pipra*”, publicado na revista *Íbis* (Hellmayr, 1906), na qual *Pipra exquisita* é retratada.



Figura 65: Estampa do artigo de E. Goeldi, “*Opisthocomus cristatus*. A ‘Cigana’; resenha ornithologica”, publicado no *Boletim do Museu Paraense de Historia Natural e Ethnographia* (1895d), na qual o filhote da ave é retratado para evidenciar as garras existentes nas extremidades das asas.



Figuras 66 e 67: À esquerda, fósil de *Archaeopteryx lithographica* encontrado em 1861, na Bavária (atualmente no Museu Britânico de História Natural). Fonte: <http://www.oucom.ohiou.edu/dbms-witmer/images/Archaeopteryx%20London02.JPG>. À direita, reconstituição aproximada de *Archaeopteryx lithographica*. Fonte: <http://www.damisela.com/zoo/ave/taxa.htm>.

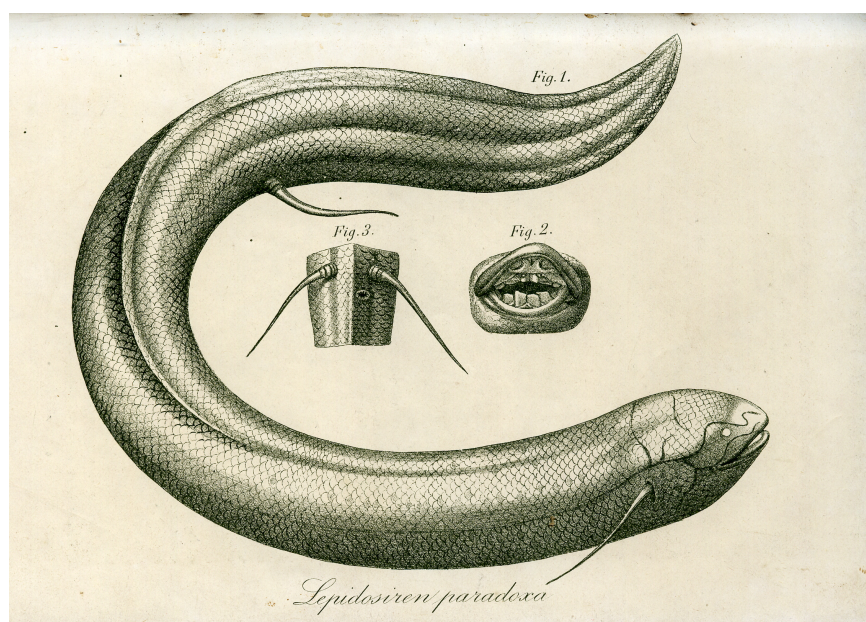


Figura 68: Estampa de Natterer ilustrando o *Lepidosiren paradoxa*, incluída por Goeldi nas “Instruções praticas sobre o modo de colligir productos da natureza para o Museu Paraense de Historia Natural e Ethnographia” (Goeldi, 1895f).

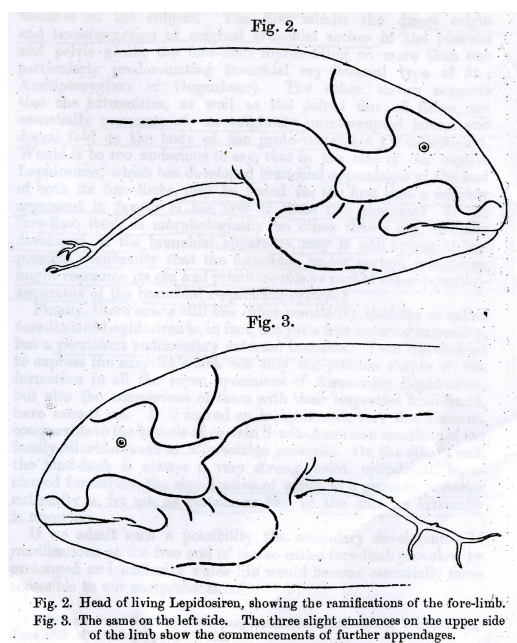
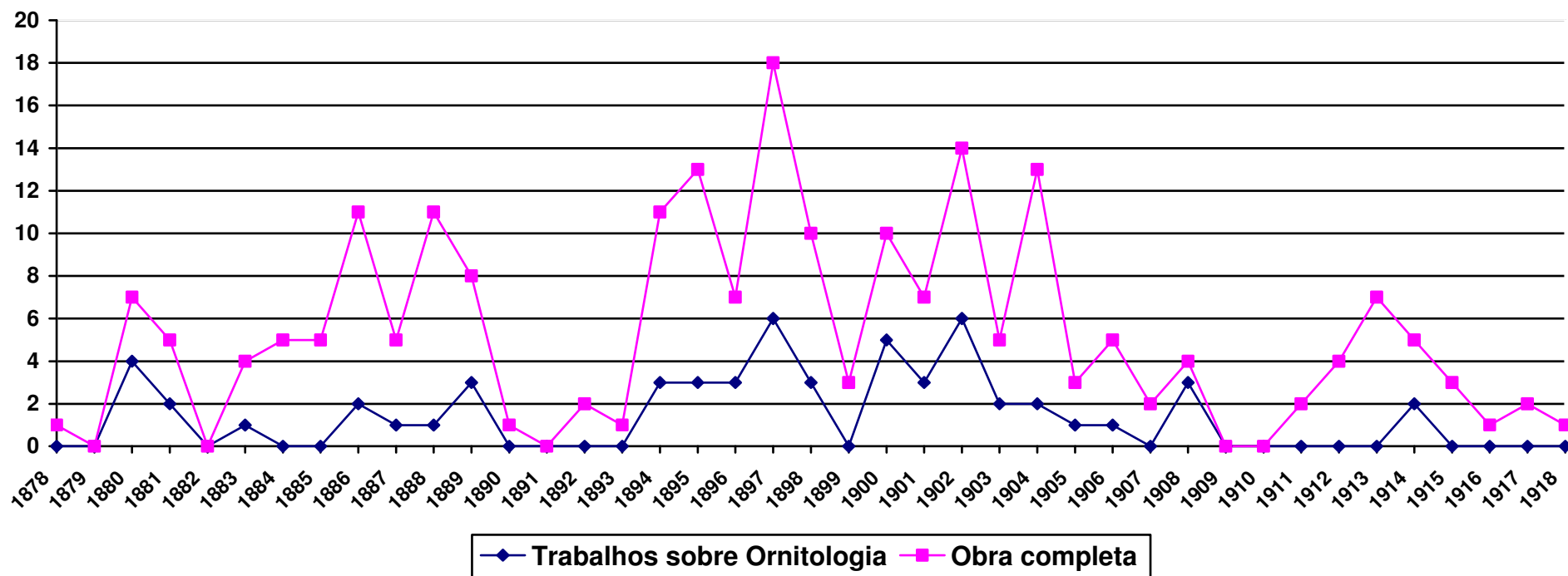


Figura 69: Estampa de Goeldi ilustrando as ramificações que se desenvolveram nos apêndices anteriores do *Lepidosiren paradoxa* que mantinha vivo no jardim zoológico do Museu Paraense. Segundo Goeldi, essas ramificações poderiam ser indícios das brânquias ancestrais do peixe pulmonado. A estampa apareceu no artigo “Further Notes on the Amazonian *Lepidosiren*”, publicado nos *Proceedings of the Zoological Society of London* (Goeldi, 1898d, p. 855).

Gráfico 1:
Obra completa* versus obra ornitológica de Emílio Goeldi (1859-1917)



* Foram considerados apenas os trabalhos publicados, tanto originais quanto traduções. Para uma melhor análise da posição da ornitologia na obra científica de Emílio Goeldi, não foram contabilizados aqui os relatórios administrativos, os necrológicos, as cartas e outras publicações de cunho não-científico.
 Fonte: Bedran et al., 2005; Silva et al., 2005.

5 O MUSEU PARAENSE E AS QUESTÕES REGIONAIS

A forte interação entre as atividades científicas e as demandas do Estado no Museu Paraense foi constante em toda a gestão de Emílio Goeldi (1894-1907). Acreditamos não ser possível compreender o papel do museu na sociedade da época sem levarmos em consideração o agenciamento de seus cientistas pelo governo. Isso não significa que a agenda de pesquisa da instituição tenha sido formulada a partir de questões políticas e econômicas, como se estas tivessem definido *a priori* os temas investigados. Vimos no capítulo anterior que Goeldi desenvolveu no Pará um programa de investigações em estreita conexão com debates internacionais sobre evolução animal e sobre a fauna brasileira, com autonomia e apoio financeiro suficientes para obter projeção no meio científico europeu. Portanto, ao chamarmos a atenção do leitor para as demandas estatais que incidiram sobre o Museu Paraense, deixamos claro que o processo de construção institucional exigiu que Goeldi e sua equipe transitassem entre a política e a ciência para obter o apoio de que necessitavam. No caso de Goeldi, sua relação com as autoridades públicas foi notável por ter conseguido reverter as demandas governamentais em benefício do Museu Paraense e de sua própria carreira. Nesse sentido, sua trajetória científica e política pode ser comparada às de outros *institution-builders* da época, como Hermann von Ihering (1850-1930) e Oswaldo Cruz (1872-1917)⁴⁰⁰.

⁴⁰⁰ A relação entre Ciência e Estado no Brasil, bem como as repercussões dessa relação no âmbito institucional, teórico e metodológico, são largamente estudadas por historiadores e sociólogos, constituindo uma das principais linhas investigativas na historiografia das ciências naturais e sociais (Figueirôa, 1998; Santos, 1978; Vianna, 1997). Entre os trabalhos relativamente recentes que se dedicaram ao tema, cada qual com sua matriz teórica, podemos citar alguns mais diretamente relacionados ao nosso estudo: o de Stepan (1976) sobre a fundação do Instituto Oswaldo Cruz; o de Schwartzman (1979) sobre a formação da comunidade científica no Brasil; o de Schwarcz (1993) sobre o debate racial no Brasil; o de Lopes (1997) sobre os museus de história natural do século XIX; o de Figueirôa (1997) sobre a institucionalização das geociências; o de Hochman (1998) sobre o movimento sanitário; o de Benchimol (1999) sobre a 'revolução pasteuriana' no Rio de Janeiro; o de Alves (2001) sobre a fundação do Museu Paulista; e o de Almeida (2003) sobre a pesquisa microbiológica e a reforma sanitária em São Paulo. No caso do Museu Paraense, os

Dois exemplos dessa relação entre ciência e política no Museu Paraense serão analisados aqui. O primeiro abordará as investigações realizadas pela equipe do museu no Amapá, associando-as à disputa entre o Brasil e a França por parte desse território no final do século XIX. O papel de Goeldi como agente do governo brasileiro durante a contenda também será estudado. O segundo descreverá as investigações de Goeldi sobre entomologia médica no contexto da mobilização internacional contra a febre amarela⁴⁰¹. Apesar da aplicabilidade ou da utilidade das citadas pesquisas, em ambos os casos houve, de fato, produção de conhecimento – o qual ajudou na legitimação nacional e internacional do museu enquanto instituição científica, na consolidação de carreiras pessoais e na obtenção de apoio político local para a instituição⁴⁰². Os exemplos também demonstram que as atividades desenvolvidas pelo museu no período extrapolaram seu papel ‘regional’ ou ‘local’, aproximando a instituição de questões próprias do Estado Nacional, como a definição de fronteiras e a saúde pública⁴⁰³.

5.1 Emílio Goeldi e o Contestado do Amapá (1897-1900)

principais estudos a fazer relações entre ciência e política são os de Sanjad (2001a, 2001b, 2003a e 2003b), Figueiredo (2001), Faulhaber (2005) e Maio et al. (2005).

⁴⁰¹ Esses assuntos foram muito pouco estudados até o momento e raramente são citados na literatura. Sobre o envolvimento de Goeldi no Contestado do Amapá, há breves passagens de Lins (1945, p. 343), Reis (1958), Cunha (1983, p. 1968-1969), Lopes (1997, p. 263-264) e Queiroz (1999, p. 333-334, 342-344). As melhores análises são as de Viana Filho (1959, p. 264-265, 276-279), Moreira (1989, p. 133-138) e Aerni (1992c, s.d.a). Surpreendeu-nos o fato do assunto não ter sido mencionado por Petitjean (1996a, 1996b), que estudou justamente as relações científicas e diplomáticas entre França e Brasil. O Contestado do Amapá, além de estar fundamentalmente ligado às pretensões imperialistas da França do século XIX, foi um episódio importante na história diplomática dos dois países, que precisou ser reconstruída após 1900. Acrescente-se que, de todos os litígios internacionais do Brasil na época, este foi onde a ciência teve papel mais importante. Sobre as pesquisas de Goeldi com os insetos transmissores de doenças, as referências são Cunha (1972) e Sanjad (2003a).

⁴⁰² Essa perspectiva contraria as conclusões de alguns autores que posicionam o Museu Paraense no rol das instituições que praticavam ‘ciência pura’ no final do século XIX, ainda que esta tenha sido uma ‘cópia’ ou um ‘pastiche’ da ciência praticada na Europa (cf. Schwartzman, 1979). Também contraria os autores que caracterizam a agenda científica do Museu Paraense como ‘universalista’, ou seja, alinhada a uma visão da ciência como patrimônio da humanidade e por isso mesmo desvinculada das questões regionais (cf. Costa, 1998; Aragón, 2001). Não pretendemos incorrer na dicotomia entre ‘ciência pura’ e ‘ciência aplicada’, ou entre o ‘partido da ciência’ e a ‘ciência pragmática’ na história das instituições brasileiras, presente na análise de alguns historiadores e sociólogos, como Schwartzman (1979) e Burgos (1999). Antes, nossa intenção é corroborar a posição de outros historiadores que, desde Stepan (1976), trabalham para superar essa dicotomia, defendendo a associação, ou melhor, a indissolubilidade das pesquisas de caráter mais geral e as de caráter aplicado nas instituições latino-americanas.

⁴⁰³ Nesse sentido, conceitos como ‘museu provincial’, ‘colonial’ e ‘regional’, dentro dos quais o Museu Paraense poderia ser enquadrado por ser um museu estadual especializado em assuntos amazônicos, falham ao encobrir ou não revelar as várias dimensões dessa instituição. A utilização desses conceitos exotéricos pelos historiadores, dentre os quais o mais conhecido é Sheets-Pyenson (1988a, 1988b), é relevante apenas para destacar a relação entre os museus locais e seus opostos complementares, os museus ‘centrais’, ‘metropolitanos’ e ‘universais’ (os quais, em certo sentido, também são locais).

No dia 15 de maio de 1895, o navio de guerra francês *Bengali* fundeu diante da cidade de Amapá, situada próximo à foz do rio Amapá Grande, no litoral norte da Guiana Brasileira (então sob jurisdição paraense). Sua tripulação havia saído de Caiena para prender o líder da comunidade, Francisco Xavier da Veiga Cabral⁴⁰⁴, e resgatar prisioneiros franceses supostamente mantidos no local. Após uma discussão com o capitão-tenente à frente da missão, Cabral disparou vários tiros no militar, dando início a uma carnificina sem precedentes na pacata e isolada região. A guarnição francesa que seguia o capitão alvejado juntou-se a uma segunda guarnição, que a essa altura já havia cercado o povoado. A crônica do incidente relata uma seqüência de atos violentos praticados pelos franceses, que incluíram o saque e o incêndio de residências e o assassinato de dezenas de moradores (Reis, 1960, p. 119).

Esse foi o evento a partir do qual uma intensa campanha nacionalista foi deflagrada em Belém e no Rio de Janeiro, que alçou Cabral a herói nacional e defensor *ad-hoc* da República brasileira contra os interesses alienígenas. Gritos de protestos partiram de deputados, senadores, intelectuais e jornalistas, exigindo uma ação mais efetiva do governo para garantir ao Brasil a região disputada com a França (Marajó, 1896). Nesse sentido, uma das primeiras medidas tomadas pelo governador do Pará, Lauro Sodré, foi o envio do diretor do Museu Paraense à região onde houve o conflito, em outubro de 1895 (Queiroz, 1999, p. 333). Contudo, antes de prosseguirmos no envolvimento de Goeldi com o Contestado, convém reconstituir, ainda que superficial e parcialmente, os antecedentes do “massacre do Amapá”, para situar o leitor no imbróglia político e introduzir o personagem que Goeldi enfrentou diretamente, o explorador francês Henri Coudreau (1859-1899)⁴⁰⁵.

⁴⁰⁴ Já tivemos oportunidade de nos referir a Cabral no capítulo 2, quando liderou um movimento armado em 1891 contra a Assembléia Constituinte do Pará. Cabral foi condenado ao exílio nos Estados Unidos, mas Lauro Sodré arquivou o processo e anistiou os envolvidos. Segundo Queiroz (1999: 337), Cabral não retornou para Belém, e sim para o Amapá, onde passou a viver do comércio e de atividades extrativas.

⁴⁰⁵ Henri Coudreau (1859-1899) abandonou a carreira de professor de história no Liceu de Clermont-Ferrand para se dedicar à exploração e aos projetos coloniais franceses na Amazônia. Sua primeira viagem à Guiana Francesa ocorreu durante suas férias de 1881, por conta própria, aos 21 anos. No ano seguinte, também nas férias, voltou à colônia. Em 1883, o governador da Guiana indicou Coudreau para o Ministro das Colônias, então em busca de alguém que explorasse o território disputado com o Brasil. Coudreau viajou durante dois anos em meio a desentendimentos com o próprio governo francês. Entre 1887 e 1891 viajou por conta própria no Alto-Guiana. Em setembro de 1891 se estabeleceu em Cunani, na Guiana Brasileira, onde novamente atuou a serviço do governo francês, como agente secreto. Em 1894 retornou para a França doente, mas no ano seguinte, surpreendentemente, colocou-se à disposição do governador do Pará para efetuar explorações geográficas. Foi, contudo, enviado para longe da região em disputa com a França: percorreu os rios Tapajós, Xingu, Tocantins, Araguaia, Itacaiúnas e Jamundá. Faleceu durante a exploração do rio Trombetas, em 1899. Sua esposa, Octavie Coudreau, honrou o contrato do marido com o governo paraense e

5.1.1 Marcos da disputa no século XIX

O conflito referido acima foi mais um episódio da longa e acidentada disputa entre o Brasil e a França pelo território que se estende entre os rios Oiapoque e Araguari, no litoral norte do atual estado do Amapá (Reis, 1960). Essa disputa teve início no século XVII e foi originada por interpretações diferenciadas de documentos históricos, particularmente os do marinheiro espanhol Vicente Yáñez Pinzón (1463-1514), companheiro de Américo Vespúcio (1454-1512) e um dos primeiros europeus a navegar pela foz do *Mar Dulce*. Os franceses alegavam, grosso modo, que o rio mencionado nos escritos de Pinzón – e que as Coroas portuguesa e francesa acordaram no início do século XVIII (Tratado de Utrecht) como limite natural de suas possessões na América do Sul – era o Araguari, enquanto os lusitanos defendiam um limite mais ao norte, no rio Oiapoque (Benoit, 2000, p. 95-96).

No século XIX, excetuando o domínio português da Guiana Francesa entre 1809 e 1817, diretamente relacionado à ocupação de Portugal por Napoleão, dois graves incidentes forçaram o entendimento da diplomacia brasileira e francesa, o de 1895, já referido, e o de 1836, quando uma guarnição militar partiu de Caiena e ocupou a mesma cidade de Amapá, com a intenção de ali fundar uma fortaleza e uma colônia agrícola. Os franceses valeram-se da confusão provocada pela Cabanagem (1835-1840), alegando que as operações de guerra do governo brasileiro contra os rebeldes colocavam em risco as fronteiras da Guiana⁴⁰⁶. A iniciativa, contudo, logo foi denunciada por militares e políticos brasileiros e gerou protestos no Rio de Janeiro e em Paris (Reis, 1960, p. 112-115).

As principais conseqüências dessa invasão foram o reforço da presença brasileira na região por meio da Colônia Militar D. Pedro II, fundada no rio Araguari em 1840, e a tentativa dos governos brasileiro e francês em resolver definitivamente a disputa. O passo inicial foi estabelecer um acordo em 1841 estipulando a não ocupação recíproca do território, mantendo o *status quo* do Tratado de Utrecht, assinado em 1713. Daí em diante,

continuou explorando, até 1906, os rios Trombetas, Cuminá, Curuá, Mapuerá, Maicuru e Canumã (cf. Coudreau, 1887, p. VII-XIII; Benoit, 2000, p. 105-120).

⁴⁰⁶ Segundo Reis (1960, p. 111-112), a invasão da Guiana Brasileira nesse momento estava associada à política de expansão durante a Restauração francesa, aberta em “grande estilo” com a conquista de Argel, em 1830.

o território passou a ser referido como ‘zona neutra’ ou ‘contestado’ até que os dois países chegassem a uma solução sobre os limites a serem adotados.

No entanto, as negociações diplomáticas arrastaram-se pela década de 1840. Somente com a ascensão de Napoleão III, em 1852, retomou-se o assunto com determinação. Entre 1853 e 1856, os governos do Brasil e da França, representados por Paulino José Soares de Sousa (1807-1866), o Visconde de Uruguai, e pelo Barão His de Butenval, respectivamente, levantaram documentos e informações históricas, reviram suas demandas e concluíram que era necessário criar uma comissão bilateral para efetuar o reconhecimento geográfico do território contestado. Já se vislumbrava, àquela altura, a solução diplomática do problema, baseada em fontes históricas e científicas (Benoit, 2000, p. 98-100)⁴⁰⁷.

A diplomacia brasileira inspirou-se principalmente nos trabalhos de Joaquim Caetano da Silva (1810-1873)⁴⁰⁸, o principal formulador da idéia de que o Tratado de Utrecht deveria vigorar como a base jurídica inicial da disputa, uma vez que era o mais antigo tratado de limites envolvendo as partes. Em 1850, o diplomata apresentou a proposta no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro por meio de uma “Memória sobre os limites do Brasil com a Guiana Francesa conforme o sentido exato do artigo oitavo do Tratado de Utrecht” (Silva, 1850). Posteriormente, ampliou e aprofundou esse trabalho em *L'Oyapock et l'Amazonie*, publicado em Paris em 1861 (Silva, 1861). Esse último trabalho foi a principal fonte utilizada pelo Barão do Rio Branco no final do século, quando as conversações bilaterais foram retomadas após o episódio de 1895.

Quanto aos franceses, envolveram-se em um novo incidente diplomático após 1836, desta vez numa tentativa de fundar um Estado independente na região, a República do Cunani. Em 1884, chegaram notícias em Belém de que um alto funcionário do governo francês em Caiena, Jules Gros, pretendia estabelecer em Cunani, povoado ao norte da Guiana Brasileira, a sede de um protetorado francês cujos limites seriam os rios Oiapoque e Araguari. Gros era membro da Sociedade de Geografia Comercial de Paris e teria o apoio

⁴⁰⁷ Coudreau (1887, p. 455-460) transcreveu alguns documentos e registrou sua visão sobre o resultado dessa negociação.

⁴⁰⁸ Joaquim Caetano da Silva (1810-1873) era natural do Rio Grande do Sul. Concluiu na França seus estudos de humanidades e graduou-se em medicina, em 1837, pela Faculdade de Montpellier. Em 1838, de regresso ao Brasil, foi nomeado professor de Português, Retórica e Grego do Colégio Pedro II, do qual também foi reitor. Em novembro de 1851 foi nomeado encarregado de negócios do Brasil na Holanda e, em 1854, côsul-geral no mesmo país. Em 1853, conduziu em Haia as negociações para o ajuste de limites com a Colônia de Suriname, questão resolvida somente em 1906 pelo Barão do Rio Branco. Cf. <http://www.biblio.com.br/Templates/JoaquimCaetanodaSilva/JoaquimCaetanodaSilva.htm>. Acesso em outubro de 2005.

de negociantes e exploradores, como Henri Coudreau, Jean Guignes e Paul Quartier. Os dois últimos, de fato, se estabeleceram no povoado e criaram uma companhia de comércio, ganhando a simpatia da população negra, principalmente quilombola, pelas promessas de liberdade e justiça social. Em julho de 1886 a tal república foi ‘proclamada’, mas o governo brasileiro protestou em Paris e obteve as garantias do governo francês de que não iria apoiar a aventura de Gros e colaboradores (Reis, 1960; Queiroz, 1999, 2000).

No mesmo ano de 1886, Coudreau publicou o primeiro volume da obra capital para a diplomacia francesa do final do século, *La France Équinoxiale – Études sur les Guyanes et l’Amazonie* (Coudreau, 1886). O livro era o resultado das várias viagens empreendidas por Coudreau à Amazônia desde 1881, particularmente da longa expedição encomendada pelo governo de seu país e efetuada entre 1883 e 1885, ao Amapá, rios Amazonas, Negro, Uaupés, Branco e sul da Guiana Francesa. O primeiro volume aparecia com uma série de estudos, alguns dos quais publicados desde 1883, sobre as riquezas naturais da Guiana Francesa, sobre a emigração européia para a Amazônia, sobre as viagens do autor, sobre o território contestado e sobre a presença do Estado francês na região, como a história da colonização da Guiana e a organização consular francesa no norte do Brasil (Figura 70)⁴⁰⁹.

Assim como Caetano da Silva transformou seu livro em um libelo nacionalista revestido de informação científica, Coudreau fez de “A França Equinocial” um apelo apaixonado ao governo francês para que prosseguisse na expansão colonial na América do Sul, em direção à Guiana Brasileira. Ainda na introdução, confessou-se partidário da expansão e otimista com relação à utilidade para a “raça branca” de uma possessão localizada nos “climas quentes” (Coudreau, 1886, p. XV). Propôs-se a demonstrar isso no capítulo dois, ao enumerar os produtos vegetais e minerais disponíveis para o comércio, geralmente exagerando no tom⁴¹⁰. No quarto capítulo, sobre “O Território Contestado entre a França e o Brasil”, o autor afirmou que havia uma nova colônia a ser adquirida pela França na América do Sul – “nova colônia” que era, no entanto, uma colônia francesa há aproximadamente 200 anos. Para comprovar a “posse virtual” francesa do território contestado, Coudreau prometia uma exposição “puramente científica e desinteressada dos

⁴⁰⁹ O segundo volume, *Voyage a travers les Guyanes et l’Amazonie*, foi publicado em 1887. Nele encontra-se a descrição geográfica dos lugares percorridos, bem como informações sobre a população e a economia local. Ver a obra completa de Coudreau em Benoit (2000, p. 133-136).

⁴¹⁰ Um bom exemplo é quando Coudreau descreve as riquezas minerais da Guiana Francesa, afirmando que o solo da colônia guardava ouro, prata, pedras preciosas, ferro, hulha, granitos e mármore variados, enfim, que o platô da Guiana era “absolutamente idêntico como constituição geológica” ao bem conhecido platô do Brasil. Coudreau via na mineração, particularmente do ouro, o futuro da Guiana, tal como o da Califórnia e o da Austrália (Coudreau, 1886, p. 144-157).

fatos”, de maneira a colaborar com uma solução pacífica para a disputa (Coudreau, 1886, p. 216).

Ao redigir a história diplomática do contestado, Coudreau (1886, p. 215-255) usou de duas estratégias para convencer seus leitores dos direitos legítimos da França sobre o território. A primeira foi fazer crer que a grande “ilha fluvial americana”, região compreendida entre o Orenoco e o Amazonas, havia sido primeiramente ocupada pela França, ainda no século XVI. Posteriormente, como o governo francês não cuidou de defender o território, ele foi repartido com a Espanha, Holanda, Inglaterra e Portugal. Apenas uma pequena parte da imensa região original teria permanecido desocupada até o século XVIII e anexada à Guiana Francesa sem reclamação da Coroa portuguesa: o território que se estendia do Oiapoque ao Carapapóris, próximo à ilha de Maracá⁴¹¹. Segundo Coudreau, somente após a Revolução os portugueses voltaram a se interessar pelo território contestado, pois se sentiram ameaçados pela revolta e posterior libertação dos escravos na Guiana Francesa. Aproveitando-se da fragilidade do governo francês, os portugueses teriam destruído e eliminado todas as fortificações e missões indígenas daquele país no território do contestado, que teria chegado ao século XIX completamente despovoado.

Essa foi a segunda estratégia de Coudreau, fazer crer que não havia, na região, população alguma identificada com a França ou com o Brasil. Para o explorador francês, os que ali moravam viviam em um “estado anárquico”, fora de qualquer influência nacional. Eram, na sua maioria, índios, quilombolas, soldados desertores e negros *maroons*, gente sem pátria ou amor a qualquer bandeira (apesar de manifestarem simpatia pelos franceses). A proposta do explorador era, portanto, transformar negros e índios em mão-de-obra para projetos agrícolas e extrativistas, bem como fazer das pradarias do Oiapoque uma imensa penitenciária para os criminosos franceses, garantindo a exploração da terra mediante trabalhos forçados e o acesso ao rio Amazonas e ao mercado brasileiro.

No décimo capítulo, que trata da República do Cunani (Coudreau, 1886, p. 387-429), a versão de uma terra desocupada e adequada ao europeu é retomada. Coudreau apresenta Cunani como um Estado já estabelecido, uma república independente, uma bela região à espera dos colonos. Descreve com lirismo e fantasia as florestas, os campos, o clima, a cidade e seus habitantes (“essa raça tri-mestiça”), os pescadores (“poetas que

⁴¹¹ Coudreau afirmou que o Tratado de Utrecht nada resolveu sobre os limites, pois portugueses nem franceses sabiam, de fato, qual era o “rio de Vicente Pinzón ou Japoc” (para Coudreau, era o próprio Amazonas!).

ignoram a terra e suas misérias”), a inexistência de um governo local e a pequena população (“ainda na fase da pedra talhada”) – ou seja, Cunani reunia todas as condições para ser transformada (pelos franceses) numa “escola de aplicação do socialismo futuro”. A utopia política de Coudreau completava-se com um devaneio sobre o futuro industrial de Cunani, cuja verdade era positiva, matemática, inadiável⁴¹².

Um dos pontos de maior interesse para a diplomacia brasileira, no livro de Coudreau, foi a afirmação de que os “cunanienses não amam o Brasil, o que pode ser explicado pela sua qualidade de antigos escravos daquela nação. Eles amam muito a França” (Coudreau, 1886, p. 414). Segundo o explorador, a população local já havia enviado quatro vezes petições ao governo francês demandando administradores. A última vez teria sido em 1883, na presença do próprio Coudreau. Nessa ocasião os habitantes teriam se manifestado unanimemente por meio de um plebiscito organizado pelo explorador: “(...) os cunanienses querem ser franceses, ou permanecer cunanienses” (Coudreau, 1886, p. 415).

A República do Cunani anunciava, assim, o destino de toda a Amazônia brasileira. Na visão de Coudreau, a bela e imensa região formaria num futuro muito próximo um Estado independente do Brasil. Essa idéia foi formulada no capítulo oitavo, “A Amazônia”, que inicia com a seguinte frase: “A Amazônia é um novo mercado e uma nova nação” (Coudreau, 1886, p. 311-374). Depois de divulgar as vantagens da economia regional, principalmente o seu rápido crescimento causado pela comercialização do látex, Coudreau discorre sobre o seu conceito de *nação*, um “reino geográfico distinto”, capaz de forjar uma identidade própria. A população era etnicamente diferenciada da do Rio de Janeiro; o meio constituía uma unidade autônoma; a economia avançava de maneira independente; e o principal, as elites locais eram insatisfeitas com o governo central. Como exemplo, Coudreau transcreveu longo trecho de um livro do Barão do Marajó, no qual reclamava da desatenção do governo às demandas das províncias do Norte. Tal “fermentação separatista”, segundo Coudreau, deveria receber atenção de um país com interesses comerciais e considerável influência cultural na Amazônia, como a França.

⁴¹² Veja-se, por exemplo, um trecho do prefácio do segundo volume de *La France Équinoxiale*: “A Guiana Francesa será um dia a primeira de nossas colônias. Mais ainda: uma nova França, um outro Canadá. A França Equinocial, a Grande Guiana, será o primeiro desses *países da aliança* que nós veremos chegar depois dos *países do protetorado*. Isso virá mais rápido do que podemos supor. Há para nós, no norte do Amazonas, mais do que uma *obra* nacional, há uma *questão* nacional, uma questão social, a questão social ela mesma... porque se encontra em grande parte na América a solução da questão social...” (Coudreau, 1887, p. XII-XIII).

As informações divulgadas por Coudreau repercutiram fortemente em outra importante fonte para a diplomacia francesa, com a qual Goeldi e outros intelectuais locais também iriam se defrontar: a monumental *La Nouvelle Géographie Universelle*, obra em 19 volumes de Elisée Reclus (1830-1905), considerado um dos fundadores da geografia humana. No último volume, publicado em 1894 e dedicado à América do Sul (Amazônia, Prata, Guianas, Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina) (Reclus, 1894a), o autor fez uma longa exposição sobre a Amazônia – geografia, hidrografia, flora, fauna, índios e principais cidades – deixando claro que tratava apenas da “parte da bacia fluvial que o Brasil reclama”, ou seja, deixou de fora todos os afluentes da margem esquerda do Amazonas a partir do rio Branco (Reclus, 1899, p. 32)⁴¹³. Assim, distinguia geograficamente o que era ‘Amazônia’ (Brasil) e ‘Guiana’ (Contestado). Esta era definida como “uma parte bem determinada da América do Sul”, uma “grande província” ou ilha compreendida entre os rios Orenoco, Negro e baixo Amazonas (Reclus, 1894b, p. 108)⁴¹⁴.

Na parte relativa ao Brasil, Reclus anexou uma análise sobre o “Território Contestado Franco-Brasileiro”, na verdade um grande resumo das idéias expostas por Coudreau em *La France Équinoxiale* (Figura 71)⁴¹⁵. Ali está presente a história diplomática do contestado, com a pergunta que deu tanto trabalho aos diplomatas brasileiros: “Qual é esse rio Yapok ou Vicente Pinzón, que os diplomatas de Utrecht, ignorantes das cousas da América, quiseram indicar nas suas cartas rudimentares?” (Reclus, 1899, p. 474). O geógrafo não registrou sua opinião nem tomou partido na contenda, como fez Coudreau, mas ratificou a versão segundo a qual os franceses tinham direitos históricos sobre a área e os habitantes manifestavam o desejo de pertencer à França. Sobre a disputa, considerou-a “insolúvel”, pois as duas nações tinham argumentos legítimos para pleitear o território – o que abria a possibilidade de sua divisão igualitária.

Quando Goeldi foi convocado para ir ao Amapá, no auge da crise diplomática entre o Brasil e a França, recebeu uma dupla missão: checar a veracidade das informações divulgadas por Coudreau e sustentadas por Reclus, sobre o Cunani; e proceder a um

⁴¹³ A parte referente ao Brasil da *Nouvelle Géographie Universelle* foi traduzida por Ramiz Galvão e publicada separadamente em 1899, com notas críticas do tradutor (Reclus, 1899). É notável como o tradutor interferiu na obra de Reclus, corrigindo informações, indicando fontes bibliográficas e observando seus supostos equívocos nas notas de pé de página.

⁴¹⁴ A parte referente às Guianas apareceu traduzida pelo Cônego J. I. Muniz na *Revista da Sociedade de Estudos Paraenses*, no mesmo ano em que foi publicada na França (Reclus, 1894b).

⁴¹⁵ O trecho foi traduzido primeiramente na *Revista da Sociedade de Estudos Paraenses*, em 1896 (Reclus, 1896). Em 1899, foi incluído como apêndice de *Estados Unidos do Brasil: geographia, ethnographia, estatística* (Reclus, 1899). Nesse livro, a tradução foi feita pelo Barão do Rio Branco, que também acrescentou interessantes notas de rodapé manifestando a versão brasileira sobre o assunto.

inventário científico da região, à maneira como o explorador francês havia feito doze anos antes. Naquele contexto, onde interesses políticos perpassavam qualquer iniciativa e publicação,urgia reunir dados confiáveis sobre a geografia, o ambiente natural e a população local da Guiana Brasileira. Nesse sentido, a ciência, ou melhor, um discurso científicizante, posto que ‘objetivo’ e ‘desinteressado’, deveria formar a base de qualquer argumento.

5.1.2 As expedições do Museu Paraense à Guiana Brasileira

Foram duas as expedições organizadas por Goeldi à Guiana Brasileira na década de 1890, em outubro e novembro de 1895, e em julho a setembro de 1896. Na primeira embarcaram, além de Goeldi, o botânico Jacques Huber, o preparador Max Tänner (que viria a falecer de malária na viagem de regresso), um servente de nome Manoel Paula e o tenente-coronel Aureliano Pinto de Lima Guedes, comissionado pelo museu. O grupo percorreu todo o litoral norte da Guiana, do Araguari ao Oiapoque, e explorou os rios Cunani, Amapá Grande e seu afluente Igarapé do Campo. Uma carta geográfica e dezenas de fotografias foram tiradas, além das coletas de objetos arqueológicos (urnas funerárias da cultura Cunani), vegetais (220 amostras) e animais (principalmente aves, com 113 peles de 72 espécies) (Goeldi, 1897a, 1900i; Guedes, 1897).

Da segunda participaram apenas o tenente-coronel Guedes e seu filho Manoel Pinto de Lima Guedes, preparador de botânica do museu. Ambos percorreram o litoral sul da Guiana Brasileira, principalmente a ilha do Pará e os rios Anauerá-Pucú e Maracá. Nova coleção de plantas foi feita, além de amostras geológicas e de dezenas de urnas funerárias, principalmente da cultura Maracá, escavadas e recolhidas em grutas e necrotérios indígenas (Goeldi, 1897b; Guedes, 1897).

Excetuando as coleções, os primeiros frutos das viagens foram dois relatórios confidenciais redigidos por Goeldi, o primeiro cinco dias depois de desembarcar em Belém, em 19 de novembro de 1895, endereçado ao governador Lauro Sodré; o segundo, de dois dias depois, foi endereçado ao ministro das Relações Exteriores, Carlos Augusto de Carvalho⁴¹⁶. Para Sodré, o diretor do Museu Paraense fez um relato mais encorpado da

⁴¹⁶ Respectivamente, “Exposição sumaria da viagem realizada ao Território contestado Franco-Brazileiro pelo Museu Paraense de Historia Natural e Ethnographia, 7 de outubro a 14 de novembro de 1895”. Pará, 19 de novembro de 1895. Assinada pelo Dr. Emilio A. Goeldi, Diretor do Museu Paraense. Arquivo Histórico

viagem e repassou dados de caráter estratégico para a disputa. Abriu seu relatório informando sobre o recenseamento que realizou em Cunani, a primeira cidade visitada, cuja população era formada por “brasileiros sem exceção alguma”. A grande maioria era negra ou mulata, os mais velhos “mocambistas” e os mais novos paraenses que emigraram para o local. Segundo Goeldi, “são brasileiros de coração, que protestam contra as pretensões francesas e mostram-se bastante irritados contra Coudreau, Trajano e todos aqueles que mais íntimas relações mantiveram com Caiena”. A língua falada era o português e havia uma escola dirigida por um brasileiro, visitada pelo zoólogo para convencer-se de que não havia “vestígio algum de espírito francês”. Goeldi também comentou sobre a tentativa de Coudreau de fundar uma escola francesa, iniciativa que o revelava um “agente político”.

Após informações sobre a moeda corrente, o comércio e a saúde pública, Goeldi descreveu suas explorações no sistema de lagos entre os rios Cunani e Cassiporé, nas savanas em direção ao rio Novo e no próprio rio Cunani. As excursões justificavam-se para corrigir “numerossíssimos erros nos mapas atualmente existentes”, principalmente as “muito defeituosas e levianas (...) cartas contidas na obra de H. Coudreau”⁴¹⁷. Sobre os rios Cassiporé e Uaçá, não percorridos pelo grupo do Museu Paraense, Goeldi obteve informações em entrevistas realizadas com líderes locais, ressaltando o número de moradores, sua origem brasileira e o caráter dos “governadores” (se adeptos das pretensões brasileiras ou influenciados pelos franceses).

Da cidade de Amapá, local do incidente armado com os franceses e por isso mesmo escolhido por Goeldi para montar seu “laboratório” de viagem, foi igualmente descrito o (péssimo) caráter da oligarquia local, dirigida por Francisco da Veiga Cabral. Desde o conflito a vila vivia em estado de guerra e em regime de exceção, com o controle expresso de viajantes e a cobrança forçada de tributos para reconstrução do lugar. Aí a população também era brasileira e a língua falada o português. O ambiente, contudo, era “pestilencial” e contrastava com a salubridade de Cunani. Com exceção de Goeldi, todo o grupo do museu adoeceu com “febres palustres”. A “falta absoluta de higiene”, a

do Itamaraty (doravante AHI), Arquivo Particular do Barão do Rio Branco, Parte III, código 340-2-13, doc. 14; e Cópia de um Ofício Reservado de Emílio A. Goeldi ao Ministro Carlos de Carvalho. Pará, 21 de novembro de 1895. AHI, Arquivo Particular do Barão do Rio Branco, Parte III, código 340-2-13, doc. 8. O segundo relatório foi transcrito por Reis (1958) e ambos aparecem transcritos em Gomes et al. (1999, p. 97-105).

⁴¹⁷ Goeldi refere-se ao terceiro volume de *La France Équinoxiale*, composto por mapas e intitulado *Atlas*.

“quantidade colossal de mosquitos” e o rigor do clima foram verdadeiros suplícios. Uma única excursão, ao Lago Grande, foi feita por Goeldi.

Especial atenção foi dada ao conflito armado com os franceses. O zoólogo levantou o mapa da vila de Amapá, anotando a situação das residências queimadas e os acontecimentos relacionados a cada casa. As testemunhas oculares foram entrevistadas, assim como as pessoas feitas prisioneiras pelos franceses. Tal como num inquérito policial, Goeldi cotejou as versões e concluiu que a malfadada missão francesa não teve como objetivo resgatar um antigo colaborador de Caiena, o negro Trajano. Assim, deixava recair sobre Cabral a suspeita de ter sido o estopim para o conflito.

Goeldi encerrou o relatório com informações sobre o rio Calçoene, onde havia sido descoberto um aluvião aurífero em 1893. Segundo ele, esse era o ponto nevrálgico do contestado, pois o garimpo havia atraído milhares de pessoas para o alto curso do rio, dentre crioulos de Caiena, Martinica e Guadalupe, franceses, ingleses, norte-americanos, chineses e holandeses do Suriname, os quais comercializavam o metal diretamente em Caiena. Mais tarde, como veremos, Goeldi e o geólogo Katzer fariam crer que o contestado tinha como pano de fundo a disputa pelas minas de ouro, que, àquela altura, estavam no auge da exploração.

Goeldi anunciou, por fim, que haviam sido tiradas mais de 100 fotografias da Guiana, da vegetação e de seus habitantes, inclusive retratos das pessoas envolvidas na luta com os franceses (Figuras 72 e 73). O objetivo era tornar “mais interessante e compreensível o estudo tão complicado desta zona em litígio”. Nesse sentido, previa alguns meses para elaborar o “material científico”, que seria reunido numa “publicação que, pelo seu calado científico e sua absoluta seriedade, aniquilariam, para sempre, os efeitos tão nocivos da obra muito leviana do Senhor Henri Coudreau”.

Quanto ao relatório ao ministro das Relações Exteriores, nele Goeldi procurou orientar a posição brasileira no contestado. Iniciou afirmando que o “Brasil nunca devia ter tolerado que se chamasse de ‘Territoire contesté franco-brésilien’” a Guiana Brasileira. Ressaltou que os habitantes eram nacionais e a língua usada o português, mas, segundo Goeldi, “para o espírito de qualquer árbitro não é bastante saber que os moradores do Território Contestado são de origem brasileira. Importa tanto ou mais ainda saber se eles querem ser brasileiros” (grifos de Goeldi). Assim, Goeldi tocava num ponto forte da argumentação francesa, sustentada pelo livro de Coudreau. Nesse sentido, o cientista suíço contra-argumentava, afirmando que *viu* e se *convenceu* que os moradores da Guiana

Brasileira queriam pertencer ao Brasil e não à França. Segundo Goeldi, “o que o Senhor Henri Coudreau escreveu acerca das simpatias para a França é grossa mentira; a gente de Cunani ficou indignada quando li os respectivos trechos do livro de Coudreau!”

Outro ponto ressaltado por Goeldi foi a possibilidade de dividir ao meio o território, deixada nas entrelinhas por Reclus e tida como plano secundário da diplomacia francesa (que assim abria mão da fronteira no Araguari, mas levava uma fatia de terra mais ao norte). Para o zoólogo, “cortar pelo meio o nó gordiano é cousa que não convém absolutamente ao Brasil”, pois as melhores terras ficavam ao norte, e não ao sul. Ele respondeu, ainda, a uma pergunta que lhe havia sido formulada antes, sobre o que conviria ao governo brasileiro fazer em relação ao contestado. Sua resposta foi a seguinte:

(...) prestar mais atenção ao Norte do Contestado, animar os moradores do Cunani, do Cassiporé e do Uaçá e cuidar que estas grandes avançadas fiquem em contato entre eles e com o sul. Prendendo assim no meio o Rio Calçoene, a influência francesa acha-se, por assim dizer, num ‘cul-de-sac’, e o Brasil pode esperar tranquilamente o dia da liquidação final.

Em outras palavras, Goeldi propôs ao governo apoio e contato regular com as populações locais para que estas servissem de barreira às investidas francesas, fossem feitas pelo continente ou pelo mar.

A atuação política de Goeldi não se restringiu aos relatórios sigilosos feitos para o governo brasileiro. Como veremos, documentos ainda pouco conhecidos e pesquisas relativamente recentes e inéditas de Aerni (1992c, s.d.a), baseadas em documentação coligida na Suíça, mostram que o envolvimento do zoólogo no contestado foi superior ao que está referido na literatura. Goeldi atuou não apenas como conselheiro do governo do Pará e da diplomacia brasileira, mas também como um assessor informal – mas não imparcial – do governo suíço, eleito pelas partes como árbitro da disputa. Para seus conterrâneos, Goeldi vestiu-se como uma testemunha desinteressada e confiável, apta a opinar sobre a disputa em um processo de arbitragem internacional. Valendo-se de sua cidadania suíça e da profissão de cientista, Goeldi desempenhou o papel que criticou em Coudreau, o de agente político.

Após o conflito de maio de 1895, os governos da França e do Brasil renovaram sua disposição em assinar um tratado de arbitragem para o contestado do Amapá. Os graves acontecimentos lançaram a diplomacia de ambos os países numa rápida negociação sobre os termos do tratado, já em curso no mês de agosto (Rio Branco, 1899, tomo III, p. 349-

383). Devidamente informado da posição brasileira, em 17 de dezembro de 1895 Goeldi escreveu uma carta ao Conselho Federal suíço, na qual sugeria que este país deveria atuar como tribunal de arbitragem na disputa territorial. Segundo Aerni (s.d.a), nessa carta “ele relata a expedição ao Amapá realizada em outubro-novembro de 1895 com Huber e Tanner [cidadãos suíços] e informa que mais de 100 fotografias teriam sido tiradas. Nesse ensejo, E. A. Goeldi oferece-se como perito para elaborar um relatório relativo à questão”. Na mesma carta, Goeldi enumerou as sociedades científicas das quais era membro, como a de Schaffhausen, e mencionou o nome de Albert Gertsch como referência sobre sua pessoa. Como vimos no capítulo dois, Gertsch foi o diplomata designado pelo Consulado Geral da Suíça no Rio de Janeiro para atuar como mediador nos conflitos entre Goeldi e os imigrantes da Colônia Alpina (e que em 1899 iria ser contratado como contador da firma do sogro de Goeldi, Eugen Meyer & Cia.).

Por meio dessa carta, era evidente que Goeldi lançava mão de suas relações profissionais e pessoais para sondar a disponibilidade do governo suíço e ganhar credibilidade numa possível arbitragem. No final de janeiro de 1896, o Departamento de Políticas Federais daquele país agradecia o pronunciamento de Goeldi e informava que ainda não havia recebido nenhum pedido para que assumisse a arbitragem do contestado. Segundo Aerni (1992c), o zoólogo tinha conhecimento do fato e estava apenas “preparando terreno” para a atuação da diplomacia brasileira na Suíça. Assim, Goeldi “devia saber que o governo brasileiro lhe seria muito devedor se o Conselho Federal desempenhasse o papel de árbitro na demanda do território do Amapá”.

Seja por influência ou não de Goeldi, a Suíça foi, de fato, o país que o Brasil propôs e a França aceitou como árbitro do contestado⁴¹⁸. O Tratado de Arbitramento foi assinado

⁴¹⁸ Um indício da influência de Goeldi sobre as negociações do contestado pode ser encontrado na recusa, por parte de Lauro Sodré, da proposta inicial de arbitragem, que incluía a criação de uma polícia bi-nacional temporária para coibir novos confrontos no território em disputa. Utilizando-se das informações repassadas por Goeldi nos seus relatórios confidenciais, em julho de 1896 Sodré manifestou-se duramente ao Ministro das Relações Exteriores contra a proposta da comissão policial, que, segundo o governador do Pará, iria anular o poder local dos brasileiros. Sodré via nessa comissão o reconhecimento brasileiro das pretensões francesas, ou seja, a legitimação do acesso de autoridades estrangeiras a um território que nunca haviam ocupado: “Daí o nosso reclamo, daí a grita, do Estado do Pará, contra a comissão mista, que a gente vê como um prenúncio da perda, ou como o primeiro passo para a divisão do território que deverá ver desagregar do solo paraense”. As cartas de Sodré mostram, de fato, o total desconhecimento que o governo federal tinha do território do contestado. Por exemplo, Sodré comenta sobre a recusa do governo em criar um consulado brasileiro em Caiena, proposta por ele em 1894, e sobre o parecer negativo dado pelo Ministério das Relações Exteriores à criação de uma linha de vapores federais na Guiana Brasileira, “porque no Amapá não havia brasileiros”. Isso ocorreu poucos meses antes do conflito de maio de 1895. Cf. Ofício de Lauro Sodré a Gabriel de Piza, Ministro Brasileiro em Paris. Belém, 7 de junho de 1896; e Ofício de Lauro Sodré a Carlos Augusto de Carvalho, Ministro das Relações Exteriores. Belém, 3 de julho de 1896. AHI, Arquivo Particular do Barão do Rio Branco, III- Questões de Limites, b) Amapá, Documentação, Lata 861, maço 2.

no Rio de Janeiro em 10 de abril de 1897 (Figura 74). No documento Brasil e França acordavam a decisão arbitral do governo da Confederação Suíça, que seria “convidado a decidir qual é o rio *Japoc* ou *Vicente Pinsão* [sic] e a fixar o limite interior do território” (Tratado..., 1897, p. 2). Como já mencionamos, o Brasil reconhecia o Oiapoque como limite natural, enquanto a França pretendia avançar a fronteira até Araguari. O árbitro deveria adotar um dos dois rios como limite, ou então indicar um dos rios localizados entre eles, o que abria a possibilidade da divisão igualitária do território (Tratado..., 1897, p. 4). Pelo tratado ambos os países deveriam habilitar o árbitro a proferir a sentença, municiando-o com uma memória, no prazo de oito meses após a ratificação do acordo, contendo a exposição dos direitos de cada um e os documentos comprobatórios. Findo esse prazo, uma segunda memória poderia ser apresentada por ambas as partes, também no prazo de oito meses, para as devidas réplicas. Após a apresentação da segunda memória, o árbitro decidiria a questão no prazo máximo de um ano (Tratado..., 1897, p. 6-8)⁴¹⁹.

Paralelamente às negociações diplomáticas, Goeldi colocou em campo todos os pesquisadores do Museu Paraense, com os objetivos de reunir dados para a defesa brasileira (em sensível desvantagem com relação à francesa em termos de conhecimento geográfico), de comprovar a atuação do Estado brasileiro na região contestada e de questionar uma das principais provas da diplomacia francesa, o livro *La France Équinoxiale*.

5.1.3 A produção científica do Museu Paraense sobre a Guiana Brasileira

Goeldi tinha consciência de que o livro de Coudreau devia ser questionado não apenas por relatórios e por uma possível atuação sua nos bastidores da disputa com a França, mas principalmente por trabalhos científicos que pudessem ser utilizados como contraprova aos argumentos do explorador francês. A posição brasileira requeria informações que atestassem o domínio científico sobre a área e corrigissem os supostos equívocos e deturpações de Coudreau. Assim, Goeldi acionou os pesquisadores do Museu Paraense, principalmente Jacques Huber e Friedrich Katzer, para começarem a publicar os

⁴¹⁹ A ratificação do tratado foi feita somente em 6 de agosto de 1898, o que estipulava automaticamente a data para a apresentação da primeira memória (abril de 1899), da segunda memória (dezembro de 1899) e da sentença final (dezembro de 1900).

resultados científicos das viagens de 1895 e 1896, conforme havia prometido nos seus relatórios confidenciais.

O primeiro trabalho, redigido por Huber, apareceu em outubro de 1896 nas páginas do *Boletim do Museu Paraense*, com o título de “Contribuição à geografia botânica do litoral da Guiana entre o Amazonas e o Rio Oiapoque”. Logo na introdução os leitores são informados de que se tratava da primeira contribuição científica sobre o assunto, posto que “as volumosas obras de Crevaux⁴²⁰ e de Coudreau contendo só notícias bastante vagas sobre a flora das regiões percorridas por estes exploradores conhecidos”, não poderiam ser consideradas referências válidas (Huber, 1896a, p. 382). Em seguida, Huber descreveu a fisionomia e a composição florística dos lugares percorridos, identificando as espécies pelos nomes científicos (cuidado que os exploradores franceses não tiveram).

Há nesse trabalho uma primeira tentativa de caracterizar as formações vegetais amazônicas, que notabilizaria o botânico suíço posteriormente. Assim, Huber não apenas realizou o inventário botânico da região percorrida, como também faz associações entre as espécies e o ambiente onde elas ocorrem. Por exemplo, florestas, campinas, capoeiras, cerrados e manguezais são descritos na sua composição florística, na sua estrutura arbórea e na sua disposição geográfica em relação uns aos outros, à topografia e ao clima⁴²¹. As formações vegetais foram comparadas entre si, assim como as localidades de Amapá e Cunani. No final do artigo, Huber também comparou “a vegetação do Contestado tal como ela se apresenta nas regiões por nós percorridas, com a vegetação dos países limítrofes, isto é, a Guiana de um lado e o Brasil do outro” (Huber, 1896a, p. 398-399). Ao caracterizar seis tipos de formação vegetal e associação florística comuns aos dois países, Huber engajou-se sub-repticiamente na disputa diplomática, pois, para ele, a parte *brasileira* do sistema costeiro norte-amazônico começava no Oiapoque⁴²².

Em 1897, ano em que Brasil e França chegaram a um acordo sobre a arbitragem suíça para o contestado, quatro trabalhos científicos do Museu Paraense sobre o Amapá

⁴²⁰ Jules Crevaux (1847-1882) foi outro explorador francês que percorreu o norte da Amazônia, nos anos 1877-1878, deixando obra singular sobre a região.

⁴²¹ A perspectiva teórica de Huber o aproxima de Eugen Warming (1841-1924), o famoso botânico dinamarquês que estudou a flora da Lagoa Santa, em Minas Gerais, com Peter Wilhelm Lund (1801-1880). Em 1895, Warming publicou a obra considerada por Acot (1990, p. 32) como fundadora da ecologia vegetal, *Plantensamfund. Gundtræk af den Ökologiske plantegeografi*, mais conhecida na sua tradução alemã, de 1896, *Lehrbuch der Oekologischen Pflanzengeographie*. As pesquisas de Huber sobre a fitossociologia amazônica já foram referidas em outro lugar (Sanjad, 2003b).

⁴²² As informações de Huber sobre os manguezais da costa amapaense são particularmente interessantes. O botânico foi certamente um dos primeiros cientistas a chamar atenção para a dinâmica desse ecossistema, principalmente para as transformações provocadas pelo avanço e recuo dos manguezais, bem como para a complexidade do sistema hidrográfico local (cf. Huber, 1896a, p. 396-397).

apareceram em diferentes revistas, sendo um de Aureliano Pinto de Lima Guedes, um de Katzer e dois de Goeldi. O primeiro foi apresentado em português nas páginas do *Boletim do Museu Paraense*. Tratava-se do relatório da segunda expedição de Guedes à Guiana Brasileira. Nesse trabalho o militar descreveu principalmente os pontos de coleta arqueológica, botânica, zoológica e geológica dos rios e ilhas que percorreu. Destacamos a descrição dos sítios arqueológicos e da cerâmica encontrada em cada um deles (Guedes, 1897).

Goeldi, por sua vez, divulgou na revista inglesa *Ibis* os resultados ornitológicos da primeira expedição (Figuras 75 e 76). Nesse trabalho, já aqui referido, o zoólogo descreveu as aves observadas e coletadas em cada trecho da viagem. Ao contrário de Huber, que procurou relacionar os ambientes visitados por ele com os similares da possessão francesa, Goeldi fez comparações com a avifauna de Belém e suas imediações. Cientificamente, a comparação seria interessante apenas se o autor tivesse analisado as diferenças na avifauna, e não chamado atenção para as semelhanças e outras curiosidades⁴²³. Mas, politicamente, era compreensível por demonstrar os vínculos entre o Museu Paraense e suas áreas de estudo. Em alguns trechos, Goeldi disfarça sua intenção de fazer de seu artigo *também* um instrumento de propaganda brasileira, ou melhor, de contrapropaganda francesa. Por exemplo, ao discorrer sobre a arara azul, o diretor do Museu Paraense relatou a crença local de que essa ave era migratória – fazendo questão de informar que os nativos eram “sem exceção brasileiros do Estado do Pará (pelo menos ao longo do Cunani e da região costeira mais ao norte)” (Goeldi, 1897h, p. 152). Mais adiante, quando descreveu sua chegada em Amapá, Goeldi afirmou que a vila “sofrera muito com a recente invasão armada de alguns soldados franceses e o subsequente massacre de 15 de maio de 1895” (Goeldi, 1897h, p. 160).

O geólogo Katzer usou do mesmo artifício no seu artigo sobre o distrito aurífero do rio Calçoene, intitulado “O distrito aurífero contestado da Guiana Brasileira” e publicado na revista *Oesterreichische Zeitschrift für Berg-und Hüttenwesen* (Jornal Austríaco de Mineração e Metalurgia). O título já trazia consigo uma interpretação para a contenda diplomática, sugerindo que o contestado tinha como pano de fundo a disputa pelo distrito aurífero do Calçoene, ou seja, deixava nas entrelinhas a intenção da França de se apropriar de uma região *brasileira*. Foi essa idéia que Katzer desenvolveu ao longo do texto,

⁴²³ Lembramos da crítica de Ihering à deficiência do conhecimento ornitológico da Amazônia, principalmente quando mencionou a falta de estudos sobre o papel do rio Amazonas como barreira biogeográfica (vide capítulo três).

abordando as condições geográficas, ecológicas e econômicas da região, com base em informações colhidas e repassadas por Goeldi. Um mapa foi anexado ao artigo delimitando o distrito aurífero e identificando as regiões limítrofes: Guiana Francesa e Guiana Brasileira, separadas pelo rio Oiapoque (Katzner, 1897).

O que o artigo de Katzner trazia de mais importante era uma análise da produtividade do distrito. Com base nos valores declarados de exportação, o geólogo concluiu que a riqueza mineral do distrito estava sendo exagerada e que em breve as lavras de aluvião iriam entrar em declínio. Além disso, pouco ou nada se sabia sobre as jazidas primitivas de metal e das probabilidades que o distrito oferecia para a mineração em rocha. Nesse sentido, seu artigo parecia querer desmotivar investidores, negociantes e aqueles que viam nas Guianas um futuro centro de exploração mineral, como Coudreau, repercutindo assim em um possível interesse francês pela região⁴²⁴.

O maior e mais importante trabalho do Museu Paraense sobre o contestado, publicado em 1897, foi o relato da primeira expedição, escrito por Goeldi. Ele foi divulgado na prestigiada revista alemã *Petermann's Geographischen Mitteilungen* (Comunicações Geográficas de Petermann), com o título “Uma expedição científica ao litoral sul da Guiana entre o Oiapoque e o Amazonas (de outubro a novembro de 1895)”, e incluindo um mapa (Figura 77). Aí estão as referências mais explícitas à Coudreau, bem como as críticas mais mordazes à sua obra. A primeira delas apareceu no segundo parágrafo, quando Goeldi, descrevendo sua chegada a Cunani, acrescentou uma nota sobre a grafia correta e a origem do nome do rio. Segundo o zoólogo, a questão era “indefinida” e alguns dos vocábulos indígenas apresentados por Coudreau não colaboravam “em nada para esclarecer a etimologia do nome do rio em questão” (Goeldi, 1897c, p. 60).

Mais adiante, Goeldi avisou o leitor que o objetivo de sua viagem não foi fazer estudos geográficos e levantamentos cartográficos. Possivelmente para afastar suspeitas de que seria mais um ‘agente político’ no contestado, alertou que sua preocupação – enquanto biólogo – havia sido coletar animais e vegetais. Contudo, no campo constatou a necessidade de elaborar uma nova carta, pois

(...) o material cartográfico levado era impreciso, insuficiente e superficial, mesmo se tratando de coisas secundárias, o qual infelizmente ainda tem *status* de melhor do que há e cuja origem se deve a pessoas que não faziam qualquer coisa que exigisse

⁴²⁴ Segundo o relatório confidencial de Goeldi ao governador Lauro Sodré, norte-americanos e ingleses já haviam introduzido dragas a vapor na região e havia previsão de novos investimentos estrangeiros no local.

esforço. Ficamos inabalavelmente convencidos – o que deve ser dito com todas as letras – de que quem quisesse tratar da cartografia dessa região costeira da Guiana, necessitaria começar do zero, sem utilizar quase nada do que atualmente existe como ponto de partida confiável (...). (Goeldi, 1897c, p. 61)

Assim, de uma só vez, Goeldi desqualificava o *Atlas* de Coudreau e a obra de Reclus sobre as Guianas, baseada nos mapas elaborados pelo explorador. Embora a referência a Coudreau não tenha sido explícita, ela se torna mais evidente no parágrafo seguinte:

Lamentamos muito poder dar um papel apenas secundário ao aspecto geográfico, mas não podemos fazer tudo ao mesmo tempo. Por causa do tempo não tivemos condição também de substituir os mapas errados por novos e melhores. (...) Quando dois autores dão informações tão diametralmente opostas sobre coisas que podem ser percebidas pelos sentidos e tocadas com as mãos, como é o caso das nossas, em relação às de outros viajantes, assim um dos dois tem de estar com a verdade e tais situações existem em quantidade incontável no presente caso. (Goeldi, 1897c, p. 61)

Pelo texto é possível concluir que Goeldi apresentava seu relato como uma leitura alternativa do ambiente natural do contestado, inteiramente distinta do relato de Coudreau e também mais confiável, uma vez que procurou indicar os supostos erros, omissões e deturpações do explorador francês. Por exemplo, quando tratou da população do Cunani, Goeldi usou de ironia para criticar a obra do explorador:

Assim, no Cunani, estávamos finalmente na primeira estação de nossa expedição à Guiana, e – como muitas pessoas gostam de declarar ao público de rua parisiense, que conhece Caiena só das folhas sensacionalistas da colônia e supõe-na antes na Cochinchina que na América do Sul – ‘d’jà au milieu des sauvages et de véritables Indiens’. (Goeldi, 1897c, p. 61)

A expressão era de Coudreau, que, segundo Goeldi, a utilizou para fantasiar seu relato e atrair leitores. O zoólogo, pelo contrário, identificou as suas fontes e ajudantes pelo nome e sobrenome (todos brasileiros). Também indicou a naturalidade e, quando possível, a data em que havia migrado para a região.

No relato de Goeldi são particularmente interessantes as longas descrições das cinco primeiras cachoeiras do Cunani, onde o zoólogo identificou animais, plantas e todos os moradores (brasileiros) da remota região. Em outro trecho descreveu o sistema de lagos e igarapés entre os rios Cunani e Cassiporé, segundo ele explorado pela primeira vez. Ainda assim, Goeldi encontrou espaço para criticar mais uma vez os mapas de Coudreau: o

rumo equivocado de uma picada, a identificação de um lago que não existia e a omissão completa de um importante conjunto de igarapés e lagos. No final do parágrafo arrematava com uma grave acusação:

Todavia, o autor mencionado mal pode ser levado a sério quanto a detalhes cartográficos sobre a zona em questão, visto que no Cunani qualquer um, com toda certeza, desmente que ele tenha alguma vez dado uma olhada nas redondezas, ao menos a meia hora de distância fora da localidade. Um golpe fatal sobre a credibilidade de tudo que ele desenha e escreve! (Goeldi, 1897c, p. 65)

No trecho em que descreve a sua penosa estadia em Amapá (onde grassava a malária) e a exploração do Lago Grande, novas investidas contra Coudreau foram feitas: a dissonância entre as cartas deste e outras fontes francesas⁴²⁵; a total inexatidão da extensão do Lago Grande⁴²⁶; e a falta de honestidade na sinonímia dos acidentes geográficos⁴²⁷. Contudo, o principal neste trecho era a condenação pública, feita pelo autor, das investidas francesas na Guiana Brasileira, seja a de 1836 ou a de 1895. A primeira havia custado ao Brasil “muitos dissabores e incômodos” (Goeldi, 1897c, p. 107). Quanto à segunda, havia deixado vestígios examinados pessoalmente por Goeldi:

Mais ao longe víamos o monturo fresco de destroços e restos de incêndio de outras 15 moradias humanas que foram reduzidas a cinzas por ocasião daquele massacre abominável de 15 de maio de 1895, realizado pelos marinheiros franceses enviados pelo então governador de Caiena, contra toda razão e sob flagrante quebra de tratado. (Goeldi, 1897c, p. 108).

Nesse sentido, o relato de Goeldi era um corajoso pré-julgamento das pretensões francesas e uma irreprimível tentativa de destruição da obra de Coudreau – publicada quando o explorador francês já estava trabalhando para o governo do Pará!⁴²⁸ Em um

⁴²⁵ “Não precisa ser nem grande geógrafo nem oficial marítimo profissional para se convencer facilmente e na hora de que o lado norte de Maracá fica bem exato com a foz do Amapá, numa e na mesma altura, igual ao que se pode ver em *Mouchez*. No primeiro olhar todos a bordo se certificaram disso” (Goeldi, 1897c, p. 107).

⁴²⁶ “[o mapa de Coudreau] deve dar aos não versados a impressão dum trabalho cuidadoso, encarado sob a ótica exata, [mas] revela-se como o contrário: na verdade não há no mesmo – isso precisa ser dito alguma vez – absolutamente nada confiável; nem um só ponto está no lugar certo” (Goeldi, 1897c, p. 108).

⁴²⁷ Goeldi condena, por exemplo, a identificação por Coudreau do “Lago dos Bagres” como “Lac des Bougres”, como se o batismo original do lugar tivesse sido feito em francês; ou que a origem do termo *tartaruga* (que identificava o rio Tartarugal) fosse tupi, como alegava Coudreau, e não românico, principalmente da Itália e de Portugal (Goeldi, 1897c, p. 109-110).

⁴²⁸ Ainda não foi explicado o motivo pelo qual Coudreau, em 1895, abandonou a missão que desempenhava para o governo francês em Cunani desde 1891. As razões podem estar ligadas a desentendimentos com as

relato de viagem convencional, o zoólogo suíço reuniu todos os elementos para desmoralizar Coudreau, de maneira coerente e articulada com os outros trabalhos científicos já mencionados. Os fins políticos do relato ficam ainda mais evidentes quando Goeldi o publicou pela segunda vez, em 1898, nos anais da Sociedade Naturalista de Sankt Gallen, ou seja, no seu país natal e sede da arbitragem do contestado. A nova versão trazia poucos, mas fundamentais acréscimos para avaliarmos as intenções e o grau de envolvimento de Goeldi no contestado, como a nota inicial do texto, reproduzida integralmente abaixo:

No afã de encher obras volumosas sobre essa região mítica com fantasias e disparates verbais, as quais, após termino da leitura, não deixam quase nada mais que um torpor indefinido, um francês novo e conhecido que escreve sobre viagens realizou coisas deveras incríveis. Tomara que o futuro o julgue pra valer, como ele merece. O que ele quer apresentar às pessoas nas obras mencionadas com o nome de “Geografia” é na maior parte superficial e mesmo falso. O que ele oferece aos contemporâneos em termos de “Ciências Naturais” é em essência de nível primário ou até errado. Suas informações históricas são de tal maneira absurdas, que seu proceder se iguala logo a um falseamento, e o que diz em termos sócio-políticos é dum colorido tão ousado e tendencioso, que um leitor sério necessariamente se sentirá repugnado. Não precisa nem ser brasileiro para ficar, com justiça, encolerizado com tais elaborações. Se esse senhor ao menos quisesse por fim entender que a política colonialista francesa e a geografia são duas coisas completamente diferentes, que nada têm a ver uma com a outra, e que esta última, como ciência da maior seriedade, tem de protestar contra a tentativa de obrigá-la a apadrinhar produtos que deixam reconhecer com tanta clareza o objetivo disfarçado de fazer propaganda política – poderia ser que acontecesse uma tentativa dessas também em missão oficial e ministerial. (Goeldi, 1898e, p. 98-99)

O objetivo da nota era evidente: associar a obra de Coudreau à política colonial francesa, o que significava invalidar as pretensões científicas e o rigor das informações passadas pelo explorador. No entanto, Goeldi precisou garantir que o mesmo argumento não seria utilizado contra seu relato de viagem, o que fez apelando para sua cidadania suíça e pronunciando sua neutralidade: “Para não dar à alta diplomacia qualquer motivo a notas

autoridades de seu país ou de Caiena, bastante comuns desde a primeira missão de Coudreau, em 1883, e ao conflito de maio de 1895. Essa reviravolta certamente beneficiou o Brasil, tanto que o Barão do Rio Branco fez questão de incluir, na segunda memória apresentada ao governo suíço (dezembro de 1899), duas declarações de Coudreau nas quais revê suas “velhas idéias”. Na primeira, extraída de um jornal que defendia a causa brasileira, publicado em Paris (*Le Brésil*), o explorador afirmava que “em razão dos recentes atos do governo de Caiena no território do contestado, o governo francês reconheceu que estava inteiramente errado [s’est mis complètement dans son tort]. Diante de uma arbitragem, não há mais dúvidas de que o Brasil ganhará a causa”. Na segunda, extraída do mesmo jornal, Coudreau descreveu os estragos feitos pelas tropas francesas em Amapá, informando que o governo francês havia sido enganado pelo governador de Caiena (Charvein) e seus cúmplices; que o motivo do ataque havia sido “vingança pessoal”; que ele próprio havia sido ameaçado de prisão por Charvein e fora salvo, juntamente com sua esposa, por uma embarcação enviada pelo governador do Pará a Cunani (Rio Branco, 1899, tomo III, p. 387-389).

diplomáticas, nosso pessoal genuinamente internacional acertou rapidamente que deveriam ser aplicados os toques de trompete usados no serviço militar suíço”. Goeldi complementou explicando aos seus conterrâneos o que era o contestado entre o Brasil e a França, bem como recomendando o livro de Caetano da Silva (*L'Oyapock et l'Amazonie*) como a “melhor fonte de informação sobre a questão das fronteiras (...)” (Goeldi, 1898e, p. 109).

Há, ainda, dois outros trechos incluídos apenas na versão suíça do relato, igualmente importantes como argumentos anti-franceses de Goeldi. O primeiro aparece quando o zoólogo compara sua experiência com a de Coudreau, após descrever os perigos e as coletas científicas realizadas nas cachoeiras do rio Cunani. Segundo Goeldi,

Ainda hoje é muito fácil elaborar descrições romanescas sobre o discutível litoral da Guiana, pois são poucos os críticos que poderiam ficar incomodados, podendo estes ser mantidos em xeque e sobrepujados ainda por um bom tempo pelo apoio de sociedades geográficas, folhas colonialistas e pessoas com nomes importantes! A sentença ‘calumniare audacter’⁴²⁹ encaixa-se aqui de modo surpreendente. (Goeldi, 1898e, p. 146)

O segundo trecho é um adendo bastante emotivo ao parágrafo no qual Goeldi condena o “massacre” de maio de 1895, referido anteriormente:

Por todo lugar ainda se podem sentir os vestígios daquela mácula da história colonial recente da França, em vigas reduzidas a carvão, telhados queimados, venezianas arrombadas, bem como em incontáveis furos de balas nas paredes das casas e da igreja de volta para o porto. Eu acredito firmemente que em qualquer francês que pense no direito, tão bem quanto em mim, que não pertencem a nenhuma das nações em conflito, romperia a pergunta indignada, diante da vala comum do novo cemitério do Amapá, fora da vila, em que se encontram corpos de numerosas mulheres, crianças, anciãos e doentes: ‘Quem tem, afinal de contas, a culpa nesse escândalo monstruoso, que é um tapa na cara da civilização de nosso século?’ (Goeldi, 1898e, p. 160)

Nenhum outro texto originado do Museu Paraense se igualaria ao relato de Goeldi em termos de uma profunda união entre política e ciência. Contudo, a produção científica da instituição sobre a Guiana Brasileira não findou nessa verdadeira arma diplomática fabricada pelo diretor do museu. Ela se estendeu pelos anos de 1898, 1899 e 1900, até a divulgação da sentença do presidente da confederação helvética. Por exemplo, no mesmo

⁴²⁹ *Audacter calumniare, semper aliquid haret*, “Caluniar com audácia: alguma coisa sempre fica”. Agradeço a João Batista Poça da Silva pela informação sobre o provérbio latino.

ano em que o relato de Goeldi apareceu na Suíça com sua roupagem mais agressiva, o *Boletim do Museu Paraense* divulgou três outros trabalhos relacionados à Guiana Brasileira, em um mesmo número. Os autores eram Goeldi e Huber.

Da lavra do zoólogo saíram um artigo sobre “O estado atual dos conhecimentos sobre os índios do Brasil, especialmente sobre os índios da foz do Amazonas, no passado e no presente” (Goeldi, 1898h)⁴³⁰; e um catálogo dos peixes que ocorrem na Amazônia, intitulado “Primeira contribuição para o conhecimento dos Peixes do vale do Amazonas e das Guianas” (Goeldi, 1898a). Quanto a Huber, divulgou a coleção de plantas feita na segunda expedição do tenente-coronel Lima Guedes, com destaque para a descrição de um gênero (*Dipterosiphon*), oito espécies e duas variedades novas para a ciência (Huber, 1898a). Em 1899, uma nova descrição da espécie *Dipterosiphon spelaicicola*⁴³¹ aparecia no *Bulletin de l'Herbier Boissier*, revista botânica da Suíça, com a indicação explícita, no título, de que se tratava de planta coletada na Guiana Brasileira (Huber, 1899a).

Huber publicaria, ainda, um trabalho sobre as origens ecológicas dos campos da Amazônia inferior, que incluía a Guiana Brasileira e o Marajó. As informações sobre a Guiana foram retiradas parcialmente do seu primeiro trabalho sobre a região, já referido, e analisadas conjuntamente com as formações vegetais das ilhas localizadas na foz do grande rio. O trabalho foi publicado nos anais do primeiro Congresso Internacional de Botânica, realizado simultaneamente à Exposição Universal de Paris, em outubro de 1900 (Huber, 1900a).

Quanto a Goeldi, sua principal publicação depois do relato da viagem foi “Escavações arqueológicas em 1895. Executadas pelo Museu Paraense no Litoral da Guiana Brasileira entre Oiapoque e Amazonas” (Figuras 78 a 81). Com esse trabalho, lançado em 1900, Goeldi inaugurou uma nova coleção seriada da instituição, as *Memórias do Museu Paraense de História Natural e Etnografia* (Goeldi, 1900i).

O livro, em grande formato e com quatro estampas cromolitográficas, descreveu a descoberta arqueológica realizada na vila de Cunani e as cerâmicas ali encontradas. Goeldi também discorreu sobre a significação das cavernas subterrâneas e artificiais para os antigos índios Cunani e comparou a cerâmica local com a tipologia empregada por João

⁴³⁰ O texto era, na verdade, a versão escrita de uma conferência de Goeldi pronunciada em 7 de dezembro de 1896, no Museu Paraense, quando apresentou publicamente as cerâmicas coletadas em Cunani.

⁴³¹ O gênero é atualmente considerado sinônimo júnior de *Campylosiphon purpurascens* Benth. Quanto às espécies, todas estão válidas, embora algumas delas tenham sido renomeadas: *Paepalanthus bulbifer*, *Paepalanthus maracanus*, *Lühea parvifolia*, *Clusia guedesiana*, *Acisanthera rosulans*, *Siphanthera paraensis*, *Schulthesia apiculata* e *Arrabidaea mazagana*.

Barbosa Rodrigues para analisar os vestígios da necrópole Miracangüera, descoberta por ele no Amazonas. As críticas a Coudreau começam logo no primeiro parágrafo do livro, quando uma nota de rodapé se refere a uma descoberta arqueológica feita anteriormente e relatada no “volumoso porém não muito substancial livro de H. Coudreau” (Goeldi, 1900i, p. 5). Elas também ocorrem no item sobre a provável origem dos índios Cunani (para Coudreau, Tupi; para Goeldi, Aruaque), quando então Goeldi estuda a etimologia dos termos indígenas que designavam vilas e acidentes geográficos da Guiana. O zoólogo finalizou seu estudo afirmando que pretendia colocar-se “ao lado dos trabalhos anteriores de Hartt, Ferreira Penna, Ladislau Netto e Barbosa Rodrigues”, ou seja, da linhagem de autores que deu início aos estudos sistemáticos sobre arqueologia brasileira. Por outro lado, mais uma vez deslocou a obra de Coudreau (e nesse caso também a de Crevaux) ao assegurar que seu estudo científico era o “primeiro e único existente” sobre os índios do litoral guianense (Goeldi, 1900i, p. 43).

Excetuando as conferências de Goeldi ministradas na Europa e depois publicadas em revistas e jornais de divulgação científica, a ser comentadas no próximo item, a produção científica do Museu Paraense sobre a Guiana Brasileira, entre 1896 e 1900⁴³², soma doze trabalhos originais, dentre relatos de viagem, estudos ecológicos, botânicos, zoológicos, geológicos, arqueológicos e etnográficos, além da produção cartográfica e fotográfica. A foz do Amazonas (Amapá e Marajó) foi a área geográfica mais estudada pelos cientistas do Museu Paraense no final do século XIX. Nenhuma outra região da Amazônia seria perscrutada com tamanha regularidade e atenção, motivo pelo qual afirmamos e procuramos demonstrar a estreita vinculação entre esses estudos e o contestado do Amapá⁴³³.

Contudo, a participação de Goeldi no Contestado não findou aí. Após a ratificação do Tratado de Arbitramento, em agosto de 1898, o zoólogo seria convocado para atuar juntamente com o Barão do Rio Branco no caso.

⁴³² Alguns estudos de Huber se prolongariam pela década de 1900. Ducke e Hagemann, contratados somente no final de 1899, também excursionariam pela foz do Amazonas no mesmo período, este estudando a fauna da ilha de Mexiana, aquele coletando vespas e abelhas no Amapá.

⁴³³ O sucesso dessas investigações e da iniciativa diplomática brasileira na defesa do território da antiga Guiana meridional motivou uma nova concentração geográfica de atividades do Museu Paraense nos anos 1903 e 1904, mas desta vez em direção ao rio Purus, onde o Brasil negociava suas fronteiras com a Bolívia. Duas grandes expedições foram organizadas pelo museu, de maio a outubro de 1903 e de março a maio de 1904, cujos resultados científicos – não tão numerosos quanto no caso do Amapá – apareceram até o final da década de 1900.

5.1.4 *Emílio Goeldi e o Barão do Rio Branco*

O ministro plenipotenciário do Brasil nomeado para o contestado com a França foi José Maria da Silva Paranhos, o Barão do Rio Branco (1845-1912). Ele vinha de uma bem sucedida experiência diplomática, a chamada questão das Missões, uma outra secular disputa territorial entre o Brasil e a Argentina que solucionara em 1895 sob o arbitramento do presidente dos Estados Unidos da América, Grover Cleveland (Ricupero, 2002; Carvalho, 1959).

No seu novo caso, Rio Branco agiu com a mesma eficiência e tenacidade que o distinguiram na defesa dos interesses brasileiros no sul do país. Iniciou o trabalho orientando o governo na negociação do Tratado de Arbitramento, principalmente no que se refere à interpretação do Tratado de Utrecht. Em seguida, foi encarregado de efetuar a pesquisa e redigir as memórias que deveriam legitimar o pleito brasileiro, missão que, no dizer de Ricupero (2002, p. 64-65), exigiu “trabalho infatigável, exaustivo, buscas incessantes de mapas e velhos alfarrábios, noites sem dormir, corrida frenética para terminar, imprimir e entregar dentro dos prazos a primeira memória e a réplica”.

A pesquisa histórica e geográfica era, desde cedo, um assunto de grande interesse para Rio Branco. Nesse sentido, ao longo de sua carreira o diplomata procurou aliar sua devoção ao conhecimento, que lhe deu uma erudição pouco comum entre seus colegas, com a necessidade de fazer do conhecimento um instrumento de política, como requeriam as várias questões fronteiriças nacionais (Lins, 1945; Sardenberg, 2002). As qualidades de Rio Branco enquanto investigador e diplomata também fizeram com que mantivesse uma interlocução com políticos, intelectuais e cientistas da época, dentre os quais os mais estudados são Euclides da Cunha, Rui Barbosa e Joaquim Nabuco (Cardim e Almino, 2002).

Goeldi também foi um desses homens ilustrados de quem Rio Branco fez questão de se aproximar. Logo após a ratificação do Tratado de Arbitramento, em agosto de 1898, Goeldi foi solicitado para servir à causa brasileira na Europa, sob as ordens do barão. Àquela altura, já eram evidentes as vantagens de mantê-lo como assessor, uma vez que conhecia pessoalmente a área em litígio, era um cientista relativamente conhecido na Europa (principalmente a de cultura germânica) e possuía cidadania suíça, ou seja, estava apto a auxiliar nos trabalhos investigativos, a dirimir dúvidas e a manter contatos com seus compatriotas sobre o contestado.

No início de outubro de 1898, Goeldi partiu com a família para a Europa. A justificativa oficial do afastamento foi sua “saúde alterada”, conforme consta no relatório administrativo desse ano (Huber, 1901a, p. 101). Contudo, assim que se estabeleceu em Berna, Goeldi enviou uma carta a Rio Branco, a essa altura residindo em Paris para efetuar as pesquisas históricas e geográficas, colocando-se “inteiramente à disposição” do diplomata e pondo-se no aguardo das ordens do barão: “Peço que V. Excia. me determine com toda franqueza gênero e modo do meu trabalho, esclarecendo-me sobre a maneira pela qual poderei tornar-me útil às instruções de V. Excia.”. Goeldi também garantiu que iria agir com a “máxima reserva relativamente ao fundo da minha vinda” e justificou sua opção de fixar moradia em Berna, e não em Paris, conforme lhe havia sido solicitado. Segundo o zoólogo, a vida em Paris era mais cara e sua esposa precisava tratar-se com um famoso médico local⁴³⁴.

Nos primeiros dias de 1899, Goeldi avisava a Rio Branco que, em razão da saúde debilitada pelo rigoroso inverno suíço, ainda não havia conseguido partir para a França a fim de manter contatos pessoais com o diplomata. Confirmava o recebimento das instruções e afirmava que seriam “estritamente observadas”: “Tudo que empreendi aqui desde então acha-se exatamente naquela linha de conduta e espero poder prestar contas a V. Excia. oralmente das providências e passos dados”⁴³⁵. Não nos é possível conhecer que tipo de instrução foi passada a Goeldi, pois os missivistas evitavam, de início, registrar em papel informações que pudessem denunciar a atuação de Goeldi em favor do governo brasileiro.

Contudo, pela documentação disponível, podemos inferir que uma das tarefas do diretor do Museu Paraense foi escolher a tipografia e levantar os custos de impressão da primeira memória do governo brasileiro. O próprio zoólogo escreveu na sua carta de 3 de janeiro: “Não perdi de vista a recomendação de procurar uma tipografia capaz”⁴³⁶. Onze dias depois, uma nova carta dava a procura por encerrada, sendo indicada a firma Jent & Cie., Buchdruckerei. Segundo Goeldi, era a tipografia que melhor perspectiva oferecia para executar o serviço com rapidez e preços razoáveis. Além disso, Goeldi afirmou que a “casa” garantia “absoluta discricção e não há perigo que possa nascer da circunstância que o

⁴³⁴ Carta de Emílio Goeldi ao Barão do Rio Branco. Berna, 9 de dezembro de 1898. AHI, Arquivo Particular do Barão do Rio Branco, I- Correspondência, Lata 825, maço 1, pasta 32.

⁴³⁵ Carta de Emílio Goeldi ao Barão do Rio Branco. Berna, 3 de janeiro de 1899. AHI, Arquivo Particular do Barão do Rio Branco, I- Correspondência, Lata 825, maço 1, pasta 32.

⁴³⁶ Carta de Emílio Goeldi ao Barão do Rio Branco. Berna, 3 de janeiro de 1899. AHI, Arquivo Particular do Barão do Rio Branco, I- Correspondência, Lata 825, maço 1, pasta 32.

‘Bund’ (o jornal o mais respeitado aqui na capital e principalmente lido pelas altas autoridades e os membros do parlamento) é impresso na mesma casa”. Ao final, Goeldi tranqüiliza o barão afirmando que, apesar da data para apresentação da memória estar próxima (abril), o “terreno acha-se preparado pelo lado técnico e orçamentário”⁴³⁷.

Outra tarefa de Goeldi, discernível nas fontes consultadas, foi circular pela comunidade acadêmica e científica da Suíça, freqüentando museus, universidades e academias. O objetivo era divulgar as pesquisas do Museu Paraense e fazer uma propaganda positiva do governo brasileiro, sem, contudo, falar abertamente sobre o contestado. Por exemplo, ainda em dezembro de 1898 Goeldi esteve trabalhando no Museu de História Natural de Berna e proferiu, na Sociedade de Ciências Naturais, a palestra “Roedores novos do Brasil”⁴³⁸. Em 14 de janeiro, na mesma sociedade, o tema abordado foi “A fauna dos peixes da região amazônica”⁴³⁹, palestra da qual Rio Branco foi devidamente informado: “Dispondo de amplo material demonstrativo em desenhos originais coloridos, tenho a certeza de entreter útil e agradavelmente o seletor público, do qual se constitui a dita corporação”⁴⁴⁰.

Duas outras palestras foram proferidas na Sociedade de Ciências Naturais de Berna. Ainda no inverno de 1899, Goeldi falou sobre as “Grandiosas migrações de borboletas no vale amazônico”, quando descreveu o fenômeno do *paná-paná*, ou seja, da reunião e revoada de milhares de borboletas da família Pierides, em Belém, no rio Capim e na Guiana Brasileira⁴⁴¹. No dia 27 de maio de 1899, Goeldi complementava sua comunicação sobre os peixes amazônicos em uma nova palestra (Kostanecki, 1901).

No final do mês de junho, Goeldi apresentou-se diante da Sociedade de Geografia de Berna, durante uma jornada acadêmica organizada para a inauguração do Instituto

⁴³⁷ Carta de Emílio Goeldi ao Barão do Rio Branco. Berna, 14 de janeiro de 1899. AHI, Arquivo Particular do Barão do Rio Branco, I- Correspondência, Lata 825, maço 1, pasta 32.

⁴³⁸ Cf. Carta de Emílio Goeldi ao Barão do Rio Branco. Berna, 3 de janeiro de 1899; e Carta de Emílio Goeldi ao Barão do Rio Branco. Berna, 14 de janeiro de 1899. AHI, Arquivo Particular do Barão do Rio Branco, I- Correspondência, Lata 825, maço 1, pasta 32.

⁴³⁹ Como mencionamos anteriormente, em dezembro de 1898 Goeldi publicou no *Boletim do Museu Paraense* seu primeiro estudo sobre os peixes da região amazônica (Goeldi, 1898a). Em sua palestra de janeiro de 1899 o zoólogo certamente utilizou-se desse trabalho e aproveitou a ocasião para divulgar a própria revista do Museu Paraense, que trazia outros dois estudos sobre a Guiana Brasileira.

⁴⁴⁰ Carta de Emílio Goeldi ao Barão do Rio Branco. Berna, 14 de janeiro de 1899. AHI, Arquivo Particular do Barão do Rio Branco, I- Correspondência, Lata 825, maço 1, pasta 32.

⁴⁴¹ A palestra foi publicada com inúmeras fotografias em vários jornais e revistas, como *Die Schweiz* (Zurique), *Mitteilung der Naturforschenden Gesellschaft in Bern* (Berna), *Prometheus* (Berlim), *Jornal do Commercio* (Rio de Janeiro, com tradução de João Capistrano de Abreu) e *Boletim do Museu Paraense*. Ver, respectivamente, Goeldi (1900j, 1900k, 1902j, 1902l, 1904d). Nas revistas de Zurique e Berna, a publicação foi feita antes da divulgação da sentença do presidente da Confederação Suíça.

Zoológico da universidade local. Ali discursou sobre as “Maravilhas da Natureza na Ilha de Marajó (Rio Amazonas)”, quando conduziu o “numeroso e seletivo auditório” em uma viagem imaginária pela famosa ilha, percorrendo campos e florestas e apontando os animais que ali habitam. A palestra foi feita com o auxílio de um “mapa do Estado do Pará, em grande escala” e “considerável número de vistas fotográficas originais” (Goeldi, 1902m, p. 370). Goeldi também divulgou as pesquisas realizadas na ilha pelo Museu Paraense⁴⁴².

Os esforços de Goeldi no sentido de tornar público seu conhecimento sobre a Amazônia, e particularmente sobre a foz do Amazonas, surtiram os efeitos desejados. Em 19 de maio de 1899, pouco mais de um mês depois da entrega oficial da primeira memória histórica e geográfica pelos governos francês e brasileiro, Goeldi foi chamado à presença de Eduard Müller (1848-1919), o presidente da Confederação Suíça em 1899⁴⁴³. A conversa durou uma hora e meia e o diretor do Museu Paraense a relatou a Rio Branco numa carta de 11 de junho. Inquirido pelo diplomata sobre sua impressão da conversa, Goeldi respondeu: “Foi a melhor possível: depois de uma conversa toda cordial que pouco menos de 1 ½ hora durou, separei-me do Presidente, agradecido e satisfeito da amabilíssima recepção, convencido também de que a entrevista seria útil e proveitosa aos interesses do Brasil”. Goeldi não quis dar os detalhes, uma vez que preferia fazer isso “oralmente”, mas adiantou que o Presidente estudava pessoalmente a questão “com paciência e afincado” e que dera

(...) provas eloqüentes de inteligente penetração no meio deste complicado cipóal e um verdadeiro alívio causou-me a observação, que mediante os seus próprios meios intelectuais ele tende a chegar a encarar certos pontos principais de um modo que justificam a nossa esperança e confiança na formação de uma opinião favorável. (...)

⁴⁴² Essa palestra também foi publicada com ilustrações em várias revistas e jornais: *Die Schweiz* (Zurique), *Jornal do Commercio* (Rio de Janeiro, também em tradução de João Capistrano de Abreu) e *Boletim do Museu Paraense*. Ver, respectivamente, Goeldi (1900g, 1902n, 1902m). Em 1900, a revista *Die Schweiz* publicou – no mesmo volume – um terceiro estudo de Goeldi, o qual não pudemos comprovar se foi originado de uma palestra. Trata-se de um excerto da memória sobre a descoberta arqueológica realizada em 1895, na vila de Cunani, já referida. O título é “Cavernas funerárias artificiais de índios hoje extintos da Guiana do sul e a cerâmica ali encontrada”. Sete ilustrações foram divulgadas, provavelmente as mesmas que apareceram na memória (Goeldi, 1900l).

⁴⁴³ O governo suíço (poder executivo) era formado por alguns membros eleitos pela Assembléia Federal para um período administrativo de quatro anos. Esses membros formavam o Conselho Federal. O presidente da Confederação era eleito dentre os conselheiros pelas câmaras reunidas que formavam a Assembléia, para um mandato rotativo de apenas um ano. O presidente, como em todo sistema parlamentarista, se encarregava de certas tarefas de representação política. Por esse motivo, ele acumulava a chefia do Departamento de Políticas Federais, atualmente chamado Departamento Federal de Assuntos Estrangeiros. Nesse sentido, o processo de arbitragem da Guiana Brasileira estava nas mãos de Müller, membro do Conselho Federal desde 1895 (cf. Aerni, 1992c).

creio não enganar-me augurando o merecido sucesso aos inauditos esforços de V. Excia., pelo menos em relação à pessoa do atual Presidente⁴⁴⁴.

A linguagem de Goeldi era genérica, quase cifrada, como convém aos assuntos sigilosos. Contudo, a documentação suíça sobre a questão revela que Goeldi, durante a conversa com Müller, relatou pormenorizadamente sua viagem à Guiana Brasileira, aproveitando também a oportunidade para apresentar sua posição sobre o assunto. Segundo Aerni (1992c), Goeldi teria externado a Müller a idéia de que “o território do Amapá deveria pertencer para sempre ao Brasil”.

Além das palestras e dos contatos políticos, o diretor do Museu Paraense auxiliou Rio Branco na redação da primeira memória brasileira, como comprova uma carta de 20 de fevereiro de 1899. Apesar da pneumonia de que convalescia, Goeldi avisou ao barão de que havia tomado providências junto à gráfica para que esta utilizasse corretamente os tipos portugueses e espanhóis (ã, õ, ñ). Também respondeu às dúvidas de Rio Branco relacionadas à interpretação de mapas da Guiana Brasileira, como a existência de colônias agrícolas e a sinonímia dos acidentes geográficos (por exemplo, o lago “Traillourde” dos franceses seria o “nome estropiado de Tralhote”). Do mesmo modo, Goeldi deu informações sobre a população da Guiana Brasileira e o número de “estrangeiros” (franceses) ali residentes⁴⁴⁵.

A partir de junho, cessa a correspondência entre Goeldi e Rio Branco em 1899, pois este já havia se transferido para Berna. Isso dificulta o rastreamento das atividades de Goeldi na Suíça até o seu regresso para o Brasil, em outubro. Mas, como veremos, o zoólogo ali permaneceu com uma missão muito específica. Aerni (1992c, s.d.a) comenta, por exemplo, que Goeldi manteve vários contatos com professores das Universidades de Berna, Zurique e Basileia, da Escola Politécnica Federal em Zurique e do Jardim Zoológico da Basileia⁴⁴⁶. Somente depois desses contatos o zoólogo deu por encerrada sua missão na Suíça.

⁴⁴⁴ Carta de Emílio Goeldi ao Barão do Rio Branco. Berna, 11 de junho de 1899. AHI, Arquivo Particular do Barão do Rio Branco, I- Correspondência, Lata 825, maço 1, pasta 32.

⁴⁴⁵ Carta de Emílio Goeldi ao Barão do Rio Branco. Berna, 20 de fevereiro de 1899. AHI, Arquivo Particular do Barão do Rio Branco, I- Correspondência, Lata 825, maço 1, pasta 32. Juntamente com essa carta, Goeldi enviou ao barão um exemplar do *Boletim do Museu Paraense* que contém os três trabalhos já referidos sobre a Guiana Brasileira, chamando a atenção para o mapa ali publicado dos rios Maracá e Anauerá-Pucú.

⁴⁴⁶ Lembramos que, por meio desses contatos, três novos funcionários do Museu Paraense foram contratados, Karl von Kraatz-Koschlau, Gottfried Hagmann e Adolpho Ducke (ver capítulo dois).

Goeldi desembarcou em Belém, após um ano de ausência, no início de novembro de 1899. No relatório administrativo que redigiu ao governador do Pará, informou que havia demorado a regressar de sua “comissão de caráter científico” em razão de uma “grave doença” que o acometera na Suíça (Goeldi, 1901a, p. 105). De volta ao Brasil e devidamente curado, o diretor do Museu Paraense prestou contas das atividades realizadas pela instituição no ano findo e retomou os projetos suspensos.

Contudo, mal desembarcara, Goeldi foi novamente chamado por Rio Branco, que se sentiu incomodado pelo fato do zoólogo ter partido sem sua prévia autorização. Em 2 de janeiro de 1900, Rio Branco escreveu ao governador do Pará, José Paes de Carvalho, pedindo explicações sobre o regresso de Goeldi. Paes de Carvalho respondeu da seguinte forma:

Não foi a chamado meu que o Dr. Goeldi voltou de Berna, para onde eu o tinha mandado, em missão reservada, para ficar ao serviço de V. Ex. Infelizmente incômodos de saúde e prejuízos nos seus interesses, que ele não soube bem garantir nas condições que estipulou e que eu aceitei sem discussão, forçaram-no a regressar sem consulta prévia, não sem ter prestado aí mesmo alguns serviços à causa que V. Ex. tão brilhantemente defende⁴⁴⁷.

Em seguida, para contemporizar a atitude de Goeldi, Paes de Carvalho enumerou parte dos serviços prestados pelo zoólogo – dando-nos a exata dimensão da tarefa dada a ele por Rio Branco em meados de 1899. A missão foi simples, mas exige uma explicação prévia: quando o presidente Müller recebeu as primeiras memórias do Brasil e da França, decidiu nomear uma comissão secreta de peritos suíços para analisar a disputa e emitir um parecer. A intenção de Müller era dar a um julgamento político o caráter de uma polêmica científica, que deveria ser embasada em argumentos racionais, mapas e fontes históricas reunidas por ambos os países. A tarefa não era simples, pois, se do lado brasileiro Rio Branco esmerava-se nos seus estudos, do lado francês o principal orquestrador das fontes era o geógrafo Paul Vidal de La Blache (1845-1918), fundador da revista *Annales de*

⁴⁴⁷ Carta de José Paes de Carvalho ao Barão do Rio Branco. Pará, 6 de fevereiro de 1900. AHI, Arquivo Particular do Barão do Rio Branco, I- Correspondência, Lata 818, maço 2, pasta 21. Cabe ressaltar que, em 3 de agosto de 1899, o sétimo e último filho de Goeldi nascera em Berna, após uma gravidez problemática de sua esposa. E em 19 de agosto, Eugen Meyer, sogro do cientista, faleceu repentinamente no Rio de Janeiro (Aerni, s.d.a). Esses fatos da vida pessoal, juntamente com o alto custo de vida na Europa, devem ter levado o zoólogo a decidir pelo imediato regresso ao Brasil, partindo de Berna no início de outubro.

Geographie e cientista de grande prestígio internacional⁴⁴⁸. Müller, portanto, cometeu um ato de prudência ao levar o contestado para dentro da universidade suíça.

Essa decisão deu alguma vantagem para o Brasil na disputa com a França, pois Rio Branco imediatamente acionou Goeldi – um suíço acima de qualquer suspeita – para descobrir quais eram os professores universitários que assessoravam Müller. E Goeldi, de fato, identificou dois peritos por meio de seus contatos: Otto Stoll (1849-1922), professor de geografia política e etnografia da Universidade de Zurique, e Johann Jakob Früh (1852-1938), professor de geografia física na Escola Politécnica Federal em Zurique. Segundo Paes de Carvalho, Goeldi

(...) com eles entrou em discretas relações, ministrando-lhes informações e esclarecimentos que considero de algum valor. Daqui mesmo tem continuado uma correspondência ativa no mesmo sentido, esclarecendo certas dúvidas, a meu ver com felicidade, entre as quais a que se refere ao nome Oyapoc, que absolutamente não pode ter o mesmo sentido que lhe atribuem os árbitros franceses⁴⁴⁹.

Conforme Paes de Carvalho explica na carta, os franceses tentaram identificar o “rio de Vicente Pinzón” a vários cursos d’água na foz do Amazonas, como o Araguari (hipótese mais difícil de sustentar) e o Oiapucú (Guaiá-pucú ou Yapucú)⁴⁵⁰, cujo nome poderia ser facilmente confundido com Oiapoque (Yapoc). Segundo Paes de Carvalho, Goeldi foi consultado por Stoll sobre o assunto, respondendo que o Oiapucú nunca havia sido considerado rio ou igarapé, sendo um insignificante curso d’água. Além disso, o zoólogo teria feito uma longa digressão sobre a etimologia das palavras *Oyapok* e *Oyapucú*, demonstrando seus significados distintos e contrastantes com as fontes históricas⁴⁵¹. Também teria enviado “grande cópia de livros e documentos que lhe tem sido

⁴⁴⁸ La Blache transformou os *Annales* em veículo de divulgação da documentação francesa sobre o assunto. Ver, por exemplo, o oitavo volume (1898), no qual o geógrafo assina o artigo “Le contesté franco-brésilien en Guyane” (cf. Romani, 2003, p. 36).

⁴⁴⁹ Carta de José Paes de Carvalho ao Barão do Rio Branco. Pará, 6 de fevereiro de 1900. AHI, Arquivo Particular do Barão do Rio Branco, I- Correspondência, Lata 818, maço 2, pasta 21.

⁴⁵⁰ Furo que corre no norte da ilha do Marajó, no município de Chaves, interligando as águas do Amazonas com as do rio Ganhoão. Na Amazônia, o termo *furo* é utilizado para designar canais naturais que interligam rios. Ao identificar esse furo com o ‘rio de Vicente Pinzón’, os franceses deixaram clara a intenção de se apropriar de toda a foz do Amazonas, incluindo o Marajó.

⁴⁵¹ Essas informações muito nos ajudam a ler alguns trabalhos de Goeldi escritos no contexto da disputa territorial com a França. Por exemplo, na sua palestra sobre a ilha do Marajó, Goeldi propôs-se a falar sobretudo sobre o “Norte da ilha [onde corre o furo Oiapucú], que é quase desconhecido e muito mais difícil de atingir”, recomendando também alguns trabalhos do Museu Paraense (Goeldi, 1902n, p. 371). Já na memória sobre a cerâmica de Cunani, Goeldi faz um extenso arrazoado – um tanto deslocado do teor geral do texto – sobre a etimologia dos principais rios, igarapés e furos (incluindo o Oiapucú) que correm na costa da Guiana Brasileira e no Marajó (Goeldi, 1900i).

pedidos pelos referidos peritos e agora mesmo acaba de concluir um trabalho sobre Arqueologia e Cerâmica do contestado, que não julgo destituído de valor para a nossa causa”⁴⁵².

No mesmo dia em que Paes de Carvalho escreveu a Rio Branco, Goeldi também enviou uma longa carta ao diplomata dando explicações sobre seu inesperado regresso e suas atividades (Figura 82). Goeldi mostrou-se “embaraçado” por não ter tido tempo de escrever antes em razão da “colossal carga de serviço” que o esperava no Museu Paraense. Sobre os peritos, informou que havia identificado dois em Zurique, mas que era provável que houvesse mais, talvez na Suíça francesa. Segundo Goeldi, Stoll e Früh “não se dão muito entre si, mas eu me dou com ambos, principalmente porém com o primeiro, que conheço há anos; com o segundo o ponto de contato é de data mais recente (1894) e provém da circunstância de sermos ambos membros honorários da Sociedade de Ciências Naturais de St. Gallen”. Goeldi traça, em seguida, um perfil de quatro páginas de cada um dos peritos, bem como descreve as relações que travou com ambos⁴⁵³.

Sobre Stoll, teria revelado sua missão secreta (e a de Früh também) numa “conferência íntima e pessoal” com Goeldi, antes de pedir ao zoólogo que o ajudasse prestando informações e esclarecimentos sobre as Guianas. Por exemplo, em uma de suas cartas, Stoll perguntou qual o significado de várias palavras em português e pediu gramáticas e dicionários tupi. Goeldi tirou-lhe as dúvidas e também reproduziu suas respostas para o Barão do Rio Branco, com a intenção de evitar “contradições eventuais”⁴⁵⁴. Quanto a Früh, para quem Goeldi disse ter enviado uma cópia de seu relato de viagem à Guiana Brasileira, mostrou-se reservado. Goeldi, porém, viu sinais de uma

⁴⁵² Carta de José Paes de Carvalho ao Barão do Rio Branco. Pará, 6 de fevereiro de 1900. AHI, Arquivo Particular do Barão do Rio Branco, I- Correspondência, Lata 818, maço 2, pasta 21.

⁴⁵³ Em razão do ineditismo das fontes, julgamos de algum interesse reproduzir parcialmente esse perfil dos peritos, pois revela como Goeldi procurou repassar informações estratégicas para Rio Branco: “Ambos eles são muito desconfiados, tanto que peço V. Excia. de guardar estrita reserva sobre a minha revelação. Deve esta taciturnidade ser a consequência de positivas ordens de cima! (...) Früh é um homem ainda moço; sua especialidade predileta é a geologia e a geografia da Suíça. Ele terá alguma dificuldade em orientar-se no cipoal da literatura relativa à Guiana. Stoll é um homem bastante viajado e uma robusta mentalidade. Como médico e naturalista residiu, se não me engano, uns 10 anos na América Central; as suas publicações acerca da zoologia, etnografia da Guatemala enchem uma respeitável prateleira. É versado em línguas indígenas centrali-americanas, e é familiar com a língua espanhola”. Carta de Emílio Goeldi ao Barão do Rio Branco. Pará, 6 de fevereiro de 1900. AHI, Arquivo Particular do Barão do Rio Branco, I- Correspondência, Lata 825, maço 1, pasta 32.

⁴⁵⁴ Ainda sobre as relações de Goeldi com Stoll, ver a seguinte carta: Carta de Emílio Goeldi ao Barão do Rio Branco. Pará, 28 de fevereiro de 1900. AHI, Arquivo Particular do Barão do Rio Branco, I- Correspondência, Lata 825, maço 1, pasta 32.

“disposição psíquica” para com o seu modo de “encarar as coisas relativas à Guiana”, confirmada pelos discretos pedidos de informações e fotografias que fizera⁴⁵⁵.

Mais uma vez anuindo ao pedido do Barão do Rio Branco, Goeldi dispôs-se a retornar à Suíça, não sem antes registrar “o sacrifício que por todos os lados significa uma nova viagem e uma nova ausência do Museu”. Em vez de se fixar em Berna, desta vez Goeldi rumaria para Zurique, pois assim poderia manter contato pessoal com Stoll e Früh, além de “robustecer pessoalmente ainda uns eventuais bons efeitos que de antemão eu tinha preparado em território suíço mediante a supramencionada publicação [seu relato de viagem à Guiana Brasileira]”⁴⁵⁶.

Goeldi partiu com a família no início de março de 1900 para o Rio de Janeiro, onde deixou seus quatro filhos menores, e seguiu com os três maiores e a esposa para a Europa⁴⁵⁷. Chegaram à Suíça no final de abril, estabelecendo-se, como previsto, em Zurique. Daí rumou para Berna, onde se encontrou com Rio Branco⁴⁵⁸, depois para Sankt Gallen, novamente para Zurique e, por fim, Berna⁴⁵⁹. Goeldi hospedou-se sempre em hotéis para não levantar suspeitas e permaneceu pouco tempo em cada cidade. À medida que obtinha informações, escrevia para Rio Branco. Por exemplo, em 19 de julho enviou de Sankt Gallen uma carta avisando que tivera “prolongadas conferências com o homem [provavelmente Stoll] em Z. [Zurique] e consegui derrocar as dúvidas, tanto que tenho a convicção que ele se acha hoje inteiramente do nosso lado”. Na mesma missiva avisou que a primeira reunião dos peritos iria ser convocada para o final de julho e que as “coisas estão em muito bom pé, de maneira a fazer bastante provável uma completa vitória (...)”⁴⁶⁰. Por fim, Goeldi informou que tivera uma nova audiência com o conselheiro Müller⁴⁶¹, mas que circunstâncias outras impediram que tivessem uma conversa demorada.

⁴⁵⁵ Carta de Emílio Goeldi ao Barão do Rio Branco. Pará, 6 de fevereiro de 1900. AHI, Arquivo Particular do Barão do Rio Branco, I- Correspondência, Lata 825, maço 1, pasta 32.

⁴⁵⁶ Carta de Emílio Goeldi ao Barão do Rio Branco. Pará, 6 de fevereiro de 1900. AHI, Arquivo Particular do Barão do Rio Branco, I- Correspondência, Lata 825, maço 1, pasta 32.

⁴⁵⁷ Carta de José Paes de Carvalho ao Barão do Rio Branco. Pará, 7 de março de 1900. AHI, Arquivo Particular do Barão do Rio Branco, I- Correspondência, Lata 818, maço 2, pasta 21.

⁴⁵⁸ Carta de Emílio Goeldi ao Barão do Rio Branco. Zürich, 19 de junho de 1900. AHI, Arquivo Particular do Barão do Rio Branco, I- Correspondência, Lata 825, maço 1, pasta 32.

⁴⁵⁹ O périplo de Goeldi pela Suíça não teve como objetivo apenas fazer contatos. O zoólogo também distribuiu coleções científicas, como os 46 peixes, de 12 famílias, que doou para o museu da Sociedade Naturalista de Sankt Gallen. A coleção mereceu destaque nas páginas do relatório bi-anual da sociedade (cf. Wartmann, 1902, p. 53-55).

⁴⁶⁰ Carta de Emílio Goeldi ao Barão do Rio Branco. St. Gallen, 19 de julho de 1900. AHI, Arquivo Particular do Barão do Rio Branco, I- Correspondência, Lata 825, maço 1, pasta 32. Grifo duplo de Goeldi.

⁴⁶¹ Em 1900, a presidência da Suíça foi ocupada por Walter Hauser (1837-1902), mas Müller permaneceu no Conselho Federal à frente do Departamento Militar e da comissão de peritos suíços que estudavam o contestado.

Em 1º de agosto de 1900, uma nova carta a Rio Branco, enviada de Zurique, dava notícias de Stoll. Enquanto Goeldi apresentava Huber⁴⁶² para o geógrafo suíço, este aproveitou a oportunidade para fazer diversas perguntas sobre as medidas de distância utilizadas no Brasil, principalmente a légua. Goeldi respondeu que iria consultar a literatura disponível, mas o que fez, na verdade, foi escrever a Rio Branco para saber como deveria proceder. Segundo Goeldi, o cuidado justificava-se porque havia percebido que “o Prof. St. [Stoll] quer saber isto para interpretar a carta de reconstrução de Oviedo, e talvez ainda o teor da doação de Bento Maciel Parente⁴⁶³”. Dois dias depois, já de posse da resposta de Rio Branco, Goeldi informou que iria fazer um resumo das explicações dadas pelo diplomata e repassá-lo a Stoll, juntamente com alguns livros “com prudência escolhidos para servirem de provas corroboradoras”. Segundo Goeldi, era de “todo o interesse de esticar a légua – pois o homem [Stoll] evidentemente quer contar do Cabo do Norte até o Oiapoque”⁴⁶⁴.

Enquanto Goeldi, literalmente, cuidava de direcionar e manipular as informações que Stoll lhe solicitava, Rio Branco descobriu outros dois peritos contratados pelo governo suíço, e pediu a Goeldi que levantasse informações sobre ambos. O primeiro era um historiador de Zurique de sobrenome Schweizer, do qual não encontramos referências que não fossem as fornecidas na documentação. O segundo também era historiador, mas da Basileia, chamado Burckhardt. Sobre Schweizer, Goeldi escreveu que o havia conhecido quando era chefe do arquivo cantonal de Zurique, local onde realizara pesquisas sobre a origem de sua família. Era professor de história na Universidade de Zurique e “especialista em leitura de documentos antigos (manuscritos de séculos passados)”. Segundo Goeldi, Schweizer lhe devia “diversos favores”⁴⁶⁵.

Quanto a Burckhardt, havia dúvidas sobre sua identidade. Rio Branco acreditava que se tratava de Rudolf Burckhardt (1866-1908), professor da Universidade da Basileia, mas Goeldi o demoveu da idéia, pois este era zoólogo e seu conhecido. Segundo Goeldi,

⁴⁶² Huber partiu de Belém em julho de 1900 para realizar contatos científicos na Europa, incluindo a participação no primeiro Congresso Internacional de Botânica, realizado em Paris no mês de outubro. Por meio dessa carta de Goeldi, tomamos conhecimento que Huber também se engajou nos bastidores do contestado.

⁴⁶³ Bento Maciel Parente foi o primeiro donatário da Capitania do Cabo Norte, no atual Amapá, criada durante a União Ibérica. Carta de Emílio Goeldi ao Barão do Rio Branco. Zurique, 1º de agosto de 1900. AHI, Arquivo Particular do Barão do Rio Branco, I- Correspondência, Lata 825, maço 1, pasta 32. Grifo de Goeldi.

⁴⁶⁴ Carta de Emílio Goeldi ao Barão do Rio Branco. Zurique, 3 de agosto de 1900. AHI, Arquivo Particular do Barão do Rio Branco, I- Correspondência, Lata 825, maço 1, pasta 32. Grifo duplo de Goeldi.

⁴⁶⁵ Carta de Emílio Goeldi ao Barão do Rio Branco. Zurique, 3 de agosto de 1900. AHI, Arquivo Particular do Barão do Rio Branco, I- Correspondência, Lata 825, maço 1, pasta 32.

era mais provável que o perito fosse Albert Burckhardt-Finsler (1854-1911), também da Universidade, mas historiador. Havia um forte indício de que estivesse certo: na véspera de Goeldi receber a carta do barão, um parente de Burckhardt-Finsler pediu a Huber uma cópia do estudo de Goeldi sobre a cerâmica de Cunani, abrindo assim a possibilidade de uma aproximação pessoal. Posteriormente, a suspeita de Goeldi foi confirmada.

Identificados os dois últimos peritos, Goeldi pôde manter relações com toda a comissão. De Stoll, foi o principal interlocutor. Para Früh e Burckhardt-Finsler, enviou suas publicações. De Schweizer, aproximou-se novamente em razão de suas pesquisas genealógicas⁴⁶⁶. E com Müller, que foi mantido na presidência da comissão depois que deixou o Departamento de Políticas Federais, manteve cordiais encontros, conforme o próprio Goeldi definiu⁴⁶⁷. O resultado dessas relações foi conferido por Aerni (s.d.a) nas atas das reuniões da comissão, que tiveram como objetivo redigir um parecer provisório sobre o contestado. Segundo Aerni (s.d.a), “Stoll logo no início apresentou, conforme os protocolos da sessão, um grande número de fotografias e desenhos feitos pelo Dr. Goeldi naquela região. Früh, da mesma forma, mencionou nas discussões os relatórios de viagem de Goeldi e os levantamentos por este feitos”.

A sentença que os peritos elaboraram, reproduzida por Aerni (s.d.a) e transcrita abaixo, coincidia exatamente com a posição brasileira expressa na segunda memória redigida pelo Barão do Rio Branco (1899, tomo I, p. 186):

1. O Araguari não entra em questão;
2. Não existe um braço setentrional do mesmo;
3. O Oiapoque do Tratado Provisório de 1797 é idêntico ao Oiapoque do Tratado de Utrecht. No Contestado existe apenas um Oiapoque;
4. Como fronteira interna, há que se considerar a linha fluvial divisória do monte Tumucumaque até a fronteira holandesa.

Após a sentença da comissão – que ainda era secreta mas que certamente se tornou conhecida de Goeldi e Rio Branco – já eram evidentes as chances do Brasil ser beneficiado pelo laudo final, ainda a ser redigido por Müller e subscrito pelo presidente Walter Hauser.

⁴⁶⁶ Essas pesquisas originaram um livro raro e pouco conhecido sobre a história dos Göldi-Tieffenau, raiz aristocrata medieval da família do zoólogo suíço (Goeldi, 1902o).

⁴⁶⁷ Segundo Moreira (1989, p. 136), a ação de Goeldi gerou sérias desconfianças no governo suíço. Rio Branco chegou a ser interpelado pelo secretário do Departamento de Políticas Federais sobre as atividades do zoólogo na Suíça. Respondeu que não tinha conhecimento dessas atividades e que se encontrou muito poucas vezes com Goeldi. Em razão dessas desconfianças, Goeldi mandou imprimir em Zurique (e não na Alemanha, como havia previsto) o “Álbum de Aves Amazônicas” e o “Arboretum Amazonicum” (ambos lançados em 1900), pois o trabalho justificava sua permanência na cidade.

Mas Goeldi não esperou pelo veredicto. Partiu de volta para o Brasil. Quando chegou a Belém, em dezembro, o resultado do contestado já havia sido divulgado, causando júbilo na imprensa e no meio político local. Em reconhecimento aos serviços de Goeldi – que o afastaram dois anos da pesquisa científica⁴⁶⁸ – o governador Paes de Carvalho assinou um decreto no dia 31 de dezembro alterando o nome do Museu Paraense para *Museu Goeldi*. No texto do decreto nº. 933, há uma menção explícita ao contestado, reconhecendo o “valioso concurso” de Goeldi “no estudo e esclarecimento dos nossos direitos na questão de limites com a Guiana Francesa (...)” (Goeldi, 1904a, p. 2).

Goeldi certamente teve prejuízos pessoais e científicos com sua missão na Suíça, mas conseguiu reverter esse ônus em benefício próprio e do museu. Por exemplo, desde 1894 o zoólogo nunca havia contado (e nunca mais contaria) com tanto dinheiro para publicações quanto dispôs entre os anos 1898-1900. Além de cinco fascículos do *Boletim do Museu Paraense*, foram publicados duas memórias em grande formato e ilustradas com fotografias e estampas, duas décadas do *Arboretum Amazonicum* e o primeiro fascículo do “Álbum de Aves Amazônicas”, com doze estampas. Goeldi também contou com recursos para a contratação de pesquisadores e taxidermistas e, a partir de 1901, foi aquinhado com os maiores orçamentos estaduais para instituições de caráter cultural e educativo. Teve, inclusive, uma antiga demanda sua realizada, a desapropriação dos terrenos adjacentes do museu (ver capítulo dois). O próprio zoólogo foi o primeiro a explorar politicamente a vitória do Brasil no contestado, afirmando, no seu relatório administrativo de 1900, que as pesquisas realizadas pelo Museu Paraense foram “um dos principais elementos de defesa do direito do Brasil”. E, ainda, que

Tamanhos e tão honrosos títulos justificam suficientemente (...) a nossa expectativa de que o Museu Estadual não necessite mais mendigar, ano por ano, do Poder Legislativo os indispensáveis meios de subsistência. Sustentá-lo, aumentá-lo e desenvolvê-lo já significa um postulado lógico e natural para todo o paraense amigo da sua terra, e a simpatia pelo Museu constitui hoje seguro critério e distintivo infalível para reconhecer-se o verdadeiro patriota. (Goeldi, 1902a, p. 274-275)

⁴⁶⁸ Chamamos a atenção do leitor para o Gráfico 1 (ver capítulo três), que mostra a obra ornitológica de Goeldi. Aí é possível perceber como o envolvimento do zoólogo no contestado prejudicou sua produção científica, pois provocou uma queda abrupta e atípica na quantidade de artigos publicados nos anos 1898, 1899 e 1900. O próprio Goeldi reconheceu, no prefácio da memória “Estudos sobre o desenvolvimento da armação dos veados galheiros do Brazil”, que as duas prolongadas ausências do Museu Paraense haviam lhe tomado o tempo para concluir importantes investigações (Goeldi, 1902f).

Para Moreira (1989, p. 136-137), a participação de Goeldi no contestado foi fundamental para a vitória brasileira. Sem sua ajuda, Rio Branco dificilmente conseguiria refutar as provas elaboradas pela diplomacia francesa, a qual, até a entrada de Goeldi e do Museu Paraense na disputa, estava muito melhor informada sobre as Guianas do que as autoridades brasileiras (ainda que essas informações fossem claramente tendenciosas, como as de Coudreau)⁴⁶⁹. A atuação de Goeldi, portanto, teria sido valiosa em um duplo aspecto: “pelo fato de reconhecer pessoalmente a região contestada, onde fizera pesquisas científicas (valor testemunhal)”, e “pelas suas relações nos meios universitários da sua pátria, com reflexos simpáticos à nossa causa (valor propiciatório)” (Moreira, 1989, p. 135).

Acrescentamos a essas observações alguns pontos não mencionados por Moreira ou qualquer outro autor que tenha se dedicado ao estudo do contestado. Em primeiro lugar, os testemunhos de Goeldi e dos outros investigadores do Museu Paraense, expressos nos relatórios confidenciais e nos trabalhos científicos, não estavam isentos de julgamentos morais e políticos. Os artigos e livros que aqui referimos são tão tendenciosos quanto as criticadas obras de Coudreau, independentemente do mérito e da justeza dos argumentos que defendem. Em todos eles procura-se disfarçar, com maior ou menor empenho, uma posição francamente favorável ao Brasil⁴⁷⁰.

Em segundo lugar, a atuação de Goeldi na Suíça não se resumiu à propaganda brasileira feita por meio de palestras e encontros acadêmicos; nem ao assessoramento a Rio Branco ou ao fornecimento de informações para os peritos suíços. O ‘valor propiciatório’ mencionado por Moreira, no sentido de atuar para a eliminação do imponderável no resultado final do contestado, deve ser entendido, na verdade, como um ato de espionagem, no qual Goeldi manipulou informações, direcionou opiniões e até mesmo burlou a confiança nele depositada por Stoll, Müller e talvez outros peritos.

⁴⁶⁹ Como vimos, o governo brasileiro mais de uma vez tomou os argumentos franceses como verdadeiros, como no caso da suposta inexistência de brasileiros no contestado, ou conduziu a negociação diplomática contrariamente aos interesses nacionais, como no caso da proposta de criação de uma “polícia mista”. O próprio Rio Branco criticou a desastrosa negociação diplomática do contestado (cf. Ricupero, 2002, p. 64). Por outro lado, alguns intelectuais locais coadjuvaram as idéias de Coudreau, como o prestigiado Barão de Santana Nery, autor de “O País das Amazonas” (1884), que prefaciou – com grandes elogios ao patriotismo do explorador francês – a edição original de *La France Équinoxiale*.

⁴⁷⁰ Nesse sentido, o envolvimento de cientistas e exploradores no Contestado do Amapá, de ambos os lados, coaduna-se com a periodização feita por Petitjean (1996a, p. 30-31) dos empreendimentos científicos franceses além-mar, segundo a qual o final do século XIX registra a passagem do “internacionalismo científico” para o “nacionalismo científico”, a absorção da ciência pelos projetos de desenvolvimento econômico e expansão imperial.

Nesse sentido, foi notável a iniciativa de Rio Branco em fazer de Goeldi seu assessor, triplamente útil pela autoridade que havia adquirido na pesquisa científica na Amazônia, pelo conhecimento pessoal do contestado e por ter a cidadania suíça. Foi igualmente notável como Goeldi manejou, em consonância com os planos do barão e a despeito de todos os riscos que isso significava naquela ocasião, sua credibilidade para revestir-se da qualidade de testemunha ocular e idônea, ou seja, para atestar fatos e informações sobre o contestado com as qualidades morais indispensáveis para tornar seu testemunho fidedigno (apesar de ser funcionário do governo brasileiro!). A comprovação disso encontra-se no fato das informações que Goeldi divulgou pessoalmente ou por meio de seus escritos, sobretudo as veiculadas no relato da viagem ao Cunani e Amapá, não terem sido colocadas em dúvida. Pelo contrário, foram utilizadas como certificação do julgamento do governo suíço, que a elas remeteu-se diversas vezes nas 841 páginas do veredicto do contestado, redigidas pelo conselheiro Müller (cf. Aerni, s.d.a)⁴⁷¹.

Esse é o melhor exemplo para qualificarmos o agenciamento da ciência praticada no Museu Paraense pelo Estado brasileiro durante a Primeira República⁴⁷². Processo semelhante ocorreu, como demonstraram alguns autores mencionados no início do capítulo, em diversas instituições e disciplinas, como as ciências naturais, a agricultura e a antropologia – em razão de demandas originadas na economia e na política. Mas talvez em nenhuma delas o agenciamento estatal tenha sido mais perceptível do que no âmbito da saúde pública. E nesse campo, Goeldi também não ficou imune às demandas governamentais, apesar de ser zoólogo e diretor de um museu de história natural.

⁴⁷¹ Essas conclusões são distintas de outras expressas por Oliveira (1998) e Romani (2003). O primeiro estudou a formação territorial do Brasil, particularmente a incorporação do atual Amapá. O segundo estudou as migrações espontâneas e induzidas na região da fronteira entre Amapá e Guiana Francesa, procedendo a um mapeamento etno-histórico da área. Ambos concordam que no contestado entraram em confronto duas visões distintas da geografia, revelando as fissuras teóricas e mudanças em trânsito nessa disciplina. Oliveira (1998, p. 210), por exemplo, alinha La Blache à corrente da geografia física ou naturalista (apesar de ser um crítico de seu maior representante, Friedrich Ratzel), enquanto Rio Branco estaria mais próximo da geografia humana e, portanto, apto a convencer os peritos suíços da integração cultural daquele território ao Brasil. Romani (2003, p. 36-37) adota essa interpretação e informa que Rio Branco – por ter passado “vários meses” visitando o Amapá (!) – comoveu o júri ao “mostrar um melhor relacionamento com o saber local”. Nenhum dos autores menciona a atuação de Goeldi na disputa (citam apenas os primeiros relatórios do zoólogo).

⁴⁷² O contestado também foi um dos eventos fundamentais que garantiram a sobrevivência do Museu Paraense ao longo do século XX, em razão do lastro político adquirido por Goeldi e transferido imediatamente para a instituição (o Museu Paraense tornou-se *Museu Goeldi*) – transformada em lugar de memória e um quase monumento nacional. Aliás, esse lastro político e a memória erigida em torno dele certamente contribuíram para a federalização do Museu Paraense em 1954, época de nacionalismos exaltados. Sobre o assunto ver Maio et al. (2005).

5.2 Emílio Goeldi e os ‘Mosquitos no Pará’,⁴⁷³

Logo após Goeldi retornar a Belém, depois de sua temporada de quase dois anos na Europa, deu início a investigações inteiramente distintas da obra que produzira até então. Essas pesquisas voltaram-se para a entomologia médica, ou seja, para a classificação, biologia e ecologia de insetos nocivos ao ser humano, e também para a etiologia de doenças transmitidas por mosquitos hematófagos, como a febre amarela. Os primeiros textos de Goeldi sobre o assunto apareceram em 1902. Três anos depois, seus quatro trabalhos iniciais foram reunidos em uma das *Memórias do Museu Paraense*, intitulada “Os Mosquitos no Pará – Reunião de quatro trabalhos sobre os Mosquitos indígenas, principalmente as espécies que molestam o homem” (Goeldi, 1905b) (Figura 83)⁴⁷⁴.

Nesse livro, Goeldi preocupou-se, sobretudo, com aspectos pouco claros da classificação, distribuição geográfica e biologia dos mosquitos amazônicos, de acordo com uma agenda científica que se firmava de maneira promissora em âmbito internacional e que reunia, de um lado, médicos interessados no agente causador de doenças como malária, filariose e febre amarela, e, de outro, zoólogos que procuravam sistematizar informações disponíveis sobre a família de insetos responsabilizada pela transmissão das doenças que mais afligiam a humanidade, a dos culicídeos, então pouco conhecida do ponto de vista taxonômico, biológico e médico. Podemos considerar Goeldi, portanto, como parte de uma extensa rede de pesquisadores que se dedicou ao estudo daqueles insetos, principalmente após a descoberta, feita em 1901, de que os mosquitos são os transmissores da febre amarela.

Contudo, também existem motivos de ordem política para que Goeldi abrisse repentinamente um novo campo de investigações para o Museu Paraense e para si próprio. Eles dizem respeito às demandas estatais por informações que ajudassem a controlar as epidemias que assolavam o país na época (Stepan, 1976; Benchimol, 1999; Almeida, 2003; Santos, 2003). No caso do Pará, a febre amarela havia voltado a assombrar os imigrantes e os estrangeiros no final do século XIX, trazendo prejuízos para a economia local e a

⁴⁷³ Este item é uma versão modificada de Sanjad (2003a).

⁴⁷⁴ Apesar do título, os trabalhos de Goeldi não versaram apenas sobre mosquitos, ou seja, sobre os dípteros (insetos com um par de asas) da família Culicidae, dos quais os mais conhecidos são os dos gêneros *Anopheles* (subfamília Anophelinae), *Culex* e *Aedes* (subfamília Culicinae) em razão de serem transmissores da malária, filariose, febre amarela e dengue (Mattingly, 1969, p. 70-82). Goeldi também estudou outras famílias, principalmente Chironomidae e Simuliidae (esta, na verdade, reúne as espécies de pequenas moscas hematófagas).

imagem do estado no exterior (Vianna, 1975). Portanto, as novas pesquisas de Goeldi coincidem não apenas com a emergência da entomologia médica como disciplina autônoma, mas também com o aumento dos casos de febre amarela em Belém e uma maior atenção do poder público estadual para a saúde pública⁴⁷⁵.

Nos próximos itens forneceremos alguns marcos cronológicos para os estudos dos insetos nocivos ao ser humano, bem como as conseqüências desses estudos para a redefinição da etiologia de várias doenças, com a intenção de posicionar o leitor e a obra de Goeldi no debate aberto a partir de 1900. Em seguida, abordaremos os trabalhos de Goeldi propriamente ditos.

5.2.1 Alguns marcos da entomologia médica

Goeldi começou a estudar os dípteros amazônicos no ano de 1901, momento de grande efervescência intelectual graças à confirmação, em Cuba, de que a febre amarela era uma doença transmitida por culicídeos. Ganhava força, assim, a chamada ‘teoria dos mosquitos’, até então uma hipótese de trabalho que exigia, à medida que novos fatos foram sendo incorporados no conhecimento existente sobre a transmissão de algumas doenças, uma prova experimental definitiva. No caso da febre amarela, os culicídeos foram postos em suspeita em 1881, pelo cubano Carlos Juan Finlay (1833-1915). O médico já defendia, então, que na transmissão da doença intervinha um agente que não dependia do doente nem do elemento morbígeno, o mosquito (Benchimol, 1999, p. 390-396). Essa teoria, uma dentre as várias existentes que tentavam explicar a origem da doença, alinhava-se às pesquisas em curso desde a década de 1860 sobre o vetor animal, atribuídas principalmente a médicos e bacteriologistas ingleses e alemães (Rosen, 1994).

Em 1868, por exemplo, Rudolf Leuckart (1822-1898) e Élie Metchnikoff (1845-1916) demonstraram ser a tênia do cão transmitida pelo piolho do cão e que esse inseto, ao se alimentar no animal, poderia servir de hospedeiro intermediário e transmitir o verme cestóide. Em 1877, Patrick Manson (1844-1922) sugeriu na China a possibilidade dos

⁴⁷⁵ O mesmo se verifica em outros estados do Brasil, onde epidemias de febre amarela, peste bubônica e outras doenças receberam mais atenção do governo a partir da última década do século XIX, por meio de reformas sanitárias, ações profiláticas, criação de institutos sorológicos e de pesquisas biomédicas, legislação específica e estruturas burocráticas, etc. Cabe mencionar as atividades de Emílio Ribas (1862-1925) e Adolpho Lutz (1855-1940) em São Paulo, e de Oswaldo Cruz (1872-1917) e Carlos Chagas (1879-1934) no Rio de Janeiro, dentre outros cientistas que se ocupavam da entomologia, da higiene pública e da biomedicina (cf. Stepan, 1976; Benchimol e Teixeira, 1993; Benchimol, 1990, 1999, 2003; Almeida, 2003; Santos, 2003; Benchimol e Sá, 2005).

mosquitos serem os vetores da doença conhecida como elefantíase, enquanto Timothy Lewis (1841-1886) e Joseph Bancroft (1836-1894) demonstravam em Brisbane o verme filárico. Na década seguinte, Manson adotou o drama da filária – cujo ciclo de vida exigia a interação homem-mosquito – como modelo para suas especulações sobre a malária. Foi nessa tradição de pesquisa, “a última lacuna na teoria dos germes” para Rosen (1994, p. 236), que se firmou em fins do século a teoria dos mosquitos, como um esquema logicamente consistente que poderia ser testado, provado, modificado ou descartado.

Foi essa tarefa que o médico inglês Ronald Ross (1857-1932) se propôs a executar na Índia, nos anos 1890, sob a orientação de Manson. Ambos dedicavam-se à etiologia da malária, primeiramente ao ciclo de vida do *Plasmodium* e depois ao modo de transmissão da doença. A hipótese do mosquito já vinha sendo testada por Manson há muitos anos, sem nunca ter conseguido comprová-la. Na colônia britânica, Ross seguiu de perto o parasita, dos vasos capilares dos doentes aos intestinos dos mosquitos. De acordo com as idéias de seu mentor, julgava serem os mosquitos fêmeas os responsáveis pela transmissão da doença, mas de uma maneira que – aos nossos olhos – pode parecer inusitada: após infectarem-se com o sangue de doentes, as fêmeas procuravam água limpa para fazer a desova e morriam logo em seguida, contaminando a água com seu cadáver. Seria a água, portanto, que re-introduziria o parasita no organismo humano.

Com as dissecações que realizou nos mosquitos, Ross passou a desconfiar dessa hipótese. Em 1896, o médico percebeu que os mosquitos, ao se alimentarem, injetavam saliva na ferida causada pela picada. No ano seguinte, tendo encontrado o parasita na parede estomacal do mosquito, convenceu-se de que a probóscide seria uma passagem de duas mãos, isto é, tanto de entrada quanto de saída do micróbio. Em 1898, comprovou que a picada de mosquitos infectados era capaz de provocar a malária das aves, mas a prova final da transmissão da doença em seres humanos não foi dada por Ross, e sim por um grupo italiano liderado pelo zoólogo Giovanni Battista Grassi (1854-1925), que competia com os ingleses pela prioridade na decifração do modo de transmissão da malária. No final de 1898, Grassi e seus companheiros descreveram a evolução do parasita da malária humana num culicídeo do gênero *Anopheles*. Confirmou-se, então, a maneira pela qual o temido *Plasmodium* voltava ao organismo humano, abrindo novas perspectivas acadêmicas e profiláticas para médicos, higienistas e zoólogos e enterrando de vez a teoria da água (Harrison, 1978).

Apenas dois anos separam os experimentos pioneiros de Ross e Grassi da comissão norte-americana nomeada para estudar a febre amarela em Cuba, chefiada por Walter Reed (1851-1902). Após envolverem-se na refutação de supostos microorganismos causadores da doença, os norte-americanos viram-se diante da hipótese de Finlay. Auxiliados pelo próprio médico cubano, que não só conhecia as espécies de mosquitos locais, como já havia apontado o provável transmissor e dominava as técnicas de reprodução em cativeiro, realizaram uma série de experiências com mosquitos infectados e voluntários, comprovando em apenas dois meses o que Finlay vinha afirmando há vinte anos: que a febre amarela era transmitida por mosquitos então classificados no gênero *Culex*⁴⁷⁶, e que nem o ar, nem as secreções e *fomites* dos doentes eram capazes de transmitir o mal.

Os motivos pelos quais a teoria de Finlay foi escolhida para teste pelos norte-americanos, em 1900, é assunto longamente debatido na historiografia. Não nos cabe entrar nessa discussão, mas vale lembrar do encontro ocorrido em Cuba entre os norte-americanos e a expedição científica da Liverpool School of Tropical Medicine. Walter Myers (1872-1901) e Herbert Durham (1866-1945) rumavam para a Amazônia levando consigo a hipótese de que a febre amarela era transmitida por um inseto hospedeiro. Na escala que fizeram em Cuba, colheram informações, tomaram conhecimento do trabalho dos norte-americanos e elogiaram as idéias do médico cubano. Teria sido após essa visita que as investigações dos norte-americanos “foram bruscamente reorientadas do bacilo icteróide para a hipótese de Finlay” (Benchimol, 1999, p. 406).

Myers e Durham chegaram a Belém em agosto de 1900. Foram logo instalados em laboratório especialmente montado pelo Governo do Estado no Hospital de Isolamento Domingos Freire, inaugurado no mesmo ano (Costa, 1973). Todo o material e equipamento existente na Inspetoria do Serviço Sanitário e no Laboratório de Análises Químicas e Bacteriologia foi colocado à disposição dos médicos, que puderam, dessa maneira, dar início às suas pesquisas sobre a etiologia da febre amarela ao mesmo tempo em que Reed e sua equipe iniciavam em Cuba os experimentos com mosquitos. Os ingleses, contudo, não contavam no Pará com a quantidade de observações, experiências e estudos prévios que os norte-americanos encontraram em Cuba, e que podemos atribuir a Finlay e seus colaboradores. Assim, tiveram de iniciar suas atividades inventariando os culicídeos

⁴⁷⁶ Para manter a precisão histórica, adotamos a classificação dos culicídeos utilizada na época. O transmissor da febre amarela, por exemplo, atualmente denominado *Aedes aegypti* Linnaeus, era conhecido – em 1900 – como *Culex fasciatus* Fabricius. Em 1901, o zoólogo inglês Theobald criou um novo gênero para classificar o mesmo mosquito, renomeando-o como *Stegomyia fasciata*. É essa a denominação utilizada por Goeldi e que, doravante, utilizaremos (cf. Christophers, 1960).

existentes na região e procurando delimitar sua distribuição geográfica. A coleção de mosquitos que fizeram tornou-se notória na cidade, atraindo até mesmo a atenção de médicos que residiam no vizinho estado do Amazonas (Britto e Cardoso, 1976).

Tomando como hipótese a teoria de Finlay – agora seriamente considerada graças às recentes descobertas relativas à transmissão da malária – os médicos interessaram-se, sobretudo, pelas habitações. Segundo Benchimol (1999, p. 404), os ingleses estavam certos de que *fomites* não transmitiam a doença, mas desconfiavam de que o doente podia infectar a casa em que se achava, restando conhecer “a natureza do fator essencial presente numa ‘casa infectada’ (...)”. Esse fator poderia ser o mosquito, o qual permitia explicar o tempo decorrido entre o aparecimento de casos infectantes e de casos secundários. Permitia, igualmente, explicar o tempo decorrido entre a exposição de um indivíduo saudável a uma casa infectada e o aparecimento da doença em seu organismo. Ademais, a teoria do mosquito caía como uma luva nas indagações sobre os motivos pelos quais a febre amarela confinava-se a determinadas regiões do globo, reincidia nas estações chuvosas e desaparecia com temperaturas baixas.

Analisando a obra de Durham e Myers, bem como o arsenal teórico que mobilizaram durante a expedição, Benchimol (1999, p. 403) sugere que “se os americanos não tivessem enveredado por este caminho [mosquito como vetor], a teoria dele [Finlay] teria encontrado sua justificação pelas mãos dos ingleses, no Norte do Brasil”. Conjecturas à parte, o fato é que a expedição de Liverpool sofreu considerável baixa em janeiro de 1901 com a morte de Myers, vítima da doença que estudava. Durham também adoeceu, mas conseguiu recuperar-se e dar prosseguimento ao trabalho, embora desfalcado de seu principal colaborador. Além disso, a expedição inglesa enfrentou um problema no Pará inexistente em Cuba: o baixo índice de morbidade e mortalidade da febre amarela em Belém, então o único foco da doença em toda a região amazônica⁴⁷⁷. Esse fator, segundo Durham, impediu que prosseguisse com seus experimentos e o influenciou na decisão de transferir, em maio de 1901, a expedição para Cuba⁴⁷⁸. Levemos em consideração, ainda, que em maio já haviam sido divulgados os primeiros resultados das experiências realizadas por Reed e sua equipe, o que certamente atraiu a atenção de médicos de todo o mundo para o que estava ocorrendo em Havana.

⁴⁷⁷ As observações de Durham são confirmadas por Campos (1900), que divulgou um índice para a febre amarela de 7% sobre a mortalidade geral. Em 1906, Vianna (1975) também comprovou com séries estatísticas o baixo índice de morbidade e mortalidade da doença, que então atacava principalmente os imigrantes.

⁴⁷⁸ Cf. Noticiário. Dr. Durham. *Pará Médico*, Belém, 1(7), p. 193, mai.-jun. 1901.

5.2.2 Redefinindo doenças

Vamos nos deter um pouco mais no momento em que Goeldi iniciou suas pesquisas com os dípteros amazônicos. Em 1901, a transmissão de doenças por insetos ocupou lugar de destaque nos debates científicos de médicos e biólogos. Já havia fortes indícios de que a filariose era transmitida pelo mosquito *Culex*. Recentes experimentos haviam comprovado que também a transmissão da malária se dava pelos mosquitos, mas do gênero *Anopheles*. Finalmente, os norte-americanos comprovaram em definitivo que a febre amarela era transmitida pelo *Stegomyia*.

Podemos dizer, então, que essas doenças passavam por um processo que Rosenberg (1992, p. 307) denominou de reconhecimento e racionalização, isto é, quando um evento biológico é enquadrado pelos “mundos intelectuais compartilhados e estruturas institucionais de determinadas comunidades e subcomunidades de cientistas e médicos”. Esse processo tem a ver, em primeiro lugar, com a definição do que se convencionou chamar de ‘doença’. Nos casos da filariose, malária e febre amarela, a teoria do mosquito se sobrepôs – no tempo de apenas duas gerações – a uma secular teoria etiológica que responsabilizava as mudanças climáticas, os miasmas, a insalubridade urbana e os hábitos individuais pelo aparecimento de doenças infecciosas. A febre amarela que os médicos brasileiros estudaram e trataram na grande epidemia da década de 1850, por exemplo, certamente não foi percebida da mesma maneira que a doença tratada nos anos subsequentes a 1900. No período que separa uma e outra data, não só os insetos apareceram como atores fundamentais para o desenvolvimento de algumas doenças, como a própria concepção de ‘doença’ foi modificada, deixando de ser entendida apenas como um estado de desequilíbrio humoral e ambiental. Foi a identificação dos agentes causador e transmissor – ou, para o historiador norte-americano, o surgimento da teoria dos germes – que veio, em tão pouco tempo, ampliar a base taxonômica de algumas doenças e legitimá-las em novas bases intelectuais e morais.

No caso que estudamos, a teoria do mosquito surgia como a ferramenta intelectual que muitos médicos adotaram de imediato para explicar aquelas doenças, impondo um determinado mecanismo especulativo internamente coerente. Mas a concepção de ‘doença’ não é apenas conhecimento abstrato, resultado de elementos intelectuais disponíveis num particular lugar e a uma particular geração. Segundo Rosenberg (1992, p. 314), “conceitos

de doença, suas causas e possível prevenção sempre existem num espaço social tanto quanto intelectual”. E foi no cruzamento desses espaços que Worboys (1996) estudou a construção do conceito de ‘doença tropical’, apontando a década de 1890 como fundamental para a compreensão dos processos sociais e intelectuais que separaram a parasitologia – agora identificada com a medicina tropical – da bacteriologia e virologia. Para esse autor, os estudos e as atividades acadêmicas de Manson estão na origem dessa diferenciação. Até a comprovação do vetor animal na transmissão da malária, ocorrida, como vimos, nos anos 1897-1898, o próprio Manson considerava a doença como qualquer outra causada por germes. Mas, a partir do momento em que ficou claro que o controle da malária só seria possível com o controle do mosquito, o médico passou a defender o reenquadramento da doença como específica das regiões onde existiam seus transmissores, ou seja, como uma doença tropical. Era o mosquito, portanto, que redefinía o evento biológico e o próprio ambiente onde ele ocorria. Segundo Worboys (1996, p. 195), “Manson moveu-se rapidamente de uma posição onde todas as ‘doenças nos trópicos’ poderiam ser provocadas por germes e para as quais o clima era irrelevante, para uma onde um grupo especial de ‘doenças tropicais’ era causado por um único grupo de patógenos e transmitido por vetores-hospedeiros intermediários, cuja distribuição era influenciada pelo clima”.

Em termos práticos, a principal recomendação do modelo parasita-vetor defendido por Manson – ao qual também foram incorporadas a febre amarela, a doença do sono e outros males – era tentar quebrar o ciclo de transmissão pelas práticas de isolamento, tanto individuais (telas e mosquiteiros) quanto comunitárias (segregação das casas de agentes coloniais em áreas infestadas). Esse processo de redefinição da malária, com a ação profilática contra os mosquitos ganhando ênfase sobre o próprio tratamento da doença, foi rapidamente transferido para o mundo colonial britânico. Num contexto imperialista, ele servia a múltiplos propósitos: garantir a saúde dos europeus residentes nas colônias; justificar a ação imperialista britânica por meio da ‘limpeza’ dos trópicos; e demarcar um novo território profissional, o qual passou a exigir conhecimentos médicos cada vez mais especializados. Como conseqüências dessa reorientação conceitual, Worboys (1996, p. 198) aponta, dentre outras, a “definição da malária como um problema zoológico e ecológico”, e não apenas médico.

No caso da febre amarela, podemos dizer que aconteceu processo similar. Benchimol (1999, p. 396-397) demonstrou as rupturas ocorridas na década de 1890 nos

marcos cognitivos da doença, de par com conflitos entre gerações de bacteriologistas e com a reestruturação do aparato institucional da saúde pública. Na primeira fase da revolução pasteuriana, as pesquisas biomédicas foram centradas na caça aos microorganismos que poderiam estar na origem da doença, povoando laboratórios, congressos e periódicos de fungos e bacilos ardorosamente defendidos por seus descobridores. À medida que se intensificavam as pesquisas sobre insetos transmissores de doenças,

(...) novos elos vivos passavam a ser incorporados aos constructos elaborados sob a égide da bacteriologia, rearrumando-os. (...) A lógica que presidia a investigação de ponta na medicina tropical inglesa parecia ser incompatível ou incomensurável com a lógica de reprodução das teorias microbianas que caducavam. (Benchimol, 1999, p. 396-397)

Envelheciam os germes, a atenção dos médicos e biólogos deslocava-se da etiologia da doença para o modo de transmissão e, após os experimentos de Ross-Grassi e Finlay-Reed, ganhava evidência toda uma família de insetos pouco conhecida da ciência, mas, paradoxalmente, alçada em curtíssimo tempo à grande vilã da saúde pública, a dos culicídeos. O estudo dos mosquitos vinha mover definitivamente para outras plagas as pesquisas biomédicas e colocar esse pequeno díptero no centro de um programa de pesquisas que requeria – para melhor equacionamento da natureza da causa morbígena e da profilaxia da doença – o conhecimento de sua história natural, sua distribuição geográfica, seus hábitos e ciclo de vida.

Muitos problemas gravitavam em torno dos mosquitos. Os primeiros a se dedicarem ao estudo desses insetos tiveram de fazer grande esforço não só para inventariar quais espécies ocorriam nas localidades infectadas, como também para cruzar dados com o objetivo de identificar que espécies poderiam estar associadas à incidência de doenças. E mais: como garantir que uma espécie existente na Índia era a mesma que existia no Brasil, se ainda não havia – para os culicídeos – uma base taxonômica confiável? Por outro lado, que critérios e chaves analíticas utilizar para formar essa base? Um outro problema era saber se diferentes espécies de mosquitos poderiam transmitir a mesma doença, e se o mesmo parasita poderia passar por diferentes processos evolutivos em diferentes espécies, como acreditava Manson, capazes de atenuar ou agravar seu poder morbígeno e a virulência da doença. Era necessário, ainda, acompanhar todo o ciclo de vida dos parasitas, dentro e fora de suas vítimas. Os insetos funcionavam como simples hospedeiros ou eram

necessários para a evolução do parasita? Como se processava a interação parasita-hospedeiro, a interação parasita-ambiente e a interação hospedeiro-ambiente?

No caso específico da febre amarela, o problema era ainda maior: não havia sido identificado um microorganismo que tivesse ampla aceitação entre a comunidade médica, embora já estivesse comprovada sua transmissão pelos mosquitos. Essa situação, oposta à de doenças como a filariose e malária, nas quais primeiro se identificou o parasita para depois descobrir-se o modo de transmissão, gerou todo tipo de especulação, da existência de germes tão diminutos que não pudessem ser filtrados ao ressurgimento de antigas teorias químicas. Essas e outras questões só poderiam ser respondidas com pesquisas comparadas, e caso médicos e biólogos passassem a dominar a distribuição geográfica, a morfologia, a fisiologia e o ciclo de vida dos hospedeiros-vetores.

O desconhecimento desses assuntos poderia ser mesmo desastroso para aqueles que viviam num ambiente acadêmico altamente competitivo. Segundo Harrison (1978), foi a total ignorância de Manson sobre a morfologia e o ciclo de vida dos mosquitos que o impediu de elaborar e comprovar uma completa teoria sobre o modo de transmissão da malária, assim como a responsável pelo ilustre médico ter mantido até o fim sua equivocada teoria da água. Da mesma maneira, foram os tateantes passos de Ross nessa matéria que atrasaram seus estudos, fazendo com que quase perdesse a prioridade de suas descobertas para o grupo do zoólogo Grassi, que vinha estudando a malária há menos tempo, mas numa zona endêmica (Itália) onde os mosquitos eram observados há mais tempo. Com a entrada dos insetos em cena, médicos e bacteriologistas viram-se diante da urgente necessidade de acionar profissionais de diferentes áreas e, ao mesmo tempo, como disse Löwy (1991, p. 17), “reativar os laços com as tradições de pesquisa em ecologia e epidemiologia das doenças infecciosas”.

Os próprios zoólogos reconhecem que a década de 1890 constitui um marco para as pesquisas entomológicas. Lane (1953), um dos grandes sistematizadores da família dos culicídeos de meados do século passado, herdeiro direto do espólio científico deixado pela geração de Goeldi, demarcou a história da pesquisa em sua especialidade em quatro períodos, de acordo com o tipo de abordagem desse grupo de insetos. O primeiro, intitulado “Lineano”, teria começado em 1794, quando Johann Fabricius (1745-1808) completou a publicação de sua *Entomologicae Systematica*, lançando a base taxonômica para a família dos culicídeos. A principal característica desse período, que se estendeu até o final do século XIX, seria o olhar lançado sobre o grupo, visto apenas como objeto da

história natural e sem maiores interesses econômicos e sanitários, tanto que durante todo o século apenas 42 espécies foram descritas por 17 autores, dentre os quais alguns luminares da entomologia, como Pierre-André Latreille (1762-1833), C. R. W. Wiedemann (1770-1840), Jean Baptiste Robineau-Desvoidy (1799-1862) e Enrique Lynch Arribálzaga (1856-1935).

O grupo dos culicídeos chegou, portanto, muito pouco conhecido na década de 1890, quando se inicia o segundo período, denominado “Médico” justamente pelas descobertas de que esses insetos seriam capazes de transmitir doenças. O período termina em 1910 e seria caracterizado pelas pesquisas biomédicas e pela imensa quantidade de espécies descritas, mais de duzentas em apenas dez anos. Segundo Lane (1953), os principais autores desse período, responsáveis pelo maior número de descrições, foram Frederic V. Theobald (1868-1930), Adolpho Lutz (1855-1940) e Daniel William Coquillett (1856-1911). Mas uma série de outros entomólogos produziram monografias de cunho geográfico, marca registrada do período, tomando como parâmetro as fronteiras nacionais, estaduais ou regionais. Assim, surgiram obras como as de Bourroul (*Os Mosquitos do Brasil*, 1904), Felt (*Mosquitoes or Culicidae of New York State*, 1904), Brèthes (*Insectos de Tucumán*, 1905), Grabham (*Notes on some Jamaica Culicidae*, 1905), Autrán (*Los mosquitos argentinos*, 1907), Aitken (*Notes on the Mosquitoes of British Guiana*, 1908), Peryassú (*Os Culicídeos do Brasil*, 1908), Newstead e Thomas (*The mosquitoes of the Amazon region*, 1910) e do próprio Goeldi (*Os Mosquitos no Pará*, 1905).

Toda essa produção representou, sem dúvida, um grande avanço científico, mas acabou gerando, segundo Lane (1953), grande confusão taxonômica em virtude da sinonímia genérica e específica que esses pioneiros criaram, a partir de descrições geralmente baseadas em caracteres triviais dos mosquitos. Portanto, se a confirmação da teoria dos mosquitos e a reorientação conceitual que trouxe a reboque estimulou as pesquisas entomológicas e abriu novas perspectivas para as pesquisas biomédicas, veio também colocar novos problemas e trazer muitas incertezas para uma discussão científica já problemática. Lane (1953) comenta, por exemplo, que o período subsequente a 1910 exigiu intensos estudos biológicos e faunísticos para o estabelecimento de conceitos genéricos que pudessem dar maior segurança às classificações taxonômicas, principalmente torná-las mais ‘naturais’. Da mesma maneira, métodos mais eficientes de controle dos vetores animais foram desenvolvidos no período que finda em 1932. Somente a partir dessa data, o quarto e último período, os gêneros taxonômicos tornaram-se mais

estáveis, permitindo que novas pesquisas fossem realizadas sobre os diferentes estágios de desenvolvimento de mosquitos recém-identificados.

5.2.3 Os Mosquitos no Pará

Em primeiro lugar, vale perguntar o que teria levado Goeldi a se interessar pelo tema, uma vez que o trabalho do zoólogo vinha se concentrando até então na taxonomia e biologia de vertebrados. Poucos grupos de artrópodes tinham merecido a atenção de Goeldi, como os dos crustáceos, aracnídeos e miriápodos (Goeldi, 1886a, 1892b, 1894i, 1895c, 1898b), mas ainda assim sem a conotação médica dada aos estudos com dípteros. Nossa suposição é de que o zoólogo foi atraído para o tema nos anos 1899 e 1900, quando se divulgou amplamente as recentes descobertas relativas ao modo de transmissão da malária. Nessa época, como vimos, Goeldi estava na Europa e pôde acompanhar de perto toda a movimentação acadêmica em torno dos experimentos de Ross e Grassi, percebendo que aí havia um grande campo de investigação científica para o Museu Paraense, localizado numa cidade privilegiada para esse tipo de pesquisa. Em um texto de divulgação publicado em 1900, por exemplo, Goeldi revelou estar acompanhando as novidades da literatura entomológica, fazendo uma breve referência às pesquisas com mosquitos como transmissores de doenças⁴⁷⁹. O próprio interesse que médicos ingleses revelaram pelo assunto, ao mandar para a Amazônia uma expedição científica, parecia confirmar que a região constituía uma das prioridades para a coleta de dados que permitissem consolidar não apenas a teoria dos mosquitos, como também completar o quadro da distribuição geográfica de várias espécies para tornar mais seguras as associações feitas entre a febre amarela e a espécie de mosquito que a transmitia.

Outro fato importante foi a publicação, em 1901, do primeiro volume de *A Monograph of the Culicidae or mosquitoes of the World*. Publicada por Frederic V. Theobald, representava o maior esforço até então realizado para sistematizar o conhecimento do grupo, possível apenas a um naturalista do Museu Britânico na virada do século XX. Segundo Goeldi (1905b, p. 41), foi essa obra que o influenciou, no mesmo ano de sua publicação, a iniciar pesquisas com mosquitos amazônicos. O zoólogo louvou a

⁴⁷⁹ Ao relacionar os artrópodes nocivos ou incômodos ao ser humano, Goeldi (1900e, p. 51) cita o “(...) *carapanã*, *miruim* e *pium* – três grupos de pequenos dípteros muito impertinentes todos e talvez, os primeiros, até veículos do pior dos flagelos da região amazônica – a malária (...)” (itálicos de Goeldi).

“perfeição” desse “admirável trabalho” na parte relativa à sistemática dos culicídeos brasileiros, mas reconheceu que “falhava por via de regra a resposta para uma qualquer [sic] pergunta que eu comigo formulasse acerca dos pormenores biológicos”. Voltando-se para a literatura nacional sobre o assunto, percebeu igual “escuridão” e “sensível incerteza”:

Assim eu, não encontrando, nem por um lado nem por outro, informação satisfatória nem sequer sobre os elementos e os contornos principais da história natural dos *Culicideos brasílicos*, e compenetrado de que sem o conhecimento destes não podia haver possibilidade para uma frutífera discussão do papel sanitário; reconhecendo, enfim, em uma palavra, que para um assunto ferindo tão genuinamente os mais altos interesses vitais do país deve existir um sólido substrato e pedestal com materiais locais, resolvi meter mãos à obra. (Goeldi, 1905b, p. 42)⁴⁸⁰

Citando Grassi, o zoólogo lembrou que desde a demonstração da relação *Anopheles*-malária, “o terreno pertencia ao zoologista preparado em assuntos de medicina e ao médico familiar com assuntos de zoologia” (Goeldi, 1905b, p. 42). O mesmo deveria dar-se, portanto, nos casos do *Stegomyia*-febre amarela e *Culex*-filariose.

Contudo, não apenas um motivo pessoal, uma lacuna no conhecimento zoológico do Brasil e algumas candentes discussões acadêmicas levariam Goeldi a mudar seu objeto de estudo e a se dedicar quatro anos numa mesma pesquisa. Seu súbito interesse pelos dípteros amazônicos também está relacionado a uma demanda do próprio Governo do Pará. Nas décadas de 1890 e 1900, auge da produção gomífera na Amazônia, a febre amarela despontou como um dos principais entraves aos negócios com a Europa, principalmente Inglaterra. O fluxo de imigrantes aumentou consideravelmente e, na sua proporção direta, o número de casos de febre amarela. Em 1895, por exemplo, computou-se menos de cem infectados, mas em 1899 quase quatrocentos (Campos, 1900). De par com a reforma do serviço sanitário e com a montagem de uma estrutura laboratorial e hospitalar – iniciada, como vimos, timidamente pelo governador Lauro Sodré e acelerada pelo seu sucessor, o médico José Paes de Carvalho – a Intendência Municipal de Belém e o

⁴⁸⁰ Há fundamento na observação de Goeldi. Nas reconstituições históricas feitas por entomólogos contemporâneos, o zoólogo suíço ocupa posição pioneira nos estudos de algumas famílias de dípteros. Com exceção dos culicídeos, que já vinham sendo estudados por Adolpho Lutz, Oswaldo Cruz e Emílio Ribas, dentre outros, Goeldi inaugurou as investigações sobre as famílias Chironomidae e Simuliidae no Brasil. Segundo Fittkau (2001, p. 314), Goeldi (1905b) descreveu as primeiras espécies brasileiras de Chironomidae, 102 anos depois de Johann Wilhelm Meigen (1764-1845) estabelecer os dois gêneros da família, *Chironomus* e *Tanypus*, e exatos cem anos depois de Johann Fabricius (1745-1808), discípulo de Meigen, descrever as duas primeiras espécies sul-americanas. Segundo Cerqueira (1967), Goeldi foi o primeiro a caracterizar a família Simuliidae no Brasil, seguido por Lutz.

Governo do Estado elaboraram, então, um amplo programa de saneamento da capital. Foi nesse contexto que Goeldi começou a trabalhar com os mosquitos, tendo recebido irrestrito apoio das autoridades públicas para a execução de suas pesquisas. Como o próprio zoólogo afirmou em seu texto, foi “empurrado para o meio, no campo da ação, [por] circunstâncias alheias à minha vontade” (Goeldi, 1905b, p. 41)⁴⁸¹.

No primeiro dos artigos elaborados por Goeldi sobre o assunto, “Os Mosquitos no Pará encarados como uma calamidade pública”, o naturalista procurou compilar as informações dispersas na bibliografia e descrever as espécies que ocorrem na Amazônia. Também procurou dialogar com a classe médica local e fez várias sugestões às autoridades públicas para o controle dos mosquitos, desde a obrigatoriedade do uso de mosquiteiros nas residências particulares até a organização das ‘brigadas de mosquitos’.

Não nos é possível medir o impacto desse texto na administração estadual, mas certamente foi elaborado com a intenção de ser uma agenda oficial de combate ao mosquito, com informações precisas que possibilitavam qualquer pessoa identificar quais as espécies nocivas e como combatê-las. Em 1902, o texto foi publicado no *Diário Oficial do Estado*, com a clara intenção de fazer chegar a todas as repartições públicas e intendências municipais do interior o que parecia ser o início de uma campanha de esclarecimento público, preconizada por Goeldi como a primeira e mais urgente medida de combate ao mosquito⁴⁸². Em 1906, Vianna (1975) repisaria o caminho, reclamando com a mesma ênfase a necessidade de campanhas e medidas profiláticas contra os mosquitos. Essas campanhas começaram, de fato, em 1907, quando o médico paraense Theodorico Macedo, recém-egresso da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, foi contratado pela *Port of Pará* para sanear a colônia britânica de Val-de-Cans, nas proximidades de Belém. Macedo coordenou a drenagem da área, a telagem dos prédios, a construção e proteção da rede de abastecimento de água. Em apenas três meses, o índice de casos de febre amarela entre os mil habitantes da colônia foi zerado. Mais tarde, em 1910-1911, toda a cidade de Belém seria sacudida pelo exército de exterminadores de mosquitos que Oswaldo Cruz comandou (Fraiha, 1972).

O primeiro artigo de Goeldi se destaca dos demais justamente por introduzir o assunto numa linguagem bastante acessível, tentando sensibilizar médicos, dirigentes

⁴⁸¹ Dentre essas circunstâncias, certamente estavam as mortes de Karl von Kraatz-Koschlau, em maio de 1900, e de Walter Myers, em janeiro de 1901, esta testemunhada por Goeldi, além da grande rotatividade de coletores e preparadores do museu, em razão de ataques de malária (ver capítulo dois).

⁴⁸² No final de 1902, o mesmo artigo começou a aparecer na forma de fascículos na revista carioca *Brazil-Médico*, estendendo-se a publicação até fevereiro de 1903 (cf. Goeldi, 1902-1903).

públicos e a população em geral de que era possível e recomendável tomar atitudes drásticas contra o flagelo dos mosquitos. O zoólogo iniciou o texto descrevendo os gêneros mais comuns no Pará – e que estavam sendo associados à ocorrência de doenças, como o *Anopheles*, o *Stegomyia* e o *Culex*. Goeldi tomou o cuidado de enumerar todos os países onde os referidos mosquitos já haviam sido observados, fazendo coincidir o mapa da distribuição geográfica dos mosquitos com o mapa da distribuição das doenças. Em seguida, o zoólogo tentou fazer comparações com a biologia de cada espécie estudada. Auxiliado por diversos autores e por observações próprias, descreveu a postura dos ovos, o desenvolvimento das larvas, a formação das pupas, o rompimento destas, a alimentação, a digestão, o acasalamento, o zumbido, a escolha do local para a postura dos ovos e, finalmente, a morte. Nesse ciclo, Goeldi chamou a atenção para o “ponto principal”, que faz com que o estudo da biologia dos mosquitos tenha algum interesse sanitário. Esse ponto seria o fato de uma mesma fêmea procurar, em noites sucessivas, diferentes rações de sangue. Segundo Goeldi (1905b, p. 27), “nisso reside a explicação da transmissibilidade de certas moléstias ao homem pelo intermédio do mosquito, como veículo”. O artigo finaliza com um panorama da literatura internacional sobre o assunto, ressaltando o autor as principais autoridades e as questões com que lidavam, e com algumas sugestões práticas para o combate aos mosquitos. Dentre essas, a adoção nas residências particulares de instalações que impedissem o contato do mosquito com o corpo humano; o extermínio dos mosquitos nas residências e das larvas nos locais de criação; e o saneamento de brejos.

No segundo artigo, “Resumo provisório dos resultados da campanha de experiências executadas em 1903, especialmente em relação às espécies *Stegomyia fasciata* e *Culex fatigans* sob o ponto de vista sanitário”⁴⁸³, Goeldi (1905b, p. 43) procurou desenvolver o que havia identificado como o ponto principal da biologia dos mosquitos: “o problema do papel do sangue haurido na economia interna do mosquito-fêmea, em relação com a cópula sexual por um lado, e com o processo da postura dos ovos por outro lado”. Em uma série de experiências (Figura 84), realizadas nos anos de 1902 e 1903, Goeldi manipulou mais de 220 indivíduos adultos do *Stegomyia fasciata* e mais de 260 indivíduos do *Culex fatigans*, além de milhares de ovos e larvas. São as descrições dessas experiências que ocupam a maior parte do artigo. Nos resultados, Goeldi (1905b, p. 69) procurou responder às perguntas previamente formuladas em um questionário, concluindo que a cópula sexual não exercia influência sobre a hemofilia das fêmeas, mas que o sangue seria

⁴⁸³ Publicado pela primeira vez no *Boletim do Museu Paraense*, em 1904 (cf. Goeldi, 1904e).

o “postulado necessário e indispensável para a postura de ovos férteis”. Essa assertiva coloca o zoólogo ao lado de outros que tentavam formular uma lei biológica fundada na relação entre a hemofilia e a postura de ovos pelos mosquitos fêmeas.

O terceiro artigo, datado de 1904, tem por título “Pormenores biológicos principalmente relativos ao ciclo de desenvolvimento das principais espécies indígenas”. É, assim como o anterior, fruto das experiências realizadas por Goeldi. Nele, o zoólogo retornou ao ciclo biológico dos mosquitos, tratando em mais detalhes o que havia esboçado no primeiro de seus textos. Dezesesseis espécies de dípteros foram estudadas, algumas em maior profundidade, como *Culex fatigans* e *Stegomyia fasciata*. Para cada uma das espécies, Goeldi estabeleceu a mesma ordem de questões: postura dos ovos, desenvolvimento da larva e formação da pupa, apresentando cada fase com sofisticadas micrografias e desenhos feitos com o olho no microscópio. Tanto no material ilustrativo quanto no texto, é possível perceber o quanto a formação do zoólogo interferiu na apresentação dos resultados, pois Goeldi procurou ser o mais preciso possível nas suas descrições e preocupou-se com a visualização dos aspectos distintivos de cada gênero, como as antenas, o sifão respiratório anal e as placas labiais das larvas, dentre outros⁴⁸⁴. Após a apresentação das espécies já conhecidas, o zoólogo propôs duas novas espécies para a família Chironomidae (gênero *Chironomus*)⁴⁸⁵, uma para a família Simuliidae (gênero *Simulium*)⁴⁸⁶ e um novo gênero da família Ceratopogonidae (*Haematomyidium*), com uma espécie⁴⁸⁷. O artigo finaliza com uma lista da coleção que o Museu Paraense possuía das dez principais espécies de culicídeos, a partir da qual Goeldi pôde fazer suas primeiras observações sobre a distribuição geográfica dessa família em território amazônico (Figura 85).

⁴⁸⁴ Segundo Fittkau (2001, p. 314), pela primeira vez na América do Sul um estudo sobre a família Chironomidae aparecia com essa qualidade: “(...) não apenas foram os animais adultos descritos e ilustrados em detalhes, mas também os ovos, as larvas, as pupas e o habitat de ambas as espécies [de Chironomidae]. As descrições são tão boas que 50 anos depois era possível encontrar e criar os animais novamente no *locus typicus* no Museu Goeldi”. Contudo, Fittkau faz uma ressalva a um erro de Goeldi, que descreveu estágios imaturos dos insetos como se fossem fases adultas.

⁴⁸⁵ Das espécies propostas por Goeldi, *Chironomus holoprasinus* e *Chironomus calligraphus*, ambas são válidas, mas a primeira foi removida por Fittkau (1965, p. 210) para um novo gênero criado em homenagem ao zoólogo suíço: *Goeldichironomus holoprasinus* Goeldi 1905 (cf. Oliver, 1981).

⁴⁸⁶ A espécie descrita por Goeldi, *Simulium amazonicum*, foi incluída em 1983, por Py-Daniel, como espécie tipo no subgênero *Cerqueirellum*. Em 1967, Cerqueira e Nunes de Mello homenagearam Goeldi denominando nova espécie do subgênero *Coscaroniellum*, táxon que agrupa exclusivamente espécies amazônicas, como *Simulium goeldii* (cf. Coscarón, 1987).

⁴⁸⁷ O gênero proposto por Goeldi, *Haematomyidium*, é considerado atualmente sinônimo júnior do subgênero *Oecacta*, um dos quatro em que se divide o gênero *Culicoides*, família Ceratopogonidae. A espécie tipo descrita por Goeldi foi *Haematomyidium paraense*, ainda válida, mas renomeada como *Culicoides paraensis* Goeldi 1905 (cf. Forattini, 1957).

O quarto e último artigo é, na verdade, um resumo dos anteriores, apresentado originalmente em forma de conferência no Congresso Internacional de Zoologia, em Berna, em agosto de 1904 (Goeldi, 1905d). Goeldi condensou aí alguns pontos sobre a teoria dos mosquitos que estavam em discussão e que julgava ter ajudado a esclarecer, como: as principais espécies de mosquitos que ocorrem na Amazônia e quais as que estariam relacionadas a doenças; o problema da alimentação e sua interferência na duração da vida e na fertilidade das fêmeas; e um outro problema ligado ao anterior, o da relação entre a cópula sexual e a hemofilia das fêmeas. Goeldi também apresentou sua posição na polêmica sobre a pátria do *Stegomyia fasciata*, defendendo uma origem africana para o mosquito.

No que se refere ao ciclo biológico do *Stegomyia* e à etiologia da febre amarela, Goeldi procurou dialogar com médicos paulistas, provavelmente Emílio Ribas e Adolpho Lutz, e com a comissão enviada pelo Instituto Pasteur de Paris ao Rio de Janeiro, divergindo desta nos seus resultados, publicados um ano antes nos *Annales de L'Institut Pasteur* (Marchoux et al., 1903). Afirmando que a comissão francesa “violentou os fatos”, Goeldi (1905b, p. 151) corrigiu as informações que julgava terem sido deturpadas ou mal compreendidas pelos médicos pasteurianos, como os hábitos diurnos da fêmea do *Stegomyia* (e não noturnos); o processo de infecção da febre amarela; a “marcha” nosológica da doença; e a formação de uma “anti-toxina” que explicaria os casos de imunidade natural, favorecida pelas mudanças climáticas.

Nesse debate, a principal questão girava em torno do processo de infecção da febre amarela. Já nos referimos às especulações decorrentes do fato de terem sido refutados, por volta de 1900, todos os micro-organismos até então incriminados por médicos e biólogos, ao mesmo tempo em que se comprovava a transmissão da doença por mosquitos. O problema da infecção, portanto, permanecia em aberto, alinhando-se médicos e biólogos, grosso modo, a favor ou contra a hipótese de uma infecção semelhante à da malária, recém-comprovada. Em 1901, por exemplo, o próprio Grassi já divisava no Congresso Internacional de Zoologia, em Berlim, que o parasita da febre amarela não devia ser muito diverso do da malária, mas certamente era mais difícil de ser observado por suas qualidades óticas, por ser refratário aos corantes utilizados na microscopia e por seus hábitos ainda desconhecidos (Grassi, 1901). Dois anos depois, a comissão francesa que visitou o Rio de Janeiro, mesmo fracassando ao tentar identificar o agente causador da

febre amarela, defendeu o mesmo princípio, ou seja, que o processo de infecção da doença dava-se pela ação conjunta de um mosquito e um parasita (Marchoux et al., 1903).

Goeldi (1905b, p. 150), por sua vez, confessou-se

(...) impelido à suposição de que uma tal analogia, que quadrasse total e completamente, não existe e que o ‘agens’ deve ser antes suposto na forma de um veneno orgânico, numa toxina que em primeira instância normalmente possui a sua sede e ponto de partida nas glândulas salivares de *Stegomyia fasciata* e é inoculado [sic] ao homem mediante a picada.

Nesse caso, cada picada seria uma “infecção parcial”. A infecção total dar-se-ia pelo efeito somado de todas as picadas isoladas.

Injetado no sangue, o veneno agiria no fígado, “seja na luta contra este (o que julgo mais provável), seja como aliado dele (podendo talvez transformar por sua vez em toxinas novas, venenosas) (...)” (Goeldi, 1905b, p. 150). Em qualquer uma das possibilidades, seria a atividade anormal do fígado que desencadearia a doença, cujas expressões interna e externa seriam a cor amarelada do próprio órgão e também da epiderme. Segundo Goeldi, essa idéia era reforçada pela analogia com outros tipos de envenenamento, provocados pela mordedura de animais (cobras, aranhas, escorpiões e carrapatos) ou substâncias químicas, como o fósforo. Em todos os casos, o *icterus* e a “destruição hemolítica” pareciam ser os fenômenos nosológicos mais gerais.

Goeldi (1905b, p. 151) atribuiu o adoecimento dos imigrantes a uma infecção total pelo *Stegomyia*, seguida de um “embaraço gástrico (catarro intestinal, resfriamento, etc.)”. Esse embaraço agiria como o detonador de uma arma de fogo carregada e armada (a infecção total). Se ocorresse em determinado prazo, a doença se desenvolveria. Caso contrário, ocorreria a imunização natural. É dessa maneira que o zoólogo explica a maior incidência da doença entre os imigrantes. Além de terem “aspecto florescente”, serem cheios de sangue e transpirem excessivamente – exercendo assim uma atração especial nos mosquitos – eles não teriam armazenados em seu organismo os elementos necessários à formação de uma “anti-toxina”, capaz de neutralizar a infecção provocada pelo *Stegomyia*. A origem, a atuação e o tempo necessário para a formação dessa anti-toxina, em quantidade suficiente, não foram bem explicados por Goeldi. O zoólogo limitou-se apenas em afirmar que seria produzida pelas mudanças climáticas e acumulada no organismo, formando um lastro no metabolismo que permitia, num determinado prazo, a imunização natural:

Um pequeno saldo diário a favor da antitoxina aproxima, para aquele que reside continuamente num ambiente de febre amarela, a chegada da imunização; a relação inversa porém se inicia, por exemplo, por um embaraço gástrico, repetindo-se caso e efeito [sic] da gota d'água, pela qual o copo repleto é levado a transbordar. (Goeldi, 1905b, p. 152)

Chegando à explicação das epidemias, Goeldi estabeleceu dois tipos de infecção. Quando ocorria em uma pessoa sã por um doente amarílico, via mosquito, a toxina tenderia a aumentar sua virulência e seu efeito. Dessa maneira, surgiriam as epidemias e os casos com duração mínima de desenvolvimento. Por sua vez, a intoxicação lenta, produzida a cada picada, explicaria o surgimento abrupto e “natural” de novos focos da doença. Esse seria, segundo o zoólogo, mais um argumento a favor do veneno amarílico. Uma vez que a “marcha nosológica” da doença, com seus diversos estágios, era considerada irregular, dependendo de cada caso, seria difícil supor a existência de um parasita tal como o da malária, cujo ciclo de vida estaria necessariamente preso a regras e prazos bem definidos, incluindo aí um período de incubação.

Finalmente, Goeldi propôs novos ensaios para comprovar a ação deletéria da saliva do mosquito sobre o sangue e o fígado. O mais urgente seria a preparação de quantidade suficiente de saliva “em estado de reação plenas”, de maneira que pudessem ser feitas “experiências diretas fisiológicas e terapêuticas e fizesse mais nítido o processo de intoxicação (...)” (Goeldi, 1905b, p. 153). À semelhança dos soros anti-ofídicos, produzidos a partir do veneno das próprias serpentes, Goeldi também acreditava ser possível a fabricação, em tempo não muito distante, de um “soro anti-amarílico”, desenvolvido a partir da secreção salivar dos mosquitos ou da interação do sangue haurido com a saliva. O zoólogo lembrou que alguns médicos brasileiros, alopatas e homeopatas, já vinham tratando de doentes amarílicos, com algum sucesso, por meio da injeção do “serum anti-crotalico”, específico para tratamento da mordedura da cascavel, e do “serum anti-bothropico”, para o caso da jararaca. Não de todo convencido da eficácia desse tratamento, posto que não se baseasse em fatos cientificamente comprovados, Goeldi acreditava, contudo, que o princípio da cura pelo seu específico, o contraveneno, havia sido apontado pela empiria como a solução para o flagelo da febre amarela.

Algumas considerações merecem ser feitas sobre esse último trabalho de Goeldi. Em primeiro lugar, podemos considerá-lo como uma segunda mudança de rota ao longo de sua obra. Assim como o início de suas pesquisas com dípteros representou a abertura de

um tipo de investigação até então inédito na sua vida, mais próximo da entomologia médica, o último trabalho de “Os Mosquitos no Pará” colocou Goeldi no centro dos debates biomédicos relacionados à febre amarela, incluindo a clínica e a anatomia patológica. Ainda mais próximo da medicina, Goeldi passaria a se dedicar amiúde ao estudo das doenças transmitidas por animais. O livro *Die sanitärisch-pathologische Bedeutung der Insekten und verwandten Gliedertiere, namentlich als Krankheits-Erreger und Krankheits-Überträger* (“A importância sanitário-patológica dos insetos e animais articulados aparentados, especialmente como agentes patogênicos e transmissores de doenças”), originário de um ciclo de conferências ministrado na Universidade de Berna e publicado em 1913, quando o zoólogo já havia se retirado para a Suíça, parece confirmar essa mudança no perfil de sua obra (Figura 86)⁴⁸⁸.

Em segundo lugar, Goeldi, mesmo defendendo a existência da toxina amarílica, não eliminou a possibilidade da febre amarela ser causada por um parasita. Segundo o zoólogo, “eu menos me oponho à aceitação de um parasita em geral, do que à de um parasita do sangue relativamente tão grande e proporcionalmente bem desenvolvido, como nos casos da Malária e da Filariose” (Goeldi, 1905b, p. 150, nota). Ou seja, Goeldi deixa espaço nos seus projetos de pesquisa para a possibilidade de vir a encontrar “uma daquelas diminutíssimas formas de bactérias”, que não pudesse ser vista isoladamente com os meios óticos então disponíveis, mas somente quando agrupada em “massas compactas”. Nesse sentido, segue de perto as conclusões dos médicos ingleses que estiveram em Belém, Durham e Myers, e que chegaram a perseguir, nos órgãos de pessoas doentes e nos mosquitos, uma “bactéria” que lhes aparecia regularmente ao microscópio (Durham, 1901, 1902).

Por fim, cabe ressaltar que a posição teórica de Goeldi não estava distante da de outros cientistas que trabalhavam no Brasil. São os casos de Oswaldo Cruz, Diretor Geral de Saúde Pública, e de João Batista de Lacerda (1846-1915), então diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro. O primeiro publicou, em 1903, uma série de artigos na imprensa carioca sobre a profilaxia da febre amarela, tratando dos experimentos realizados em Cuba por Reed e equipe, e dos experimentos que confirmaram os resultados dos

⁴⁸⁸ Além desse livro, Goeldi também proferiu palestras e publicou outros textos sobre a “entomologia aplicada”, como chamava. Ver, por exemplo, Goeldi (1913d, 1914b, 1918). Outra mudança perceptível no obra de Goeldi após seu retorno para a Suíça são os estudos genéticos, iniciados em 1913 (Goeldi, 1913e, 1914c, 1916, 1917a, 1917b).

médicos norte-americanos, levados por Ribas em São Paulo⁴⁸⁹. Nesses textos, Cruz defende com convicção o papel do mosquito na transmissão da febre amarela, mas deixa em aberto a questão do “agente causal” da doença.

Lacerda, por sua vez, movera na década de 1890 seu bem sucedido objeto de pesquisa, o ofidismo, para a etiologia da febre amarela (assim como Goeldi, o médico também se sentiu atraído pelo assunto). Lacerda já havia demonstrado como o veneno das serpentes atuava no organismo humano, à maneira de fermentos solúveis, provocando efeitos que, para Benchimol (1999, p. 185), “causaram profunda impressão sobre os médicos da época por coincidir com a imagem que faziam dos estragos intra-orgânicos causados pela febre amarela”.

Em 1891, Lacerda divulgou a descoberta de um fungo polimorfo, o *Fungus febris flavae*, como sendo o agente causador da febre amarela. Veiculado pelos objetos, a infecção dar-se-ia pela inalação ou ingestão da poeira do ar ou de alimentos contaminados. Mas, segundo Benchimol (1999, p. 212-213), não obstante o suposto agente patogênico aproximar-se de uma forma vegetal microscópica,

(...) ao descrever os mecanismos pelos quais o fungo se apoderava do organismo humano, [Lacerda] acrescentou-lhe mais um atributo, este tipicamente bacteriano, associado aos bacilos que vinham se multiplicando na literatura médica como classe preponderante de agentes patogênicos. Por analogia com o cólera, a difteria, o tétano e outras doenças, partia da premissa, não demonstrada experimentalmente, de que o germe da febre amarela agia também por meio de uma toxina. Além de esclarecer fenômenos não redutíveis às localizações e lesões descritas anteriormente, [a ação dessa toxina] restabelecia aquele nexos tão importante com as pesquisas sobre ofidismo.

Em outras palavras, Lacerda propôs um germe amarílico que, assim como o veneno ofídico e algumas bactérias, agia por meio de uma toxina, capaz de afetar o sangue, o aparelho digestivo e passível de tratamento pela soroterapia. Quanto a Goeldi, não acreditava na existência de um microorganismo causador da febre icteróide, fosse bacilo ou fungo. Para o zoólogo, tratava-se de um envenenamento químico provocado pela picada de mosquitos. Mas, ao elaborar sua hipótese, combinou, assim como Lacerda, elementos de diferentes tradições de pesquisa, atando bacteriologia e ofidismo. Para reforçar seu argumento, Goeldi comparou, também como Lacerda havia feito muitos anos antes, os

⁴⁸⁹ Esses artigos, no total de sete (todos com o título “Prophylaxia da Febre Amarela”), foram publicados no *Jornal do Commercio* e em *O Jornal*. Todos estão disponíveis *on-line* em <http://www2.prossiga.br/Ocruz/> (último acesso em 7 de novembro de 2005).

efeitos do envenenamento químico sobre o organismo com os efeitos patológicos da febre amarela. Também citou, como possibilidade de investigação científica, o tratamento da doença por meio dos soros anti-ofídicos.

Foram esses e outros debates, travados no Brasil com intensidade pouco comum, que fizeram Goeldi ver com boa dose de otimismo as pesquisas em curso no país. No último trabalho de “Os Mosquitos no Pará”, o zoólogo previu para um futuro não muito distante a solução de um problema que afligia a humanidade, caso fosse confirmada a teoria do envenenamento químico ou encontrado um parasita para a febre amarela. Em qualquer dos casos, o Brasil parecia se constituir, aos olhos do zoólogo, lugar privilegiado para experimentos científicos e profiláticos. Exemplo maior de que o país adentrava finalmente no “porto seguro do saber positivo” era o “procedimento radical” que o chefe do serviço sanitário federal, Oswaldo Cruz, aplicava no Rio de Janeiro (Goeldi, 1905b, p. 153).

5.2.4 A saúde pública na agenda do Museu Paraense

“Os Mosquitos no Pará” pode ser considerado um trabalho característico da virada do século XX, quando zoologia, bacteriologia e saúde pública eram quase indivisíveis. O próprio Goeldi, ratificando a posição de seu colega italiano Grassi, reconhecia a necessidade de ampliação das fronteiras do conhecimento científico, extrapolando competências e campos disciplinares. Foi um zoólogo, por exemplo, que incitou dirigentes públicos a assumirem um compromisso com o saneamento de Belém, bem como provocou parte da classe médica que ainda se mantinha cética com relação ao papel dos mosquitos na transmissão de doenças. Ao mesmo tempo, desenvolveu pesquisas que incluíram a observação do ciclo biológico dos mosquitos, experimentos com a alimentação e desova, inventário e descrição de espécies que ocorrem na Amazônia⁴⁹⁰.

Contudo, a linha de pesquisa aberta por Goeldi no Museu Paraense não teve continuidade. Após a publicação dos quatro trabalhos do zoólogo nas *Memórias do Museu Paraense*, em 1905, não mais registramos atividades relacionadas à entomologia médica, etiologia e profilaxia de doenças na instituição. Esta continuou voltada, sobretudo, para as

⁴⁹⁰ Esse programa não era de todo distinto das pesquisas que Goeldi efetuou com vertebrados, como vimos no capítulo anterior. No caso dos dípteros, Goeldi privilegiou os estudos biológicos, tal como vinha fazendo com as aves, deixando em segundo plano a taxonomia. Mas acrescentou um elemento ‘aplicado’ nas pesquisas, sua utilidade médica.

ciências naturais e, posteriormente, também para as humanas, enquanto a pesquisa em saúde institucionalizou-se em outros locais ao longo das décadas de 1900 e 1910, como nas sociedades médicas, nos órgãos governamentais e nas faculdades de farmácia e medicina.

Também não registramos repercussões importantes das pesquisas de Goeldi no âmbito da administração estadual. Excetuado o isolamento dos doentes em hospital próprio, parecem não ter sido implementadas, até 1910, ações governamentais em Belém no sentido de controlar a epidemia de febre amarela por medidas profiláticas, tal como Goeldi propôs em 1902⁴⁹¹. Em setembro de 1903, o governador Augusto Montenegro, o Secretário da Saúde Pública e uma comissão de médicos foram verificar pessoalmente os resultados das pesquisas de Goeldi no Museu Paraense, elogiando-as em um testemunho lavrado no livro de visitantes (Goeldi, 1905b, p. 1), mas o fato é que não há registros de que tenham executado as recomendações feitas pelo zoólogo⁴⁹².

A despeito de ser isolada dentro do Museu Paraense e de não ter sido absorvida como política pública pelo Estado na época em que foi publicada, a obra de Goeldi teve um alcance no meio científico que merece ser destacado. Por exemplo, ao resenhar um dos trabalhos de Goeldi (1904e), o entomólogo J. C. H. de Meijere, do Museu Zoológico de Amsterdã, mencionou aquilo que viria a ser tomado como a maior contribuição do zoólogo suíço no assunto, os estudos biológicos relativos aos dípteros. Meijere (1904) ressaltou os experimentos com a alimentação dos mosquitos, a copulação e a desova⁴⁹³. Em outra resenha, sobre os trabalhos que apareceram posteriormente (Goeldi, 1905b, 1905d), Meijere (1905b) voltou a dar relevo para os estudos biológicos e ecológicos presentes na

⁴⁹¹ Em 1907, como já referimos, Theodorico Macedo promoveu a reforma sanitária da colônia britânica de Val-de-Cans, mas foi contratado por uma empresa cujo capital tinha participação de investidores daquele país, a *Port of Pará*. Somente em 1910-1911, Oswaldo Cruz comandaria com sucesso uma campanha de profilaxia da febre amarela em Belém, a convite do então governador João Coelho.

⁴⁹² Há, inclusive, dificuldade na obtenção de fontes secundárias sobre as pesquisas de Goeldi. Poucos analistas da obra do zoólogo citam suas pesquisas na área da entomologia médica, como Vaz (1934) e Cunha (1972), ainda assim de passagem. Quanto aos autores que escreveram sobre a história das epidemias no Pará, como Vianna (1975[1906]), Fraiha (1972), Costa (1973) e Britto e Cardoso (1973), não fazem uma referência sequer ao trabalho de Goeldi. Provavelmente, como demonstram as três últimas obras, a passagem de Oswaldo Cruz pela Amazônia eclipsou as pesquisas do zoólogo suíço.

⁴⁹³ Não podemos deixar de mencionar a observação final de Meijere, quando o cientista lamenta que o artigo de Goeldi tenha sido escrito em “espanhol”, o que tornava suas “interessantes informações” de difícil acesso para os pesquisadores interessados. Essa observação nos dá uma idéia do que significou para Goeldi manter uma publicação na língua portuguesa, bem como ilumina as razões pelas quais Goeldi e outros estrangeiros que trabalhavam no Brasil publicavam tanto no exterior e mantinham estreitos vínculos com cientistas localizados na Europa.

“imponente obra”⁴⁹⁴, mas chamou a atenção para o desconhecimento de Goeldi de um estudo prévio de Lutz sobre a família Ceratopogonidae, bem como apontou uma séria contradição na teoria de Goeldi sobre o modo de infecção da febre amarela. Segundo Meijere, a suposta toxina amarílica não explicava por que a doença não se manifestava em algumas regiões habitadas pelo *Stegomyia fasciata*.

Outro crítico contumaz da obra de Goeldi, Hermann von Ihering, ressaltou igualmente a “importância do assunto e a rica ilustração dada à obra [“Os Mosquitos no Pará”], por numerosas figuras e belíssimas estampas coloridas e as numerosas observações biológicas”. Mas evitou manifestar-se sobre o papel do *Stegomyia* na transmissão da febre amarela, pois seria “questão puramente médica ou de bacteriologia” (Ihering, 1907a, p. 453). Quanto à teoria do envenenamento químico como causa da doença, formulada por Goeldi, Ihering apenas mencionou que era “facilmente atacável” e que seguia “rumo inteiramente oposto às [teorias] que atribuem a febre à ação de um micróbio parasita do sangue, ainda desconhecido” (Ihering, 1907a, p. 454).

A repercussão do trabalho de Goeldi também pode ser atestada pela rede científica que manteve. Durante sua pesquisa, Goeldi estabeleceu contato com duas das maiores autoridades em entomologia, Frederic Theobald, do Museu Britânico, e Adolpho Lutz, então diretor do Instituto Bacteriológico de São Paulo. Juntamente com Lutz, Goeldi esteve entre os principais interlocutores de Theobald no Brasil. Enviou regularmente espécimes de mosquitos para Londres e foi consultado sobre questões taxonômicas e biogeográficas. O auxílio de Theobald valeu-lhe uma referência especial na obra de Goeldi (1905b), assim como o inglês reconheceu a importância das pesquisas do colega suíço no terceiro volume de *A Monograph of the Culicidae or mosquitoes of the World*, publicado em 1903⁴⁹⁵.

Quanto a Lutz, foi considerado por Goeldi (1905b, p. 45) como um dos “principais fomentadores de estudos originais sobre a vida dos mosquitos no Brasil, o mais antigo (...)”. Os dois trabalharam juntos na identificação do gênero *Simulium* em território

⁴⁹⁴ Ilustrações e estampas foram elogiadas por Meijere (1905b, p. 758): “As estampas referentes à metamorfose são muito valiosas, podendo-se considerar as 5 estampas coloridas das *imagines* [registro iconográfico dos insetos adultos] como primorosas”.

⁴⁹⁵ Goeldi entrou em contato com Theobald em janeiro de 1902, por meio de Ernest Edward Austen (1867-1938), entomólogo do Museu Britânico que participou da Expedição Faraday, pelo rio Amazonas, em 1895-1896. Em um bilhete dirigido a Theobald, Austen anexou uma carta de Goeldi e pediu ao colega para atender as solicitações do diretor do Museu Paraense, definido como “um bom homem, a quem vale ajudar (...)”. Cf. Carta de E. E. Austen a F. V. Theobald. Londres, 7 de janeiro de 1902. Disponível na Biblioteca Virtual Adolpho Lutz, <http://www.bvsalutz.coc.fiocruz.br/html/pt/static/correspondencia.htm>. Último acesso em 7 de novembro de 2005.

brasileiro. Goeldi, estimulado por trabalho do colega publicado em 1903⁴⁹⁶, no qual se refere de passagem à ocorrência do gênero no sul do Brasil, decidiu-se pela classificação da mosca “piúm”, muito comum na Amazônia, como *Simulium amazonicum*. Antes de publicar sua descrição, Goeldi enviou o material para Theobald e também para Lutz. Este último confirmou que os exemplares eram, de fato, *Simulium*, e afirmou ter encontrado mais três espécies do gênero. Lutz, contudo, descreveu apenas duas espécies, e somente em 1910, passando Goeldi como o primeiro a caracterizar o gênero no Brasil (Cerqueira, 1967).

Outros analistas também registraram o pioneirismo de Goeldi na classificação de dípteros brasileiros e nos estudos biológicos desses insetos. Segundo Christophers (1960), “Os Mosquitos no Pará” se destaca das publicações da época por divulgar as mais precisas ilustrações sobre os insetos, na forma de micrografias, desenhos e cromolitografias. Goeldi teria sido o primeiro a registrar a *imago* (fase adulta ou estágio reprodutor de um inseto) de várias espécies de culicídeos (Figuras 87 e 88). Fittkau (1965, 2001), por sua vez, coloca Goeldi como pioneiro no estudo da família Chironomidae no país, enquanto Felipe-Bauer e Oliveira (2001) relacionam Lutz, Coquillet e Goeldi como os iniciadores das investigações sobre Ceratopogonidae. Goeldi teria descrito a mais importante espécie dessa família em termos econômicos (*Culicoides paraensis*), vetora de filarioses e viroses que atingem o ser humano e os animais.

Não obstante ser reconhecida no âmbito da zoologia e entomologia médica, as pesquisas de Goeldi nesse ramo permaneceu pouco estudada por historiadores e memorialistas, como se fosse obra estranha ou menor dentro do conjunto de atividades do zoólogo e da instituição. Ela é, sem dúvida, menor no que se refere ao número de trabalhos publicados, mas não menos importante em razão da densidade desses estudos e da repercussão que tiveram no meio científico. Já nos referimos ao fato das fronteiras disciplinares entre zoologia e medicina serem permeáveis no final do século XIX, o que torna compreensível e nada estranho o interesse de Goeldi e de outros zoólogos pela bacteriologia. Também nos referimos ao fato de Goeldi ter se dedicado durante quatro anos a essas investigações, certamente as que mais lhe ocuparam o tempo no período. Por outro lado, se considerarmos que Goeldi deu continuidade a seus estudos na Suíça, “Os Mosquitos no Pará” ganha visibilidade no conjunto da obra do zoólogo, tornando-se

⁴⁹⁶ Lutz, A. Nota preliminar sobre os insectos sugadores de sangue, observados nos Estados de S. Paulo e Rio de Janeiro (Rio de Janeiro, 1903), apud Goeldi (1905, p. 139).

necessário re-qualificarmos essa obra em razão da inflexão que sofreria no início do século XX, provocada pela emergência da entomologia médica e da genética.

Cabe, por fim, mais um comentário: o envolvimento de Goeldi com a entomologia médica é um importante fator de distinção entre a agenda científica do Museu Paraense e a do Museu Paulista⁴⁹⁷. Diferentemente de Goeldi, Ihering demarcou fronteiras impermeáveis entre zoologia e bacteriologia. Por outro lado, as pesquisas de Goeldi o aproximam de sua antiga instituição, o Museu Nacional do Rio de Janeiro, onde Lacerda vinha trabalhando há anos numa perspectiva médica e econômica (Benchimol, 1999). Também alinham o zoólogo suíço ao movimento pela institucionalização da pesquisa bacteriológica em São Paulo e no Rio de Janeiro, cujos nomes mais conhecidos são Adolpho Lutz (no caso do Instituto Bacteriológico de São Paulo, criado em 1892) e Oswaldo Cruz (no caso do Instituto Soroterápico de Manguinhos, criado em 1900).

Essa constatação leva-nos a novas perguntas sobre a chamada ‘revolução pasteuriana’ no Brasil e sobre o papel dos museus de história natural nos debates médicos do final do século XIX e início do XX. Como se deu a recepção do arsenal teórico da bacteriologia no país, levando-se em consideração os pólos de produção de conhecimento espalhados em várias cidades? Como as descobertas realizadas no período, principalmente as que comprovaram serem os insetos elementos fundamentais no processo de infecção de várias doenças, repercutiram nas agendas científicas dos museus? E como os caminhos abertos no âmbito da bacteriologia e da zoologia cruzaram-se com as pesquisas mais tradicionais no âmbito das ciências naturais? No caso que estudamos, algumas respostas podem ser encontradas no percurso intelectual de Goeldi: após ser requisitado pelo governo estadual a apresentar um relatório sobre a profilaxia da febre amarela, o zoólogo compilou dados extraídos da literatura sobre as espécies de mosquitos associadas à transmissão de doenças, destacando as perguntas feitas pelos bacteriologistas aos zoólogos. Em seguida, enveredou pelas pesquisas biológicas, pela classificação e distribuição geográfica dos dípteros amazônicos, dando por encerrada a investigação apenas quando elaborou uma teoria sobre a infecção da febre amarela, a qual reunia os vários elementos articulados anteriormente, ou seja, a determinação da espécie responsável pela transmissão, seu ciclo de vida, seus hábitos e os efeitos destes no organismo humano.

⁴⁹⁷ Lembramos dos comentários de Alves (2001) sobre a especificidade da agenda do Museu Paulista, que reunia, devido a contingências políticas, principalmente relacionadas ao prédio onde se localizava (Monumento do Ipiranga), história natural e história.

5.3 O Museu Paraense e a fronteira amazônica

A forte interação entre demandas políticas, econômicas e científicas no Museu Paraense não foi exclusiva da gestão de Goeldi ou de sua obra enquanto cientista. Existem outros exemplos que valem ser citados, mesmo que brevemente, para ilustrar a permanência dessa interação. Eles ocorrem sobretudo com Jacques Huber, em cuja obra é perceptível um deslocamento de interesse que fez o botânico abandonar seu projeto inicial de estudar musgos e líquens na Amazônia para dedicar-se às plantas produtoras de látex, às árvores frutíferas e às madeiras, assuntos nos quais se tornou autoridade de renome⁴⁹⁸.

Essa transformação na carreira de Huber pode ser considerada um reflexo incontornável da demanda por informações científicas relacionadas a espécies economicamente importantes, principalmente as produtoras de látex. No caso destas, Huber estudou a classificação e distribuição geográfica; pragas, reprodução e cultivo; instrumentos e processos tecnológicos de sangramento e defumação, em estreita conexão com o motor da economia amazônica da época. Quando a Inglaterra iniciou a comercialização do látex produzido nas plantações do Oriente e anunciou a dimensão de seus investimentos, no alvorecer do século XX, re-equacionou a chamada ‘problemática’ da borracha amazônica, fazendo a preocupação local deslocar-se do declínio da produção agrícola para a baixa produtividade do extrativismo do látex.

Huber acompanhou de perto esse processo. Em função da demanda internacional e do próprio Governo do Pará, o botânico reverteu quase que imediatamente as prioridades científicas do Museu Paraense quando assumiu sua direção, em 1907. A partir desse momento, Huber passou a se dedicar quase que exclusivamente ao assunto, dirigindo plantações experimentais de seringueiras; estudando medidas para melhorar a produção de látex e a qualidade do produto local, de maneira a torná-lo mais competitivo; participando ativamente de congressos e feiras internacionais; atuando como emissário do governo paraense numa extensa viagem às plantações de seringueiras no Oriente; elaborando e implementando propostas de incentivo à agricultura, principalmente de cacau, como atividade econômica alternativa ao extrativismo do látex (Huber, 1907, 1908b, 1912)⁴⁹⁹.

⁴⁹⁸ O assunto foi abordado em Sanjad (2003b) e em Maio et al. (2005). A relação mais completa da obra de Huber está em Beauverd (1914).

⁴⁹⁹ Ver, ainda, os seguintes documentos: “These IV – A Cultura do Cacau. Necessidade de sua reorganização em todo o Estado. Importância do beneficiamento”, julho de 1913. Manuscrito; “Instruções para o serviço de

A carreira e a gestão de Huber à frente do Museu Paraense mostram a continuidade das demandas do Estado sobre a instituição após a saída de Goeldi, e que essas demandas foram tão importantes para a construção do museu e o delineamento de sua agenda de pesquisa quanto o ambiente museal mais amplo⁵⁰⁰. Essa característica revela uma instituição multifacetada, com distintas – mas associadas – frentes de atuação, incluindo a manutenção de um parque zoológico e de exposições educativas; a investigação científica; a formação e o intercâmbio de coleções; e o desenvolvimento de estudos que hoje denominaríamos ‘aplicados’, no sentido de municiar o Estado de informações científicas úteis para a consolidação do território nacional e para a resolução de problemas sociais e econômicos⁵⁰¹.

O envolvimento do Museu Paraense com as questões regionais e sua proximidade das ações governamentais podem ser explicados pelo fato da Amazônia configurar-se, desde a segunda metade do século XIX, como *fronteira econômica*, fornecedora de uma matéria prima fundamental para a expansão do capitalismo internacional (Weinstein, 1993), e também como *fronteira científica*, ou seja, como território a ser incorporado à sociedade ocidental por meio da ciência (Faulhaber, 2005)⁵⁰². Essa perspectiva também pode iluminar a constituição da agenda de pesquisa do museu, a qual, como vimos no capítulo anterior, possuía traços regionais bastante marcados, embora entrelaçados a discussões internacionais. O processo de construção institucional do Museu Paraense requer, portanto, um olhar atento para os significados que a Amazônia adquiriu para a ciência no final do século XIX e para o agenciamento das instituições promovido pelo Estado no sentido de ampliar sua ação no território amazônico.

assistência aos plantadores de cacão no Rio Tocantins”, 20 de novembro de 1913. Manuscrito. AMPEG, Gestão Jacques Huber (1907-1914).

⁵⁰⁰ O mesmo parece ter acontecido com o Museu Nacional e o Museu Paulista, como indica Lima (1989, p. 73-74)

⁵⁰¹ O leitor não deve confundir nossas conclusões com os argumentos de Schwarcz (1989, 1993, 2003), para quem o Museu Paraense (e Emílio Goeldi) estavam imersos em um debate político da época, mas influenciado pelo darwinismo social e centrado na relação entre raça e desenvolvimento. Não localizamos, em toda a obra de Goeldi (ou de outro cientista do Museu Paraense), qualquer traço de um debate racial tal como nos é apresentado por Schwarcz. Tratamos do assunto em outro lugar (Sanjad, 2001b).

⁵⁰² Segundo Faulhaber (2005), *fronteira econômica* e *fronteira científica* são os dois lados de uma mesma moeda, devendo a história das instituições amazônicas ser estudada na intersecção entre a constituição do campo científico no Brasil, a construção do Estado Nacional e a intervenção regional promovida por ele com fins de exploração ou conservação de recursos naturais. Perspectiva semelhante foi apresentada por Lima (1989, p. 74), quando analisa o envolvimento de Ihering no debate sobre o destino dos povos indígenas (e essa parece ser outra diferença entre as agendas dos Museus Paraense e Paulista), associando seu discurso anti-indígena com a expansão da “fronteira paulista”.

ILUSTRAÇÕES – O MUSEU PARAENSE E AS QUESTÕES REGIONAIS

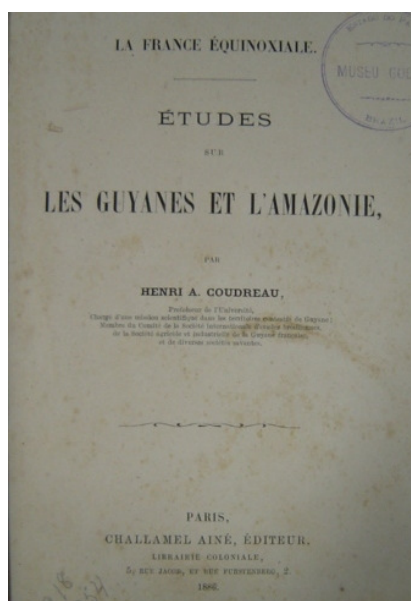


Figura 70: Página de rosto do livro *La France Équinoxiale – Études sur les Guyanes et l'Amazonie*, de Henri Coudreau (1886), pedra de toque da diplomacia francesa durante o Contestado do Amapá. Esse exemplar, pertencente à biblioteca do Museu Paraense, tem várias anotações de Goeldi.



Figura 71: Mapa das “Divisões Políticas do Brasil”, copiado da versão brasileira do livro de Reclus (1899, p. 460). As áreas de cor cinza, no norte e no sul, eram zonas em litígio internacional. Observar que Reclus não distinguiu as Guianas Francesa, Holandesa e Inglesa, identificando-as simplesmente como “Guianas”. Ao sul aparece a área reivindicada pela França, que ia do rio Branco (Roraima) ao rio Araguari (Amapá), e cuja descrição e análise Reclus extraiu da parte relativa ao Brasil.



Figuras 72 e 73: As duas fotografias fazem parte do levantamento fotográfico feito por Goeldi no Amapá, em 1895, mostrando a população, as vilas e a paisagem local. No Arquivo Particular do Barão do Rio Branco, depositado no Arquivo Histórico do Itamaraty (RJ), existem 54 fotografias (cópias em papel) do Amapá. Localizamos alguns originais dessas fotografias (negativos de vidro) na Coleção Fotográfica do Museu Paraense Emílio Goeldi, incluindo as duas fotos acima. A imagem é incontestável: os habitantes eram brasileiros!

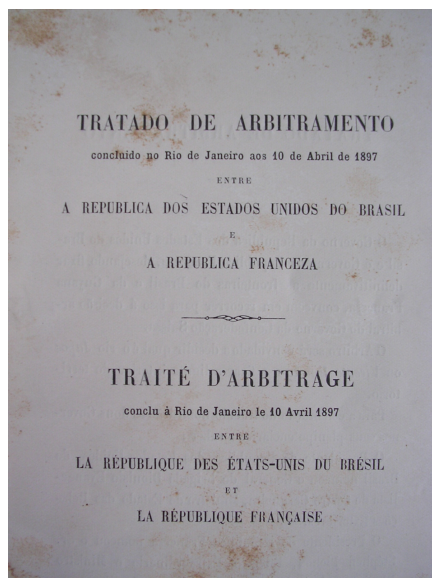
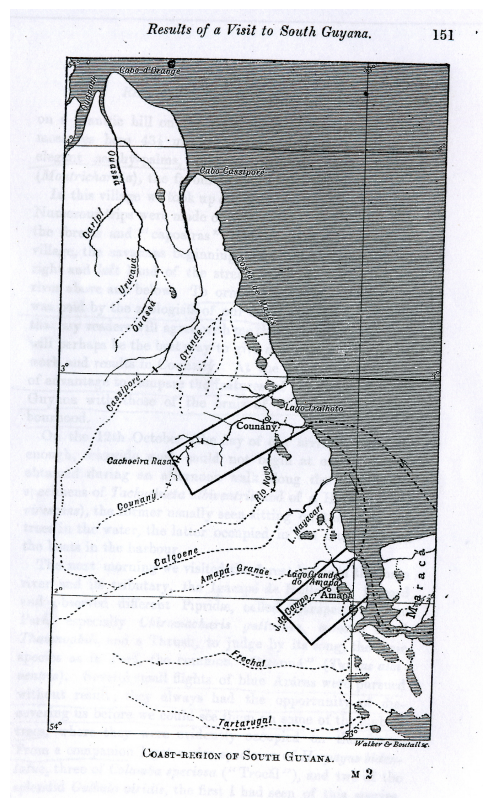
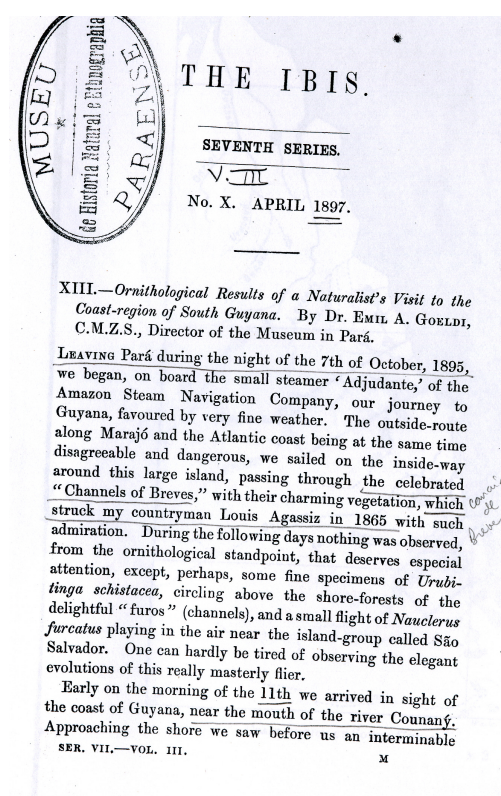


Figura 74: Página de rosto do “Tratado de Arbitramento” assinado entre os governos brasileiro e francês em 10 de abril de 1897, declarando de comum acordo o arbitramento do governo suíço na questão do Contestado do Amapá. O documento encontra-se no Arquivo Particular do Barão do Rio Branco, AHI (RJ).



Figuras 75 e 76: O artigo “Ornithological results of a Naturalist’s Visit to the Coast-Region of South Guyana”, de Goeldi (1897h), foi publicado com destaque em *Ibis*, abrindo o número 10, terceiro volume, série sétima. À direita, o mapa do litoral norte da Guiana Brasileira (Contestado), incluso no artigo (p. 151), destacando as explorações no rio Cunani e igarapé do Campo.

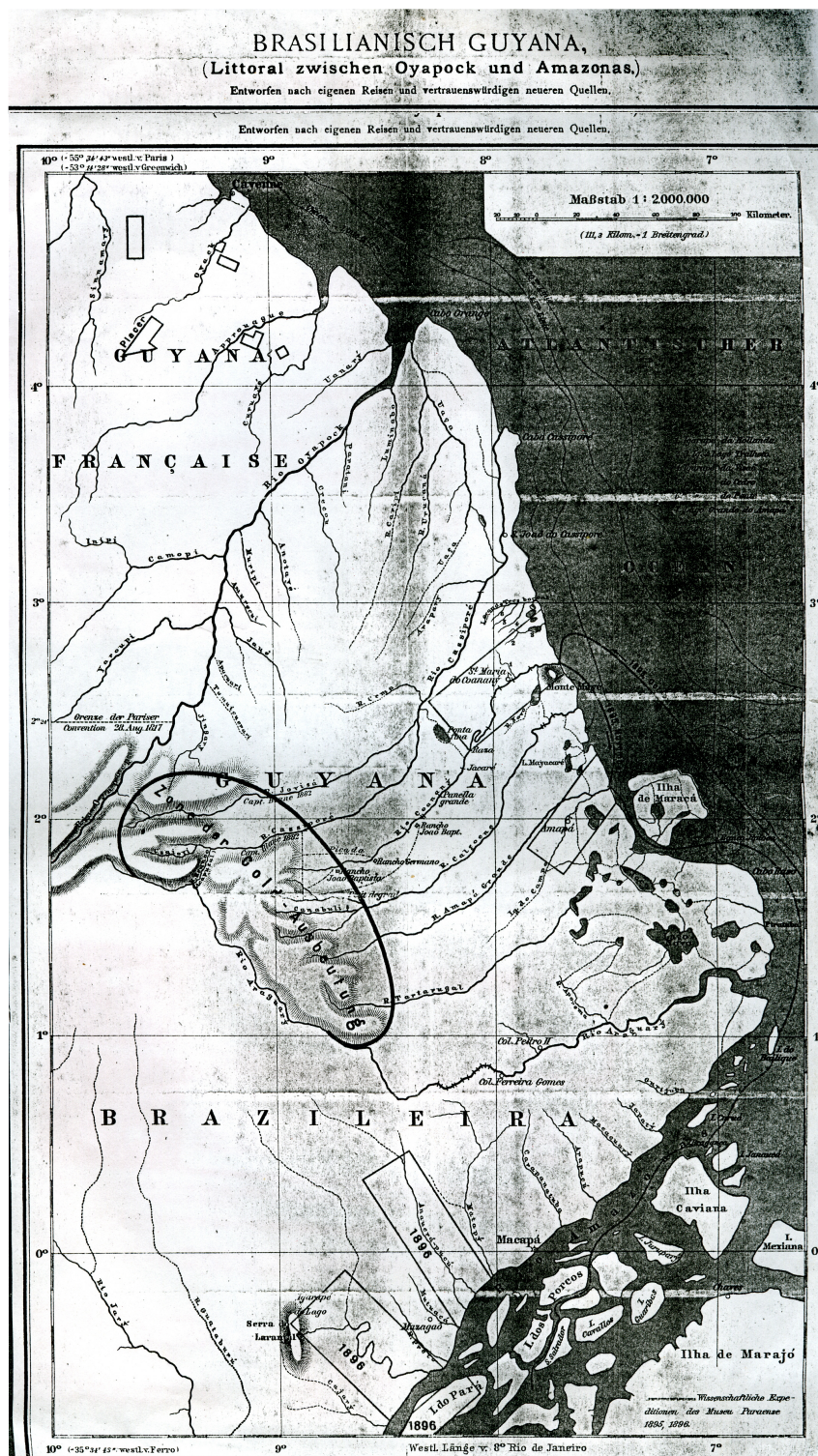
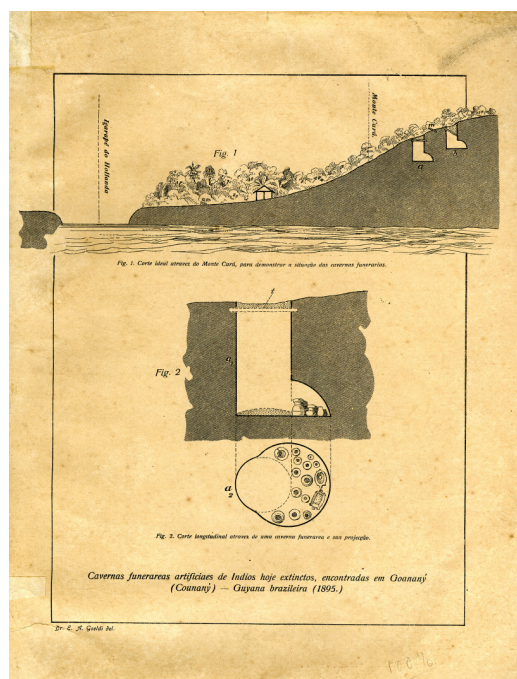
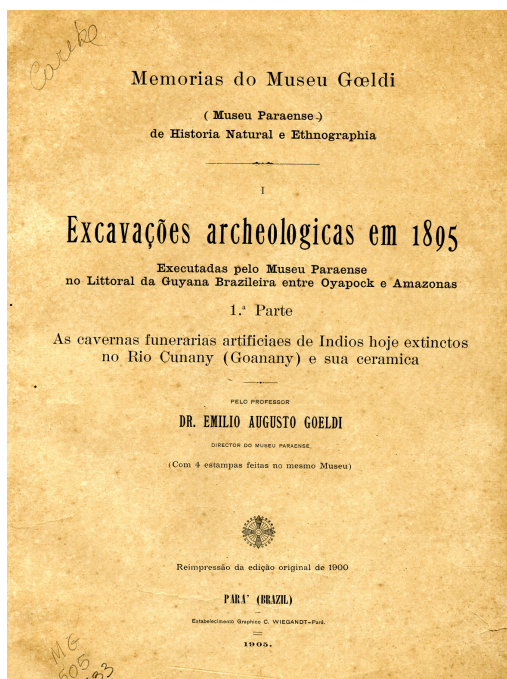
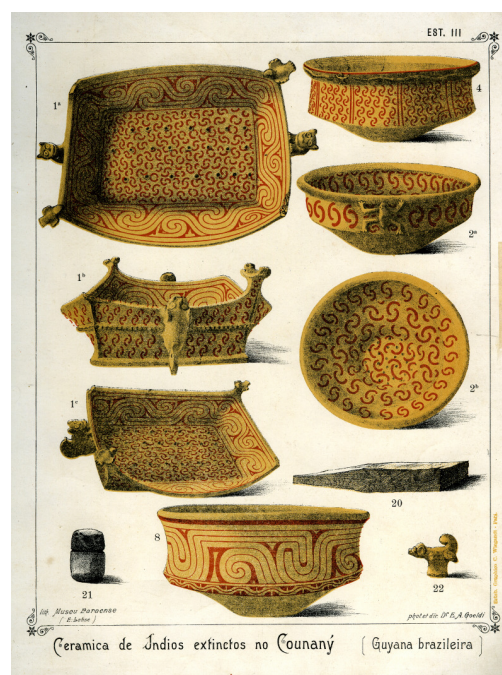


Figura 77: Mapa que Goeldi (1897c) incluiu no seu relato de viagem, elaborado com a intenção de corrigir os de Coudreau. Em escala 1:2.000.000, tem como título “Guiana Brasileira (Litoral entre Oiapoque e Amazonas)”, e o subtítulo “Projetado a partir de viagens pessoais e novas fontes dignas de confiança”. Além de ressaltar a fronteira da região pelo rio Oiapoque, o mapa identificava as áreas exploradas pelo pessoal do Museu Paraense, as rotas percorridas, as principais vilas, colônias militares e cursos d’água. As picadas de acesso ao distrito aurífero também apareciam, sendo este delimitado com uma linha e com a seguinte legenda: “Zona de exploração do ouro”. Infelizmente, conseguimos apenas uma fotocópia desse mapa, cujo original é colorido.



Figuras 78 e 79: À esquerda, página de rosto da segunda edição (1905) da memória “Excavações archeologicas em 1895” (Goeldi, 1900i). À direita, ilustração das cavernas artificiais onde a cerâmica Cunani foi encontrada, inclusa na memória.



Figuras 80 e 81: Estampas II (à esquerda) e III (à direita) da obra mencionada acima, ilustrando a cerâmica encontrada na caverna artificial de Cunani. A litografia é de Ernst Lohse, a partir de fotografias de Goeldi.

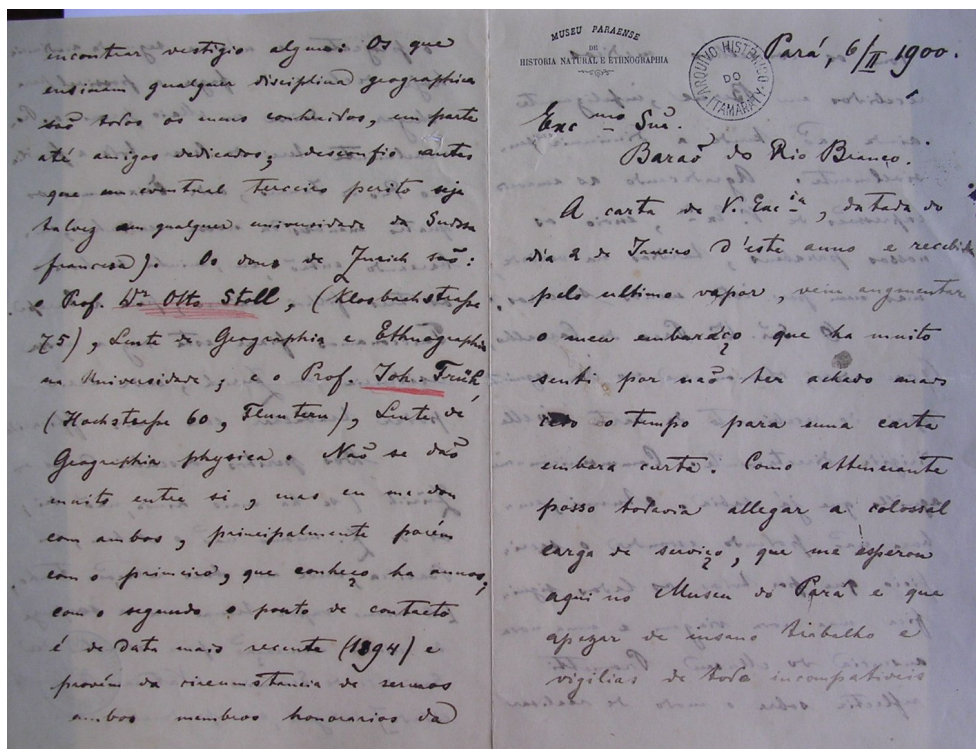


Figura 82: Trecho da carta de Emílio Goeldi ao Barão do Rio Branco, datada de 6 de fevereiro de 1900, na qual passa informações sobre dois professores suíços que compunham a comissão secreta nomeada pelo presidente do país para proceder ao estudo do Contestado. AHI, Arquivo Particular do Barão do Rio Branco, I- Correspondência, Lata 825, maço 1, pasta 32.

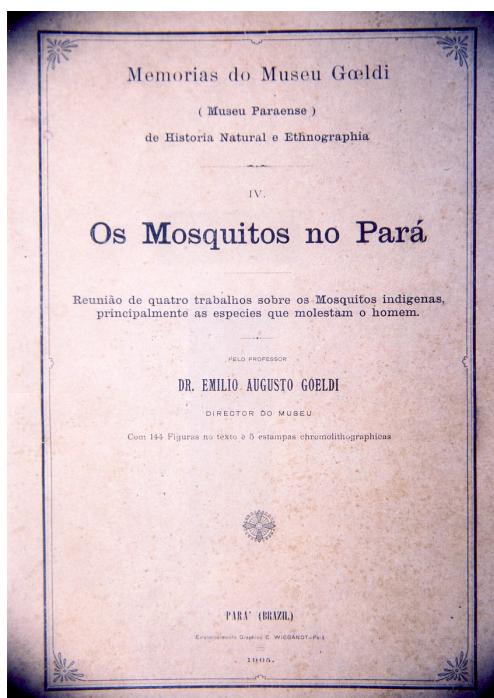


Figura 83: Página de rosto de “Os Mosquitos no Pará”, memória que reúne quatro trabalhos de Goeldi (1905b) sobre entomologia médica.

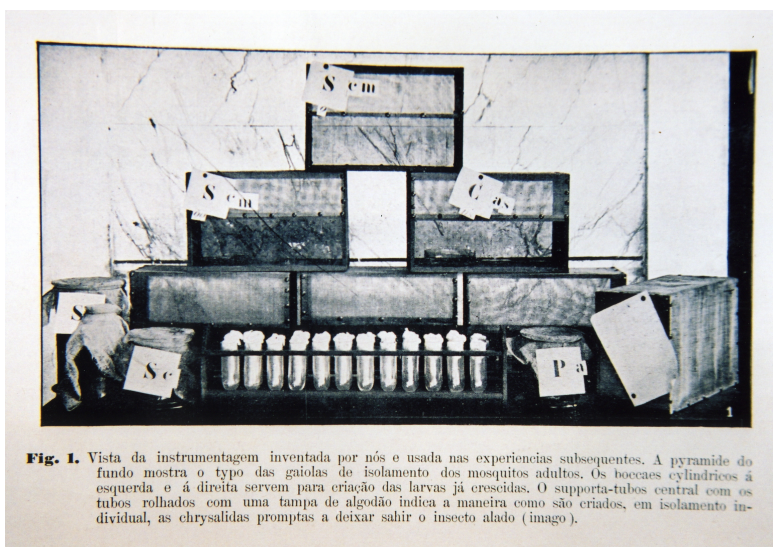


Fig. 1. Vista da instrumentagem inventada por nós e usada nas experiências subsequentes. A pyramide do fundo mostra o typo das gaiolas de isolamento dos mosquitos adultos. Os bocaios cylindricos à esquerda e à direita servem para criação das larvas já crescidas. O supporta-tubos central com os tubos rollados com uma tampa de algodão indica a maneira como são criados, em isolamento individual, as chrysalidas promptas a deixar sahir o insecto alado (imago).

Figura 84: Fotografia dos experimentos de Goeldi, onde se vê gaiolas (fundo), vidros para criação de larvas (à esquerda e à direita) e para o isolamento de pupas (no centro). Fonte: Goeldi (1905b, p. 44-45).

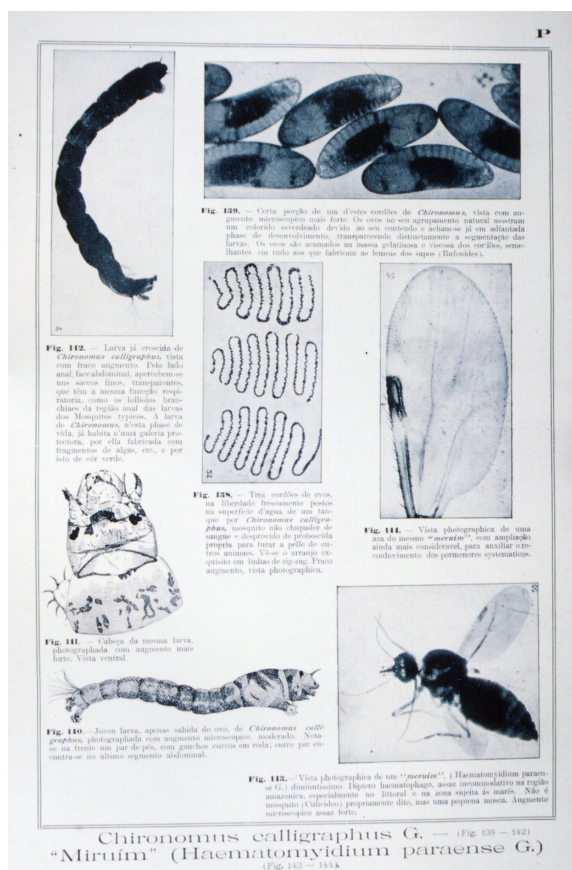


Figura 85: Estampa P, com micrografias e desenhos de pormenores biológicos e anatômicos de duas espécies descritas por Goeldi, *Chironomus calligraphus* e *Haematomyidium paraense*, este no canto inferior direito (atual *Culicoides paraensis*, o famoso 'miruim' ou 'maruim' amazônico). Fonte: Goeldi (1905b, p. 136-137).

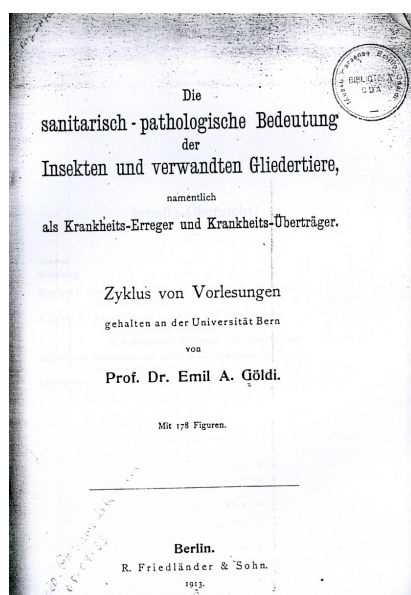
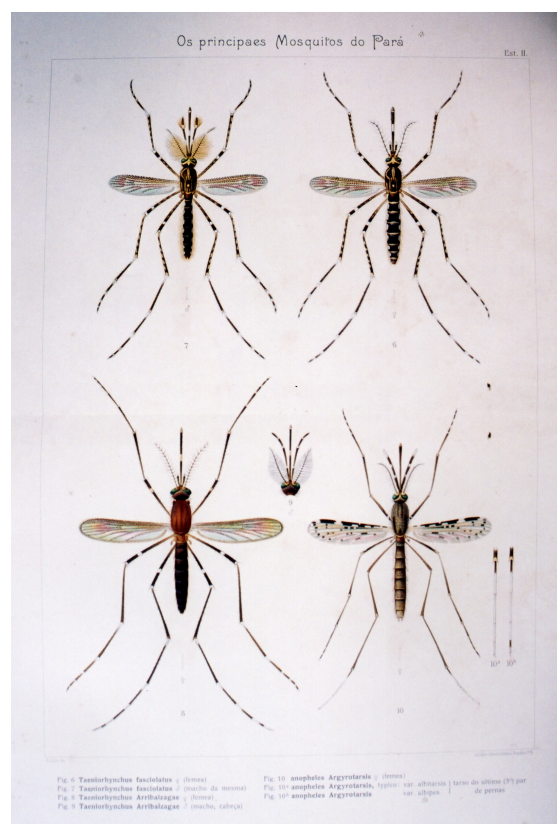
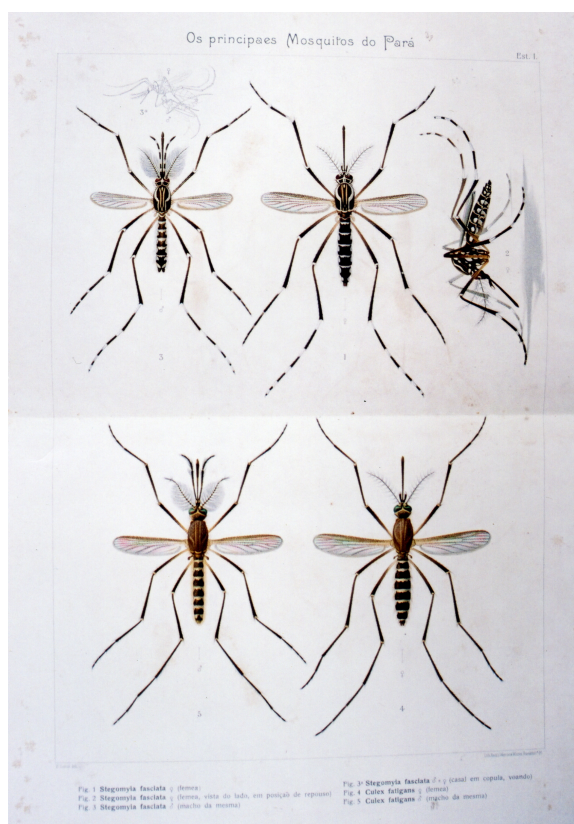


Figura 86: Página de rosto do livro “A importância sanitário-patológica dos insetos e animais articulados aparentados, especialmente como agentes patogênicos e transmissores de doenças”, originário de um ciclo de conferências na Universidade de Berna (Goeldi, 1913c).



Figuras 87 e 88: Estampas I e II de “Os Mosquitos no Pará” (Goeldi, 1905b), mostrando a *imago* de algumas espécies dos gêneros *Stegomyia*, *Culex*, *Taeniorhynchus* e *Anopheles*.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS: ‘A FINISHED MUSEUM IS A DEAD MUSEUM’

No dia 22 de março de 1907, Emílio Goeldi deixou definitivamente o Brasil. No ofício em que pediu sua exoneração do Museu Paraense, fez uma breve avaliação dos treze anos em que ficou à frente da instituição, julgando que o período fora o “melhor e de mais vigor” de sua vida intelectual, necessário para “a fundação e a solidificação dos alicerces deste honroso monumento de cultura intelectual e belo templo de ciência, qual o representa o Museu Estadual”⁵⁰³. Goeldi ressaltou sua identificação com o museu, com quem tinha a “mais íntima e perfeita comunhão de interesses” e manteria a “cordialidade inabalada”, apesar do afastamento obrigatório⁵⁰⁴. Comparou sua gestão com seus compromissos firmados na “Carta Circular” de 1894 (Goeldi, 1894b), divulgada quando assumiu a instituição, e concluiu que “parcela alguma ficou sem merecer o seu quinhão de solicitude e carinhosa atenção”. Reconheceu, sobretudo, a autonomia que gozara nas publicações.

Goeldi deixava, de fato, um museu inteiramente diferente do que encontrara em 1894. Tudo se transformara, o perfil, o espaço, a relação com o público, a equipe, a agenda científica e também os vínculos da instituição com o poder local. Embora esses vínculos não fiquem claros na carta de Goeldi, o Museu Paraense cresceu institucionalmente e cientificamente porque foi parte de um projeto político, que tinha na instrução pública, no cultivo das ciências e das artes algumas de suas prioridades. Sob essa perspectiva, os políticos que assumiram a administração do Estado do Pará após a proclamação da República foram fundamentais para a re-qualificação do Museu Paraense nos anos 1890.

⁵⁰³ Ofício de Emílio Goeldi ao Secretário de Estado de Justiça, Interior e Instrução Pública. Belém, 7 de março de 1907. AMPEG, Gestão Emílio Goeldi (1894-1907). Reproduzido integralmente no anexo documental.

⁵⁰⁴ Goeldi justificou seu pedido de demissão pela saúde abalada e pela necessidade de cuidar da educação dos filhos, mas existem indícios de que esses não tenham sido os únicos motivos (ver capítulo dois).



Figura 89: Funcionários do Museu Paraense na despedida de Emílio Goeldi, em março de 1907. Goeldi está sentado no centro, ladeado por Anna de Aragão Carreira e Abigayl Esther de Mattos. Logo atrás, de pé, estão seus sucessores, Jacques Huber (de casaca aberta) e Emília Snethlage. Fotografia não identificada (original em papel bastante danificado). Coleção Fotográfica / Arquivo Guilherme de La Penha / MPEG.

A partir dessa constatação, Goeldi pode ser considerado um *tradutor*, como ele mesmo mencionou quando assumiu a instituição em 1894: “Julgo poder interpretar bem nitidamente as intenções do Governo Estadual (...)” (Goeldi, 1894b, p. 9). Seu trânsito entre o ambiente local e o ambiente científico mais amplo pode ser entendido como uma mobilização de recursos de diferentes tipos, políticos e intelectuais, financeiros e simbólicos, igualmente necessários à construção do Museu Paraense⁵⁰⁵. Essa mobilização, que envolveu alguns atores em espaços e tempos distintos, produziu interações complexas não redutíveis ao ambiente científico, à instituição e nem à política local. Provas disso foram a participação de Goeldi no Contestado do Amapá e as suas pesquisas no âmbito da saúde pública, acontecimentos imprevistos e talvez indesejados (na visão de Goeldi) e difíceis de enquadrar em modelos historiográficos pré-concebidos⁵⁰⁶.

⁵⁰⁵ Aqui, inspiro-me no conceito de *arenas transepistêmicas de investigação*, de Knorr-Cetina (1982).

⁵⁰⁶ Um desses modelos é o de Pyenson (1985), que criou uma tipologia para classificar os cientistas franceses e alemães que atuaram na América Latina no campo das ciências exatas. Segundo o autor, os alemães seriam “buscadores” (*seekers*) por não terem vínculos metropolitanos explícitos e por privilegiarem a busca de espaços institucionais onde pudessem realizar suas investigações. Para Lopes (1997, p. 327) e Figueirôa (1997, p. 236), Goeldi teria o perfil de um *seeker*. Considero esse conceito interessante na medida em que permite analisar em conjunto os “cientistas missionários” que atuaram na América Latina, mas sua raiz difusionista reduz a visibilidade dos agentes locais em selecionar, articular e negociar com esses

Domingos Soares Ferreira Penna também mobilizou recursos em diferentes instâncias para a fundação do Museu Paraense, mas com algumas diferenças. Ao contrário de Goeldi, que já possuía um reconhecimento nacional como cientista quando foi *convidado* a reformar uma instituição que já fazia parte de um programa de governo, Ferreira Penna foi, a um só tempo, o político que articulou a criação do museu e o intelectual local que lhe deu um perfil. Enquanto as instâncias política e institucional estiveram sob seu controle, mesmo que indireto, o Museu Paraense obteve visibilidade e apoio da administração provincial. Mas quando um dos lados falhou, o projeto de Ferreira Penna desmoronou justamente porque não era uma prioridade de governo e nem estava integrado a um projeto maior de civilização da província. O Museu Paraense só viria a ocupar posição central nesse projeto com o advento da República. Goeldi, ao encontrar um ambiente político propício, consolidou um perfil para a instituição, elaborou uma agenda de pesquisa, conquistou legitimidade social e autoridade por meio de sua projeção em círculos científicos europeus.

Neste estudo ocupei-me de alguns poucos personagens do Museu Paraense, mas houve muitos outros atuando nele ou se relacionando com a instituição. O momento é de reconstituir a trajetória desses homens e mulheres, de conhecer-lhes as idéias, suas relações profissionais e políticas, para podermos ter uma dimensão mais clara do papel do Museu Paraense na sociedade e do conhecimento que ali se produziu. Estudos dessa natureza, comprometidos com o que Rosenberg (1988) chamou de “abordagem orientada para o ator”⁵⁰⁷, podem, inclusive, contribuir para uma melhor qualificação do modelo institucional do Museu Paraense ou para demonstrar, como acredito ser o caso, que não havia um único modelo, e sim um conjunto de referências acadêmicas e científicas selecionadas por Goeldi e localizadas na Europa Central, no sul da Itália (Nápoles) e na

“missionários” (dado que, por si só, fragiliza a analogia do conceito com os evangelizadores dos séculos XVI-XVIII).

⁵⁰⁷ Segundo Rosenberg (1988, p. 567), uma das maneiras de integrar contexto e conteúdo na história das ciências seria uma “abordagem orientada para o ator” (*actor-oriented approach*), pois “em algum nível aquela integração necessariamente se localiza nas cabeças e nos corações de atores individuais, homens e mulheres, no momento em que fizeram suas escolhas na carreira, identificadas com uma disciplina particular ou sub-disciplina, abordaram problemas técnicos e avaliaram seus achados. (...) Mesmo se alguém está interessado, digamos, em uma instituição, aquela instituição deve funcionar através de suas recompensas e expectativas como percebidas por aqueles que respondiam a elas. Instituições não são reduzíveis a tabelas de organização ou orçamentos; elas se tornam reais pelas percepções, ações e compromissos de homens e mulheres particulares que atuam dentro delas”.

Inglaterra⁵⁰⁸. Essas referências não se esgotam no espaço construído e na divisão burocrática da instituição, devendo ser ampliadas para a agenda científica e para a maneira como a pesquisa foi organizada⁵⁰⁹.

Em todo caso, tanto quanto as referências acadêmicas e científicas, as relações políticas de Goeldi foram fundamentais para a construção do Museu Paraense nas duas primeiras décadas republicanas. O próprio Goeldi reconheceu a importância dessas relações na sua carta de demissão:

Se aludi a isto [as lacunas que deixava no museu], com vistas ao meu digno sucessor, peço vênha para declarar ao alto governo por sua vez, que sempre fui partidário da sentença de um dos escritores dos mais autoritativos [sic], na América do Norte, em assuntos museais: 'A finished Museum is a dead Museum'⁵¹⁰. De fato, a idéia de um museu acabado, pronto, refratário ao fenômeno de crescimento, intusseção [sic] e assimilação não se coaduna nada com a noção atual de um estabelecimento, que quer merecer tal nome. Estagnação, se não é idêntico com podridão e morte, também não é cousa muito diversa, porque contém o germe para ambos. Se for permitido ao atual diretor formular ainda um desejo e conselho concernente ao futuro do Museu, seria a calorosa recomendação aos Altos Poderes do Estado, de não encarar o museu como uma instituição que desde já tivesse atingido o seu último grau de desenvolvimento e que necessitava apenas dos cuidados de manutenção, mas de favorecê-lo com atenção aumentada, cercando-o sempre dos recursos e garantias para o crescimento positivo e constante, tanto quanto permitirem as condições gerais de prosperidade pública⁵¹¹.

Com essas palavras, Goeldi apontou o caminho para a sobrevivência do Museu Paraense, associando a capacidade da instituição em absorver as transformações no âmbito da ciência com o apoio político. Em razão da crise financeira que se abateu sobre a Amazônia na década de 1910, as expectativas de Goeldi não seriam concretizadas, mas aquelas duas esferas permaneceriam atuantes nas sucessivas reformas pelas quais o Museu Paraense passou ao longo do século XX. Foi esta marca institucional que se tornou

⁵⁰⁸ Compare-se minha posição com a de Pyenson e Sheets-Pyenson (1999, p. 138), para quem o modelo adotado por Goeldi foi o Museu de História Natural de Paris, construído juntamente com um zoológico e um horto botânico.

⁵⁰⁹ Sobre essa perspectiva, ver o estudo de Nyhart (1998) sobre os museus mantidos pelas municipalidades ou por sociedades científicas da Alemanha no século XIX. Segundo o autor, esses museus tiveram fortes vínculos com o governo e a economia, sem, contudo, deixarem de ser ambientes propícios para a produção de conhecimento. Um exemplo seria o museu de Hamburgo (Johanneum), onde Karl Möbius (1825-1908) formulou o conceito de biocenose a partir de uma demanda dos criadores locais de ostra. Para Nyhart, esses museus locais demonstram o desenvolvimento da cultura científica na Alemanha e a existência de uma "zoologia cívica" nas margens do sistema universitário do país.

⁵¹⁰ A frase é do zoólogo e historiador da ciência George Brown Goode (1851-1896), diretor do United States National Museum a partir de 1887, e apareceu no livro *The Principles of Museum Administration*, de 1895.

⁵¹¹ Ofício de Emílio Goeldi ao Secretário de Estado de Justiça, Interior e Instrução Pública. Belém, 7 de março de 1907. AMPEG, Gestão Emílio Goeldi (1894-1907). Reproduzido integralmente no anexo documental.

referência, história e memória de longa duração, quando, por exemplo, a Revolução de 1930 e o contexto pós-guerra alçaram novamente o Museu Paraense à linha de frente da política. Na década de 1950, mesmo em crise financeira, foi visto como um centro de pesquisa a ser recuperado no momento em que se debatia, em âmbito internacional, o conhecimento científico sobre a Amazônia e o papel da ciência no futuro da região. Novamente re-qualificado, foi absorvido pela União brasileira e vinculado ao nascente Conselho Nacional de Pesquisa, em abril de 1955.

7 OBRAS CITADAS

7.1 Arquivos citados

Arquivo Guilherme de La Penha, Museu Paraense Emílio Goeldi – AMPEG (Belém, PA)

Arquivo Histórico do Itamaraty – AHI (Rio de Janeiro, RJ)

Arquivo do Museu Nacional – AMN (Rio de Janeiro, RJ)

Arquivo do Museu Paulista – AMP (São Paulo, SP)

Arquivo Público do Estado do Pará – APEP (Belém, PA)

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB (Rio de Janeiro, RJ)

7.2 Periódicos citados

Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro (RJ):

Jornal do Amazonas, 1866

Jornal do Pará, 1867

Biblioteca Pública Arthur Vianna, Fundação Cultural Presidente Tancredo Neves, Belém (PA):

A Província do Pará, 1888, 1893, 1908

Diário do Gram-Pará, 1866

Folha do Norte, 1908

Pará Médico, 1901

Instituto Histórico e Geográfico do Pará, Rio de Janeiro (RJ):

O Colombo, 1869

7.3 Legislação, relatórios governamentais e tratados internacionais

ABREU, J. C. G. *Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial na 2ª Sessão da 22ª Legislatura em 15 de fevereiro de 1881 pelo Exm. Sr. Dr. José Coelho da Gama e Abreu*. Pará, Typ. do Diário de Notícias, 1881.

_____. *Relatório apresentado pelo Excellentissimo Senhor Doutor José Coelho da Gama e Abreu, Presidente da Província, a Assembléa Legislativa Provincial do Pará na sua 1ª Sessão da 22ª Legislatura em 15 de fevereiro de 1880*. Pará, 1880.

_____. *Falla com que o Excellentissimo Senhor Doutor José Coelho da Gama e Abreu, Presidente da Província, abriu a 2ª Sessão da 21ª Legislatura da Assembléa Legislativa da Província do Gram-Pará, em 16 de junho de 1879*. Pará, 1879.

ACTOS e Decisões do Governo do Estado do Pará. 1894. Belém, Typ. do Diário Oficial, 1894.

ACTOS do Governo Provisório do Estado do Pará. 1890. Belém, Typ. do Diário Oficial, 1893.

ACTOS do Governo da Província do Gram-Pará que formam a 2ª Parte da Collecção das Leis do Anno de 1872. Tomo XXXIV. Pará, Typ. do Diário do Gram-Pará, 1872.

AGUIAR, F. A. *Relatorio apresentado ao Exmo. Senr. Dr. José Joaquim da Cunha, Presidente da Província do Gram-Pará, pelo Comendador Fausto Augusto de Aguiar, por ocasião de entregar-lhe a administração da província no dia 20 de agosto de 1852*. Pará, Typ. de Santos & Filhos, 1852.

ALBUQUERQUE, A. C. S. *Relatório que o Exmo. Senr. Dr. Antonio Coelho de Sá e Albuquerque, Presidente da Província do Pará, apresentou ao Exmo. Sr. Vice-Presidente Dr. Fabio Alexandrino de Carvalho Reis, ao passar-lhe a administração da mesma província em 12 de maio de 1860*. Pará, Typ. Commercial, 1860.

AMARAL, A. T. *Relatorio do Exmo. Senr. Angelo Thomaz do Amaral, presidente da Provincia do Gram-Pará ao Exmo. Vice-Presidente Olyntho José Meira por ocasião de passar-lhe a administração da mesma*. Pará, Typ. de Santos & Irmãos, 1861.

ANDREA, F. J. S. S. *Discurso com que o Prezidente da Provincia do Pará fez a Abertura da 1ª Sessão da Assembleia Provincial no dia 2 de março de 1838*. Pará, Typ. Restaurada de Santos e Santos menor, 1838.

ARARIPE, T. A. *Falla com que o Exmo. Conselheiro Tristão de Alencar Araripe, Presidente da Província do Pará, abriu a Sessão Extraordinária da Assembléa Legislativa Provincial no dia 5 de novembro de 1885*. Pará, Typ. do Diário de Notícias, 1886.

ARARY, B. *Relatorio da Presidência do Pará. Apresentado à respectiva Assembleia Legislativa Provincial pelo Exmo. Senr. Vice-Presidente Barão de Arary. Em 1º de outubro de 1866*. Pará, Typ. do Jornal do Amazonas, 1866.

AZEVEDO, P. V. *Relatório apresentado ao Exm. Senr. Dr. Francisco Maria Corrêa de Sá e Benevides pelo Exm. Senr. Dr. Pedro Vicente de Azevedo por ocasião de passar-lhe a administração da Província do Pará, no dia 17 de janeiro de 1875*. Pará, Typ. do Diário do Gram-Pará, 1875.

_____. *Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial na Primeira Sessão da 19ª Legislatura pelo Presidente da Província do Pará, o Exmo. Sr. Dr. Pedro Vicente de Azevedo, em 15 de fevereiro de 1874.* Pará, Typ. do Diário do Gram-Pará, 1874.

BARRA, V. *Relatório apresentado pelo Excellentissimo Senhor Barão da Villa da Barra em 5 de novembro de 1872 por ocasião de passar a administração da Província ao 2ª Vice-Presidente o Excellentissimo Senhor Barão de Santarém.* Pará, Typ. do Diário do Gram-Pará, 1872.

BENEVIDES, F. M. C. S. *Relatorio apresentado pelo Exm. Sr. Dr. Francisco Maria Corrêa de Sá e Benevides, Presidente da Província do Pará, à Assembléia Legislativa Provincial na sua Sessão Solemne de Instalação da 20ª Legislatura, no dia 15 de fevereiro de 1876.* Pará, 1876a.

_____. *Relatorio com que o Exm. Sr. Presidente da Província do Pará Dr. Francisco Maria Corrêa de Sá e Benevides entregou a administração da mesma ao Exm. Sr. Dr. João Capistrano Bandeira de Mello Filho em 18 de julho de 1876.* Pará, Typ. do Diário do Gram-Pará, 1876b.

BENJAMIN, A. C. *Indice ou Repertorio Geral das Leis da Assembléa Legislativa Provincial do Gram-Pará (1838-1853).* Pará, Typ. Commercial, 1854.

BRUSQUE, F. C. A. *Relatorio apresentado à Assembleia Legislativa da Provincia do Pará na Segunda Sessão da XIII Legislatura pelo Excellentissimo Senhor Presidente da Provincia Doutor Francisco Carlos de Araújo Brusque em 1º de novembro de 1863.* Pará: Typ. de Frederico Carlos Rhossard, 1863.

_____. *Relatorio apresentado à Assembleia Legislativa da Provincia do Pará na Primeira Sessão da XIII Legislatura pelo Exmo. Senr. Presidente da Província Dr. Francisco Carlos de Araújo Brusque em 1º de setembro de 1862.* Pará, Typ. de Frederico Carlos Rhossard, 1862.

CARDOSO JUNIOR, F. J. *Relatório com que o Exm. Snr. Conselheiro Francisco José Cardoso Junior, 1º Vice-Presidente, passou a administração da província no dia 6 de maio de 1888 ao Exm. Snr. Dr. Miguel J. de Almeida Pernambuco.* Pará, Typ. do Diário de Notícias, 1888.

CARNEIRO, J. F. *Relatório com que a sua Exc. o Sr. Dr. Justino Ferreira Carneiro passou a administração da Província do Pará no dia 25 de agosto de 1882 ao Excmo. Sr. Conselheiro João Rodrigues Chaves, 1º Vice-Presidente da mesma Província.* Pará, Typ. Commercio do Pará, 1882.

CARVALHO, C. A. *Relatório que ao Exm. Sr. Dr. João Lourenço Paes de Souza, 1º Vice-Presidente da Província do Gram-Pará, apresentou o Exm. Sr. Dr. Carlos Augusto de Carvalho ao passar-lhe a administração em 16 de setembro de 1885.* Pará, Typ. de Francisco da Costa Junior, 1885.

CARVALHO, J. P. *Mensagem dirigida ao Congresso do Estado do Pará pelo Dr. José Paes de Carvalho, Governador do Estado, em 5 de fevereiro de 1900, apresentando a proposta do Orçamento da receita e despesa para o exercício de 1900-1901.* Belém, Typ. do Diário Official, 1900.

_____. *Mensagem dirigida ao Congresso do Estado do Pará pelo Dr. José Paes de Carvalho, Governador do Estado, em 15 de abril de 1899, apresentando a proposta de*

orçamento da Receita e Despesa para o exercício de 1899-1900. Belém, Typ. do Diário Oficial, 1899.

_____. *Mensagem dirigida ao Congresso do Estado do Pará pelo Dr. José Paes de Carvalho, Governador do Estado, em 15 de abril de 1898, apresentando a proposta de orçamento da Receita e Despesa para o exercício de 1898-1899*. Belém, Typ. do Diário Oficial, 1898.

COLLECÇÃO das Leis da Província do Gram-Pará. Tomo XXXV. Parte Primeira. Anno de 1873. Pará, Typ. do Diário do Gram-Pará, 1873.

COLLECÇÃO das Leis e dos Actos do Governo da Província do Gram-Pará. Tomo XXXIV. Anno de 1872. Pará, Typ. do Diário do Gram-Pará, 1872.

COLLECÇÃO das Leis da Província do Gram-Pará. Tomo XXV. Anno de 1863. Pará, Typ. de Frederico Carlos Rhossard, 1864.

COLLECÇÃO das Leis da Província do Gram-Pará. Tomo XXIII. Anno de 1861. Pará, Typ. de Frederico Carlos Rhossard, 1862.

COLLECÇÃO das Leis da Província do Gram-Pará. 1840. Tomo III. Parte 1. Belém, Typ. Commercial de Antonio José Rabello Guimarães, 1840.

CUNHA, A. L. Relatório anual sobre o estado da instrução pública e particular em toda a Província. In: BARROS, S. R. *Relatorios a que se refere a falla que o Exmo. Senr. Conselheiro Sebastião do Rego Barros, Presidente desta Provincia, dirigiu à Assembleia Legislativa Provincial na abertura do corrente ano*. S.l., 1854.

CUNHA, J. J. *Falla que o Exmo. Snr. Dr. José Joaquim da Cunha, Presidente desta Província, dirigiu a Assembléia Legislativa Provincial, na abertura da mesma Assembléia, no dia 15 de agosto de 1853*. Pará, Typ. de Santos & Filhos, 1853.

CUNHA JUNIOR, D. J. *Relatório com que o Excelentíssimo Senhor Doutor Domingos José da Cunha Junior passou a administração da Província do Pará ao 3o. Vice-Presidente, o Excelentíssimo Senhor Doutor Guilherme Francisco Cruz em 31 de dezembro de 1873*. Pará, Typ. do Diário do Gram-Pará, 1874.

DANIN, J. A. R. *Relatório com que o Exm. Sr. Dr. José de Araújo Roso Danin, 1.º Vice-Presidente da Província do Pará, passou a administração da mesma ao Exm. Sr. Dr. Antonio José Ferreira Braga, Presidente nomeado por Dec. de 22 de julho de 1889*. Pará, Typ. de Fructuoso da Costa, 1889.

DANTAS FILHO, M. P. S. *Relatório com que o Exm. Sr. Presidente Dr. Manuel Pinto de Souza Dantas Filho passou a administração da Província ao Exm. Sr. 1º Vice-Presidente, Dr. José da Gama Malcher*. Pará, Typ. do Liberal do Pará, 1882.

DECRETO n. 1.114 de 27 de janeiro de 1902. Reorganiza o Museu Goeldi. *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia*, Belém, 4(1): 30-37, 1904.

DECRETOS do Governo Republicano do Estado do Pará. 1891. Belém, Typ. do Diário Oficial, 1894.

FIGUEIREDO, J. B. C. *Relatório com que o Excellentissimo Senhor Presidente da Província Conselheiro José Bento da Cunha Figueiredo entregou à administração da Província do Gram-Pará ao Excellentissimo Senhor 2º Vice-Presidente Coronel Miguel*

Antonio Pinto Guimarães em 16 de maio de 1869. Pará, Typ. do Diário do Gram-Pará, 1869.

FRANCO, B. S. *Discurso recitado pelo Exmo. Snr. Doutor Bernardo de Souza Franco, Vice-presidente da Província do Pará na abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 14 de abril de 1842. Pará, Typ. de Santos & menor, 1842.*

_____. *Discurso, que recitou o Exmo. Senhor Doutor Bernardo de Souza Franco, Presidente da Província do Gram-Pará na ocasião da abertura da Assembléia Legislativa Provincial no dia 15 de agosto de 1839. Pará, Typ. de Santos e menor, 1839.*

GRAÇA, A. *Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial na Primeira Sessão da 18ª Legislatura em 15 de fevereiro de 1872 pelo Presidente da Província Dr. Abel Graça. Pará, Typ. do Diário do Gram-Pará, 1872.*

_____. *Relatorio apresentado à Assembléia Legislativa Provincial na segunda sessão da 17ª Legislatura, pelo Dr. Abel Graça, Presidente da Província. Pará, Typ. do Diário do Gram-Pará, 1871.*

GUEDES, D. H. B. P. *Relatório com que o Capitão-Tenente Duarte Huet de Bacelar Pinto Guedes passou a administração do Estado do Pará em 24 de junho de 1891 ao Governador Dr. Lauro Sodré, eleito pelo Congresso Constituinte em 23 do mesmo mês. Belém, Typ. do Diário Oficial, 1891.*

GUIMARÃES, M. A. P. *Relatorio que o Excellentissimo Senhor Coronel Miguel Antonio Pinto Guimarães, Segundo Vice-Presidente da Província, dirigio à Assembleia Legislativa Provincial no dia 15 de agosto de 1869, por ocasião da Abertura da 2ª Sessão da 16ª Legislatura da mesma Assembleia. Pará, Typ. do Diário do Gram-Pará, 1869.*

HENRIQUES, J. A. A. F. *Relatório com que o Exm. Snr. Conselheiro João Antonio d'Araujo Freitas Henriques passou a administração da Província do Pará ao Exm. Snr. Desembargador Joaquim da Costa Barradas em 6 de outubro de 1886. Pará, Typ. da Republica, 1891.*

LAMARE, J. R. *Relatorio apresentado à Assembleia Legislativa Provincial por S. Exa. o Senr. Vice-Almirante e Conselheiro de Guerra Joaquim Raymundo de Lamare, Presidente da Província, em 15 de agosto de 1867. Pará: Typ. de Frederico Rhossard, 1867.*

MAGALHÃES, J. V. C. *Officio com que o Exmo. Sr. Dr. Couto de Magalhães passou a administração da Província ao Exmo. Sr. Dr. João Maria de Moraes, 1º Vice-Presidente. Pará, 1866.*

_____. *Relatório dos negócios da Província do Pará seguido de uma viagem ao Tocantins até a cachoeira das Guaribas e às bahias do rio Anapu, pelo secretário da província Domingos Soares Ferreira Penna, da exploração e exame do mesmo rio até acima das últimas cachoeiras depois de sua junção com o Araguaya pelo Capitão-Tenente da Armada Francisco Parahybuna dos Reis. Pará, Typ. de Frederico Rhossard, 1864.*

MARACAJÚ, B. *Falla com que o Exm. Sr. General Barão de Maracajú abriu a 2ª Sessão da 23ª Legislatura da Assembléia Legislativa da Província do Pará em 15 de fevereiro de 1883. Pará, Typ. do Jornal da Tarde, 1883.*

MELLO FILHO, J. C. B. *Falla com que o Exm. Sr. Dr. João Capistrano Bandeira de Mello Filho abriu a 2ª Sessão da 20ª Legislatura da Assembleia Legislativa da Província do Pará em 15 de fevereiro de 1877*. Pará, Typ. do Livro do Commercio, 1877.

MIRANDA, J. A. *Discurso recitado pelo Exmo. Snr. Doutor João Antônio de Miranda, Prezidente da Província do Pará, na abertura da Assembléia Legislativa Provincial no dia 15 de agosto de 1840*. Pará, Typ. de Santos e menor, 1840.

MONTENEGRO, A. *Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1907 ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. Augusto Montenegro, Governador do Estado*. Belém, Imprensa Official, 1907.

_____. *Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1906 ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. Augusto Montenegro, Governador do Estado*. Belém, Imprensa Official, 1906.

_____. *Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1905 ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. Augusto Montenegro, Governador do Estado*. Belém, Imprensa Official, 1905.

_____. *Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1904 ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. Augusto Montenegro, Governador do Estado*. Belém, Imprensa Official, 1904.

_____. *Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1903 ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. Augusto Montenegro, Governador do Estado*. Belém, Imprensa Official, 1903.

_____. *Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1902 ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. Augusto Montenegro, Governador do Estado*. Belém, Imprensa Official, 1902.

_____. *Mensagem do Governador Augusto Montenegro ao Congresso do Estado do Pará em 10 de setembro de 1901*. Pará, 1901.

PEDROSA, J. J. *Falla com que o Exm. Snr. Dr. João José Pedrosa abriu a 1ª Sessão da 23ª Legislatura da Assembléa Legislativa da Província do Pará em 23 de abril de 1882*. Pará, Typ. de Francisco da Costa Junior, 1882.

PERNAMBUCO, M. J. A. *Falla com que o Exmo. Snr. Dr. Miguel José d'Almeida Pernambuco, Presidente da Província, abriu a 2ª Sessão da 26ª Legislatura da Assembléa Legislativa Provincial do Pará em 2 de fevereiro de 1889*. Pará, Typ. de A. F. da Costa, 1889a.

_____. *Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Miguel José d'Almeida Pernambuco, Presidente da Província do Pará, passou a administração da mesma ao Vice-Presidente da Província, Exm. Senr. Dr. João Polycarpo dos Santos Campos em 18 de março de 1889*. Pará, Typ. de A. Fructuoso da Costa, 1889b.

ROHAN, H. B. *Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial do Pará, no dia 15 de agosto de 1857, por Occasião da Abertura da Segunda Sessão da 10ª Legislatura da mesma Assembléia, pelo Presidente Henrique de Beaurepaire Rohan*. Pará, Typ. de Santos & Filhos, 1857.

_____. *Relatorio apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Pará, no dia 15 de agosto de 1856, por ocasião da abertura da primeira sessão da 10ª Legislatura da mesma Assembleia, pelo Presidente Henrique de Beaurepaire Rohan*. Pará, Typ. de Santos & Filhos, 1856.

SANTARÉM, B. *Relatorio com que o Excellentissimo Senhor Barão de Santarém, 2º Vice-Presidente da Provincia passou a administração da mesma ao Excellentissimo Senhor*

Doutor Domingos José da Cunha Junior em 18 de abril de 1873. Pará, Typ. do Diário do Gram-Pará, 1873.

SODRÉ, L. *Mensagem dirigida ao Congresso do Estado do Pará pelo Dr. Lauro Sodré, Governador do Estado, ao expirar o seu mandato, no dia 1º de fevereiro de 1897.* Pará, Diário Oficial, 1897.

_____. *Mensagem dirigida pelo Sr. Governador Dr. Lauro Sodré ao Congresso do Estado do Pará em sua reunião em 1º de fevereiro de 1896.* Belém, Typ. do Diário Oficial, 1896b.

_____. *Mensagem dirigida pelo Sr. Governador Dr. Lauro Sodré ao Congresso do Estado do Pará em 7 de abril de 1895.* Belém, Diário Oficial, 1895.

_____. *Mensagem dirigida pelo Sr. Governador Dr. Lauro Sodré ao Congresso do Estado do Pará em 7 de abril de 1894.* Belém, Typ. do Diário Oficial, 1894.

_____. *Mensagem dirigida pelo Senr. Governador Dr. Lauro Sodré ao Congresso do Estado do Pará em 1.º de fevereiro de 1893.* Belém, Typ. do Diário Oficial, 1893.

_____. *Mensagem dirigida pelo Senr. Governador Dr. Lauro Sodré ao Congresso do Estado do Pará em sua segunda reunião, em 1.º de julho de 1892.* Belém, Typ. do Diário Oficial, 1892.

_____. *Mensagem dirigida pelo Senr. Governador Dr. Lauro Sodré ao Congresso do Estado do Pará em sua primeira reunião, em 30 de outubro de 1891.* Belém, Typ. do Diário Oficial, 1891.

SOUZA, J. S. *Falla com que o Exm. Sr. Conselheiro Dr. João Silveira de Souza, Presidente da Província do Pará, abriu a 2ª Sessão da 24ª Legislatura da Assembléa Provincial, em 18 de abril de 1885.* Pará, Typ. da Gazeta de Notícias, 1885.

TRATADO de Arbitramento concluído no Rio de Janeiro aos 10 de abril de 1897 entre a República dos Estados Unidos do Brasil e a República Francesa. Paris, Imprimerie Lahure, 1897.

VELLOZO, P. L. *Relatorio com que o Excellentissimo Senhor Presidente da Provincia, Dr. Pedro Leão Vellozo, passou a administração da mesma ao Excellentissimo Senhor 1º Vice-Presidente, Barão do Arary, no dia 9 de abril de 1867.* Pará, Typ. de Frederico Rhossard, 1867.

7.4 Trabalhos de Emílio Goeldi

GOELDI, E. A. Darmkanal und Rüssel der Stubenfliege vom sanitarischem Standpunkt aus. *Mitteilungen der Schweizerischen Entomologischen Gesellschaft*, Berna, 12: 1-14, 1918.

_____. Der Generationwechsel im Tier- und Pflanzenreich: mit Vorschlägen zu einer einheitlichen biologischen Auffassung und Benennungsweise. *Mitteilungen der Naturforschenden Gesellschaft in Bern aus dem Jahre 1916*, Berna, p. 60-111, 1917a.

_____. Das Problem der Geschlechts-Bestimmung und der Geschlechts-Aufspaltung im Bienenstaat, beleuchtet durch Studien-Ergebnisse an neotropischen Ameisen. *Mitteilungen der Naturforschenden Gesellschaft in Bern aus dem Jahre 1916*, Berna, p. 170-95, 1917b.

_____. Über das Geschlecht in Tier- und Pflanzenreich, insbesondere im Lichte der neueren Vererbungslehre. *Mitteilungen der Naturforschenden Gesellschaft in Bern aus dem Jahre 1915*, Berna, p. 140-203, 1916.

_____. Fort mit der Reiherfeder vom Damenhut! Ein Appell an die Frauenwelt gelegentlich der Schweiz. Landesausstellung. *Der Bund*, Berna, Juni 1914a.

_____. Insekten und Gliedertiere als Krankheitsursache. *Hyg. Monatschrift zur Verbreitung des Wissens vom menschlichen Körper*, Munique, n.º 1 (15 de janeiro), n.º 2 (15 de fevereiro), p. 14-16, 1914b.

_____. Wesen, - Arbeitsmethode, - Stand und Bedeutung der neuen Vererbungslehre. Vortrag, gehalten in der Auswärtige 1122. Sitzung vom 22. Juni 1913. *Mitteilungen der Naturforschenden Gesellschaft in Bern aus dem Jahre 1913*, Berna, p. XIX-XXI, 1914c.

_____. Über atavistische Längsstreifung bei den neugeborenen Jungen gewisser Rassen des Hausschweines. In: *Mitteilung am Internationalen Zoologen-Kongress in Monaco / Actes du Congrès Internationale de Zoologie à Monaco*, März 1913, p. 369, 1913a.

_____. Die bisherige Anschauung bezüglich der Homologie der Insekten-Mundteile mit den Derivaten des Spaltfusses der Crustaceen und eine notwendig gewordene Modifikation. *Mitteilungen der Schweizerisches Entomologisches Gesellschaft*, Berna, V. XII, N. 4, p. 146-151, 1913b.

_____. *Die sanitär-pathologische Bedeutung der Insekten und verwandten Gliedertiere, namentlich als Krankheits-Erreger und Krankheits-Überträger*. Berlin, R. Friedländer & Sohn, 1913c.

_____. Eine Lücke im zoologischen Lehrprogramm (Besprechung des K. Escherich Buches, "Die angewandte Entomologie in den Vereinigten Staaten etc."). *Literaturblatt der Frankfurter-Zeitung*, N. 116, domingo, 27 de abril de 1913, p. 7-8, 1913d.

_____. Wesen und Stand der modernen Vererbungslehre. Vortrag, gehalten in der Auswärtigen Sitzung der Naturforschenden Gesellschaft in Bern in Laupen 22. Juni 1913. *Der Bund*, Berna, N. 287, 23 de junho, 1913e.

_____. Zur vergleichenden Morphologie der Mundgliedmassen bei Crustaceen und Insekten. *Zoologischer Anzeiger*, Leipzig, v. 39, p. 482-487, 1912.

_____. Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Secretario do Estado da Justiça, Interior e Instrução Pública referente ao ano de 1903 pelo Diretor do Museu. *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia*, Belém, 5(1): 1-22, 1908a.

_____. Über embryonale Streifung bei den Jungen gewisser Hausschwein-Rassen. Kurze Mitteilung an der Jahresversammlung der Schweizerischen Naturforschenden Gesellschaft in Glarus. *Verhandlungen der Schweizerischen Naturforschenden Gesellschaft in Glarus*, Glarus, v. I, p. 265, 1908b.

_____. *Galbalcyrhynchus purusianus* e *Pipra caelesti-pileata*; uma questão de prioridade pouco a meu gosto. *Boletim do Museu Goeldi* (Museu Paraense de Historia Natural e Ethnographia), Belém, 5(1): 77-91, 1908c.

- _____. Microtrogon; novo nome generico proposto para *Trogon ramonianus* Des Murs. *Boletim do Museu Goeldi* (Museu Paraense de Historia Natural e Ethnographia), Belém, 5(1): 92-5, 1908d.
- _____. On some new and insufficiently known Species of Marmoset Monkeys from the Amazonian Region. *Proceedings of the Zoological Society of London*, Jan. 15, Vol. 1, p. 88-99, 1907a.
- _____. Description of *Hyla resinificatrix* Goeldi, a new Amazonian Tree-Frog peculiar for its Breeding-habits. *Proceedings of the Zoological Society of London*, Feb. 5, Vol. 1, p. 135-140, 1907b.
- _____. Relatório apresentado ao Sr. Dr. Secretario da Justiça, Interior e Instrução Pública, referente ao ano de 1902, pelo Diretor do Museu. *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia*, Belém, 4(4): 467-509, 1906a.
- _____. Dr. phil. Max Kaech. *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia*, Belém, 4(4): 459-466, 1906b.
- _____. Chelonios do Brazil (Jabotys – Kágados – Tartarugas). *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia*, Belém, 4(4): 699-756, 1906c.
- _____. *Album de Aves Amazônicas*. Suplemento illustrativo à obra “Aves do Brazil”. Fascículo 3. Belém, Museu Paraense de Historia Natural e Ethnographia, 1906d.
- _____. Nova zoologica aus der Amazonas-Region. Neue Wirbeltiere. In: *Compte-Rendu des Séances du Sixième Congrès International de Zoologie tenu à Berne du 14 au 19 Aout 1904*. Genève, W. Kündig & Fils, p. 542-549, 1905a.
- _____. *Os Mosquitos do Pará; reunião de quatro trabalhos sobre os mosquitos indígenas, principalmente as especies que molestam o homem*. Belém, Museu Goeldi, 1905b (Memórias do Museu Goeldi (Museu Paraense) de Historia Natural e Ethnographia, 4).
- _____. On *Myiopatis semifusca*, a small Neotropical Tyrant-bird, harmful to Tree-culture as a Disseminator of the parasitic *Loranthaceae*. *The Ibis*, Londres, ser. VIII, v. V, n. XVIII, p. 169-179, 1905c.
- _____. *Stegomyia fasciata*, der das Gelbfieber übertragende Mosquito. In: *Comptes rendus du Congrès International de Zoologie*, Berna, 1904, p. 193-203, 1905d.
- _____. Relatório sobre o Museu, relativo ao ano de 1901, apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Secretário de Estado da Justiça, Interior e Instrução Pública pelo Dr. Emílio Augusto Goeldi, Diretor do mesmo Museu. *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia*, Belém, 4(1): 1-30, 1904a.
- _____. *Verzeichnis der bisher wissenschaftlich beschriebenen Neuen Tier- und Pflanzenformen welche während der Jahre 1884-1899 in Brasilien (Staaten Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Espírito Santo, Bahia und Pará)*. 7tes. Supplement (Februar 1904). Bern, Buchdruckerei Jent & Co., 1904b.
- _____. A Story about the Giant Goatsucker of Brazil (*Nyctibius jamaicensis*). *The Ibis*, Londres, Ser. VIII, Vol. IV, N. XVI, p. 513-18, 1904c.

_____. Grandiosas migrações de borboletas no valle amazônico. *Boletim do Museu Goeldi (Museu Paraense de Historia Natural e Ethnographia)*, Belém, 4(2/3): 309-316, 1904d.

_____. Os mosquitos no Pará; resumo provisório dos resultados da campanha de experiências executadas em 1903, especialmente em relação às espécies *Stegomyia fasciata* e *Culex fatigans* sob o ponto de vista sanitário. 2ª Contribuição. *Boletim do Museu Goeldi (Museu Paraense de Historia Natural e Ethnographia)*, Belém, 4(2/3): 129-197, 1904e.

_____. Ornithological results of an Expedition up the Capim River, State of Pará, with critical remarks on the Cracidae of Lower Amazonia. *The Ibis*, Londres, Ser. VIII, Vol. III, N. XII, p. 472-500, 1903a.

_____. Letter to the Editors of Ibis. Goeldi Museum, Pará, Brazil, July 15th 1903. *The Ibis*, Londres, Ser. VIII, Vol. III, N. XII, p. 630-632, 1903b.

_____. Os mosquitos no Pará encarados como uma calamidade pública. *Brazil-Médico*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 48, p. 480-482, 22 de dezembro de 1902; v. 17, n. 1, p. 5-8, 1º de janeiro de 1903; v. 17, n. 2, p. 14-19, 8 de janeiro de 1903; v. 17, n. 3, p. 25-28, 15 de janeiro de 1903; v. 17, n. 4, p. 35-38, 22 de janeiro de 1903; v. 17, n. 5, p. 43-45, 1º de fevereiro de 1903.

_____. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Paes de Carvalho, Governador do Estado do Pará, pelo Director do Museu Paraense de Historia Natural e Ethnographia, referente ao Anno de 1900. *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia*, Belém, 3(3/4): 255-275, 1902a.

_____. Dr. Karl von Kraatz-Koschlau. *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia*, Belém, 3(3/4): 245-254, 1902b.

_____. *Verzeichnis der bisher wissenschaftlich beschriebenen Neuen Tier- und Pflanzenformen welche während der Jahre 1884-1899 in Brasilien (Staaten Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Espírito Santo, Bahia und Pará)*. 5tes. Supplement (Juli 1902). Bern, Buchdruckerei Jent & Co., 1902c.

_____. *Verzeichnis der bisher wissenschaftlich beschriebenen Neuen Tier- und Pflanzenformen welche während der Jahre 1884-1899 in Brasilien (Staaten Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Espírito Santo, Bahia und Pará)*. 6tes. Supplement (September 1902). Bern, Buchdruckerei Jent & Co., 1902d.

_____. Lacertílios. Lagartos do Brasil. *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia*, Belém, 3(3/4): 499-560, 1902e.

_____. *Estudos sobre o desenvolvimento da armação dos veados galheiros do Brazil (Cervus paludosus, C. campestris, C. wiegmanni)*. Belém, Museu Paraense de História Natural e Etnografia, 1902f.

_____. Bibliographia. *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia*, Belém, 3(3/4): 580-606, 1902g.

_____. *Album de Aves Amazônicas*. Supplemento illustrativo à obra “Aves do Brazil”. Fascículo 2. Belém, Museu Paraense de Historia Natural e Ethnographia, 1902h.

- _____. *Against the destruction of white Herons and Red Ibises on the Lower Amazon; especially on the Island of Marajó*. 1ª ed. Belém, Museu Goeldi, 1902i. 20 p.
- _____. Grossartige Schmetterlingszüge am Amazonenstrom. *Prometheus*, Berlin, Ano XIII, Nº 648, p. 376-380, 1902j.
- _____. Post-scriptum. *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia*, Belém, 3(3/4): 343-344, 1902k.
- _____. O paná-paná amazônico. Tradução de João Capistrano de Abreu. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 19 de abril de 1902, 1902l.
- _____. Maravilhas da Natureza na Ilha de Marajó (Rio Amazonas). *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia*, Belém, 3(3/4): 370-399, 1902m.
- _____. Maravilhas da Natureza na Ilha de Marajó (Rio Amazonas). *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 16 de novembro de 1902 e 17 de novembro de 1902, 1902n.
- _____. *Göldi-Göldli-Göldlin. Beitrag zur Kenntnis der Geschichte einer Schweizerischen Familie*. Zúrique, Instituto Poligráfico, 1902o.
- _____. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Paes de Carvalho, Governador do Estado do Pará, pelo Director do Museu Paraense de Historia Natural e Ethnographia. Anno de 1899. *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia*, Belém, 3(2): 105-134, 1901a.
- _____. *Verzeichnis der bisher wissenschaftlich beschriebenen Neuen Tier- und Pflanzenformen welche während der Jahre 1884-1899 in Brasilien (Staaten Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Espírito Santo, Bahia und Pará)*. 3tes. Supplement (Januar 1901). Bern, Buchdruckerei Jent & Co., 1901b.
- _____. _____. 4tes. Supplement (October 1901). Bern, Buchdruckerei Jent & Co., 1901c.
- _____. A piraíba. Gigantesco Siluroideo do Amazonas. *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia*, Belém, 3(2): 181-194, 1901d.
- _____. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. José Paes de Carvalho, Governador do Estado do Pará, pelo Director do Museu Paraense. *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia*, Belém, 3(1): 1-53, 1900a.
- _____. *Verzeichnis der bisher wissenschaftlich beschriebenen Neuen Tier- und Pflanzenformen welche während der Jahre 1884-1899 in Brasilien (Staaten Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Espírito Santo, Bahia und Pará)*. 2tes. Supplement (Frühjahr 1900). Bern, Buchdruckerei Jent & Co., 1900b.
- _____. Hufformige Verbreitung an den Krallen von Krokodil-Embryonen. *Zoologischer Anzeiger*, Leipzig, V. 23, Nº 610, 19 Mar., p. 149-151, 1900c.
- _____. *Album de Aves Amazônicas*. Supplemento illustrativo à obra “Aves do Brazil”. Fascículo 1. Belém, Museu Paraense de Historia Natural e Ethnographia, 1900d.
- _____. Reinos da natureza, encarados do ponto de vista pratico. In: *O Pará no Anno do Quarto Centenário*. Belém, Governo do Estado do Pará, 1900e, p. 37-62.

_____. Aspectos da Natureza no Brazil. In: *Livro do Quarto Centenário do Descobrimento do Brazil (1500 a 1900)*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, Vol. I, p. 48-56, 1900f.

_____. Naturwunder der Insel Marajó am Amazonenstrom. *Die Schweiz*, Zúrique, v. IV, p. 546-552, p. 589-593, 1900g.

_____. *As Aves do Brazil* (Monographias Brasileiras II). Segunda Parte. Rio de Janeiro, Alves & Cia., 1900h.

_____. *Excavações archeologicas em 1895. Executadas pelo Museu Paraense no Littoral da Guyana Brasileira entre Oyapock e Amazonas. 1ª Parte: As cavernas funerárias artificiaes de Índios hoje extinctos no Rio Cunany (Goanany) e sua ceramica*. Belém, Museu Paraense de História Natural e Ethnographia, 1900i (Memórias do Museu Goeldi, I).

_____. Grossartige Schmetterlingszüge am Amazonenstrom. *Die Schweiz*, Zúrique, v. IV, p. 441-445, 1900j.

_____. _____. *Mitteilung der Naturforschenden Gesellschaft in Bern aus dem Jahre 1899*, Berna, Separata, 1900k.

_____. Altindianische Begräbnishöhlen im südlichen Guyana und in den selben vorgefundene kunstvolle Töpfereiprodukte. *Die Schweiz*, Zúrique, v. IV, p. 475-476, 1900l.

_____. *Verzeichnis der bisher wissenschaftlich beschriebenen Neuen Tier- und Pflanzenformen welche während der Jahre 1884-1899 in Brasilien (Staaten Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Espírito Santo, Bahia und Pará)*. Bern, Buchdruckerei Jent & Co., 1899a.

_____. _____. Supplement (Herbst 1899). Bern, Buchdruckerei Jent & Co., 1899b.

_____. Primeira contribuição para o conhecimento dos Peixes do valle do Amazonas e das Guyanas. *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia*, Belém, 2(4): 443-488, 1898a.

_____. Estudos aracnológicos relativos ao Brasil (continuação). *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia*, Belém, 2(4): 418-429, 1898b.

_____. On the Lepidosiren of the Amazons: being Notes on five Specimens obtained between 1895-1897, and Remarks upon an Exemple living in the Pará-Museum. *Transactions of the Zoological Society*, Londres, V. XIV, Parte 7, p. 413-420, 1898c.

_____. Further Notes on the Amazonian Lepidosiren. *Proceedings of the Zoological Society of London*, Londres, Nov. 29, p. 852-857, 1898d.

_____. Eine Naturforscher-Fahrt nach dem Litoral des südlichen Guyana zwischen Oyapock und Amazonenstrom (Oktober bis November 1895). *Bericht über die Thätigkeit der St. Gallischen Naturwissenschaftlichen Gesellschaft während des Vereinsjahres 1896/97*, St. Gallen, p. 97-189, 1898e.

_____. A Lenda Amazônica do Cauré; considerada, à luz da sciencia, e considerações comparativas sobre o ninho da *Panyptila cayanensis* Cab. e de outros cypselideos (Andorinhões). *Boletim do Museu Paraense de Historia Natural e Ethnographia*, Belém, 2(4): 430-41, 1898f.

- _____. Vorläufige Mitteilung über eine Forschungsreise nach dem Oberlaufe des Rio Capim, Staat Pará. *Petermann's Geographischen Mitteilungen*, Gotha, V. XLIV, p. 36-40, 1898g.
- _____. O estado atual dos conhecimentos sobre os índios do Brasil, especialmente sobre os índios da foz do Amazonas, no passado e no presente. *Boletim do Museu Paraense de Historia Natural e Ethnographia*, Belém, 2(4): 397-417, 1898h.
- _____. Relatório apresentado pelo Director do Museu Paraense ao Sr. Dr. Lauro Sodré, Governador do Estado do Pará. *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia*, Belém, 2(1): 1-27, 1897a.
- _____. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Lauro Sodré, Governador do Estado do Pará, pelo Director do Museu Paraense. *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia*, Belém, 2(3): 257-287, 1897b.
- _____. Eine Naturforscherfahrt nach dem Litoral des südlichen Guyana zwischen Oyapock und Amazonenstrom (Oktober bis November 1895). *Petermann's Geographischen Mitteilungen*, Gotha, v. 43, n. 3, p. 59-68; n. 5, p. 107-112, 1897c.
- _____. Ein erstes authentisches Exemplar eines echten Wiesels aus Brasilien (*Putorius paraënsis* Goeldi). *Zoologische Jahrbücher*, Jena, vol. X, p. 556-562, 1897d.
- _____. Das Schopfhuhn (*Opisthocomus cristatus*) "Cigana". Eine ornithologische Studie. *Schweizerische Blätter für Ornithologie*, Zürich, separata, 16p., 1897e.
- _____. *Lepidosiren paradoxa*. *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia*, Belém, 2(2): 247-250, 1897f.
- _____. Preá e Porquinho da Índia. *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia*, Belém, 2(1): 103-104, 1897g.
- _____. Ornithological results of a Naturalist's Visit to the Coast-Region of South Guyana. *The Ibis*, Londres, Serie VII, Vol. III, N. X, p. 149-165, 1897h.
- _____. Roth- und gelbköpfige Aasgeier Südamerikas (*Cathartes aura* – *Cathartes urubutinga*). *Schweizerische Blätter für Ornithologie*, Zürich, V. 21, N. 13, p. 138; N. 14, p. 152; N. 15, p. 167-168; N. 16, p. 180; N. 17, p. 196; N. 18, p. 210, 1897i.
- _____. On the Nesting of *Cassicus persicus*, *Cassidix oryzivora*, *Gymnomystax melanicterus* and *Todirostrum maculatum*. *The Ibis*, Londres, Serie VII, Vol. III, N. XI, p. 361-70, 1897j.
- _____. Destruição das garças e guarás. *Boletim do Museu Paraense de Historia Natural e Ethnographia*, Belém, 2(1): 27-42, 1897k.
- _____. Contornos para a avifauna do Pará e da Amazônia inferior; conforme o material dos três colleccionadores mais importantes Natterer, Wallace, Layard. *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia*, Belém, 1(4): 336-356, 1896a.
- _____. Lancear de olhos sobre a fauna dos repteis do Brazil. *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia*, Belém, 1(4): 402-432, 1896b.
- _____. A *Lepidosiren paradoxa*; descoberta na Ilha de Marajó. *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia*, Belém, 1(4): 438-43, 1896c.

- _____. On the Nesting of *Nyctibius jamaicensis* and *Sclerurus umbretta*. *The Ibis*, Londres, Série VII, Vol. II, N. VII, p. 299-309, 1896d.
- _____. Relatório apresentado pelo Director do Museu Paraense ao Sr. Dr. Lauro Sodré, Governador do Estado do Pará. *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia*, Belém, 1(3): 217-239, 1895a.
- _____. Contribution to the knowledge of the Breeding-habits of some Tree-frogs (*Hylidae*) of the Serra dos Órgãos, Rio de Janeiro, Brazil. *Proceedings of the Zoological Society of London*, Londres, Febr. 5, 1895b, p. 89-97.
- _____. Os Myriapodos do Brazil (embuás e centopéias). *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia*, Belém, 1(2): 157-167, 1895c.
- _____. *Opisthocomus cristatus*. A “Cigana”; resenha ornithologica. *Boletim do Museu Paraense de Historia Natural e Ethnographia*, Belém, 1(2): 167-84, 1895d.
- _____. *Opisthocomus cristatus* besitzt in seiner Jugend (und bloss dann) ein Krallenpaar an jedem Flügel. *Ornithologische Monatsberichte*, Berlim, Mai., Nr. 5, p. 69-71, 1895e.
- _____. Instruções praticas sobre o modo de colligir productos da natureza para o Museu Paraense de Historia Natural e Ethnographia (conclusão). *Boletim do Museu Paraense de Historia Natural e Ethnographia*, Belém, 1(3): 239-256, 1895f.
- _____. Der schwarze Urubu-Geier. *Schweizerische Blätter für Ornithologie*, Zürich, V. 19, N. 5, p. 40-41; N. 6, p. 50; N. 7, p. 62; N. 8, p. 72, 1895g.
- _____. As Aves Nadadoras do Brasil. *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, Primeiro Ano, Tomo Terceiro, p. 141-155; p. 310-319, 1895h.
- _____. As Avestruzes do Brasil. *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, Primeiro Ano, Tomo Terceiro, p. 346-351, 1895i.
- _____. As Cegonhas do Brazil. *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, Primeiro Ano, Tomo Décimo Segundo, p. 238-244, 1895j.
- _____. Prefácio. *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia*, Belém, 1(1): I-III, 1894a.
- _____. Carta-Circular. *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia*, Belém, 1(1): 8-10, 1894b.
- _____. Relatório sobre o estado do Museu Paraense. *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia*, Belém, 1(1): 10-20, 1894c.
- _____. Observações e impressões durante a viagem costeira do Rio de Janeiro ao Pará (12 de maio a 7 de junho de 1894). *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia*, Belém, 1(1): 44-56, 1894d.
- _____. *Memoria sobre una enfermedad del Cafeto en la Provincia de Rio de Janeiro por el Doctor Emílio A. Goeldi, traducido del portuguez y anotada por Gabriel Gomes, Ingeniero agrônomo*. México, Offic. Tip. de la Secretaria de Fomento, 1894e.
- _____. On the Nesting of *Phibalura flavirostris* and *Lochmias nematura*. *The Ibis*, Londres, Series VI, v. VI, N. XXIV, 1894f, p. 484-494.

- _____. Critical gleanings on the *Didelphyidae* of the Serra dos Orgãos, Brazil. *Proceedings of the Zoological Society of London*, June 5, 1894g, p. 457-467.
- _____. *As Aves do Brazil* (Monographias Brasileiras II). Primeira Parte. Rio de Janeiro, Alves & Cia., 1894h.
- _____. Estudos aracnológicos relativos ao Brasil. *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia*, Belém, 1(1): 32-39, 1894i.
- _____. Breve notícia acerca de alguns vermes interessantes do Brasil. *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia*, Belém, 1(1): 40-44, 1894j.
- _____. *Os Mammiferos do Brazil* (Monographias Brasileiras I). Rio de Janeiro, Alves & Cia., 1893.
- _____. Relatório sobre a moléstia do cafeeiro na Província do Rio de Janeiro. *Archivos do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, v. VIII, 1892a, p. 7-123.
- _____. Zur Orientierung in der Spinnenfauna Brasiliens. *Mitteilungen der Naturforschenden Gesellschaft des Osterlandes*, Altenburg, Neue Folge, v. V, 1892b, p. 200-248.
- _____. *Videiras Americanas; collecção de trabalhos relativos à descripção e cultura das videiras norte-americanas, à história natural e distribuição do Phylloxera e às convenções internacionais anti-phyloxericas*. 2 v. Rio de Janeiro, Typ. Universal Laemmert & Cia, 1890.
- _____. Relatório provisório sobre a comissão relativa às moléstias da parreira na Província de São Paulo, principalmente quanto à questão phylloxerica. *Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*, Rio de Janeiro, v. XX, 1889a, p. 59-76.
- _____. Die amerikanische Ohreule (*Otus americanus* Gmélin). *Schweizerische Blätter für Ornithologie*, Zürich, V. XIII, p. 331-346, p. 363, 1889b.
- _____. *Nycticorax gardeni*, ein brasilianischer Nachtreiher. *Schweizerische Blätter für Ornithologie*, Zürich, 7 p., 1889c.
- _____. Der gegenwärtige Bestand unserer Vollièren. Rio de Janeiro, 1889, *Schweizerische Blätter für Ornithologie*, Zürich, 40 p., 1889d.
- _____. Der Kaffeenematode Brasiliens (*Meloidogyne exigua* G.). (Biologische Miscellen aus Brasilien VII). *Zoologische Jahrbücher*, Jena, v. IV, 1888a, p. 262-268.
- _____. Resumo do Relatório sobre a moléstia do cafeeiro na Província do Rio de Janeiro. *Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*, Rio de Janeiro, v. XIX, 1888b, p. 1-64.
- _____. Kreuzungsversuche zwischen dem Pernambuco-Zeisig (*Chrysomitris yarrellii* Audubon) und dem zahmen Kanarienvogel. *Schweizerische Blätter für Ornithologie*, Zürich, V. XII, 7 p., 1888c.
- _____. Der Kappenblaurabe (*Cyanocorax pileatus*) in Gefangenschaft. *Schweizerische Blätter für Ornithologie*, Zürich, V. XI, 5 p., 1887.
- _____. Studien über neue und weniger bekannte Podophthalmen Brasiliens (Beiträge zur Kenntnis der Süßwasser-Genera: *Trichodactylus* – *Dilocarcinus* – *Sylviocarcinus* und der

marinen Genera: *Leptopodia* e *Stenorhynchus*). *Archiv für Naturgeschichte*, Berlin, v. 52, 1886a, p. 19-46.

_____. Der Lehmhans (João de barro), ein brasilianischer Nestkünstler. *Zoologischer Garten*, Frankfurt, V. 27, No. 9, p. 265-274, 1886b.

_____. Beiträge zur Kenntnis der kleinen und kleinsten Gliedertierwelt Brasiliens. I. Eine brasilianische Buckelwanze aus der Gattung *Tingis* Fabricius. II. Neue brasilianische Aleurodes-Arten. III. *Dorthesia*. *Mitteilungen der Schweizerischen Entomologischen Gesellschaft*, v. VII, p. 231-255, 1886c.

_____. Apontamentos de zoologia agrícola e hortícola: I. *Dorthesia urticae*. II. *Lonchophorus obliquus* Chevr. *Jornal do Agricultor*, Rio de Janeiro, Ano VII, Tomo 14, Nos. 346 e 347, 1886d.

_____. Über eine vermutlich neue Schildkröte der Gattung *Podocnemis* vom Rio Negro und über die Chelonier des Amazonas-Gebietes im Allgemeinen. *Jahresbericht der St. Gallischen Naturwissenschaftlichen Gesellschaft*, Sankt Gallen, 1885a. 8 p. Com uma estampa: *Podocnemis coutinhii* Goeldi.

_____. Kopfskelett und Schultergürtel von *Loricaria cataphracta*, *Balistes capriscus* und *Accipenser ruthenus*. Vergleichend anatomisch-entwicklungsgeschichtliche Studien zur Deckknochenfrage. Inaugural-Dissertation. *Jenaische Zeitschrift für Naturwissenschaft*, Jena, v. XVII, 1884a. 52 p. 3 ilustrações.

_____. Studien über die Blutlaus (*Schizoneura lanigera* Hausmann). Mit 3 lithographischen Farbentafeln (Subventioniert durch Beschluss vom Regierungsrat des Kantons Schaffhausen am 31. Juli 1884). Schaffhausen, Verlag von Fr. Rothärmel, 1884b.

_____. Zug und Zugstrassen der Vögel. *Gartenlaube*, Leipzig, 1883.

_____. Ein zoologischer Streifzug im Golfe von Neapel. *Daheim*, Leipzig, Jahrg. 1880-1881, 1881a.

_____. Ornitologisches aus Neapel. *Journal für Ornithologie*, Berlin, V. 29, April, p. 188-196, 1881b.

_____. Ornitologische Beobachtungen am Bieler See während des Winters 1879-1880. Neuveville (Kt. Bern). *Zoologischer Garten*, Frankfurt, V. 21, Nos. 7 e 8, p. 213-218, p. 249-257, 1881c.

_____. Die Elster in Mythologie und Volksglauben. Vortrag, gehalten in der St. Gallischen Naturforschenden Gesellschaft, 31. August 1880. *Neue Alpenpost*, Zürich, 1880a.

_____. Rabe und Krähe in Mythologie und Volksglauben. Eine kultur-historisch-naturwissenschaftliche Studie. *Neue Alpenpost*, Zürich, 1880b.

_____. Verzeichnis der Vögel des Kantons Schaffhausen. *Journal für Ornithologie*, Berlin, V. 28, No. I, p. 357-383, 1880c.

GOELDI, E. e HAGMANN, G. A. Prodomo de um Catálogo Crítico, Comentado da Coleção de Mamíferos no Museu do Pará (1894-1903). *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia*, Belém, 4(1): 38-122, 1904.

7.5 Outras fontes impressas

AGASSIZ, L.; AGASSIZ, E. C. *Viagem ao Brasil, 1865-1866*. Rio de Janeiro, Cia. Editora Nacional, 1938.

ALMANACH Administrativo, Mercantil, Industrial e Noticioso da Província do Pará para o Anno de 1871. Anno Terceiro. Pará, Carlos Seidl & Cia., 1871.

ANÔNIMO. News from Ornithologists in Foreign Lands. *The Ibis*, Londres, Ser. VII, V. IV, N. XV, p. 461-462, 1898.

ANÔNIMO. Nota sobre a comunicação de E. Goeldi à *Zoological Society of London*, tratando do *Lepidosiren paradoxa*, no dia 14 de dezembro de 1897. *Proceedings of Zoological Society of London for the Year 1897*, Londres, p. 921, 1897a.

ANÔNIMO. Nota sobre a comunicação de J. G. Kerr à *Zoological Society of London*, tratando do *Lepidosiren paradoxa*, no dia 14 de dezembro de 1897. *Proceedings of Zoological Society of London for the Year 1897*, Londres, p. 921-923, 1897b.

ARARIPE, T. A. Cidades petrificadas e inscrições lapidares no Brazil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 50: 213-294, 1887.

BEDDARD, F. E. Contribution to the Anatomy of the Hoatzin (*Opisthocomus cristatus*), with particular reference to the structure of the Wing on the Young. *The Ibis*, Londres, Ser. VI, N. I, p. 283-293, 1889.

BÖTTGER, O. Literatur. *Der Zoologische Garten*, Berlim, Ano XLV, N. 3, p. 103, Março 1904.

_____. Litteratur. *Der Zoologische Garten*, Berlim, Ano XLIII, N. 3, p. 101, Março 1902.

BOULENGER, G. A. Nota sobre "Further Notes on the Amazonian *Lepidosiren*", de E. A. Goeldi. *Proceedings of the Zoological Society of London*, Londres, Nov. 29, p. 857, 1898.

BRÖLEMANN, H. Dous myriapodos notáveis do Brazil. *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia*, Belém, 3(1): 65-71, 1900.

CAMPOS, A. Notícia sobre a Pathologia medica no Pará. In: *O Pará em 1900*. Pará, Imprensa de Alfredo Augusto Silva, 1900, p. 121-129.

COUDREAU, H. A. *La France Équinoxiale. Tome Second: Voyage a travers les Guyanes et l'Amazonie*. Paris, Challamel Ainé Ed., 1887.

_____. *La France Équinoxiale. Études sur les Guyanes et l'Amazonie*. Paris, Challamel Ainé Ed., 1886.

DAHL, Fr. A Fauna do Pará. *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia*, Belém, 1(4): 357-375, 1896.

DERBY, O. A ilha de Marajó. *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Ethnographia*, Belém, 2(2): 163-173, 1897.

_____. Contribuições para a Geologia da Região do Baixo Amazonas. *Archivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro*, v. II, p. 77-104, 1877.

DUCKE, A. Explorações científicas no Estado do Pará. *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia*, Belém, 7: 100-198, 1913.

_____. Novas contribuições para o conhecimento das vespas (*Vespidae sociales*) da região neotropical. *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia*, Belém, 5(1): 152-199, 1908.

_____. Sobre as Vespidas sociaes do Pará (1º suplemento). *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia*, Belém, 4(4): 652-698, 1906.

_____. Sobre as Vespidas sociaes do Pará. *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia*, Belém, 4(2/3): 317-374, 1904.

_____. As espécies paraenses do gênero *Euglossa* Latr. *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia*, Belém, 3(3/4): 561-579, 1902.

DURHAM, H. E. *Report of the Yellow Fever Expedition to Para*. Liverpool, Liverpool School of Tropical Medicine, 1902 (Memoir VII).

_____. *Notes on sanitary conditions obtaining in Pará*. Liverpool, The University Press of Liverpool, 1901.

EHLERS, E. Über *Lepidosiren paradoxa* Fitzinger und *articulata* nov. spec. aus Paraguay. *Nachrichten der Königlich Gesellschaft der Wissenschaften zu Göttingen*, Göttingen, N. 2, Separata, 1894.

ESTATUTOS da Sociedade de Estudos Paraenses. *Revista da Sociedade de Estudos Paraenses*, Belém, t. I, fascículos I e II, 1894, p. XV-XVII.

EULER, C. Descrição de ninhos e ovos das aves do Brazil. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, v. IV, p. 9-148, 1900.

FIDANZA, F. A. *Album de Belém em 1902*. Paris, Philippe Renouard, 1902.

FOREL, A. A Fauna das Formigas do Brasil. *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia*, Belém, 1(2): 89-143, 1895.

GOUNELLE, E. Um mez de caça coleopterologica no Pará. *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia*, Belém, 2(1): 70-77, 1897.

GRASSI, G. B. Mosquitos als Überträger der Filaria. *Umschau*, Frankfurt, 5(48): 947-948, 1901.

GUEDES, A. P. L. Relatório sobre uma missão ethnographica e archeologica aos rios Maracá e Anauerá-Pucú (Guyana Brasileira). *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia*, Belém, 2(1): 42-63, 1897.

HAECKEL, E. *Histoire de la création des êtres organisés d'après lois naturelles*. 2ª ed. Paris, Reinwald, 1877.

HAGMANN, G. As Aves Brasileiras mencionadas e descritas nas obras de Spix (1825), de Wied (1830-1833), Burmeister (1854) e Pelzeln (1874) na sua nomenclatura científica actual. *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia*, Belém, 4(2/3): 198-308, 1904.

_____. Lista das aves indicadas como provenientes da Amazônia nos 27 volumes do "Catalogue of Birds of British Museum" de Londres (1874-1898). *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia*, Belém, 3(3/4): 276-327, 1902.

HARTERT, E. Goeldi, E. A. Álbum de Aves Amazônicas. *Zoologisches Zentralblatt*, Leipzig, V. 13, N. 7/8, p. 266-267, 1906a.

_____. Ihering, H. von, Estudo comparativo das Avifaunas do Paraguay e de S. Paulo. *Zoologisches Zentralblatt*, Leipzig, V. 13, N. 7/8, p. 267, 1906b.

_____. Goeldi, Emil. Ornithological results of an expedition up the Capim River, State of Pará, with critical remarks on the Cracidae of Lower Amazonia. *Zoologisches Zentralblatt*, Leipzig, V. 12, N. 22, p. 719, 1905.

HARTT, C. F. Introdução. Trabalhos restantes inéditos da Comissão Geológica do Brazil (1875-1878). Relativos à geologia e geographia physica do Baixo-Amazonas. *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Ethnographia*, Belém, 2(2): 155-163, 1897a.

_____. O Rio Tocantins. *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Ethnographia*, Belém, 2(2): 181-191, 1897b.

_____. A Geologia do Pará. *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Ethnographia*, Belém, 1(3): 257-273, 1896.

_____. Inscricções em rochedos do Brazil. *Revista do Instituto Archeologico e Histórico de Pernambuco*, Recife, n. 47, p. 301-310, 1895.

_____. Nota sobre algumas tangas de barro cosido dos antigos indígenas da Ilha de Marajó. *Archivos do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, v. 1, p. 21-25, 1876a.

_____. Descrição dos objectos de pedra de origem indígena conservados no Museu Nacional. *Archivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro*, v. I, p. 45-53, 1876b.

_____. Notes on the manufacture of pottery among savage races. Rio de Janeiro, South American Mail, 1875.

_____. On the Occurrence of Face Urns in Brazil. *The American Naturalist*, 6, p. 607-610, 1872.

_____. The ancient indian pottery of Marajó. *The American Naturalist*, 5(5): 259-271, 1871a.

_____. Brazilian rock inscriptions. *The American Naturalist*, 5(3): 139-147, 1871b.

HELLMAYR, C. E. On a Collection of Birds made by Mr. W. Hoffmans on the Rio Madeira, Brazil. *Novitates Zoologicae*, Tring, V. XIV, N. II, p. 343, 1907.

_____. A Revision of the Species of the Genus *Pipra*. *The Ibis*, Londres, Ser. VIII, V. VI, N. XXI, p. 1-46, 1906.

_____. *Pipra exquisita* Hellmayr. *Bulletin of the British Ornithologists' Club*, Londres, V. XV, p. 56, mar. 1905.

HERMAN, O. *The International Convention for the Protection of Birds, concluded in 1902, and Hungary*. Budapest, Ministério da Agricultura da Hungria, 1907.

HUBER, J. *Relatorio sobre o estado actual da cultura da Hevea brasiliensis nos principaes paizes de producção do Oriente*. Belém, Imprensa Official do Estado, 1912.

_____. Relatório sobre a marcha do Museu Goeldi no anno do 1908, apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Secretário do Estado da Justiça, Interior e Instrucção Publica pelo Dr. J. Huber, Director do Museu. *Boletim do Museu Goeldi (Museu Paraense) de História Natural e Ethnographia*, Belém, v. VI, p. 22-53, 1910.

_____. Relatório sobre a marcha do Museu Goeldi no ano de 1907 apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Secretário do Estado da Justiça, Interior e Instrucção Pública pelo Dr. J. Huber, Director do Museu. *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia*, Belém, 6: 1-21, 1909a.

_____. Relatório sobre a marcha do Museu Goeldi no ano de 1908, apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Secretário do Estado da Justiça, Interior e Instrucção Pública pelo Dr. J. Huber, Director do Museu. *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia*, Belém, 6: 22-53, 1909b.

_____. Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Secretário do Estado da Justiça, Interior e Instrucção Pública pelo Director Interino do Museu Goeldi, Dr. Jacques Huber, relativo ao ano de 1904. *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia*, Belém, 5(1): 23-42, 1908a.

_____. *O Cacáo por F. Simão da Costa. Segunda edição augmentada e organizada por ordem do Exm. Dr. Augusto Montenegro, Governador do Estado, pelo Dr. J. Huber*. Pará, Typ. e Encadernação do Instituto Lauro Sodré, 1908b.

_____. *A Seringueira (Hevea brasiliensis Müll. Arg.). Conselhos práticos para a sua cultura racional*. Pará, Typ. e Encadernação do Instituto Lauro Sodré, 1907.

_____. Ainda a propósito dos ninhos de Japu. *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia*, Belém, 4(2/3): 471-473, 1904a.

_____. Sobre os materiais do ninho do Japu (*Ostinops decumanus*). Resposta ao Sr. Dr. von Ihering. *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia*, Belém, 3(3/4): 328-342, 1902a.

_____. Apontamentos sobre o movimento do Museu Paraense no anno de 1898. *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia*, Belém, 3(2): 99-104, 1901a.

_____. Sur le Campos de l' Amazone inférieure et leur origine. In : *Compte rendu du Congrès international de Botanique*, Paris, p. 387-400, 1-10 octobre 1900a.

_____. *Dipterosiphon spelaicola* nov. gen. et spec. Eine höhlenbewohnende Burmanniaceae aus brasilianisch Guyana. *Bulletin de l'Herbier Boissier*, v. 7, n. 2, p. 124-128, 1899a.

_____. Materiaes para a Flora Amazônica. II. Plantas dos Rios Maracá e Anauerá-Pucú (Guyana Brasileira). *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia*, Belém, 2(4): 496-514, 1898a.

_____. Os nossos conhecimentos actuaes sobre as espécies de seringueiras. *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia*, Belém, 2(2): 250-253, 1897.

_____. Contribuição à geographia botânica do littoral da Guyana entre o Amazonas e o Rio Oyapock. *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia*, Belém, 1(4): 381-402, 1896a.

_____. Contributions à la connaissance des *Choetophorées épiphytes et endophytes* et de leurs affinités. *Annales des Sciences Naturelles. Botanique et Biologie Vegetale*, Paris, Sér. 7, v. 17-18, p. 265-359, 1893.

IHERING, H. v. Bibliographia 1905-1907. História Natural e Anthropologia do Brazil. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, v. VII, p. 450-536, 1907a.

_____. I. Introdução. In: IHERING, H. v. e IHERING, R. v. *Catálogos da Fauna Brasileira*. Vol. I. As Aves do Brazil. São Paulo, Typ. do Diário Oficial, p. I-XXVI, 1907b.

_____. Bibliographia 1902-1904. História Natural e Anthropologia do Brazil. A. Periódicos. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, v. VI, p. 584-591, 1904a.

_____. As aves do Paraguay em comparação com as de São Paulo. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, v. VI, p. 310-384, 1904b.

_____. O Rio Juruá. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, v. VI, p. 385-460, 1904c.

_____. Necessidade de uma lei federal de caça e protecção das aves. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, v. V, p. 238-260, 1902.

_____. Ornithological Notes from South Brazil. *The Ibis*, Londres, Ser. VIII, V. I, N. I., p. 12-15, 1901.

_____. Aves observadas em Cantagallo e Nova Friburgo. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, v. IV, p. 149-164, 1900a.

_____. Catálogo crítico-comparativo dos ninhos e ovos das aves do Brasil. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, v. IV, p. 191-300, 1900b.

_____. Bibliographia. E. Zoologia. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, v. IV, p. 568-590, 1900c.

_____. On the Ornis of the State of São Paulo, Brazil. *Proceedings of the Zoological Society of London for the Year 1899*, Londres, Apr. 18, p. 508-517, 1899.

_____. As Aves do Estado de São Paulo. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, v. III, p. 113-476, 1898.

_____. Bibliographia. A) Periódicos da América do Sul. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, v. 2, p. 433-450, 1896.

_____. Bibliographia. A) Os Museus da América do Sul. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, v. 1, p. 233-245, 1895a.

_____. Bibliographia. b) Livros e folhetos. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, v. 1, p. 245-251, 1895b.

IHERING, R. v. O Museu Paulista nos Annos de 1903 a 1905. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, v. VII, p. 5-30, 1907.

KATZER, F. Der streitige Golddistrikt von Brasilianisch-Guyana. *Oesterreichische Zeitschrift für Berg-und Hüttenwesen*, Viena, v. XLV, n. 22, p. 295-300, 29 mai. 1897.

KERR, J.G. The development of *Lepidosiren paradoxa*. Part III. Development of the skin and its derivatives. *Quarterly Journal of Microscopical Science*, Londres, New Series, v. 46, p. 417-459, 1903.

_____. The development of *Lepidosiren paradoxa*. Part II. With a note upon the corresponding stages in the development of *Protopterus annectens*. *Quarterly Journal of Microscopical Science*, Londres, New Series, v. 45, parte I, p. 1-10, 1901.

_____. The External Features in the Development of *Lepidosiren paradoxa* Fitz. *Philosophical Transactions*, Londres, v. 192, p. 299-330, 1899.

KOSTANECKI, v. Jahresbericht über die Thätigkeit der bernischen Naturforschenden Gesellschaft in der Zeit vom 1. Mai 1899 bis 11. Mai 1900. *Mitteilungen der Naturforschenden Gesellschaft in Bern aus dem Jahre 1900*, Berna, p. V-VI, 1901.

LACERDA, J. B. Ao Sr. Dr. von Ihering, Director do Museu Paulista. *Revista do Museu Nacional do Rio de Janeiro*, v. I, p. XIX-XXI, 1895.

_____. Craneos de Maracá, Guyana Brasileira. Contribuições para o estudo Anthropologico das Raças Indígenas do Brasil. *Archivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro*, v. IV, p. 35-45, 1881.

LADISLAU NETTO. *Muséum National de Rio-de-Janeiro et son influence sur les Sciences Naturelles ao Brésil*. Paris, Librairie Ch. Delagrave, 1889.

_____. Investigações sobre a Archeologia Brasileira. *Archivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro*, v. VI, p. 257-260, 1885.

_____. [Introdução ao estudo de Carl Wiener]. Estudos sobre os sambaquis do sul do Brazil. *Archivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro*, v. I, p. 1-2, 1876.

LANCASTER, E. R. On the Lepidosiren of Paraguay and the external characters of Lepidosiren and Protopterus. *Transactions of the Zoological Society*, Londres, v. 14, p. 11-24, abr. 1896.

MARAJÓ, Barão de. Sobre as questões do Amapá. *Revista da Sociedade de Estudos Paraenses*, Belém, 2(3/4): 219-221, 1896.

_____. O Brazil na Exposição Columbiana. *Revista da Sociedade de Estudos Paraenses*, Belém, 1(1/2): 3-7, 1894.

MARCHOUX, E.; SALIMBENI, A.; SIMOND, P.-L. La fièvre jaune: rapport de la mission française. *Annales de L'Institut Pasteur*, Paris, 17(11): 665-731, 1903.

MATTOS, J. W. [Carta a Carlos Honório de Figueiredo]. *Revista Trimensal do Instituto Histórico, Geographico e Ethnographico do Brasil*, Rio de Janeiro, t. XXXIX, Parte segunda, 1876, p. 355-357.

MEERWARTH, H. Símios (macacos) do Novo Mundo. *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia*, Belém, 2(2): 121-154, 1897a.

_____. Der mit dem neuen Museum in Pará (Brasilien) verbundene zoologische Garten. *Der Zoologische Garten*, Berlin, Ano XXXVIII, N. 4, p. 113-119, Abril 1897.

- MEIJERE, J. C. H. Goeldi, E. Nova Zoológica aus der Amazonas-Region. Neue Wilbertiere. *Zoologisches Zentralblatt*, Leipzig, V. 12, N. 23, p. 760-761, 1905a.
- _____. Goeldi, E. A. Os mosquitos no Pará; Goeldi, E. A. *Stegomyia fasciata*, der das Gelbfieber übertragende Mosquito. *Zoologisches Zentralblatt*, Leipzig, V. 12, N. 23, p. 757-759, 1905b.
- _____. Goeldi, E. Os mosquitos no Pará. *Zoologisches Zentralblatt*, Leipzig, V. 11, N. 21, p. 693, 1904.
- MIRANDA, V. C. Marajó. *Revista da Sociedade de Estudos Paraenses*, Belém, 2(1/2): 75-80, 1895.
- MORIZE, H. *Observatório Astronômico. Um século de história (1827-1927)*. Rio de Janeiro, MAST/Salamandra, 1987.
- MOURA, I. Ephemerides do Lyceu Paraense, actual Gymnasio Paes de Carvalho. In: *Anuario de Belém*. Belém, Imprensa Official, 1915.
- NOTICIÁRIO. Dr. Durham. *Pará Médico*, Belém, 1(7): 193, mai.-jun. 1901.
- O PARÁ e a Instrução Secundária, 1841/1910 (Polyanthéa comemorativa da fundação e inauguração do Gymnasio Paes de Carvalho)*. Belém, Typ. da Papelaria Americana, 1910.
- PENNA, D. S. F. *Obras completas de Domingos Soares Ferreira Penna*. 2 v. Belém, Conselho Estadual de Cultura, 1973.
- _____. D. Isabel Grameson (Mme. Godin des Odonais). *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, t. II, p. 282-292, 326-339, 1895.
- _____. Archeologia e Ethnographia no Brazil. *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia*, Belém, 1(1): 28-31, 1894.
- _____. Índios de Marajó. *Archivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro*, v. VI, p. 108-115, 1885.
- _____. Comunicações antigas entre Matto Grosso e Pará. *Revista Amazônica*, Belém, 1(1): 7-15, 1883a.
- _____. Explorações no Amazonas: o Rio Branco. *Revista Amazônica*, Belém, 1(2): 70-75, 1883b.
- _____. Cenas da Cabanagem no Tocantins. *Revista Amazônica*, Belém, 1(4): 113-9, 1(5): 157-166, 1883c.
- _____. Algumas palavras da língua dos Aruans. *Archivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro*, v. IV, p. 15-25, 1881.
- _____. Apontamentos sobre os Ceramios do Pará. *Archivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro*, v. II, p. 46-68, 1877a.
- _____. Observações sobre as Duas urnas (Fig. 3^a e 4^a) descriptas e figuradas pelo Sr. João Barbosa Rodrigues em seu artigo – *Antiguidades do Amazonas*, inserto na Revista – Ensaio de Sciencia. *Archivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro*, v. II, p. 73-76, 1877b.
- _____. Urnas do Maracá. *Archivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro*, v. II, p. 69-71, 1877c.

_____. Breve notícia sobre os sambaquis do Pará. *Archivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro*, v. I, 1876, p. 85-99.

_____. A Instrução na Província do Pará. *Jornal O Colombo*, Belém, n. 15, 13/5/1869, p. 1.

_____. *O Tocantins e o Anapu. Relatório do Secretário da Província*. Pará, Typ. de Frederico Carlos Rhossard, 1864.

PORTO, R. M. S. Relação dos objetos existentes no Museu Paraense. *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia*, Belém, 1(1): 20-22, 1894.

QUELCH, J. J. On the Habits of the Hoatzin (*Opisthocomus cristatus*). *The Ibis*, Londres, Ser. VI, N. 2, p. 327-335, 1890.

REBOURGEON, C. A Muyrapuama. *Revista da Sociedade de Estudos Paraenses*, Belém, t. I, fascículos I e II, 1894, p. 47-51.

RECLUS, E. *Estados Unidos do Brazil: geographia, ethnographia, estatística*. Tradução e Breves Notas do B.-F. Ramiz Galvão e Anotações sobre o Território contestado pelo Barão do Rio Branco. Rio de Janeiro, H. Garnier, 1899.

_____. O Território Franco-Brazileiro (versão directa do francez de E. Reclus). *Revista da Sociedade de Estudos Paraenses*, Belém, 2(3/4): 215-218, 1896.

_____. *La Nouvelle Géographie Universelle*. Tome XIX: Amérique du Sud: L'Amazonie et La Plata, Guyanes, Brésil, Paraguay, Uruguay, République Argentine. Paris, Librairie Hachette et Cie., 1894a.

_____. As Guyanas. Traduzido directamente do francez de E. Reclus pelo sócio effectivo Cônego J. I. Muniz. *Revista da Sociedade de Estudos Paraenses*, Belém, 1(3): 107-112, 1894b.

REGULAMENTO do Museu Paraense. *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia*, Belém, 1(1): 22-27, 1894.

REVISTA da Exposição Antropológica Brasileira, Rio de Janeiro, Typ. de Pinheiro & Cia., 1882.

RIBEIRO, A. M. O Porquinho da Índia e a Teoria Genealógica. *Archivos do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, V. XIV, p. 221-227, 1907.

RICKETT, C. B. Letter to the Editors of *The Ibis*. Foochow, August 25th, 1899. *The Ibis*, Ser. VII, V. VI, N. XXI, p. 217-219, 1900.

RIO BRANCO, B. *Frontières entre le Brésil et la Guyane Française. Second Mémoire présenté par les Etats Unis du Brésil au Gouvernement de la Confédération Suisse*. 4 v. Berne, Imprimerie Staempfli & Cie., 1899.

RODRIGUES, J. B. *O Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Uma lembrança do 1º Centenário. 1808-1908*. Rio de Janeiro, Oficinas da "Renascença", 1908.

_____. *Hortus Fluminensis ou Breve Notícia sobre as plantas cultivadas no Jardim Botânico do Rio de Janeiro para servir de guia aos visitantes*. Rio de Janeiro, Typ. Leuzinger, 1894.

_____. *Ídolo Amazônico achado no Rio Amazonas*. Rio de Janeiro, Typographia de Brown & Evaristo, 1875.

SCHÄR, L. *Reise und Abenteuer eines Schweizer-Colonisten in Brasilien*. Urbon, Druck und Verlag von G. Rüdlinger, 1892.

SCLATER, P. L. Herman on Bird-Protection in Hungary. *The Ibis*, Londres, Ser. IX, V. II, N. V, p. 183-184, 1908a.

_____. Goeldi on the Names of two South-American Birds. *The Ibis*, Londres, Ser. IX, V. II, N. VIII, p. 621, 1908b.

_____. Von Ihering on the Birds of Brazil. *The Ibis*, Londres, Ser. IX, V. II, N. VI, p. 383-384, 1908c.

_____. Retirement of Dr. Emil A. Goeldi. *The Ibis*, Londres, Ser. IX, V. I, N. III, p. 511, 1907a.

_____. Goeldi's 'Album of Amazonian Birds'. *The Ibis*, Londres, Ser. IX, V. I, N. IV, p. 643-644, 1907b.

_____. Huber on the Nest of *Ostinops decumanus*. *The Ibis*, Londres, Ser. VIII, V. V, N. XIX, p. 483, 1905a.

_____. Ihering on the Birds of Paraguay and S. Paulo. *The Ibis*, Londres, Ser. VIII, V. V, N. XVIII, p. 280, 1905b.

_____. Goeldi's Album of Amazonian Birds. *The Ibis*, Londres, Ser. VIII, V. IV, N. XIII, p. 151, 1904a.

_____. Huber on the Materials of the Nest of *Ostinops decumanus*. *The Ibis*, Londres, Ser. VIII, V. IV, N. XIII, p. 155, 1904b.

_____. Goeldi on the Destruction of Birds in Amazonia. *The Ibis*, Londres, Ser. VIII, V. III, N. XII, p. 615-616, 1903.

_____. Goeldi on the Birds of Amazonia. *The Ibis*, Londres, Ser. VIII, V. II, N. V, p. 149, 1902a.

_____. Goeldi on Amazonian Birds. *The Ibis*, Londres, Ser. VIII, V. II, N. VII, p. 510, 1902b.

_____. The Pará Museum. *The Ibis*, Londres, Ser. VIII, V. I, N. IV, p. 747, 1901a.

_____. Goeldi's 'Birds of Brazil', Vol. II. *The Ibis*, Londres, Ser. VIII, V. I, N. III, p. 501-502, 1901b.

_____. Euler on the Nests and Eggs of Brazilian Birds. *The Ibis*, Londres, Ser. VIII, V. I, N. I, p. 132-133, 1901c.

_____. Ihering on the Birds of Cantagallo and Nova Friburgo. *The Ibis*, Londres, Ser. VIII, V. I, N. I, p. 133, 1901d.

_____. Ihering on the Nesting of Brazilian Birds. *The Ibis*, Londres, Ser. VIII, V. I, N. I, p. 134, 1901e.

_____. Goeldi on the Nest of *Panyptila cayanaensis*. *The Ibis*, Londres, Ser. VII, V. VI, N. XXI, p. 204, 1900.

_____. Jhering on the Birds of S. Paulo, Brazil. *The Ibis*, Londres, Ser. VII, V. V, N. XIX, p. 460-461, 1899.

_____. Goeldi on the Vultures of South America. *The Ibis*, Londres, Ser. VII, V. IV, N. XIII, p. 162, 1898a.

_____. On the *Psophia obscura* of Natterer and Pelzeln. *The Ibis*, Londres, Ser. VII, V. IV, p. 520-524, 1898b.

_____. The Museum of Pará. *The Ibis*, Londres, Ser. VII, V. III, N. XI, p. 488, 1897a.

_____. Goeldi on the Birds of Pará. *The Ibis*, Londres, Ser. VII, V. III, N. XI, p. 463, 1897b.

_____. *Catalogue of the Birds in the British Museum*. Volume XV. Dendrocolaptidae, Formicariidae, Conopophagidae, Pteroptochidae. Londres, The British Museum, 1890.

_____. *Catalogue of the Birds in the British Museum*. Volume XIV. Tyrannidae, Oxyrhamphidae, Pipridae, Cotingidae, Phytotomidae. Londres, The British Museum, 1888.

_____. *Catalogue of the Birds in the British Museum*. Volume XI. Coerebidae, Tanagridae, Icteridae. Londres, The British Museum, 1886.

SILVA, J. C. *L'Oyapock et l'Amazone: question brésilienne et française*. 2 v. Paris, Imprimerie de L. Martinet, 1861.

_____. Memória sobre os limites do Brasil com a Guiana Francesa conforme o sentido exato do artigo oitavo do Tratado de Utrecht. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 13, p. 421-512, 1850.

SMITH, H. H. *Brazil – The Amazons and the Coast*. New York, C. Scribner's Sons, 1879.

SNETHLAGE, E. Catálogo das Aves Amazônicas. *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia*, Belém, 8: 1-530, 1914.

_____. Sobre a distribuição da Avifauna campestre na Amazônia. *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia*, Belém, 6: 226-235, 1910.

_____. Novas espécies de aves amazônicas das coleções do Museu Goeldi. *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia*, Belém, 5(2): 437-448, 1909.

_____. Sobre uma coleção de aves do rio Purus. *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia*, Belém, 5(1): 43-76, 1908.

SODRÉ, L. *Crenças e Opiniões*. Belém, Typ. do Diário Oficial, 1896a.

STUDER, T. Exame do material de Canídeos (cães e raposas) colleccionado na região Amazônica pelo Museu Goeldi no Pará. *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Ethnographia*, Belém, 4(1): 107-118, 1904

THE ROYAL Society for the Protection of Birds. *The Ibis*, Londres, Ser. VIII, V. V, N. XVIII, p. 298, 1905.

THOMAS, O. Exame de uma collecção de Chiropteros (Morcegos) do Pará. *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Ethnographia*, Belém, 4(1): 101-106, 1904.

TOCANTINS, A. M. G. Relíquias de uma grande tribo extincta. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 39(53): 51-64, 1876.

- VERÍSSIMO, J. *Estudos Amazônicos*. Belém, UFPA, 1970.
- _____. *A Educação Nacional*. 2ª. Edição. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1906.
- _____. O Positivismo no Brasil. *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, t. IV, 1895a, p. 297-309.
- _____. D. S. Ferreira Penna – Notícia sobre a sua vida e trabalhos. *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Ethnographia*, Belém, 1(2): 57-74, 1895b.
- _____. Discurso pronunciado por José Veríssimo, Director Geral da Instrução Pública, perante o Governador do Estado, Capitão-Tenente Bacelar Pinto Guedes, por ocasião de se inaugurar o museu, restaurado em 13 de maio de 1891. *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Ethnographia*, Belém, 1(1): 5-8, 1894.
- _____. *A Educação Nacional*. Pará, 1890.
- _____. *Estudos Brasileiros*. Pará, Tavares Cardoso & Cia., 1889.
- _____. Necrológio de D. S. Ferreira Penna, proferido a 6 de janeiro de 1888. *A Província do Pará*, Belém, 8 de janeiro de 1888.
- _____. *Scenas da Vida Amazônica com um estudo sobre as populações indígenas e mestiças da Amazônia*. Lisboa, Tavares Cardoso & Irmão, 1886.
- _____. A Religião dos Tupi-Guaranis. *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, t. IX, 1881, p. 69-88.
- WALLACE, A. R. Os Símios (macacos) da Amazônia. *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia*, Belém, 1(4): 375-381, 1896.
- WARTMANN, B. Bericht über das 82. Vereinsjahr erstattet in der Hauptversammlung am 30. November 1901. *Bericht über die Tätigkeit der St. Gallischen Naturwissenschaftlichen Gesellschaft während des Vereinsjahres 1900/01*, St. Gallen, 1902, p. 1-75.
- WASMANN, E. Os hóspedes das formigas e dos térmitos (“cupim”) no Brasil. *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia*, Belém, 1(3): 273-324, 1895.
- WIENER, C. Estudos sobre os sambaquis do sul do Brazil. *Archivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro*, v. I, 1876, p. 1-20.

7.6 Fontes secundárias

- ACOT, P. *História da Ecologia*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Campus, 1990.
- AERNI, A. Sennwald: Der Naturforscher Prof. Emil August Göldi, 1859-1917 (Teil I). Museum und Schildkröte mit Namen “Göldi”. *Der Alvier*, Werdenberger & Obertoggenburger, n. 202, 16 e 17 de outubro de 1992, p. 7, 1992a.
- _____. Sennwald: Der Naturforscher Prof. Emil August Göldi, 1859-1917 (Teil II). Der Kolonistentyrann Göldi und sein Scheitern. *Der Alvier*, Werdenberger & Obertoggenburger, n. 212, 30 e 31 de outubro de 1992, p. 7, 1992b.

- _____. Sennwald: Der Naturforscher Prof. Emil August Göldi, 1859-1917 (Teil III). Terrainbereiter für brasilianische Interessen. *Der Alvier*, Werdenberger & Obertoggenburger, n. 216, 6 e 7 de novembro de 1992, p. 7, 1992c.
- _____. Jacques (Jakob) Huber (1867-1914). Botaniker, Naturforscher und Museumsdirektor im Amazonasgebiet. *Schaffhausen Mappe*, Schaffhausen, p. 59-61, 1992.
- _____. Jacques (Jakob) Huber. *Schaffhauser Beiträge zur Geschichte (Biographien V)*, Schaffhausen, v. 68, p. 87-93, 1991.
- _____. *Emil August Göldi*. S.l., s.d.a (Manuscrito).
- _____. *Johannes Göldi*. S.l., s.d.b (Manuscrito).
- _____. *Ludwig Martin Tschümperli*. S.l., s.d.c (Manuscrito).
- _____. *Jacques (Jakob) Huber (1867-1914)*. S.l., s.d.d (Manuscrito).
- _____. *Joseph Schönmann*. S.l., s.d.e (Manuscrito).
- _____. *Gottfried Hagmann*. S.l., s.d.f (Manuscrito).
- _____. *Andreas Göldi*. S.l., s.d.g (Manuscrito).
- ALLEN, G. *Life Science in the Twentieth Century*. Cambridge, Inglaterra, Cambridge University Press, 1978.
- ALMEIDA, J. R. P. *Instrução Pública no Brasil (1500-1889). História e Legislação*. São Paulo, EDUC/INEP, 2000.
- ALMEIDA, M. *República dos Invisíveis: Emílio Ribas, Microbiologia e Saúde Pública em São Paulo (1898-1917)*. Bragança Paulista, EDUSF, 2003.
- ALONSO, A. *Idéias em Movimento: A geração 1870 na Crise do Brasil-Império*. São Paulo, Paz e Terra, 2002.
- ALPERS, S. The museum as a way of seeing. In: KARP, I. e LAVINE, S. (eds.). *Exhibiting culture. The poetics and politics of Museum Display*. Washington, Smithsonian Institution Press, 1991, p. 25-32.
- ALVES, A. M. A. *Redutos da ciência na “era dos museus”: Inglaterra, França, Estados Unidos e Brasil*. São Paulo, FFLCH/USP, 2004 (Tese de Doutorado).
- _____. *O Ipiranga Apropriado. Ciência, política e poder: o Museu Paulista, 1893-1922*. São Paulo, Humanitas, 2001.
- ALVES, J. J. A. O Cientificismo da França para a Amazônia. O Positivismo de Lauro Sodré. In: ALVES, J. J. A. (org.). *Múltiplas Faces da História das Ciências na Amazônia*. Belém, EDUFPA, 2005, p. 61-76.
- AMARAL, F. M. Julio Cezar Ribeiro de Souza, uma biografia. In: SOUZA, J. C. R. *Memórias sobre a navegação aérea*. Belém, Ed. UFPA, 2003, p. 107-113.
- ARAGÓN, L. E. Ciência, educação e desenvolvimento da Amazônia. In: FAULHABER, P. e TOLEDO, P. M. (orgs.). *Conhecimento e Fronteira: História da Ciência na Amazônia*. Belém, MPEG; Brasília, Paralelo 15, 2001, p. 291-305.

- ARAÚJO, N. A. *A Escola Agrícola de São Bento das Lages: Atividades Científicas no Recôncavo Bahiano de 1877 a 1904*. Bahia, Universidade Estadual de Feira de Santana, 2002.
- ARNAUD, E. Os estudos de Antropologia no Museu Emílio Goeldi. *Acta Amazonica*, Manaus, 111: 137-48, 1981.
- ASMA, S. T. *Stuffed Animals & Pickled Heads: The Culture and Evolution of Natural History Museums*. Oxford, Oxford University Press, 2001.
- AZEVEDO, F. *A cultura brasileira*. 2ª ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1949.
- _____. Introdução. In: AZEVEDO, F. (org.). *As Ciências no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1994, p. 13-53.
- BARATA, M. *Formação Histórica do Pará: obras reunidas*. Belém, UFPA, 1973.
- BARBOSA, J. A. *A Biblioteca Imaginária*. São Paulo, Ateliê Editorial, 1996.
- _____. *A Tradição do Impasse: Linguagem da Crítica & Crítica da Linguagem em José Veríssimo*. São Paulo, Ática, 1974.
- BARRETO, M. V. História da Pesquisa Arqueológica no Museu Paraense Emílio Goeldi. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Antropologia*, Belém, 8(2): 203-94, 1992.
- BASSALO, J. M. F.; LIMA, W. N. Pesquisadores Franceses em Belém do Pará: Escola de Química Industrial. In: HAMBURGER, A. I. et alii. (orgs.). *A Ciência nas Relações Brasil-França (1850-1950)*. São Paulo, EDUSP/FAPESP, 1996, p. 183-188.
- BATISTA, L. M. *Muito além dos seringais: elites, fortunas e hierarquias no Grão-Pará, c. 1850 - c. 1870*. Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, 2004 (Dissertação de Mestrado).
- BEAUVERD, G. Le Docteur Jacques Huber (1867-1914). *Bulletin de la Société Botanique de Genève*, Genebra, 2me. Série, v. VI, n. 3, p. 91-100, 1914.
- BEDRAN, C. C. A.; SILVA, M. C.; SANJAD, N.; MARCELIANO, M. L. V. *Gênese e organização de uma coleção biológica: o caso da Coleção Ornitológica do Museu Paraense Emílio Goeldi, 1894-1920*. Belém, Centro Universitário do Pará, 2005 (Relatório de Pesquisa).
- BELÉM da Saudade. *A memória de Belém do início do século em cartões postais*. Belém, SECULT, 1996.
- BENCHIMOL, J. L. Adolpho Lutz: um esboço biográfico. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, 10(1): 13-83, 2003.
- _____. *Dos micróbios aos mosquitos. Febre amarela e a revolução pasteuriana no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz/Editora UFRJ, 1999.
- _____. *Manguinhos, do sonho à vida. A Ciência na Belle Époque*. Rio de Janeiro, Casa de Oswaldo Cruz, 1990.
- BENCHIMOL, J. L.; SÁ, M. R. Insetos, humanos e doenças: Adolpho Lutz e a medicina tropical. In: LUTZ, A. *Obra Completa*. Volume 2, Livro 1. Febre Amarela, Malária e Protozoologia. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2005, p. 43-244.
- BENCHIMOL, J. L.; TEIXEIRA, L. A. *Cobras, lagartos e outros bichos. Uma história comparada dos institutos Oswaldo Cruz e Butantã*. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 1993.

BEN-DAVID, J. *O papel do cientista na sociedade – Um estudo comparativo*. São Paulo, Pioneira, 1974.

BENNETT, T. *The Birth of the Museum. History, theory, politics*. London, Routledge, 1995.

BENOIT, S. *Henri Anatole Coudreau (1859-1899): dernier explorateur français en Amazonie*. Paris, L'Harmattan, 2000.

BERTHO, A. M. M. As Ciências Humanas no Museu Paraense Emílio Goeldi em suas fases de formação e consolidação (1886-1914). In: FAULHABER, P. e TOLEDO, P. M. (orgs.). *Conhecimento e Fronteira: História da Ciência na Amazônia*. Brasília, Paralelo 15; Belém, MPEG, p. 147-160, 2001.

_____. O Museu Paraense Emílio Goeldi no contexto cultural da Amazônia. In: D'INCAO, M. A. e SILVEIRA, I. M. da (orgs.). *A Amazônia e a Crise da Modernização*. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994a, p. 185-193.

_____. Museu Paraense: a Antropologia na perspectiva de um saber sobre e na Amazônia (1886-1921) – 1ª parte. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Antropologia*, Belém, 9(1): 55-101, 1994b.

BEZERRA NETO, J. M. Ousados e insubordinados: protestos e fugas de escravos na Província do Grão-Pará, 1840/1860. *Topoi – Revista de História*, Rio de Janeiro, v. 2, 2001, p. 73-112.

BLAKE, A. V. A. S. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Tomo II. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1893.

BORGES, R. *O Pará Republicano. 1824-1929. Ensaio Histórico*. Belém, Conselho Estadual de Cultura, 1983.

_____. *Vultos Notáveis do Pará*. Belém, Conselho Estadual de Cultura, 1970.

BRANDÃO, J. S. *Mitologia Grega*. Volume 2. 2ª ed. Petrópolis, Vozes, 1988.

BRITTO, N. *Oswaldo Cruz. A Construção de um Mito na Ciência Brasileira*. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 1995.

BRITTO, R. S.; CARDOSO, E. *A febre amarela no Pará*. Belém, SUDAM, 1973.

BROWMAN, D. L. The Peabody Museum, Frederic W. Putnam, and the Rise of U.S. Anthropology, 1866-1903. *American Anthropologist*, 104(2): 508-19, 2002.

BURGOS, M. B. *Ciência na periferia: a luz síncrotron brasileira*. Juiz de Fora, MG, EDUFJF, 1999.

CÂMARA, B. P. Imperial Escola Agrícola da Bahia. In: *Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930)*, <http://lepto.procc.fiocruz.br:8081/dic/verbetes/ESCAGBA.htm>. Acesso em 24 de março de 2005. S.d.

CAPDEVILLE, G. *O Ensino Superior Agrícola no Brasil*. Viçosa, Imprensa Universitária/UFV, 1991.

- CARDIM, C. H. e ALMINO, J. (orgs.). *Rio Branco, a América do Sul e a Modernização do Brasil*. Rio de Janeiro, EMC, 2002.
- CARVALHO, C. D. *História Diplomática do Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1959.
- CARVALHO, J. M. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. 4ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.
- _____. *A Formação das Almas. O imaginário da República no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.
- _____. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.
- CERQUEIRA, N. L. *Simuliidae da Amazônia. III: Sobre o gênero Simulium Latreille, 1802 (Diptera, Nematocera)*. In: *Atas do Simpósio sobre a Biota Amazônica*, v. 5: 127-139, 1967.
- CHAMBERS, D. W. Locality and Science: myths of centre and periphery. In: LAFUENTE, A. et al. (eds.). *Mundialización de la ciencia y cultura nacional*. Madrid, Doce Calles, 1993, p. 605-617.
- CHAMBERS, D. W.; GILLESPIE, R. Locality in the History of Science. *Osiris*, Chicago, 15: 221-239, 2000.
- CHODAT, R. Nécrologie: Dr. Jacques Huber (1867-17 février 1914). *Bulletin de la Société Botanique de Genève*, Genebra, 2me. Série, v. VI, n. 3, p. 81-82, 1914.
- CHRISTOPHERS, S. R. *Aedes aegypti (L.), The Yellow Fever Mosquito. Its Life History, Bionomics and Structure*. Cambridge, Cambridge University Press, 1960.
- COELHO, G. M. *No Coração do Povo. O Monumento à República em Belém, 1891-1897*. Belém, Paka-Tatu, 2002.
- _____. Introdução. In: SODRÉ, L. *Crenças e Opiniões*. Edição Fac-Similar. Brasília, Senado Federal, 1997, p. III-XXVII.
- COLEMAN, W. *Biology in the Nineteenth Century: Problems of Form, Function and Transformation*. Cambridge, Cambridge University Press, 1977.
- CORRÊA, M. A Doutora Emília e o detalhe etnográfico. In: In: FAULHABER, P. e TOLEDO, P. M. (orgs.). *Conhecimento e Fronteira: História da Ciência na Amazônia*. Brasília, Paralelo 15; Belém, MPEG, p. 161-179, 2001.
- _____. A Doutora Emília e a tradição naturalista. *Horizontes Antropológicos*, v. 1, n. 1, p. 37-46, 1995.
- CORREA FILHO, V. Vultos da Geografia do Brasil – E. Goeldi. *Revista Brasileira de Geografia*, ano VIII, nº. 1, p. 129-130, 1946a.
- _____. Vultos da Geografia do Brasil. Domingos Soares Ferreira Pena. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, Ano VIII, N. 1, p. 125-126, 1946b.
- COSCARÓN, S. *El género Simulium Latreille en la Región Neotropical: análisis de los grupos supraespecíficos, especies que los integran y distribución geográfica (Simuliidae, Diptera)*. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, 1987.

- COSTA, C. A. A. *Oswaldo Cruz e a febre amarela no Pará*. Belém, Conselho Estadual de Cultura, 1973.
- COSTA, F. A. *Ciência, tecnologia e sociedade na Amazônia. Questões para o desenvolvimento sustentável*. Belém, Cejup, 1998.
- CRISPINO, L. C. B. Introdução à obra de Julio César Ribeiro de Souza. In: SOUZA, J. C. R. *Memórias sobre a navegação aérea*. Belém, Ed. UFPA, 2003, p. 23-105.
- CRUZ, E. *História do Pará*. 2 v. Belém, Universidade Federal do Pará, 1963.
- CUETO, M. Science under Adversity: Latin American Medical Research and American Private Philanthropy, 1920-1960. *Minerva*, 35: 233-245, 1997.
- _____. Laboratory Styles in Argentine Physiology. *Isis*, 85: 228-246, 1994.
- _____. Andean Biology in Peru: Scientific Styles in the Periphery. *Isis*, 80: 640-658, 1989.
- CUNHA, M. C. Política Indigenista no Século XIX. In: CUNHA, M. C. (org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras/SMC/FAPESP, 1992, p. 133-154.
- CUNHA, O. R. *Talento e Atitude: Estudos Biográficos do Museu Emílio Goeldi, I*. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, 1989.
- _____. O Museu Paraense Emílio Goeldi. *Diário do Pará*, Belém, Caderno B, p. 6-7, 1988.
- _____. Emílio Augusto Goeldi (1859-1917). *Ciência e Cultura*, São Paulo, 35(12): 1965-1972, 1983.
- _____. 108º aniversário do Museu Paraense Emílio Goeldi. Síntese de sua história. *Revista de Cultura do Pará*, Belém, ano 4, nos. 16 e 17, 1974, p. 151-173.
- _____. Domingos Soares Ferreira Penna. Uma análise de sua vida e de sua obra. In: *Obras completas de Domingos Soares Ferreira Penna*. V. 1. Belém, Conselho Estadual de Cultura, 1973, p. 11-41.
- _____. O museu e a febre amarela. *Jornal O Liberal*, Belém, 11 de agosto de 1972.
- _____. O Centenário do Museu Paraense “Emílio Goeldi”. I – As Origens. *A Província do Pará*, Belém, 17 de outubro de 1965, 1965a.
- _____. O Centenário do Museu Paraense Emílio Goeldi. II – Os fundamentos e evolução histórica. *A Província do Pará*, Belém, 20 de outubro de 1965, 1965b.
- _____. O Centenário do Museu “Emílio Goeldi”. III – Ainda do museu de 1866 a 1871. *A Província do Pará*, Belém, 24 de outubro de 1965, 1965c.
- _____. O Centenário do Museu Paraense “Emílio Goeldi”. IV – O Museu de 1871 a 1891. *A Província do Pará*, Belém, 31 de outubro de 1965, 1965d.
- _____. O Centenário do Museu Paraense “Emílio Goeldi”. V – Ainda o Museu de 1871 a 1881[1891]. *A Província do Pará*, Belém, 7 de novembro de 1965, 1965e.
- _____. O Centenário do Museu Paraense “Emílio Goeldi”. VI – O Museu de 1871 a 1891 (continuação). *A Província do Pará*, Belém, 14 de novembro de 1965, 1965f.

- _____. O Centenário do Museu Paraense “Emílio Goeldi”. VII – O Museu de 1871 a 1891 (continuação). *A Província do Pará*, Belém, 21 de novembro de 1965, 1965g.
- _____. O Centenário do Museu Paraense “Emílio Goeldi”. VIII – O Museu de 1871 a 1891. *Jornal A Província do Pará*, Belém, 28 de novembro de 1965, 1965h.
- _____. O Centenário do Museu Paraense “Emílio Goeldi”. IX – O Museu de 1871 a 1891 (continuação). *Jornal A Província do Pará*, Belém, 5 de dezembro de 1965, 1965i.
- _____. O Centenário do Museu Paraense “Emílio Goeldi”. *Jornal A Província do Pará*, Belém, 12 de dezembro de 1965, 1965j.
- CUNHA, R. C. A. *Paraenses Ilustres*. 3ª ed. Belém, Conselho Estadual de Cultura, 1970.
- _____. Notícia sobre a Secretaria do Governo do Pará. *A Província do Pará*, Belém, 18 de janeiro de 1893.
- DANTES, M. A. Introdução: uma história institucional das ciências no Brasil. In: DANTES, M. A. (org.). *Espaços da Ciência no Brasil, 1800-1930*. Rio de Janeiro, Ed. Fiocruz, 2001, p. 13-22.
- _____. Os Positivistas Brasileiros e as Ciências no Final do Século XIX. In: HAMBURGER, A. I. et alii (orgs.). *A Ciência nas Relações Brasil-França (1850-1950)*. São Paulo, EDUSP/FAPESP, 1996, p. 49-63.
- _____. Relações Científicas e Tradições Científicas Locais: Modelos Institucionais no Brasil no Final do Século XIX. In: ALFONSO-GOLDFARB, A. M. e MAIA, C. A. (orgs.). *História da ciência: o mapa do conhecimento*. Rio de Janeiro, Expressão e Cultura; São Paulo, EDUSP, 1995, p. 923-931.
- _____. Le Positivisme et la science au Brésil. In: PETITJEAN, P. et alii (eds.). *Science and Empires. Historical Studies about Scientific Development and European Expansion*. Dordrecht, Kluwer Academic Publications, 1992, p. 165-172.
- _____. Fases da implantação da Ciência no Brasil. *Quipu*, 5(2): 265-76, 1988.
- _____. Institutos de Pesquisa Científica no Brasil. In: FERRI, M. G. e MOTOYAMA, S. (eds.). *História das Ciências no Brasil*. Vol. 2. São Paulo, EPU-Edusp, 1979-1980, p. 341-380.
- DERENJI, J. S. A seleção e a exclusão no meio urbano: reformas do fim do século XIX em Belém do Pará. In: D’INCAO, M. A., SILVEIRA, I. M. (orgs.). *A Amazônia e a Crise da Modernização*. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994, p. 265-270.
- DOMINGUES, H. M. B. *Ciência: um caso de Política. As relações entre as Ciências Naturais e a Agricultura no Brasil-Império*. São Paulo, FFLCH/USP, 1995 (Tese de Doutorado).
- DROUIN, J.-M. De Linneo a Darwin: los viajeros naturalistas. In: SERRES, M. (ed.). *Historia de las Ciencias*. Madrid, Catedra, 1991, p. 363-379.
- DRUDE, S. A contribuição alemã à Linguística e Antropologia dos índios do Brasil, especialmente da Amazônia. In: ALVES, J. J. A. (org.). *Múltiplas Faces da História das Ciências na Amazônia*. Belém, EDUFPA, 2005, p. 175-196.
- EDLER, F. A Escola Tropicalista Baiana: um mito de origem da medicina tropical no Brasil. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, 9(2): 357-385, 2002.

_____. A medicina acadêmica imperial e as ciências naturais. In: HEIZER, A. e VIDEIRA, A. A. P. (orgs.). *Ciência, Civilização e Império nos Trópicos*. Rio de Janeiro, Access, 2001, p. 97-122.

_____. *A constituição da Medicina Tropical no Brasil oitocentista: da climatologia à parasitologia médica*. Rio de Janeiro, IMS-UERJ, 1999 (Tese de Doutorado).

_____. *As Reformas do Ensino Médico e a Profissionalização da Medicina na Corte do Rio de Janeiro, 1854-1884*. São Paulo, FFLCH/USP, 1992 (Dissertação de Mestrado).

EGLER, W. Adolpho Ducke – Traços biográficos, viagens e trabalhos. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Nova Série, Belém, n. 18, p. 1-129, 1963.

FARBER, P. L. The Development of Ornithological Collections in the late eighteenth and early nineteenth centuries and their relationship to the emergence of Ornithology as a scientific discipline. *Journal of the Society for the Bibliography of Natural History*, Londres, 9: 391-394, 1980.

_____. The Development of Taxidermy and the History of Ornithology. *Isis*, 68(244): 550-566, 1977.

FAULHABER, P. A história dos institutos de pesquisa na Amazônia. *Estudos Avançados*, São Paulo, 19(54): 241-257, 2005.

FAULHABER, P. e TOLEDO, P. M. (orgs.). *Conhecimento e Fronteira: História da Ciência na Amazônia*. Belém, MPEG; Brasília, Paralelo 15, 2001.

FELIPPE-BAUER, M. L.; OLIVEIRA, S. J. List of the type species of Ceratopogonidae (Diptera, Nematocera) deposited in the Entomological Collection of Instituto Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, Brazil. *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, Rio de Janeiro, 96(8): 1109-1119, 2001.

FERREIRA, L. M. Vestígios da Raça Americana: Arqueologia, Etnografia e Romantismo no Brasil Imperial (1838-1867). *Habitus*, 1(1): 103-128, 2003.

_____. “Um bando de idéias novas” na Arqueologia (1870-1877). *Revista Diálogos*, Maringá, v. 5, s.d., disponível em http://www.dhi.uem.br/publicacoesdhi/dialogos/volume01/vol5_atg4.html.

FIGUEIREDO, A. M. Parque da cidade, museu da nação: nacionalismo, modernismo e instituições científicas na Amazônia, 1930-1945. In: FAULHABER, P. e TOLEDO, P. M. (orgs.). *Conhecimento e Fronteira: História da Ciência na Amazônia*. Belém, MPEG; Brasília, Paralelo 15, 2001, p. 181-204.

_____. *A cidade dos encantados: intelectuais, feiticeiros e pajés na Amazônia, 1870-1950*. Campinas, IFCH/Unicamp, 1996 (Dissertação de Mestrado).

FIGUEIRÔA, S. Mundialização da ciência e respostas locais: sobre a institucionalização das ciências naturais no Brasil (de fins do século XVIII à transição ao século XX). *Asclépio*, v. L, nº. 2, 1998, p. 107-123.

_____. *As Ciências Geológicas no Brasil: uma História Social e Institucional, 1875-1934*. São Paulo, Hucitec, 1997.

_____. Charles Frederic Hartt and the ‘Geological Commission of Brazil’ (1875-1877). *Earth Sciences History*, 13(2): 168-173, 1994.

FITTKAU, E. J. Amazonian Chironomidae (Diptera, Chironomidae): a contribution to chironomid research in the Neotropics. *Amazoniana*, Kiel, XVI (3/4): 313-323, 2001.

_____. Revision der von E. Goeldi in aus dem Amazonasgebiet beschriebenen Chironomiden (Diptera). (Chironomidenstudien X). *Beiträge zur Neotropischen Fauna*, Hamburg, 4: 209-226, 1965.

FONSECA, M. R. F. Abreu, Francisco Bonifácio de. *Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930)*, <http://lepto.procc.fiocruz.br:8081/dic/verbetes/ABREUFRANBON.htm>. Acesso em 14 de abril de 2005.

FONSECA JUNIOR, J. A. A. *História dos ídolos de pedra amazônicos*. Belém, Universidade Federal do Pará, 2004 (Monografia de Conclusão de Curso).

FORATTINI, O. P. *Culicoides* da Região Neotropical (Díptera, Ceratopogonidae). *Arquivos da Faculdade de Higiene e Saúde Pública da Universidade de São Paulo*, v. 11, n. 2, 1957.

FOUCAULT, M. *As Palavras e as Coisas. Uma arqueologia das ciências humanas*. 8ª ed. São Paulo, Martins Fontes, 1999.

FRAIHA, H. *Oswaldo Cruz e a febre amarela no Pará*. Belém, Conselho Estadual de Cultura, 1972.

FREITAS, M. V. *Charles Frederick Hartt, um Naturalista no Império de Pedro II*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2002.

_____. *Hartt: Expedições pelo Brasil Imperial, 1865-1878*. São Paulo, Metalivros, 2001.

FULLER, C. M. Os Corpos de Trabalhadores: política de controle social no Grão-Pará. *Fascículos LH*, Belém, n. 1, 1999.

GILSON, E. *De Aristóteles a Darwin (y vuelta). Ensayo sobre algunas constantes de la Biofilosofía*. 2ª. Ed. Pamplona, Espanha, Universidad de Navarra, 1980.

GLICK, T. F. A Note on the Theory of Recapitulation: Emilio Goeldi and Hoazin fledglings (*filhotes da cigana*). Trabalho apresentado no V Congresso Latino-americano de História das Ciências e da Tecnologia, Rio de Janeiro, 28 a 31 de julho de 1998.

GOMES, F. S.; QUEIROZ, J. M.; COELHO, M. C. *Relatos de Fronteiras: Fontes para a História da Amazônia, séculos XVIII e XIX*. Belém, UFPA/NAEA, 1999.

GUALTIERI, R. C. E. A Amazônia sob olhares evolucionistas: a ciência no Museu Paraense (1894-1914). In: ALVES, J. J. A. (org.). *Múltiplas Faces da História das Ciências na Amazônia*. Belém, EDUFPA, 2005, p. 103-134.

_____. O evolucionismo na produção científica do Museu Nacional do Rio de Janeiro (1876-1915). In: DOMINGUES, H. M. et al. (orgs.). *A recepção do darwinismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2003, p. 45-96.

_____. *Evolucionismo e ciência no Brasil – Museus, pesquisadores e instituições, 1870-1915*. São Paulo, Departamento de História, FFLCH-USP, 2001 (Tese de Doutorado).

GUIMARÃES, M. L. S. Nação e Civilização nos Trópicos: o IHGB e o Projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*, 1: 5-27, 1988.

- HAFFER, J. Ornithologen-Briefe des 20 Jahrhunderts. *Ökologie der Vögel*, Ludwigsburg, v. 19, p. 1-980, 1997.
- HARRISON, G. *Mosquitoes, Malaria and Man: A History of the Hostilities Since 1880*. Nova Iorque, E. P. Dutton, 1978.
- HEIZER, A. e VIDEIRA, A. A. P. (orgs.). *Ciência, Civilização e Império dos Trópicos*. Rio de Janeiro, Access, 2001.
- HOCHMAN, G. *A Era do Saneamento. As Bases da Política de Saúde Pública no Brasil*. São Paulo, Hucitec, 1998.
- KNORR-CETINA, K. Scientific communities or transepistemic arenas of research? A critique of quasi-Economic Models of Science. *Social Studies of Science*, v. 12, n. 1, p. 101-130, 1982.
- KOHLSTEDT, S. G. International Exchange and National Style: A View of Natural History Museums in the United States, 1850-1900. In: REINGOLD, N. e ROTHENBERG, M. (eds.). *Scientific Colonialism. A Cross-Cultural Comparison*. Washington, Smithsonian Institution Press, 1987, p. 167-189.
- _____. Australian Museums of Natural History: Public Priorities and Scientific Initiatives in the 19th Century. *Historical Records of Australian Science*, 5: 1-29, 1983.
- KREIMER, P. *L'Universel et le Contexte dans la Recherche Scientifique*. Villeneuve d'Ascq, Presses Universitaires du Septentrion, 1999.
- _____. *Una modernidad periférica? La investigación científica, entre el universalismo y el contexto*. Buenos Aires, Instituto de Estudios Sociales de la Ciencia y la Tecnología/Universidad Nacional de Quilmes, 1998 (Documento de Trabajo N° 8).
- KUHN, T. S. *A estrutura das revoluções científicas*. 5ª ed. São Paulo, Perspectiva, 2000.
- KURY, L. B. A sereia amazônica dos Agassiz: zoologia e racismo na Viagem ao Brasil (1865-1866). *Revista Brasileira de História*, 21(41): 157-172, 2001b.
- LAENG, R. H. Geschichte der Säugetierforschung in Bern. *Mitteilungen der Naturforschenden Gesellschaft in Bern*, Berna, 30: 27-29, 1973.
- LANE, J. *Neotropical culicidae*. v. 1. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1953.
- LANGER, J. Ciência e Imaginação: a Pedra da Gávea e a Arqueologia no Brasil Império. *Habitus*, v. 1, n. 1, p. 75-101, jan./jun. 2003.
- _____. Vestígios na Hiléia: a Arqueologia Amazônica durante o Segundo Império. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, série Antropologia*, Belém, 18(1): 59-87, 2002.
- _____. *Ruínas e mito: a arqueologia no Brasil Império*. Curitiba, UFPR/Depto. de História, 2000 (Tese de Doutorado).
- _____. Enigmas arqueológicos e civilizações perdidas no Brasil novecentista. *Anos 90*, Porto Alegre, n. 9, p. 165-185, jul. 1998.

LEITÃO, C. M. *Zoogeografia do Brasil*. 2ª. Edição. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1947.

_____. *A Biologia no Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1937.

LEITÃO, E. G. Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Pará – Reminiscências. In: *Anais do Simpósio sobre a História da Ciência e da Tecnologia no Pará*. Tomo I. Belém, UFPA, 1985, p. 25-111.

LEITE, R. A. O. *Difusão da Ciência Moderna em Instituições de Ciência e Tecnologia: Um estudo de caso: O Museu Paraense Emílio Goeldi*. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993.

LENOIR, T. A ciência produzindo a natureza: o museu de história naturalizada. *Episteme*, Porto Alegre, 2(4): 55-72, 1997.

LIMA, A. C. S. Os Museu de História Natural e a Construção do Indigenismo. Notas para uma sociologia das relações entre campo intelectual e campo político. *Comunicação*, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, MN/UFRJ, n. 13, p. 1-85, 1989.

LIMA, N. T. *Um sertão chamado Brasil. Intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro, Revan/IUPERJ, 1999.

LIMA, W. N.; ALENCAR, P. T. S.; BARBOSA, R. S. Uma tentativa para consolidar as atividades básicas de ensino e pesquisa em Física, Informática, Química e Matemática: a implantação do Centro de Ciências Exatas e Naturais da UFPA. In: *Anais do Simpósio sobre a História da Ciência e da Tecnologia no Pará*. Tomo I. Belém, UFPA, 1985, p. 113-179.

LIMOGES, C. The development of the Muséum d'Histoire Naturelle of Paris, c. 1800-1914. In: FOX, R.; WEISZ, G. (eds.). *The organization of science and technology in France 1808-1914*. Cambridge, Cambridge University Press, 1980, p. 211-240.

LINS, A. *Rio Branco: o Barão do Rio Branco*. V. 1. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio, 1945.

LOPES, M. M. Museus e Educação na América Latina: o modelo parisiense e os vínculos com as universidades. In: GOUVÊA, G. et al. (orgs.). *Educação e Museu. A Construção Social do Caráter Educativo dos Museus de Ciência*. Rio de Janeiro, Access, 2003, p. 63-82.

_____. A mesma fé e o mesmo empenho em suas missões científicas e civilizadoras: os museus brasileiros e argentinos do século XIX. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, 21(41): 55-76, 2001.

_____. Nobles rivales: estudios comparados entre el Museo Nacional de Rio de Janeiro y el Museo Publico de Buenos Aires. In: MONTSERRAT, M. (comp.). *La Ciência en la Argentina entre siglos*. Buenos Aires, Manantial, 2000, p. 277-296.

_____. Sociedades científicas e museus na América Latina, no século XIX. *Saber y Tiempo*, Buenos Aires, v. 2, p. 51-72, 1999.

_____. A formação de museus nacionais na América Latina independente. *Anais Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, 30: 121-45, 1998.

_____. *O Brasil descobre a pesquisa científica. Os museus e as Ciências Naturais no século XIX*. São Paulo, Hucitec, 1997.

_____. C. F. Hartt's Contribution to Brazilian Museums of Natural History. *Earth Sciences History*, 13(2): 174-179, 1994.

LOPES, M. M.; MURRIELLO, S. H. Ciências e educação em museus no final do século XIX. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 12 (Suplemento), p. 13-30, 2005.

LOPES, M. M.; PODGORNY, I. The shaping of Latin American museums of natural history, 1850-1890. *Osiris*, Chicago, 15: 108-118, 2000.

LÖWY, I. La mission de l'Institut Pasteur à Rio de Janeiro: 1901-1905. In: MORANGE, M. (ed.). *L'Institute Pasteur, contribution à son histoire*. Paris, La Découverte, 1991.

MACEDO, H. A. M. Plantas do Sertão: uma viagem pela geografia botânica e pela história do Seridó, Rio Grande do Norte. *Mneme – Revista Virtual de Humanidades*, n. 9, v. 3, jan./mar. 2004. Disponível em <http://www.seol.com.br/mneme/ed9/056.pdf> .

MACHADO, M. H. P. T. Um mitógrafo no Império: a construção dos mitos da história nacionalista do século XIX. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº. 25, 2000/2001.

Disponível em <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/284.pdf>. Acesso em 6 de abril de 2005.

MAIO, M. C. A tradução local de um projeto internacional: a Unesco, o CNPq e a criação do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (1946-1952). In: FAULHABER, P. e TOLEDO, P. M. (orgs.). *Conhecimento e Fronteira: História da Ciência na Amazônia*. Belém, MPEG; Brasília, Paralelo 15, 2001, p. 51-81.

MAIO, M. C.; SÁ, M. R. Ciência na periferia: a Unesco, a proposta de criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica e as origens do Inpa. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. VI (Suplemento), 2000, p. 975-1017.

MAIO, M. C.; SANJAD, N.; DRUMMOND, J. A. Entre o global e o local: a pesquisa científica na Amazônia do século XX. *Ciência & Ambiente*, Santa Maria, v. 31, 2005, no prelo.

MARCELIANO, M. L. V. Estudo osteológico e miológico do crânio de *Opisthocomus hoazin* (Müller, 1776) (Aves: Opisthocomidae), comparado com algumas espécies de Cracidae, Musophagidae e Cuculidae. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, série Zoologia, Belém, 12(2): 95-246, 1996.

MARTINS, M. F. V. *O Imperial Instituto Fluminense de Agricultura: Elites, Política e Reforma Agrícola (1860-1897)*. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 1995 (Dissertação de Mestrado).

MASI, D.; GENTILE, P. Um congresso permanente: Anton Dohrn e a Estação Zoológica de Nápoles. In: MASI, D. (org.). *A Emoção e a Regra: Os Grupos Criativos na Europa de 1850 a 1950*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1999, p. 51-79.

MATTINGLY, P. F. *The Biology of Mosquito-Borne Disease*. Londres, George Allen and Unwin Ltd., 1969.

- MATTOS, I. R. *O Tempo Saquarema. A Formação do Estado Imperial*. 4ª ed. Rio de Janeiro, Access, 1999.
- MAURY, C. J. Fósseis Terciários do Brasil: descrição de novas formas cretáceas. *Monographias do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil*, Rio de Janeiro, 8: 1-705, 1925.
- McCORMICK, J. *Rumo ao Paraíso. História do Movimento Ambientalista*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1992.
- MEIRA, C. *Medicina de outrora no Pará*. 2ª ed. Belém, Grafisa, 1989.
- MELLO NETO, J. A. G. Nota acerca da introdução de vegetais exóticos em Pernambuco. *Boletim do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais*, no. 3, p. 33-64, 1954.
- MERTON, R. K. *Science, Technology and Society in Seventeenth-Century England*. New York, Howard Fertig, 1970.
- MIRANDA-RIBEIRO, A. Notas ornithológicas VI-a. Documentos para a história das collecções de aves do Museu Nacional do Rio de Janeiro. *Boletim do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, V. IV, N. 3, p. 19-37, set. 1928.
- MOACYR, P. *A Instrução e as Províncias (Subsídios para a história da Educação no Brasil), 1834-1889*. 2 v. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1939.
- MOREIRA, E. Emílio Goeldi e a Questão do Amapá. In: *Obras Reunidas de Eidorfe Moreira*. Volume VIII. Belém, CEJUP, 1989, p. 133-138.
- _____. Forja e centro nucleador da cultura paraense. In: *Obras reunidas de Eidorfe Moreira*. Volume VIII. Belém, CEJUP, 1989, p. 150-156.
- MORGENTHALER, H. U. Emil August Göldi als Forscher und Lehrer in Bern, 1907-1917. *Jahrbuch des Naturhistorischen Museums Bern*, Berna, 11: 185-195, 1993.
- NAXARA, M. R. C. *Estrangeiro em sua própria terra. Representações do brasileiro, 1870/1920*. São Paulo, Annablume, 1998.
- NUNES, B. Belém, Cultural Center. In: VALDÉS, M. J.; KADIR, D. (eds.). *Literary Cultures of Latin America. A Comparative History*. Volume II: Institutional Modes and Cultural Modalities. Nova Iorque, Oxford University Press, 2004, p. 505-515.
- NYHART, L. K. Civic and Economic Zoology in Nineteenth-Century Germany. *Isis*, 89: 605-630, 1998.
- _____. Natural history and the 'new' biology. In: JARDINE, N.; SECORD, J. A.; SPARY, E. C. (eds.). *Cultures of natural history*. Cambridge, Cambridge University Press, 1996, p. 426-443.
- OLIVEIRA, A. E. As pesquisas antropológicas na Amazônia Brasileira e o papel do Museu Goeldi (Belém – PA). *Ciência e Cultura*, 35(6): 748-762, 1983.
- OLIVEIRA, A. E.; FURTADO, L. G. As Ciências Humanas no Museu Paraense Emílio Goeldi: 128 anos em busca do conhecimento antropológico na Amazônia. *BIB*, 39: 103-9, 1995.

- OLIVEIRA, R. M. *A última página do Gênesis: a formação territorial do Estado brasileiro na Amazônia oriental (o caso do Amapá)*. São Paulo, FFLCH/USP, 1998 (Tese de Doutorado em Geografia).
- OLIVER, D. R. Chironomidae. In: MCALPINE et alii. (coord.). *Manual of Nearctic Diptera*. v. 1. Quebec, Research Branch Agriculture Canada, 1981, p. 423-458.
- OROSZ, J. J. *Curators and Culture. The Museum Movement in America, 1740-1870*. Tuscaloosa, The University of Alabama Press, 1990.
- OUTRAM, D. New spaces in natural history. In: JARDINE, N.; SECORD, J. A.; SPARY, E. C. (eds.). *Cultures of natural history*. Cambridge, Cambridge University Press, 1996, p. 249-265.
- PÁDUA, J. A. *Um sopro de destruição. Pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888*. Rio de Janeiro, Zahar, 2002.
- PAPAVERO, N.; TEIXEIRA, D. M.; LLORENTE-BOUSQUETS, J. *História da Biogeografia no Período Pré-Evolutivo*. São Paulo, Plêiade/FAPESP, 1997.
- PEARL, J. G. *Race, place, and medicine: the idea of the Tropics in nineteenth-century brazilian medicine*. Durham and London, Duke University Press, 1999.
- PERECIN, M. T. G. *Os Passos do Saber: A Escola Agrícola Prática Luiz de Queiroz. O Esforço para implantar o Ensino Técnico de Segundo Grau na Agricultura, 1891-1911*. São Paulo, EDUSP, 2004.
- PEREIRA, E. *Arte Rupestre na Amazônia. Pará*. São Paulo, Ed. UNESP; Belém, MPEG, 2004.
- PETITJEAN, P. Ciências, Impérios, Relações Científicas Franco-brasileiras. In: HAMBURGER, A. I. et al. (orgs.). *A Ciência nas Relações Brasil-França (1850-1950)*. São Paulo, Edusp/Fapesp, 1996a, p. 25-39.
- _____. Entre Ciência e Diplomacia: a organização da influência científica francesa na América Latina, 1900-1940. In: HAMBURGER, A. I. et al. (orgs.). *A Ciência nas Relações Brasil-França (1850-1950)*. São Paulo, Edusp/Fapesp, 1996b, p. 89-120.
- PINTO, O. M. O. *A Ornitologia do Brasil Através das Idades (século XVI a século XIX)*. São Paulo, Revista dos Tribunais, 1979 (Coleção Brasiliensia Documenta, volume 13).
- PODGORNY, I. Desde la tierra donde los monstruos aún no tienen nombre. El ordenamiento de la naturaleza a través de los museos y de la ciência en la Confederación Argentina. *Quipu*, 12(2): 167-86, 1999a.
- _____. De la antigüedad del hombre en el Plata a la distribución de las antigüedades en el mapa: los criterios de organización de las colecciones antropológicas del Museo de La Plata entre 1897 y 1930. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, 6(1): 81-101, 1999b.
- PYENSON, L. Functionaries and Seekers in Latin America: Missionary Diffusion of the Exact Sciences, 1850-1930. *Quipu*, 2(3): 387-420, 1985.
- PYENSON, L.; SHEETS-PYENSON, S. *Servants of Nature. A History of Scientific Institutions, Enterprises and Sensibilities*. Londres, Harper Collins Publishers, 1999.

QUEIROZ, J. M. Fronteiras em movimento: a Amazônia Oriental nos fins do século XIX. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 161(408): 443-460, 2000.

_____. História, mito e memória: o Cunani e outras repúblicas. In: GOMES, F. S. (org.). *Nas Terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira – séculos XVIII/XIX*. Belém, EDUFPA, 1999, p. 319-347.

RAIOL, A. *Motins políticos ou história dos principais acontecimentos políticos da Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*. 2ª. ed. Belém, Universidade Federal do Pará, 1970.

REGO, C. M. *Subsídios para a História do Colégio Estadual Paes de Carvalho*. Belém, SECTAM/FUNTEC, 2002.

REIS, A. C. F. *A Amazônia e a cobiça internacional*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1960.

_____. Goeldi e a integridade do Amapá. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 24 de agosto de 1958.

RIBEIRO, B. G. Museu e Memória. Reflexões sobre o Colecionamento. *Ciências em Museus*, Belém, 1(2): 109-122, 1989.

RICCI, M. O fim do Grão-Pará e o nascimento do Brasil: movimentos sociais, levantes e deserções no alvorecer do novo Império (1808-1840). In: PRIORE, M. e GOMES, F. (orgs.). *Os senhores dos rios: Amazônia, margens e histórias*. Rio de Janeiro, Elsevier, p. 165-93, 2003.

_____. Do sentido aos significados da Cabanagem: percursos historiográficos. *Anais do Arquivo Público do Pará*, Belém, v. 4, t. 1, p. 241-74, 2001.

RICUPERO, R. *José Maria da Silva Paranhos, o Barão do Rio Branco. Uma biografia fotográfica*. 2ª ed. Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão, 2002.

RITVO, H. *The Platypus and the Mermaid and other Figments of the Classifying Imagination*. Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1997.

RIZZINI, I. *O Cidadão Polido e o Selvagem Bruto. A educação dos meninos desvalidos na Amazônia Imperial*. Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, 2004 (Tese de Doutorado).

ROCQUE, C. *Antologia da Cultura Amazônica*. Volume VI. Antropologia-Folclore. São Paulo, Amazônia Edições Culturais, 1971.

ROMANI, Carlo. “Clevelândia, Oiapoque – Aqui começa o Brasil!” *Trânsitos e confinamentos na fronteira com a Guiana Francesa (1900-1927)*. Campinas, IFCH/Unicamp, 2003 (Tese de Doutorado em História).

ROSADO, V. C. e SILVA, A. *Louis Jacques Brunet, Naturalista Viajante*. 2ª. ed. Mossoró, Fundação Vingt-Un Rosado/Fundação Guimarães Duque, 2001.

ROSEN, G. *Uma História da Saúde Pública*. 2ª ed. São Paulo, Hucitec/Ed. Unesp; Rio de Janeiro, ABRASCO, 1994.

ROSENBERG, C. E. *Explaining epidemics and other studies in the history of medicine*. Cambridge, Cambridge University Press, 1992.

_____. Woods or trees? Ideas and Actors in the History of Science. *Isis*, 79: 565-570, 1988.

SÁ, M. R. O botânico e o mecenas: João Barbosa Rodrigues e a ciência no Brasil na segunda metade do século XIX. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. VIII (suplemento), p. 899-924, 2001.

_____. James William Helenus Trail: a British Naturalist in Nineteenth-Century Amazonia. *Historia Naturalis*, v. I, 1998, p. 99-254.

SALDAÑA, J. J.; AZUELA, L. F. De amateurs a profesionales. Las sociedades científicas mexicanas en el siglo XIX. *Quipu*, 11(2): 135-72, 1994.

SALDAÑA, J. J.; CARDONA, C. C. La invención en México de la investigación científica profesional: el Museo Nacional 1868-1908. *Quipu*, 12(3): 309-32, 1999.

SANJAD, N. Charles Frederick Hartt e a institucionalização das ciências naturais no Brasil. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, 11(2): 449-455, 2004.

_____. ‘Da abominável profissão de vampiros’: Emílio Goeldi e ‘Os Mosquitos no Pará’ (1905). *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, 10(1): 85-111, 2003a.

_____. Jacques Huber e a botânica amazônica: notas preliminares para uma biografia intelectual. In: JARDIM, M. et al. (orgs.) *Livro de Resumos. 54º Congresso Nacional de Botânica*, Belém, SBB/MPEG/Embrapa, jul. 2003b, p. 13-18.

_____. Éden domesticado: a rede luso-brasileira de jardins botânicos, 1796-1817. In: *Anais do Seminário Internacional Landi e o Século XVIII na Amazônia*, Belém, UFPA/MPEG/UNAMA, 17 a 21 de novembro de 2003. Disponível em <http://www.landi.inf.br/anais/Eden%20Domesticado.doc> (acesso em 22 de março de 2005), 2003c.

_____. *Nos Jardins de São José: uma história do Jardim Botânico do Grão-Pará, 1796-1873*. Campinas, IG-Unicamp, 2001a (Dissertação de Mestrado).

_____. Bela Adormecida entre a vigília e o sono: uma leitura da historiografia do Museu Paraense Emílio Goeldi, 1894-2000. In: FAULHABER, P. e TOLEDO, P. M. (orgs.). *Conhecimento e Fronteira: História da Ciência na Amazônia*. Brasília, Paralelo 15; Belém, MPEG, p. 113-145, 2001b.

SANTOS, L. A. C.; FARIA, L. R. *A Reforma Sanitária no Brasil: Ecos da Primeira República*. Bragança Paulista (SP), EDUSF, 2003.

SANTOS, M. C. L. *Escola Politécnica (1894-1984)*. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado/IMESP, 1985.

SANTOS, R. *História Econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo, T. A. Queiroz Editor, 1980.

- SANTOS, W. G. Paradigma e História: A Ordem Burguesa na Imaginação Social Brasileira. In: *Ordem Burguesa e Liberalismo no Brasil*. São Paulo, Duas Cidades, 1978, p. 17-63.
- SARDENBERG, R. M. Rio Branco e a emergência do ambiente científico no Brasil. In: CARDIM, C. H. e ALMINO, J. (orgs.). *Rio Branco, a América do Sul e a Modernização do Brasil*. Rio de Janeiro, EMC, 2002, p. 331-356.
- SARGES, M. N. *Belém: Riquezas produzindo a Belle-Époque (1870-1912)*. Belém, Paka-Tatu, 2000.
- _____. *Memórias do “Velho” Intendente: Antônio Lemos – 1869-1973*. Campinas, IFCH/UNICAMP, 1998 (Tese de Doutorado).
- SCHELBAUER, A. R. *Idéias que não se realizam. O debate sobre a educação do povo no Brasil de 1870 a 1914*. Maringá, EDUEM, 1998.
- SCHWARCZ, L. M. O espetáculo da miscigenação. In: DOMINGUES, H. M. B.; SÁ, M. R.; GLICK, T. (orgs.). *A Recepção do Darwinismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Fiocruz, 2003, p. 165-180.
- _____. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.
- _____. O nascimento dos museus brasileiros, 1870-1910. In: MICELI, S. (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. Vol. 1. São Paulo, Vértice/IDESP, 1989, p. 20-71.
- SCHWARTZMAN, S. *Formação da Comunidade Científica no Brasil*. São Paulo, Nacional; Rio de Janeiro, Finep, 1979.
- SHEETS-PYENSON, S. *Cathedrals of Science. The Development of Colonial Natural History Museums during the Late Nineteenth Century*. Kingston, McGill/Queen's University Press, 1988.
- SILVA, M. C.; BEDRAN, C. C. A.; SANJAD, N.; MARCELIANO, M. L. V. *Emílio Goeldi e as origens da pesquisa ornitológica no Museu Paraense, 1894-1907*. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, 2005 (Relatório de Pesquisa).
- SILVA, M. F. F. *Do Regional ao Nacional: Pará (1850/1914)*. São Paulo, FFLCH/USP, 1996 (Tese de Doutorado).
- _____. *O Desenvolvimento Comercial do Pará no Período da Borracha (1870-1914)*. Niterói, UFF/ICHF, 1978.
- SILVA, R. F. *Da Pharmacia à Farmácia. Universidade Federal do Pará. 100 anos de História*. Belém, EDUFPA, 2003.
- SIMÕES, M. F. As pesquisas arqueológicas no Museu Paraense Emílio Goeldi (1870-1981). *Acta Amazonica*, Manaus, 11(1): 149-65, 1981.
- SOARES, R. R. *Vivendas Rurais do Pará. Rocinhas e outras (do século XIX ao XX)*. Belém, FUMBEL, 1996.
- SOUZA, A. M. *Dicionário de Arqueologia*. Rio de Janeiro, ADESA, 1997.
- _____. História da Arqueologia Brasileira. *Pesquisas Antropologia*, São Leopoldo (RS), n. 46, 1991.

- STEPAN, N. *Gênese e evolução da ciência brasileira*. Rio de Janeiro, Artenova, 1976.
- STOCKING JR., G. W. *Objects and others. Essays on museums and material culture*. Wisconsin, University of Wisconsin Press, 1985.
- STUDER, T. Professor Dr. Emil August Goeldi. 1859-1917. *Verhandlungen Schweizerisches Naturforschenden Gesellschaft*, Zürich, v. 9-12, september 1917, p. 36-59.
- TOURINHO, M. A. C. *O Imperial Instituto Bahiano de Agricultura – A Instrução Agrícola e a crise da economia açucareira na Segunda metade do séc. XIX*. Bahia, Universidade Federal da Bahia, 1982.
- URBAN, T. *Saudade do Matão. Relembrando a História da Conservação da Natureza no Brasil*. Curitiba, Editora UFPR/Fundação O Boticário/Fundação Mac Arthur, 1998.
- VALENTE, M. E. A Conquista do Caráter Público do Museu. In: GOUVÊA, G. et alii. (orgs.). *Educação e Museu. A Construção Social do Caráter Educativo dos Museus de Ciência*. Rio de Janeiro, Access, 2003, p. 21-45.
- VAZ, Z. A Vida e os Trabalhos de Emílio Goeldi. *Boletim Biológico*, São Paulo, V. II, Nº. 1, jun. 1934, p. 3-16.
- VENTURA, R. *Estilo Tropical. História Cultural e Polêmicas Literárias no Brasil, 1870-1914*. São Paulo, Companhia das Letras, 1991.
- VERÍSSIMO, I. J. *José Veríssimo visto por dentro*. Manaus, Governo do Estado do Amazonas, 1966.
- VIANNA, A. *As epidemias no Pará*. 2ª ed. Belém, Universidade Federal do Pará, 1975.
- VIANNA, L. W. A institucionalização das ciências sociais e a reforma social: do pensamento social à agenda americana de pesquisa. In: *A Revolução Passiva*. Rio de Janeiro, Revan, 1997, p. 173-222.
- VIANA FILHO, L. *A Vida do Barão do Rio Branco*. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1959.
- WEBER, B. T. *As Artes de Curar: Medicina, Religião, Magia e Positivismo na República Rio-Grandense, 1889-1928*. Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 1997 (Tese de Doutorado).
- WEINSTEIN, B. *A Borracha na Amazônia: Expansão e Decadência (1850-1920)*. São Paulo, Hucitec, 1993.
- WHITE, C. A. Contribuições à Paleontologia do Brazil. *Archivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro*, v. VII, 1887, p. 1-273.
- WINSOR, M. P. *Reading the Shape of Nature. Comparative Zoology at the Agassiz Museum*. Chicago, The University of Chicago Press, 1991.
- WORBOYS, M. Germs, Malaria and the Invention of Mansonian Tropical Medicine: From ‘Diseases in the Tropics’ to ‘Tropical Diseases’. In: ARNOLD, D. (ed.). *Warm Climates and Western Medicine: The Emergence of Tropical Medicine, 1500-1900*. Amsterdã, Rodopi, 1996, p. 181-207.

8 ANEXOS

8.1 Estatutos da *Associação Philomatica*, publicados no *Jornal do Amazonas*, Belém, quinta-feira, 20 de setembro de 1866, p. 2.

8.2 Trecho do primeiro regulamento do Museu Paraense, decretado em 15 de abril de 1871 (apud Cunha, 1965c).

8.3 “A Instrução na Província do Pará”, de Domingos Soares Ferreira Penna. *Jornal O Colombo*, Belém, 13 de maio de 1869, n. 15, p. 1.

8.4 Ofício de Emílio Goeldi ao Secretário de Estado da Justiça, Interior e Instrução Pública. Belém, 7 de março de 1907. AMPEG, Gestão Emílio Goeldi (1894-1907).

8.5 Obra completa de Emílio Goeldi

8.1 Estatutos da *Associação Philomatica*, publicados no *Jornal do Amazonas*, Belém, quinta-feira, 20 de setembro de 1866, p. 2

A pedido

MUZEU PARAENSE

A comissão provisória encarregada de redigir os estatutos da associação philomatica, segundo as bases que lhe foram presentes, resolveram [sic] em sessão do 1º do corrente adoptar o seguinte:

Art. 1º - Fica organizada uma associação com o título de *Associação Philomatica*, a qual tem por fim:

1º Fundar e manter nesta cidade de Belém do Gram-Pará, um Museu de história natural e de artefactos indígenas que se denominará *Muzeu Paraense*.

2º Instituir nesse estabelecimento para instrução popular, lições de geographia, hydrographia, ethnographia e história do Brazil, e especialmente da Província do Pará, e prelecções sobre a história natural.

3º Criar no mesmo estabelecimento uma biblioteca, a qual deve constar principalmente de obras relativas aos assumptos, de que trata o paragrapho antecedente.

Art. 2º - A associação será composta de membros effectivos e honorários.

Art. 3º - Serão membros effectivos os que auxiliarem ao estabelecimento com uma quota annual, sendo no primeiro anno 25\$000 e em cada um dos seguintes 12\$000.

Art. 4º - Poderão ser membros honorários:

1º As pessoas que dentro ou fora do império, dirigirem estabelecimentos litterarios ou scientificos.

2º As que forem reconhecidamente distinctas por seu saber e por seus escriptos.

3º As que fizerem ao Museu Paraense donativos valiosos, entendendo-se por taes, os artefactos indígenas e os objectos de história natural que tenham merecimento, quer por suas espécies, variedades e número, quer pela sua raridade.

4º As que doarem à bibliotheca do Museu, pelo menos dez volumes de livros de merecimento para as sciencias e letras.

Art. 5º - Podem ser membros effectivos e honorários tanto os brasileiros quanto os estrangeiros, uma vez que satisfação [sic] ao disposto nos arts. 3º ou 4º, segundo a classe em que se quizerem alistar.

Art. 6º - O Museu será regido por uma commissão directora, composta de um presidente, um secretario, um thesoureiro e de seis commissarios, sendo todos eleitos annualmente.

Art. 7º - São attribuições do presidente:

1º Presidir a assembléa dos consocios [sic] no dia de sua reunião annual, e as sessões da commissão directora.

2º Fazer executar as deliberações tomadas pela mesma assembléa, e pela commissão.

3º Nomear porteiro e inspectores do Museu.

4º Mandar proceder a quaesquer obras e serviço que forem precisos para melhoramento do estabelecimento.

5º Corresponder-se com as autoridades da província e com os directores de institutos scientificos ou litterarios, e de quaesquer Museus nacionaes ou estrangeiros, podendo com estes, permutar os objectos que o Museu Paraense tiver em demazia ou em triplicata, por outros que não possua.

6º Apresentar a assembléa dos consocios [sic] no dia de sua reunião um relatorio circunstanciado da receita e despeza effectuadas, do estado do estabelecimento, dos serviços feitos ou a fazer, e das medidas úteis que forem precisas para melhoramento do instituto.

Art. 8º - As attribuições do secretario são:

1º Redigir e fazer escrever e registrar as actas das sessões da assembléa e da commissão directora e toda a correspondência official.

2º Fazer escripturar todos os artigos de receita e despeza, lavrar contratos de obras do estabelecimento.

3º Inscrever os nomes dos membros da associação, quer effectivos, quer honorários em livros especiaes.

4º Assignar com o presidente a correspondência com as autoridades e com os directores de estabelecimentos scientificos ou litterarios.

5º Corresponder-se com os secretarios dos ditos estabelecimentos, sempre que não for preciso ser isso feito pelo presidente.

Art. 9º - Compete ao thesoureiro:

1º Receber e dar quitação às annuidades dos consocios [sic] e qualquer outra somma que entre para o cofre do Museu.

2º Pagar ao porteiro e mais empregados do estabelecimento e as contas de obras executadas, guardando os documentos justificativos, sendo o pagamento effectuado depois do *visto* do presidente lançado nas mesmas contas.

3º Ter em boa guarda as quantias que entrarem para o cofre.

4º Apresentar em cada mez à commissão um balancete do cofre e em cada anno um balanço geral.

Art. 10 – Cada um dos commissarios fará por escala, que o presidente designará no princípio de cada anno, um mez de serviço no estabelecimento em cada um dos dous semestres do anno.

Art. 11 – Ao commissario em serviço compete:

1º Mandar abrir o Muzeu em todas as domingos e quintas-feiras, excepto os dias de festas nacionaes e religiosas.

2º Regular os trabalhos do porteiro e inspectores de modo a não ser prejudicado ou mal feito o serviço interno, fazendo responsabilisar os empregados pelas faltas que commeterem.

3º Fazer collocar nos competentes lugares os livros e artigos doados ao Muzeu.

4º Dar aos visitantes as explicações que pedirem sobre qualquer artefacto ou objecto exposto.

Art. 12 – No dia que for designado para inauguração da associação, os seus membros reunidos aclamarão um presidente provisorio, e em seguida procederão a eleição da commissão directora de que trata o art. 6º.

Art. 13 – Esta eleição será feita em globo [sic], votando cada eleitor em um dos membros effectivos para presidente, em outro para secretario e em sete outros para commissarios, ficando eleitos os que obtiverem maior número de votos.

Art. 14 – A commissão eleita nesta occasião funcionará durante todo o anno de 1867, que será o primeiro anno social.

Art. 15 – Na primeira dominga do segundo anno e na dos seguintes, os membros effectivos reunidos em assembléa, logo depois de ouvirem a leitura do relatorio da commissão directora procederão em primeiro logar a eleição de uma commissão de exame, composta de cinco membros, que não pertenção [sic] a directoria, para tomar contas a esta, e depois à eleição da nova commissão directora, a qual tomará logo posse; e feito isso ficarão suspensos os trabalhos por 15 dias.

Art. 16 – Terminado este praso [sic] de 15 dias e reunidos de novo os consocios [sic], a commissão de exame apresentará seu parecer, o qual entrará logo em discussão e será votado no mesmo dia, não sendo permitido a nenhum membro fallar e discutir senão duas vezes e isto em termos precisos e com os documentos e provas que tiverem de apresentar.

Em seguida a discussão e votação do parecer a nova commissão directora elegerá d'entre si um thesoureiro, o qual servirá sob a responsabilidade de cada um dos membros da commissão.

Art. 17 – Os trabalhos da assembléa e da commissão de exame reunidos consistirão em conhecer o estado do estabelecimento, deliberar sobre o que convem fazer para melhora-lo [sic], tomar contas a commissão directora e eleger nova commissão ou reeleger toda ou somente parte da do anno antecedente.

Art. 18 – Na 1ª dominga de cada mez haverá reunião dos membros da commissão directora, podendo o respectivo presidente convocar uma sessão extraordinária, quando disso houver necessidade.

Art. 19 – A commissão directora é competente para admittir como membros effectivos ou honorários todas as pessoas de bom conceito e distinctas que quizerem fazer parte da associação.

Art. 20 – O presidente e o secretario da commissão serão em suas faltas e impedimentos, substituídos pelos seus immediatos em votos, com tanto que estes immediatos não tenham [sic] tido menos de uma 5ª parte dos votos obtidos pelos eleitos.

Na falta de immediatos o presidente será substituído pelo membro mais idoso e o secretario pelo mais moço.

Art. 21 – O presidente não será considerado reeleito se não obtiver dous terços dos votos da assembléa. Não sendo elle assim reeleito, proceder-se ha [sic] a nova eleição, sendo eleito o que tiver a maioria absoluta de votos; e se nenhum a tiver, se procederá a novo escrutínio entre os dous membros mais votados inclusive o presidente, se este entrar nesse numero, sendo eleito o que mais voto obtiver. Se cada um dos dous obtiver igual numero de votos, decidirá a sorte.

Art. 22 – Os artigos que entrarem para o Muzêo serão classificados segundo a ordem, gêneros ou espécie a que pertencerem.

Em cada triênio se publicará um catálogo destes artigos para uso dos membros da associação e das pessoas que visitarem o estabelecimento, devendo cada objeto conter o nome da pessoa, que o tiver offerecido ao Muzêo e o do lugar de sua procedência e outros quaesquer esclarecimentos.

Art. 23 – O Muzêo e a bibliotheca serão franqueados às pessoas que se apresentarem convenientemente trajadas, e se lhes fornecerá tudo o que for preciso para tomarem notas sobre os assumptos que quizerem consultar.

Art. 24 – É totalmente vedada a sahida [sic] de qualquer livro, mappa, quadro ou manuscripto para fora do estabelecimento e tocar-se em qualquer objecto de historia natural ou artefacto indígena.

Aos naturalistas, porém, e em geral a homens scientificos será permittido estudar e analysar a sua vontade esses objectos, designando-se para isso horas extraordinárias ou dias em que o Muzêo não esteja aberto ao público.

Art. 25 – A quota de 25\$000 de que trata o art. 3º será para ao thesoureiro da commissão até o oitavo dia depois da admissão do consocio [sic] e a de 12\$000 será em cada anno paga por prestações trimestraes adiantadas na razão de 3\$000 cada uma.

Art. 26 – Cada um dos consocios [sic], effectivos ou honorários se obrigarão [sic] por sua palavra perante a assembléa ou commissão directora a promover por todos os meios a seu alcance o interesse e progresso do estabelecimento, que é o objecto da associação.

O consocio [sic] que por qualquer motivo não puder comparecer pessoalmente para empenhar sua palavra em bem da associação, deverá fazel-o [sic] por escripto e ninguém será reconhecido membro da associação sem primeiro cumprir aquella formalidade.

Art. 27 – Quando qualquer membro effectivo da associação seguir para fora do império ou para outras províncias, onde hajão [sic] Muzêos e estabelecimentos scientificos e litterarios com que se corresponda a commissão directora, esta o recommendará aos chefes ou directores desses estabelecimentos, para que lhe sejam [sic] franqueados e facilitados os meios de visital-os com a maior liberdade possível.

Se esse membro effectivo tiver bem servido na commissão directora por mais de seis mezes, além da recommendação especial de que trata este artigo, a commissão pedirá ao governo da província sua protecção e recommendações officiaes em beneficio do mesmo consocio [sic].

Art. 28 – As lições de que trata o § 2º do art. 1º começarão, pelo menos, do 2º anno da associação em diante, podendo leccionar indistinctamente nacionaes ou estrangeiros, uma vez que tenham [sic] as precisas habilitações.

Fica entendido que nestas habilitações se comprehende [sic] a autorisação dada pelo governo da província.

Belém do Pará, 14 de setembro de 1866.

Dr. Américo M. de Santa Roza

Dr. J. Ferreira Cantão

Padre Felix Vicente de Leão

Francisco Acácio Corrêa

A. N. Monteiro Baena

J. de Carvalho Serzedelo

J. A. Affonso

D. S. Ferreira Penna

8.2 Trecho do primeiro regulamento do Museu Paraense, decretado em 15 de abril de 1871 (apud Cunha, 1965c)

Artigo 1º - O Museu Paraense será regido por um Conselho Administrativo, composto de um diretor do Museu, e seis diretores de secções, um dos quais servirá de secretário por eleição do mesmo conselho.

(...)

Artigo 3º - As secções científicas serão por ora somente as seguintes:

1º De Mineralogia e de Geologia.

2º De Botânica e de Zoologia.

3º De Ciências Físicas.

Além destas secções haverá as de Agricultura, Arqueologia, Numismática, Artes Liberais e Artes Mecânicas, que serão distribuídas pelas três secções.

(...)

Artigo 8º - As despesas que forem já indispensáveis à conservação e pequenos melhoramentos do Museu, poderão ser feitos [sic] por deliberação do conselho, precedendo autorização do presidente da província.

Artigo 9º - O conselho proporá à presidência da província as medidas que [ilegível] um orçamento das despesas necessárias ao conhecimento e deliberação da Assembléia Legislativa Provincial, na próxima sessão ordinária.

8.3 “A Instrução na Província do Pará”, de Domingos Soares Ferreira Penna. *Jornal O Colombo*, Belém, 13 de maio de 1869, n. 15, p. 1 (IHGB, Periódico 600.251)

A Instrução na Província do Pará

Julgamos que não será sem interesse inserirmos aqui o seguinte trecho de uma Memória apresentada em 1868 ao governo da Província, Memória que ainda não foi publicada, mas que já está no prelo.

Publicamos este trecho com a devida autorização, ei-lo:

Fora da Capital da Província não há estabelecimento algum de ensino público ou particular, em que a infância e a juventude possam adquirir uma instrução qualquer, além da que provém de escolas primárias.

A instrução que se lhes dá no interior, mesmo nas mais notáveis povoações, como Óbidos, Santarém, Cameté e Bragança, é bem pouca coisa.

Aprende-se a ler e a escrever, decora-se os primeiros rudimentos de gramática e mistura-se tudo isso com um pouco de aritmética que as mais das vezes o professor pouco mais sabe do que o discípulo.

O povo não tem instrução alguma; toda a instrução literária dalguns dele provém da leitura de periódicos políticos, principalmente daqueles onde primam cotidianamente os insultos e descomposturas aos homens honestos e à autoridade, e de romances de que os bons costumes e a moral fogem assustados.

Parece-me mal aconselhado o sistema que a respeito do ensino se tem seguido na Província, concentrando-se na capital toda a instrução e deixando-se o interior em total abandono.

Abafa-se ou procura-se diminuir a irradiação da luz da inteligência, em vez de deixá-la difundir-se e propagar-se por toda a parte.

A concentração do ensino secundário na Capital importa o mesmo que negar-se à juventude do interior os meios de instruir-se, porque poucos são os pais que podem suportar as despesas necessárias para terem seus filhos na Capital.

Desse sistema, até hoje adotado, resulta que milhares de mancebos ficam privados dos conhecimentos precisos para melhor apreciarem a sua terra, de estudar seus recursos para melhor utilizá-los, de conhecer os seus defeitos para melhor corrigi-los.

Como é sabido, não há progresso nem civilização, nem religião verdadeira, nem espírito público onde ao povo falta a instrução que é a base sobre que se apóiam todos os sentimentos nobres do espírito humano.

Um povo sem instrução é um rebanho que obedece a vara do pastor que, se o protege contra os lobos, também lhe aproveita a lã e que, quando lhe parece, o conduz ao leilão; mas esse rebanho converte-se também facilmente em lobos para devorar ao pastor a quem a sua ignorância atribui a falta de pasto ou a peste que o persegue.

Parece-me que seria não só justo mas necessário que nas cidades principais da Província, já citadas, se estabelecessem escolas de ensino, não de línguas, mas de certos conhecimentos úteis, como Aritmética, Álgebra e Geometria, Geografia, História e Horticultura.

Penso ser escusado demonstrar a utilidade do ensino destas matérias que por si sós formam uma base para o estudo doutras que os alunos tenham de estudar depois.

Sei que nas escolas primárias se dá lições de aritmética; mas penso que o ensino desta matéria devia ser banido dessas escolas, ao menos na Capital onde os alunos podiam estudá-la no Colégio Paraense.

Nas cidades e vilas do interior onde há duas escolas de ensino primário, podia um dos professores ter a seu cargo exclusivamente o ensino de primeiras letras e o outro o das demais matérias, como aritmética, e gramática portuguesa.

Nas escolas, como no Colégio Paraense, têm sido adotados numerosos folhetos, quer como compêndio, quer como simples livros de leitura. Até já houve um Vice-Presidente que mandou comprar para uso das escolas o “Almanack de Maranhão”!

Em três escolas do interior achei os alunos com livros de leitura diferentes. Pode ser que não haja grande inconveniente nisso; mas me parece que seria mil vezes mais útil que as únicas leituras a admitir-se nas escolas primárias fossem: “A Ciência do Bom Homem Ricardo”, que encerra tantas lições úteis de moral e de economia política, e qualquer livro da história pátria.

Eu desejava ver estabelecida em todo o Império a liberdade de ensino em todos os seus graus, sob a única condição de capacidade moral e intelectual bem comprovada nos professores ou diretores de escolas ou colégios, a fim de que esta nobre liberdade não degenerasse em licença ou especulação prejudicial aos bons costumes.

Esta idéia, que começa apenas a ser aventada no país, ofende ainda os preconceitos e prejuízos de que estão cheias muitas cabeças, mesmo de homens instruídos, ao mesmo tempo que, sem consciência ou fundamentos querem outros dar-lhe uma latitude capaz de matá-la em seu berço.

Estes pecam por inexperientes, e aqueles por sedentários. Entre os extremos é que está a verdadeira liberdade.

Os nossos hábitos, é força confessar, não se prestam muito às idéias e sobretudo à iniciativa de progresso.

O povo não dá um passo para seu adiantamento e civilização; não caminha sem que o governo lhe diga: Marche! Não pensa nem julga; obedece. Nada faz porque espera que o governo faça tudo, ou, pelo menos, lhe diga o que deve fazer. O governo por sua parte tem muito em [ilegível] e por tanto pouco faz. [ilegível] governo que merecemos; [ilegível] podíamos ter outro porque é do nosso seio que ele saiu.

O remédio para este mal moral, a alavanca que tem de remover do caminho o rochedo que impede a nossa marcha, é a instrução do povo. Esta instrução porém será sempre ineficaz enquanto subsistir entre nós exclusivamente como um ramo de administração, ou repartição pública com empregados encarregados pelo governo de distribuir diplomas de inteligência às crianças e aos rapazes.

Se temos procurado imitar em tantas coisas os estrangeiros, por que não havemos de adotar o que há de mais útil nos Estados Unidos, por exemplo, de que tanto se fala – a liberdade de ensino?

Procura-se imitar, inveja-se e exalta-se mesmo tudo quanto se faz nessa República, e em outros países e entretanto não se cuida de introduzir no nosso aquela instituição que é a legítima base da grandeza e prosperidade do povo americano.

F. Penna.

8.4 Ofício de Emílio Goeldi ao Secretário de Estado da Justiça, Interior e Instrução Pública. Belém, 7 de março de 1907. AMPEG, Gestão Emílio Goeldi (1894-1907)

O estado uns anos para cá insatisfatório da minha saúde, para a melhora do qual, a juízo de especialistas de além-mar, impõe-se como condição primordial a mudança de residência debaixo do clima equatorial para um país da zona temperada, de par com a necessidade inadiável de superintender pessoalmente a educação e o ensino dos meus filhos – dever paternal, ao qual sinto ter de cuidar mais do que me foi possível até agora – maduraram em mim a resolução de resignar o cargo de diretor efetivo do Museu Estadual, pedindo ao alto governo a minha exoneração.

Não me é fácil dar este passo, que representa o resultado final de uma verdadeira colisão de deveres: é a vitória da reflexão sóbria sobre o ascendente das inclinações pessoais e o mágico poder da vida habitual, ou, em outras palavras, da linguagem de filosofia moral, um ditame do imperativo categórico.

De fato, errôneo seria a suposição que semelhante conjuntura fosse do meu gosto. Perto de treze anos de labutação indefessa [sic], necessária aliás e indispensável mesmo para a fundação e a solidificação dos alicerces deste honroso monumento de cultura intelectual e belo templo de ciência, qual o representa o Museu Estadual, lapso de tempo pequeno perante a história universal, mas abrangendo o período o melhor e de mais vigor de minha vida individual, deviam forçosamente contribuir para identificar-me cada vez mais com a tarefa do Museu, chegando cedo a mais íntima e perfeita comunhão de interesses. É a expressão da pura verdade e do real estado das coisas, se constatamos, que os liames entre o estabelecimento e o seu diretor foram e são de cordialidade inabalada e de toda durabilidade, tanto que excluem a hipótese sequer de um estremecimento eventual ou de um distrato leviano. Julgo dever arquivar para sempre e para todos os efeitos esta minha declaração, que embora eu me veja casualmente obrigado, por motivos de força maior, de deixar o Pará, considero isto apenas como uma deslocação material, sem embargo e detrimento de continuidade e harmonia espirituais.

É meu firme propósito prosseguir na Suíça, o meu país natal, para onde tenciono retirar-me e onde ligar-me-ei à Universidade de Berna, na elaboração de considerável cabedal de materiais científicos relativos à história natural e etnografia amazônica, ficando tais estudos concernentes à natureza brasílica sempre no primeiro plano da minha atividade, se a Divina Providência me for concedendo faculdade e folga para semelhante gênero de trabalho ainda durante alguns anos.

Afigura-se-me neste momento como uma necessidade de proceder a um prospecto sumário e um exame rápido da atual situação. Instrutivo é neste sentido o confronto entre o conteúdo da carta circular que diriji ainda do Rio de Janeiro em 22 de maio de 1894 ao mundo científico acerca do meu programa, do meu primeiro relatório sobre o estado do Museu por mim encontrado ao assumir o cargo (28 de junho de 1894), do primeiro regulamento do Museu reorganizado (Decreto de 2 de julho de 1894) e do segundo regulamento, atualmente vigente, emanado de reforma posterior em virtude dos decretos No. 1114 de 26 de janeiro de 1902 e No. 1272 de 26 de janeiro de 1904. Aí estão os grandes marcos lapidares, assinalando exteriormente períodos notáveis e datas memoráveis da história do nosso estabelecimento, para a qual aliás a fonte de informação mais detalhada reside na série já respeitável dos nossos relatórios anuais.

Evitando entretanto de entrar em pormenores e limitando-nos aos dados e fatos de importância maior, a resposta à pergunta, qual a face da vida museal que porventura apresenta a maior discordância entre o compromisso inicial e ideal sonhado no princípio e o resultado real de hoje não pode causar-nos embaraço. Qualquer destas faces, quer a da completação do pessoal de diversas categorias, quer a do alargamento territorial, quer a do aperfeiçoamento material interior e exterior, inclusive o aumento de edifícios, quer a da faculdade para investigações de laboratório como para viagens e explorações no campo, quer a do poder de expansão literária e os meios para uma publicidade adequada e digna, quer finalmente a do levantamento dos créditos científicos e sociais do estabelecimento em geral, qualquer uma destas faces pode suportar tranquilamente o exame; nada ficou propriamente estacionário, por toda parte houve movimento e nota-se progresso; parcela alguma ficou sem merecer o seu quinhão de solicitude e carinhosa atenção. Lados há, cujo estado atual pouco se distancia do ideal sonhado e da perfeição aspirada, pelo menos sob o ponto de vista da incoacta [sic] liberdade de ação, e com justo orgulho ousa apontar entre estes, por exemplo, para o da atividade literária – as publicações. Outros lados, na verdade, há, e eis-me no ponto onde eu queria chegar, cujo aspecto atual não me satisfaz ainda e que francamente reconheço como atrasados e imperfeitos. Se vejo o Museu do Pará, hoje, comparável a uma árvore grande e vigorosa, de frondosa copa, não posso contudo calar que há umas tantas falhas nesta copa e que há certos galhos, que não foram desenvolvendo-se pari passu com os outros, perturbando assim a simetria. Devo comunicar, que nunca os perdi de vista e posso acrescentar ao mesmo tempo, que se não consegui sanar tais lacunas e eliminar tais imperfeições, apesar dos

meus ingentes esforços, atribuo-o simplesmente à circunstância, que a Divina Providência tinha resolvido de outro modo.

Quero dizer que, se resigno o meu cargo, não o faço com a pretensão ingênua de deixar uma obra de todo concluída, absolutamente perfeita. Muita coisa resta ainda por fazer, grandes complementos esperam de ser realizados; há muito para completar e arredondar. Não é, por conseguinte, tarefa de mera conservação do status quo, que lego ao meu sucessor: já no fato, que houve melhoramentos importantes almejados, cuja realização não consegui, ou porque o tempo não chegou, ou por adversidade de circunstâncias exteriores, reside um estímulo de própria iniciativa e abre-se um vasto campo para cometimentos originais.

Se aludi a isto, com vistas ao meu digno sucessor, peço vênica para declarar ao alto governo por sua vez, que sempre fui partidário da sentença de um dos escritores dos mais autoritativos [sic], na América do Norte, em assuntos museais: 'A finished Museum is a dead Museum.' De fato, a idéia de um museu acabado, pronto, refratário ao fenômeno de crescimento, intusseção [sic] e assimilação não se coaduna nada com a noção atual de um estabelecimento, que quer merecer tal nome. Estagnação, se não é idêntico com podridão e morte, também não é cousa muito diversa, porque contém o germe para ambos. Se for permitido ao atual diretor formular ainda um desejo e conselho concernente ao futuro do Museu, seria a calorosa recomendação aos Altos Poderes do Estado, de não encarar o museu como uma instituição que desde já tivesse atingido o seu último grau de desenvolvimento e que necessitava apenas dos cuidados de manutenção, mas de favorecê-lo com atenção aumentada, cercando-o sempre dos recursos e garantias para o crescimento positivo e constante, tanto quanto permitirem as condições gerais de prosperidade pública.

Apresentando assim o pedido de minha exoneração para o dia 21 de março, data provável da minha partida, tomo, em conformidade com um direito expresso no meu contrato inicial com o Governo, a liberdade de propor como meu sucessor, no cargo efetivo, o meu digno e por tantos títulos recomendável companheiro na nobre cruzada da organização do Museu - o Sr. Dr. Jacques Huber, chefe da seção botânica. Peço para ele encarecidamente a mesma fartura de benevolência, de que eu fui alvo, no exercício das minhas funções e pessoalmente, por parte de tais Governadores sucessivos.

Na mesma ocasião solicito uma declaração oficial no sentido de aprovação plenária dos atos da minha administração desde a data da reorganização do Museu, sob base científica, e 1894, até a presente data da minha resignação. Valor todo especial assumiria para mim um tal documento se ele viesse em forma alargada, incluindo um juízo, um que o Alto Governo manifestaria o grau de satisfação relativa à minha gerência, caso que uma apreciação neste sentido for julgada merecida e constituindo matéria de equidade.

Aproximando-se outrossim a época, onde tem de realizar-se diversos Congressos científicos internacionais, na esfera de interesses de alguns dos ramos cultivados pelo nosso Museu, como seja o Congresso de Zoologia (Boston, Estados Unidos), o de Americanismo (Quebec, Canadá), o de Geografia (Genebra), o de Ornitologia (Bruxelas) e tencionando eu tomar parte, à vista dos repetidos e insistentes convites emanados das respectivas comissões organizadoras, agradável ser-me-ia uma orientação sobre a questão se há conveniência ou não em ser representado o Museu Estadual do Pará, e, no caso afirmativo, se o Governo deseja investir-me da qualidade de delegado oficial.

Qualquer que seja a resolução que o Alto Governo do Estado, em sua sabedoria, queira tomar na atual emergência, não posso eximir-me de confessar desde já de que o padrão, de que servir-me-ei do meu ponto de vista subjetivo e individual, para medir o valor intrínseco, será o da absoluta espontaneidade.

Em ofício adicional tenciono lembrar à atenção benévola do Governo ainda certas providências relativas ao quadro do pessoal do Museu, providências que adquirem oportunidade por ocasião e em virtude da minha retirada.

8.5 Obra completa de Emil August Göldi / Emílio Augusto Goeldi (1859-1917)

Data	Título	Periódico / Cidade / Editora
1878	Mystisches aus der Pflanzenwelt (Místicas da Flora)	<i>Neue Alpenpost</i> , Zürich, Jahrg. 1878-1879, 110 p.
1880	Dr. Dohrn's zoologische Station in Neapel (A estação zoológica do Dr. Dohrn em Nápoles)	<i>Über Land und Meer</i> , Stuttgart (Halberger).
1880	Kulturgeschichtliches über das Veilchen (Da história da cultura da violeta)	<i>Neue Alpenpost</i> , Zürich, Jahrg. 1880-1881.
1880	Die Elster in Mythologie und Volksglauben. Vortrag, gehalten in der St. Gallischen Naturforschenden Gesellschaft, 31. August 1880 (A pega na mitologia e na crença popular. Palestra proferida na Sociedade Naturalista de Sankt Gallen. 31 de agosto de 1880)	<i>Neue Alpenpost</i> , Zürich.
1880	Rabe und Krähe in Mythologie und Volksglauben. Eine kultur-historisch-naturwissenschaftliche Studie (Corvos e gralhas na mitologia e na crença popular. Um estudo cultural-histórico-científico)	<i>Neue Alpenpost</i> , Zürich, 78 p.
1880	Galileo Galilei. Öffentlicher Vortrag gehalten in Biel (Kt. Bern), den 9. Februar 1880 (Galileu Galilei. Palestra aberta proferida em Biel (cantão de Berna) em 9 de fevereiro de 1880)	<i>Neue Alpenpost</i> , Zürich, 20 p.
1880	Ein zoologischer Streifzug im Golfe von Neapel (Uma expedição zoológica no golfo de Nápoles)	<i>Daheim</i> , Leipzig, Jahrg. 1880-1881.
1880	Verzeichnis der Vögel des Kantons Schaffhausen (Catálogo das aves do cantão Schaffhausen)	<i>Journal für Ornithologie</i> , Berlim, v. 28, n. I, p. 357-383.
1881	Ornitologisches aus Neapel (Notas ornitológicas de Nápoles)	<i>Journal für Ornithologie</i> , Berlim, v. 29, Abril, p. 188-196.
1881	Libellenwanderung	<i>Zoologischer Garten</i> , Frankfurt, v. 21, p. 125 seg.
1881	Ornitologische Beobachtungen am Bieler See während des Winters 1879-1880. Neuveville (Kt. Bern) (Observações ornitológicas no lago de Biel durante o inverno de 1879-1880. Neuveville [cantão de Berna])	<i>Zoologischer Garten</i> , Frankfurt, v. 21, n. 7 e 8, p. 213 seg. e p. 249 seg. 15 p.
1881	Über marine Gastropoden. Vortrag, gehalten in der Naturforschenden Gesellschaft zu Schaffhausen, 28. Juli 1881 (Sobre gastrópodes marinhos. Palestra proferida na Sociedade Naturalista de Schaffhausen, 28 de julho de 1881)	Publicado?

1881	Über die zoologische Station zu Neapel und die an derselben gebräuchliche Methode mikroskopischer Untersuchung. Vortrag, gehalten an der Naturforschenden Gesellschaft zu Schaffhausen, 27. September 1881 (Sobre a estação zoológica de Nápoles e o método usual de pesquisa microscópica na mesma. Palestra proferida na Sociedade Naturalista de Schaffhausen, 27 de setembro de 1881)	Publicado?
1883	[incompleto], Auszug und vorläufige Notiz ([incompleto], Fragmento e notas provisórias)	<i>Zoologischer Anzeiger</i> , Leipzig, Agosto 1883.
1883	Zug und Zugstrassen der Vögel (Mit Karte nach Palmén) (Migrações e rotas migratórias dos pássaros [com mapa para Palmeiras])	<i>Gartenlaube</i> , Leipzig.
1883	Der Bernstein und seine Fauna. Ein Blick in das Tierleben der Vorwelt. Vortrag, Leipzig (O terciário e sua fauna. Uma visão do mundo animal da pré-história. Palestra, Leipzig)	Publicado?
1883	Schwammfischerei und künstliche Schwammzucht. Vortrag, Leipzig (Pesca e criação artificial de esponjas. Palestra, Leipzig)	Publicado?
1883/ 1884?	Der kranke Apfelbaum (Mit 4 Tafeln.). Vortrag vor dem landwirtschaftlichen Verein zu Schaffhausen (A macieira doente [com 4 estampas]. Palestra na Associação Agrícola [Landwirtschaft] de Schaffhausen)	Publicado?
1883/ 1884?	Vergleichende Entwicklungsgeschichte des Gehörorgans im Tier-reiche. I. Wirbellose. II. Wirbeltiere. Doppelvortrag, gehalten vor den Naturforschenden Gesellschaften zu Schaffhausen am 29. Dezember 1883 und 5. April 1884 und zu St. Gallen (História evolutiva comparada dos órgãos auditivos no reino animal. I. Invertebrados. II. Vertebrados. Palestra dupla proferida na Sociedade Naturalista de Schaffhausen no dia 29 de dezembro de 1883 e 5 de abril de 1884 e em Sankt Gallen)	Publicado?
1884	Kopfskelett und Schultergürtel von <i>Loricaria cataphracta</i> , <i>Balistes capriscus</i> und <i>Accipenser ruthenus</i> . Vergleichend anatomisch-entwicklungsgeschichtliche Studien zur Deckknochenfrage. Inaugural-Dissertation (Crânio [Kopfskelett] e zona do ombro [Schultergürtel] da <i>Loricaria cataphracta</i> , <i>Balistes capriscus</i> e <i>Accipenser ruthenus</i> . Estudos anatômico-histórico-evolutivos comparados sobre a questão dos ossos revestidores [Deckknochenfrage]. Dissertação inaugural)	<i>Jenaische Zeitschrift für Naturwissenschaft</i> , v. XVII, N. F. X. Bd., Jena, 52 p. 3 Estampas.
1884	Leuchtende Seetiere (Animais marinhos fosforescentes)	<i>Gäa</i> , Abril (Red. Dr. J. Klein).

1884	<p>Studien über die Blutlaus (<i>Schizoneura lanigera</i> Hausmann) [Puceron lanigère]. Mit 3 lithographischen Farbentafeln (Subventioniert durch Beschluss vom Regierungsrat des Kantons Schaffhausen am 31. Juli 1884)</p> <p>(Estudos sobre o pulgão lanígero [<i>Schizoneura lanigera</i> Hausmann] [Puceron lanigère]. Com 3 estampas litográficas coloridas [Subvencionado por decisão do Conselho Governamental do cantão Schaffhausen em 31 de julho de 1884])</p>	Schaffhausen, Verlag von Fr. Rothärmel.
1885	<p>Über eine vermutlich neue Schildkröte der Gattung <i>Podocnemis</i> vom Rio Negro und über die Chelonier des Amazonas-Gebietes im Allgemeinen</p> <p>(Sobre uma tartaruga supostamente nova do gênero <i>Podocnemis</i> do Rio Negro e sobre os quelônios da região amazônica em geral)</p>	<i>Jahresbericht der St. Gallischen Naturf. Gesellschaft</i> , Sankt Gallen, 8 p. 1 Estampa: <i>Podocnemis coutinhii</i> Goeldi.
1885	<p>Aphorismen, neue Resultate und Conjecturen zur Frage nach den Fortpflanzungsverhältnissen der Phytophtiren enthaltend</p> <p>(Aforismos, novos resultados e conjecturas acerca da questão das relações reprodutivas, inclusive da Phytophthora)</p>	<i>Mitteilungen der Schweizerischen Entomologisches Gesellschaft</i> , Berna.
1885	<p>Ein wesentlicher Beitrag zur naturwissenschaftlichen Erforschung der brasilianischen Provinz Matto Grosso (Bericht über die Sammlungen des Reisenden Herbert J. Smith)</p> <p>(Uma contribuição essencial à pesquisa das ciências naturais da província brasileira de Mato Grosso [Relatório sobre as coleções do viajante Herbert J. Smith])</p>	<i>Der Bund</i> , Berna.
1885/ 1886?	<p>Materialien zu einer klimatologischen Monographie von Rio de Janeiro</p> <p>(Materiais para uma monografia climatológica do Rio de Janeiro)</p>	<i>Jahresbericht der St. Gallischen Naturforschenden Gesellschaft</i> , Sankt Gallen, 68 p. Com 5 estampas.
1886	<p>Apontamentos de zoologia agrícola e hortícola: I. <i>Dorthesia urticae</i>. II. <i>Lonchophorus obliquus</i> Chevr.</p>	<i>Jornal do Agricultor</i> , Rio de Janeiro, Ano VII, Tomo 14, Nos. 346 e 347.
1886	<p>Beiträge zur Kenntnis der kleinen und kleinsten Gliedertierwelt Brasiliens. I. Eine brasilianische Buckelwanze aus der Gattung <i>Tingis</i> Fabricius. II. Neue brasilianische <i>Aleurodes</i>-Arten. III. <i>Dorthesia</i></p> <p>(Contribuições ao conhecimento do mundo dos pequenos e minúsculos animais articulados do Brasil. I. Um besouro brasileiro do gênero <i>Tingis</i> Fabricius. II. Novos tipos brasileiros de <i>Aleurodes</i>. III. <i>Dorthesia</i>)</p>	<i>Mitteilungen der Schweizerischen Entomologisches Gesellschaft</i> , Berna, v. VII, 25 p. Com 20 ilustrações.
1886	<p>Studien über neue und weniger bekannte Podophthalmen Brasiliens (Beiträge zur Kenntnis der Süßwasser-Genera: <i>Trichodactylus</i> – <i>Dilocarcinus</i> – <i>Sylviocarcinus</i> und der marinen Genera: <i>Leptopodia</i> e <i>Stenorhynchus</i>)</p> <p>(Estudos sobre [Podophthalmen] novos e pouco conhecidos do Brasil [Contribuição ao conhecimento dos gêneros de água-doce: <i>Trichodactylus</i> – <i>Dilocarcinus</i> – <i>Sylviocarcinus</i>; e dos gêneros marinhos: <i>Leptopodia</i> e <i>Stenorhynchus</i>])</p>	<i>Archiv für Naturgeschichte</i> , Berlim, v. 52, p. 19-46. Com 2 estampas.

1886	Ein pathologischer Paca-Schädel. (Biologische Miscellen aus Brasilien I) (Um crânio patológico de paca [Miscelânea biológica do Brasil I])	<i>Zoologische Jahrbücher für Systematik, Geographie und Biologie der Tiere</i> , Jena, v. I, p. 213-215. Com 1 figura..
1886	<i>Eripus heterogaster</i> – eine brasilianische Spinne mit Lockfärbung. (Biologische Miscellen aus Brasilien II) (<i>Eripus heterogaster</i> – uma aranha brasileira com coloração fascinante [Miscelânea biológica do Brasil II])	<i>Zoologische Jahrbücher</i> , Jena, v. I, p. 411-416. Com 1 estampa.
1886	Die Eier zweier brasilianischen Gespenstheuschrecken (Phasmodea). (Biologische Miscellen aus Brasilien III) (Os ovos de dois gafanhotos fantasmas [Gespenst] [Phasmodea]. [Miscelânea biológica do Brasil III])	<i>Zoologische Jahrbücher</i> , Jena, v. I, p. 724-730. Com 4 figuras.
1886	Eigentümliche, unterirdische Bauten einer brasilianischen Polydesmus-Art (Biologische Miscellen aus Brasilien IV) (Construções subterrâneas peculiares de um tipo de polidesmo [Miscelânea biológica do Brasil IV])	<i>Zoologische Jahrbücher</i> , Jena, v. I, p. 730-732. Com 2 figuras.
1886	Physikalische Geographie und Geologie Brasiliens. Von Prof. Orville A. Derby – (Nach “A geographia physica do Brasil” von Abreu und Cabral aus dem Portugiesischen übersetzt) (Geografia física e Geologia do Brasil. Do Prof. Orville A. Derby – [Baseado em “A geografia física do Brasil”, de Abreu e Cabral, traduzido do português]) Tradução comentada	<i>Mitteilungen der Geographischen Gesellschaft für Thüringen</i> , Jena, v. V, 20 p. Com 2 mapas.
1886	Bericht über meine naturwissenschaftliche Tätigkeit in Brasilien während der Jahre 1884-1886. Korrespondenz an die St. Gallische Naturforschende Gesellschaft, St. Gallen (Relatório de minhas atividades oficiais no Brasil durante os anos de 1884-1886. Correspondência à Sociedade Naturalista de Sankt Gallen, Sankt Gallen)	14 p. Publicado?
1886	Bedeutung, Fang und Verwertung der Schildkröten am Amazonas (Importância, captura e aproveitamento das tartarugas do Amazonas)	<i>Zoologischer Garten</i> , Frankfurt, v. XXVII, p. 329-335, p. 366-372. Com 2 figuras.
1886	Bericht über zwei ältere, unbekannt gebliebene illustrierte Manuskripte portugiesisch-brasilianischer Naturforscher. I. Die zoologischen Zeichnungen von Alexander Rodriguez Ferreira. II. Die zoologischen Zeichnungen von Arruda da Camara (Relatório sobre dois manuscritos ilustrados antigos, que permaneceram desconhecidos, de naturalistas portugueses e brasileiros. I. Os desenhos zoológicos de Alexandre Rodrigues Ferreira. II. Os desenhos zoológicos de Arruda da Câmara)	<i>Zoologische Jahrbücher</i> , Jena, v. II, p. 175- 184.
1886	Der Lehmhans (João de barro), ein brasilianischer Nestkünstler (O João-de-barro, um artista brasileiro de ninhos)	<i>Zoologischer Garten</i> , Frankfurt, v. 27, n.º 9, p. 265-274. Com 2 figuras.
1886	Sobre <i>Dinornis casuarinus</i> Owen e <i>Hatteria punctata</i>	<i>Jornal do Commercio</i> , Rio de Janeiro.

1887	Die Metamorphose von <i>Alurnus marginatus</i> , einem Schädling der Fächerpalme (<i>Latania borbonica</i>). (Biologische Miscellen aus Brasilien V) (A metamorfose da <i>Alurnus marginatus</i> , uma praga da palmeira-leque [Fächerpalme] [<i>Latania borbonica</i>]. [Miscelânea biológica do Brasil V])	<i>Zoologische Jahrbücher</i> , Jena, v. II, p. 584-588. Com 8 figuras.
1887	Bemerkungen zur Osteologie des Delphins aus der Bucht von Rio de Janeiro (<i>Sotalia brasiliensis</i> Ed. van Beneden). (Biologische Miscellen aus Brasilien VI) (Observações acerca da osteologia do golfinho da baía do Rio de Janeiro [<i>Sotalia brasiliensis</i> Ed. van Beneden]. [Miscelânea biológica do Brasil VI])	<i>Zoologische Jahrbücher</i> , Jena, v. III, p. 134-143. Com 3 figuras.
1887	Bericht über meine naturwissenschaftliche Tätigkeit in Brasilien während des Jahres 1886-1887. Korrespondenz an die St. Gallische Naturforschende Gesellschaft zu St. Gallen, Rio de Janeiro, 1887 (Relatório sobre minhas atividades oficiais no Brasil durante os anos 1886-1887. Correspondência à Sociedade Naturalista de Sankt Gallen. Rio de Janeiro, 1887)	Publicado?
1887	Der Kappenblaurabe (<i>Cyanocorax pileatus</i>) in Gefangenschaft (O corvo azul de capuz [Kappenblaurabe] [<i>Cyanocorax pileatus</i>] em cativeiro)	<i>Schweizerische Blätter für Ornithologie</i> , Zürich, v. XI, 5 p.
1887	Fressen die Phyllostoma-Arten (Vampire) Früchte oder nicht? (Alimento das espécies de Phyllostoma [vampiros]: frutas ou não?)	<i>Zoologischer Garten</i> , Frankfurt, v. 28, nº 6 e 7, p. 163 seg.
1887	Zur Kenntniss der Feigenwespen. Beschreibung von <i>Critogaster flavescens</i> nov. spec. Und <i>Critogaster goeldiana</i> nov. spec. Fritz Muller (Para o conhecimento das vespas sem ferrão [Feigenwespen]. Descrição de <i>Critogaster flavescens</i> nov. spec. e <i>Critogaster goeldiana</i> nov. spec. Fritz Müller)	<i>Entomologische Nachrichten von Karsch</i> , Jahrgang XIII, p. 161-163.
1888	Der Kaffeenematode Brasiliens (<i>Meloidogyne exigua</i> G.). (Biologische Miscellen aus Brasilien VII) (O nematóide do café brasileiro [<i>Meloidogyne exigua</i> G.]. [Miscelânea biológica do Brasil VII])	<i>Zoologische Jahrbücher</i> , Jena, v. IV, p. 262-268.
1888	Kreuzungsversuche zwischen dem Pernambuco-Zeisig (<i>Chrysomitris yarrellii</i> Audubon) und dem zahmen Kanarienvogel (Experiências de cruzamento entre o pintassilgo pernambucano [<i>Chrysomitris yarrellii</i> Audubon] e o canário manso)	<i>Schweizerische Blätter für Ornithologie</i> , Zürich, v. XII, 7 p.
1888	Resumo do Relatório sobre a moléstia do cafeeiro na Província do Rio de Janeiro	<i>Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura</i> , Rio de Janeiro, v. XIX, p. 1-64.
1888	O <i>Hemileya vastatrix</i> na Ilha de Java	<i>Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura</i> , Rio de Janeiro, v. XIX, n. 2, p. 71-72.

1888	Abelhas brasileiras sem ferrão (Versão portuguesa de um trabalho alemão do Dr. Hermann Müller em Lippstadt 1874) Tradução comentada	<i>Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura</i> , Rio de Janeiro, v. XIX, n. 2, p. 76-84.
1888	O Congresso Internacional Phylloxerico de Lausanne em 1877 e a Convenção de Berna Tradução comentada	<i>Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura</i> , Rio de Janeiro, v. XIX, p. 121-128.
1888	A Ramie (Urtica), como fibra textil (Versão portuguesa de um trabalho alemão de Th. Eugenio Schiefner) Tradução comentada	<i>Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura</i> , Rio de Janeiro, v. XIX, p. 151-155.
1888	Convenção Internacional contra a Phylloxera do dia 3 de Novembro 1881 entre a Alemanha, Austria-Hungria, Suissa e França Tradução comentada	<i>Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura</i> , Rio de Janeiro, v. XIX, p. 177-180.
1888	História Natural do Phylloxera, pelo Dr. Gustav Schoch, de Zurich, perito da Comissão Phylloxerica Suissa (Versão portuguesa anotada do original alemão) Tradução comentada	<i>Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura</i> , Rio de Janeiro, v. XIX, p. 180-188.
1888	Apontamentos estatísticos acerca da produção do vinho com especial referência à distribuição do phylloxera e aos estragos por ele causados Tradução comentada	<i>Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura</i> , Rio de Janeiro, v. XIX, p. 189-196.
1888	Piscicultura na China. Versão portuguesa de original alemão do Sr. M. von dem Borne (Thear-Bibliothek), 1885 Tradução comentada	<i>Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura</i> , Rio de Janeiro, v. XIX, p. 196-200.
1889	Die Bambusratte oder brasilianische Fingerratte (<i>Dactylomys amblyonyx</i> Natt.) (A ratazana de bambu [Bambus-Ratte] ou ratazana de dedo [Fingerrate] brasileira [<i>Dactylomys amblyonyx</i> Natt.]	<i>Zoologischer Garten</i> , Frankfurt, v. 30, p. 225-234.
1889	Die amerikanische Ohreule (<i>Otus americanus</i> Gmélin) (A coruja de orelha americana [<i>Otus americanus</i> Gmélin])	<i>Schweizerische Blätter für Ornithologie</i> , Zürich, v. III, p. 331-346, 363.
1889	<i>Nycticorax gardeni</i> , ein brasilianischer Nachtreiher (<i>Nycticorax gardeni</i> , uma garça noturna brasileira)	<i>Schweizerische Blätter für Ornithologie</i> , Zürich, 7 p.
1889	Der heurige Sommer (1889) in Brasilien. (Korrespondenz) (O verão deste ano [1889] no Brasil [Correspondência])	<i>Der freie Appenzeller</i> , Appenzell, Ano XI, n. 27 e 28, 3 e 6 Abril, 5 p.
1889	Dr. Wilhelm Michler † (Nekrolog) (Dr. Wilhelm Michler † [Necrológio])	<i>Berichte der Deutschen Chemischen Gesellschaft</i> , Berlin.
1889	Der gegenwärtige Bestand unserer Vollièren. Rio de Janeiro, 1889 (O atual estado de nossas gaiolas. Rio de Janeiro, 1889)	<i>Schweizerische Blätter für Ornithologie</i> , Zürich, 40 p.

1889	Bericht über meine naturwissenschaftliche Thätigkeit in Brasilien während der Jahre 1888-1889. Korrespondenz an die St. Gallische Naturforschende Gesellschaft. Rio de Janeiro, August 1889 (Relatório de minhas atividades científicas no Brasil nos anos de 1888 a 1889. Correspondência à Sociedade Naturalista de Sankt Gallen, Rio de Janeiro, agosto de 1889)	18 p. Publicado?
1889	Observação sobre dous cortiços da abelha européa na Suissa (Versão portuguesa de um trabalho de R. Kubli e D. Reber, publicado em alemão no “Jahresbericht über die Thätigkeit der St. Gallischen Naturforschenden Gesellschaft”, St. Gallen, 1886, pag. 210-272) Tradução comentada	<i>Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura</i> , Rio de Janeiro, v. XX, p. 47-53.
1889	Relatório provisório sobre a comissão relativa às moléstias da parreira na Província de São Paulo, principalmente quanto à questão phylloxerica	<i>Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura</i> , Rio de Janeiro, v. XX, p. 59-76.
1889	A produção de açúcar na América Central. Vertido do alemão, “Deutsches Handelsarchiv”, 1888, pag. 814 Tradução comentada	<i>Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura</i> , Rio de Janeiro, v. XX, p. 83-86.
1890	Videiras Americanas; collecção de trabalhos relativos à descripção e cultura das videiras norte-americanas, à história natural e distribuição do Phylloxera e às convenções internacionais anti-phylloxericas	Rio de Janeiro, Typ. Universal Laemmert & Cia, I - 128 p., II – 153 p. Com 66 figuras e 1 estampa.
1892	Zur Orientierung in der Spinnenfauna Brasiliens (Para orientação na fauna de aracnídeos brasileiros)	<i>Mitteilungen der Naturforschenden Gesellschaft des Osterlandes</i> , Altenburg, Neue Folge, v. V. Festschrift, p. 200-248.
1892	Relatório sobre a moléstia do cafeeiro na Província do Rio de Janeiro	<i>Archivos do Museu Nacional</i> , Rio de Janeiro, v. VIII, p. 7-123.
1893	Os Mammiferos do Brazil (Monographias Brasileiras I)	Rio de Janeiro, Alves & Cia.
1894	As Aves do Brazil (Monographias Brasileiras II)	Rio de Janeiro, Alves & Cia.
1894	Memoria sobre una enfermedad del Cafeto en la Provincia de Rio de Janeiro por el Doctor Emílio A. Goeldi, traducido del portuguez y anotada por Gabriel Gomes, Ingeniero agrónomo	México, Offic. Tip. de la Secretaria de Fomento, 118 p. Com 10 estampas.
1894	A propósito das “Monographias Brasileiras”. Carta dirigida ao Sr. Osório Duque Estrada	<i>O Paiz</i> , Rio de Janeiro, 24 de janeiro, p. 2.
1894	On the Nesting of <i>Phibalura flavirostris</i> and <i>Lochmias nematura</i>	<i>The Ibis</i> , London, Series VI, Vol. VI, N. XXIV, p. 484-494.
1894	Critical gleanings on the Didelphyidae of the Serra dos Orgãos, Brazil	<i>Proceedings of the Zoological Society of London</i> , June 5, p. 457-467.
1894	Carta Circular	<i>Boletim do Museu Paraense de Historia Natural e Ethnographia</i> , Belém, 1(1): 8-10.
1894	Relatório sobre o estado do Museu Paraense; apresentado a S. Ex ^a o Sr. Dr. Governador do Estado do Pará, pelo Dr. Emílio Augusto Goeldi H.T., Director do mesmo Museu	<i>Boletim do Museu Paraense de Historia Natural e Ethnographia</i> , Belém, 1(1): 10-20.
1894	Estudos arachnologicos relativos ao Brazil	<i>Boletim do Museu Paraense de Historia Natural e Ethnographia</i> , Belém, 1(1): 32-39.
1894	Breve noticia acerca de alguns vermes interessantes do Brazil	<i>Boletim do Museu Paraense de Historia Natural e Ethnographia</i> , Belém, 1(1): 40-44.

1894	Observações e impressões durante a viagem costeira do Rio de Janeiro ao Pará (12 de maio a 7 de junho de 1894)	<i>Boletim do Museu Paraense de Historia Natural e Ethnographia</i> , Belém, 1(1): 44-56.
1894	A Araramboia (<i>Corallus canius</i>)	<i>A República</i> , Belém, 16 de outubro.
1894	Algumas noticias sobre a vida de Alexandre R. Ferreira	<i>Revista da Sociedade de Estudos Paraenses</i> , Belém, 1(3): 123-131.
1894	Palmeiras brasileiras citadas na grande obra "Flora Brasiliensis" de Martius e sucessores, coordenadas alfabeticamente segundo os seus nomes triviais	<i>Revista da Sociedade de Estudos Paraenses</i> , Belém, 1(4): 203-215.
1895	Instrucções praticas sobre o modo de colligir productos da natureza para o Museu Paraense de Historia Natural e Ethnographia	<i>Boletim do Museu Paraense de Historia Natural e Ethnographia</i> , Belém, 1(2): 74-84.
1895	Officio ao Sr. Barão de Marajó	<i>Boletim do Museu Paraense de Historia Natural e Ethnographia</i> , Belém, 1(2): 84-86.
1895	Cartas ineditas de Louis Agassiz relativas à viagem por elle realisada na Amazonia (de 11 de Agosto 1865 até 26 de Março 1866) (Thayer Expedition)	<i>Boletim do Museu Paraense de Historia Natural e Ethnographia</i> , Belém, 1(2): 144-146.
1895	Os Myriapodos do Brazil (embuás e centopeias)	<i>Boletim do Museu Paraense de Historia Natural e Ethnographia</i> , Belém, 1(2): 157-167.
1895	<i>Opisthocomus cristatus</i> . A "Cigana"; resenha ornithologica	<i>Boletim do Museu Paraense de Historia Natural e Ethnographia</i> , Belém, 1(2): 167-184.
1895	Bibliographia	<i>Boletim do Museu Paraense de Historia Natural e Ethnographia</i> , Belém, 1(2): 185-188.
1895	Johannes von Natterer	<i>Boletim do Museu Paraense de Historia Natural e Ethnographia</i> , Belém, 1(3): 189-217.
1895	Relatorio apresentado pelo Director do Museu Paraense ao Sr. Dr. Lauro Sodré, Governador do Estado do Pará	<i>Boletim do Museu Paraense de Historia Natural e Ethnographia</i> , Belém, 1(3): 217-239.
1895	Instrucções praticas sobre o modo de colligir productos da natureza para o Museu Paraense de Historia Natural e Ethnographia (conclusão)	<i>Boletim do Museu Paraense de Historia Natural e Ethnographia</i> , Belém, 1(3): 239-256.
1895	Bibliographia	<i>Boletim do Museu Paraense de Historia Natural e Ethnographia</i> , Belém, 1(3): 326-329.
1895	Ensaio sobre o Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira; mormente em relação às suas viagens na Amazõnia e sua importancia como naturalista	Belém, Museu Paraense de Historia Natural e Ethnographia, 110 p.
1895	Instrucções praticas sobre o modo de colligir productos da natureza para o Museu Paraense de Historia Natural e Ethnographia. Appello em pról do progresso e do desenvolvimento do mesmo Museu, dirigido aos amigos da natureza na Amazonia pelo actual Director	Belém, Tip. Diário Official, 30 p., il.
1895	A Fauna do Pará pelo Dr. Fr. Dahl	<i>Revista da Sociedade de Estudos Paraenses</i> , Belém, 2(1/2): 89-110.
1895	Tradução comentada	
1895	As cegonhas do Brazil	<i>Revista Brasileira</i> , Rio de Janeiro, 1º Ano, Tomo II, p. 238-244.
1895	As Avestruzes do Brazil	<i>Revista Brasileira</i> , Rio de Janeiro, 1º Ano, Tomo III, p. 346-351.

1895	As Aves Nadadoras do Brazil	<i>Revista Brasileira</i> , Rio de Janeiro, 1º Ano, Tomo III, p. 141-155, 310-319.
1895	<i>Opisthocomus cristatus</i> besitzt in seiner Jugend (und bloss dann) ein Krallenpaar an jedem Flügel (O <i>Opisthocomus cristatus</i> possui quando jovem [e só então] um par de presas em cada asa)	<i>Ornithologische Monatsberichte</i> , Berlim, Maio, n. 5, p. 69-71.
1895	Der schwarze Urubu-Geier (O urubu preto)	<i>Schweizerische Blätter für Ornithologie</i> , Zürich, v. 19, n. 5, p. 40-41; n. 6, p. 50; n. 7, p. 62; n. 8, p. 72.
1895	Contribution to the knowledge of the Breeding-habits of some Tree-frogs (<i>Hylidae</i>) of the Serra dos Órgãos, Rio de Janeiro, Brazil	<i>Proceedings of the Zoological Society of London</i> , Febr. 5, p. 89-97.
1896	Contornos para a avifauna do Pará e da Amazônia inferior; conforme o material dos três colleccionadores mais importantes Natterer, Wallace, Layard	<i>Boletim do Museu Paraense de Historia Natural e Ethnographia</i> , Belém, 1(4): 336-356.
1896	A Fauna do Pará, de Fr. Dahl Tradução comentada	<i>Boletim do Museu Paraense de Historia Natural e Ethnographia</i> , Belém, 1(4): 357-375.
1896	Lancear de olhos sobre a fauna dos repteis do Brazil	<i>Boletim do Museu Paraense de Historia Natural e Ethnographia</i> , Belém, 1(4): 402-432.
1896	A <i>Lepidosiren paradoxa</i> ; descoberta na Ilha de Marajó	<i>Boletim do Museu Paraense de Historia Natural e Ethnographia</i> , Belém, 1(4): 438-443.
1896	Primeira contribuição para o conhecimento dos Peixes do Valle do Amazonas e das Guyanas; estudos ichtyologicos dos annos 1894-1898	<i>Boletim do Museu Paraense de Historia Natural e Ethnographia</i> , Belém, 1(4): 443-488.
1896	On the Nesting of <i>Nyctibius jamaicensis</i> and <i>Sclerurus umbretta</i>	<i>The Ibis</i> , London, Series VII, Vol. II, N. VII, p. 299-309.
1897	Relatorio apresentado pelo Director do Museu Paraense ao Sr. Dr. Lauro Sodré, Governador do Estado do Pará	<i>Boletim do Museu Paraense de Historia Natural e Ethnographia</i> , Belém, 2(1): 1-27.
1897	Destruição das garças e guarás	<i>Boletim do Museu Paraense de Historia Natural e Ethnographia</i> , Belém, 2(1): 27-42.
1897	A Chrysalide de <i>Enoplocerus armillatus</i> L.; em tamanho o segundo coleoptero conhecido	<i>Boletim do Museu Paraense de Historia Natural e Ethnographia</i> , Belém, 2(1): 64-70.
1897	Um mez de caça coleopterologica no Pará	<i>Boletim do Museu Paraense de Historia Natural e Ethnographia</i> , Belém, 2(1): 70.
1897	O nome do Jaboty Matá-Matá	<i>Boletim do Museu Paraense de Historia Natural e Ethnographia</i> , Belém, 2(1): 102-103.
1897	Preá e Porquinho da Índia	<i>Boletim do Museu Paraense de Historia Natural e Ethnographia</i> , Belém, 2(1): 103-104.
1897	Bibliographia	<i>Boletim do Museu Paraense de Historia Natural e Ethnographia</i> , Belém, 2(1): 106-108.
1897	Discurso proferido pelo Director do Museu por ocasião da instalação da Sociedade Zeladora do Museu Paraense em 6 de novembro de 1896	<i>Boletim do Museu Paraense de Historia Natural e Ethnographia</i> , Belém, 2(2): 111-114.

1897	Lepidosiren paradoxa	<i>Boletim do Museu Paraense de Historia Natural e Ethnographia</i> , Belém, 2(2): 247-250.
1897	<i>Mesomys ecaudatus</i> ; um roedor esquecido durante meio século	<i>Boletim do Museu Paraense de Historia Natural e Ethnographia</i> , Belém, 2(2): 253-255.
1897	Relatorio apresentado ao Exm ^o Sr. Dr. Lauro Sodré, Governador do Estado do Pará, pelo Director do Museu Paraense	<i>Boletim do Museu Paraense de Historia Natural e Ethnographia</i> , Belém, 2(3): 257-287.
1897	Bibliographia	<i>Boletim do Museu Paraense de Historia Natural e Ethnographia</i> , Belém, 2(3): 386-396.
1897	O clima de Therezopolis, na Serra dos Órgãos	<i>Jornal do Commercio</i> , Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 1897.
1897	Roth- und gelbköpfige Aasgeier Südamerikas (<i>Cathartes aura</i> – <i>Cathartes urubutinga</i>) (Urubus de cabeça vermelha e de cabeça amarela da América do Sul [<i>Cathartes aura</i> – <i>Cathartes urubutinga</i>])	<i>Schweizerische Blätter für Ornithologie</i> , Zürich, 1896 (Sep. Abd. 11 p.); 1897, v. 21, n. 13, p. 138; n. 14, p. 152; n. 15, p. 167-168; n. 16, p. 180; n. 17, p. 196; n. 18, p. 210.
1897	Ornithological results of a Naturalist's Visit to the Coast-Region of South Guyana	<i>The Ibis</i> , London, Series VII, Vol. III, N. X, p. 149-165.
1897	On the Nesting of <i>Cassicus persicus</i> , <i>Cassidix oryzivora</i> , <i>Gymnomystax melanicterus</i> and <i>Todirostrum maculatum</i>	<i>The Ibis</i> , London, Series VII, Vol. III, N. XI, p. 361-370.
1897	Eine Naturforscherfahrt nach dem Litoral des südlichen Guyana zwischen Oyapock und Amazonenstrom (Oktober bis November 1895) (Uma expedição científica ao litoral sul da Guiana entre o Oiapoque e o Amazonas [de outubro a novembro de 1895])	<i>Petermann's Geographischen Mitteilungen</i> , Gotha, v. 43, n. 3, p. 59-68; n. 5, p. 107-112.
1897	Ein erstes authentisches Exemplar eines echten Wiesels aus Brasilien (<i>Putorius paraënsis</i> Goeldi) (O primeiro exemplar de uma genuína doninha do Brasil [<i>Putorius paraënsis</i> Goeldi])	<i>Zoologische Jahrbücher</i> , Jena, v. X, p. 556-562. Com 1 estampa e 7 figuras.
1897	Merkwürdiger Mimetismus bei einer brasilianischen Kreuzspinne aus der Gattung <i>Cyclosa</i> (Mimetismo estranho numa aranha de jardim brasileira do gênero <i>Cyclosa</i>)	<i>Zoologische Jahrbücher</i> , Jena, v. X, p. 563-568. Com 1 estampa.
1897	Die Eier von 13 brasilianischen Reptilien, nebst Bemerkungen über Lebens- und Fortpflanzungsweise letzterer. Beobachtungen aus den Jahre 1884-1897 (Os ovos de 13 répteis brasileiros, acompanhado de notas acerca do modo de vida e de reprodução destes. Observações dos anos 1884-1897)	<i>Zoologische Jahrbücher</i> , Jena, v. X, p. 640-676. Com 2 estampas e 1 figura.
1897	Das Schopfhuhn (<i>Opisthocomus cristatus</i>) "Cigana". Eine ornithologische Studie (A galinha de topete [<i>Opisthocomus cristatus</i>] "Cigana". Um estudo ornitológico)	<i>Schweizerische Blätter für Ornithologie</i> , Zürich, Sep. Abd. 16 p. Com 1 figura.
1898	O estado actual dos conhecimentos sobre os indios do Brasil, especialmente sobre os indios da foz do Amazonas no passado e no presente	<i>Boletim do Museu Paraense de Historia Natural e Ethnographia</i> , Belém, 2(4): 397-417.

1898	Estudos arachnológicos relativos ao Brasil (continuação) II) Synopsis das Aranhas pertencentes à família dos Epeirídeos, citados como provenientes do Brasil na obra de Keiserling-Marx, “As Aranhas da América”, Vol. IV – Epeiridae (1892)	<i>Boletim do Museu Paraense de Historia Natural e Ethnographia</i> , Belém, 2(4): 418-429.
1898	A Lenda Amazônica do Cauré; considerada, à luz da ciência, e considerações comparativas sobre o ninho da <i>Panyptila cayanensis</i> Cab. e de outros cypselídeos (Andorinhões)	<i>Boletim do Museu Paraense de Historia Natural e Ethnographia</i> , Belém, 2(4): 430-441.
1898	Lagartos do Brazil	<i>Jornal do Commercio</i> , Rio de Janeiro, 18 de janeiro, terça-feira.
1898	Vorläufige Mitteilungen über eine Forschungsreise nach dem Oberlaufe des Rio Capim, Staat Pará (Informações provisórias sobre a expedição ao alto rio Capim, no Estado do Pará)	<i>Petermann's Geographischen Mitteilungen</i> , Gotha, p. 36-40.
1898	Eine Naturforscher-Fahrt nach dem Litoral des südlichen Guyana zwischen Oyapock und Amazonenstrom (Oktober bis November 1895) (Uma expedição científica ao litoral sul da Guiana entre o Oiapoque e o Amazonas (de outubro a novembro de 1895))	<i>Bericht über die Thätigkeit der St. Gallischen Naturwissenschaftlichen Gesellschaft während des Vereinsjahres 1896/97</i> , St. Gallen, p. 97-189.
1898	<i>Epeiroides bahiensis</i> Keyserling – eine Dämmerungskreuzspinne Brasiliens (<i>Epeiroides bahiensis</i> Keyserling – uma aranha de jardim brasileira do crepúsculo)	<i>Zoologische Jahrbücher</i> , Jena, v. XII, p. 145-154. Com 1 estampa e 1 figura.
1898	Über die Entwicklung von <i>Siphonops annulatus</i> (Sobre o desenvolvimento do <i>Siphonops annulatus</i>)	<i>Zoologische Jahrbücher</i> , Jena, p. 154-159. Com 1 estampa.
1898	Letter to the Editors of the Ibis (London) about “The parasitism of <i>Cassidix oryzivora</i> ”	<i>The Ibis</i> , London, p. 290. Não localizado.
1898	On the Lepidosiren of the Amazons: being Notes on five Specimens obtained between 1895-1897 and Remarks upon an Exemple living in the Pará-Museum	<i>Transactions of the Zoological Society</i> , London, v. XIV, parte 7, August 1898, p. 413-420.
1898	Further Notes on the Amazonian Lepidosiren	<i>Proceedings of the Zoological Society of London</i> , Nov. 29, p. 852-857.
1899	Verzeichnis der bisher wissenschaftlich beschriebenen Neuen Tier- und Pflanzenformen welche während der Jahre 1884-1899 in Brasilien (Staaten Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Espírito Santo, Bahia und Pará) gesammelt und entdeckt worden sind von Dr. phil. Emil August Goeldi (Catálogo das formas novas animais e vegetais até aqui descritas cientificamente, que foram descobertas e reunidas durante os anos 1884-1899 no Brasil)	Berna, Buchdruckerei Jent & Co. Com 7 suplementos até Fevereiro de 1904.
1899	Die Fischwelt des Amazonas-Gebietes. Doppel-Vortrag, gehalten vor der Naturforschenden Gesellschaft in Bern. I: 14/I 1899; II: 27/V 1899 (O mundo dos peixes da região amazônica. Palestra dupla proferida na Sociedade Naturalista de Berna. I: 14/1; II: 27/5)	Publicado?
1899	Grossartige Schmetterlingszüge am Amazonenstrom (Grandiosas migrações de borboletas no vale amazônico)	<i>Mitteilung der Naturforschenden Gesellschaft in Bern</i> , Berna, Winter 1898 bis 1899.
1900	As Aves do Brasil. Parte II	Rio de Janeiro, Alves e Cia.

1900	Relatorio apresentado ao Exm ^o Sr. Dr. José Paes de Carvalho, Governador do Estado do Pará, pelo Director do Museu Paraense	<i>Boletim do Museu Paraense de Historia Natural e Ethnographia</i> , Belém, 3(1): 1-53.
1900	Album de Aves Amazônicas. Supplemento illustrativo à obra "Aves do Brazil"	Belém, Museu Paraense de Historia Natural e Ethnographia, fasc. 1.
1900	Die Vogelwelt des Amazonenstromes. Sammlung von Kunstblättern in 3 Lieferungen. Deutscher Umschlag.	Zürich, Polygraphisches Institut A.-G.
1900	Excavações archeologicas em 1895; executadas pelo Museu Paraense no Litoral da Guyana Brasileira entre Oyapoc e Amazonas. 1 ^a Parte. As Cavernas funerarias artificiaes de Indios hoje extinctos do Rio Cunany (Goanany) e sua ceramica	Belém, Museu Paraense de Historia Natural e Ethnographia, 43 p., il. (Memorias do Museu Paraense de Historia Natural e Ethnographia, I). (Reimpresso em 1905)
1900	Reinos da natureza, encarados do ponto de vista pratico	In: <i>O Pará no Anno do Quarto Centenário</i> . Belém, p. 37-62.
1900	Aspectos da Natureza no Brazil	In: <i>Livro do Quarto Centenário do Descobrimento do Brazil (1500 a 1900)</i> . Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, v. I, p. 48-56.
1900	Grossartige Schmetterlingszüge am Amazonenstrom (Grandiosas migrações de borboletas no vale amazônico)	<i>Die Schweiz</i> , Zürich, v. IV, p. 441-445. Com 2 ilustrações.
1900	Altindianische Begräbnishöhlen im südlichen Guyana und in den selben vorgefundene kunstvolle Töpfereiprodukte (Cavernas funerárias artificiais de índios hoje extintos no sul da Guiana e a cerâmica ali encontrada)	<i>Die Schweiz</i> , Zürich, p. 475-476. Com 7 ilustrações.
1900	Naturwunder der Insel Marajó am Amazonenstrom. Vortrag, gehalten am 29. Juni 1899 vor der Geographischen Gesellschaft in Bern (Maravilhas da natureza na ilha de Marajó [Rio Amazonas]. Palestra, proferida em 29 de junho de 1899 na Sociedade Geográfica de Berna)	<i>Die Schweiz</i> , Zürich, p. 546-551, p. 589-593. Com 9 fotografias.
1900	Hufformige Verbreitung an den Krallen von Krokodil-Embryonen (Dilatações em forma de ferradura nas unhas dos embriões dos crocodilos)	<i>Zoologischer Anzeiger</i> , Leipzig, v. 23, n. 610, 19 März, p. 149-151.
1900	Crocodilios do Brazil. Introdução ao capítulo sobre os Crocodilios do Brazil, da Monographia inedita "Repteis do Brazil"	<i>Jornal do Commercio</i> , Rio de Janeiro, 27 de novembro.
1901	Relatorio apresentado ao Exm ^o Sr. Dr. Paes de Carvalho, Governador do Estado do Pará, pelo Director do Museu Paraense de Historia Natural e Ethnographia, anno de 1899	<i>Boletim do Museu Paraense de Historia Natural e Ethnographia</i> , Belém, 3(2): 105-134.
1901	Dois roedores notaveis da família dos Ratos do Brazil	<i>Boletim do Museu Paraense de Historia Natural e Ethnographia</i> , Belém, 3(2): 166-180.
1901	A Piraiba; gigantesco siluroideo do Amazonas	<i>Boletim do Museu Paraense de Historia Natural e Ethnographia</i> , Belém, 3(2): 181-194.
1901	O Primeiro exemplar authenticico de uma genuina doninha do Brazil	<i>Boletim do Museu Paraense de Historia Natural e Ethnographia</i> , Belém, 3(2): 195-203.

1901	Sobre a nidificação de <i>Cassicus persicus</i> (Japim), <i>Cassidix oryzivora</i> (Graúna), <i>Gymnomystax melanicterus</i> (Aritauá) e <i>Todirostrum maculatum</i> (Ferreirinho)	<i>Boletim do Museu Paraense de Historia Natural e Ethnographia</i> , Belém, 3(2): 203-210.
1901	Sobre a nidificação de <i>Nyctibius jamaicensis</i> (Urutáo) e o <i>Sclerurus umbretta</i> (Vira-folha)	<i>Boletim do Museu Paraense de Historia Natural e Ethnographia</i> , Belém, 3(2): 210-217.
1901	Resultados ornitológicos de uma viagem de naturalistas à costa da Guyana Meridional	<i>Boletim do Museu Paraense de Historia Natural e Ethnographia</i> , Belém, 3(2): 217-231.
1901	Die Eier von <i>Tropidurus torquatus</i> und <i>Ameiva surinamensis</i> (Os ovos do <i>Tropidurus torquatus</i> e <i>Ameiva surinamensis</i>)	<i>Zoologische Jahrbücher</i> , Jena, v. XIV, p. 581-590. Com 3 figuras.
1902	Dr. Karl von Kraatz-Koschlau. Necrológio	<i>Boletim do Museu Paraense de Historia Natural e Ethnographia (Museu Goeldi)</i> , Belém, 3(3/4): 245-254.
1902	Relatorio apresentado ao Exm ^o Sr. Dr. Paes de Carvalho, Governador do Estado do Pará, pelo Director do Museu Paraense de Historia Natural e Ethnographia, referente ao anno de 1900	<i>Boletim do Museu Paraense de Historia Natural e Ethnographia (Museu Goeldi)</i> , Belém, 3(3/4): 255-275.
1902	Lista das aves indicadas como provenientes da Amazônia nos 27 volumes do "Catalogue of Birds of British Museum" de Londres (1874-1898) (com Gottfried Hagmann)	<i>Boletim do Museu Paraense de Historia Natural e Ethnographia (Museu Goeldi)</i> , Belém, 3(3/4): 276-327.
1902	Maravilhas da natureza; na ilha de Marajó (Rio Amazonas)	<i>Boletim do Museu Paraense de Historia Natural e Ethnographia (Museu Goeldi)</i> , Belém, 3(3/4): 370-399.
1902	Lacertilios; Lagartos do Brazil	<i>Boletim do Museu Paraense de Historia Natural e Ethnographia (Museu Goeldi)</i> , Belém, 3(3/4): 499-560.
1902	Bibliographia	<i>Boletim do Museu Paraense de Historia Natural e Ethnographia (Museu Goeldi)</i> , Belém, 3(3/4): 580-606.
1902	Album de Aves Amazônicas	Belém, Museu Paraense de Historia Natural e Ethnographia, fasc. 2.
1902	Estudos sobre o desenvolvimento da armação dos veados galheiros do Brasil (<i>Cervus paludosus</i> , <i>C. campestris</i> , <i>C. wiegmanni</i>)	Rio de Janeiro, Comp. Typ. do Brazil, 46 p., il. (Memorias do Museu Paraense de Historia Natural e Ethnographia, 3).
1902	Against the destruction of white Herons and Red Ibises on the Lower Amazon; especially on the Island of Marajó	Belém, Museu Goeldi, 1 ^a ed., 20 p.
1902	Os Mosquitos no Pará, encarados como uma calamidade pública	<i>Diário Official</i> , Belém, 58 p.
1902	Os Mosquitos no Pará, encarados como uma calamidade pública	<i>Brazil Medico</i> , Rio de Janeiro, v. XVI, n. 48, p. 480-482; v. XVII, n. 1, p. 5-8; n. 2, p. 14-19; n. 3, p. 25-28; n. 4, p. 35-38; n. 5, p. 43-45.
1902	O paná-paná amazônico (versão de "Grandiosas migrações de borboletas no vale amazônico", traduzido por J. Capistrano de Abreu)	<i>Jornal do Commercio</i> , Rio de Janeiro, 19 de Abril (Sábado).

1902	Maravilhas da natureza; na ilha de Marajó (Rio Amazonas)	<i>Jornal do Commercio</i> , Rio de Janeiro, 16 de Novembro (Domingo) – 17 de Novembro (Segunda-feira).
1902	Zum Klima von Pará (Clima do Pará) (com Julius Hahn)	<i>Meteorologische Zeitschrift</i> , Viena, p. 348-366.
1902	Grossartige Schmetterlingszüge am Amazonenstrom (Grandiosas migrações de borboletas no vale amazônico)	<i>Prometheus</i> , Berlin, Jahrg. XIII, N° 648, p. 376-380.
1902	Gegen die Vernichtung der weissen Reiher und roten Ibissee auf dem untern Amazonenstrom, besonders auf der Insel Marajó (Contra a extinção das garças e guarás do Baixo Amazonas, especialmente na ilha do Marajó)	“Naturkundliches Literaturblatt” (Suplemento de “Nerthus”), Kiel, 15 de fevereiro de 1905, v. 1, n.º 3.
1902	Göldi – Göldli – Göldlin. Beitrag zur Kenntnis der Geschichte einer Schweizerischen Familie	Zürich, Polygraphisches Institut.
1903	Clima do Pará (versão portuguesa por J. Capistrano de Abreu)	<i>Jornal do Commercio</i> , Rio de Janeiro, 13 de janeiro e 20 de janeiro.
1903	Chelonios brasileiros	<i>Jornal do Commercio</i> , Rio de Janeiro, 5 de fevereiro.
1903	As cobras (Ophidios) do Brazil. Introdução ao capítulo do mesmo nome da Monographia inedita “Repteis do Brazil”	<i>Jornal do Commercio</i> , Rio de Janeiro, 17 de março de 1903.
1903	Ornithological results of an Expedition up the Capim River, State of Pará, with critical remarks on the Cracidae of Lower Amazonia	<i>The Ibis</i> , London, Ser. VIII, Vol. III, N. XII, p. 472-500.
1903	Letter to the Editors of “The Ibis”, London	<i>The Ibis</i> , London, Ser. VIII, Vol. III, N. XII, p. 630-632.
1904	Relatorio sobre o Museu, relativo ao anno de 1901 apresentado ao Exmº Sr. Dr. Secretario de Estado da Justiça, Interior e Instrução Pública pelo Dr. Emílio Augusto Goeldi, Director do mesmo Museu	<i>Boletim do Museu Goeldi (Museu Paraense de Historia Natural e Ethnographia)</i> , Belém, 4(1): 1-30.
1904	Prodromo de um catálogo critico, commentado da colleção de mamiferos no Museu do Pará (1894-1903) (com Gottfried Hagmann) Com dois suplementos, de autoria de O. Thomas (morcegos) e T. Studer (canídeos)	<i>Boletim do Museu Goeldi (Museu Paraense de Historia Natural e Ethnographia)</i> , Belém, 4(1): 38-122.
1904	Os mosquitos no Pará; resumo provisório dos resultados da campanha de experiencias executadas em 1903, especialmente em relação às espécies <i>Stegomyia fasciata</i> e <i>Culex fatigans</i> sob o ponto de vista sanitário	<i>Boletim do Museu Goeldi (Museu Paraense de Historia Natural e Ethnographia)</i> , Belém, 4(2/3): 129-197.
1904	Grandiosas migrações de borboletas no valle amazônico	<i>Boletim do Museu Goeldi (Museu Paraense de Historia Natural e Ethnographia)</i> , Belém, 4(2/3): 309-316.

1904	Duas cartas do Dr. Theodor Koch, relativas à sua actual expedição ethnographica entre os indios do alto rio Negro, dirigidas ao Director do Museu	<i>Boletim do Museu Goeldi (Museu Paraense de Historia Natural e Ethnographia)</i> , Belém, 4(2/3): 481-483.
1904	Against the destruction of White Herons and Red Ibises on the Lower Amazon, especially on the Island of Marajó	Belém, Museu Goeldi, 2ª ed., 20 p.
1904?	As cobras (Ophidios) do Brazil. Introducção ao capítulo do mesmo nome da Monographia inedita "Repteis do Brazil"	Não localizado
1904?	Contribuição para o conhecimento dos hábitos de criação de algumas "pererecas" ou "gias" (Hylidae), da Serra dos Órgãos, Rio de Janeiro, Brazil	Não localizado
1904	Ossos fosseis offercidos ao Museu (Noticia menor sobre ossos e fragmentos fosseis encontrados nos Rios Purus, Acre e Juruá)	<i>Jornal do Commercio</i> , Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 1904.
1904	Sobre <i>Dinomys branickii</i> Peters. (Notícia menor)	<i>Jornal do Commercio</i> , Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 1904.
1904	Formigas cuyabanas (autoria não confirmada)	<i>Jornal do Commercio</i> , Rio de Janeiro, 27 de abril de 1904 (quarta-feira), p. 2.
1904	Formigas cuyabanas (autoria não confirmada)	<i>Jornal do Commercio</i> , Rio de Janeiro, 7 de maio de 1904.
1904	A Story about the Giant Goatsucker of Brazil (<i>Nyctibius jamaicensis</i>)	<i>The Ibis</i> , London, Ser. VIII, Vol. IV, N. XVI, p. 513-518.
1904	On the rare Rodent <i>Dinomys branickii</i> Peters	<i>Proceedings of the Zoological Society of London</i> , June 7, v. 2, p. 158-162.
1904	Beobachtungen über die erste Anlage einer neuen Colonie von <i>Atta cephalotes</i> . Mitteilungen am Internationalen Zoologen-Kongress in Bern, Section Arthropoda (Observações sobre a primeira estrutura [Anlage] de uma nova colônia de <i>Atta cephalotes</i>)	16 de agosto de 1904 Publicado?
1904	Myrmecologische Mitteilung, das Wachsen des Pilzgartens bei <i>Atta cephalotes</i> betreffend. Mitteilung am Internationalen Zoologen-Kongress in Bern, Section Arthropoda (Informe mirmecológico concernente ao crescimento do jardim de cogumelos no <i>Atta cephalotes</i>)	18 de agosto de 1904 Publicado?
1905	Os Mosquitos do Pará; reunião de quatro trabalhos sobre os mosquitos indígenas, principalmente as especies que molestem o homem	Belém, Museu Goeldi, 154 p., il. (Memorias do Museu Goeldi (Museu Paraense) de Historia Natural e Ethnographia, 4).
1905	On <i>Myiopatis semifusca</i> – a small Neotropical Tyrantbird, harmful to Tree-culture as a Disseminator of the parasitic Loranthaceae	<i>The Ibis</i> , London, Ser. VIII, Vol. V, N. XVIII, p. 169-179.
1905	Nova zoologica aus der Amazonas-Region. Neue Wirbeltiere (Nova zoológica da região amazônica. Novos vertebrados)	In: <i>Compte-Rendu des Séances du Sixième Congrès International de Zoologie tenu à Berne du 14 au 19 Aout 1904</i> . Genève, W. Kündig & Fils, p. 542-549.

1905	<p><i>Stegomyia fasciata</i>, der das Gelbfieber übertragende Mosquito und der gegenwärtig Stand der Kenntnis über die Ursache dieser Krankheit. Vortrag auf dem Internationalen Zoologen-Kongress in Bern, Sektion für Allgemeine Zoologie</p> <p>(<i>Stegomyia fasciata</i>, o mosquito que transmite a febre amarela e o estado atual do conhecimento sobre as causas dessa doença)</p>	In: <i>Compte Rendus du Congrès International de Zoologie</i> , Berna, 1904, p. 193-203.
1906	Dr. Phil. Max Kaech	<i>Boletim do Museu Goeldi (Museu Paraense de Historia Natural e Ethnographia)</i> , Belém, 4(4): 459-466.
1906	Relatorio apresentado ao Sr. Dr. Secretario da Justiça, Interior e Instrução Pública, referente ao anno de 1902, pelo Director do Museu	<i>Boletim do Museu Goeldi (Museu Paraense de Historia Natural e Ethnographia)</i> , Belém, 4(4): 467-509.
1906	Chelonios do Brasil (Jabotys – Kágados – Tartarugas); Capítulo primeiro da Monographia “Repteis do Brasil” (Obra inedita, escripta entre 1892-1894)	<i>Boletim do Museu Goeldi (Museu Paraense de Historia Natural e Ethnographia)</i> , Belém, 4(4): 699-756.
1906	Bibliographia	<i>Boletim do Museu Goeldi (Museu Paraense de Historia Natural e Ethnographia)</i> , Belém, 4(4): 757-794.
1906	Album de Aves Amazônicas	Belém, Museu Paraense de Historia Natural e Ethnographia, fasc. 3.
1906	Über den Gebrauch der Steinaxt bei jetzt lebenden Indianern Südamerikas, speziell Amazoniens (Sobre o uso dos machados de pedra de índios sul-americanos, especialmente amazônicos, atualmente existentes)	In: <i>Internationaler Amerikanisten-Kongress, Vierzehnte Tagung, Stuttgart 1904</i> . Berlin, W. Kohlhammer, Vol. II, p. 441-444.
1906	Altindianische Begräbnisurnen und merkwürdig Ton- und Steinidole aus der Amazonas-Region (Urnas funerárias de povos indígenas extintos e curiosos ídolos de barro e pedra da região amazônica)	In: <i>Internationaler Amerikanisten-Kongress, Vierzehnte Tagung, Stuttgart 1904</i> . Berlin, W. Kohlhammer, Vol. II, p. 445-453.
1907	On some new and insufficiently known Species of Marmoset Monkeys from the Amazonian Region	<i>Proceedings of the Zoological Society of London</i> , Jan. 15, Vol. 1, p. 88-99.
1907	Description of <i>Hyla resinifictrix</i> Goeldi, a new Amazonian Tree-Frog peculiar for its Breeding-habits	<i>Proceedings of the Zoological Society of London</i> , Feb. 5, Vol. 1, p. 135-140.
1908	Relatorio apresentado ao Exm ^o Sr. Dr. Secretario do Estado da Justiça, Interior e Instrução Pública referente ao anno de 1903 pelo Director do Museu	<i>Boletim do Museu Goeldi (Museu Paraense de Historia Natural e Ethnographia)</i> , Belém, 5(1): 1-22.
1908	<i>Galbalcyrhynchus purusianus</i> e <i>Pipra caelesti-pileata</i> ; uma questão de prioridade pouco a meu gosto	<i>Boletim do Museu Goeldi (Museu Paraense de Historia Natural e Ethnographia)</i> , Belém, 5(1): 77-91.
1908	Microtrogon; novo nome generico proposto para <i>Trogon ramonianus</i> Des Murs.	<i>Boletim do Museu Goeldi (Museu Paraense de Historia Natural e Ethnographia)</i> , Belém, 5(1): 92-95.

1908	Aspectos da natureza do Brazil	<i>Boletim do Museu Goeldi (Museu Paraense de Historia Natural e Ethnographia)</i> , Belém, 5(1): 200-208.
1908	Über embryonale Streifung bei den Jungen gewisser Hausschwein-Rassen. Kurze Mitteilung an der Jahresversammlung der Schweizerischen Naturforschenden Gesellschaft in Glarus (Sobre a listagem embrionária dos machos de certas raças de porcos domésticos. Pequeno informe no encontro anual na Sociedade Suíça de Naturalistas em Glarus)	<i>Verh. Glarus</i> , Vol. I, p. 265. <i>Compte Rendu de Glarus</i> , p. 72-73.
1910	Manuskript eines im Frühjahr 1907 behufs Habilitation an die philosophische Fakultät der Hochschule Bern eingereichten Curriculum vitae und Nachtrag Ende März 1910 über meine Beziehungen zur Freimaurerei	Archiv Freimaurerloge "Zur Hoffnung", Berna.
1911	Das die Staatenbildung bei den Insekten regulierende Naturgesetz (Sobre a lei natural reguladora da formação social dos insetos)	<i>Revue Suisse de Zoologie</i> , Genebra, Vol. 19, n.º 8, p. 235-252.
1911	Der Ameisenstaat, seine Entstehung und seine Einrichtung, die Organisation der Arbeit und die Naturwunder seines Haushaltes. Akademische Vorträge (A sociedade das formigas, sua gênese e sua organização, a divisão do trabalho e a maravilha natural da manutenção do reino. Conferências acadêmicas)	Sonderabdruck aus dem 23. Jahrgang der illustrierten Naturwissenschaftlichen Monatsschrift <i>Himmel und Erde</i> , Leipzig und Berlin. Druck und Verlag von B. G. Teubner. Mit 20 Abbildungen, 48 p. (1909-1910). (Publicação especial extraída do 23.º ano da revista ilustrada mensal de ciências naturais "Himmel und Erde". Leipzig e Berlim, B. G. Teubner. Com 20 ilustrações em 48 p. (1909-1910?).
1912	Über ein interessantes, neues Hirsch-Geweih aus Südamerika und über die geographische Verbreitung der Familie der Cerviden (Hirsche) in Südamerika im Allgemeinen (Sobre um interessante e novo chifre de veado da América do Sul e sobre a ampliação geográfica da família dos cervídeos [veados] na América do Sul de forma geral)	<i>Mitteilungen der Naturforschenden Gesellschaft in Bern</i> , V. 1912, p. 284-300. Com ilustrações, fotografias e um mapa.
1912	Aus der Heimat des Kautschuk und des Parágummi. Vortrag mit Projektionen, gehalten im Auftrage, des Hochschuivereins an vielen Orten des Kantons Bern, auch in der Museumgesellschaft. 1911-1912 (Da terra do caucho e da borracha do Pará. Conferência com projeções proferida, a pedido da Associação de Escolas Superiores, em muitos lugares do cantão de Berna e também na Sociedade de Museus, 1911-1912)	<i>Der Bund</i> , 16. April 1912.
1912	Zur vergleichenden Morphologie der Mundgliedmassen bei Crustaceen und Insekten (Para uma morfologia comparada dos membros bucais [Mundgliedmassen] em crustáceos e insetos)	<i>Zoologischer Anzeiger</i> , v. 39, p. 482-487.

1912	Jahresbericht über die Tätigkeit der Naturforschenden Gesellschaft Bern im Vereinsjahr 1910/1911	<i>Mitteilungen der Naturforschenden Gesellschaft in Bern aus dem Jahre 1911</i> , Berna, p. III-IX.
1912	Über den neuesten zoogeographischen Atlas von Bartholomew, Clarke und Henshaw (Sobre o novo Atlas zoogeográfico de Bartholomew, Clarke e Henshaw)	<i>Mitteilungen der Naturforschenden Gesellschaft in Bern aus dem Jahre 1911</i> , Berna, p. XXXVII-XXXVIII.
1913	Über atavistische Längsstreifung bei den neugeborenen Jungen gewisser Rassen des Hausschweines / Sur un curieux phénomène d'atavisme de coloration, concernant la striation longitudinale des tout jeunes sujets de certaines races du Cochon domestique (Sobre o atavismo de listras longitudinais dos machos recém-nascidos de certas raças de porcos domésticos)	Mitteilung am Internationalen Zoologen-Kongress in Monaco / Actes du Congrès Internationale de Zoologie à Monaco. März 1913, p. 369.
1913	Eine Lücke im zoologischen Lehrprogramm (Besprechung des K. Escherich Buches, "Die angewandte Entomologie in den Vereinigten Staaten etc.") (Uma lacuna no conteúdo programático de Zoologia [Discussão do livro de K. Escherich "A Entomologia Aplicada nos Estados Unidos etc."])	<i>Literaturblatt der Frankfurter-Zeitung</i> , Sonntag 27. April 1913, Nr. 116, p. 7-8.
1913	Lebens und Charakter-Schilderungen der grösseren und bemerkenswerteren Nagetiergestalten Südamerikas. Bisher Manuscript, entstanden auf Ansuchen von Dr. L. Heck in Berlin gelegentlich der Neu-Auflage von Brehm's Tierleben (Descrição da vida e do caráter dos maiores e mais notáveis roedores da América do Sul. Até agora manuscrito, feito a pedido do Dr. L. Heck em Berlim, a propósito da nova edição da Vida animal de Brehm)	Publicado?
1913	Die bisherige Anschauung bezüglich der Homologie der Insekten-Mundteile mit den Derivaten des Spaltfusses der Crustaceen und eine notwendig gewordene Modifikation (O conceito atual relativo à homologia das partes bucais [Mundteile] dos insetos com os derivados da garra [Spaltfuß] dos crustáceos e uma modificação que se tornou necessária)	<i>Mitteilungen der Schweizerischen Entomologischen Gesellschaft</i> , Berna, V. XII, N. 4, p. 146-151.
1913	Die sanitärisch-pathologische Bedeutung der Insekten und verwandten Gliedertiere, namentlich als Krankheits-Erreger und Krankheits-Überträger: Zyklus von Vorlesungen gehalten an der Universität Bern (A importância sanitário-patológica dos insetos e animais articulados aparentados, especialmente como agentes patogênicos e transmissores de doenças. Ciclo de palestras proferidas na Universidade de Berna)	Berlin, R. Friedländer & Sohn, 155 p., il.
1913	Hexapoda (com E. Bugnion)	In: Lang, A. <i>Handbuch der Morphologie der Wirbellosen Tiere</i> . Jena, Fischer, v. 4, Arthropoda, Fasc. 3, p. 414-480.

1913	Wesen und Stand der modernen Vererbungslehre. Vortrag, gehalten in der Auswärtigen Sitzung der Naturforschenden Gesellschaft in Bern in Laupen 22. Juni 1913 (Caráter e estado da moderna teoria genética. Palestra proferida na reunião internacional da Sociedade Naturalista de Berna, em Laupen, 22 de junho de 1913)	<i>Der Bund</i> , N. 287, 23. Juni.
1914	Wesen, - Arbeitsmethode, - Stand und Bedeutung der neuen Vererbungslehre. Vortrag, gehalten in der Auswärtige 1122. Sitzung vom 22. Juni 1913 (Caráter e estado da moderna teoria genética. Palestra proferida na reunião internacional da Sociedade Naturalista de Berna, em Laupen, 22 de junho de 1913)	<i>Mitteilungen der Naturforschenden Gesellschaft in Bern aus dem Jahre 1913</i> , Berna, p. XIX-XXI.
1914	Insekten und Gliedertiere als Krankheitsursache (Ursprünglich als Vortrag gehalten im Samariter-Verein, Bern 1912, mit Projektionen) (Insetos e animais articulados como causadores de doenças [Originalmente uma palestra proferida na Associação Samaritana, Berna, 1912, com projeções])	<i>Hyg. Monatschrift zur Verbreitung des Wissens vom menschlichen Körper</i> , München und Wien, n.º 1 (15/I), n.º 2 (15/II), p. 14-16.
1914	Phylogenie der Hexapoden	In: Lang, A. <i>Handbuch der Morphologie der Wirbellosen Tiere</i> . Jena, Fischer, v. 4, Arthropoda, Fasc. 4, p. 414-480.
1914	Die Tierwelt der Schweiz in der Gegenwart und in der Vergangenheit (O mundo animal da Suíça)	Berna, A. Francke, v. I, Wirbeltiere.
1914	Fort mit der Reiherfeder vom Damenhut! Ein Appell an die Frauenwelt gelegentlich der Schweiz. Landesausstellung	<i>Der Bund</i> , Berna, Juni 1914.
1915	Entspricht der heutige Zustand des naturwissenschaftlichen speziell des zoologischen Hochschul-Unterrichtes den kulturellen Bedürfnissen der Gegenwart? (O atual estado das aulas de ciências naturais, especialmente de Zoologia, nas escolas superiores corresponde às demandas culturais do presente?)	In: Kosmos, <i>Handweiser für Naturfreunde</i> , Stuttgart, N. 5, p. 154-157.
1915	Vergleich zwischen dem Entwicklungsverlauf bei der geschlechtlichen Fortpflanzung im Pflanzenreich und Tierreich. Vortrag, gehalten vor den vereinigten zoologischen und botanischen Sektionen der Schweizerisches Naturforschenden Gesellschaft an der 100. Jahresversammlung in Genf, Sept. 1915 (Comparação entre os processos evolutivos da reprodução sexuada nos reinos vegetal e animal. Palestra proferida para as Seções Zoológicas e Botânicas Unificadas da Sociedade Suíça de Naturalistas no 100.º encontro anual em Genebra, setembro de 1915)	<i>Verhandlungen der Schweizerisches Naturforschenden Gesellschaft</i> , Genebra, Parte II, p. 295-311. Com 5 estampas. Não localizado.
1915	Notwendigkeit einer schweizerischen Initiativ-Bewegung, um den Zusammenschluss einer Internationalen Liga zur wirksamen Verteidigung der Menschenrechte herbeizuführen. Begründung der Eingabe an den Bundesrat	Privatdruck, 1. August 1915.
1916	Über das Geschlecht in Tier- und Pflanzenreich, insbesondere im Lichte der neueren Vererbungslehre (Sobre o sexo no reino animal e vegetal, especialmente à luz das mais novas teorias genéticas)	<i>Mitteilungen der Naturforschenden Gesellschaft in Bern aus dem Jahre 1915</i> , Berna, p. 140-203.

1916	Rede am Wiedereröffnungsfeste der Loge "Zur Hoffnung". Bern, 8. Oktober 1916.	Archiv Freimaurerloge "Zur Hoffnung", Berna.
1917	Der Generationwechsel im Tier- und Pflanzenreich: mit Vorschlägen zu einer einheitlichen biologischen Auffassung und Benennungsweise (A mudança de geração nos reinos animal e vegetal: com propostas para a padronização da visão biológica e da nomenclatura) (com Ed. Fischer)	<i>Mitteilungen der Naturforschenden Gesellschaft in Bern aus dem Jahre 1916</i> , Berna, p. 60-111.
1917	Das Problem der Geschlechts-Bestimmung und der Geschlechts-Aufspaltung im Bienenstaat, beleuchtet durch Studien-Ergebnisse an neotropischen Ameisen	<i>Mitteilungen der Naturforschenden Gesellschaft in Bern aus dem Jahre 1916</i> , Berna, p. 170-195.
1918	Darmkanal und Rüssel der Stubenfliege vom sanitärischen Standpunkt aus.	<i>Mitteilungen der Schweizerischen Entomologischen Gesellschaft</i> , 12: 1-14.
1981	Álbum de Aves Amazônicas	Brasília, Ed. UnB/CNPq, 2ª ed.
1982	Alexandre Rodrigues Ferreira	Brasília, Ed. UnB, 2ª ed.

Biografias / Sobre E. A. Goeldi

AERNI, Agathon. 1992. *Emil August Göldi*. Unpublished paper.

CORREIA FILHO, Virgilio. 1946. E. Goeldi. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 8(1): 129-30.

CUNHA, Osvaldo. 1983. Emílio Augusto Goeldi (1859-1917). *Ciência e Cultura*, São Paulo, 35(12): 1965-1972.

GLICK, Thomas F. A Note on the Theory of Recapitulation: Emilio Goeldi and Hoazin fledglings (*filhotes da cigana*). Trabalho apresentado no V Congresso Latino-americano de História das Ciências e da Tecnologia, Rio de Janeiro, 28 a 31 de julho de 1998. Unpublished paper.

GÜNTERT, Marcel et al. 1993. The E. A. Goeldi zoological collection in the Natural History Museum Bern: Comments on an inventory. *Jahrbuch des Naturforschenden Museums Bern, 1990-1992*, Berna, v. 11, p. 147-61.

HESS, A. 1917. Prof. Dr. E. A. Göldi. *Orn. Beob.*, 14: 196-8.

LAENG, R. Hubert. 1973. Geschichte der Säugetierforschung in Bern. *Mitteilungen der Naturforschenden Gesellschaft in Bern*, 30: 27-29.

LOPES, Maria Margaret. *O Brasil descobre a pesquisa científica. Os museus e as Ciências Naturais no século XIX*. São Paulo, Hucitec, 1997.

MORGENTHALER, H. U. 1993. Emil August Göldi als Forscher und Lehrer in Bern, 1907-1917. *Jahrbuch des Naturforschenden Museums Bern, 1990-1992*, Berna, v. 11, p. 185-95.

OBITUARY. Emil August Goeldi. 1917. *The Ibis*, London, Ser. X, Vol. V, N. 4, p. 613-614.

REHSTEINER, H. 1919. Jahresbericht über das 99. und 100. Vereinsjahr vom 1. Januar 1917 bis 31. Dezember 1918, erstattet vom Präsidenten Dr. H. Rehsteiner. *Jahrbuch der St. Gallischen Naturwissenschaftlichen Gesellschaft, Vereinsjahre 1917-1918*, Sankt Gallen, v. 55, p. XIII-XV.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. 1958. Goeldi e a integridade do Amapá. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 24 de agosto de 1958.

SANJAD, Nelson. 2001. 'Da abominável profissão de vampiros': Emílio Goeldi e "Os Mosquitos no Pará" (1905). *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, 10(1): 85-111.

STUDER, Theophil. 1917. Professor Dr. Emil August Goeldi. 1859-1917. *Verhandlungen der Schweizerischen Naturforschenden Gesellschaft*, Zürich, v. 9-12, p. 36-59.

VAZ, Zeferino. 1934. A vida e os trabalhos de Emílio Goeldi. *Boletim Biológico*, São Paulo, 2(1): 3-16.